



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E CULTURA

EDEILDES SENA NUNES

BRASIS DA FICÇÃO: *MEMÓRIAS POSTUMAS DE BRÁS CUBAS,*
DE MACHADO DE ASSIS, E O *TRISTE FIM DE POLICARPO*
***QUARESMA*, DE LIMA BARRETO**

Salvador

2020

EDEILDES SENA NUNES

**BRASIS DA FICÇÃO: *MEMÓRIAS POSTUMAS DE BRÁS CUBAS,*
DE MACHADO DE ASSIS, E O *TRISTE FIM DE POLICARPO*
QUARESMA, DE LIMA BARRETO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Literatura e Cultura-PPGLitCult, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Letras.

Linha de pesquisa: Estudos de Teorias e Representações Literárias e Culturais.

Professora orientadora: Prof^a Dr^a Mirella Márcia Longo Vieira Lima

Salvador

2020

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas
(SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Nunes, Edeildes Sena.

Brasis da ficção: Memórias póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis, e o Triste fim de Policarpo Quaresma, de Lima Barreto / Edeildes Sena Nunes. - 2020.

290 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Mirella Márcia Longo Vieira Lima.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2020

1. Literatura brasileira. 2. Escritores brasileiros - Visão política e social. 3. Assis, Machado de, 1839-1908 - Crítica e interpretação. 4. Barreto, Lima, 1881-1922 - Crítica e interpretação. 5. Assis, Machado de, 1839-1908. Memórias póstumas de Brás Cubas. 6. Barreto, Lima, 1881-1922. Triste fim de Policarpo Quaresma. I. Lima, Mirella Márcia Longo Vieira. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDD - 869.09
CDU - 821(81).09

DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO

**Brasis da ficção: *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis,
e o *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto**

EDEILDES SENA NUNES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura da UFBA, (PPGLitCult-UFBA), como requisito para obtenção do título de doutor em Literatura e Cultura. Área de concentração: Teorias e Crítica da Literatura e da Cultura. Linha de pesquisa: Estudos de Teorias e Representações Literárias e Culturais.

Aprovada em 10 de dezembro de 2020.

Banca examinadora

Prof^a Dra. Mirella Márcia Longo Vieira Lima – Orientadora
Universidade Federal da Bahia

Prof^a Dra. Alana de Oliveira Freitas El Fahl
Universidade Estadual de Feira de Santana

Prof^a Dra. Lígia Guimarães Telles
Universidade Federal da Bahia

Prof^a Dra. Nancy Rita Ferreira Vieira
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Rubens Edson Alves Pereira
Universidade Estadual de Feira de Santana

EDEILDES SENA NUNES

BRASIS DA FICÇÃO: *MEMÓRIAS POSTUMAS DE BRÁS CUBAS, DE MACHADO DE ASSIS, E O TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA, DE LIMA BARRETO*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura – PPGLitCult, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia – UFBA, como requisito para obtenção do título de Doutor em Letras.

Salvador, 10 de dezembro de 2020

Banca Examinadora:

Profª Dra. Mirella Márcia Longo Vieira Lima – Orientadora Universidade Federal da Bahia

Profª Dra. Alana de Oliveira Freitas El Fahl – Universidade Estadual de Feira de Santana

Profª Dra. Lígia Guimarães Telles – Universidade Federal da Bahia

Profª Dra. Nancy Rita Ferreira Vieira – Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Rubens Edson Alves Pereira – Universidade Estadual de Feira de Santana

Nunes, Edeildes Sena. **Brasis da ficção:** *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, e o *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto. 2020. Orientadora: Profª Dra. Mirella Márcia Longo Vieira Lima. 291f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia-UFBA, Salvador, 2020.

RESUMO

Este estudo buscou promover o encontro literário entre Machado de Assis e Lima Barreto, escritores de fundamental importância para a Literatura Brasileira, cujas vastas produções, compreendem romances, contos, crônicas, crítica literária, ensaios e artigos, acerca da produção literária e cultural brasileira, e têm como pano de fundo o século XIX, entre o Segundo Reinado e as primeiras décadas da fase republicana. Nesse arco histórico, Machado de Assis (1839-1908) e Lima Barreto (1881-1922), ambos escritores afrodescendentes, de modesta origem social, com antepassados vítimas do tráfico humano para a escravidão, vivenciaram experiências derivadas da dinâmica socioeconômica e política de seu tempo e lugar históricos. Tais experiências – do morro do Livramento à Academia Brasileira de Letras, para Machado, e entre os subúrbios fluminense, as repartições públicas, a imprensa do Rio e o ambiente manicomial, para Lima – são retomadas, tendo em vista o olhar cético e crítico, revelado pelos dois escritores. Fundamentada na hierarquia de classe e das raças, a dinâmica social posta em destaque, nos romances das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, e do *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, fomentou relações espúrias de dependência de classe, racismo e exclusão dos pobres e marginalizados sociais. O Brasil imperial de D. Pedro II e a República, em seus primórdios de acirrado viés militarista e autoritário, forneceram os temas que, mostrando uma desconcertante atualidade, sob variados nuances ficcionais e interpretativos, foram reconfigurados nas obras literárias dos dois escritores. Centrado na análise dos romances das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, lançado em 1881, e do *Triste fim de Policarpo Quaresma*, cuja primeira edição é de 1915, este estudo também tece o diálogo entre tais narrativas ficcionais e outras obras de seus autores, além de lançar luzes sobre os projetos literários de Machado e de Lima, tendo em vista o fato de ambos terem revelado o Brasil, a partir do interior de instituições caras ao imaginário cultural e político brasileiro, como a família tradicional, o patriarcado, o ambiente intelectual das letras e do jornalismo, a Abolição, a República, a natureza íntima de importantes figuras públicas, expostas, satirizadas e ironizadas em suas atitudes injustas, suas fragilidades morais e vontade de poder.

PALAVRAS-CHAVE: Machado de Assis. Lima Barreto. Literatura. Crítica. Processo histórico.

NUNES, Edeildes Sena. **Fiction Brazils**: The Posthumous Memoirs of Brás Cubas, by Machado de Assis, and The Sad End Of Policarpo Quaresma, by Lima Barreto. 2020. Advisor: Professor (Ph.D) Mirella Márcia Longo Vieira Lima. 291pg. Thesis (Doctorate in Letters) – Institute of Letters, Federal University of Bahia - UFBA, Salvador, 2020.

ABSTRACT

This study aimed to establish the literary dialogue between Machado de Assis and Lima Barreto, writers of fundamental importance for the Brazilian Literature, whose wide productions include novels, short stories, chronicles, literary criticism, essays and articles about Brazilian literary and cultural production, and have as their historical background the 19th century, between the Second Reign and the first decades of the republican phase. In this historical arc, Machado de Assis (1839-1908) and Lima Barreto (1881-1922), both afro-descendant writers, of modest origin, with ancestors who were victims of human trafficking into slavery, lived experiences derived from the social and political dynamics of their historical time and place. These trajectories, from Morro do Livramento to Brazilian Academy of Letters, for Machado, and among the fluminense suburbs, public offices and the mental hospital, for Lima, are resumed, in this study, under the prism of the skeptical and critical worldview revealed by the two writers. Based on the hierarchy of class and races, the social dynamics highlighted in the novels *Memories of Brás Cubas*, by Machado de Assis, *The Sad End by Policarpo Quaresma*, by Lima Barreto, fostered spurious relations of class dependence, racism and exclusion of the poor and marginalized strata. The Imperial Brazil of D. Pedro II and the Republic, in its beginnings with a lively militaristic and authoritarian bias, provided themes that, showing a disconcerting present, under varied fictional and interpretive nuances, were reconfigured in the both writers' literary works. Based on the analysis of novels *Posthumous Memories of Brás Cubas*, launched in 1881, and *The Sad End by Policarpo Quaresma*, whose first edition is from 1915, this study also establishes the dialogues between these fictional works and other works of their authors, beyond throwing light on the literary projects of Machado and Lima, bearing in mind the fact that both unveiled Brazil, from the on important institutions to the Brazilian cultural and political imagination, such as the traditional family, the patriarchy, the intellectual environment of letters and from journalism, Abolition, the Republic, and the intimate nature of national personalities, that are exposed, satirized and mocked in their injustices, weaknesses and will to power.

KEYWORDS: Machado de Assis. Lima Barreto. Literature. Criticism. Historical process.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: MACHADO DE ASSIS E LIMA BARRETO: LITERATURAS QUE NOS DESVENDAM.....	8
1. CIDADÃOS DAS LETRAS E DO MUNDO.....	23
1.1 CAMINHOS ENTRE A VIDA E A LITERATURA: MACHADO DE ASSIS E LIMA BARRETO	23
1.2 BRÁS CUBAS: "DESSA TERRA E DESSE ESTRUME É QUE NASCEU ESTA FLOR".....	58
1.3 POLICARPO QUARESMA E A VIAGEM EM TORNO DA PÁTRIA IDEAL	89
2. DUAS FICÇÕES E UM BRASIL.....	117
2.1 O BRASIL EM DUAS VERSÕES: A NATUREZA DA ELITE NACIONAL	117
2.2 UM BRASIL EM DUAS VERSÕES: O MORRO E OS CAFUNDÓS	143
2.3 A SORTE DAS MULHERES	175
3. ENTRE CONTINUIDADE E MUDANÇA.....	211
3.1 MACHADO DE ASSIS E BRÁS CUBAS: “NÃO ME OCORRE NADA QUE SEJA ASSAZ FIXO NESSE MUNDO”	211
3.2 NO SOSSEGO: A OUTRA FACE DO BRASIL PARAÍSO.....	227
3.3 MACHADO DE ASSIS, LIMA BARRETO E UM SENTIMENTO ÁSPERO DO MUNDO.....	245
CONCLUSÃO.....	272
REFERÊNCIAS.....	281

INTRODUÇÃO: MACHADO DE ASSIS E LIMA BARRETO: LITERATURAS QUE NOS DESVENDAM

O Brasil de Machado de Assis (1839-1908) e de Lima Barreto (1881-1922) era um país repleto de contradições. Nos discursos ufano-nacionalistas, figurava exuberantemente belo e pujante, com uma gente pacífica, de convivência harmônica, sem crises políticas, sem desigualdades sociais e nem eventos atroz, uma vez que o povo era naturalmente avesso à violência. Absolutamente distante da realidade concreta, tão conhecida e desnudada pelos dois escritores, o Brasil concreto, no qual Machado e Lima nasceram, viveram e produziram suas obras era um país profundamente desigual, cindido por questões étnico-raciais e de classe, que simplesmente ignorou o ônus da escravidão e suas históricas consequências, assolado por endemias, pela fome, pela desigualdade social, com padrões de educação, saúde e qualidade de vida bem distantes daqueles que apresentavam as nações tomadas como modelos de Modernidade. Entre o mito do Brasil terreal paraíso, fundado pela Carta do escrivão-mor português Pero Vaz de Caminha, e a figura do sertanejo Hércules-Quasímodo, elaborada por Euclides da Cunha, ou do Jeca Tatu, personagem de Monteiro Lobato, o camponês analfabeto, explorado e carcomido pela ancilostomose, situava-se um abismo. Não obstante o longo trajeto histórico que separa o Brasil atual dos respectivos contextos históricos de Machado e de Lima, suas obras, hoje, continuam atuais, vibrantes e têm o enorme poder de nos confrontar, como povo, sociedade e consciência política coletiva (ou a ausência desta), com questões atualíssimas, o que significa afirmar que muitas de nossas contradições, equívocos históricos e abismos sociais ainda não foram superados. Nesse exato momento, estão no meio do caminho entre a luta constante e o retrocesso.

Na base desses antagonismos históricos era nítida uma estrutura social e um pensamento político elitistas e resistentes a quaisquer alterações significativas, no quadro herdado da Colônia. Se a emancipação política, em 1822, trouxe mudanças, estas se concentraram unicamente na cúpula do poder, e sequer aranharam a crosta de desigualdades, exploração servil, pobreza e exclusão do povo. Dominantes, nos contextos de Machado e de Lima, tais valores permaneceram, ao longo das décadas, num jogo entre avanço e retração, entretanto, sem perder suas forças de base. Afinal, nunca houve miséria, exclusão das minorias e desigualdades sociais profundas sem que uma parcela bastante restrita e específica da sociedade, acostumada a dar ordens nas imponentes casas-grandes do tempo do velho rei, depois, enriquecida nas fábricas e latifúndios, às expensas do trabalho servil ou mal

remunerado, lucrasse com tudo isso. De igual modo, não esqueçamos das alianças espúrias entre essas classes e o Estado, subsidiadas por todo tipo de promiscuidade entre a máquina pública e os interesses desses grupos de poder.

Isso posto, para compreender como *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881) e o *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1911) permanecem tão atuais, é necessário, primeiro, refletir se tudo o que essas narrativas descortinam, de fato, passou. Nesse sentido, analisar questões levantadas por Machado de Assis e por Lima Barreto, em suas obras, é um caminho para refletir se, e até que ponto, avançamos social e politicamente. Reflexão essa que não pode ser feita de modo simplista, sob o risco de negligenciarmos a longa jornada de lutas e de ganhos históricos dos movimentos populares ou, tão equivocado quanto, fazer vistas grossas ao fato de ainda nos situarmos entre o apego a antigos padrões culturais e de valores e o enfretamento de problemas seculares, ainda por resolver. Digamos, portanto, que as obras discutidas, ao reconfigurar criticamente períodos importantes da vida social e política do Brasil, representam contribuições fundamentais para a discussão de temas como o papel da Literatura e do escritor, na crítica ao produto das relações entre os valores políticos, as práticas simbólicas e a realidade de um país dito periférico, no qual a consciência de pertencimento nacional (*natio-ness*) guardou particularidades bastante excludentes.

No Primeiro Capítulo, *Cidadãos das letras e do mundo*, seguimos algumas linhas de força, determinantes para a discussão proposta, mais especificamente, colocar em destaque construções literárias desafiadas a lidar com os pressupostos culturais, vindos de nossa formação colonialista, e seus múltiplos desdobramentos discursivos. No âmbito político e literário, forçados a dialogar com projetos culturais, traçados desde o Romantismo, os dois ficcionistas apresentaram seus próprios dilemas e traçaram seus próprios caminhos. Em nosso estudo, como ponto de partida, tomamos a consideração das origens sociais dos dois escritores, bem como a consciência histórica que cada um desenvolveu, no interior das condições que lhes foram oferecidas – o ambiente urbano do Rio de Janeiro, Capital Federal, durante o Segundo Império e as primeiras décadas republicanas. Pressupomos que, dos seus pontos de vista, Machado e Lima elaboraram, juntos, embora com modulações distintas, um painel psicossocial desse período histórico brasileiro. Dentro dessa moldura, têm destaque os memoráveis perfis humanos e morais contidos nas MPBC e no TFPQ. Com base nos dois romances, também buscamos dialogar com outras produções dos dois escritores, como crônicas, contos, o *Diário íntimo* de Lima Barreto, ensaios e artigos, produzidos em diversos momentos das trajetórias literárias de ambos, que nos ajudam entender a consistência dos

projetos literários de Machado e de Lima, a coerência de suas visões, no que se refere à função social do escritor e ao compromisso com a interpretação crítica da história nacional.

Tecemos essas ligações cruzando estudos fundamentais sobre a vida e a obra de ambos. Em relação a Machado de Assis, percorremos a trilha aberta com *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*, de Lúcia Miguel Pereira, cuja primeira edição é de 1936. Formulada em torno da análise das ligações entre a biografia e as figurações literárias machadianas, a análise de Lúcia Miguel retoma importantes vivências psicossociais, históricas e subjetivas do escritor, destacando a questão da mudança de classe, segundo a ensaísta, um processo vivido pelo próprio Machado de Assis. De acordo com Lúcia Miguel, essa mudança é sintetizada na trajetória da personagem Guiomar, de *A mão e a luva* (1874), uma moça, tal como Machado, pobre e epiléptica, também inteligente e ambiciosa, que assumiu o valor da ambição e soube aproveitar a alavanca das boas relações para cruzar a brecha no muro erguido entre as classes. Com o propósito de compreender a gênese de muitos processos criativos de Lima Barreto, retomamos o estudo fundador de Francisco de Assis Barbosa, *A vida de Lima Barreto*, originalmente lançado, em 1952. Com muita sensibilidade e um criterioso trabalho de organização e investigação, FAB – como era conhecido o primeiro estudioso da obra de Lima Barreto – explorou os desdobramentos da vida pessoal do biografado sobre sua atividade de ficcionista, um caminho que revela como as experiências com a pobreza, o preconceito racial, as nebulosas origens familiares, ligadas à escravidão e seus abusos, questões de ordem familiar, escolhas ideológicas e literárias, e a inadaptação do artista à atmosfera de valores penetraram na sua obra, transfiguradas numa Literatura militante e de denúncia. Postos sob esse prima, que também leva em conta passagens biográficas, no objetivo de compreender muitas sutilezas do mundo ficcional, os romances *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Triste fim de Policarpo Quaresma*, escritos por autores negros e oriundos de camadas desfavorecidas socialmente, permitem um olhar crítico sobre um passado cujas implicações históricas reverberam em questões de grande atualidade, a exemplo do ranço de autoritarismo político, das desigualdades sociais e da luta pelo direito à cidadania plena, fatores que inviabilizam, em qualquer época e lugar, a construção de uma democracia autêntica.

Ainda no Primeiro Capítulo, o conceito de exotopia, elaborado por Mikhail Bakhtin (1997), foi usado para fundamentar a relação entre o artista e o mundo, concretizada na obra de arte, como um modo próprio de viver, a partir de dentro, experiências individuais e da coletividade histórica, e interpretá-las, de fora, reconfiguradas e dramatizadas, através de processos artísticos de criação, sob o prisma de seus valores axiológicos. Nessa perspectiva,

Machado e Lima, dois grandes intérpretes do Brasil, possuem um olhar histórico, considerando suas origens, certamente formado no terreno prático dos descendentes “daquela parte da ‘gentinha’”¹ explorada *no eito e na senzala*, durante quase quatro séculos de escravidão. Saída da escravidão, essa “gentinha”, sem acesso ao minimamente necessário para vivenciar uma liberdade digna, passou à marginalidade social, varrida para os recantos de pobreza, bem diante dos olhos de uma República de valores e métodos truculentos.

Dono de um talento literário invulgar, de temperamento diplomático, arguto, inteligente e com muita capacidade de observação, Machado, certamente, desde muito jovem, percebeu a realidade sócio-histórica pelo ângulo dos que sofreram os prejuízos de um sistema político-jurídico, de práticas e de relações sociais moldado para perpetuar uma engrenagem de preconceitos e valores avessa a qualquer mudança. E esse mundo, posto sob as lentes de um dissecador implacável, surge na sua obra como um verdadeiro território de disputas acirradas, arbítrio e vaidade de classe, no qual quem deseja compensar a falta de um sobrenome rico ou, como no caso dele, o “estigma” herdado do eito e da senzala, deve agir com disciplina, inteligência e, acima de tudo, prudência. Dentro desse universo de valores, nem Machado, nem sua inteligente e ambiciosa Guiomar, de *A mão e a luva*, ou Lima Barreto, nasceram do “lado certo” do muro social. Lima atribuiu muitas de suas frustrações à origem humilde, ao racismo e ao elitismo explícitos da sociedade brasileira, responsáveis por derrotas e humilhações impostas a pessoas como ele, inteligentes e talentosas, entretanto, estigmatizadas pela cor negra da pele. A língua afiada, a afronta aos padrões burgueses e o gosto pela polêmica lhe trouxeram muitos opositores, inclusive, poderosos, mas Lima nunca renegou absolutamente nada daquilo que defendeu. Acreditamos ter sido dessa perspectiva de cidadãos e de escritores absolutamente conscientes dos problemas causados pela razão dominante que Machado e Lima construíram as sociedades das MPBC e do TFPQ, reconfiguradas através de formulações que desnudam a gênese e os desdobramentos, públicos e privados, dessa nociva mentalidade política e cultural. Um mundo exposto por ambos através do desacordo entre as narrativas oficiais e a desigual e violenta realidade brasileira. Com base nesse ponto de vista, percorremos a trama vital das duas personagens principais das MPBC e do TFPQ, respectivamente, Brás Cubas, o defunto autor, hedonista, rico argentário, de importante família do Rio imperial escravagista, e Policarpo Quaresma, um pacato funcionário suburbano, cujos ingênuos e bem-intencionados anseios nacional-ufanistas de reformar o

¹Expressão criada por Florestan Fernandes (2008, p. 338) para definir “o estado de subordinação infame e sem limites do estado servil”, perpetuado sob os libertos e seus descendentes, após o fim oficial da escravidão, em 1888.

Brasil terminam em morte por fuzilamento. Em *Brás Cubas: Dessa terra e desse estrume é que nasceu esta flor* analisamos a formação social e familiar do narrador machadiano, síntese das condições de classe de um Brasil cujas duas grandes referências históricas foram a Monarquia e a Escravidão, discutindo tal gênese com base em pesquisas históricas como as elaboradas por Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa M. Starling (2015). A Schwarcz e Starling devemos a criteriosa exposição analítica de temas como o colonialismo, a formação urbana do Rio de Janeiro colonial, a rotina da escravidão, as múltiplas relações entre a Metrópole portuguesa, a Corte e a Colônia, o republicanismo à brasileira, cobrindo um longo trajeto histórico, desde os anos de 1500 até a recente época. No campo dos estudos literários, destacamos, entre outras de igual relevância, as contribuições fundamentais de Alfredo Bosi (1982), Roberto Schwarz (1997), John Gledson (2006), Hélio de Seixas Guimarães (2017), além de representantes da crítica coeva a Machado de Assis, como Augusto Meyer, que discutiu Brás, o *nu da máscara* de seu criador, em *De Machado a Brás Cubas*, e José Veríssimo, enfático ao destacar os desdobramentos do *pessimismo atilado* do autor das MPBC. Todos esses importantes estudos, entretecendo perspectiva histórica, literária, vertente filosófico-existencial, inovadoras ou dentro do que se considera a tradição clássica dos estudos machadianos, contribuíram sobremaneira para o avanço na análise e compreensão do narrador machadiano das MPBC como produto criativo do jogo imanente de condições históricas, atributos subjetivos, experiência pessoal e das filiações e conceitos literários de seu criador.

Em *Policarpo Quaresma e a viagem em torno da pátria ideal*, sub tópico que encerra o Primeiro Capítulo, adentramos no universo do major Policarpo Quaresma e sua viagem involuntária de desconstrução dos discursos fundadores sobre o Brasil, interpretado, ao longo de séculos, por elementos seletivos de uma configuração idílica, repleta de atributos naturais maravilhosos e das supostas docilidade inata e convivência fraterna do povo brasileiro. Tal visão reverbera no conceito de *comunidade imaginada*, segundo propõe Benedict Anderson (2008). Elaborada ao “jeitinho brasileiro”, com a providencial exclusão de discursos e práticas que contestam o idílio nacional, defendido por ideólogos e publicistas do poder – desde a época colonial, passando pela Monarquias até à República de 1889 –, a Nação que Policarpo Quaresma busca concretizar se torna o centro da reflexão de Lima, lembrando que, na sociedade brasileira até então conhecida, a ruptura com velhas interpretações do passado seria impossível, caso a sociedade como um todo insistisse em relegar ao esquecimento os dramas originários de nossa formação colonial. Guiados pelas peripécias do major Policarpo, adentramos na hipótese de uma expedição de desbravamento às avessas – do idílio nacional-

ufanista à realidade obscurecida pelos discursos oficiais –, em acordo com os argumentos de Manuel Bomfim, sociólogo contemporâneo de Lima que, em 1905, atentou para o *conservantismo afetivo* das classes altas da América Latina, responsável pelo atraso, pela miséria e pela opressão, dominantes em sociedades como a brasileira. Os trabalhos indispensáveis de Nicolau Sevcenko (2003) e de Lilia Moritz Schwarcz (2010; 2017) evidenciam como os dramas enfrentados e a consciência histórica frente às convulsões da época, além de inseparáveis, na obra de Lima Barreto, constituem a base da multiplicidade e da intensidade das experiências literárias delineadas pelo escritor. Somam-se a essas importantes análises, escritos contemporâneos a Lima, como a exaltação laudatória das supostas grandezas nacionais, *Por que me ufano do meu país* (1901), do Conde Afonso Celso, composto sem nenhuma articulação com a realidade conflituosa e carente do Brasil, narrativa denunciada por Lima Barreto através dos três tristes finais de seu herói reformador. Igualmente fundamentais são as análises de Antonio Candido (1987), destacando a capacidade de Lima para o desmascaramento da sociedade, e os estudos de Beatriz Resende (2017) sobre a atualidade cortante dos temas abordados por Lima Barreto. Além de fundamentar o conceito de ironia, explorado principalmente no capítulo III, Northrop Frye (2014) foi evocado desde o primeiro momento a partir de suas reflexões sobre o *bode expiatório*, o *pharmakós* figura que atrai a crueldade da exclusão, própria de sociedades moralmente adoecidas. No TFPQ, a exclusão atinge Policarpo Quaresma nos três desfechos de sua tentativa de reforma: o hospício, o Sossego, a prisão e morte. A Edward Said (2005), devemos o conceito de intelectual dissidente, em posição de exílio, usado para elucidar a condição imposta ao patriota reformador barretiano.

Entre a segunda metade do século XIX, quando Machado iniciou suas atividades na imprensa fluminense, por volta dos anos 1860, até 1922 – ano da morte de Lima –, o panorama da crítica social, literária e cultural brasileira não seria o mesmo sem as contribuições dos dois escritores, bastante atuantes, na imprensa e nos meios literários do período. Ambos trataram de praticamente todos os temas relacionados à vida, no Rio de Janeiro, entre a Corte e a República. Lima, na ótica da sua rebeldia militante, posição que o aproxima do conceito de intelectual elaborado por Edward Said (2005), o indivíduo que assume a tarefa de dar corpo e voz a uma mensagem para e por um público. Machado, inoculando verdades devastadoras, sopesadas por métodos narrativos e de caracterização enriquecidos com reflexões filosóficas refinadas, numa linguagem sutil e diplomática, como define Alfredo Bosi (2006), o soberbo estilo *morde e sopra* da ironia machadiana. Tonalidade essa que vibra, através de acordes astutos e sutis, e devassa as motivações condenáveis,

escondidas sob fachada das boas aparências. Numa época em que a atividade jornalística era extensão do trabalho do escritor, quase obrigatória para a subsistência deste, segundo nos conta Brito Broca (1956), Machado e Lima integraram a equipe editorial dos periódicos mais importantes da época, todos com vertentes e ligações políticas assumidas. Entretanto, ambos sempre mantiveram autonomia intelectual e uma profunda coerência de princípios, quer fosse tratando de assuntos corriqueiros da sociedade da época, como a moda, os costumes e o frenesi da lendária rua do Ouvidor, frequentes nas crônicas de Machado e de Lima, ou quando o tema envolvia verdadeiros barris de pólvora políticos, como o ocaso do Império e a questão servil. Além das questões de natureza político-social, outro tema de enorme relevância, sempre explorado por ambos, foi o papel do artista e sua tomada de posição diante dos paradigmas vigentes, reconfigurados em narrativas ficcionais memoráveis como o conto machadiano *Teoria do Medalhão*, e o *Homem que sabia javanês*, de Lima Barreto.

Assim, concluído o Primeiro Capítulo, passemos à abordagem e ao traçado do Segundo Capítulo, *Dois ficções e um Brasil*. Não obstante os desacordos, declarados ou presumidos, entre os dois grandes escritores, Machado e Lima tiveram a mesma visão ácida e um ceticismo afiado sobre muitas questões, cujos desdobramentos históricos identificamos nitidamente na atual sociedade brasileira, inviabilizando que nela floresça uma democracia real. Em *O Brasil em duas versões: a natureza da elite nacional* começamos abordando a mais ferina e cortante exposição dos princípios responsáveis pelo sucesso dos medalhões nacionais, no contexto de Janjão, um jovem aspirante ao cargo, personagem do conto machadiano *A teoria do medalhão*. Na voz de um pai observador e astuto, surge, em detalhes, o planejamento do baile da mascarada, da bajulação, da autopropaganda e do elogio das mediocridades como a via mais rápida e segura para a fama pública, enquanto as verdadeiras qualidades do intelecto não vicejam por falta de terreno moral e intelectual. O padrão desnudado no *conto-teoria*, tomando a definição de Alfredo Bosi (1982), foi evocado para iluminar algumas figuras importantes, nas MPBC, como o próprio Brás, que foi de *estudante estroina* a bacharel e deputado, com um certo reconhecimento público. Buscando compreender tais construções, recorreremos novamente aos estudos de Northrop Frye (2014), de quem tomamos o conceito de ironia. Para a análise dos condicionantes históricos, Raymundo Faoro (2001) e Sérgio Buarque de Holanda (1995) forneceram importantes enfoques, respectivamente, sobre a cobiça dos ricos ou enriquecidos da terra pelos quadros da burocracia estatal, como forma de afidalgar o *status* de classe, presente nos anseios do pai do narrador das MPBC em vê-lo casado e deputado, e a definição desse tipo de “intelectual” como alguém imbuído da *missão nitidamente conservadora e senhorial*. Entre os estudiosos

que seguem linhas de análise semelhantes, destacamos Maria Elisabeth Mello (2008) com o enfoque nos paralelos entre a forma do romance de Sterne e de Machado de Assis – obras igualmente cheias de reflexões sobre a ficção. Tal análise nos serve de suporte para discutir o papel assumido pelo artista e pela Literatura, na crítica às sociedades e suas lacunas, dentre estas, o vazio moral e intelectual, que Machado ataca com ironia e em tom joco-sério, e Sterne, com melancolia e pessimismo. A leitura de Antonio Candido (1970), em *Dialética da malandragem*, contribuiu para explorarmos os meandros assumidos e presumíveis da formação da riqueza dos Cubas, configurada com elementos da ordem vigente, negociatas, amizades importantes, trechos de farsa e pacholice, na tentativa de esconder as origens familiares na tanoaria. Em *Dialética da malandragem* consta referência a tais métodos, largamente usados pelas ricas e tradicionais famílias brasileiras, tática que consistia em ir da infração à norma aceita, um vai e vem da ordem à desordem, firmando um jogo de acomodação muito comum, no Brasil urbanizado da primeira metade do século XIX. Cabe lembrar que a origem da família Cubas, é anterior a 1805, ano do nascimento de Brás.

No universo ficcional de Lima Barreto, buscamos a medida para o tipo de bem-sucedido nacional, mas sem nenhum estofado intelectual, na composição do Castelo, um bacharel nortista pobre, que finge ser especialista na língua de Java, na sequência conquista o emprego, na casa de um rico Barão do Império, por quem é apadrinhado, e consegue uma vertiginosa ascensão profissional sem ter conhecimento das coisas nas quais alega ser especialista. Atmosfera intelectual medíocre, trapaça, arrivismo, esperteza, bajulação e a alavanca de um poderoso interferem no destino de um estroina bom de lábia ao ponto torná-lo diplomata brasileiro, em Havana. Eis, portanto, a conjunção de negativas responsável pela ascensão do Castelo, conjunção igualmente vista nas figuras masculinas do TFPQ – médicos arrivistas e desonestos, funcionários públicos bajuladores, diplomados medíocres e sem nenhum lastro ético ou moral, entretanto, incensados pelo diploma de doutor. Esse tipo representava a chamada nobreza da terra, cujo diploma abria as portas para matrimônios lucrativos e para altos cargos, na administração pública e na política. A análise crítica desse sistema transitou por aspectos como a *ascensão do arrivismo*, detectado por Lima Barreto, como observa R. J. Oakley (2011), e os remanescentes do poder das oligarquias rurais – o padrinho do falante de javanês era um velho Barão do Império –, identificados por Sérgio Buarque de Holanda (1995). A pesquisa seminal de FAB apontou Afrânio Coutinho como a inspiração para o Castelo, do conto *O Homem que sabia javanês*, além de outros figurões contemporâneos do escritor, como o baiano Miguel du Pin, desafeto de Lima, desde os anos da Politécnica, jocosamente chamado de Bel-Ami, nas crônicas barretianas. Ao explorarmos a

composição e a trajetória do Castelo, tomamos a Mikhail Bakhtin (1998) o entendimento da função do trapaceiro, no romance, caracterizada pelo teórico russo como a máscara através da qual o escritor revela o avesso e o falso de cada situação.

Com *O Brasil em duas versões: o morro e os cafundós*, penetramos nas consequências desse mundo de condutas desonestas dos medalhões machadianos e dos figurões de Lima Barreto, percorridas através da realidade miserável e doente dos esquecidos dos morros e cafundós do Rio de Janeiro, libertos, como Tia Maria Rita, figura do TFPQ, a população do famoso morro do Castelo, entrevista em *Esau e Jacó* (1904), narrativa de Machado de Assis, e dos paupérrimos curuzenses, postos em cena durante as incursões de Policarpo à zona rural do Rio de Janeiro. Observadores privilegiados da época, como o escritor Joaquim Manuel de Macedo, forneceram uma descrição vibrante e detalhada do cotidiano do Castelo e de seu abandono, à medida que as ricas famílias, que lá viviam, foram em busca de lugares com melhor infraestrutura. De igual modo, pesquisas recentes como as de Lilia Moritz Schwarcz (2015), descortinaram a situação de verdadeira penúria urbana do Rio, durante mais de duzentos anos Colônia, até que a chegada da Corte portuguesa, em 1808, trouxe alguns sopros de modernidade, imprescindíveis, no intuito de tornar menos traumática a estadia dos migrantes reinóis. Entretanto, o pouco verniz cosmopolita não chegou às zonas pobres da então sede da Colônia. A vida dos muito pobres, habitantes dos morros, cortiços e dos cafundós fluminenses ganha destaque nos romances Lima, e nas crônicas dos dois escritores, neste sub tópico, inserida como um importante veio para a discutirmos o envolvimento crítico de ambos nas questões que agitavam a política e o cotidiano do Rio, entre finais do XIX e as primeiras décadas do século XIX. Esse era um momento em que a Capital atravessava o verdadeiro desmonte de antigas estruturas urbanas, como o morro do Castelo e os cortiços das áreas centrais, vistos como representações do atraso e da falta de higiene do país. As informações do *Arquivo da Cidade* (2002) revelam as enormes perdas com o desmonte do Castelo, posto abaixo junto com monumentos de valor histórico incalculável. Nas crônicas da época, Machado e Lima abordam o assunto e sentenciam os prejuízos sociais e humanos de tais ações supostamente modernizantes, executadas sem nenhum respaldo para a imensa leva de desabrigados. As abordagens de Giorgio Agambem, Sindy Chalhoub, Leonor Arfuch, Roberto Schwarz foram relevantes para compormos nossa discussão acerca, entre outros temas, do conceito de contemporâneo (AGAMBEM, 2009), como uma posição crítica que não se furta ao seu tempo e sociedade, pondo sob constante suspeita as enganosas fachadas reluzentes da época. Identificamos essa condição contemporânea em Machado de Assis e em Lima Barreto. Em pormenores breves e pontuais, a discussão sobre a Abolição sem reparação,

tematizada em contos e crônicas de Machado de Assis e de Lima Barreto, andou ao encontro do argumento de Chalhoub (1990), quanto a não ser mais possível, ao negro, aceitar tacitamente a vida pós 13 de maio de 1888, nas regras da escravidão. Para o crítico, aceitação posta em xeque por Machado na história de Pancrácio, o cativo liberto pouco antes da Abolição, mas que decide permanecer na casa do dono, em condição análoga ao escravismo.

O entrelaçamento entre vida, obra e elementos de criação, na prosa de Machado e Lima, foi analisado a partir do argumento de Arfuch (2010), segundo o qual o autor confessa seu pertencimento ao mundo, mesmo sem dizê-lo, através da escolha de palavras e do modo como lida com estas, o que faz de toda escrita uma escrita autobiográfica. O estudo referência de Roberto Schwarz (1987) apontou diretrizes para compreender o ângulo de visão machadiano, ponto fora da curva entre o localismo romântico, o descritivismo naturalista e os suspiros finais da voga indianista. Essa posição permitiu ao escritor elaborar outras experiências de brasilidade, abrindo as portas de sua ficção para o âmago das camadas dominantes e, por efeito reflexo, a relação destas com os dominados. Quanto a Lima Barreto, a impossibilidade de separação entre a vida e a obra do escritor é referendada por importantes analistas como FAB e Lilia Moritz Schwarcz. Grifado no Capítulo I, o argumento tornou-se igualmente importante na análise do sítio do Sossego, evocação das experiências na Ilha do Governador, onde o pai de Lima serviu, na Colônia de Alienados, bem como na abordagem da figura do doce *preto* Anastácio, homenagem de Lima ao amigo Manuel de Oliveira, e nas experiências agrícolas do major Policarpo, tomadas ao pai, de quem o major herda a mesma aura de honestidade trágica. O referendado estudo de Osman Lins (1976), sobre a importância do espaço romanesco na obra de Lima, nos fez atentar para a função do espaço físico como mecanismo gerador de pressões e angústias. Buscando compreender a moldura histórica do período em que transcorre a narrativa do TFPQ, recorreremos aos estudos de José Murilo de Carvalho (1990; 1991).

Cruzando estudos históricos, análise literária, dados biográficos, análise dos *corpus* literários escolhidos e o diálogo com outras escritas de Machado e de Lima – contos, crônicas, artigos e anotações íntimas –, chegamos ao item *A sorte das mulheres*, arremate que fecha esse panorama da sociedade brasileira, tecido pelos dois escritores. Os dois romances evidenciam a condição feminina, transcorrida no interior das tradicionais famílias católicas patriarcais brasileiras, entre o patriarcado clássico, estabelecido pelo direito antigo romano, centrado na figura do pai, e o *patriarcado fraternal moderno*, derivado do direito civil moderno (PATERMAN, 1993), com a conseqüente polarização das diferenças entre homens e mulheres. São figuras femininas como a desenvolta Virgília, a melancólica senhora Cubas e a

cômica Maricota Albernaz, estas duas últimas expressões da *santa mãezinha* (Del PRIORE, 1995), mulher casta, de modos contidos, dedicada ao lar, à família e aos preceitos religiosos. Embora diferentes em seus perfis e histórias de vida, a senhora Cubas, Virgília e Maricota Albernaz são postas sob as mesmas exigências do matrimônio, da obediência às regras da moral dominante e da maternidade, sem às quais enfrentariam a vergonhosa solteirice ou a terrível opinião pública. Do ponto de vista político, os discursos da fé sobre o casamento e a maternidade defenderam um “projeto de domesticação dos indivíduos via célula familiar” (VAINFAS, 1997), domesticação essa que nem as jovens e ricas herdeiras, como Virgília e Olga – moça inteligente e com inclinações libertárias não concretizadas – ousaram enfrentar. Dessa rede de dominação, só era possível sair debaixo da desonra ou morta, como Ismênia Albernaz, a moça frágil e depressiva, vítima do que a Ciência do século XIX caracterizou como lipemania, e de um noivo mau caráter. A outra via de fuga era o adultério, bem-sucedido, no caso de Virgília, sem nenhuma gota de sangue porque o marido enganado temia mais a opinião pública do que a vergonha íntima de conviver o amante da mulher. Do ponto de vista socioeconômico, Naiara Pita e Mirella Longo assinalam, a partir do conto *Miss Dóllar*, em Machado de Assis, “a predominância dos interesses egoístas e do jogo de interesses sociais” (PITA; VIEIRA, 2019, p. 71), nas relações matrimoniais, confirmados tanto nas MPBC como no TFPQ, na medida em que a escolha dos pares é regida por interesses econômicos e de *status* social. Sirva de exemplo o noivo escolhido por Olga, a rica e inteligente herdeira Coleoni, cujo eleito é Armando Borges, médico charlatão e pobre, mas doutor. Na mesma linha, Virgília e Lobo Neves, ambos localizados no topo da estrutura social, unidos por um casamento que trouxe apoio político e a vaga de deputado para ele, e para ela, a possibilidade de se tornar uma nobre. E, por fim, as moças Albernaz, que vivem à caça de um funcionário público, de preferência doutor, capaz de lhes dar proteção social e financeira. Para entender a natureza repressora dessa visão sobre o feminino, recorreremos ao discurso bíblico e ao padrão feminino idealizado pelo século XIX Ocidental, conforme analisado por Perrot (2003, p. 22), “pura como um lírio, muda em seu desejo”. Esse padrão aflora especialmente na tragédia de Ismênia, em TFPQ, morta na juventude, exatamente pura como um lírio e muda em seu desejo.

Fora dos mundos ficcionais, Machado e Lima enfrentaram circunstâncias de vida bastante difíceis, derivadas de uma estrutura social que favorecia as desigualdades e a violência racial, física e simbólica. Machado teve pouco acesso à escolaridade e Lima não concluiu o curso de Engenharia, na Politécnica, dado em comum que não é apenas uma mera coincidência ou o resultado de questões familiares pontuais. Ambos os escritores eram negros

e de origem bastante modesta, nasceram livres, no Rio de Janeiro – centro político e cultural do Brasil Império e republicano –, no tempo da Monarquia e da escravidão, Machado, em 1839, no morro do Livramento, e Lima, no bairro de Laranjeiras, em 1881, mais exatamente, em 13 de maio de 1881. Ambos tiveram avós e bisavós explorados nas senzalas e nas casas-grandes brasileiras. No seu aniversário de sete anos, Lima assistiu à assinatura da Lei Áurea, entretanto, não chegou a ver a sociedade justa e segura para o negro, que tão arduamente defendeu. Filho mais velho de um tipógrafo e de uma professora primária, ambos negros, com três irmãos e um pai enlouquecido, todos sob sua responsabilidade, sem o apoio de padrinhos influentes, Lima foi obrigado a abandonar a Politécnica, em 1903, e ingressar no serviço público, ambiente pelo qual tinha verdadeira aversão, exposto, em suas crônicas, contos e romances como cheio de disputas, apadrinhados medíocres, intelectualmente emasculante e contrário à inteligência genuína e sadia. Machado era filho de um pintor de paredes negro e de uma imigrante açoriana, de quem pouco se sabe, apenas que talvez fosse branca e que servia como agregada, na chácara de uma rica senhora, no morro do Livramento. Machado perdeu a mãe, na infância, e o pai, na adolescência, quando passou a viver na companhia da madrasta, uma doceira negra, de quem se desligou completamente, por volta dos anos de 1860. Foi testemunha da escravidão durante quarenta e nove anos de sua vida, e se tornou o maior escritor de sua época em um contexto histórico no qual direitos fundamentais como o pleno acesso à educação, representatividade e igualdade racial não apareciam nas discussões políticas. Logo, não é exagero afirmar que o jovem brilhante do Livramento construiu sua ascensão social e profissional usando estratégias somente possíveis a quem conhecia profundamente o chão histórico no qual pisava. Em parte, talvez isso explique a desconfiança de Machado e de Lima contra as crenças tão absolutas de seus respectivos contextos, tanto pelas consequências hediondas de tais ideias, visíveis a olho nu naquele Brasil da escravidão, da sociedade de classes, como pelos julgamentos infames sobre pessoas da mesma origem e cor da pele deles. Assim, chegamos ao Terceiro Capítulo, *Entre continuidade e mudança*. No sub tópico que abre a seção, *Machado de Assis e Brás Cubas: “Não me ocorre nada que seja assaz fixo nesse mundo”*, focalizamos centralmente a questão do escravismo, discutido a partir do conto *Pai contra mãe*, que integra a coletânea *Relíquias da casa velha*, e da República, explorada no caso das tabuletas, narrado em *Esau e Jacó* (1904). Na visão machadiana, enquanto as coisas, aparentemente, mudavam, ou mudavam apenas na aparência, a antiga a lógica de ambição, egoísmos vis e do exercício de poder dos mais fortes permanecia exatamente igual. Nesse contexto, quem está em desvantagem tenta equilibrar o jogo através do cálculo frio e da hipocrisia. Encontramos os reflexos dessa visão

na primorosa cena do delírio de Brás Cubas, narrado no Capítulo VII, das MPBC. O episódio é construído no viés cético e desencantado de Brás, delirante, que narra uma história humana feita de guerras, disputas, atrocidades até a incontornável finitude da vida, amesquinhada pelos seres humanos por toda sorte de reducionismos. Para atender a esse propósito, destacamos as contribuições de Antonio Candido (1995; 2000), acerca da fina pesquisa psicológica, empreendida por Machado de Assis, através de suas personagens, esquadrihadas em sua complexidade, em seus dilemas íntimos e comportamentos, identificáveis em nós mesmos, e inapreensíveis a qualquer reducionismo, seja de ordem moral, filosófica ou estética. Com Alfredo Bosi (2006; 2010), destacamos a presença do espírito cético, em toda a sátira machadiana, e a *violência do arbítrio* como prerrogativa de classe do narrador das MPBC, escravocrata e argentário rico, exercida contra os desafortunados de modo geral. A partir da pesquisa de Hélio de Seixas Guimarães (2017), analisamos a ruptura machadiana com as limitações do conceito de romance, na linha do Romantismo, inaugurando uma compreensão “nem tanto como um gênero, mas como *meio* de expressão dos mais diferentes gêneros, forma literária aberta, reflexiva, fragmentária e crítica por excelência.” (GUIMARÃES, 2017, p. 50). Posta a questão desse modo, a recepção crítica de Araripe Junior (1892), sobre o romance machadiano, retomada nesse ponto da análise, nos serviu para exemplificar as dificuldades da crítica coeva a Machado, desprovida de instrumental teórico para lidar com uma narrativa que rompeu com as categorias do romance francês – modelo para a crítica da época. Silviano Santiago (2016) nos auxilia a pontuar a sagacidade das figuras machadianas, para uma visão desatenta, percebida como um modo de agir *vira-casaca*, no entanto, estilo *vira-casaca*, implantado por Machado, representa uma tática de sobrevivência, indispensável num mundo onde a situação financeira e os interesses definem as posições e os vencedores políticos. No final, todos os políticos são iguais e não vale a pena o cidadão comum se debater por figuras que trocam de lado ao sabor dos interesses.

Em *No Sossego: a outra face do Brasil paraíso*, a análise se centra no desmonte do mito de fundação ufano-nacionalista, elaborado na experiência de Policarpo Quaresma, no sítio do Sossego, a partir da Carta do escrivão português Pero Vaz de Caminha, matriz fundadora do mito do Brasil paraíso terreal. Nesse percurso argumentativo, o clássico *Visão do paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil* (2000), originalmente publicado em 1959, elucidou a questão da *psicose do maravilhoso*, expressão criada por Sérgio Buarque de Holanda para definir a visão deslumbrada do viajante europeu sobre o chamado Novo Mundo, servindo aos nossos propósitos de discutir a fé acrítica de Policarpo nas benesses da terra como consequência desse olhar. Junção de elementos

edênicos, encontrados na narrativa bíblica do Gênesis sobre o Paraíso Terreal, e dos mitos da Idade Clássica acerca de ilhas Bem-Aventuradas, localizadas geograficamente para além das fronteiras do continente europeu, cheias de riquezas, bom clima, primavera eterna e nativos belos e gentis, *a psicose do maravilhoso* nos auxiliou localizar os rastros de tais discursos colonialistas na trajetória de Quaresma, desfeitos à medida que o reformador se choca com a realidade concreta do Brasil. O argumento de Flora Sussekind (1990) sobre a constância das narrativas não ficcionais de viagem e do paisagismo, centrados na exuberância tropical, na Literatura dos anos de trinta e quarenta do século XIX – quando, historicamente, surgia o narrador de ficção –, abriu caminho para entendermos a construção do projeto político, histórico e cultural pós 1822, com base em tais referências, ligadas ao universo ideológico do major Quaresma pelas obras de sua biblioteca particular.

A questão central de *Machado de Assis, Lima Barreto e um sentimento áspero de mundo*, que encerra o Terceiro Capítulo, é o sentimento descrente do mundo como energia de criação artística, percorrido através da mesma linha comum de sarcasmo e ironia, presente na visão de Machado e de Lima, contra todos os dogmas aceitos sem contestação. Os estudos de Alfredo Bosi (2003), Miguel Reale (2005) nos permitiram discutir a descrença machadiana como fruto da constatação sem condenação de nossa irremediável miséria humana. Constatação enfrentada pelo autor das MPBC “sem angústia e sem desespero, inclinado a ver as coisas do mundo com todas as gamas da *ironia*” (REALE, 2005, p. 18). Com base nesse argumento, destacamos a figura de Brás Cubas e seus juízos ferinos em relação à humanidade como decorrentes tanto da condição de classe privilegiada como das disposições em agir como o leão, próprias de quem sempre esteve no topo da hierarquia social, adotando a caracterização de Alfredo Bosi (2003), de acordo com a qual, na visão machadiana, quem não pode ser leão que seja raposa. Buscando confirmação para esse argumento, retomamos as trajetórias de figuras como Virgília, a natureza lupina e sensual, e Eugênia, a moça firme em seus propósitos, cujas escolhas apontam para finais antagônicos: Virgília, após anos de adultério, termina viúva e em paz consigo e com a sociedade; Eugênia, doente e miserável, num cortiço qualquer. Analisamos essa visão acre dos escritores considerando nuances como o espectro de vivências comuns a dois homens de origem humilde, negros, com enfermidades físicas, que disputaram seu lugar no mundo em meio a doutrinas preconceituosas, completamente equivocadas, acerca de tudo aquilo que estivesse fora do padrão branco europeu, defendido por grande parte da elite intelectual do Brasil. A posição de desconfiança afastou a ambos da clausura doutrinária, permitindo a Machado avançar em várias frentes de pensamento, causa do desconforto de críticos como José Veríssimo (1900; 1916) que, embora

reconhecesse o inegável talento do autor das MPBC, destacou seu o *atilado pessimismo*, transformando Brás Cubas em *duende* e *espantalho* de seu criador. Do lado oposto à disposição leonina, o Policarpo barretiano confirma a visão de Alfredo Bosi (2003). Não sendo o leão e sem os talentos da raposa, o patriota de nobres aspirações, termina morto, seguindo a linha de desconfiança de Lima na possibilidade de um caráter bom e correto triunfar, diante da corrupção de princípios e da vilania da sociedade do TFPQ. Recuperamos aos escritos pessoais de Lima, desabafos que confirmam nossa ideia da relação entre experiência e Arte, assumida por ele, e mais nuançada em Machado de Assis. A observação de Osman Lins (1976), segundo a qual a origem de muitos dramas das personagens de Lima estavam nas condições sociais, não na carne ou no sangue, nos ajudou a fundamentar a discussão sobre a combatividade de Lima, em relação ao cientificismo raciológico de sua época, concretizado em opiniões diretas sobre o tema e na sua Literatura, que abriu as portas da ficção para tipos rejeitados pela Literatura academicista, como pobres, bêbados, prostitutas, suburbanos e outros tantos marginalizados sociais.

1. CIDADÃOS DAS LETRAS E DO MUNDO

1.1 CAMINHOS ENTRE A VIDA E A LITERATURA: MACHADO DE ASSIS E LIMA BARRETO

“Cada qual julga bem as coisas que conhece, e dessas coisas ele é bom juiz.” (Aristóteles, 1991, *Ética a Nicômaco*, p. 03)

A atenção sempre voltada para aspectos que escapam ao olhar crítico mediano é encontrada em certo tipo de artista, alguém cuja desconfiança lúcida acerca da dita normalidade das coisas, do que está em sintonia com a visão geral e comum, com os usos e costumes, com as leis e os juízos de valor estabelecidos, muitas vezes, prenuncia, de forma quase profética, as rachaduras, presentes e vindouras, em engrenagens aparentemente ordenadas e imutáveis. Na esfera literária, cuja relação com o mundo nunca se deu através de linhas retas e previsíveis, o artista dotado de tais qualidades não foge ao seu tempo e manifesta uma consciência histórica bastante sofisticada, produto da ação artística e intelectual consciente de que entre o joio e o trigo, ou seja, entre “as verdades nossas de todos os dias” e o subsolo multifacetado de interesses, visões de mundo e de princípios políticos está o espaço no qual verdadeiramente se desenrola a vida humana e sócio-histórica, em toda a sua complexidade. Mikhail Bakhtin (1997) conferiu grande destaque a essa consciência artística, produto do que definiu como *atualidade-presença* do homem cujo olhar é formado num mundo imerso em valores. No centro do *conteúdo-forma* da composição artística, Bakhtin destaca o fato do artista reelaborar todas as suas experiências, nas esferas da vida prática e das relações de tempo, espaço e sentido para, então, transformá-las em constituintes artísticos significantes, dentro de um plano de relações estéticas complexas, no qual até as menores vivências e sensações são recriadas. Seu pensamento fundamenta-se no seguinte pressuposto: “viver significa ocupar uma posição de valores, em cada um dos aspectos da vida, significa *ser* numa ótica axiológica” (BAKHTIN, 1997, p. 202). O *ser numa ótica axiológica* é sempre elaborado em relação a um *Outro*, visto como valor estético signifiicante, uma vez que, no plano da autoconsciência, o corpo, a alma e a unidade orgânica desse *Outro* não figuram para ele como valores estéticos. Em outras palavras: o *Eu* somente pode ver a si mesmo e ser visto através de um *Outro*. Sem essa distinção entre o *Eu* e o *Outro*, tanto a seriedade como a integridade da vida do *Eu* estariam comprometidas, e o *Eu* seria incapaz de permanecer em si mesmo, pois é necessário que o *Outro* veja dentro do *Eu* aquilo que ele não

pode ver. O desejo de conhecer exige que o artista crie uma relação de exotopia, com o *Outro* e com o mundo em que ambos habitam, a partir da qual participa da vida, ao mesmo tempo que a compreende, tanto do seu interior como da exterioridade, isto é, “uma determinação exterior (interiormente exterior)” (BAKTIN, 1997, p. 205). Entretanto, acrescenta Bakhtin, “essa exotopia aos outros e ao seu mundo não é, senão, uma maneira específica e fundamentada de participar do acontecimento existencial. Encontrar o meio de aproximar-se da vida pelo lado de fora, é esta a tarefa do artista.” (Ibid.). Desse modo, Bakhtin torna evidentes as relações primordiais e indissociáveis entre o artista, como existência e como consciência axiológica, o mundo e o *Outro*, e seus desdobramentos, tanto na visão artística como na realidade estética criada por ele. E é somente a partir desses vínculos que o artista e o seu objeto artístico podem se nutrir do chão histórico concreto da vida e do mundo, em toda a sua vastíssima gama de processos existenciais, sociais, políticos, religiosos e de valores éticos e morais. Situado na fronteira entre a criação estética, os valores do *Eu* e os valores do *Outro*, o artista pode abarcar todos os aspectos do mundo que, citando Bakhtin, *possuem coeficiente estético determinado*. Com base no argumento bakhtniano, julgamos pertinente aos objetivos desta seção retomar vivências pontuais de Machado de Assis e de Lima Barreto, sob a perspectiva das possíveis relações multiformes entre a experiência axiológica e a criação artístico-literária, disseminadas, através de reconfigurações sutis ou diretas, nos temas, nos mundos ficcionais e nos processos estéticos elaborados por ambos os escritores.

Machado de Assis e Lima Barreto lançavam, entre finais do século XIX e o segundo decênio do XX, respectivamente, o romance das *Memórias póstumas de Brás Cubas*², publicado em 1881, e a narrativa do *Triste fim de Policarpo Quaresma*³, lançada em 1915, dois romances que exploram uma interpretação absolutamente desmistificadora de nossa sociedade, seus valores e instituições. Nascido livre e pobre, Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908) descendia ex-cativos. Viveu a infância e boa parte da adolescência no morro do Livramento, no Rio de Janeiro – principal cenário da poderosa oligarquia escravocrata –, entre o Primeiro Reinado e a ascensão de D. Pedro II ao trono do Brasil, interstício conhecido como Período Regencial (1831-1840). Tal como no Capítulo CXXI, *Morro abaixo*, das MPBC, é provável que, na infância do escritor, o Livramento fosse ainda *nu de habitações*, entretanto, havia a famosa chácara de uma importante família, os Mendonça de Barroso Pereira, cujo patriarca foi senador do Império e Ministro de Estado. A viúva Mendonça de Barroso Pereira era madrinha do futuro escritor, que frequentava a propriedade

²De ora em diante, citado como MPBC.

³De ora em diante, citado como TFPQ.

junto com os pais, Francisco José, um pintor de paredes negro, e Maria Leopoldina, uma imigrante açoriana, lavadeira de profissão, sobre quem pouco se sabe. Francisco José e Maria Leopoldina eram agregados⁴ do solar Mendonça de Barroso Pereira – condição comum aos indivíduos livres e pobres, no Brasil colonial escravista. Outro dado interessante desse contexto, tendo em vista a rigorosa estratificação social, era o compadrio entre ricos e pobres. Uma proximidade que, longe de indicar a existência de relações sociais horizontais, era um modo de reafirmar a “gratidão” e o respeito a padrinhos e “benfeitores”, através de uma aparente permeabilidade social somente possível (e mantida) porque, como observa Roberto da Matta: “todos se respeitam e nunca ultrapassavam seus limites. Vale dizer: todos conhecem seus lugares e ali ficam satisfeitos.” (Da MATTA, 1997, p. 232). A própria assimetria entre as classes favorecia tais relações de compadrio, ligando pobres a ricos através de atitudes de deferência, uma vez que a intervenção de um padrinho ou de um protetor influente poderia significar a diferença crucial entre o sucesso e o fracasso, entre a penúria e a comida na mesa, em um contexto no qual não era incomum o peso da origem socioeconômica e da cor da pele branca suplantarem o talento e a inteligência individuais. Por conseguinte, tal proximidade nem de longe indicava a reciprocidade social entre indivíduos historicamente postos em condições desiguais.

Machado de Assis teve um começo de vida difícil, perdeu a mãe e o pai entre a infância e a adolescência, viveu, durante alguns anos com a madrastra, Maria Inês, uma senhora negra, doceira, de quem se separou em definitivo, por volta de 1860, quando deixou o bairro de São Cristóvão, em direção ao centro do Rio. Machado nunca falou sobre sua origem, família e o passado no Livramento, e Maria Inês também foi um capítulo pouco conhecido, quase obscuro, da vida do escritor. Marco decisivo para ascensão do autor das MPBC, a mudança do distante São Cristóvão para o centro da Capital foi motivada pelo

⁴O contexto histórico formado pela escravidão e pela propriedade agrícola, instituições controladas pelo poder do *pater familias*, tornava difícil a mobilidade social, favorecendo o aparecimento da figura do agregado familiar – indivíduo livre, entretanto, de origem humilde, que recorria à ajuda de uma família em melhores condições financeiras. Nesse lugar social, o agregado familiar, na maioria dos casos, passava a viver na casa do suposto benfeitor, pagando a estadia com serviços domésticos. Por razões óbvias de sobrevivência, a relação entre agregados e protetores exigia o servilismo e a lealdade dos carentes. Em outras palavras: tal relação era um tipo de dependência, disfarçada de caridade, e não a prática da verdadeira filantropia, como ressalta Roberto da Matta (1997, p. 234), pois a filantropia é a ajuda ao próximo, voltada para a construção social. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1995), o agregado familiar é produto da dinâmica econômica e social do engenho agrícola colonial escravista brasileiro, regido pelas normas do velho direito romano canônico, de acordo com as quais a propriedade, a família, os cativos e os agregados estavam sob o poder do *pater familias*. A expansão desse modelo sociofamiliar do campo à cidade, aponta Holanda, teve como fatores: o declínio da lavoura e as migrações do campo à cidade, trazendo os antigos donos de engenhos, os trabalhadores e, com estes, “a mentalidade, os preconceitos e, tanto quanto possível, o teor da vida, que tinham sido atributos de sua primeira condição.” (HOLANDA, 1995, p. 82)

convite do amigo Quintino Bocaiúva para que Machado, um jovem bastante talentoso e ativo nas rodas literárias e jornalísticas da época, integrasse a redação do *Diário do Rio de Janeiro*. No periódico, além de assumir a seção de notícias, o jovem Machado resenhava os acalorados debates do Senado. Foi exatamente nessa época que ele conheceu de perto os bastidores políticos da Corte, onde as tramas mais importantes da época eram tecidas e destecidas, além de estabelecer relações importantes e duradouras com figuras destacadas do cenário político e das letras.

Alfonso Henriques de Lima Barreto teve uma origem semelhante à de Machado de Assis. Nasceu pobre, negro e descendente de escravizados, no bairro das Laranjeiras, subúrbio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1881, exatos sete anos antes da Abolição da Escravatura. Décadas mais tarde, abordaria sua origem, na crônica *Carta fechada – ao meu maravilhoso Zé Rufino* (1917), apontando os fatores responsáveis pela marginalização social de indivíduos como ele, vítimas de um contexto de fortes manifestações racistas, presentes em todas as esferas da vida social: “Nasci sem dinheiro, mulato e livre.” (BARRETO, 2012, p. 30). O pai, João Henriques, era um tipógrafo profissional de talento reconhecido, que trabalhou ativamente, de 1870 até a proclamação da República, em 1889, com passagens por importantes jornais da época, como o *Jornal do Commercio*, *A Semana Ilustrada* e os liberais *A Reforma* e a *Tribuna*. Entretanto, a República alteraria definitivamente a modesta estabilidade dos Barreto. Por sua posição liberal monarquista, além da relação de compadrio com o poderoso Visconde de Ouro Preto – apoiador bastante próximo de D. Pedro II e padrinho de Lima –, João Henriques logo se tornou alvo de perseguições políticas acirradas, por parte do novo Governo, que o obrigaram a pedir demissão da tipografia da Imprensa Nacional, em 1890. Affonso Celso de Assis Figueiredo, de quem Lima Barreto herdou o prenome, era um dos mais importantes políticos do Segundo Reinado, amigo pessoal de D. Pedro II. Durante anos, o Visconde de Ouro Preto esteve ligado a João Henriques, e foi pela intercessão direta do poderoso compadre que o tipógrafo conseguiu o cargo de mestre de composição, em 1889, na Imprensa Nacional, o que lhe garantiu uma boa renda. Ouro Preto também custeou o ensino preparatório do garoto Lima, no renomado Liceu Popular Niteroiense, colégio frequentado pela elite burguesa da época. Ao longo de toda a sua obra, Lima nunca citou Affonso Celso e, segundo nos conta Francisco de Assis Barbosa (2017), a quem devemos o primeiro e dedicado trabalho de organização e publicação das obras do autor do TFPQ, o único encontro entre padrinho e afilhado, nos anos da escola Politécnica, deixou uma péssima impressão no escritor, que considerou Ouro Preto um homem frio, aborrecido e antipático, com ele e com João Henriques. Lima nunca mais voltaria a procurá-lo. Ainda de

acordo com Assis Barbosa, a relação entre Ouro Preto e João Henriques esfriou depois que o compadre pobre, sem querer abrir mão do emprego público e da educação dos filhos, se recusou a administrar uma fazenda do Visconde de Ouro Preto, no interior de Minas Gerais. Como se vê nesse episódio, o compadrio entre ricos e pobres, apesar de comum, nunca envolveu equidade de direitos sociais. Em seu *Diário íntimo*, nota de 12 de junho de 1903, Lima Barreto resume exemplarmente tal condição de dependência: “Os protetores são os piores tiranos.” (BARRETO, 2018e, DI, p. 18)

João Henriques almejou seguir carreira na Medicina, no entanto, ao perceber os obstáculos que enfrentaria, preferiu concentrar todas as expectativas no filho mais velho, Afonso Henriques. Amália Augusta, a mãe de Lima, era professora primária, filha de uma cativa liberta da importante família Pereira de Carvalho. Confirmando a trágica regra geral de dependência, Amália Augusta e Geraldina Leocádia, avó materna de Lima, permaneceram como agregadas dos Pereira de Carvalho, embora Leocádia já tivesse recebido a alforria e Amália, nascida livre. Amália Augusta morreu precocemente, em dezembro de 1887, em decorrência de partos difíceis, que lhe fragilizaram a saúde, e da tuberculose. Lima, então com apenas seis anos de idade, levaria o impacto desse trauma por toda a sua vida. Sobre isso, podemos ouvi-lo, através do Cazuzza, personagem central do conto *O único assassinato do Cazuzza*, confessar a amargura nunca superada pela morte de Amália Augusta: “Durante toda a minha vida, fez-me muita falta. Talvez fosse menos rebelde, menos sombrio e desconfiado, mais contente com a vida se ela vivesse.” (BARRETO, 2002a, p. 22). Assim começa o desabafo de Cazuzza-Lima, que prossegue bastante emocionado: “Deixando-me ainda na primeira infância, bem cedo firmou-se o meu caráter; mas, em contrapeso, bem cedo me vieram o retraimento, o desgosto de viver e a capacidade de ruminar mágoas sem comunicá-las a ninguém [...]” (Ibid.). Sob contextos e personagens variados, os mesmos sentimentos de inadequação, desconforto e retraimento, em face do mundo, serão vistos, ao longo de toda a ficção barretiana.

Sobre Machado de Assis, no estudo referência sobre a vida e obra do mestre das MPBC, Lúcia Miguel Pereira (1988) o define *como alguém que abraçava sem apertar*. Mesmo quando atingiu o ponto mais alto de sua trajetória intelectual e literária, aclamado como o maior escritor de sua época, o escritor manteve a conhecida diplomacia afável e um comportamento esquivo, que não se deixava ver por completo, *um bicho de concha*, nas palavras de Lúcia Miguel, cuja única porta aberta para a própria alma foram seus livros. Retomando o argumento de Bakhtin, o escritor que ocupa o lugar da *exotopia* é capaz de observar de fora tudo o que vivencia de dentro e, a partir dessa posição, ele toma à matéria

viva do mundo a substância que transforma em realidade estética. Seguindo Bakhtin e o veio aberto por Lúcia Miguel Pereira, retomamos quatro perfis femininos machadianos – Guiomar, Estela, Lalau e Helena –, analisados pela crítica e biógrafa como a exploração estético-literária dos desafios enfrentados por seu criador, impelidos, criador e criaturas, a transitar por entre desafios e estratégias sagazes e diplomáticas, na luta pela ascensão social. Guiomar, a protagonista do romance *A mão e a luva* (1874), tal como Machado de Assis, é afilhada de uma senhora rica, a quem a jovem encanta com afagos sinceros e bem planejados. Órfã ainda menina, Guiomar começa a ter estranhos desmaios – a epilepsia de Machado também se manifestou na infância. Doce, gentil, mas não ingênua, Guiomar é ambiciosa e prática, entretanto, ela não age motivada tão somente pela venalidade. Bem cedo, a menina humilde descobre as desigualdades de classe observando, por entre a fenda do muro que havia entre a sua casa pobre e a rica chácara da madrinha, a vida de luxos das moças “bem-nascidas” do solar, vendo nestas e naquele luxo o que desejava para si. Inteligente e muito sincera em relação a seus objetivos, Guiomar assume a ambição de ascender socialmente e transforma sua natureza cativante e o afeto da madrinha rica em seus maiores trunfos. Assim agindo, consegue herdar a fortuna da rica senhora, e se casa com um homem tão adequado a ela como uma mão pode adequar-se a uma luva. Helena, protagonista do romance homônimo, lançado em 1876, também aspira à mudança de classe, entretanto, ao contrário de Guiomar, que conquista a madrinha com uma mescla de gentilezas, doçura e inteligência prática, Helena lança um artifício condenável para herdar a fortuna do Conselheiro Vale: forja uma certidão de nascimento, engana a família do Conselheiro, põe as mãos na herança, porém, no que parece aludir a uma condenação moralista pela trapaça, Helena adoece e morre subitamente. Estela, figura importante do romance *Iaiá Garcia* (1878), e Lalau, de *Casa Velha* – narrativa originalmente publicada como folhetim, na revista *A Estação*, entre janeiro de 1885 e fevereiro de 1886 – são moças pobres, no entanto, seguem caminhos opostos aos de Guiomar e Helena. Motivadas por orgulho pessoal e por rígidos princípios morais, Estela e Lalau não aceitam casamentos que, funcionando como trampolim social, enfatizariam as posições sociais dos parceiros, optando pela renúncia ao amor verdadeiro unicamente por não pertencerem à mesma classe dos homens a quem amam. Sem desafiar a oposição de Valéria, mãe de Jorge, o homem amado, Estela abre mão do rapaz e termina viúva, sozinha e professora primária, no interior de São Paulo. Lalau e Félix são apaixonados, mas enfrentam a resistência de D. Antônia – mãe do rapaz e protetora de Lalau. No final, mesmo cessada a resistência de D. Antônia, Lalau se mantém firme, rejeita Félix e aceita um pedido de casamento que não lhe garante felicidade. Separados por orgulho e pela hierarquia de classes,

Lalau e Félix terminam se casando com outras pessoas, levando o narrador à seguinte conclusão: “Se ele [Félix] e Lalau foram felizes, não sei, mas foram honestos, e basta.” (ASSIS, online, 1994a, p. 52). Tal como Machado de Assis, Guiomar, Helena, Estela e Lalau enfrentaram o peso da rígida hierarquia de classes, que exigiria às duas primeiras grande dose de praticidade e disciplina para transcender a origem pobre; quanto às duas últimas, movidas por orgulho e por apego aos próprios valores, abriram mão da felicidade, optando por uma vida obscura e sem paixão. A doce e sagaz Guiomar, a mais bem-sucedida do quarteto, soube ver a fenda no muro posto entre as classes sociais como uma oportunidade, ao invés de uma fatal condenação, não se contentando apenas em observar a vida dos ricos. Transitando na perigosa fronteira entre o afeto sincero, a inteligência sagaz e os movimentos certos, e sem distender em demasia o fio de suas ações para o abismo da venalidade, Guiomar soube fazer bom uso da sagacidade e do afeto da madrinha. Assim, aproveitou as oportunidades, herdou um grosso patrimônio, foi feliz no casamento e anunciou, na definição de Alfredo Bosi (1982), o *tempo moral* em que o cálculo frio ou cinismo, na grande obra machadiana, seria visto como a prática comum, até nas relações primárias. Esperteza, cálculo frio ou tática de sobrevivência necessária aos pobres? E quem pode condenar uma pessoa especialmente talentosa por querer corrigir, usando a inteligência e uma forte obstinação, o que a origem pobre lhe negou? Ainda falando com Alfredo Bosi (1982), nos casos em que a matriz é o desequilíbrio de classes ou mesmo a situação periclitante, a via de compensação é sempre o patrimônio ou o matrimônio, que *a composição necessária da máscara* vai mediar. Distanciando-se gradativamente da crítica a tais métodos, Machado passa a constatar e a representar personalidades cada vez mais complexas e obstinadas, dispostas a atingir seus objetivos, em uma sociedade em transição. Desde Helena até Iaiá Garcia, essa complexidade pode ser notada. Mentindo, forjando uma certidão de nascimento e explorando a boa-fé da família que a acolhe, Helena sucumbe ante a ação implacável do destino. Altivas, personalidades que não sucumbem nem à paixão e nem à conveniência, Estela e Lalau permanecem agarradas seus valores, porém terminam em circunstâncias melancólicas. Ambas antecipam a atitude de Eugênia, a bonita e sóbria *flor da moita* das MPBC, que escolhe não lutar por Brás Cubas, tão pouco usa o interesse que nele desperta para conseguir a ascensão social através do matrimônio, acabando miserável e solitária num cortiço imundo do Rio de Janeiro. Diante disso, é interessante pensar que talvez Machado vislumbrasse o mesmo destino obscuro e miserável para si, caso optasse pela renúncia altiva ou pelo radical desprezo das boas oportunidades, na sociedade vigente. Observadas sob esse prisma, como destaca

John Gledson (2006), *as mulheres, suas vidas, seus amores e frustrações* estão presentes em toda a produção machadiana, elucidando talvez confissões oblíquas.

Oposto do discretíssimo Machado de Assis, Lima Barreto adotou tons fortemente confessionais, em toda a sua obra, tornando-a um acesso quase direto à sua intimidade. Em sua escrita, expôs problemas de saúde, como o alcoolismo e as traumáticas internações manicomiais, sofrimentos familiares, a inadequação à mediocridade do serviço público, a dor pelo preconceito racial de que foi vítima. Com isso, Lima buscou transformar o leitor em alguém próximo e solidário com o seu sofrimento, certamente por isso muitos protagonistas barretianos enfrentam as mesmas dores de seu criador, sendo igualmente refratários ao meio social, fracassados socialmente, mas não intelectualmente, obrigados a suportar trabalhos, ambientes e pessoas medíocres. Quando são alvos do racismo, tais personagens reagem com silêncio e angústia. Partindo dessa perspectiva, Robert John Oakley (2011) analisa as trajetórias de dois grandes protagonistas barretianos, compostas de muitas semelhanças e uma sutil diferença: Isaías Caminha, figura central do romance *Recordações do escrivo Isaías Caminha* (1909), e o Gonzaga de Sá, protagonista de *Vida e morte de J. M. Gonzaga de Sá*, publicado em 1919. De acordo com Oakley, Isaías Caminha e Gonzaga de Sá encarnam o embate entre polos inconciliáveis: de um lado, o meio social corrompido, que favorece a bajulação e o elogio da mediocridade; do outro lado, o dos dois protagonistas, estão o comportamento ético, o talento verdadeiro e a inteligência. Escolhendo resistir à onda geral de venalidade, arrivismo e pessoas medíocres, Isaías e Gonzaga de Sá fracassam socialmente. No entanto, a resistência e o fracasso são, ao mesmo tempo, as maiores virtudes dessas almas nobres e sofridas, que escolheram não se dobrar às imposições do meio. Ambos negros e pobres, Caminha e Sá enfrentam a marginalização socioeconômica, Isaías Caminha amarga o ambiente tacanho do funcionalismo público, e Gonzaga de Sá conhece de perto a imprensa venal – um dos alvos frequentes das críticas de Lima. Padecendo as mesmas tristezas e decepções, ambos constatarem que suas vidas foram desperdiçadas, presas em ambientes medíocres e venais porque o desejo revolucionário do intelectual verdadeiramente ético capitulou diante das necessidades econômicas, tornando-os alvos de humilhações, impostas por sucessivos chefes idiotas e corruptos. Entretanto, embora vivam a mesma realidade, Isaías Caminha e Gonzaga de Sá terão posturas diferentes: ao final, Caminha sai, em exílio, ficando longe das aflições e da mediocridade, que tanto rejeitou; Gonzaga de Sá decide permanecer no ambiente social onde é hostilizado, sofrendo ataques e angústias. Ainda assim, Gonzaga de Sá resiste ao vazio intelectual e moral que o cerca, entretanto, evita o confronto aberto. Como o próprio Lima Barreto, Gonzaga de Sá jamais capitulou às imposições do meio, nas palavras

de Osman Lins: “O exame dos seus numerosos escritos revela-nos, de ponta a ponta, uma coerência a toda prova. Ele esteve sempre, invariavelmente do mesmo lado.” (LINS, 1976, p. 175) Se Lima enfrentou abertamente seus adversários através de sua obra, Gonzaga de Sá escolheu o silêncio, o que não significou uma rendição. O silêncio de Gonzaga de Sá não é o dos covardes, mas o grito mudo dos desajustados e angustiados, estranha mescla de fragilidade e resistência, de fracasso social e prova de nobreza moral. Contrários à régua comum da vulgaridade de ideias, Isaías Caminha e Gonzaga de Sá preferem assumir o peso do ostracismo a partilhar, ainda que por um segundo, o sucesso dos medíocres. Retomando John Oakley, Gonzaga de Sá possui a mesma aura dos heróis carlyleanos – personagens criadas pelo escritor inglês John Carlyle. Como eles, Gonzaga de Sá e Isaías Caminha são figuras cuja força provém exatamente de sua falta de importância, do fato de serem eclipsados, na sociedade corrompida em que vivem, por isso, são os verdadeiros heróis da história.

Ao falar através de muitas de suas personagens, Lima Barreto mescla doses de autobiografia e trabalho ficcional, com objetivo declarado de expor a condição miserável e angustiante dos marginalizados sociais, pessoas vistas como insignificantes para o meio social, que terminam por evidenciar, em seus malogros pessoais e sociais, os vícios da sociedade que os rejeita. O conto *O filho da Gabriela*, originalmente publicado em 1906, ilustra exemplarmente o elo forte, tecido entre a vida e a obra de Lima Barreto, cujos limites entre ficção e confissão configuram-se tensos. A trama gira em torno de Horácio, o filho único da Gabriela, uma empregada doméstica negra. Desde cedo, o menino demonstra o enigmático silêncio dos heróis carlyleanos, e muito da alma tímida e angustiada de seu criador. A vida de mãe e filho acumula uma sucessão de abusos: padrões exigentes, preconceituosos e gananciosos, exploração, salário misérrimo, falta de solidariedade, mercado de trabalho competitivo, a saúde frágil do garoto e a ausência paterna. Na cena de abertura, encontramos Gabriela sendo duramente repreendida pela patroa – branca, rica e esposa do Conselheiro Calça –, por suas constantes ausências no trabalho, em busca de cuidados médicos para a frágil saúde do Horácio. Em tom intimidador e sem nenhuma compaixão pela criança, a patroa reclama: “Os filhos de vocês agora têm tanto luxo. Antigamente, criavam-se à toa; hoje, é um deus-nos-acuda, exigem cuidados, têm moléstias...” (BARRETO, 2002b, p. 141). Ofendida em sua dignidade e em seu amor materno, Gabriela abandona o emprego e vai direto para as dificuldades do mercado de trabalho – a história possivelmente é ambientada entre finais do XIX e início do século XX –, saturado pela Abolição e pela chegada dos imigrantes europeus. A partir de então, o foco narrativo ilumina a realidade dos muito pobres,

Gabriela e Horácio vão em busca de abrigo na casa de uma antiga conhecida da empregada, onde são pessimamente acolhidos, *num pobre quarto de estalagem, úmido que nem uma masmorra*. Horácio é espancado pela dona da casa, nas ausências mãe que, a cada nova tentativa de emprego, é vítima de alguma crueldade: ora exploração trabalhista ora patrões autoritários. Tudo isso acaba empurrando Gabriela para a prostituição e para um flerte perigoso com o álcool – “arrastada, já por vício, já pelo desespero da miséria em que vive [...]” (BARRETO, 2012, p. 81), destaca Lima acerca da relação entre alcoolismo e pobreza, no trecho da crônica *Da minha cela* (1918). As infelicidades e a frágil saúde de Horácio acabam levando Gabriela de volta ao casarão do Conselheiro e às exigências de d. Laura, a antiga patroa. Não muito tempo depois, Gabriela morre, deixando Horácio, agora um jovem taciturno e solitário – evidente *alter ego* de Lima –, na casa dos padrinhos ricos, a padecer de *bruscos saltos de humor*, em meio a uma atmosfera angustiante de inadequação. Isolado de todos, Horácio está sempre recluso ou pelos cantos da luxuosa mansão Calaça, entre a discreta ternura de d. Laura, a madrinha, e o descaso do Conselheiro e de seus amigos ricos. Com o Gonzaga de Sá, Horácio partilha o mesmo silêncio enigmático das almas sofridas, mas resistentes, na angústia de: “viver à parte, a transplantação violenta, a falta de simpatia, o princípio de ruptura que existia em sua alma, e que o fazia passar aos extremos das sensações e dos atos.” (BARRETO, 2002b, p. 150). Insensíveis à tragicidade da vida de Horácio, todos seguem suas rotinas de conforto. Em sua reclusão sofrida, Horácio é o espelho de um ambiente social excludente e sem solidariedade para com indivíduos como ele, taciturno, marcado por traumas e de condição social humilde. Nesse sentido, seu interior dilacerado evoca o drama dos inadequados, fundamental no projeto literário de Lima, um escritor empenhado em despertar nos leitores a consciência acerca das desigualdades do mundo.

Machado de Assis e Lima Barreto começaram suas atividades na imprensa fluminense. Machado colaborou assiduamente, durante cinquenta e três anos, praticamente ininterruptos, nos maiores veículos de comunicação da época, como o *Diário do Rio de Janeiro*, cujo redator-chefe era Quintino Bocaiúva. Foi o primeiro jornal diário do país, com grande circulação, desde 1821 até 1878, quando extinguiu suas atividades. De vertente liberal republicana, *O Diário* foi um dos grandes representantes da chamada geração de intelectuais de 1870, defensora do que Sílvio Romero chamou de “um bando de ideias novas” – Cientificismo, Positivismo, Spencerianismo, Darwinismo –, como o caminho para tirar o país do atraso e colocá-lo no rumo do Ocidente, considerado modelo de civilização, mais especificamente, a Europa industrializada e os Estados Unidos da América. Como fazia questão de indicar seu redator-chefe, o jornal defendia ideias liberais e veiculava, além de

anúncios – tendência inovadora para a época –, críticas à política palaciana do Segundo Reinado, noticiários e resenhas dos debates no Senado, ambas as seções assinadas por Machado de Assis, então, com apenas vinte e um anos de idade. Nessa convivência direta e cotidiana com o ambiente parlamentar, registrada em crônicas como *O velho Senado* (1898), Machado despontava para um novo círculo de relações sociais, figuras como o escritor Bernardo Guimarães e o jornalista Pedro Luís, sobre os quais fez o seguinte comentário: “não posso esquecer que, nesse ano e no outro [1860-1861], ali estiveram comigo Bernardo Guimarães, representante do *Jornal do Comércio*, e Pedro Luís, por parte do *Correio Mercantil*, nem as boas horas que vivemos os três.” (ASSIS, online, 1994b, p. 01)

Por volta de 1855, antes de *O Diário*, Machado, ainda adolescente, foi caixeiro, na livraria de Francisco de Paula Brito, conhecido agitador cultural, no Rio do Segundo Reinado. Em seguida, revisor de provas e empregado da tipografia, responsável por editar *A Marmota Fluminense – jornal de modas e variedades*, organizado por Paula Brito. Foi na *Marmota fluminense* que Machado publicou seu primeiro poema, *Meu anjo*, versos tímidos e cheios de ardor romântico, dedicados a uma musa inacessível (e não declarada), “És um anjo de amor – um livro d’ouro”, no entanto, segundo corria à boca pequena, a musa era Anetta Casloni ou Augusta Candiani, prima-donas da ópera italiana, bastante famosas no Brasil. A livraria de Paula Brito, localizada no antigo Largo do Rossio, na Praça da Constituição, era um espaço cultural bastante frequentado, conhecido pelos encontros e rodas livres de leitura, e tanta liberdade motivou algumas linhas mal-humoradas de Evaristo da Veiga – autor da letra do Hino Nacional, livreiro e redator –, lançadas através do *Aurora Fluminense*, de 02 de dezembro de 1831. Veiga condenou o acesso gratuito dos frequentadores aos livros e periódicos, fraqueado por Paula Brito: “[...] lerem-se Periódicos grátis na Praça da Constituição. [...] É costume nas casas, aonde se vendem periódicos, facilitar-se a leitura aos que desejam.”⁵ A nota irritada de Veiga não surtiu efeito, Paula Brito negou a prática, defendeu os frequentadores da livraria, alegando não poder proibir o comprador de ler, onde e quando quisesse. Foi a partir desse ambiente movimentado, e até certo ponto, livre, frequentado por jornalistas, poetas, jovens aspirantes às letras e críticos literários, que o jovem Machado travou seus primeiros contatos com a vida cultural da Corte, rumo à sua fascinante ascensão social e carreira literária. Além da *Marmota Fluminense* e do *Diário do Rio de Janeiro*, citando apenas alguns, Machado integrou o quadro de redatores de *A Semana Ilustrada* (1860), revista do pintor alemão Henrique Fleiuss, cuja epígrafe e a nota de

⁵Sobre o tópico, consultar: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

apresentação anunciavam a linha provocativa do periódico: “*Ridendo castigat mores*.”⁶ Extranho às mesquinhas lutas da política pessoal, ao exame e discussão de nihilidades e ajudados por ventura do favor do público, propomos-nos principalmente a realizar a epigraphe que precede estas linhas”⁷. Nesse exemplar de lançamento, vinha um poema de Machado de Assis, *Quinze anos*, cuja epígrafe, tomada ao sombrio romantismo byroniano de Alfred de Musset, “Oh! la fleur de l’Eden, pourquoi l’as-tu fannée, / Insouciant enfant, belle Eve aux blonds cheveux?” (Oh! Flor do Éden, por que feneceste/Criança desatenta, bela Eva de cabelos loiros?), unia misticismo e desilusão pela inocência perdida, distante da ironia refinada e do rir de soslaio, característicos do soberbo analista da fase madura.

Composta de crônicas, notícias da época, resenhas sobre política, artes e costumes, a produção jornalística de Machado de Assis oferece um acervo riquíssimo para a compreensão do pensamento do escritor, bem como da cultura, da sociedade e da mentalidade brasileiras da época, expostas através da pena de um observador crítico de grande vitalidade intelectual, que se moveu com desenvoltura através de todos os temas relevantes no seu tempo. Dada a riqueza desses escritos, que escapam às dimensões desse estudo, e tendo em vista os propósitos dessa seção, retomamos uma amostragem das crônicas machadianas, publicadas no jornal *O Futuro*, entre setembro de 1862 e julho de 1863, nas quais, em tom direto e sem o filtro da ironia fina e polida dos escritos da maturidade, identificamos no olhar do jovem repórter o germinar do salto luminoso que resultaria em narrativas soberbas como *MPBC* (1881), *O alienista* (1882), *Dom Casmurro* (1899), *Esaú e Jacó* (1904) e outras de igual envergadura literária.

Na crônica de 30 de novembro de 1862, Machado aborda o conflito entre o Brasil e o Peru, envolvendo a navegação do rio Amazonas, e defende a intervenção incisiva das forças imperiais, em prol da dignidade brasileira, *vilipendiada* pelos peruanos. Na crônica de 1º de janeiro de 1863, cita os desconfortos da Capital imperial – o mais importante ambiente sociopolítico de sua obra –, no verão, onde o pó das ruas e o calor são o *cepo fatal* dos que não vão a Petrópolis ou à Tijuca, *fugir ao fogo que toda a cidade respira*. O teatro nacional – uma das paixões de Machado – é tema frequente desse período, seja para lamentar o estado de abandono ou para comentar as produções dignas de alguma nota, mais ruins do que boas. A crítica direta ao tratamento insofrito dado à questão pela política de D. Pedro II surge na crônica de 15 de setembro de 1862: “Para os que, como eu, vêm no teatro uma tribuna e uma escola, é triste contemplar o abandono em que ele jaz, sem que a iniciativa oficial intervenha

⁶*Ridendo castigat mores*: frase latina que significa “Rindo, castiga-se os costumes.”

⁷Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/702951/per702951_1861_00001.pdf

com a sua força e com a sua autoridade.” (ASSIS, online, 1938a, p. 04). Uma peça do escultor francês Léon Deprez de Cluny, *Uma família de selvagens atacada por uma serpente*, recebe uma crítica assertiva, na crônica de 15 de fevereiro de 1863, pela caracterização europeizante da indígena brasileira, completamente estranha aos elementos da brasilidade: “na ordem do falso está a indígena, cuja cara com uma leve correção fica puro caucasiano.” (ASSIS, online, 1938b, p. 04). Anticlerical, Machado foi incisivo em relação à poderosa Igreja Católica, criticando *suas empoeiradas* usanças, assim como a maioria de suas práticas, o clero tacanho e mesquinho, acusando a instituição e seus representantes de contradizerem o *ânimo religioso e civilizado* –, temas da crônica de 1º de março de 1863. Em contrapartida, na mesma crônica, Machado sugere a atuação dos homens de letras, congregados em associações literárias, no sentido de promoverem leituras públicas de obras originais. Nas suas palavras, *a leitura sã, o culto do belo e a reflexão sadia* são atividades capazes de educar o espírito do povo para a reflexão e a concentração, *trocando as diversões fáceis pela aplicação proveitosa*. Nas críticas literárias desse período, é interessante notar a atenção dada a aspectos de criatividade e precisão formal, relacionados à composição literária, que seriam predominantes nas suas obras da segunda fase, localizada a partir dos anos de 1878-79: *a escrita em meias tintas, tão necessárias aos melhores efeitos da pintura*, a exploração de novos recantos, ainda não investigados pelo romance, e de critérios advindos da observação e da meditação. Cabem nota as participações em *O Cruzeiro*, no qual escreveu sob o pseudônimo de Eleazar, e publicou o romance *Iaiá Garcia* (18178). Em *O Globo*, jornal do amigo Quintino Bocaiúva, veio a público, *A mão e a luva* (1874), n’*O Jornal das Famílias*, foram publicados todos os contos posteriormente reunidos em *Contos Fluminenses* (1869) e *Histórias da meia-noite* (1873). O *Jornal das Famílias* era a antiga *Revista Popular*, readaptado para o crescente público leitor feminino das classes média e alta, “d’ora avante mais dedicada aos interesses domésticos da família brasileira”, como anunciou seu editor-chefe, o livreiro francês Baptiste Louis Garnier, na edição de lançamento.⁸

Apesar do contexto de mercado editorial bastante incipiente como foi o Brasil do século XIX e início do século XX – e a imprensa tendo sido inaugurada tardiamente, em 1808, sob rígido controle luso –, os contatos travados nos ambientes das redações e as atividades derivadas do jornalismo compunham um ambiente cultural favorável à criação e ao desenvolvimento das atividades jornalísticas e à veiculação de textos literários. Representando um importante espaço para o escritor divulgar suas produções jornalísticas e ficcionais, a

⁸*Jornal das famílias*, 1863, nº 1, Edição de lançamento. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/339776/per339776_1863_00001.pdf

imprensa também garantia a este a base financeira, necessária ao sustento de suas atividades literárias. Segundo Brito Broca (1956), a imprensa desempenhou um papel importante na construção e na consolidação da carreira de inúmeros intelectuais ligados à produção ficcional. Muitos deles se deslocavam de outros lugares para a Corte, em busca de oportunidades e da notoriedade que jamais conseguiriam em suas acanhadas províncias. Nesse tempo, o Rio de Janeiro era a sede dos mais importantes jornais e revistas do país, a exemplo de *Jornal do Commercio* (1827), que tinha entre seus colaboradores o Barão do Rio Branco, e o único a se manter fiel ao folhetim, quando essa forma de publicação já entrava em declínio, no início XX. *A Gazeta de Notícias* (1875), folha que mais abria espaço à Literatura, *O Correio da Manhã* (1901), onde o renomado crítico José Veríssimo – amigo e confrade de Machado, na Academia Brasileira de Letras⁹ – e Joaquim Osório Duque-Estrada – autor da letra do Hino Nacional –, publicavam seções de crítica literária. Além desses, periódicos, revistas, folhetins, pasquins, de vida longa ou curta, cada qual à sua maneira, tiveram importância fundamental para a divulgação da Literatura e para a formação de um público leitor no Brasil. Sobre a possibilidade do jornal amesquinhar a qualidade da Literatura, supostamente obrigando o escritor a empobrecê-la, tornando-a comercial para agradar um número maior de consumidores menos refinados, o próprio Brito Broca deu uma resposta sucinta e precisa: “Se a Literatura no jornal é apressada, lucra com a difusão.” (BROCA, 1956, p. 217). E toma Machado de Assis, que foi cronista, redator parlamentar e até tarimbeiro de redação, como exemplo de uma prática jornalística que não trouxe nenhum prejuízo à grande qualidade literária do criador de Brás Cubas. Sobre essa parceria entre a Literatura e a imprensa, como acertadamente disse Félix Pacheco, em 1905: “Toda a melhor literatura dos últimos trinta e cinco anos fez escala pela imprensa.” (Ibid.).

Além dos jornais e revistas, a Casa Garnier, em atividade desde 1844, ano de sua fundação, até 1934, quando encerrou suas atividades, representou um papel importante na trajetória literária de Machado de Assis, cuja presença frequente no local conferiu à livraria mais famosa da época uma aura quase lendária. O relacionamento literário entre Machado e a Garnier foi mantido por vinte ininterruptos anos, até a doença e morte do escritor, em 1908. Como o mais ilustre e reverenciado frequentador da livraria, Machado tinha uma cadeira especialmente sua, era visto, na Casa Garnier, quase todas as tardes, acompanhado por outros intelectuais renomados como José Veríssimo, responsável pela conceituada *Revista Brasileira*, cuja redação era o ponto de encontro de uma roda literária seletíssima, formada

⁹De ora em diante, citada como ABL.

por Inglês de Souza, Lúcio de Mendonça, Graça Aranha, o próprio Machado de Assis, João Ribeiro, Silva Ramos – o grupo responsável pela fundação da ABL, em 1897. A editora Garnier publicou algumas das obras mais importantes de Machado de Assis, como o romance *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), *Papéis avulsos*, (1882) *Histórias sem data* (1884), *Quincas Borba* (1891), *Dom Casmurro* (1900) e *Esau e Jacó* (1904). Como ressalta Lúcia Miguel Pereira (1988, p. 224), Machado assistiu ao começo de sua glória de dentro da Garnier, admirado por escritores de carreira consolidada e por jovens talentos, que frequentavam o lugar para vê-lo, travar relações ou ter a oportunidade de uma menção honrosa do escritor a uma de suas obras, quem sabe, até ser apadrinhado por ele, como jovem Mário de Alencar, filho do romancista José de Alencar¹⁰.

Despontando com verve satírica e ironia implacáveis, Lima Barreto iniciou sua carreira no jornalzinho estudantil, nos tempos de jovem aluno do curso de Engenharia da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde ingressou em março de 1897, ambiente rememorado, anos mais tarde, como de difícil adaptação para o jovem negro, suburbano e filho de um modesto almoxarife. Na época de Lima, a conceituada Escola Politécnica, a asa de ex-alunos famosos como André Rebouças, Pereira Passos e Euclides da Cunha, era frequentada pelos herdeiros das famílias mais ricas e influentes do Brasil. Jovens ricos e elegantes como o baiano Miguel Calmon du Pin e Almeida, futuro engenheiro e ministro da República Velha, Guilherme Guinle, herdeiro da Companhia Docas de Santos e outras inúmeras propriedades, no Rio, que alcançou grande destaque no meio empresarial da época, Eugênio Gudín, descendente de franceses radicados no Brasil, e Benjamin da Rocha Faria.

¹⁰A profunda amizade entre Mário de Alencar e Machado de Assis foi motivo de comentários e elucubrações maliciosos graças à declaração indiscreta do escritor e acadêmico Humberto de Campos. Esse roteiro de ficção sensacionalista surgiu no consultório do médico de Campos, o Dr. Afonso Mac Dowell, que atendia muitos acadêmicos, inclusive Mário e Machado, ambos epiléticos – eis a “pista” de Mac Dowell para a suspeita da paternidade adúltera. Segundo Campos, o próprio médico lhe teria revelado ser Machado de Assis, e não José de Alencar, o verdadeiro pai de Mário de Alencar. A conclusão lógica de Humberto de Campos foi a seguinte: houve um romance adúltero entre Machado e Georgiana Cochrane, esposa de José de Alencar, cuja casa Machado frequentou durante anos. Enfim, insinuações nunca provadas, mas o *Dom Casmurro*, com uma Capitu acusada pelo marido de ter cometido adultério, exatamente com um grande amigo do casal, e um filho de paternidade suspeita ataçaram a imaginação de Campos. Por fim, a crônica ferina de Humberto de Campos sobre o caso: “Mergulhei no oceano desse mistério, tateantes as mãos do meu pensamento. *Dom Casmurro* não será uma história verdadeira? Aquele amigo que trai o amigo, aquele filho que fica de uns amores clandestinos, não seriam páginas de uma autobiografia?” (CAMPOS, 1954, p. 154), Humberto de Campos tinha talento para a polêmica. Em 11 de fevereiro de 1922, inaugurou a revista *A maçaã*, dirigida pelo Conselheiro X.X., pseudônimo adotado por ele, que chocou a sociedade da época ao estampar fotos de mulheres seminuas. A publicação foi alvo de críticas e perseguições, o que motivou Lima Barreto a defender publicamente o semanário e a liberdade de imprensa: “polícia foi feita para prender gatunos e assassinos e nunca a crítica literária, sob qualquer ponto de vista.” Em seguida, Lima acusa grande parte da imprensa da época de covardia e subserviência para com o poder: “Que ‘pataqueiros’, fabricantes de ‘revistas’ e ‘peças’ de duvidoso mérito a ela se sujeitem, admito; mas, um escritor celebrizado, que usa da liberdade de crítica que as leis lhe facultam, o faça, não posso conceber.” *A Careta*, 11 de março de 1922. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/careta/careta_1922/careta_1922_716.pdf

Eram os “bons rapazes” da Politécnica, sempre vestidos de modo impecável, com os ternos Raunier – dono da famosa alfaiataria de mesmo nome –, chapéu-coco, bengalas de castão de ouro e polainas brancas, no melhor estilo francês dos janotas ricos. De acordo com Francisco de Assis Barbosa, por duas vezes, Lima foi alvo do preconceito dos colegas endinheirados da Politécnica: Miguel du Pin tratou o colega com desprezo, e também houve racismo no comentário de um aluno veterano, que zombou do prenome de Lima. Teria dito o tal veterano: “Vejam só! Um mulato ter a audácia de usar o nome do rei de Portugal!” (BARBOSA, OP, 2017, p. 04). Quanto a Miguel du Pin, as diferenças entre Lima e o antigo colega não eram apenas sociais, mas também ideológicas, e tão pouco ficariam esquecidas na Politécnica. Lima foi um dos críticos mais implacáveis de Miguel du Pin, acusou publicamente o desafeto, nas crônicas *São Paulo e os estrangeiros I e II*¹¹, de fazer parte do grupo de plutocratas sediados em São Paulo, que atuavam, junto à República, em prol do insaciável enriquecimento, argentários, sem nenhum freio moral. Plutocratas insaciáveis liderados por Altino Arantes, “êmulos do sabichão Miguel Calmon e daquele francês, Georges Duroy, que, com a alcunha de ‘Bel-Ami’, Maupassant estudou e imortalizou.” (BARRETO, 2012, p. 48). Logo após ser indicado pela ABL a uma cátedra, em Portugal, o Bel-Ami tropical foi satirizado por Lima, em *Estudos Brasileiros*, crônica publicada, em 1918, no jornal *A Lanterna*: “Miguel Calmon, professor de cálculos, na Bahia, e cadete de linha de tiro, aqui, devido às profundas provas que deu, de saber cultivar batatas em quintais burgueses, foi escolhido para professor da Universidade de Lisboa da cadeira de Estudos Brasileiros.” (BARRETO, 2018a, EB, p. 01-02). Na Politécnica, Lima conviveu com alguns desses futuros mandarins, descritos nas crônicas da maturidade como ambiciosos, sem freios éticos, vorazes na prática do enriquecimento a qualquer custo. Em 1903, o então estudante da Politécnica foi obrigado a abandonar os estudos para cuidar do pai, definitivamente enlouquecido, e dos três irmãos. No entanto, se a Politécnica foi um ambiente de preconceito e esnobismo, como tantas vezes o escritor revelou, foi também o lugar onde ele formou um pequeno grupo com o qual partilhava ideias e até uma certa intimidade. Segundo nos conta Lilia Moritz Schwarcz (2017, 4, p. 51), Everardo Bachkheuser, um dos integrantes, chamou essa turma de *o pessoal do contra*, jovens como Nicolau Ciancino, Otávio Carneiro, Manuel Ribeiro de Almeida e Bastos Tigre, idealizador do jornal estudantil *A Lanterna*, no qual Lima fez sua estreia como cronista. Bastos Tigre, cuja relação com Lima se estenderia além dos anos da Politécnica, era um jovem talentoso, de temperamento alegre e bem relacionado entre os colegas, notório agitador

¹¹As crônicas *São Paulo e os estrangeiros I e II* foram publicadas, no jornal *O Debate*, respectivamente, em 06 e 13 de outubro de 1917.

cultural dos grupos estudantis da Politécnica. Anos depois, Bastos Tigre receberia o pseudônimo de Don Xiquote, por suas críticas ácidas e implacáveis.

No cenário cultural brasileiro, entre a primeira e a segunda década da República, Lima, escritor e jornalista já conhecido, integrava o grupo da intelectualidade boêmia do Rio de Janeiro, autodenominado Confraria Humorística, junto com amigo e parceiro Bastos Tigre, o temido Don Xiquote, o caricaturista Raul Pederneiras, o poeta Emílio de Menezes, o crítico Gonzaga Duque, cujos encontros, no famoso Café Papagaio¹², rendiam performances irreverentes e discursos satíricos e bem humorados sobre temas políticos e culturais, em pauta na época. Retornado à participação em *A Lanterna*, “órgão oficioso da mocidade de nossas escolas superiores”, sob os extravagantes pseudônimos Alfa Z e Momento de Inércia, Lima participava com crônicas sarcásticas e pinceladas de humor sobre a vida acadêmica, a tirania de alguns professores, o pedantismo e a janotice dos alunos ricos, de acordo com o irreverente e sagaz colaborador, os preferidos (e protegidos) dos tiranos da instituição. Assim, o jovem cronista de estilo provocativo se tornava conhecido entre os colegas, abordando temas espinhosos como o preconceito racial e social, que sempre afirmou ter sofrido por parte de alguns colegas e professores, como Licínio Atanásio Cardoso. Positivista ferrenho, Cardoso era professor de Cálculo, temido por uns, odiado por outros e bastante rigoroso com os alunos. Nas disciplinas ministradas por Licínio Cardoso, Lima foi reprovado várias vezes. Através d’*A Lanterna*, crônica de 31/11/1902, Lima iria à desforra, zombando do ranzinza Licínio, ao mesmo tempo, fazendo críticas sérias, e muito atuais, sobre a elitização do ensino, além dos métodos, questionáveis e antiquados, para formação e avaliação dos alunos: “Pobres rapazes! Como neles cavaram profundo a tradição e o preconceito, que são o sedimento das gerações! Pois não veem que bombas e etc. são ideias feitas, nada atestando quanto à nossa capacidade e valor intelectual?” (BARBOSA, 2017, OP, p. 10). Antipositivista, antielitista, crítico da excessiva valorização do título doutoral, mais dedicado às leituras filosóficas, Lima tinha especial preferência por Descartes. Devotado às Artes, especialmente, à Literatura, também não tinha nenhum apreço pelos cálculos do rabugento positivista Licínio Cardoso.

¹²Em notas tomadas à Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa M. Starling (2015), o famoso *Café Papagaio*, localizado na Rua Gonçalves Dias, próximo à charmosa Confeitaria Colombo, era um lugar agitadíssimo. Além de ser um café literário, o *Papagaio* era o ambiente cultural preferido de jovens intelectuais e boêmios do Rio republicano. De acordo com as narrativas da época, até a mascote do lugar, a papagaio-fêmea Bocage, se comportava de forma, no mínimo irreverente, falava muita pornografia, declamava versos indecorosos, e chegou a ser apreendida pela polícia, devido umas trovas picantes, direcionadas à esposa do chefe de polícia. No *Café Papagaio*, o grupo autointitulado Confraria Esplendor dos Amanuenses, formado por Lima e alguns amigos próximos, da época do serviço público ou ligados à Literatura e ao jornalismo, organizava performances irreverentes, bebia, discutia sobre política, Artes, Literatura, criticava os jornalistas e a imprensa. Assim, entre muita polêmica, boemia e irreverência, a Confraria Esplendor dos Amanuenses agitava a vida cultural da cidade.

Foi durante esses anos que o jovem e talentoso Lima compreendeu, através de duras experiências, o peso de sua ancestralidade africana e de sua condição social humilde, atribuindo, em parte, a tais fatores, as sucessivas reprovações que sofria de docentes como o próprio Licínio Cardoso, cujos critérios de avaliação, segundo Lima, eram abrandados para os alunos brancos e ricos da Politécnica. Além desses problemas de inadaptação, um pai tomado pela loucura e três irmãos mais novos exigiram seu ingresso no funcionalismo público, em 1903, como amanuense da Secretária da Guerra do Estado do Rio de Janeiro – ambiente que Lima sempre detestou. Na maturidade intelectual, ao rememorar as experiências da Politécnica, *sem boas relações de família e sem pistolões*, fez uma crítica profunda sobre as implicações entre poder, elitismo e academia, no Brasil republicano:

Esses privilégios e a diminuição da livre concorrência que eles originam, fazem que as escolas superiores fiquem cheias de uma porção de rapazes, alguns às vezes mesmo inteligentes, que, não tendo nenhuma vocação para as profissões em que simulam estar, só têm em vista fazer exame, passar nos anos, obter diplomas, seja como for, a fim de conseguirem boas colocações no mandarinato nacional e ficarem cercados do ingênuo respeito com que o povo tolo cerca o doutor. (BARRETO, 2018b, AU, p. 03)

Em sua crítica ao círculo vicioso formado por privilégio de classe, academia e poder, Lima expõe um quadro devastador do mandarinato nacional, oriundo das renomadas instituições de ensino superior – aristocratas, nepotistas, lenientes, no tocante às graves questões sociais do país, alavanca de ascensão para os mais ricos, em detrimento das aptidões intelectuais e do talento, indispensáveis para gerir as questões de interesse público geral. Em sua visão política, disso resulta o quadro de cupidez monetária e desinteresse profissional de figuras proeminentes e diplomadas, que ocupavam os espaços de poder da época. Em contraparte, o indivíduo pobre e sem acesso à escolarização se porta como um *toló*, que apenas contempla o seu mandarinato pedante e bacharelesco. Mais ainda: porque desinteressados e ambiciosos, tais figurões não passam de dublês de profissionais, cujas práticas aviltam o povo e seus direitos. A partir de *A Lanterna*, o jornalzinho estudantil com muitas pretensões e poucos recursos, Lima Barreto começava sua longa atividade na imprensa fluminense, um de seus mais importantes veículos de críticas aos *status quo*, com breves intervalos apenas para cuidar da saúde – debilitada por problemas com o alcoolismo.¹³ O

¹³Lima Barreto passou por duas internações para tratamento de saúde. A mais longa, em 1914, o colocou recluso durante dois meses, no Hospício Nacional de Alienados, na Praia Vermelha. Em 1919, aposentado do serviço público, por motivos de saúde, foi novamente recolhido ao hospício, onde permaneceu sob cuidados médicos por pouco mais de um mês. O escritor narraria essas dolorosas experiências no *Diário do hospício* e no *Cemitério dos vivos*, reunidos na mesma edição, em 1953, junto com o *Diário íntimo*. Além dos sentimentos de revolta e

escritor também contribuiu com diversos jornais e revistas do Rio de Janeiro e de São Paulo, desde os mais modestos, como *O Suburbano* – periódico da Ilha do Governador –, passando pelos de curta duração, como *O Diabo*, cujo nome dispensa comentários acerca da irreverência de sua linha editorial, até os mais prestigiados como a elegante revista *Souza Cruz*, o jornal *Correio da Manhã*, o mais influente da Primeira República, *O Debate* e *O Paiz* – estes três últimos de viés governista. Junto a estes, publicou ativamente na prestigiada revista *A Careta*, aquela que se propunha a castigar os costumes rindo, o que Lima realmente fazia. Integrou o grupo do polêmico e provocativo *A Maçã*, de Humberto de Campos – o homem por detrás do suposto caso de paternidade/adultério envolvendo Machado e Mário de Alencar –, *A voz do Trabalhador*, periódico de linha anarquista, centrado na defesa da ação conjunta dos sindicatos e dos anarquistas, e *A Estação Teatral*, mais voltado às questões culturais. No *Correio da Noite*, uma das críticas mais pontuais de Lima foi acerca do patriotismo, eivado de racismo, dos políticos brasileiros, ofendidos com as críticas dos caricaturistas estrangeiros ao Brasil, capazes de deflagrar uma guerra contra quem usasse apontar a presença negra por aqui. Sobre isso, na crônica *Um conselho*, afirma o cronista implacável: “Se lá aparecem desenhos em que o Brasil figure com pretos, os sábios cá de casa vociferam que aqui não há pretos.” (BARRETO, online, n.p., 1915). E Lima prossegue defendendo a liberdade de expressão criativa, aliada a uma postura mais analítica e madura, portanto, menos beligerante, para com aqueles que mostram o país real: “É pueril semelhante estado de espírito. Não só porque uma caricatura representa um julgamento individual, como também as mais das vezes esse julgamento é certo.” (Ibid.)

A contribuição de Lima à imprensa é uma seara riquíssima, cuja diversidade de temas abordados excede as dimensões dessa pesquisa. Desse modo, nos limitamos a traçar um panorama ilustrativo das diversas linhas editoriais percorridas pelo escritor, que sempre se manteve coerente e honesto com seus princípios, na defesa dos marginalizados e na crítica ao poderes vigentes. Nesse sentido, Lima Barreto desempenhou o papel público do intelectual, como define Edward Said (2005, p. 25), “do indivíduo dotado de vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público”. De acordo com Said, tal posicionamento exige a esse perfil de

humilhação, causados pelo alcoolismo e pelas internações compulsórias, Lima apontou o pedantismo de grande parte dos médicos da instituição e as lacunas da Ciência, completamente despreparada para uma abordagem humanista do indivíduo com problemas psíquicos e de dependência química. Disso resultaria, entre outros graves equívocos, a exclusão social do louco, encarcerado, afastado do convívio social e submetido a abordagens humilhantes. Outro fato citado pelo escritor era a predominância de pessoas negras e pobres, em tais instituições, apontando para o encarceramento, não apenas jurídico-legal, mas também psíquico desses grupos sociais.

intelectual *uma certa agudeza*, que lhe desperte a consciência de ser alguém cuja função é levantar publicamente questões incômodas, confrontar ortodoxias e dogmas, ao invés de simplesmente produzi-los. Dessa forma, esse tipo de intelectual é alguém “que não pode ser facilmente cooptado por governos ou corporações, e cuja *raison d'être* é representar todas as pessoas e todos os problemas que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete” (SAID, 2005, p. 27). As armas de Lima foram a ironia e o sarcasmo, e ele sempre esteve do lado dos excluídos, criticando implacavelmente a truculência e a ganância dos poderosos. Em linhas pontuais, Lima abordou temas de interesse social, de costumes, concernentes à moralidade, à política, nacional e internacional, como a Primeira Guerra Mundial, tematizada em crônicas, no *Correio da Noite*. Além do racismo, tema destacado, ao longo de toda a sua obra, Lima pontuou a violência contra a mulher, o elitismo e a venalidade dos grupos de poder da República, a carestia dos aluguéis, o custo de vida, o anarquismo e a Revolução Russa, em 1917, movimento pelo qual demonstrou grande simpatia. Como destaca Beatriz Resende (2017), usando a pena do cronista de dores e mágoas, Lima Barreto conferiu destaque e visibilidade à classe média dos subúrbios e ao emergente operariado, grupos que passaram a figurar nas páginas das revistas e dos jornais mais elegantes do tempo, captados pelo escritor em momentos aparentemente banais, como nos pobres enterros de Inhaúma, nos bailes suburbanos, ou nas viagens de trem, dos subúrbios feiosos e esquecidos até o centro da Capital Federal, onde o novo projeto urbano da República imprimia o selo da tão cobiçada modernidade, na linha dos padrões europeus. Mas esse selo de modernidade ficaria restrito ao centro, pois os subúrbios e demais áreas pobres do Rio continuariam tão feios e esquecidos como nos tempos da Monarquia. Não obstante a sua longa relação com a imprensa, e mesmo quando o dinheiro dessa atividade se tornou indispensável para o sustento dos Barreto, Lima não deixou de manifestar publicamente seu descontentamento com grande parte dos profissionais e veículos de comunicação, alguns destes, chefiados por gente bastante poderosa, a exemplo de Edmundo Bittencourt, dono do *Correio da Manhã*, duramente satirizado em *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Nas palavras de Lima, eram os empregados da *imprensa burguesa*, cooptados pelo poder político e econômico dominante, por isso faziam vistas grossas a problemas políticos e sociais de grande relevância, somente para agradar a rica e vaidosa burguesia fluminense. Covardes e sem posicionamento intelectual combativo, jornalistas desse tipo viviam a bajular os figurões da elite nacional, inundando os periódicos e revistas de futilidades.¹⁴ Sem poupar nem mesmo a *Gazeta da*

¹⁴A esse respeito, indicamos a crônica *Os nossos jornais*, publicada na *Gazeta da Tarde*, de 20/10/1911.

Tarde, na qual publicou *Os nossos jornais*, Lima criticou o jornal por abrir espaço a *bobagens* como a vida social e a *toilette* correta das damas e cavalheiros burgueses: “Tipos ricos e pobres, néscios e sábios, julgam que as suas festas íntimas ou os seus lutos têm um grande interesse para todo o mundo. Sei bem o que é que se visa com isso: agradar, captar o níquel, com esse meio infalível: o nome no jornal.” (BARRETO, 2018c, ONJ, p. 05-06)

Lima Barreto tinha republicanos e burgueses argentários em péssima conta – e motivos não lhe faltavam –, acusando-os de agir sem óbices morais, sentimentais e *nem mesmo legais*¹⁵ para amontoar milhões. O escritor sempre atribuiu a doença mental de João Henriques e os duros reveses financeiros que atingiram a família Barreto ao regime de horror desencadeado pela República. Desse modo, à medida que não dava tréguas a políticos e nem a outros desafetos seus, Lima revelou uma profunda solidariedade humana e intelectual – uma militância – para com as vítimas do que o sociólogo Manuel Bomfim, em 1905, chamou de *conservantismo histórico e político das elites latino-americanas*, responsável pelas graves mazelas sociais, denunciadas por Lima Barreto, ao longo de toda a sua obra. Com uma visão bastante alinhada às concepções do autor do TFPQ, em 1905, quando a República brasileira não tinha sequer duas décadas, Manuel Bomfim trouxe a público, em *América Latina: males de origem*, uma análise crítica sobre a formação política e histórica das nações latino-americanas, contrária ao Positivismo e às teorias raciais europeias, aceitos por grande parte da intelectualidade brasileira da época, relacionando os males do contexto presente ao obscurantismo sociopolítico e administrativo, herdado do modelo de sociedade colonialista, no caso brasileiro, o modelo sociopolítico e cultural ibérico. Na raiz do que chamou de *conservantismo afetivo*, Bomfim localiza nossas classes dirigentes, unidas na defesa e na manutenção de um passado nacional obscurantista, “com sua longa série de crimes, iniquidades, violações de direitos, resistências sistemáticas ao progresso.” (BOMFIM, 2008, p. 117). Acerca dessa posição absolutamente contrária a qualquer tipo de mudança, defensora dos privilégios, Bomfim é categórico: “Onde quer que surja a oposição conservadora, há um privilégio que se quer manter.” (Ibid., p. 118). De modo bastante previsível, as mazelas, oriundas do conservantismo histórico e sociopolítico, herdado do colonialismo ibérico, explodiram no lado oposto ao dos privilégios, ou seja, o lado dos explorados e despossuídos. No grupo dos intelectuais que apontaram o caos social – se não criado, definitivamente agravado pela República –, Alcindo Guanabara (1865-1918), jornalista, político e um dos

¹⁵Crônica *No ajuste de contas*. In: BARRETO, Lima: **Antologia de artigos, cartas e crônicas sobre trabalhadores**. Belo Horizonte: Edições Viva Voz – Fale/URMG, 2005, p. 53-61. Disponível em <http://www.letras.ufmg.br/site/e-livros/LimaBarretojan.pdf>

membros fundadores da ABL, definiu o contexto como um verdadeiro cenário tolstoiano de horrores. A expressão tolstoiana *infernos sociais*, retomada por Nicolau Sevcenko (2003) a Alcindo Guanabara, define exemplarmente o estado de abandono e miséria gravíssimos em que foram deixadas as populações negras e pobres, no Rio de Janeiro do primeiro decênio republicano do século XX. Entre finais do XIX e início do século XX, a Capital Federal viveu um período de grandes reformas urbanísticas e econômicas conhecido como Regeneração¹⁶, fruto das aspirações cosmopolitas da emergente burguesia republicana. Não obstante os fins justificados alegassem o indispensável fomento do progresso e da modernização econômica e urbana do Rio de Janeiro, e do Brasil, na prática, a Regeneração mirava os interesses dos ricos. E os meios utilizados para concretizar os projetos regeneradores sequer disfarçavam a natureza antipopular da empreitada, duramente sentida pelos mais pobres. A lista das causas e consequências dessa mentalidade burguesa republicana, de acordo com Nicolau Sevcenko, teve como moto-contínuo o elitismo, portanto, sem disposição para considerar as graves necessidades das populações carentes, tais como a condição problemática das zonas periféricas da cidade do Rio, deixadas de fora do eixo urbano central das reformas, e a urgente necessidade de inserção social e econômica do imenso contingente de ex-cativos, livres, entretanto, postos à margem da cidadania efetiva. Completando esse verdadeiro estado de calamidades, agravado pela Regeneração, cabem nota os índices alarmantes de suicídio e de alcoolismo. Essa verdadeira catástrofe humana e social, vivida pelo próprio Lima Barreto, foi tratada, com tintas apropriadamente duras, na crônica *Da minha cela*¹⁷, publicada no jornal A. B. C., em 30/11/1918:

O sábio plumitivo, ao afirmar essas coisas de vodka, de “sadio”, de “equilibrado”, a nosso respeito, esqueceu-se que a nossa gente humilde, e mesmo a que não o é totalmente, usa e abusa da “cachaça”, aguardente de cana (explico isto porque talvez ele não saiba), a que é arrastada, já por vício, já pelo desespero da miséria em que vive graças à ganância, à falta de cavalheirismo e sentimento de solidariedade humana do nosso fazendeiro, do usineiro e, sobretudo, do poder oculto desse esotérico Centro Industrial e da demostênica Associação Comercial, tigres acorados nos juncais, à espera das vítimas para sangrá-las e beber-lhes o sangue quente. Esqueceu-se ainda mais das epidemias de loucura, ou melhor, das manifestações de loucura coletiva (Canudos, na Bahia; Mukers, no Rio Grande do Sul, etc.); esqueceu-se também do Senhor doutor Miguel Pereira (“O Brasil é um vasto hospital”).¹⁸ (BARRETO, 2012, p. 81-82)

¹⁶A esse respeito consultar a subseção 2.2 O BRASIL EM DUAS VERSÕES: A VIDA DOS POBRES, neste estudo.

¹⁷*Da minha cela* foi escrita, em 1918, durante uma breve internação de Lima Barreto, no Hospital Central do Exército, no Rio de Janeiro, para tratar uma fratura na clavícula, resultado de uma crise alcoólica.

¹⁸A afirmação “O Brasil é um vasto hospital” foi dita pelo médico sanitário Miguel Pereira, em 1916, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, durante o discurso de recepção ao colega Aloysio de Castro, que acabara de chegar da Argentina. A frase de Miguel Pereira caiu como uma bomba, nos meios políticos, médicos e intelectuais da época, incitando calorosas manifestações contrárias e em apoio à polêmica levantada por

De modo recorrente, Lima Barreto lançou mão de mágoas pessoais para iluminar questões de âmbito coletivo, a exemplo da trágica relação entre miséria, alcoolismo e loucura, interpretada pelo escritor numa ótica diversa daquela defendida pela Ciência racial do século XIX, que associava problemas da psique humana a grupos específicos. Sob a pena do *sábio plúmifero*, a loucura e o alcoolismo cabiam unicamente nas etiquetas da hereditariedade e da degeneração – supostas consequência da mistura de raças evoluídas e com as não evoluídas. Ao desconsiderar as causas sociais, econômicas e de natureza individual, presentes na gênese de problemas graves como o alcoolismo, a miséria, a loucura e o suicídio, os defensores das teorias eugenistas justificavam e promoviam o encarceramento manicomial e prisional massivo dos pobres e dos negros, catalogados como uma gente propensa à miséria, ao crime e demais patologias, em consequência da má herança genética e cultural, ou pelas sucessivas mesclas inter-raciais. Munido desse instrumental teórico racista, o médico e antropólogo Nina Rodrigues acusava, em *Os africanos no Brasil* – tese escrita entre 1890 e 1905 –, as sociedades indígenas e negras de viverem em estágio de barbarismos *ante-jurídicos dos representantes das raças inferiores, negra e vermelha*. Por conseguinte, negros e indígenas eram, no Brasil, os *representantes das raças inferiores*, “os quais, contrários à ordem social estabelecida no país pelos brancos, são, todavia, perfeitamente lícitos, morais e jurídicos, considerados do ponto de vista a que pertencem os que os praticam.” (RODRIGUES, 2010, p. 301). Políticas eugenistas, elitismo governamental, racismo, exclusão, marginalização, encarceramento manicomial e prisional das camadas negras, indígenas e pobres, nada poderia soar mais absurdo e agressivo às ideias defendidas por Lima Barreto, uma realidade que o escritor expôs e combateu através de seu projeto intelectual e literário, comprometido em denunciar a desigualdade social e a exploração – fontes de miséria e de angústias. A grande ambição literária de Lima Barreto foi tornar o leitor um companheiro de lutas, alguém capaz de entender, juntamente com ele, o universo de figuras pobres e aflitas, através da íntima conexão entre o leitor e a vida de suas personagens, até que surgisse um elo de solidariedade politicamente consciente entre seres humanos, independente de condições sociais ou quaisquer outras. Para Lima Barreto, tanto no universo ficcional como no mundo da vida, os sofrimentos humanos são, quase sempre, derivados do campo histórico. Nesse aspecto, o escritor retoma a questão de um mundo social corrompido, entretanto, não por forças obscuras

Pereira. Além de debates, réplicas e trélicas movimentaram os jornais, via artigos inflamados. A afirmação de Miguel Pereira serviu para expor a responsabilidade direta da República e dos grupos dominantes, absolutamente negligentes diante das trágicas condições de saúde das populações pobres e marginalizadas do interior do Brasil.

ou acima de nossa compreensão, mas por *ganância, falta de cavalheirismo e sentimento de solidariedade humana*.

Praticamente tudo o que diz respeito ao humano, em sua dimensão íntima, política e social, não passou despercebido a Machado de Assis e nem a Lima Barreto, dois escritores com grande sensibilidade e talento analítico para desnudar a vida, na perspectiva de um imenso teatro, onde as regras que definem vencidos e vencedores são traçadas no âmbito político, por isso mantenedor da cadeia voraz de riquezas às custas da miséria e da opressão social. Machado e Lima criaram projetos literários completamente distintos, guiados pela mesma questão fundamental, e que se eleva através de toda a história da Literatura, a saber: a forma e a densidade conferidas à articulação entre o mundo real e o plano ficcional, de acordo com os princípios que norteiam a vida e as percepções acerca do mundo e da Arte, próprias a cada escritor. Machado de Assis expressou uma visão bastante sofisticada da natureza da Arte e de seu relacionamento com a vida contextual, de acordo com a qual grande parte da sugestão de realidade que emana do mundo criado pela ficção, sob vários aspectos, consegue ir muito além daquilo que a experiência concreta pode nos oferecer. “Ninguém sabe o que sou quando rumino” (ASSIS, online, 1994c, p. 24). A confissão, feita pelo médico Luís Garcia, do conto *A causa secreta*, poderia ser usada pelo próprio Machado para explicar o enorme grau de expressividade, limpidez de estilo e profundidade analítica atingido por sua Literatura, notadamente, a partir dos anos de 1878-1879 – momento definido pela crítica machadiana como o do grande salto na prosa de ficção do escritor. Analisando a linha evolutiva do mestre das MPBC, Antonio Candido (2000) observa que Machado soube identificar e compreender os pontos fortes de três de seus predecessores, expoentes do romance romântico urbano: em Joaquim Manuel de Macedo, detectou a visão acertada para a descrição de costumes; reconheceu como Manuel de Antônio de Almeida soube colorir a prosa com um realismo sadio; e, em José de Alencar, pinçou a vocação analítica do autor de *Iracema* (1865). Antonio Candido observa que o grande salto representado pela Literatura de Machado de Assis aconteceu exatamente porque ele foi capaz de unir o que de melhor havia nesses três antecessores. Com isso, lhe foi possível fecundar o romance romântico e, ao mesmo tempo, superar seus predecessores, acrescentando profundidade analítica à apresentação realista das relações sociais urbanas, inacessível à bonomia de Manuel Antônio de Almeida, e apenas pressentida por José de Alencar. Na pena do ficcionista maduro, criador de uma *frase perfeita e inimitável*, como ressalta Silviano Santiago (2016, I, p. 48), as figuras machadianas são talhadas nem essencialmente boas e nem essencialmente más, são personagens que se movimentam no equilíbrio entre ser um espelho da natureza humana, igual em toda parte, e o

que a sociedade e seus costumes acrescentam, definem ou interditam a essa matéria bruta essencial. Sem exagerar na expressão dos caracteres e longe da bonomia de Manuel Antônio, Machado deu forma a sua conhecida visão desencantada da natureza humana junto aos imperativos do meio social, onde cada um é, até certo ponto, livre para escolher como reagir à poderosa corrente geral dos valores, o que, na grande maioria das vezes, significa se movimentar com sagacidade e cálculo, para atingir objetivos pessoais. Por isso, no mundo machadiano, saber manipular as expectativas da opinião pública em benefício próprio é quase tão importante quanto ser um “bem-nascido”, uma vez que cada um vale por aquilo que a sua imagem é capaz de projetar na imaginação do outro. De outra parte, se é próprio ao jogo não afrontar publicamente as regras e os costumes, nada impede que os inteligentes saibam lucrar com opinião pública, a *boa solda* das instituições, “tanto na ordem doméstica, como na política” (MPBC, 1994, p. 113). Tática de sobrevivência, dissimulação, cálculo frio? Essa é uma questão que Machado não chega a fechar, deixando o terreno para que seja tudo isso ao mesmo tempo. No exato momento em que a imagem parece corresponder às convenções sociais, nos defrontamos com o verdadeiro caráter e com os interesses nada nobres das figuras machadianas, ocultos sob a fachada da ordem social e da ilusão das aparências. De volta a Luís Garcia, o médico de *A causa secreta*, a reflexão prossegue: “A palavra é uma espécie de peneira, por onde a ideia sai com dificuldade, creio que mais fina e muito menos sincera. Ruminando a ideia fica mais íntegra e livre. Sou mais profundo ruminando, e mais elevado também” (ASSIS, online, 1994c, p. 23). As palavras de Luís Garcia reverberam na escrita em meia-tinta, traço marcante da ficção machadiana, artifício lhe permitiu arrancar tudo à peneira das convenções sociais, rir e refletir, de forma matreira, sobre os problemas do tempo, resguardando a integridade das ideias e as suscetibilidades do fino leitor. No estilo do ironista elegante que construiu para si, Machado soube dar tapas com luvas de pelica e enxergar a alma humana no centro de todos esses problemas. “A obra em si mesma é tudo” (MPBC, 1994, p. 05), declara Brás Cubas, no capítulo *Ao leitor*, das MPBC. Como dito anteriormente, Machado atingiu uma visão bastante refinada da natureza da Arte e da escrita literária, tratando-as como uma experiência profundamente comprometida com o mundo e com a complexidade da existência humana.

Dito isso, sirva de exemplo da concepção artística machadiana o belíssimo conto *Mariana*. Originalmente publicada no *Jornal das Famílias*, em 1871, a narrativa de *Mariana* tece uma sucessão de episódios envolventes sobre o desenlace amoroso e o reencontro de dois amantes, sem fazer nenhuma concessão às expectativas românticas do leitor. A base do conto é uma concepção da Arte e da experiência estética como produtoras e mediadoras de um vasto

campo de experiências morais, afetivas, intelectuais e estéticas, dificilmente atingíveis quando se está preso à visão comum cotidiana. Eis o trecho: logo após uma ruptura abrupta e devastadora, Evaristo, amante da bela Mariana – casada com o Xavier –, viaja para a Europa, onde permanece por dezoito anos. Em 1890, quer fosse por curiosidade acerca da recente República ou pela sensação de uma “conta amorosa em aberto”, Evaristo decide voltar ao Brasil. Durante o longo afastamento, nenhum fio de recordação ligou Evaristo à antiga paixão, muito menos à terra natal, pois, segundo ele: “o viajante põe e Paris dispõe.” (ASSIS, online, 1994d, p. 54). O romance proibido, os ciúmes, as ameaças enfrentadas, as juras de amor eterno, a repentina intromissão da mãe de Mariana, pondo fim ao caso, na sequência, o desespero de ambos e a tentativa de suicídio da amante, tudo isso havia se desfeito, em meio aos vapores da Paris cosmopolita e sedutora. Fosse por simples curiosidade ou por algum sentimento inconfesso, assim que chegou ao Rio de Janeiro, em Evaristo, surgiu o desejo de ver a antiga amante: “Que será feito de Mariana?” (Ibid.). Assim começa o desenrolar das ações de Evaristo, e a conclusão desse capítulo de sua vida. Porém, como veremos, nada terá o mesmo sentido para Mariana. Sabendo que a antiga amante permanece casada com o Xavier, e da grave doença do marido, Evaristo decide visitar o casal, levando junto as expectativas próprias aos romances mal-acabados: “Que olhos teriam um para o outro? [...] Agora que a lei do tempo fizera sua obra, que efeito produzira neles, quando se encontrassem, o espectro de 1872, aquele triste ano que quase o pôs doido e quase a deixou morta?” (Ibid.). Entretanto, as expectativas vão esbarrar na realidade de silêncio e de indiferença, vindos de Mariana. Na antiga casa onde ela e o marido ainda moram, no Engenho Velho, até as flores artificiais eram as mesmas e antigas testemunhas do romance proibido, agora, cobertas pela pátina das lembranças e das coisas envelhecidas. Após uma breve espera, Evaristo segue ao até o quarto do casal, encontrando Mariana junto ao moribundo Xavier, tão abatida que parecia ser a extensão do longo sofrimento do marido. No quarto, além do casal, estão alguns poucos amigos mais chegados, e o que se segue talvez seja um dos reencontros mais rápidos e desapontadores da Literatura:

- Peço-lhe licença ... Sinto não poder falar agora a seu marido.
- Agora não pode ser, o médico recomenda repouso e silêncio. Será noutra ocasião.
- Não vim a mais tempo vê-lo porque só há pouco é que soube ... e não cheguei há muito.
- Obrigada. (Ibid., p. 58)

A composição da cena é límpida, contendo apenas o essencial – uns poucos amigos, a esposa abatida, o Xavier, às portas da morte –, e o narrador não deixa nenhuma dúvida sobre o fracasso da reaproximação, por conseguinte, o suspense amoroso está desfeito. Fora dessa atmosfera enfermeira e descorada, nada mais será dito entre eles. Foi um reencontro invernal, sem qualquer tênue lembrança da tempestade de emoções que agitou a vida dos dois. Passados alguns dias, Xavier morre e Mariana se fecha num profundo luto. Evaristo decide tentar um novo encontro, mais uma vez, sem sucesso; Mariana estava na igreja. Porém, tal como na vida, a intervenção do acaso pode agir para selar o destino. Retornando para casa, Evaristo vê Mariana saindo da igreja, o rosto enlutado, as vestes negras, agora, ao invés da indiferença, ele recebe um gélido silêncio da antiga amante. Diante do fracasso de Evaristo – e das possíveis expectativas românticas do leitor – o que nos oferece o conto machadiano para além desse roteiro de ausências, sentimentos murchos, indiferença e desfecho cinzento? Sem as limitações da bonomia e com olhar aprofundado sobre a natureza humana, Machado supera os entrecos de apelo fácil e os perfis humanos previsíveis, centrando toda a carga emocional que poderia fluir da antiga paixão em um acontecimento estético, cujo ponto de irradiação é um quadro, visto na parede da casa de Mariana, momentos antes do reencontro entre ambos. Era um velho quadro, cuja moldura, em dourado envelhecido, era uma bela alusão aos tempos áureos do romance proibido, descorado pelo tempo e pelos encantos de Paris. A obra havia eternizado a imagem da antiga amante ainda jovem, com a mesma beleza e o ímpeto de outros tempos. A partir de então, a narrativa traspõe Evaristo, fascinado pela Mariana do quadro, a níveis distintos de experiências espaço-temporais, tecidas entre a ficção e a realidade, o desejo e a imaginação, a Arte e a vida. Contemplando a obra, Evaristo, enfim, pôde viver tudo o que a separação inesperada impediu: aparar arestas da longa ausência, desfazer os mal-entendidos de 1872 e, assim, concretizar as possíveis expectativas do retorno, em 1890. Tudo isso, concentrado na belíssima passagem a seguir:

Depois, vagorosamente, Mariana desceu da tela e da moldura, e veio sentar-se defronte de Evaristo; inclinou-se, estendeu os braços sobre os joelhos e abriu as mãos. Evaristo entregou-lhe as suas. Nenhum perguntou nada que se referisse ao passado, porque ainda não havia passado, ambos estavam no presente, as horas tinham parado, tão instantâneas e tão fixas, que pareciam haver sido ensaiadas na véspera para esta apresentação única e interminável. Todos os relógios da cidade e do mundo quebraram discretamente as cordas, e todos os relojoeiros trocaram de ofício. Adeus, velho lago de Lamartine! Evaristo e Mariana tinham ancorado no oceano dos tempos. E aí vieram as palavras mais doces que jamais disseram lábios de homem nem de mulher, e as mais ardentes também, e as mudas, e as tresloucadas, e as de ciúme, e as de perdão. (ASSIS, online, 1994d, p. 55)

O episódio é narrado com tal nível de sensibilidade estética e existencial que esse instante, ao mesmo tempo breve e eterno, vivenciado entre o homem e a obra de arte, bastaria para desatar o suspense da história e concretizar o reencontro. A partir de então, *ancorados no oceano dos tempos*, os dois amantes, finalmente, se reencontram, unidos no presente e no passado, no sonho e na realidade daquele momento único e insubstituível, *porque eu não mudarei nunca*, diz a Mariana do quadro, enquanto a Mariana real é distante e fria. Entre confissões nunca feitas, lágrimas, risos e temores, nesse breve e magnífico instante, a Arte inunda a vida para completar as lacunas, reatar laços desfeitos, incorporar o atemporal ao fluxo da vida dos amantes, serenos e temerosos, juntos na amplitude de uma realidade muito mais completa e elaborada do que a vida concreta de ambos. Esse foi o único reencontro “verdadeiro” entre Evaristo e Mariana. Na solidão momentânea da espera, a Arte se funde ao real com tamanha força e intensidade que o malogro das tentativas reais de Evaristo para se aproximar de Mariana surge como uma estratégia ficcional bem elaborada para que aflore a experiência verdadeiramente significativa, ou seja, as relações multifacetadas entre a experiência artística, a vida e o ser humano. Diante disso, por fim, Evaristo conclui: “que arte era superior à natureza; a tela guardara o corpo e a alma.” (ASSIS, online, 1994d, p. 58)

Em 1873, Machado de Assis publicou o célebre artigo *Notícia atual da literatura brasileira. Instinto de nacionalidade*, no qual definiu seu lugar dentro da Literatura e do pensamento cultural brasileiros. Em *Instinto de nacionalidade*, o escritor enfatizou sua relação com a herança literária do Ocidente, na perspectiva de um legado artístico universal, comum a todas as culturas, portanto, à Literatura Brasileira. A partir da discussão sobre o nacionalismo literário, cuja origem Machado situa no nativismo de Basílio da Gama e de Santa Rita Durão, o escritor aborda as contribuições dos românticos indianistas, com destaque para Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães e José de Alencar, considerando a seguinte premissa: “interrogando a vida e a natureza americana, prosadores e poetas ali encontrarão farto manancial de inspiração” (ASSIS, online, 1959, p. 29), além da importância do trabalho conjunto, entre gerações, no sentido de dar forma ao pensamento nacional. Feitas as devidas considerações e ressaltando as contribuições da tradição predecessora, Machado enfrenta a questão mais cara à Literatura da época, isto é, o produto da combinação entre nativismo e nacionalismo, definido pelo autor de *Mariana* como *cor local*, no exato ponto em que o uso exacerbado desse elemento criativo, pautado nas raízes do suposto “genuinamente brasileiro” como única ancoragem para a criação literária, acabou por limitar a criatividade dos romancistas e o desenvolvimento da Literatura Brasileira como um todo. Ainda em desfavor

do que chama *de doutrinas tão absolutas que a empobrecem* [à Literatura], Machado destaca o fato de tais doutrinas, mais especificamente, o uso à exaustão da *cor local*, isolar nossos romancistas dentro das fronteiras do que consideram “genuinamente nosso”, impedindo-os de fecundar suas criações com o riquíssimo legado da Literatura universal, à qual igualmente pertencem as contribuições da Literatura Brasileira. Quando atingiu o ponto alto de sua prosa de ficção, Machado transitou magistralmente entre o local e o universal, enriquecendo a vida e a personalidade de suas figuras com lodo comum e universal da natureza humana e com as facetas sociais e históricas, tipicamente vistas em um argentário escravocrata brasileiro como Brás Cubas – tema da próxima seção. De acordo com Augusto Meyer, Brás Cubas é *o personagem-máscara*, que se insinua por toda a obra da maturidade de Machado de Assis. Ao contrário de seu criador, sempre discreto em relação à sua vida pessoal, o narrador protagonista das MPBC, livre das convenções sociais pela condição imponderável da morte, se tornou: “mais concorde aos propósitos de sinceridade, crítica livre e desassombro que é obrigado a sopitar em sua vida cotidiana.”¹⁹ (MEYER, 2006, p. 415). Sem fazer lugar-comum e nem desconsiderar a tradição literária precedente, Machado de Assis construiu um estilo literário refinado e maduro porque superou as estreitezas das tendências literárias da sua época, formadas por sobreviventes do Romantismo e por adeptos do Realismo-Naturalismo, também valorizou e aprimorou o melhor de seus mais notáveis predecessores, e compreendeu acertadamente a criação literária como um horizonte sem fronteiras e nem barreiras linguísticas, temáticas ou espaço-temporais. Livre, nesse território fecundado por contatos criativos, o escritor não deixou de ser nacional, ou antes, se tornou genuinamente nacional porque: “O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.” (ASSIS, online, 1959, p. 31). Tomando o argumento de Luís Augusto Fischer (2008), embora Machado tenha percebido que colocar os limites da nacionalidade entre as figuras idealizadas e maviotas de índios e da natureza local – como fizeram os românticos – resolveu imgeticamente a questão da Independência e o desejo de construir um país e uma Nação, ele também reconheceu que era necessário avançar tais limites. De igual modo, era preciso diluir a ingenuidade derivada da fantasia triunfalista, própria ao Realismo-Naturalismo, acerca da forma do romance ou da narrativa. Sem tais avanços, e atados por esse rígido suporte de criação, o olhar e a imaginação criativa embotavam, sem conseguir enxergar todas as nuances necessárias para compreender a realidade brasileira. Para essa terceira via,

¹⁹*De Machadinho a Brás Cubas*, crítica literária originalmente publicada na *Revista do Livro* (Rio de Janeiro), ano III, n. 11, p. 9-18, set. de 1958.

elaborada por Machado: “Nem um sereno conceito de país, nem um sereno conceito de romance ou narrativa.” (FISHER, 2008, p. 157). Por conseguinte, Machado precisou criar sua própria forma, suas próprias estratégias literárias, em relação à montagem da narrativa e ao diálogo com a identidade nacional. De qualquer ponto que se observe, uma identidade complexa, perpassada por dilemas e inapreensível a uma única perspectiva de interpretação, identidade que Machado de Assis constantemente pôs à prova, quer seja através de estratégias narrativas desabusadas ou rindo, ironizando e expondo, sem nenhuma reserva, nossos valores mais arraigados.

Quanto a Lima Barreto, o autor do TFPQ estreou a sua literatura *militante*, em 1909, com *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*, narrativa de forte cunho autobiográfico, cujo protagonista é um rapaz negro, íntegro, de origem modesta e inteligente, que se muda para o Rio de Janeiro a fim de concretizar o sonho de ser doutor. Porém, sua vida e os planos futuros serão arruinadas pelo preconceito e pela venalidade do ambiente social e jornalístico da Capital. Vivendo entre constantes humilhações, Isaiás tem plena consciência de que não pertence àquele mundo de incultos, intelectualmente vazio, onde arrivistas medíocres triunfam enquanto ele é posto à margem. Mesmo consciente do preço de sua resistência, Isaiás não se dobra às táticas costumeiras, que envolvem troca de favores, bajulação e a regra áurea de nunca desagradar a poderosos e endinheirados. Não obstante os muitos sofrimentos, ele segue não aceitando as pressões do meio, enfrenta toda a mediocridade e o vazio intelectual, que o tornam vítima de humilhações e decepções, através do silêncio resistente. Isaiás Caminha decide permanecer nessa atmosfera até o fim, entretanto, sem nunca, de fato, se integrar. Resumindo seu fracasso social, Caminha desabafa, em tom de despedida: “Hoje eu sou um tanto letrado, sei que Stendhal dissera que são esses momentos que fazem os Robespierres. O nome não me veio à memória, mas foi isso que eu desejei chegar a ser um dia. [...] Hoje! ... É noite. Descanso a pena!” (BARRETO, 2018d, REIC, p. 38-39). Alguns dos dramas pessoais mais intensos do escritor estão claramente representados em Isaiás Caminha, personagem através da qual Lima tece uma crítica implacável à imprensa fluminense, numa espécie de desforra das perseguições sofridas. No mesmo espírito da agitação da Confraria Esplendor dos Amanuenses – o grupo que se reunia no famoso e polêmico Café Papagaio²⁰ –, a narrativa não poupa os literatos: “Esses literatos! Livra! Até as lágrimas cobram.” (Ibid., p. 42). Através do Isaiás Caminha, Lima direcionou suas sátiras para muita gente influente, e com grande destaque no cenário cultural do momento, acusando-os de

²⁰Ver nota de rodapé na página 39 desta seção.

distorcer a verdadeira natureza de suas atividades em favor de poderosos, figuras amantes de futilidades, promotores do coquetismo, ao custo da negligência para com as causas sociais. A narrativa do Isaías Caminha, como outros romances de Lima Barreto, é uma obra cheia de tristeza e de desabafo pungentes, junção de projeto literário e de luta social, em prol dos excluídos. Apesar da recepção fria da imprensa, que ignorou oficialmente a publicação de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, enquanto, nos bastidores, fazia oposição cerrada ao escritor, Alcides Maia e José Veríssimo – dois intelectuais renomados, membros da ABL, e muito respeitados por Lima —, publicaram suas impressões sobre romance. Na sua *Crônica Literária*, do *Diário de Notícias* (16/12/1909), Alcides Maia usou de tom amável ao reconhecer as qualidades do escritor, porém, foi assertivo apontando o que considerou como principal defeito da obra, nas palavras de Maia, um *álbum de fotografias* e um *diário atormentado de vinganças* que: “dá a penosa impressão de desabafo, mais própria das seções livres que do prelo literário” (MAIA apud BARBOSA, 2017, J, p. 10). De acordo com Maia, o escritor estreante, tomado pelo ódio aos desafetos, não foi capaz de converter o sentimento em matéria de arte literária. Quanto a José Verissimo, em carta endereçada a Lima, teceu elogios ao talento do colega estreante, mas também pontuou algumas críticas, como o excessivo personalismo, as incorreções de estilo e de linguagem. E, antes de Maia e de Veríssimo, Medeiros e Albuquerque lamentou as tais alusões pessoais da narrativa, condenáveis por compor *as pessoas conhecidas, pintadas de um modo deprimente*. Em resumo, era uma excessiva composição *à clef*, que converteu a obra em *um mau romance e um mau panfleto*. De acordo com Medeiros e Albuquerque um mau romance “porque é da arte inferior dos *romans à clef*. Mau panfleto porque não tem a coragem do ataque direto [...]”²¹ (ALBUQUERQUE apud BARBOSA, 2017, J, p. 08). Com a imprensa adotando o silêncio raivoso e as críticas vindas de intelectuais renomados, Lima, que esperava alcançar com a obra tudo – polêmicas, críticas flamejantes, debates –, menos silêncio e comentários mornos, se ressentiu, entretanto, não depôs as armas. Fincava os dois pés na arena literária, sem nunca renunciar às inferências de cunho íntimo, ao tom de desabafo e à militância intelectual, fundamentos de sua prosa de ficção. Em 1913, através de *Palavras de um snob anarquista*, crônica publicada em *A voz do Trabalhador*, encontramos uma passagem que pode ser tomada como a justificativa de sua escolha por uma escrita militante: “O que não é justo é que muito poucos possam encontrar na vida mais que o supérfluo e alguns mais, unicamente o necessário.” (BARRETO, 2012, p. 21)

²¹Crítica de Medeiros e Albuquerque, sob o pseudônimo de J. Santos, publicada em *A Notícia*, jornal do Rio de Janeiro, de 15/12/1909.

Tal compreensão do papel da Literatura e do escritor justificam as filiações literárias escolhidas por Lima Barreto, escritores que, segundo ele, não faziam uma Literatura plástica, incolor e contemplativa – vertente tão combatida pelo criador de Isaías Caminha e de Policarpo Quaresma –, artistas que escolheram uma atitude política, social e estética comprometida com as grandes causas do seu tempo. Os escritores com que dialogava não eram, portanto, cultores do belezismo dos mais preocupados com a pompa da frase do que com o elevado dever de tornar visíveis as agitações do tempo. Tão pouco eram nefelibatas, perdidos entre os eflúvios rítmicos da frase perfeita, fora e além do conturbado chão histórico e social. Desse modo, Lima traçava seu caminho literário na vertente de escritores como os franceses Anatole France, admirado por sua atuação política combativa e por suas fortes convicções morais, e Jean-Marie Guyou, Hippolyte Tayne, expoente do Positivismo, cuja teoria do homem como produto do meio, do momento e da raça seria filtrada por Lima, no sentido de incluir os aspectos sociopolíticos, históricos e raciais da sociedade brasileira como matéria-prima de sua Literatura militante. Do português Eça de Queiroz, primeiro a usar o termo militante, Lima tomou a definição para seu projeto literário, além de admirar o engajamento político do autor luso. O russo Fiodor Dostoiévski, autor do magistral *Crime e Castigo*, aparece na lista de Isaías Caminha entre *os autores que mais amo*. Para Lima Barreto, todos esses escritores eram profundamente comprometidos com sua época, não se furtavam a olhar a realidade e fazer dela objeto constante de indagação crítica. No Isaías Caminha, ao lado de Dostoiévski, figuram um volume de contos de Voltaire, Tolstói, com seu magnífico *Guerra e Paz*, o Stendhal de *Le rouge et Le noir*, Balzac e o *Cousine Bette*, Gustave Flaubert com *Education Sentimentale*, Ernest Renan com *Antéchrist*, todos esses títulos rigorosamente listados em francês – idioma que Lima dominava com desenvoltura.²² Ao eleger a prosa de ficção como via de militância, Lima construiu uma escrita assumidamente combativa, com urgência em atingir a sensibilidade e a consciência do leitor, por isso a opção por uma linguagem simples, direta ao expor as decepções e a infelicidade dos esquecidos. Lima também definiu seu posicionamento intelectual e sua escrita literária militante em oposição ao estilo dos chamados *medalhões e pérolas*, cultores de uma *literatura delambida, coisas de moça prendada*²³, “sem sinceridade, cerebral e artificial”²⁴, escritores distantes do povo e do verdadeiro Brasil, ilhados em sentimentalismos e em romances fúteis,

²²Na casa de Todos os Santos, apelidada de Vila Quilombo, Lima tinha uma biblioteca, a Limana, na qual, além de revistas e jornais franceses e portugueses, constavam todos os autores e romances amados por Isaías Caminha.

²³O trecho pertence à crônica *Problema Vital*, publicada em *Bagatelas*, 1923.

²⁴O trecho consta nas notas do *Diário Íntimo*, entrada de 05 de janeiro de 1908.

(BARRETO, 2018e, DI, p. 147). Confrontada com as graves crises da época – a Primeira Guerra Mundial e, no Brasil, o ano de 1918 foi marcado por muitos protestos e agitações trabalhistas –, essa Literatura asséptica e sem relação com o mundo real, atestava sua nulidade, uma vez que o tempo convulso exigia uma “literatura militante, ativa, em que o palco e o livro são tribunas para as discussões mais amplas de tudo o que interessa ao destino da humanidade.”²⁵ (BARRETO, 1956a, p. 164,165)

Tais brados militantes tinham endereço certo e conhecido: os membros da ABL, onde, de acordo com Lima, estavam aquartelados os *figurões e pérolas da literatura delambida*, alheia a tudo o que interessa ao destino da humanidade. Apesar das críticas ferozes à instituição e seus membros, Lima lançou sua candidatura à Casa de Machado de Assis por três vezes: em 1917, foi preterido pelo diplomata Hélio Lobo; em 1918, perdeu a vaga para o escritor Humberto de Campos. Em 1921, retirou sua candidatura antes da eleição. Num revide à má-fé de alguns concorrentes, publicado em *A Careta*, de 18/08/1921, Lima expôs a enorme publicidade pessoal, via imprensa fluminense, envolvida na eleição. De acordo com o escritor, os candidatos bem relacionados usavam jornais e revistas como vitrines de autopromoção, além de ganharem passe livre para desbancar concorrentes, através de ataques pessoais disfarçados de artigos. Através da crônica *A minha candidatura*, Lima deu uma resposta precisa sobre a questão: “Se não disponho do *Correio da Manhã* ou do *O Jornal*, para me estamparem o nome e o retrato, sou alguma coisa nas letras brasileiras, e ocultarem o meu nome ou o desmerecerem é uma injustiça contra a qual eu me levanto com todas as armas ao meu alcance.” (BARRETO, 2018f, AMC, p. 02) E acrescenta, com justeza:

Eu sou escritor e, seja grande ou pequeno, tenho direito a pleitear as recompensas que o Brasil dá aos que se distinguem na sua literatura. Apesar de não ser menino, não estou disposto a sofrer injúrias nem a me deixar aniquilar pelas gritarias de jornais. Eu não temo abaixo-assinados em matéria de Letras. (Ibid.)

Ainda em 1921, escreveu *O destino da Literatura*, um texto-manifesto dedicado a uma conferência, em Mirassol, interior de São Paulo, que não chegou a acontecer.²⁶ Publicado, em

²⁵O trecho pertence à crônica *Volto ao Camões*, publicada no *A.B.C.*, periódico de linha marxista, em 27/04/1918.

²⁶A convite do médico e admirador Ranufo Prata, Lima Barreto foi passar uma temporada, em Mirassol, no interior de São Paulo. Prata tinha esperança de que a tranquilidade do lugarejo, os bons ares e uma dieta alimentar sadia recuperassem a saúde do escritor, bastante fragilizada pelo alcoolismo. Os cuidados e a amizade do médico e amigo repercutiram bem na saúde de Lima, entretanto, a tranquilidade só duraria até o convite de um grupo local para uma conferência, em Ouro Preto, especialmente dedicada ao autor do TFPQ. Lima aceitou o convite, mas não compareceu. A pressão e as fragilidades da doença desencadearam uma crise. No dia marcado,

1921, na revista *Souza Cruz*, *O destino da Literatura* defende, em essência, a filiação da Arte, mais especificamente, da Literatura, a ideais e fins elevados, com a missão de transformar o mundo e os valores humanos. Defende seu autor:

[...] a arte literária se apresenta com um verdadeiro poder de contágio que a faz facilmente passar de simples capricho individual, em traço de união, em força de ligação entre os homens, sendo capaz, portanto, de concorrer para o estabelecimento de uma harmonia entre eles, orientada para um ideal imenso em que se soldem as almas, aparentemente mais diferentes, reveladas, porém, por elas, como semelhantes no sofrimento da imensa dor de serem humanos. [...] Mais do que qualquer outra atividade espiritual da nossa espécie, a Arte, especialmente a Literatura, a que me dediquei e com que me casei; mais do que ela nenhum outro qualquer meio de comunicação entre os homens, em virtude mesmo do seu poder de contágio, teve, tem e terá um grande destino na nossa triste Humanidade. (BARRETO, 1956b, p. 62-66)

Ainda que aborde a Literatura, Lima Barreto sempre insere algo de íntimo, comprovando as afinidades entre o homem e sua obra, entre sua militância intelectual e sua vida, dispostas na intensidade dos sentimentos e dos motivos usados para captar a solidariedade do leitor: os homens são igualmente sofredores, por isso todos devem militar em prol da solidariedade comum. Sob o peso dos dramas da existência, é necessário que a fraternidade e a solidariedade entre os iguais – e entre pessoas de diferentes condições sociais – prevaleça. Dentre as muitas passagens nas quais Lima manifesta sua visão da Literatura, a escolha do trecho, acima em destaque, se justifica por dois motivos. Primeiro, tais palavras pertencem a um homem já bastante fragilizado física e emocionalmente – o escritor faleceria em novembro de 1922, aos quarenta e um anos de idade –, que sempre agiu com extrema inteireza e coerência, em relação às causas e aos valores defendidos. De igual modo, sintetizam o empenho imaginativo para expressar os sofrimentos humanos, no intuito de romper a crosta de indiferença, de preconceitos e de ignorância, responsáveis por separar as pessoas pelas razões mais fúteis e indignas. Lima nunca perdeu de vista a crítica ao *status quo*, bem como a intimidade e a solidariedade para com indivíduos que, como ele, vivenciaram duras experiências, causadas pelo preconceito racial, pela pobreza e pela tragédia do alcoolismo. A militância literária, a fé nos altos valores da Literatura, as angústias cotidianas, os altos ideais, os sonhos, as tentativas frustradas, enfim, tudo o que Lima vivenciou surge na pele do major Policarpo Quaresma, uma das muitas vozes ficcionais do escritor, ao mesmo tempo, uma comovente homenagem à figura doce e infeliz do pai, João

o escritor desapareceu, horas depois, foi achado bêbado, caído em uma sarjeta. O discurso, que estava no bolso de Lima, veio a público, em 1921, na revista *Souza Cruz*.

Henriques, cuja história se confunde com a do Policarpo Quaresma idealista, ingênuo e honesto, esmagado pela brutalidade política e por um ambiente social nada solidário para com os honestos e movidos por nobres princípios.

Entre o Machado de Assis, diplomático e cordial burocrata do Ministério da Agricultura, o aristocrático e aclamado presidente da ABL, e o ironista de visão mordaz e devastadora, sempre esteve o intelectual consciente de seu papel, um artista de olhar lúcido e devastador para com as misérias humanas e sociais de sua época e sociedade. O burocrata exemplar, o primoroso e bem-sucedido escritor e o ironista implacável, três nuances que Machado de Assis equilibrou com maestria, transitando nas esferas mais prestigiadas do Rio de Janeiro imperial, dissecando os bastidores desse mundo, desconhecido da grande maioria do povo, com “esse movimento ao canto de boca, cheio de mistérios, inventado por algum grego da decadência, contraído por Luciano, transmitido a nós por Swift e Voltaire” (ASSIS, 2001a, p. 41), conhecido como ironia. Machado e Lima viveram e produziram suas obras em uma sociedade construída sobre o pensamento racial. “O negro é a cor mais cortante, mais impressionante” (BARRETO, 2018g, OCV, p. 131), desabafou Lima Barreto, em *O cemitério dos vivos*. O autor do TFPQ, cujas vicissitudes cedo o levaram ao funcionalismo público, condição comum a muitos de nossos escritores – críticos da sociedade e financeiramente dependentes de suas estruturas político-administrativas –, manteve uma relação acirrada com o poder e com as instituições, tendo como lente a própria experiência pessoal e um posicionamento dissidente, em face das convenções e da opressão, comandadas pelos sistemas de poder. Dissidência intelectual, muitas vezes, assumida no vestuário desalinhado, contrastando com a elegância sóbria dos acadêmicos ou com as tendências da última moda vindas de Paris, as preferidas dos janotas da Ouvidor, no comportamento boêmio e na sua Literatura, repleta de tipos excluídos socialmente, amargurados pela pobreza e pela invisibilidade social. Lima atribuiu à Literatura a missão grande e revolucionária de transformar a realidade, e essa foi a sua grande militância, mais ainda, a sua grande profissão de fé: “Ah! A Literatura ou me mata ou me dá o que peço dela.” (BARRETO, 2018h, DH, p. 05). Através da vida de seus desajustados sociais, defendeu um conceito de Literatura de acordo com o qual tanto a imaginação como os demais talentos do artista deveriam servir a experiências de vida até então negligenciadas pela Literatura Brasileira academicista. Em síntese, Machado e Lima são dois escritores de olhar artístico e social bastante vigoroso, conscientes de seu lugar e de seu papel como intérpretes argutos e essenciais das forças políticas, históricas, morais e literárias e de sua época, cujas concretizações artísticas seguiremos através das narrativas das MPBC e do TFPQ.

1.2 BRÁS CUBAS: “DESSA TERRA E DESSE ESTRUME É QUE NASCEU ESTA FLOR.”

“Diógenes: [...] Menipo, Diógenes está te convidando, caso as coisas na terra já estejam suficientemente zombadas por ti, que venhas para cá zombar muito mais.” (Luciano de Samósata, *Diálogo dos mortos*, 2007, p. 45)

“[...] se o destino do homem é a melancolia, sua dignidade está em rir, mesmo em face da morte, até a cambalhota final.” (Sérgio Paulo Rouanet, *Riso e Melancolia*, 2007, p. 221)

Para Brás Cubas, o solteirão abastado de importante família do Rio de Janeiro imperial, o *defunto autor*, narrador e figura central das MPBC, o riso derradeiro aconteceu numa manhã chuvosa de agosto, em 1869, vitimado por uma ideia fixa – encontrar o remédio para a melancolia humana –, e por uma pneumonia, consequência de um golpe de ar, recebido no jardim da sua bela chácara, no Catumbi, enquanto tentava descobrir o milagroso lenitivo. Tinha sessenta e quatro anos, *rijos e prósperos*, um bom cabedal acumulado, um movimentado capítulo de aventuras amorosas, porém, a ideia fixa, *dos doidos e dos fortes*, tratou de antecipar a última cambalhota da vida de prazeres tranquilos à ordem imutável e universal do sepulcro. No mesmo tom tranquilo e jocoso com que narra a sua existência, Brás Cubas resume a sua última viagem sem nenhuma nota trágica, na veia de um ceticismo, ora completamente amargo ora temperado de humor, entremeado de opiniões mordazes acerca da ordem moral dos ricos, que tão de perto conheceu. No prólogo do romance, sabemos que ele *viajou à roda da vida*, talvez fosse mais apropriado dizer que ele bailou, ao som de um belo minuete, à roda da vida, fazendo sua retirada sem glórias e nem dramas. Foi acompanhado ao *undiscovered country* hamletiano por apenas onze amigos, *Onze amigos!*, provavelmente, dez porque um dos acompanhantes estava sob suspeita por ter recebido vinte apólices, deixadas de herança pelo morto. Sem os dilemas do príncipe dinamarquês, antes, seguiu “pausado e trôpego como quem se retira tarde do espetáculo. Tarde e aborrecido.” (MPBC, 1994, p. 07). Na raiz dessa definição da existência como um espetáculo composto de tédio e de aborrecimento, estão presentes a melancolia e o filete irônico, não aplacados nem mesmo

diante da morte. Em Brás Cubas, o *status animarum post mortem*²⁷ é vivido como uma realidade excêntrica e galhofeira, a partir da qual ele se liberta das amarras sociais e desnuda os muitos caminhos da sua existência, entre pais ricos e permissivos, amores luxuosos, uma vida despreocupada e galante, no Brasil e além-mar, no fim da qual o leitor se depara com a irremediável contradição entre o mundo das aparências e a verdadeira natureza humana.

Como um genuíno espírito irônico e zombeteiro, e fugindo à regra comum de se apresentar pelo dia do nascimento, Brás Cubas começa suas memórias narrando o próprio óbito e, quer seja para provocar os costumes ou para zombar de si mesmo, evoca o Moisés bíblico, que também narrou a própria morte. No entanto, diferente da vida obscura do defunto autor, a grande figura bíblica realizou grandes feitos: libertou o povo hebreu da escravidão, no Egito, abriu o mar Vermelho, fundou uma Nação e “seus olhos nunca se escureceram, nem perdeu o seu vigor.” (DEUTERONÔMIO 34:7). Após a morte, o grande patriarca do povo hebreu teve seu corpo disputado pelo arcanjo Miguel e por Satanás²⁸, sendo pranteado durante trinta dias. Diante de tantos prodígios, envolvendo até uma batalha entre o Bem e o Mal, somos levados a pensar que Brás citou a monumental figura de Moisés apenas para debochar de si mesmo, e do leitor, desconcertado com a presunção do defunto autor, cuja passagem para o além é descrita com uma banalidade igualmente desconcertante: “Nem o meu óbito era coisa altamente dramática...” (MPBC, 1994, p. 07), conduzido por onze amigos (talvez dez), modestamente pranteado por *uma chuvinha triste, miúda e constante*. Ainda que não fosse o dilúvio bíblico, o amigo, herdeiro das vinte apólices, tratou de aproveitá-la bem: “– [...] vós podeis dizer comigo que a natureza parece estar chorando a perda irreparável de um dos mais belos caracteres que tem honrado a humanidade. [...] Bom e fiel amigo! Não, não me arrependo das vinte apólices que lhe deixei.” (Ibid.). Assim, fica resumida a cambalhota final de uma existência sem grandes dramas e sem nenhuma motivação verdadeiramente profunda, sem sofrimentos e sem ter vivido o fragor das grandes paixões, mais contemplativa, errática e volúvel, até o tédio da saciedade e a cambalhota final, rumo ao sepulcro. Com as lentes do descrédito e da ironia direcionadas para os seres humanos e suas realizações, Brás Cubas exporá as intimidades inconfessadas de um mundo de luxos e privilégios, cheio de traições, vaidades, ambição e disputas, no Brasil imperial, oligarca e escravagista do século dezenove.

²⁷A expressão latina *status animarum post mortem* (estado da alma pós morte) é usada por Erich Auerbach, em seu memorável estudo sobre Farinata e Cavalcante – personagens habitantes do Inferno, na *Divina Comédia*, de Dante Alighieri –, para caracterizar o estado anímico das personagens e a unidade do poema, como sistema teórico, realidade prática e criação estética. AUERBACH, Erich. Farinata e Cavalcante. In: AUERBACH, Erich. **Mimesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 1994, p. 151-175.

²⁸“Mas quando o arcanjo Miguel, discutindo com o Diabo, disputava a respeito do corpo de Moisés, não ousou pronunciar contra ele juízo de maldição, mas disse: o Senhor te repreenda.” Judas 1:9

Sendo uma natureza tipicamente errática e volúvel, as causas da morte de Brás, como dito anteriormente, envolveram a ideia fixa grandiosa, mas irrealizável, de criar um emplastro curativo para a melancolia, e um simplório golpe de ar, obra do acaso ou do destino: “Deus te livre, leitor, de uma ideia fixa; antes um argueiro, antes uma trave no olho” (MPBC, 1994, p. 10). Na alma entediada de Brás Cubas, a monomania se revelaria traiçoeira e venenosa. A princípio, aflorou leve e sorrateira, brincalhona e espalhafatosa, ao modo de um colorido trapezista de feira livre, dando cabriolas no trapézio que Brás tinha no cérebro, espantando o tédio e, quem sabe, a melancolia. Depois, assumiu a forma de uma criança mimada e birrenta, esperneou e bracejou. Por fim, cessadas as brincadeiras, era o terrível monstro mítico alado, que revelava sua face aterradora: “Decifra-me ou devoro-te.”²⁹. Mas Brás Cubas não era nem um doido e nem um forte. A melancolia, esfinge do narrador, acabou devorando seu desafiante. Não era um Conde de Cavour (1810-1861), cujo talento como estadista foi essencial para o processo de unificação política da Itália, na segunda metade do século XIX. E nem tão pouco era um General Otto von Bismark (1815-1898), aclamado o Chanceler de Ferro, um dos arquitetos políticos do 2º Reich (Segundo Império 1871-1918) – ambos, o Conde e o Chanceler, estadistas citados no Capítulo IV, que trata da monomania fatal do narrador. Nessa altura da vida, Brás era apenas um solteirão de meia-idade, com algumas notas picantes na biografia, entediado, rico, que desejava a cura da melancolia humana mais fustigado pela vaidade do que por nobres princípios: “De um lado, filantropia e lucro; de outro lado, sede de nomeada. Digamos – amor da glória!” (Ibid., p. 09). Entretanto, a veleidade e a presunção de Brás jamais seriam adversários à altura da melancolia, cujas sombras acinzentadas perpassam toda a história humana. De acordo com os gregos clássicos, os pesados humores melancólicos pertenciam ao deus Saturno – o senhor das antíteses e das maturações lentas e profundas –, a divindade primordial do caos e da Idade de Ouro, cujas forças outonais instilavam a preguiça e a apatia nos seres humanos, mas também a inteligência e a contemplação. No caso de Brás Cubas, essa força imponderável, de origem divina, venceu a ideia megalômana com um simples sopro. Na verdade, um breve golpe de ar, prenúncio de uma morte sem as lisonjas da tragédia: não foi *a morte aleivosa de Cesar*, nem a

²⁹“Decifra-me ou devoro-te”, era o enigma lançado pela Esfinge, monstro mitológico alado, corpo de leão e cabeça de mulher, aos que se dispunham a enfrentá-la. Como esclarece a segunda parte da proposição, os que não conseguiam, eram devorados. Em *Édipo Rei*, do tragediógrafo grego Sófocles, a Esfinge é citada como um monstro horrendo “de garras aduncas e cantos enigmáticos” (SOFÓCLES, online, 2005, p. 87), que assolava Tebas, até que Édipo, um jovem estrangeiro, conseguiu decifrar o enigma proposto, matando o terrível ser. Na sequência, ele se casa com a rainha Jocasta, assume o trono, sem que ambos soubessem que eram, na verdade, mãe filho. A esse respeito, ver SÓFOCLES. *Édipo Rei*. Disponível em:

<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/edipo.pdf>

austera de Sócrates e nem *a orgulhosa de Catão*³⁰, foi consequência de um golpe de ar. Um final indigno para déspotas, imperadores e grandes estadistas como César, o Conde de Cavour e o General Bismarck, “cuja alta hierarquia exige o veneno ou o punhal” (ROUANET, 2007, p. 231), entretanto, um desfecho apropriado para um diletante rico, em busca apenas de “matar o tempo” e satisfazer o amor da nomeada. Um mero palhaço tirano, completa Rouanet, cuja intenção nada tinha de sublime, era apenas burlesca, *simples veleidade de saltimbanco*. Em notas pontuais, aqui fica traçado o percurso de Brás Cubas entre a ideia fixa, a pneumonia e o túmulo, numa fria, melancólica e chuvosa manhã de agosto de 1869. Embora Brás não possua a energia das vontades firmes, os humores pesados e abissais de Saturno também inocularam nele o tédio e a contemplação, vindos do desencanto e da apatia, atributos essenciais para perceber a fragilidade das coisas terrenas. Sem estes, possivelmente a sensibilidade e a profundidade contemplativa não existissem na alma divagante do narrador. Em sua análise sobre a relação entre a origem do drama barroco alemão e o olhar melancólico, Walter Benjamin atribui ao luto a condição de espírito que tornou possível aos grandes estetas barrocos reanimar “o mundo vazio sob a forma de uma máscara, e obter desse mundo uma satisfação enigmática.” (BENJAMIN, 1984, p. 162). Como estado de espírito, o *taedium vitae das naturezas mais ricas*, a melancolia foi a resposta criativa dessas consciências profundas às amarras morais do luteranismo alemão. Ao privar as ações humanas de todo o seu valor, entregando a salvação dos crentes ao exercício da fé, a doutrina luterana teria instaurado um mundo vazio de qualquer sentido às possibilidades concretas da existência. Em contrapartida, o espírito do barroco alemão reinterpretou esse mundo, posto em ruínas e no luto para os seres humanos e suas (boas) ações, através do olhar melancólico, pois, se a fé é o único caminho para a salvação e de nada adianta agir no sentido do bem e da justiça, a alma verdadeiramente rica só encontra a plenitude na satisfação enigmática do mundo, aberto à interpretação melancólica. Isso porque é próprio ao luto intensificar e aprofundar continuamente sua relação com o objeto de contemplação, por conseguinte, acrescenta Benjamin: “A meditação é própria do enlutado.” (Ibid., p. 163).

Com base na concepção de Benjamin acerca do mundo enlutado, é interessante notar que a primeira floração da hipocondria³¹, *flor solitária e mórbida*, aconteceu na alma de Brás

³⁰As referências às três célebres figuras históricas constam no Capítulo XXIII, *Triste, mas curto*, das MPBC.

³¹A teoria clássica dos humores foi desenvolvida por Constantinus Africanus – o mais renomado integrante da Escola de Salerno –, por volta do século XII, na alta Idade Média. Constantinus Africanus definiu quatro tipos fundamentais de temperamento, a depender dos elementos predominantes em cada organismo: o excesso do elemento frio e seco (bílis negra) *bilis innaturalis* ou *atra*, era responsável pelo *humor melancholicus*; o temperamento úmido e quente (sanguíneo) se baseava no sangue; o fleumático, úmido e frio, na água; o seco e quente (colérico), era determinado pela bílis amarela. De acordo com a Escola de Salerno, a bílis negra, oposta à

exatamente no período do luto pela morte da mãe. Desse momento em diante, o *cheiro inebriante e sutil* da flor mórbida jamais o abandonaria. Brás permaneceu dez anos fora do Brasil, levando a boa vida de “acadêmico estroina, superficial, tumultuário e petulante, dado a aventuras, fez romantismo prático e liberalismo teórico” (MPBC, 1994, p. 37), mesmo assim, conseguiu o diploma de bacharel em Direito, na secular Universidade de Coimbra, em Portugal. Em seguida, tratou de aproveitar o *dolce far niente* pela Europa, fez poesias no *regação da Itália*, ainda esfumada pelos versos de Lord Byron, porém, uma carta do pai, avisando do estado terminal da mãe, supliciada por uma grave enfermidade, interrompeu os romances e as peripécias, determinando sua volta ao Rio de Janeiro, por volta de 1832: “se não vieres depressa, acharás tua mãe morta!” Esta última palavra foi para mim um golpe. Eu amava minha mãe [...]” (Ibid., p. 39). Tão logo pôs os pés na cidade natal, Brás reconheceu: saíra *água fresca e pura*, e retornava *mesclada do enxurro da vida*. Encontrou a mãe dilacerada por um cancro no estômago, pele e ossos, padecendo de uma dor crua e lancinante “porque o cancro é indiferente às virtudes do sujeito; quando rói, rói; roer é o seu ofício.” (Ibid., p. 40). Passados alguns dias, a senhora Cubas, a quem o narrador se refere com uma profunda ternura, amada e *tão santa*, faleceu. Dessa perda traumática, surge a visão da existência, semelhante à agonia da mãe, como algo insano, obscuro e incongruente. Anos depois, em seu leito de morte, Brás Cubas, um agnóstico como seu criador, enfim, parece ter encontrado a explicação para o insano da vida. Em delírio, ele crê estar na origem dos séculos, diante de Pandora, ao mesmo tempo, a mãe e a inimiga da vida humana: “– Chamas-me Natureza ou Pandora, sou tua mãe e tua inimiga. [...] Vives: não quero outro flagelo. [...] Sim, verme, tu vives.” (Ibid., p. 15). Se viver é o grande flagelo dos seres humanos, a vida, em seu fluxo eterno, segue com a *regularidade de calendário*. O homem, como um brinquedo nas mãos de Pandora, contribui com o indecifrável mistério da vida tecendo a História e as civilizações para entreter a *necessidade da vida e o desamparo da melancolia*. Abatido e atônito diante da sua perda, Brás decidiu se refugiar numa velha propriedade dos Cubas, na Tijuca, logo após a missa de sétimo dia da mãe, apesar das objeções da família. As reminiscências dessa época apresentam uma paisagem de melancolia e desconcerto, Brás contava as horas e os dias lendo versos soturnos de Shakespeare, “Que bom é estar triste e não dizer coisa nenhuma”³² (Ibid., p. 42), solitário, embaixo de um tamarineiro, outras vezes caçando, dormindo, sempre acompanhado pela spectral lembrança da mãe. Ao longo da vida, essas e outras experiências

bilis naturalis ou *cândida*, era formada no baço, devido ao sangue grosso e seco que fluía nesse órgão. Como consequência, a bÍlis negra inibia o riso, provocando a hipocondria – derivação fisiológica da melancolia. BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 168-169.

³²Os versos citados por Brás pertencem à cena 1, ato IV, da peça *As you like it* (*Como queira*), de Shakespeare.

virão à tona através de um olhar amargo e verdadeiro do inexorável poder do tempo sobre a existência: “Matamos o tempo; o tempo nos enterra.” (MPBC, 1984, p. 118). Durante sete dias, Brás esteve solitário, como ele mesmo definiu, *jururu como as galinhas*, apertava a sua *dor taciturna contra o peito*, enquanto os versos de Shakespeare bradavam na sua alma, até que as pétalas da hipocondria começaram a desabrochar. A flor era esteticamente bela, mas era uma beleza letal e inebriantemente, de um amarelo solitário, pálido como as faces das virgens cloróticas dos românticos, uma beleza que sufocava doce e sutilmente a alma do filho enlutado. Ainda que com espaços para tiradas zombeteiras e sarcásticas, a partir de então, esse estado de espírito o acompanharia definitivamente. Em suas palavras: “[...] confesso que senti em mim um eco, um eco delicioso. [...] Volúpia do aborrecimento: decora esta expressão, leitor; guarda-a, examina-a, e se não chegares a entendê-la, podes concluir que ignoras uma das sensações mais sutis desse mundo e daquele tempo.” (Ibid., p. 42).

Não obstante Brás Cubas seja um melancólico assumido, esse não é o único sentimento com que Machado de Assis colore o espírito do narrador sepulcral. Brás também zomba e ri de tudo, não com um riso jovial e transbordante, como em Rabelais, Demócrito ou Luciano de Samósata, mas um riso cético e irônico, que pode ser visto tanto como o desdém do finado, que nada louva e nem censura, quanto a fria constatação de que, na vida e no caráter humano, tudo é, ao mesmo tempo, inconstância e fugacidade, entremeados de tédio e melancolia, ao final, um risível *déjà vu*. Para os autores clássicos, o riso se manifestava sob duas proposições: o riso patológico, considerado um sintoma de loucura; e o riso medicinal, capaz de purgar o corpo de diversas enfermidades, notadamente, dos pesados humores de Saturno, de acordo com a terminologia medieva, a bÍlis negra. Como observa Sérgio Paulo Rouanet (2007), nas MPBC, Machado de Assis imprimiu, em Brás, ambas as tonalidades do riso: a primeira, em episódios como o riso delirante do narrador moribundo, e na gargalhada tirânica e devastadora de Pandora, quando até “as plantas torceram-se e um longo gemido quebrou a mudez das coisas externas.” (MPBC, 1994, p. 15). E a comicidade, pois, como um legítimo narrador shandiano³³, Brás usa o riso para desafogar o leitor das névoas da melancolia, que pairam sobre todos os espaços do romance. Em uma passagem quase trágica da juventude do narrador, quando Brás tem a ideia sinistra de suicidar-se no mar, lances melodramáticos e algo cômico quebram a morbidez do episódio, composto por uma esposa tísica moribunda, um marido poeta apaixonado e um homem enlouquecido pela perda da única filha. Apesar do luto e da morbidez, no melhor estilo do Brás Cubas machadiano, o

³³O adjetivo shandiano deriva da personagem Tristram Shandy, figura central de *A Vida e Opiniões de Tristram Shandy*, romance de Laurence Sterne, publicado em 1759.

desfecho do caso é irônico e risível. Era por volta de 1822, Brás, então com apenas dezessete anos, acabara de ser traído e entregue ao pai, que o embarca num navio para Portugal, pela bela cocote espanhola Marcela, com quem o jovem teve um romance por exatos quinze meses e exatos onze contos de réis. Inexperiente e tomado de um romantismo soturno, Brás planeja atirar-se ao mar, gritando o nome da bela cortesã – o que já seria tragicômico, tendo em vista que ninguém, muito menos o objeto de desejo, presenciaria o sacrifício, tão pouco escutaria o grito desesperado. Durante a viagem, o capitão do navio, devidamente alertado pelo Cubas pai, espreita e surpreende o suicida. O velho marujo, cuja esposa está às portas da morte, vítima da tuberculose, logo percebe as intenções perigosas do jovem e tenta lhe distrair recitando versinhos tímidos de sua autoria, enquanto ambos contemplam a noite enluarada. Finalmente, sozinho, Brás desiste da ideia, substituindo-a por uma boa noite de sono, “que é um modo interino de morrer.” (MPBC, 1994, p. 35). Ao final da viagem, nem a bela cocote e nem a ideia de suicídio resistiram à veledade do narrador, agora, animado pela predição de *um grande futuro*, lançada pelo capitão poeta. No entanto, mesmo entreamadas pelo riso, as memórias de Brás Cubas são uma *obra de finado*, por isso, não escapam a uma certa contração cadavérica e ao cheiro de sepulcro. São implicações do estado *post mortem*, diluídas pelas gradações dessacralizadoras do riso, atiradas contra instituições, figuras e valores caros à sociedade senhorial oligarca brasileira, como a família, o matrimônio, o *status* de classe e a intimidade dos ricos. Composta no equilíbrio entre melancolia e riso, o produto final é uma: “obra supinamente filosófica, de uma filosofia desigual, agora austera, logo brincalhona, coisa que não edifica nem destrói, não inflama nem regela, e é todavia mais do que um passatempo e menos do que um apostolado.” (Ibid., p. 10, 11).

Quando Machado de Assis lançou o romance das MPBC, em 1881, apresentando como figura principal o excêntrico *defunto autor*, o artifício literário das personagens sepulcrais já remontava a uma longa e rica tradição de obras clássicas da Literatura Ocidental. Dentre os grandes exemplos dessa vertente literária, citamos o *Diálogo dos mortos*, conjunto de sátiras divertidas e mordazes, em forma de trinta diálogos, compostas entre 165 e 175 d. C., por de Luciano de Samósata, discípulo do grande Menipo de Gadara – criador da sátira menipeia. No Renascimento italiano, por volta do século XIV, Dante Alighieri compôs *A divina comédia*, obra-prima da poesia ocidental, com o tema da viagem ao mundo dos mortos, empreendida por Dante, em companhia do poeta latino Virgílio. Ao longo do trajeto pelo Inferno, Purgatório e Paraíso – as estações do universo pós-morte, segundo a teologia judaico-cristã –, os dois viajantes encontram almas que conservam os mesmos defeitos e virtudes da vida terrena. A partir disso, surge uma visão didático-moralizante sobre todo o mundo físico,

moral, político e de valores contemporâneo do poeta, em cujo centro está Deus – juiz e modelo supremo da existência. Em nossas origens literárias mais diretas, encontramos o *Auto da barca do Inferno* (1517), do dramaturgo português Gil Vicente, alegoria farsesca sobre a vida moral de Lisboa, estruturada através da crítica a figuras típicas daquela sociedade, como o fidalgo, o onzeneiro, o religioso fornicador e sua amante, o juiz corrupto, a feiticeira, que alcovita jovens para um velhote lascivo –, espelhos dos pecados de todo dia. Recém chegadas ao além, essas almas encontram duas barcas, a do Anjo e a do Diabo, esta última, será o destino de quase todas as almas, à medida que o Diabo cobra o preço dos pecados de cada uma. A única exceção é um jovem parvo – o único navegante da barca angelical –, ignorante, bondoso e honesto demais para as chamas do Inferno. Escapa aos limites desse estudo uma abordagem aprofundada acerca dessas obras riquíssimas, bem como das configurações assumidas pela personagem póstuma e seu imenso universo crítico representacional, sob o risco de a pequenarmos tais criações, herdeiras e cocriadoras, à sua própria maneira, da longa tradição literária do Ocidente. Os exemplos, aqui, retomados de forma pontual, atestam a natureza dos seres de ficção póstumos como grandes espelhos da condição humana, num tempo e espaço onde não há mais a necessidade de disfarçar suas verdadeiras naturezas. Por conseguinte, de sua nova posição como indivíduo-alma, esses seres olham para o mundo rindo, lamentando ou com ironia, mas sempre desconfiando das certezas a que os vivos se apegam.

Certamente, as fontes clássicas tiveram grande significado para os escritores que exploraram a linhagem dos seres de ficção póstumos, em seus momentos mais fecundos, um trabalho de continuidade, renovação e expansão das filiações escolhidas por cada autor. A relação entre talento individual e tradição literária foi abordada, em termos que superam a visão comumente propagada de tradição e inovação, pelo poeta anglo-americano T. S. Eliot, com o argumento de que as melhores partes, e também as mais individuais, da obra de um poeta maduro “podem ser aquelas em que os poetas mortos, seus ancestrais, revelam mais vigorosamente sua imortalidade”³⁴ (ELIOT, 1989, p. 38). Na concepção de Eliot, imortalidade e ancestralidade adquirem sentidos novos, e completamente diversos daqueles que julgam os êxitos da geração precedente como um legado inviolável de formas ideais, ao qual a geração seguinte deve aderir e conservar, em um processo de imitação tímido e acrítico. O argumento

³⁴O trecho pertence ao ensaio *Tradição e talento individual*, publicado, em 1919, na revista londrina *The Egoist-An Individualist Review*, publicação de viés anárquico individualista, dedicada à Filosofia e à Literatura. *The Egoist* manteve suas atividades de 1914 até 1919, chefiada por artistas de grande destaque como poeta Ezra Pound, que foi um dos seus editores-chefes, e publicou obras dos mais importantes escritores do século XX, como o próprio T. S. Eliot, James Joyce e D.H. Lawrence.

de Eliot – perfeitamente aplicável ao sistema das Artes como um todo -, defende o conceito de tradição como um legado cuja vitalidade depende do constante movimento, gerado pelo dinamismo, pela criatividade e pela diversidade estética e artística dos interlocutores seguintes. Para isso, é necessário desenvolver um conceito de Arte e do trabalho criativo atento tanto para a caducidade do passado quanto para a sua presença incontornável. No *sentido histórico*, essa compreensão significa “que é o sentido tanto do atemporal quanto do temporal, e do atemporal e do temporal reunidos é que torna um escritor tradicional.” (ELIOT, 1989, p. 38). O escritor verdadeiramente contemporâneo de sua sociedade e geração artística, no *sentido histórico* da Arte, tal como Eliot a conceitua, é aquele cuja relação com a Literatura de seu tempo e país, e com o legado das formas universais, compreende a ambos como redes simultâneas e integradas de uma unidade diversa e atemporal. A partir de tais redes integradas, o artista define sua identidade artístico-criativa e marca seu lugar na trajetória, tanto local como universal, de pertencimentos, filiações e contribuições. Quarenta e seis anos antes do ensaio de T. S. Eliot, o genial autor das MPBC defendeu as experiências criativas da Literatura, em qualquer tempo e lugar, e enquanto expressão do universo humano, como uma herança cuja base comum e universal pertence a todas as culturas, por conseguinte, sem barreiras geográficas, temáticas, de estilo, época ou quaisquer outras. No olhar do escritor maduro, a verdadeira arte literária não se desenvolve com imposições, pois sua natureza é contrária a qualquer tipo de limitação, tecida de contatos ininterruptos entre o presente e o legado das experiências passadas, avançando com acréscimos criativos, sem excluir a continuidade do melhor do passado, sob novas configurações. Fora disso, a tradição e o contemporâneo igualmente se convertem em matéria inerte, um ossuário de títulos e nomes, esvaziados da relação fecunda entre o passado e o presente, sem antevisão do futuro e sem conseguir avançar na sondagem da vida e do ser humano como uma permanente novidade. Esse avançar é o que verdadeiramente faz do escritor um contemporâneo de todos os tempos e lugares. O texto machadiano ao qual nos referimos é o famoso *Instinto de nacionalidade*, de 1873, e as conhecidas passagens são as seguintes:

Compreendendo que não está na vida indiana todo o patrimônio da literatura brasileira, mas apenas um legado, tão brasileiro como universal [...] Gonçalves Dias por exemplo, com poesias próprias, seria admitido no panteão nacional; se excetuarmos *Os Timbiras*, os outros poemas americanos e certo número de composições, pertencem os seus versos pelo assunto a toda a mais humanidade, cujas aspirações, entusiasmos, fraquezas e dores geralmente canta. [...] O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda

quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço. (ASSIS, 1959, p. 31-32)

Quando o romance das MPBC veio a público, Macedo Soares enviou uma carta a Machado de Assis fazendo uma rápida alusão às *Viagens na minha terra* (1846), de Almeida Garret. A resposta de Machado ao colega veio, no *Prólogo* da terceira edição do romance, através de Brás Cubas, reverberando a visão artística de seu criador, pautada no uso criativo das formas literárias universais: “Trata-se de uma obra difusa, na qual eu, Brás Cubas, se adotei a forma livre de um Sterne ou de um Xavier de Maistre, não sei se lhe meti algumas rabugens de pessimismo.” Sendo Brás Cubas uma genuína figura shandiana, as suas memórias seguem um estilo digressivo e fragmentário, o tempo, o espaço e a perspectiva narrativa são subjetivados, o riso sopesa a melancolia, embora, *as rabugens de pessimismo* assumidas pelo narrador machadiano indiquem que a melancolia acabará prevalecendo sobre os efeitos libertadores do riso. A forma é shandiana, o tema da viagem, comum a Sterne, Xavier de Maistre e Almeida Garret, contudo, em Brás Cubas, ganha matiz próprio: “Toda essa gente viajou: Xavier de Maistre à roda do quarto, Garret na terra dele, Sterne na terra dos outros. De Brás Cubas se pode dizer que viajou à roda da vida.”³⁵ Risonho, entretanto, mais rabugento e pessimista do que seus predecessores, um viajante à roda da vida, cuja individualidade se define tanto por suas qualidades pessoais como pelas experiências históricas concretas que ele viveu.

A viagem de Brás Cubas à roda da vida começou, em 1805, ano de seu nascimento, no Rio de Janeiro colonial, festejado no melhor estilo das famílias tradicionais abastadas, com bênçãos, felicitações da alta sociedade, predições grandiosas e padrinhos fidalgos. Não obstante fosse a sede administrativa, e a mais importante cidade da Colônia, o Rio da meninice de Brás não passava de um lugarejo política e culturalmente acanhado, em grande parte, devido ao controle da Metrópole lusa, responsável pela severa estratificação social e pela presença ostensiva do escravismo. Além disso, a cidade tinha uma infraestrutura urbana íngreme e precária, ruas sem calçamento, cheias de lama, poeira, morros, calor, mosquitos e detritos. Como as casas não tinham rede de esgotos, era comum ver, nas ruas, homens cativos, os chamados tigres³⁶, carregando barris cheios de dejetos, que eram esvaziados no oceano ou nos rios. Literalmente, o Rio de Janeiro ardia, no calor, empastava de lama, nas chuvas, fedia e sofria com mosquitos e febres o ano todo. Na esfera religiosa e de costumes, a sociedade

³⁵O trecho consta no *Prólogo* à terceira edição das MPBC.

³⁶O apelido tigre ou tigrado é mais uma das inúmeras consequências hediondas da escravidão. Durante o trajeto, o conteúdo dos tonéis vazava, escorrendo para o corpo do cativo e, por conter ureia e amônia, acabava manchando a pele dos escravizados com listras brancas, dando origem à associação entre a pele manchada e o pelo do tigre.

brasileira da época herdara de Portugal o conservadorismo católico da Idade Média, embora, na prática, a vida corresse bem menos rígida do que pregavam os ministros da Igreja, principalmente, nas camadas mais baixas da população, mais livres das regras sociais e religiosas que a alta sociedade alardeava cumprir. Três anos após o nascimento de Brás, com a chegada da Corte portuguesa, em fuga da invasão napoleônica, esse quadro geral de precariedades teria algumas mudanças, entretanto, sem alterar a base comum de escravidão, estratificação social e controle político-administrativo português, agora, gerenciado em solo nacional, a partir da Casa de Bragança e seu aparato burocrático. Nesse período, Brás levava a vida de garoto voluntarioso e mimado, num rico casarão colonial, “educado” pela família ao sabor das próprias vontades, nas suas palavras, ia crescendo: “naturalmente, como crescem as magnólias e os gatos. Talvez os gatos são menos matreiros, e com certeza, as magnólias são menos inquietas do que eu era na minha infância.” (MPBC, 1994, p. 20). Assim, matreiro, livre e viçoso como as belas magnólias de jardim, aos cinco anos, era chamado de *menino diabo*, começava a aprender sobre a vida da perspectiva dos que mandam e já dispunha até de um jovem cativo, Prudêncio, apenas alguns anos mais velho do que ele, para fazê-lo *cavalo de todos os dias*, montado, esporeado e açoitado, aos gritos de *Cala a boca, besta!*, num jogo cruel de dominação, visto pela família como um simples divertimento infantil. Em seus pormenores, essas práticas, que tanto divertiam o Brás garoto, ao mesmo tempo em que impediam ao jovem cativo qualquer possibilidade de autodefesa – *ai, Nhonhô!*, eram suas únicas palavras –, refletiam o momento sócio-histórico e econômico da escravidão, em qualquer âmbito de relações que se procurasse, baseado em condutas práticas e ideológicas promotoras do horror, da miséria e do genocídio contra os povos escravizados.

Sobre a questão da violência contra o cativo indefeso, em *Uma carta a Ferreira de Menezes*, o ex-cativo, advogado e abolicionista baiano Luiz Gama defendeu o direito à legítima defesa do escravizado contra os crimes dos senhores: “assim, o escravo que mata o senhor, que cumpre uma prescrição inevitável de direito natural, e o povo indigno, que assassina heróis, jamais se confundirão.” (GAMA apud BENEDITO, 2011, p. 51). O texto de Gama foi publicado no jornal *A Província de São Paulo*, de 18 de dezembro de 1880, como resposta à matéria de Ferreira de Menezes, publicada no jornal *a Gazeta do povo*, sobre o assassinato de quatro cativos, acusados da morte do filho de um rico fazendeiro de Entre Rios (RJ), na verdade, os presos foram trucidados por cerca de trezentas pessoas, que invadiram a delegacia armadas com paus, enxadas e facas. Em contraparte, Luiz Gama criticou duramente a impunidade dos escravagistas ricos, citando como exemplo a selvageria de um conhecido fazendeiro de Limeira, interior paulista, contra um cativo, espancado e assassinado, sob

acusação de fugas constantes. A vítima foi arrastada até ao meio do cafezal, na presença dos demais, torturada, teve o corpo embebido em querosene e incendiado, para servir de exemplo. Nesse episódio hediondo, diferente dos quatro homens, chacinados por uma multidão, o caso foi arquivado, em cartório, e o fazendeiro permaneceu: “rico, livre, poderoso, respeitado, entre sinceras homenagens, passeia ufano por entre seus iguais.”³⁷ (GAMA apud BENEDITO, 2011, p. 53). Lamentavelmente, essas não eram ocorrências esparsas, numa sociedade que fazia amplas concessões à violência dos opressores e submetia as vítimas a tratamentos infames, horror praticado às claras, dentro de um contexto de ações políticas e sociais fundamentado na suposta assimetria das raças. Aqui, cabe lembrar, como a promoção dessa barbárie sempre esteve aliada a interesses econômicos bastante específicos, todos convergindo para exploração impune da servidão humana.

De volta aos primeiros anos de Brás Cubas, como a grande maioria das figuras póstumas, quer sejam tristes porque ainda apegadas à vida terrena, ou irônicas e zombeteiras, ele não precisa mistificar mais nada. Por conseguinte, seu olhar acerca das quatro influências primeiras de sua vida – o pai, a mãe e dois tios – são a exposição pontual da estufa apropriada ao surgimento de seus futuros caprichos de bacharel argentário, elegante e vaidoso, sempre olhando o populacho de cima. Isso, tanto em relação aos negros livres, tal como Prudêncio, o *cavalo de todos os dias*, a quem reencontrará liberto, décadas depois, como aos brancos pobres, a exemplo de Dona Plácida e de um almocreve português, que lhe salvou a vida durante um sério acidente a cavalo, em Portugal.³⁸ Indivíduos pobres, sem formação escolar, dependentes do favor e da boa vontade dos ricos, todos eram igualmente vistos como inferiores, dentro da hierarquia da sociedade senhorial colonialista, à qual Brás Cubas pertence e representa. Na vida familiar, a flor dos Cubas conviveu com pessoas de atributos morais bastante medianos, que reafirmaram certas qualidades inatas suas e favoreceram o aflorar de outras: os pais, dois tios e conhecidos próximos. Enfim, uma gente sem preocupações financeiras e com os mesmos princípios de classe, logo, Brás teve uma vida privada sem sobressaltos e nem variações ético-morais. Dentro da tradição patriarcal, o velho Cubas era o chefe da família, esperto e bem-sucedido nos negócios, na educação de Brás, era completamente permissivo, e suas repreensões às diabruras do filho não iam além de um *Ah, brejeiro*, arrematado com leves tapinhas no rosto. Com isso, reforçava o comportamento voluntarioso e indiscreto do menino. Entretanto, a natureza paterna não se limita apenas a essa

³⁷Sobre o tema, indicamos a excelente pesquisa de Luiz Carlos Santos, *Luiz Gama-Retratos do Brasil negro*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

³⁸O episódio é descrito, no Capítulo XXI, *O almocreve*, das MPBC.

função, na trama. Sendo o Cubas pai uma figura composta por diversidade de caracteres, que não representam nem grandes vícios e nem grandes virtudes, ou seja, uma pessoa absolutamente possível, Brás Cubas acaba deixando o juízo final sobre o patriarca a cargo das afinidades ou das recusas do leitor: “Era um bom caráter meu pai, varão digno e leal como poucos. Tinha, é verdade, uns fumos de pacholice; mas quem não é um pouco pachola nesse mundo?” (MPBC, 1994, 09). Pachola, mas não tolo, o velho Cubas ampliou a boa herança familiar, e todas as vezes que foi necessário, agiu com firmeza para defender seus planos de ter o filho bacharel, formado em Coimbra, político influente e casado com Virgília, filha de um Conselheiro do Império. O matrimônio-aliança política entre Brás e Virgília não daria certo, e tamanho foi o desgosto do velho Cubas que Brás chega a atribuir o agravamento da doença e a consequente morte do pai ao malogro da união.

A mãe era o oposto da natureza esperta e pachola do senhor Cubas. Para além do traço melancólico, passado ao filho, ela teve pouca relevância na formação de Brás, embora seja a figura mais íntima de seus afetos, uma natureza frágil, *pouco cérebro e muito coração*, piedosa, caseira, religiosa, temente a Deus, ao marido e às trovoadas. Brás acrescenta que a mãe até tentou inculcar-lhe *a boa regra* da religião, no entanto, os nervos e o sangue acabaram levando a melhor, na disputa com as coisas do espírito. Os tios Ildefonso, cônego de prebenda, e João, oficial de infantaria, cada qual à sua maneira, deram suas contribuições à lassidão intelectual e de virtudes do ambiente familiar. Ildefonso tinha um caráter austero e puro, em acordo com os preceitos da Igreja, mas nada que o olhar da maturidade póstuma do narrador não identificasse como apenas a compensação para um espírito medíocre, deixando entrever a crítica machadiana à Igreja Católica, apegada a dogmas ultrapassados e extravagantes. Na verdade, um exercício verbal, professado apenas da boca para fora pela esmagadora maioria dos que lotavam as missas. E essa crítica aparece claramente na crônica de 1º de junho de 1863, publicada no Jornal *O Futuro*, através da qual Machado traça um perfil religioso da Corte *dividido entre a indiferença de uns e a carolice de outros*, e o clero, de modo geral, não tinha padres e nem apóstolos verdadeiros. Por conseguinte, a verdadeira missão clerical passava longe desses homens, levada de roldão por carolas medíocres, como o tio Ildefonso, mais preocupados em excomungar quem contrariasse a cartilha dos dogmas do que com os assuntos da fé verdadeira. Com estes, o trabalho religioso se resumia a um cabedal de intolerâncias, mais ainda, era: “[...] ridículo funesto aos verdadeiros interesses da Igreja. E o que mais dói é ver que esta intolerância reside em um clero pela maior parte ignorante, sem prestígio, é verdade, mas também sem escrúpulos. Dito isto, deixemos em santa paz os padres do Brasil.” (ASSIS, online, 1938, p. 33). O tio João era um militar que

nada tinha da disciplina da caserna, *homem de língua solta, vida galante e conversa picaresca*, afetuoso com o sobrinho, mas sem poupar a infância de Brás, lhe ensinou uma vasta galeria de anedotas obscenas e demais licenciosidades. Frequentemente, importunava as escravizadas do casarão, que nada podiam fazer para barrar suas grosserias de cunho sexual, *habitué* das melhores *ceias de moças* da Capital – expressão discreta para encontros com garotas de vida livre da *boa regra* –, tão logo Brás completou dezessete anos, foi levado a uma dessas ceias pelo João, na qual conheceu Marcela, a cortesã mais cara, bela e cobiçada do Rio de Janeiro. Assim, ficam resumidas as principais influências familiares de Brás Cubas, indivíduos cuja função e o desempenho na trama vital do narrador, por conseguinte, no romance, aparecem como produto da relação que cada um desenvolve com a mentalidade histórica e social da época. Tais relações, implícitas nos modos de ser e nas ações destas figuras – e do próprio Brás –, representam e defendem os valores da elite escravista, da religião oficial e do colonialismo ibérico. São modos de ser e de agir derivados de um realismo mais complexo e diversificado do que o suposto objetivismo composicional e de estilo, e a isenção analítica com que os grandes escritores realistas europeus do século XIX alinharam a consciência dos processos históricos e sociais contemporâneos seus à atividade criativa ficcional.

Como destaca Hélio de Seixas Guimarães (2017), a ideia de Machado de Assis como um escritor de exceção, desligado dos processos históricos, políticos e sociais do Brasil, criador de uma Literatura altamente formal e elitista, com temas exclusivamente universais, começou a ser posta em xeque, a partir dos anos de 1930, com os importantes trabalhos de Astrogildo Pereira, *Romancista do Segundo Reinado* (1939), e *Crítica e política social* (provavelmente de 1958), e de Lúcia Miguel Pereira, *Prosa de ficção: 1870-1920*, ensaio publicado em 1950. Nesses primeiros trabalhos sobre o tema, os dois críticos convergiram na ideia de Machado de Assis como um escritor realista, embora Lúcia Miguel tenha proposto um realismo machadiano centrado no amálgama entre o biográfico e o social, concretizado no perfil humano e na trajetória das personagens machadianas, através dos quais o escritor apresentou a bem-acabada síntese psicológica e social de classes inteiras. Desse modo, acrescenta Lúcia Miguel, Machado explorou e revelou o visível e o invisível, o exterior e o interior, o social e o psicológico de seus seres de ficção. Quanto a Astrogildo Pereira, o crítico militante de linha marxista deu ao termo realismo uma conotação igualmente político-militante, próxima a Friedrich Engels, que entendeu o realismo literário como a capacidade de representar caracteres humanos e circunstâncias sociais e políticas típicos, o que tornava a obra literária um grande depoimento sobre a sociedade. Na sua interpretação do processo

criativo realista machadiano, Astrogildo Pereira deu ênfase ao espelhamento entre a obra e a realidade, porém, não considerando a mediação criativa do artista e, na contramão do olhar de Machado, tão refratário a traços e caracteres fixos, o crítico marxista acabou por configurar uma visão do autor das MPBC como a de um realista de traços simples e definidos. Nos anos de 1970, o importante trabalho de Raymundo Faoro, *A pirâmide e o trapézio* (1974), trouxe novas luzes à questão, ao comprovar a presença abundante, na prosa de ficção machadiana, dos elementos da dinâmica social e histórica do Brasil oitocentista. O trabalho de Faoro conectou estudo histórico e crítica literária, como define Hélio de Seixas Guimarães, *A pirâmide e o trapézio* foi a reta de Euler, através da qual seguiriam três importantes críticos – Roberto Schwarz, John Gledson e Alfredo Bosi. Os estudos balizadores de Schwarz, Gledson e Bosi foram decisivos para o reordenamento dos debates e das pesquisas subsequentes, em torno da obra de Machado de Assis. Não obstante os três críticos concordem acerca da posição (consciência, ponto de vista, olhar) realista do escritor, suas interpretações divergem quanto ao peso e às configurações que tal realismo assume na construção literária de Machado de Assis. Raymundo Faoro atribuiu a Machado um realismo profético e desencantado, igualmente cético quanto aos processos históricos e sociais de seu tempo, explorado, em *A pirâmide e o trapézio*, através da compreensão machadiana de uma sociedade brasileira em mutação, que se definia pela ascensão do dinheiro e pela promiscuidade entre o capital e o poder político. Em tal sociedade, a pirâmide, ou seja, a organização social em estamentos, caminhava para a constituição das classes, representada pela imagem do trapézio. De acordo com Faoro, cuja formação weberiana priorizou a filtragem do real pela imaginação criativa do escritor, Machado viu essa realidade com grande ceticismo, julgando tal quadro deplorável e não plenamente inteligível.

Partilhando do interesse de Faoro pelas manifestações características da sociedade brasileira estruturada em classes, Roberto Schwarz, com *Ao vencedor as batatas* (1977), *Um mestre na periferia do capitalismo* (1990) e *A poesia envenenada de Dom Casmurro*, ensaio de 1991, posteriormente publicado em *Dois meninas* (1997), dá uma guinada decisiva na visão crítica sobre a obra machadiana. Até os anos de 1960, o escritor era visto sob o prisma do estilo elegante, dos modos canônicos e dos temas universais, o maior escritor do Brasil, o preferido dos conservadores. Para Schwarz, essa é uma interpretação completamente equivocada, uma vez que a implacável ironia machadiana não apenas desnudou as singularidades da condição brasileira, como também fez importantes denúncias acerca do processo social e político, apontando as formas desconjuntadas da adesão da sociedade escravista colonial brasileira ao capitalismo europeu. Interpostos ao arbítrio do favor, produto

da aguda divisão de classes do Brasil oitocentista, agrário e escravocrata, em chão nacional, os vetores do capitalismo europeu tomaram a forma de um conjunto de ideias fora do lugar, desconjuntadas pela realidade execrável do trabalho escravo e pela dependência dos indivíduos livres e pobres. Tais indivíduos não constituíam uma classe, no sentido político e econômico do termo, mas uma massa dependente das benesses de algum abonado, e com muito a dizer sobre os paradigmas históricos e sociais brasileiros. Formado na tradição de Lukács e de Adorno, e sob a orientação de Antonio Candido, Schwarz identificou o realismo como o vetor implícito do projeto literário de Machado de Assis, um escritor plenamente consciente das peculiaridades da sociedade nacional de classes, assentada no trabalho escravo e na prática viciosa do favor. No plano da forma, o *modi operandi* da elite brasileira – signatária do capitalismo europeu, entretanto, adaptado às assimetrias locais – é configurado na volubilidade e hipersensibilidade de narradores protagonistas como Brás Cubas e Bento Santiago, figura central de *Dom Casmurro* (1899), indivíduos cuja polidez e a cultura formal acadêmica mascaravam violentos processos de exploração e de dominação, próprios ao escravismo e à dependência social. A partir dos anos de 1980, John Gledson, influenciado pelos trabalhos de Faoro e Schwarz, contudo, sem os pressupostos marxistas desse último Roberto Schwarz, acrescentou mais um ângulo de interpretação ao realismo machadiano, enfatizando a investigação de fatos da história brasileira, intencionalmente cifrados e dispostos ao longo de toda a prosa de ficção do autor das MPBC. Gledson desenvolve essa linha analítico-teórica em três estudos dedicados ao tema – *Ficção e história* (1986), *Impostura e realismo* (1991), e *Por um novo Machado de Assis* (2006) –, nos quais destrincha uma alegoria política do Brasil, através das tramas machadianas, em seus grandes e pequenos momentos, enfatizando as figuras dos narradores e suas posições na hierarquia nacional, tecidas por facetas tipicamente brasileiras oitocentistas. Para definir esse processo de ocultar e revelar consciente da história, feito por Machado, o crítico inglês usa a expressão realismo enganoso – no original, *deceptive realism* –, uma técnica literária altamente elaborada, que exige do estudioso um método de análise sistemático e consistente, no sentido de identificar as conexões entre a esfera privada da ficção machadiana e a vida pública do Segundo Reinado. Na base de tais conexões está o ambicioso realismo machadiano, de acordo com Gledson, cuja intenção era retratar a verdadeira natureza da sociedade brasileira.

No final dos anos de 1970, Alfredo Bosi, em *A máscara e a fenda*, desviou o pêndulo do aspecto sociopolítico, enfaticamente defendido por Schwarz e por Gledson, para a consideração das dimensões existenciais, morais, filosóficas e psicológicas da ficção de Machado de Assis. Fundamentado em uma hermenêutica das três dimensões do texto literário

– representação, construção e expressão –, Bosi postulou outro vértice analítico, argumentando que centrar esforços em uma única linha – sociológica, psicológica ou existencial – resulta sempre insuficiente, diante da amplitude e complexidade do trabalho literário de Machado de Assis, o que demanda, portanto, uma leitura sempre com espaços abertos para outras linhas interpretativas. Em seus trabalhos seguintes – de acordo com o próprio crítico, textos de resistência às interpretações de Schwarz e Gledson –, *O enigma do olhar* (2000) e *Brás Cubas em três versões* (2006), Bosi retoma as ideias de *A máscara e a fenda*, e dá o passo seguinte do seu projeto crítico, baseado na defesa do conceito de realismo aberto, em Machado de Assis. A partir disso, propõe a relativização das interpretações voltadas unicamente para o sociopolítico que, segundo enfatiza, pecam por um certo achatamento dos narradores e das personagens, e pelo efeito rebote de tipificação, completamente inadequado à concepção machadiana dos seres de ficção, carregados de matizes humanos. Por sua natureza aberta, o singular realismo de Machado de Assis não defenderia nenhum juízo, a priori, e também não excluiria nenhum aspecto da realidade. Sob esse prisma, a dimensão social, presente na obra machadiana, não apenas configura um dentre os múltiplos aspectos do mundo ficcional como também irradia todos os demais. Outro ponto divergente nas interpretações de Alfredo Bosi, Roberto Schwarz e John Gledson é a interpretação do movimento de fundo, realizado através dos narradores machadianos. Para Schwarz e Gledson, a crítica e a denúncia do *modi operandi* violento e exploratório da elite brasileira têm a visão da época e são projetadas para o capitalismo nascente; para Bosi, há, ao lado da crítica, uma espécie de constatação melancólica de que essa própria elite fica aprisionada em seus próprios limites. Móvel, o olhar machadiano difere da perspectiva tão somente crítica e seria impulsionado por valores que estariam, não na contemporaneidade do escritor, mas em seu passado.

Com a retomada de tais estudos fundamentais da crítica machadiana, que reconhece o realismo do escritor, embora situando-o sob prismas teóricos distintos, e com efeitos literários e ideológicos diversos, esperamos ter demonstrado como tudo na vida das personagens machadianas, quer sejam protagonistas ou secundárias, ressoa no campo social, mas com um sentido histórico que não lhes sobreleva a esfera humana. Desse ponto de vista, o sentido histórico se concretiza e se diferencia através de cada natureza individual, fazendo de cada ser de ficção um ente singular, ao mesmo tempo, fruto e consequência de um contexto socialmente demarcado. Essa fundamentação de caracteres na história e na natureza humana é o que torna *Brás Cubas* um ser tão universal quanto um produto “bem formado” da classe rica do século XIX brasileiro, composto por vivências europeias, os leves anos de academia *pari*

passu ao exercício da exploração servil e dos caprichos da fortuna. O homem, definiu Brás Cubas postumamente: “é uma errata pensante; isso sim. Cada estação da vida é uma edição que corrige a anterior, e que será corrigida também, até a edição definitiva, que o editor dá de graça aos vermes.” (MPBC, 1994, p. 45). A afirmação, dita por um homem que, se não conservou as atitudes mimadas e intempestivas da infância, pouco corrigiu de sua natureza egoísta e volúvel, parecerá demasiado irônica. O fato é que Brás, desde muito cedo, conviveu com indivíduos cujas ideias e condutas eram próximas entre si, um círculo de abastados, pertencentes à burocracia estatal lusa, famílias de sobrenomes importantes, membros da Igreja e do Exército, prósperos traficantes de cativos, literatos, a classe média agregada, enfim, toda uma camada sem qualquer nota de preocupação com a arraia miúda das senzalas. Tipos acostumados com a bajulação e a dependência dos pobres livres. Esse grupo de “seletos”, uma parcela específica dos habitantes da Corte, que frequenta o casarão dos Cubas, vive e age equilibrando crenças religiosas e morais de puro efeito sonoro, ambição prática mercantilista e valores coloniais e de classe. De acordo com Mikhail Bakhtin (1998), o romance, tal como o mundo, é uma criação viva e significativa, do ponto de vista político, religioso, social e cognitivo, que cria e caracteriza sua originalidade através do *homem que fala e sua palavra*. Na criação do discurso romanesco, Bakhtin caracteriza tal originalidade estilística como a síntese de três momentos: o homem que fala e sua palavra são objeto de representação social; o sujeito que fala é alguém essencialmente social; por conseguinte, tal sujeito é um *ideólogo*, e sua palavra é um *ideologema* – expressão dos valores culturais, históricos e sociais do mundo. Como enfatiza Bakhtin, a linguagem do romance é um ponto de vista individual e social:

Uma linguagem particular no romance, representa sempre um ponto de vista particular sobre o mundo, que aspira a uma significação social. Precisamente, enquanto *ideologema*, o discurso se torna objeto de representação no romance e, por isso, este não corre o risco de se tornar um jogo verbal abstrato. (BAKHTIN, 1998, p. 135)

No universo humano da personagem, a relação entre as esferas individual e social, mediada pela linguagem, deriva do fato de o escritor não criar uma figura unicamente estética, que se movimentaria na superfície lisa do texto, sem uma ligação verdadeira com a realidade contextual viva e significativa do artista. O mundo do romance contém a matéria do social, por isso o escritor deve observar esse mundo e aqueles que o habitam como realidades essencialmente complexas e conflitantes entre si, para as quais as tensões surgem dos embates em torno de diferentes interesses, ideias e valores, formados num chão concreto e

historicamente definido. E esse é um mundo axiológico e de valores desvendado e exposto através da existência das personagens, em seus enunciados e atitudes, *símbolos de perspectivas sociais e ideológicas* existentes na realidade extraliterária. No universo das MPBC, em uma das muitas passagens reveladoras de comportamentos e valores das classes abastadas, os frequentadores do casarão dos Cubas aparecem, durante um almoço comemorativo, em 1814, atuando de modo ambivalente, com boas doses de hipocrisia e bajulação à Coroa lusa, formas de camuflar a distância entre a realidade de seus comportamentos e os princípios abstratos que dizem seguir. O encontro é narrado no Capítulo XII, *Um episódio de 1814*, e todos os participantes são apresentados pelo narrador segundo o papel social que desempenham: o juiz de fora, oficiais militares, um grupo de comerciantes ligados ao tráfico de africanos, funcionários do governo português, suas respeitáveis matronas e jovens filhas. A composição artística do episódio é um belo exemplo de como concentrar nos detalhes aparentemente corriqueiros, o amplo contexto político, econômico, moral e de relações interpessoais do romance, dispostos como unidades integradas ao que acontece dentro e fora do ambiente doméstico dos Cubas.

Antes, porém, situemos a localização de cada pormenor no desenrolar do episódio. Motivada por simpatias e antipatias a Napoleão Bonaparte, que havia invadido Portugal, surge uma amigável desavença entre os Cubas: parte da família, desencavando um passado luso, repudiava o General francês e seus métodos bélicos, e do outro lado, o tio João, que era oficial do Exército, declara sua admiração pelas habilidades do colega militar francês. Tão logo chegam as notícias da iminente derrota de Napoleão, o desentendimento arrefece e o ânimo dos Cubas se une ao da Corte, manifestos em salvas, *Te Deum* e num almoço em família, estratégia meio doméstica e meio pública para atrair as atenções da monarquia portuguesa, exilada em terras brasileiras. Nessa cadeia de eventos, dois amantes, o Doutor Vilaça, glosador famoso, e Dona Eusébia, uma *robusta donzela*, irmã de um sargento-mor, serão flagrados, na moitinha familiar, e denunciados por Brás, numa vingança contra o Vilaça e suas glosas intermináveis, que retardaram o serviço dos doces cobiçados pelo garoto Cubas. A sequência dos preparativos do almoço é elaborada com extrema plasticidade, deixando à mostra o luxo da oligarquia fluminense: a velha prataria, herança do Cubas avô, as ricas toalhas de Flandres, jarras da Índia, castiçais, arandelas e as vastas mangas de vidro, enfim, um *luxo clássico*, devidamente limpo e areado, junto com o resto da casa, pelos cativos da família. Já as delicadas compotas, leite do menino Brás e motivo do ódio ao glosador, ficaram a cargo das madres do Convento da Ajuda, tudo muito rico, limpo e farto. Longe do

cotidiano de intimidação, violência e dependência dos pobres e cativos, a “sociedade dos bons”, frequentadores da casa-grande dos Cubas, desfruta de um aparente cenário de moralidade alegre e ordeira, de patriotismo desinteressado, a todo momento, cindido pela intenção de agradar os poderosos, como deixam transparecer as ações do Cubas pai, empenhado para que chegue até o Paço Imperial o apoio da família à Monarquia. De igual modo, são evidentes na cena a presunção e a vaidade do Doutor Vilaça, suas paixões nada castas da moitinha, escondidas sob a aparência dos bons costumes. Ouçamos as impressões do narrador sobre o grupo:

[...] um dos letrados presentes, O Doutor Vilaça, glosador insigne que acrescentou aos pratos de casa o acepipe das musas. Lembra-me, como se fosse ontem, lembra-me de o ver erguer-se, com a sua longa cabeleira de rabicho, casaca de seda, uma esmeralda no dedo, pedir a meu tio padre que lhe repetisse o mote, cravar os olhos na testa de uma senhora, depois tossir alçar a mão direita, toda fechada, menos o dedo índice, que apontava para o teto; e, assim posto e composto, devolver o mote glosado. Não fez uma glossa, mas três; depois jurou aos seus deuses não acabar mais. Pedia um mote, davam-lho, ele glosava-o prontamente, e logo pedia outro e mais outro; a tal ponto que uma das senhoras presentes não pôde calar a sua grande admiração.

– A senhora diz isso – retorquia modestamente o Vilaça – porque nunca ouviu o Bocage, como eu o ouvi, no fim do século, em Lisboa [...] Tivemos lutas de uma duas horas [...] Imenso talento o do Bocage! Era o que me dizia, há dias, a Sr.^a Duquesa de Cadaval...

[...] De quando em quando, um riso jovial, amplo, desabotoado, um riso de família vinha quebrar a gravidade política do banquete [...] As moças falavam das modinhas que haviam de cantar ao cravo, e do minuete e do solo inglês; nem faltava matrona que promettesse bailar um oitavo de compasso, só para mostrar como folgara nos seus bons tempos de criança. Um sujeito ao pé de mim dava a notícia recente dos negros novos, que estavam a vir, segundo cartas que recebera de Luanda, uma carta que o sobrinho lhe dizia ter já negociado cerca de quarenta cabeças, e outra carta em que... Trazia-as na algibeira, mas não as podia ler naquela ocasião. O que afiançava é que poderíamos contar, só nessa viagem, uns cento e vinte negros, pelo menos...

– Trás..., trás..., trás... – fazia o Vilaça, batendo com as mãos uma na outra. (MPBC, 1994, p. 23-24)

Como dito anteriormente, o grupo reunido no casarão não esboça nenhum mal-estar diante do quadro geral da época, uma Colônia sugada pelos interesse de Portugal, com um modelo econômico cruel e arcaico, sustentado pelo escravismo, com profundas assimetrias de classe, problemas socioculturais e de infraestrutura. São letrados, senhoras casadas e jovens aspirantes a matronas, juízes, militares, a alta burocracia estatal, comerciantes enriquecidos, todos dependentes das boas relações com a Monarquia lusa, pleiteando, além dos cargos públicos, laços maritais e de compadrio afortunados, prestando reverências ao poder – hábil em equilibrar a balança política entre as severas restrições à vida da Colônia e atender a

alguns interesses dessa classe. Não obstante a ampla rede de afinidades, de laços afetivos e valores que unem os comensais, esse grupo não surge na trama como uma massa homogênea, presa a um enquadramento unicamente social e histórico. São figuras com variados níveis de complexidade e profundidade, nas quais as motivações – vaidade, desejo sexual, ganância, vingança –, se revelam naquilo que dizem entre si e sobre si mesmos, bem como nas suas atitudes, de acordo com o traçado único e pessoal que cada uma demonstra. Reunidas no luxuoso casarão dos Cubas, essas figuras não abordam nada de seriamente problemático, ora se mostram desprovidas de qualquer julgamento crítico acerca das urgências do país, ora fingem se adequar aos padrões morais prestigiados em seu meio. Como exemplos típicos de comportamentos tidos como moralmente bons, à medida que esperam por um bom matrimônio, as jovens conversam sobre amenidades e gentilezas – o cravo, o minarete, o solo inglês e as modinhas – e as matronas se entretêm cuidando das crianças e da reputação das filhas, julgando-se velhas demais para dançar. Porém, entre um e outro comportamento esperado, as verdadeiras naturezas afloram: Dona Eusébia protagoniza um encontro amoroso quase secreto com o Vilaça, não fosse a travessura de Brás, numa insuspeita moitinha do jardim familiar, cujo fruto será Eugênia, a *Vênus manca*; e um grupo de comerciantes, atendendo à etiqueta da ocasião, discute e comemora muito discretamente a chegada de novas vítimas do escravismo. Toda essa atmosfera de luxo, vaidade tola e moral ambígua emerge da ironia, encapada de memorialismo desprezioso do narrador machadiano. Assim acontece com o Vilaça, cuja presunção se revela não porque Brás o diga explicitamente, mas pelo ângulo usado para captar as palavras e as atitudes do *glosador insigne*, rememoradas do outro lado da vida pelo narrador como cheias de extravagâncias, arrematadas pelo vestuário empolado, a longa cabeleira de rabicho e o desejo de impressionar o grupo, citando até um suposto duelo com Bocage, famoso poeta português, e também uma suposta proximidade com uma dama nobre.

Demonstrando afinidade com o argumento de Bakhtin acerca da junção entre o artístico e o social, no romance, Georg Lukács (1965, p. 57-58) destaca que somente na *práxis* os homens revelam sua essência, pois é somente nessa esfera que os sujeitos adquirem importância uns para os outros, tornando-se dignos de figurar como objeto de representação literária. Tal como a substância da vida, da qual se nutre o romance, o argumento de Lukács não é enrijecido por nenhum juízo ético-moral reducionista, pois à criação literária interessam igualmente os sucessos e os fracassos, o bem e o mal, os vícios e as qualidades, presentes em cada ser humano, com sua carga de complicações pessoais, tragicidade, defeitos e com sua contraditória incompletude. No mundo romanesco, tal gama de experiências serve de base

para a criação de campos artísticos de sentidos multiformes, através dos quais o mundo ficcional ilumina, reinterpreta e expande a compreensão da realidade contextual. Na cena em destaque, alternando a caracterização dos convidados entre mostrar e dizer, Machado revela indivíduos que, do ponto de vista ético e moral, nunca estão isolados do contexto a que pertencem, uma vez que suas vidas e tudo que fazem e dizem constituem amplos panoramas do caráter humano e dos processos sócio-históricos nos quais efetivamente estão inseridos.

O romance das MPBC inaugura a aclamada segunda fase de Machado de Assis, definida pela complexidade e pelo aprofundamento com que Machado tratou os perfis humanos de suas personagens e os processos históricos, e cujos pontos altos resultam do ceticismo e da ironia com que o escritor viu a ambos, uma concepção, no mais das vezes, amarga, contudo, repleta de argumentos bastante contundentes. O crítico Augusto Meyer, em *De Machadinho a Brás Cubas* – um de seus ensaios responsáveis por redirecionar a crítica da obra machadiana, lançado, originalmente, em 1958 – observa que, somente quando desceu ao fundo de si mesmo, desenganando-se de todas as ilusões, Machado de Assis pôde trilhar o caminho que levou o Machadinho da primeira fase, *simpático, com bastante lábia e leituras*, ao analista refinado, ao cavucador irônico das *Memórias póstumas*. Deste, emergiu definitivamente “o nu da máscara, vertiginoso e malicioso, ora sim e ora não, sorrindo com os olhos e fisgando num relance cousas finas e agudas, ágeis e indiscretas...” (MEYER, 2006, p. 409). Ao modo do Jacobina, personagem central do conto *O espelho* (1882), que disse existir em cada criatura humana duas almas “uma que olha de dentro para fora, outra que olha de fora para dentro...” (ASSIS, 2001b, p. 44), a metáfora usada por Meyer para ilustrar a transição do escritor de bons modos ao criador do Brás Cubas, irônico e provocador, é a do espelho e da alma verdadeira. Assim, o escritor *vertiginoso* e *malicioso* somente conseguiu se libertar quando encarou a si mesmo, à sua verdadeira alma, desapegando-se da postura, aquela presa ao decoro, usado em *Helena* e até mesmo em *Iaiá Garcia*, para denunciar o abismo da ambivalência e da descrença sobre quase tudo o que diz respeito à natureza humana.

Segundo Augusto Meyer, a transição vivida por Machado teve fortes elementos desencadeadores. Entre outubro de 1878 e março de 1879, as angústias de uma grave crise na saúde somadas ao fato do escritor, nas palavras de Mário de Alencar – *o meu querido Mário*, como era tratado pelo amigo célebre –, ter se tornado um homem absolutamente sem ilusões, foram determinantes, ressalta Meyer, para a grande guinada na perspectiva machadiana. A partir de então, movido pela *paixão ardente e sombria de verdade*, Machado de Assis criou Brás Cubas, expressão literária genuinamente nascida da pena maliciosa e vertiginosa do cavucador de segredos, a criatura que se firma definitivamente como um segundo Eu, *amargo*

e desabusado, de seu criador. Brás Cubas, o *Eu amargo e desabusado* do escritor, também enfrentou transformações íntimas, viajou à *roda da vida* acumulou experiências, ditadas pelas predisposições do momento, foi de *água fresca e pura* à mesclada pelo *enxurro da vida*, cujo fim único foi a satisfação de sua natureza volúvel e hedonista. Dito isso, passemos às experiências dispendiosas e sensuais da juventude.

Brás permaneceu, no Brasil, até por volta dos dezessete ou dezoito anos, quando um romance com a espanhola Marcela, a *linda Marcela*, a mais cara e famosa cortesã do Rio, irritou a paciência e o cofre do velho Cubas, que decidiu enviar o filho compulsoriamente à Universidade de Coimbra, em Portugal – destino tradicional dos herdeiros ricos e futuros doutores nacionais. Entretanto, antes da Europa, o jovem Brás escreveria algumas boas páginas de romance e de euforia pública: “Éramos dois rapazes, o povo e eu; vínhamos da infância, com todos os arrebatamentos da juventude” (MPBC, 1994, p. 28). A partir dessa correspondência entre o momento particular e os fatos políticos da época, Brás retoma as lembranças da aventura com Marcela, *comoção da juventude*, a quem conheceu, em 1822, na Noite das Luminárias, em meio às comemorações pela Independência. Tal como a emancipação política, primeira e grande comoção do jovem país, Marcela foi o primeiro deslumbre do rapaz, e também o seu primeiro choque de realidade. Machado inseriu substância histórica na figura de Brás Cubas e densidade humana ao momento político do qual ele participa, formando uma primeira e uma segunda camadas de sentidos, que não limita a explorar isoladamente o rigor da cronologia, o aspecto individual ou o ambiente histórico-político da época. Desse ponto de vista, Brás Cubas e o povo brasileiro eram ambos inexperientes para o que estava por vir, afoitos, deslumbrados, com todos os imperativos da liberdade recém-conquistada, saindo da tutela paterna e colonial comandados por imperativos de classe. A paixão de Brás e Marcela durou quinze meses e rendeu à moça, presentes luxuosos, pagos às custas da boa vontade do pai, das chantagens feitas à mãe, por fim, dos saques na herança, além das crises de ciúmes e dos caprichos do jovem amante, combinação explosiva de audácia e energia sexual: “um lindo garção, lindo e audaz, que entrava na vida de botas e esporas, chicote nas mãos e sangue nas veias.” (Ibid., p. 27). Ao final da aventura, seguida da desilusão por ter sido explorado, enganado e entregue ao senhor Cubas pela cocote, os desvarios, as crises de ciúme, a paixão repentina, sensual e dispendiosa, enfim, tudo ficaria deposto no oceano, tal como o cadáver da mulher tísica do capitão do navio, o homem que lhe salvou da ideia melodramática de suicídio, numa noite enluarada da viagem a Portugal.

Porém, enquanto durou a aventura, a espanhola agiu no bom e velho espírito capitalista, cedendo a todos os caprichos de Brás, por outro lado, experiente e sedutora, cobrava alto por cada um dos favores. Adivinhava os pensamentos do amante, distribuía carinhos e até algumas negativas diante dos presentes caros “[...] você quer brigar comigo... Pois isto é coisa que se faça... um presente tão caro...” (MPBC, 1994, p. 29), que ela sempre acabava aceitando, após uma ou duas tentativas dele. Em sua fase mais aclamada, Machado aprofundou o olhar acerca das relações humanas, sob a perspectiva de um entrelaçamento de ambições, interesses, desejos, no caso em questão, um relacionamento motivado pela busca do prazer sensual de um jovem rico e pela ambição financeira da bela cocote. Para isso, Machado compõe o par Marcela-Brás excluindo qualquer resquício da dicotomia inocência juvenil e romantismo opostos à ambição de uma prostituta bela, sinuosa e experiente, tecendo um envolvimento com nuances bem mais complexas, que envolvem sedução, dinheiro, prazer, um herdeiro rico e mimado, uma moça de origem humilde, no qual ambos manipulam os atributos que dispõem para atingir os seus objetivos. Brás pertence à camada alta da sociedade, o pai sempre satisfez suas vontades e nunca puniu suas travessuras e indiscrições. Em uma sociedade patriarcal e machista como era o Brasil imperial, o Cubas pai tratou com naturalidade o envolvimento do filho com Marcela, cobriu os serviços de luxo da moça, que só passaram a ser incômodos quando a quantia exorbitava nos famosos onze contos de réis. Na outra via, Marcela é de origem pobre, ao que tudo indica, não conheceu o pai e vivenciou o sexo antes do casamento, num contexto de valores rigidamente proibitivos às mulheres, também não é revelado o motivo – a pobreza, a ação de algum sedutor, a ambição – que a trouxe à prostituição de alto luxo e ao Rio de Janeiro. Da sepultura, Brás Cubas não terá nenhum juízo moral condenatório acerca da espanhola, cuja natureza, tecida com atributos complexos e intrigantes, a tornam uma figura nem totalmente má e desprezível e nem tão pouco a mocinha ingênua, seduzida e atirada à prostituição por algum aproveitador desprezível: “Era boa moça, lépida, sem escrúpulos, um pouco tolhida pela austeridade do tempo, que não lhe permitia arrastar pelas ruas os seus estouvamentos e berlindas; luxuosa, amiga de dinheiro e de rapazes.” (Ibid., p. 28). Vibrando como uma alfineta à *austeridade do tempo*, a beleza airosa, esbelta e ondulante de Marcela aflora, nas memórias póstumas de Brás Cubas, enriquecida por aquele algo a mais, “um desgarre, alguma coisa que nunca achara nas mulheres puras.” (Ibid.)

Roberto Schwarz (1997) defende a tese central da convergência entre a unidade de composição das MPBC e o contexto histórico, econômico e sociopolítico do século XIX, conduzida pela *fisionomia de classe peculiarmente nacional* do narrador e figura central do

romance. Nesse contexto, a volubilidade do narrador funciona como a *extensão da iniquidade social*, que corrobora com a exclusão do trabalho e do empenho autêntico, e “livra a classe dominante da obrigação para com os dominados, dando-lhe latitude total à irresponsabilidade.” (SCHWARZ, 1997, p. 62). Por conseguinte, Machado criou sua própria forma literária para tratar dos problemas da condição brasileira, da qual Brás Cubas, o narrador volúvel e rico, é fruto e consequência, satirizando a classe dominante, oligarca, patriarcal e escravagista, completamente alheia aos problemas do povo. Traçado o princípio organizador das MPBC, Schwarz segue o veio aberto por John Gledson para analisar minuciosamente a representação simbólica do contexto histórico em que se localiza o romance entre Marcela e Brás. Machado de Assis, de acordo com Schwarz, sobrepõe, intencionalmente, o contexto da época, pós-Independência, à história dos amantes, aos cenários, datas, às qualidades pessoais de Brás e Marcela, aos caprichos do jovem Brás, representante dos grupos dirigentes, atingindo até o final deteriorado de Marcela, a “dama pública”, gananciosa e traiçoeira, que acaba desfigurada pela varíola, por volta de 1832. Brás viu Marcela pela primeira vez, na famosa Noite das Luminárias, em setembro de 1822, momento de euforia para um jovem vigoroso e sensual, que despontava na vida arrebatado pelos encantos de uma sedutora cortesã. A representação contemplaria, em sua dimensão de símbolo, a euforia do país, inebriado com a liberdade política, sob a coroa de um regente português, igualmente famoso por suas aventuras românticas e apresentado como um libertador de espírito audaz. Marcela era linda, vibrante, estouvada, no mais, pouco se sabia dela, apenas que era espanhola, talvez filha de um letrado – origem nobre – ou de um hortelão – origem vulgar –, tinha hábitos liberais e não possuía a inocência das moças rústicas e nem das jovens da Corte, também não entendia *a moral do código*. No campo político, o Brasil vivenciava uma Independência igualmente pouco clara, incerta: emancipado politicamente, entretanto, sob a tutela regencial e ideológica de um representante real português, legítimo herdeiro da mentalidade colonialista ibérica. Entre a Noite das Luminária e a conquista de Marcela, transcorrem trinta dias, chegando a 12 de outubro de 1822, data da coroação de D. Pedro I. Sabemos que o romance durou quinze meses, com isso, chegamos a março de 1824, quando foi outorgada a primeira Constituição do Brasil, pondo fim aos anseios liberais da Primeira Constituinte Brasileira, inspirada na Carta Espanhola, de 1823, que ambicionava restringir os poderes de D. Pedro I. Já a cocote, também espanhola, teve seus hábitos liberais tolhidos pela austeridade do tempo. Com o fim da aventura, pontuada de astúcias, ambição e dos ímpetos de jovem rico do narrador, Brás parte para Coimbra, somente retornando quase dez anos depois, até que uma ocorrência banal – a procura de um vidro para o relógio –, arma

o reencontro com Marcela, agora, dona de um cubículo empoeirado e escuro, na rua dos Ourives. O ano é 1832, politicamente, o Brasil está no Período Regencial – longo intervalo de governo entre a abdicação de D. Pedro I e a coroação de D. Pedro II, em 1841.

Na Marcela de 1832, nada mais restara da fulgurante beleza, ela se tornara uma completa ruína física, o cabelo, quase tão ruço e empoeirado quanto o lugar, e a face corroída de bexigas estampavam uma velhice precoce, *de expressão singular e repugnante*. Fisicamente, Marcela estava deformada, entretanto, nos olhos da espanhola ardia a mesma e antiga *flama da cobiça*, e no dedo, brilhava uma esmeralda. Ao final, conclui Brás, Marcela era um caráter dominado pela loba maldita, símbolo da avareza, a *besta ascosa*, da qual fala Dante, na *Divina Comédia*, Canto XX, do Purgatório: “Maldita sempre seja, Loba antiga/ mais do que as outras feras cobiçosas!/ Jamais a tua fome se mitiga” (ALIGHIERI, 2003, p. 414). Algum tempo depois, as suspeitas do narrador se confirmam, pois, apesar da doença e do lugar obscuro e empoeirado, Marcela era a antiga Marcela dos tempos da juventude: “tinha dinheiro a bom recado, e que negociava com o único fim de acudir à paixão do lucro, que era o verme roedor daquela existência.” (MPBC, 1994, p. 54). Diante desse contexto, no qual todas as figuras e eventos podem aludir ao momento histórico, com riqueza e grande precisão de detalhes, cabe a pergunta de John Gledson, “Brás é Brasil?” Para Gledson, Brás Cubas é: “claramente mais representativo de uma classe do que da nação como um todo.” (GLEDSON, 2006, p. 31).

A ligação entre passagens da vida privada, a representação do *status* de classe e o contexto histórico surge em outro importante reencontro de Brás Cubas, com Prudêncio, o antigo *cavalo de todos os dias*, agora, um homem alforriado, dono de um cativo, a quem trata a pauladas, e de uma quitanda, na emblemática região do mercado do Valongo.³⁹ Em uma atitude um tanto surpreendente, considerando o pragmatismo do velho Cubas quanto aos negócios da família, além dos inúmeros obstáculos impostos à liberdade do cativo, o patriarca, pouco antes de morrer, libertou Prudêncio, e somente Brás soube da enigmática decisão. Fora do cativeiro, Prudêncio enfrentava a linha tênue entre o contexto da servidão anterior e a liberdade juridicamente garantida, entretanto, era visto como um não cidadão, marginalizado socialmente pela origem e pela cor da pele, pois, como esclarece Florestan

³⁹Valongo era o nome de uma antiga enseada, no Rio de Janeiro, composta por duas praias: a do Valongo, que se estendia desde o sopé do morro do Livramento até o sopé morro da Saúde, e a do Valonguinho. No século XIX, com as reformas urbanísticas, a região foi aterrada, e somente redescoberta, em 2011, durante as obras de revitalização da zona portuária. Em 2016, o Valongo foi declarado Patrimônio Histórico da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Durante o período colonial, o Mercado do Valongo ou Cais do Valongo se manteve em atividade de 1760 até 1831, abrigando o Cemitério dos Pretos Novos, além dos armazéns do tráfico, onde os cativos eram expostos para compra. In: MOTTA, Débora. **Rio Pesquisa**, nº 39, Ano IX, p. 24-26.

Fernandes: “A cor servia como um ferrete, que identificava o ‘preto’ e, atrás dele, aquela parte da ‘gentinha’ procedente do eito e da senzala – ou seja, da subordinação infame e sem limites do estado servil.” (FERNANDES, 2008, p. 338). Em uma das obras mais consistentes sobre a escravidão brasileira, *Ser escravo no Brasil*, a historiadora Kátia de Queirós Mattoso (2016), revela o verdadeiro labirinto perverso de burlas legais e protelações, enfrentadas pelo cativo, na luta pela liberdade. A começar pela Lei do Ventre Livre que, em tese, deveria conceder a liberdade imediata, a partir da sua promulgação, em 27 de setembro de 1871, para os nascidos de mães cativas. Entretanto, a poderosa oposição escravagista torceu e distorceu a tese essencial do Ventre Livre, tirando o princípio da liberdade imediata para o nascituro, que deveria ficar aos cuidados da mãe até os oito anos de idade, por conseguinte, sob a tutela do dono desta. Após essa idade, o dono ainda poderia escolher ser ressarcido e entregar a criança ao Estado para ser encaminhada a uma “instituição de caridade”, onde permaneceria até os dezoito anos, ou, o que era mais frequente, permanecer com o suposto nascido livre, até que este completasse vinte e um anos de idade. A Lei dos Sexagenários também apresentava cláusulas nitidamente absurdas para beneficiar os escravagistas. Promulgada em 28 de setembro de 1885, em princípio, indicava a liberdade para os adultos com mais de sessenta anos, no entanto, essas pessoas, já bastante fragilizadas física, moral e psicologicamente pelo escravismo, eram obrigadas a enfrentar, no mínimo, mais cinco anos de explorações. Desse modo, para dispor integralmente da Lei dos Sexagenários, assim que fosse atingida a idade limite, o cativo idoso deveria pagar uma indenização ao dono, caso não pudesse, ficava obrigado a servi-lo por cinco anos ou mais, até completar a indenização estipulada. Na compra da liberdade pelo próprio escravizado, as condições eram igualmente perversas e aviltantes: o dono arbitrava o preço, de acordo com seus interesses, e também poderia incluir uma “taxa extra”, destinada aos custos com a reposição da “peça”. Além de quantias exorbitantes, exigências cruéis, muitas, inalcançáveis, outros aspectos também eram levados em consideração, no momento de efetivar a liberdade: “boa conduta”, “lealdade” ao senhor, empenho nas tarefas, regras cujo descumprimento poderia implicar até a revogação da alforria. Como fica claro, havia todo um empenho para manter a completa sujeição das pessoas negras, ainda que livres, aos seus escravizadores. Ainda em relação à compra da própria liberdade, esta, geralmente, acontecia em um prazo bastante longo, entre seis a oito anos, durante os quais o cativo não cessava de trabalhar para o escravagista, restando apenas o dia de folga para outras atividades que lhe permitissem amealhar a quantia exigida. Em todos esses casos, a única exceção era relativa aos filhos dos senhores com as escravizadas, que se tornavam livres após a morte dos pais, caso fossem devidamente reconhecidos por estes. Por

último, havia a libertação por *ex-voto*, concedida em datas religiosas e solenes para homenagear pessoas ilustres ou em agradecimento ao diploma de bacharel. Por tudo isso, a libertação de Prudêncio é um fato curioso e nebuloso: seria ele um filho bastardo do velho Cubas? Laços afetivos? Gratidão? *Ex-voto*? Não é possível afirmar, contudo, do que vimos até aqui, fica claro que não era uma concessão negociada em termos justos e nem fácil de se conseguir.

De volta ao reencontro, o motivo deste é a procura de uma casinha, na Gamboa, destinada aos amores entre Brás e Virgília – que está casada com o Lobo Neves. Durante a caminhada, gritos desesperados e um grupo de curiosos, reunidos em torno de dois homens negros, chamam a atenção do narrador. Ao se aproximar, Brás logo reconhece Prudêncio, espancando violentamente um cativo, acusado de constantes problemas com o álcool: “Toma, diabo! Dizia ele; toma mais perdão, bêbado. [...] Cala a boca, besta!” (MPBC, 1994, p. 79). Na vida colonial brasileira, o espancamento público era uma prática comum, citada nos relatos dos migrantes reinóis, durante a passagem por Salvador, em 1808, mencionada pelos viajantes europeus e representada nas telas do gravurista francês Jean-Baptista Debret, como *Castigo de escravo*, composta em 1835. A tela do famoso integrante da Missão Artística Francesa captura a mesma violência crua e direta da cena vista por Brás, no Valongo. Na tela, três homens cativos surgem tencionados pelo medo e pela violência, enquanto outro homem, também negro, espanca uma das vítimas com um chicote de cinco pontas – muito usado à época para “acelerar” o trabalho nas lavouras. O cativo espancado está seminú, alvo central da humilhação pública e das normais brutais do escravismo, acorrentado ao pelourinho, como exemplo disciplinar para outros escravizados, presentes à cena. Enquanto um é espancado, os outros dois homens permanecem deitados, no chão de terra batida, com os rostos no pó, completamente expostos. Todos os presentes na cena aparecem descalços, pois o uso de calçados era proibido aos cativos, com objetivo de humilhação pública e para marcar a condição servil. Em torno dos quatro homens negros – três vítimas e um algoz –, há um pequeno grupo de escravizados, alguns de cabeça baixa, outros, portando tabuleiros, os corpos pendidos, acentuando o completo desamparo e o terror diante da selvageria, à qual todos eles estão expostos, sempre vigiados por um oficial da guarda. A atmosfera opressiva e dramática aflora no jogo cromático da cena: a imensa luz branca e rotineira dos trópicos domina os corpos e inunda praça, onde não há nenhuma pessoa branca. Ao invés do calor tropical, essa luz é gélida e impõe uma tensão amedrontadora, paralisando as impotentes testemunhas. No episódio do Valongo, a cena é igualmente tensa e carregada de violência, e tanto Brás quanto

Prudêncio agem de acordo com o lugar que ocupam, na hierarquia social. Assim que ouve suas palavras de infância, agora ditas pelo antigo *cavalo de todos os dias*, o passado de diversões cruéis logo se funde à cena presente. Brás conclui que as ações do Prudêncio liberto são a consequência direta dos modos violentos de relação entre o antigo senhor e o cativo, internalizados ao longo de uma vida de servidão, como vítima e testemunha: “desagrilhado da antiga condição, agora é ele que se desbancava: comprou um escravo e ia-lhe pagando com alto juro, as quantias que de mim recebera. Vejam as sutilezas do maroto.” (MPBC, 1994, p. 80). Embora fosse um homem livre, Prudêncio sabia que o *status social* e a cor branca da pele, nas condições da época, demarcavam a superioridade de Brás Cubas, e exigiam a obediência de um negro liberto. Por conseguinte, tão logo vê o antigo senhor, ele se mostra obediente e temeroso: “Cheguei-me; ele deteve-se e logo pediu-me a benção [...] Está bom, perdoa-lhe, disse eu. – Pois, não, nhonhô manda, não pede.” (Ibid., p. 79-80). Após um capítulo tão amargo, no qual uma cena de espancamento público traz à tona um contexto sócio-histórico imerso na violência explícita dos dominantes, o capítulo seguinte, *Um grão de sandice*, tenta estancar os tons sombrios da cena do Valongo, com uma reflexão de Brás sobre Romualdo, um doido que dizia ter se tornado Tamerlão, rei dos tártaro, após ingerir grandes doses de tártaro, durante uma enfermidade. Apesar das idas e vindas do narrador entre o riso e a melancolia, o sentido final dessa reflexão aponta para um desconcerto amargo e melancólico diante do que as pessoas são capazes de fazer umas às outras, motivadas por estupidez e interesses vis. O tártaro, dizia Romualdo:

tem a virtude de fazer Tártaros. Pobre Romualdo! A gente ria da resposta, mas é provável que o leitor não se ria, e com razão; eu não lhe acho graça nenhuma. Ouvida, tinha algum chiste; mas assim contada, no papel, e a propósito de um vergalho recebido e transferido, força é confessar que é muito melhor voltar à casinha da Gamboa, deixemos os Romualdos e Prudências. (Ibid., p. 80)

Seguindo a lógica do Romualdo, de igual forma, a violência contumaz e naturalizada também pode transformar vítimas em algozes cruéis. Na composição do episódio do Mercado do Valongo, Machado de Assis une aspectos sócio-históricos do contexto da escravidão a facetas da natureza humana e da vida das personagens envolvidas: a normalidade do espancamento, público e à luz do dia, um grupo de curiosos, indiferentes (e até concordando) aos sofrimentos da vítima – do alcoolismo e do cativo –, uma antiga vítima sendo o algoz, *pagando com alto juro* a violência recebida, e um antigo algoz, que coloca fim a essa violência exercendo suas prerrogativas de classe. Em tais circunstâncias, a atitude de Prudêncio seria tão somente consequência das ações passadas de Brás? Ou a manifestação de zonas sombrias da natureza humana, capaz de agir com frieza e crueldade, quando exerce

pleno domínio sobre o outro? Ao que nos parece, Machado abre ao leitor espaço para as duas possibilidades. Sem limitar a dimensão humana e existencial de Prudêncio unicamente à escravidão, em momentos anteriores, vemos o antigo escravizado argumentando com o dono, enlutado pela morte da mãe, sobre uma possível visita Dona Eusébia, que estava na Tijuca, ao relembrar o carinho dela com a senhora Cubas, a quem vestiu para o enterro. Diante dos bons argumentos de Prudêncio, Brás cede: “A ponderação do moleque era razoável; eu devia-lhe uma visita [...]” (MPBC, 1994, p. 43). Em atenção à lembrança do moço, Brás decidiu visitá-la e acabou conhecendo Eugênia, filha única de Dona Eusébia e do Vilaça. Na sequência, inicia um flerte com a jovem e adia a volta ao casarão dos Cubas. De volta ao Prudêncio liberto, agora, que se via *desagrilhado da antiga condição*, a sua escolha poderia ter sido outra, entretanto, ele decidiu se manter no terreno mais seguro e conhecido das normas sociais, aplicando ao outro o tratamento cruel, recebido do antigo senhorzinho: *Vejam as sutilezas do maroto!*, conclui Brás ironicamente.

A ironia, mesclada ao riso e à melancolia, é uma das características predominantes do narrador das MPBC, chave interpretativa para muitas de suas opiniões cáusticas, e a lente através da qual Machado definiu seu ponto de vista sobre a cultura histórica e moral da alta oligarquia urbana fluminense do século XIX brasileiro. Sintetizada na figura do narrador das MPBC, na iluminação do romance, essa classe via o diploma de doutor, a política e a cultura como enfeites adequados ao seu *status* social ou, simplesmente, como meras atividades para preencher o tempo. Eram letrados, imperialistas, com tendências europeias, defensores da escravidão, figuras bem-educadas e apreciadoras da sociabilidade superficial e frívola de salão. A propósito do escritor de ficção irônica, Northrop Frye (2014) pontua que sua autocensura constitui uma herança de matriz grega, o eíron, o homem que se autocensura, tomado à *Ética* de Aristóteles, oposto ao *alazón*, aquele que engana alguém ou a si mesmo – alvo preferencial e objeto de ridicularização do eíron. Tomando a vida exatamente como a encontra, alguns ironistas trabalham com a objetividade completa, sem explicitar juízo moral, por conseguinte, deixam ao leitor a tarefa de movimentar a estrutura de sentidos e fazer emergir uma segunda camada de significados, diversa da superfície primeira. Como um modo sofisticado de dizer o que se quer através da contradição entre o que se diz e o sentido desejado, Frye ressalta que: “a principal diferença entre a ironia exigente e a ingênua é que o ironista ingênuo chama a atenção para o fato de estar sendo irônico, ao passo que a ironia sofisticada simplesmente afirma algo e deixa o próprio leitor adicionar o tom irônico por contra própria.” (FRYE, 2014, p. 155). Em Brás Cubas, a ironia assume matizes variados, indo do grau mais corrosivo, até um tom de melancolia que inclui, no quadro de erros, a

identificação do ironista. Nesse sentido, tal ironia põe em movimento efeitos de recepção diversos, a depender dos valores de cada leitor, abarcando, desde a completa rejeição à vaidade cruel de Brás, até o entendimento de que ele próprio se torna vítima das suas premissas cruéis. A partir dessa perspectiva, vejamos o caso de Eugênia. Apesar de bonita, inteligente, sóbria e graciosa, a moça é rejeitada por Brás por ser coxa e “filha natural”, além de receber do narrador a cruel alcunha de *minha Vênus Manca*. Brás é experiente, culto, rico, educado e tem um encanto cosmopolita. Não fosse a vaidade cruel dele, poderiam formar um par romântico, no entanto, as intenções chocam-se: a graça virginal e a sobriedade de Eugênia chamam a atenção do bacharel rico, que resiste à ideia de desposá-la, por seu problema físico e por sua origem. No lado oposto, em Eugênia, despontava o primeiro amor. “Bem-aventurados os que não descem, porque deles é o primeiro beijo das moças.” (MPBC, 1994, p. 50). Foi com essa paráfrase bastante infame das bem-aventuranças bíblicas, e com intenções nada inocentes, que Brás lembrou o beijo entre ele e a jovem, “o primeiro que nenhum outro varão jamais lhe tomará”, (Ibid.), ela, *trêmula de comoção*, e o bacharel tinha os pensamentos e as vontades nas *luxúrias vadias* dos pais dela: “com os braços nos meus ombros, a contemplar em mim o teu bem-vindo esposo, e eu com os olhos em 1814, na moita, no Vilaça, e a suspeitar que não podias mentir ao teu sangue, à tua origem...” (Ibid.). De acordo com Alfredo Bosi, no Machado da aclamada segunda fase, o mundo que adentra em sua obra é sempre captado através do olhar pensativo, o que remete ao problema crucial do narrador machadiano, isto é, “um tipo socialmente localizado e datado, sem deixar de descer à análise mais geral dos motivos do ‘eu detestável’” (BOSI, 2006, p. 282). Sob esse prisma, as experiências de Brás Cubas pertencem tanto ao seu tempo e país, o homem rico que se esquiva a desposar uma jovem coxa e de condição social inferior, quanto às ações perversas que a natureza humana, comum e universal, é capaz de forjar. E para o *eu detestável*, semelhante em toda parte, além de bastarda e inferior socialmente, Eugênia era coxa. Seria, portanto, apenas uma travessura para um solteiro jovem e abonado, não concretizada porque Eugênia é digna e tem firmeza de caráter suficiente para não ceder à autopiedade e nem aos preconceitos do narrador, aterrorizado diante da possibilidade de amar e de se casar com alguém como ela, *Uma mulher coxa!* E foi Eugênia quem encerrou qualquer possibilidade de aproximação: “Faz bem em fugir ao ridículo de casar comigo.” (MPBC, 1994, p. 51). De volta à casa da família, narrada no Capítulo XXXV, ironicamente intitulado *O caminho de Damasco*, no caso de Brás, uma trilha sem conversão aos bons valores cristãos e nem apostolado de fé, a lembrança de Eugênia vai se desfazendo em brumas de ironia, provocações ao leitor e desprezo pela sorte da moça:

Eu cínico, alma sensível? Pela coxa de Diana! Esta injúria merecia ser lavada com sangue, se o sangue lavasse alguma coisa nesse mundo. [...] lançava eu os olhos à Tijuca, e via a aleijadinha perder-se no horizonte do pretérito, e sentia que o meu coração não tardaria também em descalçar as suas botas. E descalçou-as o lascivo. [...] O que eu não sei é se tua existência era muito necessária ao século? Quem sabe? Talvez um comparsa de menos fizesse patinhar a tragédia humana. (MPBC, 1994, p. 51-52)

Nos oito dias em que estive na Tijuca, Brás foi do luto à melancolia, com espaços para um flerte com Eugênia e para os acenos do amor da nomeada, feitos pela sugestão de um casamento rentável e uma cadeira no Parlamento, instigações que acabaram vencendo o luto e trouxeram o narrador de volta à casa da família e aos planos do velho Cubas, justamente através do *caminho de Damasco*. Estava, segundo ele, em sua quarta edição, “revista e emendada, mas ainda inçada de descuidos e barbarismos” (Ibid., p. 53), defeitos compensados pelo tipo elegante e luxuoso, nos moldes da sua classe, com dinheiro, título de doutor e uma longa passagem na Europa. Era, portanto, o despertar de sua jornada de conquista do mundo, não do mundo pelas almas, como fez o apóstolo Paulo, mas da conquista dos prazeres mundanos, da paixão adúltera, com Virgília, do olhar irônico e das reflexões ferinas. No percurso de uma existência sem grande brilho, o saldo final, ou melhor, o saldo *post mortem* de Brás Cubas é profundo e inquietante: a revelação desabusada de um típico ricaço do seu tempo, de sua vida e sociedade, enquanto natureza moral e histórica concretas. Guardadas as singularidades, uma experiência filosófica e existencial possível em qualquer tempo e lugar. Considerar essa junção entre o humano, o social e o histórico é fundamental para que não percamos de vista o fato de o realismo machadiano explorar a vida cotidiana e suas figuras através de uma multiplicidade de camadas e de planos existenciais que a suposta objetividade narrativa dos eventos não seria capaz de alcançar; e nisso reside tanto a atemporalidade quanto o aprofundamento reflexivo do genial Machado de Assis da segunda fase.

1.3 POLICARPO QUARESMA E A VIAGEM EM TORNO DA PÁTRIA IDEAL

“São povos que possuem todos os elementos para ser prósperos, adiantados e felizes, e que, no entanto, arrastam uma vida penosa e difícil: por quê? ...” (Manuel Bomfim, *América Latina: Males de origem*, 2010, p. 16)

A narrativa do *Triste fim de Policarpo Quaresma*, cuja primeira edição, em livro, é de 1915, anuncia, logo no título, o inglório final reservado ao seu protagonista, o major Policarpo

Quaresma. A partir disso, as atenções do leitor se voltam para compreender as causas que levam um pacato suburbano, metódico, funcionário público exemplar, patriota nativista até o limite da ingenuidade, a se tornar vítima de seu grande e único ideal: a reforma do Brasil. Logo no início do romance, o leitor é apresentado ao major Policarpo Quaresma, uma natureza singular, irrepreensível, nenhum vício, muitas virtudes, *um homem tão sério*, ainda que um tanto *esquisito e misantropo*, benquistado pelos vizinhos e por grande parte dos colegas de repartição. Desprovido de ambições materiais, Policarpo vivia, há quase trinta anos, entre São Januário, subúrbio do Rio, onde morava com a irmã, Dona Adelaide, numa casa própria, enfatiza o narrador, e a Subsecretaria do Arsenal de Guerra da Marinha. Eis, portanto, o modesto cidadão Policarpo Quaresma, um patriota que nutria, desde a juventude, o sonho ufano-nacionalista de concretizar a pujança do Brasil, tão exaltado nas suas leituras de referência, “levando-o a meditar sobre os seus recursos, para depois, então, apontar os remédios, as medidas progressivas, com pleno conhecimento de causa.” (TFPQ, 2005, p. 14-15). Das três virtudes patrióticas de Quaresma – dedicação ao estudo das coisas brasileiras, empenho para transformar o sonho em realidade e a criatividade das proposições reformadoras – nenhuma será capaz de protegê-lo dos dissabores vindouros. E serão muitos e dolorosos: linchamento moral público, internação manicomial, perseguições, exílio e o anunciado triste fim. Isto porque tais virtudes destoam da conjuntura política e dos valores da emergente sociedade republicana que, na ótica do romance, está dividida entre funcionários públicos medíocres, os representantes da classe média dos subúrbios, uma elite política predominantemente truculenta e venal, um ambiente onde os simples, os honestos e os verdadeiramente altruístas como Policarpo, podem enfrentar desde a chacota pública até a prisão e morte por fuzilamento. Diante dessa conjuntura, Policarpo Quaresma é uma figura que, pelas suas qualidades éticas e morais, e pelo teor de suas ideias arrojadas, rapidamente, passará de solteirão tido como excêntrico e amalucado a perigoso agitador, dissidente político e traidor dos “justos princípios” republicanos, defendidos pelo Governo Florianista através da ação “democrática” das carabinas do pelotão de fuzilamento.

De acordo com o historiador José Murilo de Carvalho (1987), o espírito que presidiu a transição do Império à República não foi o da justiça social e nem o da democracia. O Rio de Janeiro da primeira década republicana viveu a fase mais turbulenta de toda a sua história política, econômica, moral e social, até àquele momento, causada pelo impacto dos embates que levaram à deposição de D. Pedro II e pelas conseqüentes ações, no sentido de consolidar do novo regime, recebido com verdadeiro estupor pela população da Capital Federal. De acordo com os propósitos desta seção, retomaremos apenas os aspectos morais e políticos, em

voga nesse momento da história brasileira, analisados por Carvalho, e importantes para uma compreensão mais nítida dos agudos contraste entre os ideais representados pelo major Policarpo Quaresma e a atmosfera ética, cultural e política à sua volta. À medida que as peripécias do herói honesto e ingênuo de triste fim vão se distanciando do cômico até assumirem contornos definitivos de horror, mais acentuadas se tornam a venalidade e a crueldade política do meio. Embora o discurso republicano alegasse defender os anseios populares, tomando para si o papel de catalisador das reivindicações das camadas menos favorecidas, na prática, a República, sem os ares liberais dos últimos anos monárquicos, foi tão ou mais elitista e centralizadora de poder do que o Império. Como enfatiza Carvalho, os grupos antes excluídos das esferas poder e as contraelites – opositores da hegemonia oligarca industrial-financeira de São Paulo e de Minas Gerais –, formadas por grupos militares, anarquistas e pela classe operária, depositaram grandes expectativas na República, que acreditavam ser simpática a uma maior participação popular, na arena política pós 1889. Entretanto, não demoraria muito, a estratégia republicana de cooptar apoiadores, via fartos subsídios estatais, e a repressão violenta aos oponentes, frustrariam as expectativas de um novo Governo, mais próximo das reivindicações populares, levando junto as esperanças de abertura política para os grupos contrários aos interesses elitistas. A República não se interessou muito por setores sem representatividade político-econômica, optando por estabelecer um tipo de acordo *sui generis* com a elite brasileira, definido por José Murilo de Carvalho como *paz oligárquica*, especificamente: “um sistema de poder capaz de gerenciar seus conflitos internos que deixava o povo de fora” (CARVALHO, 2003, p. 96). No campo social, o contraste entre o alegado viés democrático do novo regime e as demonstrações públicas de vaidade e nepotismo dos governantes era de uma nitidez cristalina, bastando, para isso, observar a generosa distribuição de favores para os grupelhos familiares e de apadrinhados, o estilo tecnocrático, autoritário e repressor de administrar o Estado. Todo esse exibicionismo autoritário, somado ao descontentamento dos excluídos agiu como estopim para uma série de conflitos populares como a Revolta da Armada, em 1893, seguida da paralisação dos trabalhadores ferroviários e marítimos, dos condutores de bonde, dos funcionários públicos, dos empregados e dos pequenos proprietários de comércios. Em síntese, o Rio de Janeiro republicano era um palco social bastante explosivo. Todo esse clima de revolta, violência, protestos e insatisfação popular atestava a permanência do antigo espírito repressor e autoritário da Metrópole portuguesa, cravado na espinha dorsal da República, ao estilo “novos tempos, velho hábitos.” Aludindo à corrupção e ao desfile de vaidades que tomou conta dos altos escalões republicanos, com a distribuição de medalhas,

condecorações, patentes e homenagens públicas, sem esboçar o mínimo constrangimento, Eduardo Prado (1860-1901), jornalista e membro fundador da ABL, teceu um comentário emblemático e assertivo sobre a natureza geral do novo sistema: “Aquilo já não é militarismo, nem ditadura, nem república. O nome daquilo é carnaval.” (KLINTOWITZ, 2014, online, p. 200). À medida que o povo propriamente dito e as contraelites eram alvos da grosseira plutocracia que dominou a República, em seus primórdios, a *república dos banqueiros* – expressão usada por José Murilo de Carvalho (1987) para definir o perfil político dos anos de 1890 a 1892 –, e os setores industriais e financeiros urbanos foram os mais beneficiados. Movidos, segundo Carvalho, pela avidez de “enriquecer a todo custo com o dinheiro das especulações” (CARVALHO, 2003, p. 20), essas classes fomentaram a grande especulação financeira do período, desencadeando consequências dramáticas para as camadas pequena e média: inflação generalizada, aumento do custo de vida e o encarecimento abusivo dos produtos importados. Quanto aos padrões morais e de honestidade, se a ordem do momento era enriquecer a qualquer, os grupos ascendentes trataram de expurgar da memória a figura austera e patriarcal de D. Pedro II, livres de freios éticos, religiosos ou de qualquer outra natureza, se atiraram ao tão sonhado *enriquecimento a todo custo*, mas sem nenhuma diretriz econômica que sustentasse os lucros, a médio e longo prazo. Nesse contexto, os grandes *heróis do dia*, foram os especuladores da bolsa, ricos ou enriquecidos com a República, que praticavam às claras o que, durante o Império, faziam às escondidas. Na contramão da ética verdadeira, esses tipos gananciosos alcançaram grande distinção social e, sem o crivo da moralidade, foram transformados em símbolos de orgulho para o novo ambiente burguês republicano.

A lei geral do lucro a qualquer custo e a corrupção dos governantes não poderiam ser mais opostas às qualidades concentradas em Policarpo Quaresma. Enquanto a cupidez argentária, o arrivismo e a opressão republicana ditavam a conduta geral de poderosos e aspirantes ao poder, Policarpo Quaresma sempre agiu pelos motivos e pelos princípios corretos, e suas práticas nunca contradisseram o que ele defendeu. O major Quaresma é um idealista, em quem não há sombra e nem variação de propósitos. Ele é, do princípio ao fim, o patriota altruísta, sempre pontual e metódico, *um fenômeno matematicamente determinado*, de acordo com o narrador do TFPQ, o funcionário mais velho da Subsecretaria da Guerra, respeitado por grande parte dos colegas, no entanto, estes estão mais próximos da corrupção de princípios dominante, da qual nos fala José Murilo de Carvalho, e nada têm em comum com as excentricidades patrióticas do colega. Lima Barreto viu o ambiente do funcionalismo público como um lugar venal e claustrofóbico para qualquer pessoa minimamente decente,

um ambiente descrito em seus textos como de absoluta mediocridade. Por isso, na Subsecretaria da Guerra, à exceção de Policarpo, vicejavam funcionários bajuladores, arrivistas, cujo intelecto rasteiro não lhes permitia compreender a entrega desinteressada aos ideais e a disciplina intelectual do major Policarpo. Dentro desse espectro moral e intelectual desolador, formado pela camada média burocrática e suburbana do Rio republicano, Policarpo Quaresma é visto com extrema má-vontade por alguns, alguém cuja estranheza precisa ser constantemente marcada: “Este Quaresma! que cacete! Pensa que somos meninos de tico-tico... Arre! Não tem outra conversa.” (TFPQ, 2005, p. 16). Pondo figuras tão díspares no mesmo ambiente, a estratégia ficcional cria um efeito de exposição em múltiplos focos, através do quais toda a corrente contrária ao herói barretiano atua no sentido destacar o caráter nobre do major Quaresma, sua mescla de fé ingênua e pitadas de excentricidade, nada de ambições políticas ou financeiras, apenas a monomania patriótica de ver concretizada a grandeza do Brasil, inflada pelas leituras ufanistas – o adubo dos seus sonhos, desde a juventude.

No trecho que serve de epígrafe a esta seção, o sociólogo Manuel Bomfim indaga acerca do persistente paradoxo da condição latino-americana, a saber, a coexistência de grandes potencialidades econômicas naturais lado a lado com graves problemas estruturais e sociais. Ao longo de *América Latina: males de origem*, Bomfim apresenta uma vasta lista de argumentos, que ligam a herança passadista colonial às precárias condições vistas em seu presente – o livro é de 1905. A partir de tal constatação, Bomfim defende um projeto de educação e de política emancipatórios como a única via para superar as mazelas de nossa formação colonial. Em sua dimensão de crítica social, o TFPQ aponta para a impossibilidade do patriotismo ingênuo enfrentar as carências de um país cujos grupos dominantes insistem em negligenciar direitos básicos do povo, como o acesso à educação, além de cercear o debate sobre a realidade social e sobre o lugar histórico que cada cidadão ocupa ou é obrigado a ocupar. Quanto ao universo ideológico de Policarpo Quaresma, a biblioteca particular do major não dispunha de nenhum título contrário à visão do Brasil como uma terra-paráiso, nada que trouxesse à luz uma mínima visão dos paradoxos citados por Manuel Bomfim, ou sobre a multiplicidade de fatores, derivados da colonização, responsáveis pelos obstáculos enfrentados por Policarpo Quaresma. O major Policarpo é um intelectual autodidata, embora dedicado e patriótico, ele só conhece o Brasil e tudo o que diz respeito à história, às tradições, à cultura e à terra brasileira através da sua biblioteca pessoal, sem jamais ter saído da sua biblioteca e nem dos limites do pacato e acanhado subúrbio de São Januário. Era, na verdade, um típico explorador de gabinete, cuja vontade idealista não concretizada espelha o paradoxo

entre três dimensões. A dimensão ideal, a das muitas potencialidades concretas do Brasil e, finalmente, a dimensão real, derivada dos processos colonialistas. Como dito anteriormente, a biblioteca do major Policarpo era linear, em sua visão do Brasil, formada por nacionalistas clássicos como José de Alencar e Gonçalves Dias, representantes máximos do indianismo romântico; o português Bento Teixeira, autor de *Prosopopeia* (1601) – poema laudatório dos feitos portugueses, no Brasil colônia, personificados nos irmãos Jorge d’Albuquerque Coelho e Duarte Coelho. Junto a esses, o barroco Gregório de Matos (certamente em seu viés religioso idealista); o árcade Basílio da Gama, cujo poema épico *Uruguai* (1769) une louvor à presença portuguesa (Marquês de Pombal) e ao heroísmo indígena. Dos viajantes cronistas, têm destaque Gabriel Soares, cujo *Tratado descritivo do Brasil* (1587) é tido pela crítica histórica como a fonte mais rica de informações sobre o Brasil colônia, no século XVI; Pero de Magalhães Gandavo, autor do *Tratado*, redigido em 1576, e publicado em 1826, propaganda das benesses do clima e das riquezas do Brasil, e uma exortação aos reinóis, principalmente, aos lusitanos pobres, convidados a desfrutá-las. Também consta o diário do aventureiro alemão Hans Staden – prisioneiro dos tupinambás, durante nove meses – *História verídica/Duas viagens ao Brasil 1548-1555* (*Warhaftge historia/Zwei reisen nach Brasilien 1548-1555*), relatando suas aventuras e a convivência com os índios. O padre francês Jean de Léry figura com seu diário pessoal, *História de uma viagem feita à terra do Brasil* (*Historie d’un voyage faict em la terre du Brésil*), lançado na França, em 1578, no qual narra seu impacto diante da terra brasileira: “[...] acerca do que escreveram Plínio e outros mais sobre os países exóticos, pois vi coisas tão prodigiosas quanto tantas outras tidas por impossível, de que fazem menção.” (LÉRY, 1980, p. 50) E não poderiam faltar o Frei Vicente do Salvador, cuja *História do Brasil* (1627) descreve a experiência do colono português como parte do projeto histórico luso-brasileiro; o historiador Sebastião da Rocha Pita, autor da célebre *História da América Portuguesa* (1730); John Armitage, negociante inglês e importante cronista dos bastidores do Primeiro Reinado; o príncipe Maximilian zu Wied-Neuwied, naturalista, etnólogo e explorador alemão, que veio ao Brasil, no início do século XIX, para estudar a fauna, a flora e o indígena brasileiros; o historiador Capistrano de Abreu, destacado estudioso do Brasil colonial, das obras de Frei Vicente do Salvador e dos tratados de Fernão Cardim e de Pero de Magalhães Gandavo. Constam também *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes Brandão, e os escritos do padre Antonil. Merecem destaque as pesquisas do botânico francês Auguste Sait-Hilaire, que realizou explorações de campo, no Brasil, de 1816 até 1822; o português Manuel Pereira da Silva, autor de *Memórias de meu tempo*, obra na qual aborda um longo arco histórico da política brasileira, de 1840 até 1886, e

muitos outros autores, *nacionais ou nacionalizados*, além de uma vasta galeria de dicionários, manuais e enciclopédias, os pilares da visão ufano-nativista de Policarpo Quaresma.

Munido de tais referências, Policarpo decide empreender sua “viagem” em busca do Brasil ideal, sem se dar conta de que todos os ideais são quase sempre inatingíveis. Durante toda a sua vida, esse sonho fora *incubado e mantido vivo pelo calor dos seus livros*. Assim, as suas empreitadas se desenrolam como verdadeiras expedições de descobrimento do Brasil, às avessas, no decorrer das quais os discursos nacionalistas vão sendo desconstruídos, levando de roldão a saúde emocional de Policarpo, os conhecidos mais próximos, a credibilidade e, por fim, a vida do reformador. Sob o influxo do ideal de Pátria, Quaresma se encanta pela figura e pela cultura do indígena – tema caro à retórica nacionalista pós-Independência, dos anos de trinta e quarenta do século XIX. Por isso, em sua primeira investida reformadora, envia à Câmara o pedido de mudança da língua portuguesa para o tupi-guarani, justificando a medida como necessária para emancipação idiomática do Brasil – complemento da independência política de 1822. As consequências do ousado requerimento não tardam, e são desastrosas: atirado à feroz zombaria pública, alvo de jornais maledicentes e dos chargistas do Rio, Policarpo desaba numa estafa nervosa e é internado no hospício da Praia das Saudades. Decorridos seis meses, recebe a aposentadoria por motivo de saúde, em seguida, se retira para a zona rural do Rio de Janeiro, em companhia da irmã e do *fiel Anastácio* – antigo escravizado de fazenda e agregado de Quaresma. O destino é o sítio do Sossego, onde o sonho reformador volta a aflorar com toda a pujança. Agora, os esforços do major Quaresma se voltam para dinamizar a agricultura nacional: tendo à disposição *os terrenos mais férteis do mundo*, com algumas medidas práticas, emprego de instrumentos modernos e estudos adequados pouco faltava para *demonstrar as excelências do Brasil*. Esse novo projeto também naufragará diante da realidade.

Apresentado ao leitor sem grandes destaques, com apenas alguns poucos dados biográficos, sem origem regional definida, o traço forte e determinante de toda a existência de Policarpo Quaresma é o seu patriotismo visceral: “era antes de tudo brasileiro” (TFPQ, 2005, p. 14). Integridade de princípios, devoção à Pátria, desejo de ação sem ponderar as vibrações políticas e morais à sua volta, eis as variáveis que explicam como e por que alguém tão correto e movido por interesses nobres encontra um fim trágico. Nesse sentido, cabe indagar, para o major, *o que vinha a ser a Pátria?* Como ele compreendia essa ideia, nos aspectos políticos, afetivos e de pertencimento? Um conceito pelo qual valia a pena abdicar da própria vida, como ele realmente fez, sem filhos, amores e nem quaisquer outras ambições, sendo capaz até de enfrentar a morte para defendê-la. Na trama, a resposta para essa pergunta

aparece em dois momentos antagônicos da vida de Policarpo Quaresma: em *A afilhada*, capítulo final do romance, o tom é de amarga decepção, a Pátria é *uma quimera*, com a qual gastara seu tempo e envelhecera. Antes disso, a ideia surge ufanista e impregnada de mitos de origem, no Capítulo II, *Reformas Radicais*: “Tinha todos os climas, todos os frutos, todos os minerais e animais úteis, as melhores terras de cultura, a gente mais valente, mais hospitaleira, mais inteligente e mais doce do mundo – o que precisava mais? Tempo e um pouco de originalidade.” (TFPQ, 2005, p. 24). Durante trinta anos, Policarpo viveu imerso no culto nacionalista, lendo, sem nenhum olhar crítico, apenas autores e obras centrados no descritivismo e na exaltação do ambiente natural e cultural brasileiro, em detrimento da aproximação crítica com a realidade, formada por velhas estruturas de poder corrompidas. Em suas referências de leitura, o paraíso tropical brasileiro não comportava as vivências da escravidão do negro, do genocídio dos povos indígenas e das carências históricas, obscurecidos pela moldura de uma natureza exuberante, nativos gentis, bonitos e afeiçãoados ao conquistador branco europeu, uma terra-paraíso onde a escravidão sequer figurava como base da realidade econômica, cultural e social. E foi assim, tomado por um *sentimento grave e absorvente*, que Policarpo Quaresma traçou o seu sonho-projeto de Nação, idealista e messiânico, portanto, inatingível, quando confrontado com os obstáculos estruturais e políticos do Brasil, nos primeiros e violentos anos da República.

A ideia de Nação de Quaresma é a de uma comunidade imaginada, nos termos propostos por Benedict Anderson (2008), uma imagem erguida sobre um conjunto homogêneo e interligado de referências culturais e históricas coesas, com grande poder de apelo simbólico, inculcado na mentalidade coletiva, através dos meios oficiais de ensino e das práticas comuns cotidianas, com o intuito específico de dar ao indivíduo a experiência de uma *condição nacional (natio-ness)* única. Em outras palavras: uma forma de pertencimento nacional, ainda que de forma inconsciente, sincrônica e comum a todos. Devido à natureza seletiva dos significantes elencados para imaginar a *natio-ness* – narrativas, tradições culturais e sociais, leis, códigos e língua nacional –, a Nação é configurada como um valor simbólico imaginado, cuja tessitura homogênea e coesa serve à crença de um suposto pertencimento comum e fraterno, que atua no sentido de obscurecer conflitos e dissonâncias, no interior das fronteiras nacionais. A argumentação de Anderson se torna ainda mais interessante – e um tanto assustadora, pelo nível de precisão – quando observamos os escritos de publicistas do conceito de Nação e de pertencimento nacional, nos moldes de uma comunidade imaginada, como o conde de Afonso Celso (1860-1938), filho do poderoso Visconde de Ouro Preto,

padrinho de Lima Barreto. Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior teve grade destaque no cenário político e cultural brasileiro de sua época. Político, advogado, jornalista, membro fundador da ABL e autor de uma das maiores louvações ufano-nacionalistas ao Brasil, *Por que me ufano do meu país* (1901), a obra representa exemplarmente o modo de interpretar o Brasil e sua formação pelas lentes edulcoradas do patriotismo acrítico. Ouçamos o que nos diz Afonso Celso:

Devem ter ufania os filhos de uma terra assim dotada. O belo é a fonte essencial do amor. Amemos apaixonadamente o Brasil, pelas suas lindezas sem par. [...] Não conhecemos proletariados, nem fortunas colossais que jamais se hão de acumular entre nós, graças aos nossos hábitos e sistemas de sucessão. Nem argentarismo, pior que a tirania, nem pauperismo, pior que a escravidão. [...] No Brasil, com trabalho e honestidade, conquistam-se quaisquer posições. Encontram-se a mais larga acessibilidade a tudo, no meio de condições sociais únicas, sem distinção e divergências de classe, em perfeita comunicação e homogeneidade da população. (AFONSO CELSO, online, 2002, p. 45-55)

O livro recebeu muitos elogios e muitas críticas, mas não chegou a ser uma grande polêmica, até porque, não obstante a clave exagerada da obra e as evidentes omissões sobre a realidade brasileira, a linha ufanista geral não era desconhecida, muito menos antipática ao imaginário coletivo da época. *Por que me ufano* retoma o argumento central desse discurso, ou seja, fato de tornar genuinamente brasileiro apenas os elementos que representam a história social e política do Brasil como uma narrativa mítica, homogênea, cuja origem, o percurso e o futuro sempre apontam da concretização da grandiosidade nacional. Uma vez que sobejam as condições necessárias para isso, não há males capazes de impedir o progresso: lindezas sem par, o belo, que é a fonte de amor, um país sem distinção e nem desigualdades de classe, sem argentarismo e nem pauperismo, a natureza do povo é essencialmente boa, acesso aos direitos básicos, comunicação perfeita e população homogênea. Embora os planos do major, à primeira vista, soem excêntricos e um tanto amalucados, a base na qual ele se inspirou pertence a essa longa tradição discursiva, retomada pelo conde Afonso Celso, em seu livro de 1901, com raízes bem fincadas nos discursos oficiais da Nação, e cujo grande apelo político foi retomado pela República. A mesma República que promoveu a corrida argentária, acentuou o abismo entre as classes, perseguiu opositores de forma violenta e facilitou o enriquecimento dos grupos aliados, agora, tomava para si o discurso salvacionista, segundo o qual a Nação precisava recuperar o tempo perdido, sair do atraso e da ignorância, herdados da Monarquia. Para tanto, era imperativo “iluminar o Brasil através da ciência e da cultura”, como destaca Lúcia Lippi Oliveira (1990, p. 81), discorrendo sobre o contexto das ideias pós

1889, o que implicava refundar o país, atualizá-lo, colocando-o na marcha do progresso ocidental. E a onda refundacionista dos primórdios republicanos veio acompanhada, além de um grande ufanismo patriótico, por um forte sentimento de lusofobia, traduzido na rejeição explícita dos apoiadores da República pelos portugueses, e por tudo que aludisse à herança de Portugal. Na contraface, em termos políticos e ideológicos concretos, a sociedade vivia o dilema da origem, pois, ao mesmo tempo em que alegava rechaçar o passado, supostamente refundava a Nação conservando a base de valores herdados da antiga da Metrópole lusa. Acerca do conceito de progresso, o Positivismo de Augusto Comte desempenhou importante papel teórico, nesse momento apregoadado como a transição de uma sociedade atrasada para o grande salto às leis teleológicas gerais da evolução humana, mais especificamente, na rota da Europa industrial-capitalista, de modos burgueses. Entretanto, o projeto de sociedade brasileira, moderna, industrial, livre do obscurantismo passadista, alardeado pelos ideólogos da República, previdentemente esqueceu de considerar o autoritarismo e a violência social com que a ideia de progresso foi colocada em prática.⁴⁰

Na trama do TFPQ, as “andanças” de Policarpo, em busca de um Brasil somente possível na fantasia ufanista, são embaladas pelos mitos de fundação, nos quais dominam a exaltação hipertrofiada da terra, suas belezas naturais e a imagem da convivência pacífica entre os povos, um Brasil onde se conquista qualquer coisa, bastando apenas trabalho e honestidade. Acentuando o abismo entre a realidade do país, *um vasto hospital*, retomando a frase emblemática de Miguel Pereira, carente de políticas agrárias e de desenvolvimento, e a ideia do Brasil paradisíaco, que Lima denuncia através da inglória aventura de Policarpo Quaresma, o argumento do reformador desnuda os efeitos de uma consciência histórica formada no nacionalismo acrítico e exacerbado, que interpreta o país como um verdadeiro celeiro de abundância, onde tudo brota de forma quase espontânea. Nesse viés, o progresso é explicado por uma visão muito particular, que enfatiza os aspectos de ordem natural, sem levar em consideração o necessário empenho do Governo: “a nossa terra, que tem todos os climas do mundo, é capaz de produzir tudo o que é necessário para o estômago mais exigente.” (TFPQ, 2005, p. 20). No olhar de Policarpo Quaresma, leitor dos expoentes românticos da primeira geração, até as nossas flores, tais como as da famosa *Canção do Exílio* (1846), célebre poema de Gonçalves Dias, são mais exuberantes, em nossas várzeas, *mais expressivas, mais olentes*. E nesse ponto concordam Policarpo Quaresma, Gonçalves Dias e Afonso Celso, que defendeu a imagem de um Brasil *belíssimo — encerrando maravilhas sem*

⁴⁰Para uma visão mais aprofundada do tema, consultar, neste estudo, o tópico 2.2 UM BRASIL EM DUAS VERSÕES: O MORRO E OS CAFUNDÓS.

êmulas no universo. A figura do povo, *em perfeita comunicação e homogeneidade*, nas palavras de Afonso Celso, sem a esperteza e a ambição, piores do que a miséria e o escravismo, para Quaresma era o povo ideal, por suas inúmeras boas qualidades inatas, para concretizar o seu projeto.

O botânico e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire – um dos autores encontrados na biblioteca de Policarpo –, dedicou anos de estudos à fauna e à flora tropicais. Entre 1806 e 1822, durante suas expedições de coleta e pesquisa de material, Saint-Hilaire proferiu uma opinião que se tornaria famosa sobre as condições naturais do Brasil, alertando para o despreparo e as adversidades primárias da lavoura nacional: “Ou o Brasil acaba com a saúva ou a saúva acaba com o Brasil” (KLINTOWITZ, 2014, online, p. 112). A minúscula saúva, também conhecida como formiga-cortadeira, era uma praga daninha da qual nenhum palmo da terra brasileira escapava, hortas domésticas, plantações inteiras, pomares, enfim, tudo o que, aqui, se plantava era alvo de seus ataques vorazes. Em 1928, a questão da saúva permanecia exatamente a mesma da época de Sain-Hilaire, e a prova disso está em um verso de *Macunaíma*, ferroando a ausência de infraestrutura no campo e as graves questões de saúde do país: “Pouca saúde e muita saúva os males do Brasil são.” (Ibid., p. 114). No Sossego, a previsão funesta de Saint-Hilaire se confirma: a reforma agrícola do major esbarra na inimiga minúscula e poderosa que, numa certa noite, devera, em poucos segundos, a dispensa do sítio e todos os esforços de Policarpo. Após esse segundo malogro, a força do ideal ufano-patriótico se refaz. Agora, Quaresma mira a reforma administrativa do Brasil, em pleno governo do marechal Floriano Peixoto, chamado o Marechal de Ferro, um tempo de medo e de forte agitação popular. De acordo com o ideal político de Quaresma, o Governo Federal deveria ser *forte até à tirania, medidas agrárias*, enfim, um “governo forte, respeitado, inteligente, removendo todos esses óbices, esses entraves, Sully e Henrique IV, espalhando sábias leis agrárias, levantando o cultivador... Então sim! O celeiro surgiria e a pátria seria feliz” (TFPQ, 2005, p. 114). Mais uma vez, a realidade não poderia ser mais antagônica à visão idealista de Policarpo. Revoltas populares, conflitos políticos, corrupção, arrivismos, maus tratos de toda ordem contra o povo, perseguições e violência desenfreadas aniquilam as últimas aspirações de Policarpo. Ao invés de um estadista forte e sábio, Quaresma constata que Floriano não passava de um *tirano à moda doméstica, tíbio, ditatorial, preguiçoso e violento*. Daí em diante, a viagem à roda do Brasil idealizado assume, definitivamente, o tom sombrio, anunciado desde o título do romance. Na República, tudo confrontava os ideais de Quaresma: leniência e violência ao invés de reformas e democracia, um tirano violento e

doméstico, a agricultura e as populações do campo estagnadas, vivendo em condições medievais, os abusos do Exército contra o povo. Exausto e profundamente decepcionado com o estado geral da República, Policarpo Quaresma denuncia as arbitrariedades do Exército, em uma carta endereçada ao Marechal de Ferro, e acaba preso na temida Ilha das Cobras, onde termina assassinado por fuzilamento. Quando não é mais possível refazer o caminho, Policarpo Quaresma, finalmente, enxerga o Brasil real:

O tupi encontrou a incredulidade geral, o riso, a mofa, o escárnio; e levou-o à loucura. Uma decepção. E a agricultura? Nada. As terras não eram ferazes e ela não era fácil como diziam os livros. Outra decepção. E, quando o seu patriotismo se fizera combatente, o que achara? Decepções. Onde estava a doçura de nossa gente? Pois ele não a viu combater como feras? Pois não a via matar prisioneiros, inúmeros? Outra decepção. (TFPQ, 2005, p. 199)

Junto com Quaresma, percorremos o trajeto de sua devoção patriótica e os infelizes desdobramentos para esse brasileiro honesto. Guiado por uma ingenuidade cativante e pela ideologia propagada na época, Policarpo se torna alvo da zombaria pública, na sequência, sofre uma grave crise psíquica, é quase devorado pelas vorazes formigas-cortadeiras, no Sossego, por fim, termina preso e morto pela ordem republicana. A radical desilusão do major, posta em destaque, no trecho acima, foi estrategicamente construída através de uma rede de imbricações, que vão do enquadramento cômico, com o pobre Quaresma quase asfisiado por uma máscara folclórica, durante uma apresentação de Tangolomango, ao seriamente trágico das mortes, torturas e perseguições do Governo. Em sua fase violenta, a aventura de Quaresma envolve o pacífico e doce reformador em sangrentas disputas armadas, até que nada mais restasse da antiga visão idealista. Dito isso, a empreitada reformadora de Quaresma representa a implosão da miragem idílica da Pátria-Nação ideal. A sátira barretiana, de arestas cortantes, explorada através de um honesto cidadão de fim sangrento, desnuda as esferas corrompidas de poder, a tacanhez dos ambientes familiares do subúrbio, estufa de velhos costumes do patriarcado, a modorra das repartições públicas, inchadas de mediocridade, colegas invejosos e disputas mesquinhas, os lugarejos esquecidos, onde se amonta uma gente faminta e doente. Esse é um trajeto bem construído cuja natureza contraideológica e contradiscursiva, própria à Literatura militante de Lima Barreto, revela a dupla verdade da condição brasileira: a força da ideologia dominante, elaborada através do recorte e da seleção de elementos culturais específicos; e a verdade factual, historicamente excluída. A todo momento, cruzando as fronteiras entre esse Brasil composto por duas faces – o país elaborado miticamente e o Brasil da história concreta, em choque com o primeiro –, Policarpo Quaresma, ainda que de modo não planejado, trilha um caminho de redescoberta da

Nação. Do que vimos em seu amargurado desabafo, anteriormente posto em destaque, nenhuma das convicções patrióticas de Quaresma, incubadas no ambiente ufano-nacionalista de sua biblioteca particular, se manteve de pé até o final da narrativa. No fim, Policarpo se dá conta de que, no Brasil, absolutamente nada está em conformidade com as narrativas oficiais. Policarpo Quaresma descobre a violência social e estatal, em lugar da gente pacífica e ordeira; as pragas e ervas daninhas atestam que, em se plantando, nem tudo dá, e a noção de Pátria, mãe gentil, se esfacela diante da realidade de um Governo plutocrático e violento. Sublinhando o amargo desencanto do patriota reformador, o TFPQ chega ao desfecho com a seguinte reflexão para o patriota e para o leitor: Pátria imaginada ou realidade factual?

Reatando com as investidas reformadoras de Policarpo Quaresma, vejamos como a indagação, acima posta, se desenrola, no TFPQ. No episódio do requerimento, pedindo a troca do português pelo tupi-guarani como idioma oficial do Brasil, a oposição entre os anseios idealistas do major Policarpo e a reação de deboche generalizado dos políticos e jornalistas, que lotavam a Câmara, evidencia um abismo irreconciliável de propósitos, típico dos estamentos favorecidos ou próximos ao Governo. Tal abismo é formulado de modo a não deixar dúvidas como cada indivíduo ou grupo presente à cena contribui para o estado geral da Nação. Em Policarpo Quaresma, predominam o *esforço, trabalho árduo e sonho desinteressando* de um autodidata honesto, um estudioso das coisas brasileiras, apesar de ser um intelectual formado em gabinete, sem nenhum contato com a realidade prática do Brasil, dando clara mostra de que, nesse quesito, apenas as boas intenções não bastam para corrigir séculos de políticas equivocadas. Na outra ponta, ironiza o narrador, estava o “burburinho e a desordem que caracterizam o recolhimento indispensável ao elevado trabalho de legislar.” (TFPQ, 2005, p. 49). São jornalistas à cata de notas sensacionalistas, políticos desleixados e barulhentos que, sem conseguir fazer frente aos argumentos de Quaresma, não chegam a desempenhar o papel de verdadeiros antagonistas, dando apenas uma imagem do desinteresse e da péssima conduta da Casa. Depois disso, *gargalhadas, certamente inconvenientes à majestade do lugar* explodem na Câmara, em seguida, por toda a cidade do Rio de Janeiro, acompanhadas das sátiras maliciosas dos jornais e da parvoíce dos leitores, cujo alvo é “uma sensibilidade muito viva e capaz de sofrer profundamente com a menor cousa” (Ibid., p. 52), a sensibilidade de um homem sem ambições terrenas, solitário e imerso, há mais de trinta anos, em seu ideal patriótico. E, como Lima não poupa seu herói de dissabores, depois, vêm a raiva e o despeito dos colegas do Ministério da Guerra, aflorando vaidades, sentimentos feridos, ódio dissimulado e até disputas por promoções na carreira. Era a primeira das frentes de oposição ao major Policarpo, ou seja, a opinião pública, que se levantava contra “uma cousa

inocente, uma lembrança patriótica que merecia e devia ter o assentimento de todo o mundo”. (TFPQ, 2005, p. 54). Apesar de jogar seu herói reformador a essas e outras constantes vexações, através do narrador do TFPQ, Lima expressa uma admiração afetuosa e completamente solidária para com o major Policarpo, por seu espírito puro e solidez de caráter, à moda dos grandes idealista, dos sábios e inventores, através dos quais “a gente sente mais simpatia pela nossa espécie, mais orgulho de ser homem e mais esperança na felicidade da raça.” (Ibid.). Na esfera política e das disposições práticas, tais virtudes não são (e não poderiam ser) capazes de salvar o herói barretiano, pois tudo o que Quaresma tenta, embora tenha como base as narrativas oficiais, está em desacordo com a sociedade do TFPQ, dominada por arrivistas e pela fragilidade ética. Por isso tudo, o que funciona no plano das ideias e dos valores abstratos, quando colocado em prática, levará Quaresma a seguidas desventuras.

Em momentos anteriores deste estudo, destacamos o fato de, no despontar da República brasileira, o discurso oficial apresentar uma coloração altamente nacionalista e lusofóbica, o que poderia sugerir o terreno propício à ideia Quaresma, na escolha do tupi-guarani, língua autóctone, como idioma oficial. Além disso, não esqueçamos que a vertente nacionalista pós 1822 cantou e decantou o indígena como elemento genuíno de brasilidade, não obstante remodelado pelo idealismo romântico da primeira fase, com a capa dos elementos da Literatura europeia e da cristandade medieval católica – selvagens bons e ingênuos, verdadeiros cavaleiros medievais nos trópicos, portando-se fieis e submissos ao elemento ibérico. No cenário republicano, o tupi-guarani seria, para Quaresma, a continuidade da linha emancipatória, cabendo à República concluir o processo iniciado pela Independência, em 1822. Sob esse prisma, transcorridos menos de cinquenta anos entre algumas das mais famosas obras românticas da primeira fase, como *I-Juca Pirama*, poema de Gonçalves Dias, lançado em 1851, e *Iracema*, romance de José de Alencar, vindo a público, em 1865, e o contexto dos jornalistas e políticos, interlocutores do requerimento de 1893, soa até contraditório, o exagero de surpresa e a zombaria com que foi recebida a proposta da emancipação linguística. Ou a mentalidade cultural coletiva da época havia se desapegado por completo da exaltação romântica do indígena ou o lugar discursivo da Nação era outro, resultado de uma assimilação bastante parcial, seletiva e distorcida desse componente da nacionalidade. Ficamos com a segunda opção. Considerando ser o esquecimento coletivo incompatível com a ideia clássica de tradição e de memória cultural dominante, fundamentada na preservação e no respeito aos produtos culturais historicamente valorizados, passemos a esta. Antes, porém, cabe enfatizar que a República pavimentou sua ascensão ao poder

atacando a Monarquia, a Escravidão e o Catolicismo, heranças colonialistas, aos quais responsabilizava pelo obscurantismo político, econômico e intelectual do Brasil. Entretanto, a aceitação de uma ideia como a de Quaresma não se limita apenas ao fato de um determinado elemento cultural integrar a matriz oficial da cultura de uma sociedade. Aqui, é necessário considerar o lugar e a função que cada elemento cultural ocupa, na ordem dos discursos oficiais da Nação. Lima, obviamente, sabia disso, mas seu Policarpo, não. Diferente de outros dados integrantes da estrutura política ibérica, combatidos pelos republicanos como as raízes das mazelas obscurantistas do Brasil, a Língua Portuguesa não despertou nenhuma nota de agravo ou de incômodo para a agenda do novo regime. Pelo contrário, tanto como elemento cultural de matriz europeia como língua culta oficial, o idioma português sempre teve grande prestígio, associado às elites letradas e administrativas, traço de distinção social e intelectual para seus falantes.

No Brasil, o Português foi tornado idioma oficial, em 1757(8), através de uma Provisão Real. A partir de então, foi expressamente proibido o uso do tupi-guarani, asfixiado pela doutrinação linguística da Companhia de Jesus. Durante todo o período colonial, o tupi-guarani foi tido como um dialeto de povos bárbaros e incultos, portanto, inaceitável, em uma sociedade civilizada, além de ser um elemento complicador para a estrutura administrativa centralista da Coroa lusa, baseada na tríade uma Língua, um Rei, um Governo. Desse modo, tanto na época colonial, passando pela Independência e chegando às supostas justificativas progressistas republicanas, assim se resolvia a questão do idioma oficial do Brasil: a Língua Portuguesa considerada uma herança cultural do Ocidente civilizado, valorizada pelas elites letradas, homogeneizada e padronizada pela gramática normativa, propagada nas instituições de ensino, capital cultural e sociopolítico prestigiado, notadamente em sua modalidade escrita. Indo além, os argumentos de Lima, através do narrador do TFPQ, satirizam a escolha da Língua Portuguesa como idioma oficial, usada como arma de dominação cultural e política. Em contraposição, o tupi-guarani era afeito à nossa estrutura fonética por questões hereditárias, além de salvar as letras da eterna contenda com os gramáticos, emancipando-as *das censuras ásperas dos proprietários da língua*. No fim das contas, sem considerar a vasta diversidade linguística do Brasil, amálgama de idiomas indígenas, africanos, além do português, a defesa de Quaresma caía na mesma armadilha *dos proprietários da língua*, por ser tão unilateral como a visão linguística dominante. Desse ponto de vista, os efeitos críticos elaborados por Lima atingem o patriota reformador nacional-ufanista, achincalhado por defender elementos da memória cultural e afetiva brasileira, aceitos desde que não fizessem frente ao centro. De igual modo, a crítica é direcionada às narrativas oficiais e ao processo de

seleção e organização dos elementos culturais dos dominados, inseridos no projeto de Estado-Nação brasileiro dominante como souvenirs exóticos, lembranças romantizadas e *repositório de nostalgia e de outros sentimentos*, como define Eric Hobsbawm (1990, p. 53), entretanto, desde que não ameacem a cultura dos dominantes. A consequência dessa ousadia reformista será o exílio, no sítio do Sossego, disfarçado de busca por uma vida tranquila, longe dos achincalhes, da emasculação burocrática e da cruel opinião pública. Na segunda fase de reformas, Policarpo Quaresma vive a condição de exílio, tanto intelectual quanto geograficamente, no bucólico sítio do Sossego. Sob muitos aspectos Lima Barreto também viveu um tipo de autoexílio. O escritor assumiu uma postura dissidente da chamada grande Literatura, era visto por muitos como um tipo inadequado, oposto aos padrões da sociedade burguesa fluminense da primeira década do século XX, frequentador de botequins, sofreu com o alcoolismo e com internações manicomiais. Sem o apelo visual do janota à francesa, no campo estético-literário, deu visibilidade ao universo simples do pequeno burguês suburbano, do funcionário público e da camada negra e pobre, em todos esses seres de ficção, imprimiu suas vivências. Lima viu a Literatura, sua grande profissão de fé, como arma de luta e de revolução, o ponto de encontro entre o escritor e o homem, o elo entre seus dramas pessoais e o leitor, que ele espera tornar um companheiro de sentimentos, num mundo social impregnado da velha ordem racista, onde o indivíduo negro e pobre é alvo preconceitos e demais mazelas. Ainda que adote o tom confessional, o narrador barretiano sempre assume a voz coletiva, falando por muitos, esmiúça as causas do preconceito e da exclusão dos negros, dos pobres, das mulheres, dos intelectuais dissonantes, dos loucos, dos dependentes químicos, por meio de uma Literatura que, sem deixar a ironia e a sátira, se mostrou solidária para com os historicamente excluídos.

Sobre a zona rural fluminense, a composição ficcional do Sossego, o segundo exílio de Policarpo – o primeiro foi no hospício da praia das Saudades –, é tecida por duas grandes linhas de força: o embate entre elementos ideológicos e contra-ideológicos, que se entrecruzam para desnudar as fragilidades do conceito de Nação como comunidade imaginada; e a evocação quase direta de experiências vitais de Lima. Antonio Candido definiu Lima Barreto como um escritor “que ficou perto demais do testemunho, do comentário, do desabafo, da conversa sardônica ou sentimental.” (CANDIDO, 1989, p. 49). Se isso atrapalhou Lima a ver a Literatura como Arte, prossegue Antonio Candido, e o empenho em um trabalho artístico como forma de contestar a realidade, e a própria criação estético-literária, até com certa dificuldade de transformar sentimento e ideia em valor propriamente literário, por outro lado, a escolha fortaleceu a expressão da personalidade de

um autor vivo e penetrante, arguto. com grande capacidade para o desmascaramento da sociedade. Também lhe deu forças para análise das próprias emoções, *por meio de uma linguagem cheia de calor*. Analisando a questão de outra perspectiva, Lilia Moritz Schwarcz (2017) defende a impossibilidade de separar a Literatura e a vida de Lima Barreto. De nossa parte, acrescentamos que, precisamente através desse entrelaçamento entre a vida e a escrita literária, Lima conferiu grande densidade histórica aos obstáculos enfrentados por suas personagens. Nesse sentido, Schwarcz aponta claros paralelos entre a composição do ambiente do Sossego e do povoado do Curuzu com a Ilha do Governador, para onde o pai de Lima foi enviado como escriturário de uma das Colônias de Alienados, em março de 1890. “Meu pai, meu grande e infeliz pai...”, assim o escritor se recordaria de João Henriques, na crônica *O Estrela*, publicada no *Almanak d’A Noite*, em 1921. Diversas passagens de sua obra revelam que o escritor reteve vivas as lembranças da ilha do Governador, à época, um lugar pobre e abandonado, das plantações, das aventuras de final de semana e dos primeiros sinais da doença mental de João Henriques. A casa ampla onde viveram João Henriques e os filhos, arejada e igualmente posta sobre uma pequena colina, serviu de base para a criação da casa do Sossego, as árvores frutíferas do lugar, “as laranjeiras em flor, olentes, muito brancas, a se enfileirar pelas encostas das colinas, como teorias de noivas, os abacateiros, de troncos rugosos, a sopesar com esforços os grandes ramos verdes, as jabuticabeiras negras a estalar dos caules rijos” (TFPQ, 2005, p. 78), a temida saúva e a pobreza dos ilhéus aparecem na triste vida do Sossego e do Curuzu. Outra lembrança marcante é o terno Manuel Cabinda, amigo de décadas, o ex cativo, que a família Barreto conheceu interno, na Colônia da Ilha do Governador. Quando os Barreto retornaram para a Capital, Manuel Cabinda acompanhou a família, na condição de agregado, e desenvolveu uma belíssima amizade com Lima, emprestando sua doçura e lealdade ao *preto Anastácio*, companheiro fiel de Policarpo Quaresma, no TFPQ. Africano de origem cabinda, Manuel de Oliveira chegou ao Brasil ainda menino, escravizado e vendido a um português hortelão, dono de uma quitanda, de quem comprou, a duros custos, a própria alforria, em seguida, pagou a liberdade de uma jovem por quem se apaixonara. Abandonado pela moça, Manuel teve uma grave crise psíquica, sendo internado na Colônia de Alienados da ilha do Governador, antes da chegada de João Henriques. Na ilha, conheceu Lima ainda criança, o seu querido *Lifonso*, a quem sempre dava carinhosos presentes – frutas, brinquedos, além da forte amizade que os uniu. Relembrando a época em que conheceu Manuel de Oliveira, Lima confessa, “Eu o amei desde aí” (BARRETO, 2012, p. 135), em *Manuel Oliveira*, ensaio dedicado ao amigo, publicado, em 1921, na *Revista Souza Cruz*. Manuel de Oliveira ficaria com os Barreto até sua morte, em

1916. Três anos antes do ensaio de 1921, na crônica *A tal história da aniação*, Lima declara ao amigo morto seu profundo afeto: “o meu preto velho que me criou e eu o amei e ele me amou, Manuel de Oliveira”. (BARRETO, 2018i, ATHA, p. 07). No TFPQ, o *preto* Anastácio, em quem Lima coloca muitas qualidades atribuídas ao querido Manuel de Oliveira, é sempre posto em destaque como um homem calmo, silencioso, sóbrio, paciente, leal, disciplinado, cuidando de Quaresma com o mesmo zelo e afeto que Manuel de Oliveira teve por Lima Barreto. Outra relação entre as memórias afetivas da época na ilha e a composição das vivências do Sossego, agora, colocadas em Policarpo Quaresma, destaca Schwarcz, são as atividades agrícolas, desenvolvidas por João Henriques, as intempéries, a exemplo da saúva, o mau uso do solo e o abandono das plantações. João Henriques publicava artigos, nos jornais da ilha, nos quais, tal como Policarpo, defendia a agricultura nacional e a aplicação de estratégias mais rentáveis e produtivas.

Como enfatiza Edward Said (2005), a condição do exílio é uma das mais dolorosas que se pode imputar a uma pessoa ou a um grupo. Nascido em Jerusalém, sob o domínio da Palestina, Said e sua família fugiram para os Estados Unidos, em 1948, onde ele estudou, obteve a cidadania americana, fez uma brilhante carreira acadêmica, mas toda a sua obra é um mergulho profundo nas questões políticas, culturais e humanitárias que envolvem o Oriente e o Ocidente, em especial, a defesa da causa palestina. Crítico de extremistas, fundamentalistas e do terrorismo de grupos como a OLP (Organização para Libertação da Palestina), Said, para muitos de seus compatriotas mais radicais, foi visto como um pensador ambíguo, alguém não de todo fiel à causa palestina. Vivendo e atuando intelectualmente como um palestino, na América, ao mesmo tempo, visto um homem americanizado, na Palestina, Edward Said viveu a profundamente experiência do exílio e a interpreta como um corte tão avassalador que, ao longo da história, serviu de castigo para indesejados, morais e sociais, quer fossem indivíduos isolados ou comunidades inteiras, no caso do intelectual, algo revelado na constante inadaptação, assumida quando se escolhe pensar a partir da margem. Para Said, existe um paralelo entre a *ideia de exílio e os terrores da lepra*, pois ambos, o exilado e o leproso, sofriam o desterro, confinados, em zonas marginais, nas vilas e cidades, postos sob constante vigilância, alvos potenciais da violência física e simbólica. Desse lugar de marginalidade, que tanto pode ser real quanto metafórico, o intelectual, em condição de exílio, atua como voz dissonante, em conflito permanente com a sociedade, alguém que não capitula diante do poder, dos privilégios e das honrarias, oferecidos em troca de sua adesão. Contrário à corrente geral de acomodação e do bem-estar nacional, para Said, o intelectual exiliado vive a condição de pertencimento sem conformismo porque: “o exílio, nesse sentido metafísico, é o

desassossego, o movimento, a condição de estar sempre irrequieto e causar inquietação nos outros.” (SAID, 2005, p. 60). Lima Barreto assumiu o lugar do intelectual contestador e metaforicamente exilado, declaradamente contrário à República, crítico aberto do modo de vida burguês, do argentarismo e do arrivismo, que dominaram a virada do século XIX ao XX, no Brasil. Sem meias palavras, desafiou a Literatura academicista e seus expoentes, acusando-os de ser tão opressores quanto os poderosos, através de sua Literatura, expôs dores íntimas, espelho de muitos problemas de sua época. A experiência do exílio, por opção, como é o caso de Lima, ou forçada, era conhecida na família Barreto. João Henriques, pai do escritor, era viúvo e tinha quatro filhos quando a República foi declarada. Monarquista assumido, foi alvo de muitas perseguições que o levaram a pedir demissão do antigo emprego, na Tipografia Nacional, e aceitar, compulsoriamente, o emprego da Colônia de Alienados, na Ilha do Governador. Embora não seja um contestador clássico, que atua de modo consciente para cindir as estruturas do *status quo* dominante, Policarpo Quaresma também é alguém com ações contrárias à velha ordem, irrequieto e que causa muita inquietação nos outros, na verdade, o tipo de livre pensador atuante do qual nos fala Edward Said. Para os cães de guarda dessa velha ordem, acostumados às falcatruas, às perseguições e ao toma lá dá cá politiqueiro, alguém como Policarpo Quaresma, tão honestamente bem-intencionado, não é crível, portanto, sua chegada ao Cuzuzu rapidamente desperta a má vontade dos donos do lugarejo, que acreditam tratar-se de uma urdidura política dos antagonistas para minar as forças do Governo, através das ações de Policarpo. Ser tão diferente de opositores e governistas, ao fim e ao cabo farinhas do mesmo saco roto de corrupção e venalidade, converteu o major em ameaça para ambos os grupos, transformando-o em tema corriqueiro das rodas de fofoca e da chacota do jornal local – braço ideológico do governo:

POLÍTICA DE CURUZU
 Quaresma, meu bem, Quaresma!
 Quaresma do coração!
 Deixa as batatas em paz
 Deixa em paz o feijão.
 Jeito não tens para isso
 Quaresma, meu cocumbi!
 Volta à mania antiga De redigir em tupi.
 Olho vivo (TFPQ, 2005, p. 108)

Mais uma vez, ataques desonestos perturbam a tranquilidade de Quaresma, um brasileiro íntegro, dedicado, como João Henriques, à lavoura, que enfrenta a negligência do Governo e a má fé dos negociantes da Capital. No Curuzu, uma imprensa parcial e cooptada

pelo poder serve às velhas raposas políticas, enquanto a vida carente do pequeno e médio produtor rural e a condição misérrima do povo não figuram nem como nota de rodapé, nos impressos. Com igual omissão, os jornais nada dizem sobre a desonestidade dos atravessadores, que minavam as expectativas dos produtores rurais do Curuzu, forçando-os a baratear, na fonte, o preço das colheitas, para conseguir lucros bastante satisfatórios, a expensas do árduo trabalho dessas figuras humildes. Até a empreitada do Sossego, Policarpo enfrentou as consequências viciosas de um modelo de cultura, de instituições e de sociedade fundamentado no desigual agenciamento de forças entre dominantes e dominados, a partir dessa constatação, ele percebe a necessidade de reformar a estrutura administrativa do Brasil, com isto, chega à terceira e última etapa de seu ambicioso projeto nacionalista. Até aqui, Policarpo havia despertado a oposição de jornais maledicentes, da opinião pública, desinformada e medíocre, dos caciques políticos interioranos, a partir de agora, o aguilhão do reformista irá provocar um inimigo implacável e devastador – a República. Teimosia do reformador patriota idealista ou a utopia de seu criador? Para Quaresma, a fé ingênua no Brasil miragem ideal, em Lima, representa a seguinte escolha: “A vida, infelizmente, deve ser uma luta; e quem não sabe lutar, não é homem”, defende, em *A política republicana*, crônica publicada na *A. B. C.*, de 19 de outubro de 1918.

Através do combate intelectual aberto, Lima Barreto assumiu a disposição de incomodar a muitos, e Quaresma não arrefece, mesmo em vista dos dolorosos eventos anteriormente vividos – a experiência manicomial, a zombaria dos jornais do Rio, o exílio quase forçado no Sossego, a vilania dos políticos do Curuzu, as chacotas do jornalzinho local –, e nem mesmo diante do estado de violência em que se encontra o Rio de Janeiro. Tão logo vislumbra a sua próxima utopia nacional reformista: “Os seus olhos brilhavam de esperança. [...] Marechal Floriano. Rio. Peço energia. Sigo já – Quaresma.” (TFPQ, 2005, p. 126). O telegrama declara adesão a Floriano Peixoto, que enfrenta os revoltosos de 1893, e encerra quase um ano de empreitada agrícola, entre instrumentos científicos que não solucionaram as intempéries, causadas pela terra e pelas disputas políticas do lugarejo. E porque suas reflexões sobre a questão nacional nunca se desligam da ação, Policarpo decide ir para o Rio de Janeiro, epicentro da crise entre o governo de Floriano e a Armada, levando consigo um manuscrito, no qual aponta os entraves e as soluções para o desenvolvimento agrícola, enfatizando o combate aos atravessadores, à carestia dos produtos agrícolas, a necessidade do fim do latifúndio improdutivo, das exações fiscais, da violência política e da estreiteza dos mercados. Por conseguinte, o Brasil exigia uma República forte e alinhada com o povo, que cuidasse da

agricultura, da terra e do agricultor, o tripé responsável por suprir a Nação e acabar com a miséria e a fome. Era chagado o momento de voltar ao Rio.

Buscando confirmação para o argumento de David Lodge (2009, 12, p. 02), de acordo com o qual “as descrições de um bom romance nunca são apenas descrições”, vamos achá-la, entre outras passagens do TFPQ, na cena da estação de trem do Curuzu, durante a despedida entre Anastácio e Policarpo Quaresma. Nesse instante, o olhar sempre doce do fiel Anastácio, cujas décadas de escravismo impuseram não mais fixá-los em ninguém, pontua o narrador, observa Policarpo embarcar *cheio de assombro, de espanto e piedade* – evidente prenúncio das consequências do retorno: “[...] rolando muito nas órbitas as escleróticas muito brancas, quando o viu penetrar no vagão da estrada de ferro. Parecia que farejava desgraça...” (TFPQ, 2005, p. 142). Mesmo nunca tendo se envolvido diretamente com a política, Quaresma decide aderir ao contra-ataque do Governo, no confronto da Aramada, mesmo não sendo belicoso, dentro em breve, integrará o exército do General Floriano Peixoto, num combate sangüinário, que ceifa muitas vidas e imprime um travo sombrio na alma pacífica do major Quaresma. A partir de então, a República, o último sonho nacional-ufanista de Policarpo, começa a desabar.

A relação de crítica e de desconfiança de Lima Barreto para com a República é uma das muitas entradas para compreender a sua obra, bem como para captar a força do trecho retirado à *A política republicana*, anteriormente citado: a vida é luta, e só se torna homem quem sabe lutar. Desafiar o preconceito racial, os poderes instituídos, os valores morais, os figurões das letras, os padrões literários acadêmicos, o janotismo tropical, Lima sabia que, para isso, era necessário não apenas saber lutar, mas, acima de tudo, não desistir de lutar, pois, se essa não foi uma escolha fácil, lhe deu grande energia combativa: “Hoje! Já posso alguma coisa e amanhã poderei mais e mais. Não pararei nunca, não me deterei; nem a miséria, as perseguições, as descomposturas me deterão. Sacudi para longe o fantasma do medo; sou forte, penso, tenho coragem...Nada! Nada! Nada! (BARRETO, 2018e, DI, p. 122). Beatriz Resende (1989, p. 89) argumenta ser o TFPQ uma narrativa “sobre o exercício do poder, as questões democráticas, o direito à cidadania.” Unindo as palavras do autor às de Resende, observamos Quaresma, um cidadão brasileiro, imbuído de motivações nobres ser constrangido e esmagado pelas mais diversas instâncias de poder – a Câmara Federal, a imprensa, os políticos municipais, a opinião pública, os burocratas, o Estado nacional –, todas as vezes em que tenta exercer sua cidadania. A sua força quase inabalável e a crença nas instituições e nas narrativas oficiais são resultado de um patriotismo acrítico, mas também da vontade sincera de que as coisas mudem, entretanto, o autoritarismo político e tantas reações contrárias ao livre pensamento mostram que o exercício da cidadania não é igualmente livre

para todos. No Rio de Janeiro, em meio aos conflitos entre as forças republicanas e os revoltosos, Policarpo se depara com um campo oposto a qualquer liberdade individual ou política. O Governo havia instaurado um verdadeiro clima de caça aos “inimigos”, perseguindo e matando opositores, entregues através de delações suspeitas, geralmente feitas em troca de generosas recompensas aos delatores: “A cidade andava inçada de secretas, familiares do Santo Ofício Republicano [...] Bastava a mínima crítica, para se perder o emprego, a liberdade, – quem sabe? – a vida também.” (TFPQ, 2005, 131). Governando com base no terror, a República coagia homens ao alistamento, no Exército, dentre estes o talentoso artista Ricardo Coração dos Outros, compositor de modinhas, amigo e antigo professor de violão do major Quaresma. Coração dos Outros era um artista, e não um assassino disfarçado de patriota, levava a vida *desligado das contingências terrenas*, até que, *voluntário recalcitrante e patriota rebelde*, foi arrastado ao alistamento, sob golpes de rifle e ameaças de prisão.

No quadro da ficção barretiana, a longa lista dos horrores praticados pela República florianista ainda inclui prisões, execuções e perseguições arbitrárias, um clima de apreensão e violência, mesclado ao cotidiano do Rio e às ambições dos apoiadores por conveniências, que espreitam a ocasião certa para demonstrar apoio público incondicional ao Governo. Repressão à liberdade de ideias, perseguição e tortura de opositores, distribuição de cargos públicos aos partidários, plutocracia, agressões à livre cidadania, distendidas até que, do ponto de vista histórico e político, o major Quaresma consiga romper a crosta idealizada e se libertar do ufanismo, porém acaba vítima de ambos – do ideal e da realidade concreta. Quanto às aspirações de ver Floriano implantar um Governo sério, forte, respeitado e comprometido com o progresso, Quaresma encontra apenas uma recepção desleixada, quase com má vontade, ao manuscrito que lhe entrega, propondo as devidas reformas para a administração. Desleixo, aliás, bastante compreensível, dentro da atmosfera de moral e de princípios do ambiente republicano, devassado pelo narrador. Antes do encontro, o narrador detalha a antessala presidencial, no Itamarati, onde a vulgaridade do ambiente, a pouca higiene e a tacanhez de modos anunciam a figura do Marechal Floriano Peixoto. Pelos cantos do teto da Casa, teias de aranha indicam a falta de cuidado e de altivez do ambiente, nos divãs, contínuos, ordenanças e ajudantes cochilam, meio desabotoados, e nos tapetes da sede do Governo Federal, a poeira mal varrida das ruas chicoteia qualquer resquício de respeitabilidade e organização. Tal como o Itamaraty, na figura do Marechal: “Tudo nele era desleixo e moleza.” (Ibid., p. 141). Após uma longa espera, em que a antessala serve de prenúncio às qualidades intelectuais e morais do governante máximo, tudo o que Quaresma

consegue de Floriano são umas breves palavras, um ar distraído, uma dobra de aborrecimento, quase a dizer *não me amole*, ao atirar o manuscrito sobre a mesa, em seguida, arrancando-lhe um pedaço da borda de uma das folhas para escrever uma ordem. Ainda sobre a figura do Marechal, o completo despreço do narrador, e de Lima, se manifesta através do conjunto de adjetivos negativos, usados para apresentá-lo, tão desleixado e pouco respeitável como o cenário que o enquadra: “Ficara Quaresma a um canto vendo entrar um e outro, à espera que o presidente o chamasse [...] Floriano tinha ainda, como sinal do almoço, o palito na boca.” (TFPQ, 2005, p. 142). Assumindo a voz dissidente, o narrador apresenta Floriano, um *homem-talvez*, um tipo matuto e perigoso, entre o indolente e o tirano, exemplo de preguiça, no trato das questões militares, ânimo túbio, apego familiar tacanho e nenhum carisma. Era uma figura de *sorriso difícil e grosso de roceiro*, acrescenta o narrador, fisionomia vulgar e desoladora, sombreada por “um olhar mortiço, redondo, pobre de expressões, a não ser de tristeza que não lhe era individual, mas nativa, de raça; e todo ele era gelatinoso – parecia não ter nervos.” (Ibid., p.144). Mesmo dispondo de vastos recursos legais, Floriano é incerto e lento, na resolução das urgências, sem atingir a disciplina necessária à função, um homem de monossílabos, incapaz de grandes raciocínios, eficiente apenas quando o assunto era o exercício tirania à moda doméstica: “O bebê portou-se mal, castiga-se.” (Ibid., p. 146). Dito de outro modo: como um pai tirano, governa o país como sua casa e, com base no terror, para os opositores, prisão e morte.

No olhar do antigo Policarpo, Floriano não se apresentava assim. Sob a névoa do *entusiasmo desinteressado e sincero*, como muitos, Policarpo tinha respeito e admiração pelo Marechal, o via com grandes esperanças, mescla de Luís XI – conhecido como Luís, O Prudente – e do famoso estadista alemão Otto von Bismarck – o Chanceler de Ferro –, ou seja, um líder prudente, mas enérgico, conhecedor das necessidades do Brasil, um estadista à altura da utopia do ideal de Estado forte, nutrido por Policarpo, um Brasil emancipado da dependência estrangeira, sem fome, sem miséria ou quaisquer outros problemas impeditivos do progresso nacional. Credo encontrar no Marechal Floriano inteligência, organização, disciplina, firmeza de princípios, comprometimento, enfim, as qualidades desejadas em um grande estadista, Quaresma fundiu no mesmo sonho a miragem idealizada do Marechal Floriano e do Brasil livre das disputas de poder, da corrupção, do arrivismo, da miséria e da ignorância. Construções ambiciosas, mas sem nenhuma ponderação ou lastro na realidade concreta, embora, também não chegassem a ser o produto de uma mentalidade unicamente delirante, pois tudo o que Policarpo almeja nasce do empenho genuíno de solucionar os grandes problemas do Brasil. Inconformista como seu criador, e desinteressado, Quaresma

age tão somente em prol do bem coletivo, o que nos torna solidários a ele. Mas ele também é ingênuo às asperezas do caráter e das ambições humanas, daí reconhecemos serem inevitáveis as tristes consequências futuras. Floriano Peixoto, o *homem talvez* se mostra diverso das aspirações de Quaresma: não tem uma imagem e nem um caráter vigoroso, é matuto de ideias, um governante de qualidades inexpressivas, entretanto, agressivo e despótico, no exercício do poder. Embora já comece a perceber a distância intransponível entre o sonho do estadista forte e o matuto tirano, Policarpo ainda será fiel ao Exército e à República por um pouco de tempo, até que, certa madrugada, após uma inspeção de surpresa no quartel onde serve – uma “cabeça de porco”⁴¹ condenada pela saúde pública –, ele acompanha Floriano ao bonde que conduz o Marechal em suas inspeções noturnas. Floriano é sempre desleixo e pouca confiança: “Tinha um ar de malfeitor ou de exemplar chefe de família em aventuras extraconjugais”, (TFPQ, 2005, p. 167), com sua sobrecasaca surrada e um chapéu de feltro mole, distantes da imagem de um líder audaz e confiável, idealizado por Quaresma. Durante o trajeto até o bonde, em uma última tentativa, Policarpo lança a pergunta: “– Vossa Excelência já leu o meu memorial, marechal?” (Ibid., p. 168). Floriano, sempre pouco confiável e rude, dá uma resposta cheia de irritação e descaso, pondo fim à última aspiração reformadora de Policarpo Quaresma: “– Mas, pensa você, Quaresma, que eu hei de pôr a enxada na mão de cada um desses vadios?! Não havia exército que chegasse...” (Ibid.) A resposta final resume o descrédito completo de Floriano pelas ideias e pelos valores que guiaram Quaresma durante toda a sua vida: “– Você, Quaresma, é um visionário... O bonde partiu. A lua povoava os espaços, dava fisionomia às cousas, fazia nascer sonhos em nossa alma, enchia a vida, enfim, com a sua luz emprestada...” (Ibid., p 169)

A partir de então, o desencanto do major Policarpo adquire contornos cada vez mais dramáticos. Horrorizado com a morte de inocentes e indefesos, Quaresma acompanha o enterro de Ismênia, a infeliz filha do General Albernaz – amigo e companheiro de armas –, vítima da fuga de um noivo inescrupuloso. A visão da moça, conduzida ao cemitério, em meio ao voo poético e indiferente de pombas brancas e tranquilas até desaparecerem na segurança dos *quintais burgueses*, penetra fundo na alma do major, confrontado com a fragilidade da existência humana, *ao nivelamento da morte, ao apagamento que ela traz às condições e às fortunas*. Abalado pela tragédia de Ismênia, policarpo enfrentará outro evento dramático, o combate entre as forças republicanas e os insurgentes da Marinha, cuja realidade

⁴¹Gíria usada para identificar moradias populares, conhecidas pelas péssimas condições higiênicas e pela superpopulação. A expressão cabeça de porco surgiu após um famoso cortiço fluminense colocar uma cabeça de porco verdadeira, em cima do portão central, numa sátira aos famosos leões que ornavam os portões dos ricos palacetes burgueses.

de crimes, violência e bestialidade devastaria os últimos resquícios da boa-fé de Policarpo Quaresma nos homens, atirado, junto com os soldados, nas sangrentas disputas corpo a corpo. Por fim, Quaresma percebe que agiu em prol de ideias contrárias à verdadeira democracia, tornadas salvo conduto para perseguir, torturar e matar qualquer um que se opusesse à República. E é próprio major Quaresma quem narra a ferocidade da experiência:

[...] batíamos-nos à baioneta, a coronhadas, a machado, a facão. Filha: um combate de trogloditas, uma cousa pré-histórica... Eu duvido, eu duvido, duvido da justiça disso tudo, duvido da sua razão de ser, duvido que seja certo e necessário ir tirar do fundo de nós todos a ferocidade adormecida, aquela ferocidade que se fez e se depositou em nós nos milenários combates com as feras, quando disputávamos a terra a elas... Eu não vi homens de hoje; vi homens de Cro-Magnon, do Neanderthal armados com machados de sílex, sem piedade, sem amor, sem sonhos generosos, a matar, sempre a matar... Este teu irmão que estás vendo também fez das suas, também foi descobrir dentro de si muita brutalidade, muita ferocidade, muita crueldade... Eu matei, minha irmã; eu matei! (TFPQ, 2005, p. 188-189)

Em tom confessional, Policarpo assume, com extrema vivacidade e emoção, os atos de brutalidade que praticou, acreditando defender os motivos corretos, porém, como agente e testemunha de toda a ferocidade do confronto, tal crença acaba cedendo ao peso da consciência ética e do sofrimento pelos crimes praticados: *muita, brutalidade, muita ferocidade, muita crueldade... Eu matei, minha irmã; eu matei!* O trecho, acima em destaque, é parte de uma carta enviada à Dona Adelaide, ainda morando no Sossego, junto ao querido Anastácio, e choca pela distância entre o primeiro Quaresma, generoso, pacífico e devotado às virtudes do país, e esse último, capaz de ir aos extremos de violência contra supostos inimigos, paradoxalmente acreditando defender propósitos como o bem social comum, a cidadania e a prosperidade do Brasil. Agora, consciente do absurdo de suas ações, *o que doía não era a ferida, era a alma, era a consciência*. Como o romance gira em torno de Policarpo Quaresma, a estratégia ficcional para denunciar os crimes do Exército florianista é inseri-lo na linha de frente dos vencedores, ao mesmo tempo que o torna uma testemunha das atrocidades cometidas em nome de um suposto dever patriótico. Ainda nesse ponto, vemos uma mudança de comportamento tão impactante que, para entendê-la, é preciso considerar o fato de Quaresma sempre ter mirado uma paisagem nacional utópica, sem conflitos internos, sem adversários e nem obstáculos às virtudes de caráter e aos propósitos honestos. Por isso, quando posto no interior da realidade crua, acentuada pela violenta disputa de interesses entre governantes e comandados, ele adere à vertente mais radical do poder, hostil a qualquer posição contrária, batendo-se pela utopia patriótico-nacionalista contra supostos inimigos

internos da ordem instituída. Em tal contexto, para as forças republicanas, os crimes, a violência e toda *a ferocidade adormecida* são meios justificáveis (e até necessários) para a defesa de uma estrutura de governo sem reservas em se mostrar cada vez mais elitista, corrupta e autoritária, nas palavras do major Policarpo, esse era o *sinistro alicerçar do regime*. O confronto entre o Exército e os rebelados da Marinha exaure a vasta lista de barbaridades cometidas em nome da Pátria e, com a vitória das forças republicanas, Policarpo Quaresma é feito carcereiro, na ilha das Enxadas, onde testemunha mais uma série de violações contra homens indefesos.

Confirmando a atmosfera de extrema corrupção e violência, as delações criminosas abriam farta seara de cargos públicos e recompensas, distribuídos para toda sorte de inescrupulosos, além das perseguições, torturas e dos assassinatos de opositores, praticados sob o falso manto da democracia. Na ilha das Enxadas, uma das sinistras prisões da República, Quaresma presencia os métodos mais hediondos do Exército: prisioneiros famintos, seminus e amontoados como animais de abate, escolhidos, aleatoriamente e sem nenhum processo legal, para o fuzilamento, no Boqueirão. *O tempo estava de morte, de carnificina*, eis a dolorosa conclusão de Policarpo, agora, feito carcereiro do regime. É verdade que lutara pela República, mas, para ele (e de modo lógico), a carnificina impetrada pelo Exército era algo inaceitável, em um Estado verdadeiramente democrático e governado por leis sólidas e justas. Inconformado com a ausência de tais princípios, Quaresma escreve ao Marechal Floriano, denunciando as arbitrariedades cometidas na ilha das Enxadas e acaba alvo da tirania republicana. Mesmo tendo praticado atos de extrema violência, no curso da revolta da Armada, o herói barretiano de triste fim reconheceu seus erros, combateu pela *tiranía doméstica* de Floriano, entretanto, à diferença de seus opositores, sua lúcida honestidade não o permitiu compactuar com a selvageria e falta de princípios éticos do Governo Federal. Agora, em conflito com o estado de coisas dominante, Policarpo se torna um exemplo e uma resistência moral bastante perigosos para seus oponentes, um tipo de *pharmakós* – a vítima profilática – sobre quem pesam as culpas e a punição pelos erros de uma sociedade. Em seu estudo sobre o tema, Northrop Frye (2014, p. 156) destaca que a figura do *pharmakós* representa, para a ironia trágica, *a vítima típica, o bode expiatório* dos erros de uma sociedade culpada, portanto, sendo este inocente, em meio a algozes culpados, as injustiças que vão atingi-lo *são parte inescapável de sua existência*, mas também são desproporcionais aos seus atos. Dentro da sociedade e, ao mesmo tempo, sempre exilado dela – novamente a imagem do exílio –, o *pharmakós* transita entre a culpa inescapável do pertencimento e a inocência de um castigo completamente desproporcional à qualquer coisa

que tenha feito. Impedido de se defender, ele é, ao mesmo tempo, a vítima cuja queda se mostra inevitável, e a figura cujas tentativas de lhe “transferir a culpa dão a essa vítima algo da dignidade da inocência.” (Ibid.). Na trajetória de Policarpo Quaresma, a mescla de fervor patriótico, visão ingênua e projetos fracassados, na tentativa mudar um Brasil corrompido por mazelas sociais, abuso de poder e má vontade política, talvez indiquem por que oscilamos entre a adesão solidária ao seu fervor idealista e a incredulidade de quem as coisas vão, de fato, se realizar. Entretanto, nunca colocamos em dúvida o seu caráter honesto, nem as suas virtudes humanas e morais, fortalecidos a cada novo ataque de seus opositores. Assim, tão logo a carta chega ao Itamarati, Policarpo é acusado de traição, na verdade, ele se torna perigoso porque denuncia os crimes brutais do Exército. Como punição é enviado à temida ilha das Cobras, no litoral fluminense, onde é atirado em uma repugnante masmorra cheia de detritos, úmida, isolado de todos. Faminto, completamente fragilizado física e emocionalmente, só então ele reconhece a fragilidade das suas utopias:

A pátria que quisera ter era um mito; era um fantasma criado por ele no silêncio do seu gabinete. Nem a física, nem a moral, nem a intelectual, nem a política que julgava existir, havia. A que existia de fato era a do Tenente Antonino, a do Doutor Campos, a do homem do Itamarati. (TFPQ, 2005, p. 199-200)

Nenhum final poderia ser mais ironicamente trágico e doloroso para alguém como Policarpo Quaresma, tão apaixonadamente dedicado a um ideal patriótico. Seriam estes impossíveis? Ou Policarpo seria a vítima de uma sociedade onde a vontade de poder e a fraqueza ética e moral hostilizam as livres manifestações da inteligência e dos valores desinteressados? Em qualquer dos casos, Quaresma sempre estará do lado oposto às forças dominantes, seja por seu idealismo ou pela vontade de ação, incômodos àqueles que se beneficiam da miséria e do autoritarismo. Adotando uma interpretação pragmática, alinhada com a mentalidade da época, diríamos que Policarpo foi uma vítima de suas utopias tresloucadas, de sua ingênua boa fé e da obstinação em desafiar o que está posto. Contudo, essa atitude de inconformismo não é a de um inconsequente tresloucado, cuja simplicidade, os valores corretos e a dedicação aos ideais soam quase como um extremismo, em um contexto de mediocridade humana e de valores, antidemocrático e carente de solidariedade entre os iguais, como tão desejado por Lima Barreto. Por tudo isso, o TFPQ é um romance sobre utopia e desilusão, cuja inteireza de princípios ilumina bem mais do que apenas o enorme abismo entre o Brasil como uma miragem ufano-patriótica de seu herói e a realidade cheia de males históricos. O romance também desnuda os limites da responsabilidade pessoal, das

omissões e dos erros que cometemos, de forma consciente ou não, contribuindo para que as coisas fiquem exatamente como estão. Olga, a afilhada querida, e Ricardo Coração dos Outros, o talentoso trovador e amigo de Policarpo, foram os únicos a tentar libertá-lo da prisão, na ilha das Cobras. O trágico final seria inevitável, algo que tanto ela, uma moça rica, casada e em paz com a conduta moral da época, quanto Ricardo, um artista suburbano, negro e pobre, sabiam, o que não os impediu de tentar. E a existência de tais tentativas, em face das injustiças e da mediocridade geral, é o que preserva e mantém vivos o caráter íntegro e a vontade contestadora, defendidos por Lima Barreto, no argumento exemplar, citado em momentos anteriores desta seção: *e quem não sabe lutar, não é homem!*

2. DUAS FICÇÕES E UM BRASIL

2.1 O BRASIL EM DUAS VERSÕES: A NATUREZA DA ELITE NACIONAL

“Mas os que triunfam! E tu triunfarás, crê-me. Verás cair as muralhas de Jericó ao som das trombetas sagradas. Só então poderás dizer que estás fixado. Começa nesse dia a tua fase de ornamento indispensável, de figura obrigada, de rótulo.” (Machado de Assis, *Teoria do Medalhão*, 2001, p. 40.)

– O que me admira é que tenhas corrido tantas aventuras aqui, neste Brasil imbecil e burocrático!

– Qual! Aqui mesmo, meu caro Castro, se podem arranjar belas páginas da vida!

[...]

– Olha, se não fosse estar tão contente, sabes que ia ser?

– Que?

– Bacteriologista iminente. Vamos?” (Lima Barreto, 2002c, *O homem que sabia javanês*, p. 24, 32.)

As trajetórias das figuras apresentadas na seção precedente iluminam, com extraordinário vigor, os efeitos humanos, sociais e históricos devastadores do processo colonialista e civilizatório impetrado pelo Ocidente – no qual o chamado Novo Mundo americano foi inserido, a partir do século XVI. Tanto na escolha das razões quanto no exercício da ordem governamental, essa engrenagem histórica, cultural e econômica fomentou uma ampla base de desigualdades e a exploração de seres humanos, transformados em fonte de lucro financeiro. No Brasil do século XIX, escravismo, oligarquia, latifúndio, racismo, exclusão, estratificação social, privilégios de classe, clientelismo, antinomias entre a elite e o povo, a periferia e centro, a cidade e o campo são produtos dessa ordem de poder. Reconfigurados nas narrativas das MPBC e do TFPQ, esses efeitos surgem através de experiências vitais, frutos desse contexto histórico, no qual quem explora, escraviza e exclui é, igualmente, quem governa, formula as leis e elabora os discursos oficiais. Todos esses aspectos são tratados, direta ou indiretamente, nos romances, como parte fundamental do papel e do valor social atribuídos a cada figura, dentro da escala de valores das sociedades romanescas, elaboradas de um ponto de vista narrativo que explora as fragilidades dessa ordem de valores. Para compreender essa configuração, tomamos como ponto de partida os textos que servem de epígrafe a esta seção, retirados à *Teoria do medalhão*, conto machadiano, originalmente publicado, na *Gazeta de Notícias*, em 1881, e ao *O homem que sabia javanês*, narrativa de Lima Barreto, publicado na *Gazeta da Tarde*, de 20/04/1911.

Começemos por *Teoria do Medalhão*. Em uma noite de 1874, após despedir o último conviva do jantar natalício do filho, o pai decide que é chegado o momento de instruí-lo acerca dos meios para chegar ao cobiçado posto de medalhão nacional – figura das mais solenes do tempo. O rapaz, que está prestes a completar vinte e dois anos, segundo a experiência paterna, tem as qualidades brutas necessárias para se tornar uma dessas veneradas figuras do imaginário nacional, *ornamento indispensável* da sociedade: algumas apólices, um diploma e, entre todas, *a perfeita inópia mental*, talvez a mais importante. Quanto às demais, caberia ao tempo e à disciplina refiná-las. Tal carência de ideias, elevada à categoria de qualidade distintiva, faz Janjão – esse era o nome do rapaz – ter inclinações indispensáveis a um aspirante ao posto, como repetir opiniões alheias, defender fervorosamente o detalhamento do formato de um chapéu ou o corte do colete, ao invés de apresentar ideias originais ou, mais perigoso ainda, comprometedoras. As apólices e o diploma – emblema de fidalguia para a cultura nacional –, eram as chaves certas para alcançar qualquer uma, ou até mais de uma, das ocupações adequadas a um jovem doutor, com bons recursos financeiros: a indústria, o comércio, a magistratura, o parlamento, a imprensa, as letras, a lavoura, as Artes, enfim, ressalta o pai: “há infinitas carreiras diante de ti.” (ASSIS, 2001a, p. 32). E todas dispostas pela classe social, pelo diploma de advogado e, de acordo com a perfeita sinceridade do pai conselheiro, *pela inópia mental* do filho, fazendo dele o candidato modelar às glórias de sua sociedade: “A vida, Janjão, é uma enorme loteria; e os prêmios são poucos, os malogros inúmeros, e com os suspiros de uma geração é que se amassam as esperanças de outras.” (Ibid., p. 33)

Em notas pontuais, esse é o episódio central de *Teoria do Medalhão*, cuja estrutura, em forma de diálogo, sem a presença de uma voz narrativa, pertence à grande tradição literária clássica do Ocidente, usada por Machado para desenvolver uma reflexão acerca do espírito moral e intelectual dos homens considerados importantes, que abarca toda a esfera política, administrativa, cultural e de valores da sociedade imperial brasileira, evocada no conto. Portanto, é uma teoria de como alguém assume a mediocridade como um atributo de seu contexto, o detalhamento de como se tornar um notável cultivando as aparências, algo que seria impossível num ambiente cultural e de princípios éticos sólidos. Lembremos que o Janjão, segundo a bem modelada teoria dos notáveis do pai, estava moral e intelectualmente apto a *infinitas carreiras*, nas Artes, na política, nos negócios, nas letras, desde que soubesse usar suas qualidades (ou a carência destas) de acordo com a ordem estabelecida, adotando os meios e as tendências previsíveis nesse ambiente. E tal postura significava combinar muitas pretensões, não ser ingênuo, ser polido, agir com cálculo e presunção disfarçada. Em outras

palavras, o medalhão é alguém vazio intelectualmente, entretanto, não é um tolo, e sabe exatamente como utilizar seu *status* de classe e a mediocridade, a sua e a do meio, em benefício próprio. De acordo com Luís Augusto Fischer (2008), *Teoria do Medalhão* é um conto localizado no padrão das narrativas machadianas de *cunho moral*, tomando a classificação de Eugênio Gomes, ou do *conto-teoria*, definição elaborada por Alfredo Bosi – o outro padrão é o das narrativas psicológicas –, sem que a prevalência de uma das estruturas exclua combinações, inclusive com grande número de variações, entre o que Fischer define como a predominância de um certo padrão estrutural narrativo. A partir desse argumento, observemos o que nos interessa, neste ponto da discussão: ao contrário da configuração narrativa de natureza psicológica, de acordo com Fischer, repleta de intromissões do narrador, que estabelece pausas, dita o ritmo da história, determina seu papel, dando ao leitor a sensação de ser um brinquedo, de não ter compreendido tudo, a configuração narrativa de padrão moral desenvolve, sem brinquedos e nem as conhecidas meias-tintas machadianas, aquilo que anuncia. Desse modo, lidando com uma narrativa complexa quanto à forma, no entanto, sem as intromissões de um narrador desabusado, o leitor pode dominar o ritmo da leitura e, mais livremente, chegar às suas próprias conclusões. Seguindo o argumento de Fischer, é possível dizer que o analista minucioso, no plano ficcional, sob a máscara de um pai absolutamente sincero e preocupado com o futuro do Janjão, não hesita e nem atenua nenhum aspecto da realidade em que ambos vivem, desnudando os meandros das instituições e dos costumes, ridicularizados através da ironia, uma das armas mais poderosas para enfrentar uma sociedade na qual indivíduos medíocres ganham reconhecimento e fama. Em *Teoria do medalhão*, o jogo da ironia sustenta e desenvolve esse tema geral, exigindo que o leitor identifique e construa as múltiplas camadas de significados que giram em torno da figura social do medalhão, cuja existência e o sucesso público condensam toda a atmosfera moral e de valores que o cerca.

Nas palavras de Northop Frye (2014), a narrativa irônica *nunca diz precisamente o que significa*, de modo mais específico, *é o método de dizer uma coisa e significar outra muito diferente*, criando um mundo ficcional que joga com as convenções comuns e aceita para virá-las do avesso, expondo o fundo comum de embuste e pedantismo, disfarçados de seriedade. Como chave do jogo irônico, o título do conto, uma teoria, indica que os argumentos do pai não são meditações descabidas de um velho embusteiro e arrivista, pelo contrário, suas reflexões têm uma base sólida, formadas pela observação e análise dos costumes, através da prova e da contraprova de como a engrenagem da ascensão social dos

medalhões é posta em movimento. No diálogo entre pai e filho, não há uma simples anedota sobre um caso fortuito ou uma piada de fim de noite; há uma teoria elaborada por um pai que não é nem um tolo e nem um juiz severo, mas um observador sagaz, que vê a sociedade com a consciência de quem não tenta mudá-la, de quem a estuda para lucrar com as regras estabelecidas, isto é, com as aparências e com a falsa grandeza. A perspectiva irônica do conto enriquece cada palavra com seu sentido oposto, assim, iluminando o perfil de uma figura pública, *o prestimoso dos cidadãos*, vazia de qualquer qualidade intelectual ou moral, decantada, na superfície dos argumentos paternos, ao mesmo tempo, despida de qualquer atributo louvável, através da luz da ironia, “feição própria dos cétricos e desabusados” (ASSIS, 2001, p. 42), passada a Swift e Voltaire, entre os quais Machado de Assis se insere. Não, adverte o pai, “Usa antes a chalaça, a nossa boa chalaça amiga, gorducha, redonda, franca, sem biocos, nem véus” (Ibid.). Podemos associar o perfil delineado em *Teoria do medalhão* ao do próprio Brás Cubas, ao recordar suas palavras acerca do saldo final dos anos de formação, em Coimbra:

Não digo que a Universidade me não tivesse ensinado alguma [filosofia]; mas eu decorei-lhe só as fórmulas, o vocabulário, o esqueleto. Tratei-a como tratei o latim; embolsei três versos de Virgílio, dois de Horácio, uma dúzia de locuções morais e políticas, para as despesas da conversação. Tratei-os como tratei a história e a jurisprudência. Colhi de todas as coisas a fraseologia, a casca, a ornamentação... Talvez espante ao leitor a franqueza com que lhe exponho e realço a minha mediocridade; advirta que a franqueza é a primeira virtude de um defunto. (MPBC, 1994, p 41)

Embora pareça contraditório, a mediocridade triunfante exige método, disciplina e investimentos bem direcionados: para Brás Cubas, foi necessário reter *a fraseologia, a casca, a ornamentação*. Assumido pelo narrador defunto, o preceito da mediocridade vitoriosa é detalhado pelo pai do Janjão, que adverte: “Ouves bem, meu filho querido, ouve-me e entende” (ASSIS, 2001a, p. 33). Tudo o que vem a seguir é dito de forma tranquila, com ideias precisas e em tom de intimidade, quase um afago carinhoso de pai para filho, deixando a cargo do leitor a tarefa de captar a ironia, estruturada em “uma configuração de palavras que se afasta da afirmação direta ou de seu próprio e óbvio sentido” (FRYE, 2014, p. 154). Desse modo, conduzido pelo jogo irônico, próprio dos *cétricos e desabusados*, cabe ao leitor fazer a crítica à superficialidade que o medalhão representa. No gabinete familiar, onde se reúnem pai e filho, as instruções prosseguem: medalhões podem (e devem) se dedicar a temas fúteis, mas de uma futilidade planejada, do tipo que diverte e afasta os temas complicados; qualquer tratamento sério das questões deve ser alheio a esses homens graves, uma gravidade que não é nunca de espírito, apenas do corpo. Por exigências do ofício, os medalhões devem se dedicar

a tudo o que empobrece o intelecto, a exemplo de compêndios de retórica, *certos discursos*, o voltarete, o dominó e o *whist*, e fugir das livrarias – lugares perigosos para quem quer abafar as ideias –, a menos que seja para fofocar, distribuir amenidades e fazer-se lembrado. Assim, o medalhão vai aprendendo a usar a burla pedante a seu favor. Se uma atividade intelectual verdadeira não acontece é porque tais homens se habituaram ao trato rasteiro das coisas, e disso fizeram a regra geral dos figurões. Em público, o pai recomenda ao Janjão lustrar as falas com *brocados jurídicos*, figuras expressivas, máximas latinas, ditos históricos e tudo o mais que enfeita e agrada aos ouvidos vulgares, pondo de lado *tudo o que possa cheirar a reflexão e originalidade etc... etc...* Há também algumas outras regras indispensáveis que um verdadeiro medalhão não pode negligenciar, caso queira ganhar destaque na *arte difícil de pensar o pensado*, como por exemplo, transformar a bajulação em autopromoção e ter por hábito sacar do bolso de seu impecável colete um discurso de sobremesa, repleto de frases cheias de ornamento e de apelo fácil. Em prol da nomeada, a tribuna e as letras devem ser seus grandes espaços de atuação, entretanto, sem ultrapassar os limites da *invejável vulgaridade*.

Evidentemente, a teoria do medalhão ironiza não apenas esse tipo de charlatão da cultura. Sua crítica severa vai muito além e atinge a escala geral de mediocridade – assumida, sem meias-palavras, por Brás Cubas –, que despreza o bom senso, a naturalidade e a verdadeira prática do intelecto, para coroar de fama, cargos importantes e distinção social figuras cheias de afetação, vaidosas, apresentadas em cenas modelares das MPBC, como no Capítulo XII, *Um episódio de 1814*. A passagem é conhecida – uma celebração à Monarquia portuguesa, na casa dos Cubas⁴² –, mas vale ser retomada pelo primor com que desbanca o tipo, representado pelo Dr. Vilaça, um *glosador insigne*. Entre os galanteios a uma conhecida dama solteira das altas rodas fluminenses e *o acepipe das musas*, o Vilaça derramava vaidade e suas glosas enfadonhas, nos banquetes das famílias ilustres da Corte. Os versos intermináveis, os trejeitos e a empáfia acabaram por irritar o garoto Brás, que se vingou delatando os tragicômicos amores entre o glosador e sua amante, protagonizados na moitinha do jardim familiar dos Cubas. De carrasco infantil de medalhões a aspirante ao posto, na fase adulta, Brás ambicionou o título a partir do momento em que o pai, balançando o chocalho das vaidades, lançou as sementes de dois projetos: uma cadeira de deputado e um casamento bastante conveniente, com uma bela jovem, exatamente nessa ordem. No intuito de convencer

⁴²Neste estudo, a passagem em questão é analisada no tópico 1.2 BRÁS CUBAS: “DESSA TERRA E DESSE ESTRUME É QUE NASCEU ESTA FLOR.”

o filho, os argumentos do Cubas pai são praticamente os mesmos usados pelo outro pai, no diálogo de *Teoria do Medalhão*:

– Filha do Conselheiro Dutra [...] uma influência política. [...] não te deixes ficar aí inútil, obscuro, e triste; não gastei dinheiro, cuidados, empenhos, para te não ver brilhar, como deves, e te convém, e a todos nós; é preciso continuar o nosso nome, continuá-lo e ilustrá-lo ainda mais. [...] Teme a obscuridade, Brás; foge do que é ínfimo. Olha que os homens valem por diferentes modos, e que o mais seguro de todos é valer pela opinião dos outros homens. Não estragues as vantagens da tua posição, os teus meios... [...] Vencera meu pai; dispus-me a aceitar o diploma e o casamento, Virgília e a Câmara dos Deputados. (MPBC, 1994, p. 45-46)

Na sociedade de classes, as apólices, a posição e os meios, em outras palavras, a família com largos recursos financeiros, o título de doutor e as relações influentes exigem seu “devido lugar”, sob todos os aspectos, contrário a um destino inútil, obscuro e triste, o grande temor do Cubas pai. Na visão do patriarca, Brás Cubas tinha uma confluência de fatores distintivos, dentre os quais a fortuna e o diploma de bacharel, praticamente determinantes para seu sucesso. No clássico *Raízes do Brasil*, lançado originalmente em 1936, Sérgio Buarque de Holanda aborda a importância conferida, em quase todas as épocas da história de Portugal, ao título de bacharel, em se tratando de cargos públicos, quase tão decisivo quanto uma carta de recomendação de algum poderoso. Implantado na mentalidade social brasileira, o fetiche pelo bacharelismo conferiu ao detentor do diploma uma aura de respeitabilidade e de dignidade, prossegue Holanda, que lhe permitia *atravessar a vida com discreta compostura*. Em outras circunstâncias, o libertava da luta pela sobrevivência material, uma vez que o diploma facultava boas posições, nos quadros funcionalismo público. Esse ambiente de segurança e de estabilidade econômica e social, exigia ao indivíduo o “mínimo de esforço pessoal, de aplicação e sujeição da personalidade individual, como sucede tão frequentemente com certos empregos públicos.” (HOLANDA, 1995, p. 157). Com a falência do mundo rural e a consequente derrocada de sua aristocracia agrária, o doutor e o letrado assumiram o lugar da nobreza da terra, *a aristocracia do espírito*, como define Holanda, adquirindo grande destaque no imaginário sociocultural brasileiro. Por conseguinte, a obscuridade que Brás deveria temer se mostrava mais de acordo com uma outra parte específica da população, a dos que não tinham fortuna, sobrenomes conhecidos, muito menos padrinhos ou futuros genros influentes. Para homens como Brás Cubas, as boas cartas estavam todas postas, reforçando e determinando a “disposição natural” de classe, a trilha de futuro patriarca, os cargos importantes, assim, continuar e ilustrar *ainda mais* nome dos Cubas. Essa é a camada cujos membros fazem negócios e negociações lucrativos, as alianças matrimoniais envolvem

interesses políticos, dinheiro e prestígio, e, por mais que o quadro geral das ambições fomenta grupos contrários dentro dessa ordem, tais ambições nunca arranham a disposição comum, quando o assunto é defender a estabilidade social da classe como um todo. Para isso, mantêm o povo distante, segundo a compreensão negativa que essa camada tem do indivíduo pobre, sem diploma, envolvido em alguma profissão desvalorizada, numa sociedade onde o trabalho braçal era visto como ocupação para inferiores. No desenrolar do episódio, o comentário de Brás sobre a disposição, mais contemplativa do que efetiva, do Conselheiro Dutra, pai de Virgília, sobre os males públicos, acaba revelando como esse tipo contribuía para manter a injusta arquitetura social: “Era uma pérola esse homem, risonho, jovial, patriota, um pouco irritado com os males públicos, mas não desesperando de os curar depressa” (MPBC, 1994, p. 53). Nesse mesmo espírito, o Cubas pai e o Conselheiro Dutra urdiam a vaga de deputado e o matrimônio de Brás e Virgília, postos, o casamento e a política, no mesmo plano das alianças de negócios, em prol de interesses comuns. Apesar de breves, umas poucas palavras reticentes são ditas por Brás, diante dos argumentos do velho Cubas, por fim, vem a capitulação do bacharel ao *amor da nomeada*.

O diálogo entre o Cubas pai e o filho reflete as ideias de toda uma classe abastada, que gira em torno da Corte imperial, seus fidalgos, aristocratas e funcionários do alto escalão administrativo, *Não estragues as vantagens da tua posição, os teus meios...*, cuja mentalidade deriva da realidade social e histórica, ao mesmo tempo em que a modela e sustenta. No caso de Brás, e de figuras como ele, as relações com o Governo imperial e seus grupos não se baseiam na questão pura e simples do dinheiro. Tais ligações atendem à busca de ascensão entre iguais, que se concretiza ao assumir uma posição na estrutura de poder do Brasil, nas fases colonial e imperial. Nessa esfera, estavam dispostas a política, o comércio – com destaque para o tráfico de pessoas sequestradas na África –, a administração pública, a imprensa, os grupos letrados e o *status* conferido pelos diplomas de Medicina e de Direito – ambos os cursos firmados, no Brasil, pela pena imperial de d. João, em 1808. No caso brasileiro, essa relação de interesses e de interdependência entre as classes ricas e o Estado – colonial, monárquico e republicano – definiu a forma própria de atuação desses grupos, cujos princípios norteadores persistem, ainda hoje. Raymundo Faoro, autor de um estudo clássico acerca da formação social e histórica brasileira, a partir de suas raízes no colonialismo ibérico, analisa, em *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro* (2001) – originalmente publicado em 1958 –, a aspiração de pertencimento das classes economicamente elevadas da Colônia, em relação ao aparato de poder administrativo português, como correlato da dependência ideológica e de interesses dessas camadas ao

Estado imperial. Em uma fase pré-capitalista, notadamente nos dois primeiros séculos da colonização, ligada ao mercantilismo europeu através do asfixiante controle jurídico, comercial e econômico da Coroa lusa, o rico comerciante e o opulento proprietário, resolvida a questão dos bens, ambicionavam “o afdalgamento, com o engaste na camada do estado-maior de domínio político.” (FAORO, 2001, p. 244). Em *Os donos do poder*, Faoro alerta para o fato de, não obstante os processos de modernização do Brasil, a emancipação de classes não ter acontecido, o que acabou por desviar a ascensão social para o topo da pirâmide, através do ingresso no estamento. Derivados de uma mesma matriz de valores, se, numa primeira etapa, o controle colonial agiu para impedir qualquer possibilidade de emancipação dos grupos ricos da terra, com a separação política, em 1822, a antiga prática reinol de unir dependência e benefícios se transformou no método de atuação desses grupos, perpetuado ao longo de diferentes contextos históricos. Dessa aliança entre privilégios e dependência surgirá o processo de *decantação tipológica*, responsável, num plano teórico, pela configuração da hierarquia social brasileira: a classe proprietária, a classe lucrativa e a classe média. A classe proprietária, ou o setor positivamente privilegiado, é econômica e politicamente poderosa, um grupo, como define Faoro, identificado pela diferença de bens – rendas de imóveis, escravizados, barcos, valores e créditos – e pela tendência à estabilidade social. No polo oposto aos setores positivamente privilegiados, estão todos aqueles *que gemem* para sustentar tais privilégios, ou seja, as propriedades, representadas pelos cativos, *déclassés*, pobres e devedores. Do ponto de vista histórico, o contraste entre a opulência, o poder do proprietário de bens e a vida abjeta, imposta ao escravizado, demonstra como uma oligarquia senhorial, resultante da combinação entre interesses materiais e práticas espúrias, soube conciliar tal junção com os eixos ideológico, econômico, social e político-jurídico do Estado.

Machado de Assis compreendeu profundamente as implicações dessa complementaridade sinistra entre o aviltamento do outro, o acúmulo de bens e a defesa de privilégios, entrelaçados nas trajetórias dos ricos da sociedade das MPBC. Analisando a posição do escritor na evolução literária das décadas finais do século XIX, o crítico José Veríssimo (1916) localizou Machado na geração de modernos, escritores e intelectuais como Tobias Barreto, Castro Alves, Joaquim Nabuco e Eduardo Prado. Com uma visão cosmopolita e universal, sem prejudicar o seu *brasileirismo de raiz* (VERÍSSÍMO, 1916, p. 09), esse novo ângulo possibilitou uma mudança de perspectiva, fundamental para superar a pura sentimentalidade do nacionalismo romântico, em favor do desenvolvimento de requisitos inexistentes na Literatura portuguesa, tais como a capacidade das ideias gerais, preocupações

mais humanas e largamente sociais. Dessa perspectiva, Machado é cosmopolita pela amplitude de visão, universal, sem prejuízo do seu *brasileirismo de raiz*, a síntese entre o que nos aproxima como seres humanos, em toda parte, e a dimensão sócio-histórica que cada indivíduo vivencia. Cosmopolitismo e brasilidade que viabilizaram ao projeto literário machadiano trazer à cena ficcional uma classe específica, localizada em uma sociedade e um momento histórico determinados, junto à crítica acerca da validade dos princípios do branco europeu, herdutores e defendidos pela classe rica das MPBC. Num dos episódios mais sóbrios das MPBC, narrado em *O verdadeiro Cotrim*, Capítulo CXXIII das MPBC, Brás revela a costumeira prática do cunhado, de promover torturas brutais contra os cativos, na mesma escala ascendente com que saíra de solteiro perdulário e estroina a homem de negócios bem-sucedido, circunspecto pai de família, tesoureiro de uma confraria, membro de várias irmandades, irmão remido de uma delas e com importantes relações nos altos círculos da Corte. Quanto à informação *donde eles desciam a escorrer sangue*, alusiva ao estado final dos escravizados, a fala do narrador coloca a barbárie bem no centro da vida doméstica e social bem-sucedida do Cotrim, violência amplamente praticada pela oligarquia escravocrata do século dezenove, seguindo o ritmo global da dinâmica colonialista europeia e sua trilha de horror. Trilha essa, iniciada em algum ponto de invasão, assassinatos e sequestros, na África, até o sanguinário calabouço do Cotrim. Ao que tudo indica, o casamento com Sabina, rica herdeira, equilibrou as finanças do antigo perdulário, acrescentando-lhe a circunspeção do chefe de família patriarcal, negociante próspero, além da seleta rede de conhecidos importantes da família Cubas, dentre os quais figurava um regente do Império. A partir disso, estava selado o pacto de ascensão socioeconômica e de defesa da estabilidade das leis e dos valores entre o Cotrim e a camada dos cidadãos positivamente privilegiados, retomando a expressão de Raymundo Faoro. Sobre outras características de sua natureza, comenta o narrador, “Não era perfeito, decerto; tinha, por exemplo, o sestro de mandar para os jornais a notícia de um ou outro benefício que praticava [...]” (MPBC, 1994, p. 121), e nisso o Cotrim seguia as táticas do medalhão. Era um bem-sucedido escravagista, seco de maneiras, avarento, entretanto, segundo o viés irônico das MPBC, mais pelo exagero de uma virtude do que pela falta desta. Em síntese, de tudo o que vimos, Cotrim é um homem completamente adequado, pelas “virtudes”, métodos e pela escala de princípios, ao lugar que ocupa, na sociedade das MPBC.

Fazia parte dessa consciência acrescentar outros emblemas de distinção às riquezas, no caso em questão, o afidalgamento das origens familiares, no intuito de acentuar o antagonismo entre o homem importante e o indivíduo comum, os *déclassés*, *sem eira e nem*

beira e sem parentela ilustre. A cobiça por afidalgar a linhagem, envolvendo até uma árvore genealógica forjada pelo Cubas pai, é revelada pelo narrador, no Capítulo III, *Genealogia*, das MPBC, seguida de outras peculiaridades vulgares da família, como a pacholice do velho Cubas, o pouco cérebro da mãe, a mediocridade intelectual do tio Cônego e o comportamento vulgar e *guloso de escândalos* do tio João, oficial do Exército. Disso deriva uma constituição de caracteres rica e variada, embora sem notas relevantes, que escapa à rígida tipificação das figuras e à historicidade linear, através da exploração do simples, do corriqueiro e até do condenável, inerentes à condição humana, todos dispostos no núcleo familiar que dá suporte vital ao autor-narrador protagonista. No famoso ensaio *Dialética da malandragem*, estudo sobre o romance das *Memórias de um sargento de milícias* (1853), de Manuel Antônio de Almeida, Antonio Candido (1993) analisa o trânsito da ordem à desordem, isto é, das regras lícitas às práticas ilícitas, manifesto concretamente na dinâmica das relações sociais representadas na obra, como um dos suportes mais destacados (e evidentes) da estrutura da sociedade nacional da primeira metade do século XIX. Essa dinâmica *sui generis*, que se desenvolve entre a regra e a infração, de acordo com Antonio Candido, é o produto moral da implantação de um rígido discurso doutrinador da engrenagem social, que não chega a ser, de fato, internalizado pela consciência. Por conseguinte, o livre comércio entre a regra e a infração dá ensejo a todo tipo de comportamento transgressor da ordem, numa *gangorra de um polo ao outro*, sem amarras éticas, morais ou religiosas, acabando por deixar o indivíduo livre para escolher entre o lícito e o ilícito, a depender da situação e dos interesses. No contexto do Brasil colonial, com leis rígidas sustentando o plano da ordem e o parasitismo da classe dirigente assentado na vil exploração do cativo, convergem igualmente a descida aos negócios que, rapidamente, se transformam em negociatas, às alianças espúrias, casamentos por interesse, aos casos extraconjugais e mancebias, à burla como meio de ascensão social e demais articulações, livremente praticadas entre a ordem e a desordem. Em síntese, tal dialética traz à luz a exposição prática da aparente ilusão de uma ordem regular e da concreta infração desta, sem que, no fundo, isso implique a queda da estabilidade das leis, uma vez que os hábitos morais favorecem a coexistência de ambos os polos. Sendo assim, a infração é igualmente instituída e aceita, em todas as esferas e camadas da vida social brasileira. De acordo com as regras dessa dinâmica, “todos acabam circulando de um para outro [lícito e ilícito] com uma naturalidade que lembra o modo de formação das famílias, dos prestígios, das fortunas, das reputações, no Brasil urbano da primeira metade do século XIX.” (CANDIDO, 1993, p. 45).

No polo da narrativa não autorizada, a história verdadeira da família Cubas começa no século XVIII, no Rio de Janeiro, onde o primeiro patriarca, Damião Cubas, tanoeiro de profissão, conseguiu enriquecer, no comércio da lavoura. Tendo juntado *boas e honradas patacas*, transformadas num *grosso cabedal*, Damião tratou de mandar o filho, Luís Cubas, para a Universidade de Coimbra, de onde este saiu advogado, em seguida, alto funcionário do Estado português e amigo particular do vice-rei Conde da Cunha – cargo mais importante da administração colonial. Após a morte do Damião, Luís Cubas herdou *as boas e honradas patacas*, como alto funcionário da coroa lusa, cultivou relações importantes, passadas ao neto, o Cubas pai do narrador póstumo, que protegeu o nome e os bens da família com tino comercial, algumas lendas de origem e um filho, tal como bisavô, bacharel, formado pela aristocrática Universidade de Coimbra. A partir de então, têm início as urdiduras do Cubas pai no sentido de forjar uma origem familiar fidalga, composta com a ajuda de técnicas próprias ao lendário, tais como a escrita aplainante dos acontecimentos e os caracteres estáticos, manipulados para compor ancestrais e eventos depurados de qualquer nota que comprometesse a suposta origem nobre dos Cubas. Assim, o bisavô tanoeiro, raiz familiar humilde, ligada ao populacho e o trabalho braçal, foi apagado da narrativa oficial, pelo Cubas pai, e substituído por um ilustre capitão-mor do século XVI – Brás Cubas, fundador da Vila de São Vicente. Descoberta a farsa pelos parentes verdadeiros do capitão-mor português, o pai do narrador póstumo não se deu por vencido, *escapou à tanoaria nas asas de um calembour* tecendo uma segunda lenda familiar, de acordo com a qual um antepassado, cavaleiro e *herói* das investidas portuguesas, na África, teria conquistado trezentas cubas, justificando toda a pompa do sobrenome. Ao que tudo indica, essa última chalaça foi bem-sucedida. Como esperado em narrativas desse tipo, nada é dito acerca dos meandros, negociatas, alianças e demais práticas comuns à engrenagem da colonização, das quais os patriarcas Cubas certamente se valeram para ilustrar o nome e a riqueza da família. De igual forma, nada disso também seria possível sem a adesão direta de cada um deles ao esquema de poder colonial, agente de toda sorte de atrocidades, praticadas contra a terra e os povos subjugados. Tal política, importante de ser retomada, na medida em que serve para lançar luzes sobre os meandros obscuros da trajetória desses chamados homens de sucesso, foi a mola propulsora de linhagens familiares inteiras, que se perpetuaram no poder e no imaginário nacional brasileiro porque souberam mudar a roupa sem trocar de pele⁴³, quando a conjuntura assim o

⁴³No romance *Esau e Jacó* (1904), a frase “mas também se muda de roupa sem trocar de pele” (ASSIS, 2011, p. 152), é dita pelo Conselheiro Aires ao Barão Santos, rico, *capitalista e diretor de um banco*, para demonstrar sua

pedia. Entre negócios e negociatas, alianças de toda ordem, o casamento, nesse contexto, não apenas deveria atender a outros interesses das famílias, como fazia parte do acordo acrescentar alguns degraus a mais, na confortável posição social dos noivos. No par Brás-Virgília, ela seria amparada socialmente pela união com um bacharel rico, da melhor cepa fluminense, e Brás teria o caminho ao parlamento facilitado pela influência política do Conselheiro Dutra – o futuro sogro. Como sabemos, a aliança matrimonial fracassou na “sala de negociações” da casa de Virgília porque ela escolheu a proposta mais vantajosa do Lobo Neves, que lhe prometeu o título de marquesa, além de ser o preferido da ala política do Dutra para ocupar a vaga de deputado. Mais adiante, demonstrando a mesma desenvoltura com que dispensara Brás, Virgília transitará entre o polo da ordem e da transgressão, mantendo um longo romance adúltero com o antigo pretendente, sem se descuidar de proteger a *ilusão de ordem* que a sociedade exigia a uma mulher casada e de sua classe social. Anos depois, Brás, a quem o título, o dinheiro e as relações importantes acabaram por construir outras alianças, conseguiu ser deputado, entretanto, no território da morte, reconheceu que sua atuação não teve nenhum brilho, em tudo semelhante à linha geral dos medalhões. Em conjunto, retomando o ensinamento paterno, visto em *Teoria do medalhão*, essas figuras dão uma ampla visão dos hábitos políticos da sua classe, são pertencentes a famílias prósperas, bacharéis, tal como Brás Cubas, educados para tratar o povo com distância, ostentando fortuna e ócio proporcionados pelo escravismo.

Ao traçar um paralelo entre a forma do romance, em Lawrence Sterne e Machado de Assis, Maria Elisabete Chaves de Mello (2008) destaca, inicialmente, a extrema lucidez do autor das MPBC acerca da sociedade em que viveu e do seu papel de artista no mundo, tendo em comum com o autor de *A vida e as opiniões do cavalheiro Tristram Schandy* (1759), a elaboração de uma obra composta de reflexões sobre a ficção, no caso machadiano, acerca do papel do artista e da função do trabalho ficcional, elaborados como uma reação crítica, intelectual e artística, diante do vazio da sociedade do seu tempo. Tendo em vista os caminhos apontados pelo contexto literário brasileiro da segunda metade do século XIX, Machado de Assis elaborou, na forma das MPBC, uma estrutura criativa própria, recusando as estéticas romântica e realista, optando por “matar” o escritor delineado dentro do horizonte de expectativas literárias fixas da época. Como resposta, instaurou um defunto-autor-narrador pouco confiável, cuja singularidade, em relação à forma de Sterne, fica a cargo das tintas da melancolia e do pessimismo. Sem ser leve e nem superficial, e sem tentar mascarar seu caráter

incredulidade acerca da República, que acabara de ser proclamada. A frase resume a descrença do Conselheiro Aires sobre qualquer mudança radical, na estrutura socioeconômica do país, vinda com a República.

de romance, nas MPBC, Machado criou uma ficção altamente mordaz, centrada em um narrador que, a todo momento, se intromete na história, desapegado das amaras terrenas, provoca e afaga o leitor, convida-o a participar, lança pistas ambíguas, em seguida, desmonta as expectativas. A partir disso, a ficção machadiana “consegue abrir buracos na História, embora consciente de que essa tentativa pouco vai adiantar, já que, enquanto romancista, ele não tem poderes para mexer com a sociedade e o público, que nem sequer o entendem.” (MELLO, 2008, p. 312). Na esfera prática, de tal impotência, derivam a melancolia, o pessimismo e os cinco leitores, previstos pelo narrador, no Capítulo ao *Leitor*, das MPBC, sem esquecer o piparote e o adeus, para os que não se agradarem da obra. Não obstante sua vida desperte reflexões corrosivas acerca dos valores da alta camada da sociedade brasileira, e acerca do Brasil, o defunto autor póstumo revela uma existência vazia de qualquer feito significativo, cheia de tudo o que o seu espírito hedonista, sedutor e a boa condição socioeconômica lhe permitiram viver. E isso foi o suficiente para ser considerado um dos “bons”, membro da seleta casta dos homens que sabem o seu lugar social e o ocupam exigindo tudo o que este pode lhes oferecer. Porém, como a ficção corrosiva machadiana implica abrir buracos nessa História, a imagem que Brás revela, ao longo de suas memórias póstumas, aqui, mais especificamente, de sua faceta de deputado, coloca por terra qualquer expectativa de encontrar um homem movido por ideais ou qualidades superiores. Ao contrário disso, suas disposições no cargo aparecem relacionadas a conseguir um Ministério, disputado entre *rapapés, chás, comissões e voto*, mais adiante, numa cartada decisiva, com um discurso sobre as medidas da barretina da Guarda Nacional. Posto em cena no Capítulo CXXXVII, *A barretina*, o discurso é um exemplo de retórica vazia e de política completamente alheia às necessidades reais do país. “Que diacho! É preciso ser homem! ser forte! lutar! vencer! brilhar! influir! dominar! Cinquenta anos é a idade da ciência e do governo.” (MPBC, 1994, p. 128). Essas são as palavras do Quincas Borba, ditas ao melancólico amigo Brás Cubas, retomando, em outras palavras, os argumentos de *Teoria do medalhão*, “[...] é a data normal do fenômeno. Geralmente, o verdadeiro medalhão começa a se manifestar entre quarenta e cinco e cinquenta [...] (ASSIS, 2001a, p. 33-34). Como ensina o pai do Janjão, a retórica de um verdadeiro medalhão deve se adornada com figuras expressivas – a Hidra de Lerna, a cabeça de Medusa, o tonel das Danaides –, “*Caveant, consules*⁴⁴ é um excelente fecho de um artigo político” (Ibid., p. 37), entretanto, sem nenhum efeito prático, além penduricalhos para

⁴⁴*Caveant, consules* (Que os cônsules se ponham em guarda). A frase completa era: *ne quid detrimenti respublica capiat* (a fim de que a República não sofra qualquer dano). No Senado romano, a citação era comumente usada pelos cônsules, em épocas de crise, tomada como citação geral, antes da indicação do ditador escolhido para enfrentar a ameaça.

impressionar tolos. Versos históricos e alguma frase original, usados para modular o jogo de pretensão, astúcia e fingimento, que sustentam o falso brilho de tipos como esses, eram igualmente adequados.

Incentivado pelo Quincas Borba, o filósofo doido do Humanismo, a executar ações mais enérgicas, e sem esboçar outro motivo além de tornar-se governo, *é tempo!*, Brás decide ocupar a tribuna, proferindo um discurso sobre o tamanho atual (e perigoso) da barretina da Guarda Nacional. Como convém a um aspirante a medalhão, a retórica eloquente do bacharel é recheada de sábios gregos, como Filopêmen⁴⁵, Hipócrates⁴⁶, e de motivos patrióticos, como a necessidade de zelar pela postura ativa e heroica dos soldados, ameaçada pelo tamanho atual da peça. Com essa mescla de ambição tola e retórica vazia, Machado ironiza o posicionamento definido por Sérgio Buarque de Holanda (1995) como *missão nitidamente conservadora e senhorial*, expressa no alheamento desse tipo de intelectual diante da realidade, na inutilidade transcendente de muitas de suas pretensões e na visão do saber como instrumento para se elevar acima das demais pessoas. Disso provém o uso de uma erudição de ornato, formal e exterior, “onde os apelidos raros, os epítetos supostamente científicos, as citações em língua estranha se destinam a deslumbrar o leitor como se fossem uma coleção de pedras brilhantes e preciosas.” (HOLANDA, 1995, p. 165). Nesse ponto, a metáfora usada para defender o corte da barretina assume tons quase dramáticos, elevando um simples adereço à parte importante da segurança e da honra nacionais: “O chorão, que inclina os seus galhos para a terra, é árvore de cemitério; a palmeira, ereta e firme, é árvore do deserto, das praças e dos jardins.” (MPBC, 1994, p. 129). Por fim, Brás arremata defendendo a elegância da nova peça – as atuais eram deselegantes –, e as razões higiênicas e de saúde para a diminuição da barretina, uma vez que o suor e o calor provocados pelo tamanho excessivo do enfeite representavam grave risco à saúde, por conseguinte, à vida dos soldados. Portanto, era inadmissível “arriscar a saúde e a vida, e conseqüentemente o futuro da família.” (Ibid., p 128). Não houve réplicas, apenas aplausos. O que seria um verdadeiro desastre, em um ambiente ativo de ideias, entre os medalhões da Câmara, foi recebido como sucesso absoluto de oratória, aclamado: “Quanto à forma, ao raptó eloquente, à parte literária e filosófica, a opinião foi só uma; disseram-me todos que era completo, e que de uma barretina ninguém ainda conseguira tirar tantas ideias.” (Ibid., 129). Sem nenhuma energia idealista de fundo, e todos se movimentando por vaidade e interesses próprios, o discurso ganhou rumos apropriados aos envolvidos, trazendo inusitadas preocupações ao orador: malvisto pela

⁴⁵Filopêmen (253 a. C. – 189 a. C.), famoso General grego, que lutou contra Roma pela unidade da Grécia.

⁴⁶Hipócrates de Cós (460 a. C. -370 a. C.), médico grego, considerado um dos fundadores da Medicina.

situação, que recebeu o pronunciamento como um ataque velado ao Governo; e encarado com desconfiança pela oposição, que não acreditava na suposta mudança de lado do orador. Brás tentou contornar a crise com ambos os grupos, lançando alternativas tão disparatadas quanto a proposta inicial: adiar o corte da barretina para dali a alguns anos e diminuir alguns centímetros do proposto. Afinal, sem nenhuma importância prática, a tal ideia servia apenas como fogos de artifícios, no sentido de ganhar apoio e atrair a atenção do Governo. Na conclusão do episódio, o discurso atingiu a desejada publicidade, marcando a entrada de Brás Cubas na classe dos medalhões da Corte, a princípio, acusado por uns de atacar o Governo, olhado de canto pela oposição, entretanto, ânimos acalmados, elogiado por todos, que viram nele as “qualidades” adequadas à Casa.

Brás Cubas é o representante modelar de um ambiente histórico de rígida estratificação socioeconômica, aliada a outros fatores como um sistema de representatividade política baseado na renda anual dos candidatos, masculino, bastante seletivo e ligado ao princípio da fidalguia. Em contraste, uma imensa parcela do povo vivia confinada à subalternidade econômica e social por níveis alarmantes de analfabetismo, pelo preconceito racial e social, excluídos pelos grupos dirigentes. Nessas condições, a mudança de classe, no mais das vezes, dependia da concessão do favor, nem sempre ligado ao talento individual. Antes do talento e das aptidões pessoais, vinham a adaptação às regras vigentes, uma boa rede de padrinhos, de alianças, incluindo casamentos, a atuação do círculo de pessoas ou grupos, ligados entre si por afinidades, interesses, parentelas, relações de compadrio, sem que fossem alteradas as circunstâncias políticas e sociais do contexto. Entretanto, esse não era um tecido social tão imóvel que inviabilizasse a coexistência de rotas transversais, em seus episódios mais prosaicos, guiadas pela malandragem, burla e pelo charlatanismo, na busca pela ascensão de classe.

Com isso, chegamos ao Castelo, personagem central do segundo texto de abertura desta seção, retirado ao conto *O homem que sabia javanês* (1911), de Lima Barreto. O Castelo é um bacharel nortista, pobre, esperto, ambicioso e com escrúpulos bastante maleáveis, cuja trajetória de endividado a sábio emérito em línguas e Literaturas malaio-polinésias, cônsul do Brasil, em Havana, é fruto de lances de picardia, sorte, protecionismo e da *perfeita inópia mental* dos medalhões nacionais, entusiasmados com o falso saber do Castelo, facilitando sua vertiginosa ascensão, *neste Brasil imbecil e burocrático*. Na obra de Lima Barreto, o tema do falso erudito, que conquista fama e cargos importantes, sem demonstrar nenhuma substância intelectual, além de recorrente, aparece como produto da mediocridade de ideias do ambiente, aliada à bajulação e a razões de natureza socioeconômicas que, na grande maioria das vezes,

atuam como substitutos espúrios da inteligência e da ação intelectual verdadeiras. Para Lima, esse era o caso de muitas personalidades importantes de sua época, inclusive, membros famosos da ABL. De acordo com Francisco de Assis Barbosa (2017), uma das inspirações para o embusteiro Castelo foi o baiano Miguel Calmon du Pin e Almeida, colega de Lima, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Engenheiro e político, filho do banqueiro Francisco Marques de Góis Calmon – Governador da Bahia, de 1924 a 1928 –, Miguel du Pin chegou a ser Ministro da Agricultura, no Governo do presidente Afonso Pena (1906-1909), com apenas vinte e sete anos. O desafeto baiano, a quem Lima chamava de Bel-Ami⁴⁷, era um dos alvos frequentes do escritor, exposto na crônica *Mais uma* (1917), sova aplicada na fundação da Academia de Letras da Bahia, em 1917, para Lima, um verdadeiro *sarapatel de todos os diabos*. Em *Mais uma*, Lima satiriza os arroubos aristocráticos cambiantes de Miguel du Pin, cuja suposta origem nobre ele sempre mudava, a depender dos interesses envolvidos. Nos assuntos relacionados à Bahia, como no caso da entrada para a Academia de Letras, Miguel du Pin convocava o Marquês de Abrantes, seu avô baiano, porém, se a notícia fosse destinada à Europa, entrava em cena um suposto antepassado nobre francês, Tour d’Auvergne, da Casa dos duques de *Bouillon*. Além da conhecida síndrome de europeização da elite brasileira, no caso da Academia baiana, a crítica de Lima também mirava o viés elitista da instituição, em detrimento da contribuição literária dos membros. Em tom irritadiço, Lima salienta: “O senhor Miguel Calmon esqueceu-se um pouco do seu avoengo, visconde de Turenne, e tomou como patrono um outro mais próximo: o marquês de Abrantes. O diabo é que não sabemos onde fica a literatura do marquês de Abrantes. (BARRETO, online, 1956c, p. 41). E finaliza, apontando o equívoco da instituição baiana, possível consequência da mentalidade elitista de clube local da instituição: “[...] e esqueceu-se de Caetano Lopes de Moura, o primeiro editor do *Cancioneiro do Vaticano ou d’El Rey Dom Denis*, como ele batizou o códice da biblioteca papalina.” (Ibid., 42)

Essa recusa a tudo o que faz parte das experiências culturais e históricas do Brasil, evocada na crítica à estratégia de Miguel du Pin, que trocava o antepassado de acordo com o

⁴⁷Bel-Ami (belo amigo) é a célebre personagem do romance homônimo do francês Guy de Maupassant, publicado em 1885. George Duroy, o Bel-Ami, como é conhecido entre as mulheres, é um militar de origem pobre, sedutor, belo e ambicioso, que é levado à rica sociedade parisiense de finais do século XIX, vaidosa e corrompida, pelo amigo Charles Forestier, redator do jornal *La vie française*. Nesse ambiente cheio de futilidade, ambição e traições, a imprensa desempenha um papel importante, nas artimanhas de poder. Em sua escalada social, Bel-Ami usa a influência de suas amantes ricas, casadas com homens importantes, às quais manipula, em prol de seus interesses. Além do charme e do talento para dissimular e seduzir as mulheres, outro ponto a favor da personagem era o fato de ele não ser absolutamente fiel a ninguém, além de si mesmo. Desse modo, sem nenhuma outra qualidade além do charme, da elegância e da dissimulação, o apelido era uma evidente provocação pública Lima Barreto ao rico desafeto baiano, a quem acusava de ter conseguido cargos importantes unicamente pelo sobrenome influente.

público, é um dos elementos desencadeadores de tensão no TFPQ. Dessa perspectiva, dois importantes episódios da trama são reveladores de como a sociedade buscava se legitimar como povo e Nação a partir das referências estabelecidas pelo europeu. Na cena inicial do romance, *A lição de violão*, Quaresma enfrentou o olhar reprovador dos vizinhos de São Januário, *a alta sociedade dos subúrbios, que só é alta nos subúrbios* – o pequeno funcionalismo público, profissionais liberais, militares de baixa patente – ao cruzar a rua levando um violão, considerado um instrumento de gente ignorante e vadia: “Mas que cousa? Um homem tão sério metido nessas malandragens” (TFPQ, 2005, p. 12). No episódio da petição, sugerindo a troca do Português pelo Tupi-Guarani como idioma oficial do Brasil, narrado no capítulo *Desastrosas consequências de um requerimento*, além da zombaria, que atacou o major de todos os lados, ao saber do imbróglio, o compadre de Quaresma, o italiano Vicente Coleoni, acaba expressando a opinião geral acerca das culturas fora do espectro da civilização europeia: “*Per la madonna!* Alemão é língua, agora esse acujelê, *ecco!* – Acujelê é da África, papai; tupi é daqui. – *Per Bacco!* É o mesmo... Está doido!” (Ibid., p. 57). Enquanto os ricos buscavam filiação nobilitante traçando rotas genealógicas europeias, como fazem o Cubas pai e Miguel du Pin, vemos uma classe média dependente de favores, achatada política e economicamente pela camada rica, adepta dos valores do dominante, acomodada e sem ousadia intelectual para fazer frente a essa configuração histórica.

Reatando com as surpreendentes peripécias do professor de javanês, o Castelo, o bacharel nortista, pobretão e esperto, revela a um amigo a sua surpreendente ascensão ao mundo dos medalhões. Saído do Norte para a Capital republicana, em busca de fama e fortuna, só havia conseguido acumular aluguéis atrasados e as perseguições dos senhorios, que o obrigavam a fugir, de pensão em pensão, até que um anúncio, no *Jornal do Comércio*, requisitando um professor de javanês, surgiu como um verdadeiro condão da boa sorte para transformar o seu destino. Apesar de viver ao sabor dos imprevistos, pregando *partidas às convenções e às respeitabilidades para poder viver*, daí em diante, o Castelo trabalhará, com método e astúcia, para conseguir o emprego anunciado pelo Barão de Jacuecanga – um nobre velho e rico. Analisadas as probabilidades, ele logo percebe que, diante do inusitado da exigência, certamente não haveria outros candidatos, portanto, se *capiscasse umas quatro palavras*, estaria empregado. Com a ajuda da *Grande Encyclopédie*, na letra J, pinçou umas notas rudimentares acerca do arquipélago malaio, da Literatura e do alfabeto javanês, e foi ao encontro do velho Barão. Para sorte do Castelo, o Barão, além de muito rico e importante, não era nada perspicaz, e uma meia dúzia de informações básicas, mais uns arremedos de pronúncia bastaram para impressioná-lo. Devidamente contratado, bem remunerado, após

dois meses, foi promovido a tradutor de um códice misterioso e imponente, herança de família, capa em couro, folhas amareladas pelo tempo, escrito em javanês, ao qual eram atribuídos poderes de felicidade, se o guardião conseguisse lê-lo, ou de maldição, em caso de negligência. Como era previsível, Castelo não foi além do prefácio, traduzido unicamente graças ao fato de estar escrito em inglês. Entretanto, ele não se deu por vencido, e se livrou de ser desmascarado tecendo uma série de histórias disparatadas, narradas ao Barão com a compostura que a tarefa exigia, traduções que velho atribuiu aos excepcionais conhecimentos linguísticos do suposto especialista. E, quanto mais o Castelo fingia, macaqueava pronúncias, inventava maluquices, mais admiração conquistava, do Barão e, agora, do genro deste, um desembargador, *homem relacionado e poderoso*, encantado diante do jovem portento. Ambientado no alvorecer da República, quando cartas de barões e viscondes promoviam a ascensão social de figuras às mais variadas, inclusive falsos intelectuais como o Castelo, *O homem que sabia javanês* é uma sátira caricatural mordaz sobre o ambiente político e sociocultural da época, propenso a toda sorte de arrivistas espertos, sem nenhum escrúpulo ou qualquer afinidade sincera com o que alegam representar.

Analisando a função do trapaceiro, do bobo e do bufão para o desenvolvimento posterior do romance, Mikhail Bakhtin atenta para o fato de o romancista necessitar de alguma espécie de máscara consistente, tanto na forma como no gênero, “que determine tanto a sua posição para ver a vida, como também a posição para tornar pública essa vida” (BAKHTIN, 1998, p. 278). No caso dessas três figuras, cujas raízes se encontram na cultura folclórica e semifolclórica medieval, de natureza satírica e paródica, livres das amarras do mundo, que aprende por tênues laços a figura do trapaceiro, mas não a do bobo e nem a do bufão, tais figuras podem usar qualquer circunstância da vida como máscara, vendo sempre *o avesso e o falso de cada situação*. Participantes da vida como observadores e refletores, o bobo, o trapaceiro e o bufão adquirem uma enorme importância para a abordagem de uma das questões fundamentais do romance, ou seja, a denúncia de todo convencionalismo pernicioso, que paira sobre as relações humanas. Através de tais máscaras, esse convencionalismo surge sob duas formas: na incompreensão, intencional, no autor, e ingênua, nas figuras do bobo e do bufão. No caso do trapaceiro, ele é alguém que se diverte com os convencionalismos, sem nunca levá-los a sério, sendo capaz de vestir as diferentes máscaras da vida cotidiana, como um *performer* do logro, à medida que expõe e ridiculariza as fragilidades de seus coadjuvantes, no grande teatro social. Cultivadas pela arte do romance, em suas formas mais radicais e profundas, essas máscaras, acrescenta Bakhtin, dão ao autor a possibilidade de lutar

contra os convencionalismos e a inadequação de todas as formas de vida existentes. Nesse embate, tais máscaras, dão o direito:

[...] de não compreender, de confundir, de arremedar, de hiperbolizar a vida; de falar parodiando, de não ser literal, de não ser o próprio indivíduo; o direito de conduzir a vida pelo cronotopo dos palcos teatrais, de representar a vida como uma comédia e as pessoas como atores; o direito de arrancar as máscaras dos outros, finalmente, o direito de tornar pública a vida privada, com todos os seus segredos mais íntimos. (BAKHTIN, 1998, 278)

Sob a máscara do falso sábio, o Castelo transita pelas instituições mais renomadas da República brasileira, ganha um cargo, na Secretária dos Estrangeiros, recebe homenagens, à medida que suas andanças iluminam os bastidores desses espaços de poder, com uma luz jocosa, que ri do pedantismo dos figurões, crítica, ridiculariza a falsa gravidade e a visão completamente equivocada desse tipo acerca da atividade intelectual, desinteressado pelo bem-estar coletivo. Aqui, fica a seguinte questão: em um panorama político e social sacudido por graves crises, como foi o início da República brasileira, que não apontou as medidas necessárias para resolver questões concernentes aos direitos dos libertos, agravado por índices alarmantes de exclusão social, analfabetismo, epidemias sanitárias, deficit habitacional, imigração massiva e demais problemas históricos do nosso subdesenvolvimento, se o Castelo fosse, de fato, um grande especialista em javanês, apenas isso bastaria para indicá-lo a cargos importantes? No conto, a resposta para essa pergunta parece indicar que todos esses graves problemas foram eclipsados pela valorização de uma retórica oca, exposta no alheamento social de falsos intelectuais como o Castelo e seus padrinhos importantes. Logo, o que era para ser uma solução rocambolesca para as dificuldades financeiras do bacharel trapaceiro acabou se transformando na oportunidade de ouro da vida dele, a começar por uma carta de recomendação do Barão de Jacuacuenga ao Visconde de Caruru, indicando a entrada do “sábio linguista” na diplomacia – que foi prontamente atendida. Com o Castelo, percebemos que todos eles se valem de algum embuste para ostentar um falso brilho. Descascada a capa de sábios, rimos junto com o Castelo das “carreiras brilhantes” e das “reputações inabaláveis”, dos donos dos cobiçados anel e canudo bacharelescos, a incensada *aristocracia do espírito*, que substituiu a *aristocracia de solar* (o poder das oligarquias rurais), ambas expressões elaboradas por Sérgio Buarque de Holanda (1995). Esse é um ambiente de extrema valorização da formação bacharelesca, no qual os bacharéis foram considerados os legítimos guardiões e propagadores desse tipo de saber, ainda que muitas teorias importadas não se aplicassem à nossa realidade, e muito do que os supostos especialistas locais produziram não passassem de compilações cheias de preciosismos, sem qualquer aplicação prática no

cotidiano do país. Lima foi um crítico veemente dessa interpretação equivocada do conhecimento, usado como referência para distinguir as pessoas e hierarquizar os lugares sociais, tematizada em várias passagens do TFPQ. No capítulo inicial do romance, *A lição de violão*, ao destacar a boa reputação de Quaresma junto aos vizinhos de São Januário, o narrador informa sobre a única desafeição pelo major, vinda do Doutor Segadas, um médico vizinho seu, *afamado no lugar*, pelo simples fato do reformador patriota ter uma biblioteca sem ostentar o famoso diploma doutoral: “se não era formado, para quê? Pedantismo!” (TFPQ, 2005, p. 11). Em uma conversa, na casa do General Albernaz, entre um grupo de militares e bacharéis, os envolvidos deixam claro que a associação entre a cultura escrita e o título acadêmico era algo enraizado na mentalidade popular, substitutos para o conhecimento adquirido ao longo de anos de pesquisa e dedicação, vistas em Policarpo Quaresma. Informados da crise nervosa de Policarpo, Doutor Florêncio, um dos participantes do grupo, faz a seguinte observação: Nem se podia esperar outra coisa [...]. Aqueles livros, aquela mania de leitura...” (Ibid., p. 48). Genelício, advogado e funcionário do Tesouro, arremata: “Devia ser proibido [...] a quem não tivesse um título acadêmico ter livros. Evitavam-se assim essas desgraças.” (Ibid.). Assim, a palavra escrita e o livro eram tomados como fetiches sociais e culturais, fontes de mistério e de poder, também de desgraças para os não iniciados, como a loucura de Quaresma, um saber cuja interpretação, na ótica do grupo, exigia homens devidamente autorizados pelo diploma acadêmico. De igual forma, foi devido ao fetiche do diploma de bacharel que o mau caráter Cavalcânti conseguiu enganar os Albernaz, durante os cinco anos da Faculdade de Odontologia. *Vamos descontar esta letra*, argumentava Maricota Albernaz, projetando o casamento do dissimulado Cavalcânti com Ismênia, ao passo que ele se aproveitava da mesa farta e dos generosos empréstimos do sogro. Ao final do curso, Cavalcânti fugiu para o interior, condenando a moça um desfecho precoce e trágico.

O polo oposto à atitude sincera e desinteressada do intelectual livre pensador, representado por Policarpo Quaresma, é ocupado por verdadeiros farsantes arrivistas, como o Doutor Armando Borges. Ambicioso, pobre, mas médico, conseguiu se casar com a rica Olga Coleoni, fazendo uma escalada social cobiçada por muitos. O diploma de médico facilitou o matrimônio, pois Olga sempre desejou se casar com um bacharel, e a união com a rica herdeira lhe deu acesso à alta burguesia fluminense e aos conhecidos ricos e importantes do sogro. Além de angariar fama e fortuna, nas consultas e nos tratamentos caros, prolongados desnecessariamente, Armando Borges teceu relações importantes, através das quais foi conquistando posições de destaque, sem ter nenhuma ética profissional e nem vocação, no trato da vida humana. Se por um lado, inventava mil formas de prolongar a cura dos ricos,

numa conduta claramente antiética e criminoso, com os pobres, acontecia exatamente o contrário: eram atendidos com descaso, numa rapidez olímpica, “em meia hora, via trinta e mais doentes.” (TFPQ, 2005, p. 134). Republicano por cálculo e ambição, bajulador de políticos importantes, Armando Borges é o exemplo do profissional devidamente autorizado pela formação acadêmica ao exercício de suas funções, entretanto, o diploma era usado unicamente para atingir fortuna e *status* social, sem dar nenhuma contribuição ao enfrentamento dos problemas da sociedade. Para esse bacharel endinheirado e ambicioso, a aliança com o poder implicava a convivência com as prisões, deportações, fuzilamentos e demais atrocidades praticadas pela República, numa atitude de irresponsabilidade histórica e social, cuja premissa básica era o apoio interesseiro e incondicional às atrocidades republicanas. Falando de um ponto de vista válido para qualquer época, Edward Said (2005), destaca a impossibilidade de um compromisso intelectual pautado no espírito de análise e no julgamento crítico, quando se pertence a uma posição intelectual em que *se serve ao poder e ganham-se recompensas desse poder*. Isso porque, explica, Said: “Em tais situações, as tentações de bloquear o sentido moral, de pensar apenas do ponto de vista da especialização ou de reduzir o ceticismo em prol do conformismo são muito grandes para serem confiáveis.” (SAID, 2005, p. 90). Enquanto o conformismo bem recompensado enrijece o espírito crítico, Said defende que a principal tarefa do intelectual do século XX – ousamos acrescentar, imprescindível em qualquer tempo e sociedade –, é questionar e subverter o poder da autoridade, pontuar seus abusos, sempre de um ponto de vista que não relativize os erros de sua cultura ou grupo. Tal relativismo é uma tática perniciosa, definida por Said como uma *vergonhosa manobra intelectual*, na tentativa de defender o indefensável, isto é, os “erros nossos”, ao passo que os condena, veementemente, no outro. Portanto, o verdadeiro intelectual deve manter certos princípios de liberdade e de compromisso, relacionados a conceitos básicos de justiça humana – paz, reconciliação, diminuição do sofrimento –, não se abster de criticar os poderes instituídos, responsáveis, para o bem e para o mau, tanto pelos cidadãos como pelo estado de coisas. Sob esse prisma, o espírito de análise e o julgamento crítico, atitudes indispensáveis ao verdadeiro intelectual, devem ter como fim uma visão ética e moral da sociedade, dos poderes, de suas ações e implicações na vida de todos. Para esse tipo de intelectual, o exercício da fala e da escrita, longe de ser uma disputa vaidosa por “estar certo”, deve contribuir para a *mudança no clima moral*, “em que a agressão seja vista como tal, a punição injusta de povos ou indivíduos seja prevenida ou evitada, o reconhecimento de liberdades e direitos democráticos seja estabelecido como norma para todos e não, injustamente, para um punhado de eleitos.” (Ibid., p.102).

Embora fosse uma nulidade, no campo das ideias e da prática médica, Armando Borges, oposto do intelectual verdadeiramente ético, sabia do violento estado de coisas, implantado pela República militarista, e tratava de armar estratégias lucrativas, fazendo vistas grossas e apoiando todas as arbitrariedades das forças republicanas contra cidadãos indefesos, à medida que acumulava mais fama e ambição: “Mas médico de um hospital particular não dá fama a ninguém: o indispensável é ser do governo. [...] Queria ter um cargo oficial, médico, diretor ou mesmo lente da faculdade.” (TFPQ, 2005, p. 134). Para isso, era essencial apoiar o Governo, bajular a rede de protecionismos da qual se valia, enfim, firmar o pacto de convivência e de subserviência aos dominantes. Nos romances barretianos, figuras como Armando Borges, devidamente autorizadas ao exercício de sua profissão, como observa R. J. Oakley (2011), em algum momento de suas trajetórias, são compelidas ao uso da palavra escrita. Entretanto, tal exercício, oposto à atitude ética e moral apontada por Said, além de beneficiar unicamente aqueles que escrevem alinhados com os discursos dominantes, demonstra o sucesso comumente visto no país dos “sábios falantes de javanês”: o do arrivista, num sistema de *status* profundamente enraizado. Com Policarpo Quaresma, as coisas se processam de modo oposto, sem ambições políticas ou administrativas, o interesse do major pelo conhecimento e pelas coisas do Brasil vinha de *um sentimento sério, grave e absorvente*, do trabalho longo e silencioso e das décadas de estudo, anônimo e solitário, em sua vasta biblioteca. Sendo o oposto do arrivista e alheio ao sistema de vícios enraizados, todas as vezes que Policarpo Quaresma invoca a palavra escrita acaba sofrendo, na definição de Osman Lins (1976, p. 46) *o castigo pela culpa de agir*, reiterado e nunca pessoal. Por conseguinte, a escrita da petição, sugerindo a mudança do Português pelo Tupi-Guarani como língua oficial do Brasil, transforma Policarpo Quaresma em alvo da zombaria geral, causa de seu esgotamento psíquico, internação manicomial, depois, o exílio no sítio do Sossego. Lá, organiza uma vasta biblioteca sobre o manuseio da terra, a colheita e a produção, adquire modernos instrumentos climáticos, de aragem e cultivo das espécies, estuda, planeja e organiza a reforma agrícola do país. Mas todo esse arsenal de leituras, instrumentos e planejamento modernos, além de atrair a desconfiança dos chefes políticos do Curuzu, sucumbe diante da ação feroz e secular da pequena formiga saúva. De volta à Capital, no auge da violência promovida Exército republicano, durante a Revolta da Armada, Policarpo testemunha e participante da ferocidade dos confrontos, decide escrever uma carta ao Presidente denunciando as prisões e fuzilamentos ilegais. A partir de então, a escrita desencadeia o seu mais sombrio e definitivo final: julgado traidor da Pátria, é condenado à pena de morte por fuzilamento.

Enquanto Policarpo era punido por agir em favor de princípios éticos e morais legítimos, os artigos medíocres de Armando Borges, que nada tinha tinham de seu, eram bem recebidos, um trampolim a mais para o seu insaciável arrivismo. Na verdade, tais escritos – *O Cobreiro, Etiologia, Profilaxia e Tratamento ou Contribuição para o Estudo da Sarna no Brasil* – eram compilados de frases, de citações inteiras e de argumentos alheios, publicados nos jornais, graças à intervenção dos amigos da época da faculdade, que atuavam na imprensa. No conto de 1911, o Castelo, um comprovado mistificador esperto, aprendia rapidamente a usar a pobreza intelectual e moral dos figurões a seu favor, além do mais, apadrinhado por um Barão rico e por um Visconde, foi parar na Secretaria de Estrangeiros, e daí *um sucesso*: “Vejam só, um homem que sabe javanês – que portento!” (BARRETO, 2002, p. 30). E o desenrolar dos fatos segue no mesmo espírito de enganação, adesão sem críticas ao *status quo* e fama imerecida. Após a morte do Barão, o Castelo herdou uma boa quantia, *bem jantado, bem vestido e bem dormido*, e, sem nada ter acrescentado às notas pífias sobre a cultura e a língua javanesas, entrou para o seletto grupo dos letrados famosos. Chamado a escrever, publicou colagens de citações alheias e informações superficiais sobre a Literatura antiga e moderna de Java, no *Jornal do Comercio*, recebidas com a gravida de um importante estudo.

Não obstante as trapaças, o Castelo é uma figura divertida, ao contrário do médico Armando Borges, um tipo de pedante acinzentado, pelo qual não temos nenhuma nesga de simpatia. Sem o colorido alegre do Castelo, cuja energia teatral e picaresca, se não o exime de culpa pelas mentiras pregadas a torto e a direito, nos diverte, ao colocar os medalhões no centro do palco, expondo o avesso de seu pedantismo, com suas pretensões e falso conhecimento, figuras como Armando Borges não passam de tolos antipáticos e de maus bufões, esvaziados da ingenuidade sadia e reveladora, destacada por Bakhtin. Armando Borges sabia que o posto de medalhão tinha ritos elaborados e exigia a aprovação dos iguais. De acordo com essa mentalidade, falando com Sérgio Buarque de Holanda (1995), ascender à seleta camada dos *beati possidentes* – em latim, felizes os que estão de posse –, demonstra que a aquisição de conhecimento não é motivada por razões de intelecto ou de cidadania, mas unicamente para conferir atributos de aparente dignidade e distinção social. A passagem na qual Armando Borges encena a disciplina científica, um dos poucos momentos divertidos do romance, aparece no capítulo *O trovador*, e mostra como o charlatão manipulava uma plateia de embasbacados, satisfazendo as expectativas destes. Através das janelas da biblioteca da mansão Coleoni, repleta de livros científicos, os vizinhos se acostumaram a assistir uma cena curiosa: Armando Borges realizando as atitudes supostamente esperadas a um homem da

Ciência, aparecia, todas as noites, vestido num jaleco branco impecável, postura sóbria, livro aberto sob os olhos, espírito supostamente circunspecto, atitude de quem busca a solução para os males da humanidade. Entretanto, a verdade era bem outra. Com o foco narrativo posto sobre o médico, vemos surgir a figura histriônica e farsesca de um charlatão ambicioso, hábil apenas em barganhar seus princípios por cargos, sem nenhum talento profissional, que cochilava diante dos livros, incapaz de perceber o valor social daqueles escritos. Tentou espantar a preguiça e o sono com os livros da esposa – Goncourt, Anatole France, Daudet, Maupassant –, entretanto, no que configura uma belíssima defesa do imenso valor artístico e social da Literatura, o medíocre Armando Borges não compreendia “a grandeza daquelas análises, daquelas descrições, o interesse e o valor delas, revelando a todos a sociedade, a vida os sentimentos, as dores daqueles personagens, um mundo!” (TFPQ, 2005, p. 135). Mas era preciso iludir a si mesmo e à esposa, comenta o narrador, por isso teve a ideia de trocar o recheio dos livros científicos pelas novelas populares de Paul de Kock – romancista francês do século XIX, cujas narrativas eram consideradas exageradamente licenciosas e picantes, isto é, Literatura de marujos –, tomando o cuidado de manter as respeitáveis lombadas originais, bem à vista da curiosidade deslumbrada dos vizinhos. Tal como o Castelo, o divertido falso especialista em Literaturas e línguas malaio-polinésias, quanto mais Armando Borges mentia, arremedava supostos trejeitos de sábio, publicava artigos completamente insossos e bajulava gente poderosa, mais sua fama crescia, *ganhava notas e prêmios*, se tornava um medalhão.

Como indicam as bem-sucedidas trajetórias do médico charlatão e do “linguista célebre”, tais sociedades era um verdadeiro paraíso para “falantes de javanês”. Seguindo o Castelo, a sátira barretiana, na qual todos fingem um saber o que não possuem, ocupando funções para as quais não estão preparados, prossegue, na Europa, para onde o “linguista emérito” foi enviado como representante brasileiro, em um importante Congresso. Lá, publicou artigos medíocres, repetiu o conhecido truque de extrair trechos inteiros a compêndios e dicionários, enviou o mesmo texto a mais de um jornal, lançou sua biografia e foi homenageado em charmosos *petit comités*. Enfim, o Castelo havia alcançado a glória: Paris, Berlim, Turim, *Que delícia!* De volta ao Brasil, foi ovacionado por todas as classes sociais, recebido pelo Presidente da República e agraciado como Cônsul, em Havana. E como não era necessário ser verdadeiramente competente em nenhuma área do conhecimento para alcançar a glória, bastando apenas *colher a casca e a fraseologia*, tal como Brás Cubas, arremedar alguns trejeitos, contar com a indicação de padrinhos importantes, bajular e fingir, a exemplo do médico Armando Borges, o mistificador do conto finaliza apontando o horizonte infinito de possibilidades para aqueles que compreendem e aceitam as regras desse

sistema corrompido. Eis sua conclusão da mirabolante aventura: “– Olhe, se não fosse eu estar contente, sabes que ia ser? – O quê? – Bacteriologista eminente.” (BARRETO, 2002, p. 32), Quanto ao Doutor Armando Borges, era reverenciado nas melhores páginas dos jornais da Capital, “o operoso Doutor Armando Borges, o ilustre clínico, o proficiente médico dos nossos hospitais” etc., etc.” (TFPQ, 2005, p. 134) De acordo com R. J. Oakley (2011), Lima Barreto detectou esse sistema de *status*, marcado pela ascensão do arrivismo e pelo fetiche da erudição aparente como indicativo de talento individual verdadeiro, derivados da anarquia e da violência que marcaram a instauração da República brasileira. Nesse sistema de vale-tudo, com fortes turbulências políticas e sociais, apoiar o lado mais forte era a oportunidade certa para construir fortunas nebulosas e fabulosas, lucrando, ao mesmo tempo, com os escombros da antiga ordem imperial e com as benesses que a República facilitava ao seu grupo de poderosos apoiadores, dentre os quais figuravam remanescente das oligarquias agrárias, a burguesia industrial-financeira e os altos escalões do Exército Nacional. É o contexto ideal para o sucesso de arrivistas como Armando Borges e o funcionário público Genelício, *o grave e giboso Genelício*, segundo a observação irônica do narrador, *glória e orgulho do nosso funcionalismo público*, exemplos modelares da *síndrome javanesa*, expressão usada por R. J. Oakley para caracterizar a farsa da ascensão sem talento, delineada, de forma cristalina, por Lima Barreto, em narrativas como TFPQ, *O Homem que sabia javanês*, *Numa e a Ninfa* (1915), *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1917) e *A nova Califórnia*, cuja primeira edição é de 1979. Em tais narrativas, todas as personagens que espelham a *síndrome javanesa*, têm em comum a mesma adesão sem críticas ao poder, a consciência ética e moral suplantada pelas ambições materiais e o uso da palavra escrita em prol de uma visão individualista e materialista da dinâmica social. Enquanto Policarpo Quaresma representa o direcionamento idealista e desinteressado do saber, Castelo, Armando Borges e Genelício são antípodas da verdadeira ação intelectual e profissional, necessária para contribuir positivamente com a sociedade. Exemplos do *arrivismo profissional e da moleza intelectual*, destacados por Oakley como característicos da *síndrome javanesa*, são farsantes que ganharam espaços e cargos de destaque, em lugar de profissionais cujo conhecimento é fruto de um trabalho ético e dedicado.

Apesar de pertencerem a classes sociais diferente, Armando Borges e Genelício – um advogado suburbano, funcionário do Tesouro Nacional, casado por conveniência com Quinota Albernaz –, agem guiados pelo mesmo individualismo e ambição perniciososa que os leva a apoiar e a bajular os responsáveis pelo estado de violência desenfreada e corrupção, instaurado pela República militarista, embora ambos tenham a exata consciência de todo o

terror físico e psicológico, perpetrado em nome de uma suposta ordem democrática, que não chega a acontecer. Enquanto *o tempo era de morte e carnificina*, Armando Borges, com sua *ferocidade interesseira*, “trabalhava para aproveitar os despojos da vitória; não perdia um minuto, andando atrás de um e de outro” (TFPQ, 2005, p. 204). Quanto ao Genelício, apoiava incondicionalmente o Governo Federal, mesmo sem ter nenhuma forte convicção política, somente porque mirava o cargo de subdiretor do Tesouro, e deste, ao cargo de diretor: “O Governo tem sempre razão. Passe bem.” (Ibid., p. 202-203). Desse modo, sem qualquer prurido ético, construía a carreira aos saltos, bajulando qualquer superior que lhe facilitasse a vida, submisso e inescrupuloso, desacreditava os colegas somente para prejudicá-los, numa eventual disputa por cargos. Pondo em prática a regra da autopropaganda – brilhantemente detalhada na *Teoria do medalhão* –, mandava publicar discursos sensaborões, dedicados a pessoas ricas, ou lidos em almoços, reuniões e até em velórios, e os textos eram sempre os mesmos, alterando apenas a data e o nome do homenageado. De acordo com a visão barretiana, as atitudes do charlatão arrivista, ligadas ao contexto político e moral da nova República eram a forma mais certa de atingir sucesso, fama e mudar de classe social. Em outras palavras, o sucesso de tipos como esses revela que ser ética e moralmente indigno se firmava como regra geral da nova casta que ascendeu com a República, dominou as letras, a política, o funcionalismo, público e os altos escalões da vida nacional. A grande lucidez e a perspicácia de criações como as que vimos aqui demonstram como as coisas se desenvolvem trágica ou venturosamente, de acordo com a forma como cada um se posiciona, em relação aos poderosos e aos valores comumente aceitos, ainda que determinadas escolhas impliquem em graves injustiças e num sistema de *status quo* baseado no pacto de conivências, e não em virtudes intelectuais ou na conduta moral e ética relevantes.

Vimos as inclinações de uma sociedade na qual, a exemplo de Policarpo Quaresma, ser um livre pensador, um intelectual dissidente conduz a um desfecho sombrio, condenando a existência de tais figuras ao esquecimento, como párias da história. Por outro lado, quem tem o dinheiro, o poder, o *status* acadêmico e social a seu favor, tem prioridade, no exercício das funções prestigiadas. Dentro desse quadro, destacam-se o oligarca argentário e o burguês arrivista, ambos farsantes da verdadeira atividade intelectual. Com isso, o povo continuava à margem de qualquer mudança sócio-histórica. E como os princípios indicam não ter mudado, apenas os atores, rindo disso tudo, debochando ou através da cortante ironia, surge a crítica de Machado de Assis e de Lima Barreto à ascensão social a qualquer custo, à mediocridade e à postura arrogante, pondo de lado a inteligência, a formação sólida e a análise lúcida, essenciais para o equilíbrio social. Como esperamos ter demonstrado, o infeliz resultado dessa

inversão de valores foi o sucesso de famílias ricas e prósperas, sem nenhum comprometimento com as necessidades do povo, a ascensão do arrivista e a prática geral da conivência com o poder. E nada disso deveria ser um valor ou um ideal de vida em sociedade.

2.2 UM BRASIL EM DUAS VERSÕES: O MORRO E OS CAFUNDÓS

“Era a primeira vez que as duas iam ao morro do Castelo. Muita gente há no Rio de Janeiro que nunca lá foi, muita haverá morrido, muita mais nascerá e morrerá sem lá pôr os pés. Nem todos podem dizer que conhecem uma cidade inteira.” (Machado de Assis, *Esau e Jacó*, 2011, p. 19)

“Olhei com tristeza as casas do mangue, as da ‘Cidade Nova’ nas ruas transversais; as do morro da Favela, eu apenas entrevia. Pensei de mim para mim: por que não se acabava com aquilo? Seria necessário aquele *repoussoir*, para afirmar a beleza dos bairros chamados *chics*?” (Lima Barreto, 2010, *O poderoso Dr. Matamorros*, p. 01)

O morro do Castelo para onde seguem as irmãs Natividade e Perpétua – figuras do romance machadiano *Esau e Jacó*, lançado em 1904 –, em busca das previsões da famosa cabocla do Castelo, foi um importante marco de fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, sede do Governo colonial, e do Brasil republicano, até 1960, quando Brasília foi declarada Capital Federal. A história do povoamento do Castelo, a partir de 1567, durante o Governo Geral de Mem de Sá, até a completa demolição, em 1921, sob o comando do prefeito Carlos Sampaio, comprovam como o traçado urbano da antiga Capital imperial e republicana caminhou lado a lado com a ação de grupos poderosos, diretamente ligados ao latifúndio, à escravidão e, no republicanismo, ao capital industrial-financeiro. Em seus múltiplos aspectos, essa paisagem urbana, moldada por remanescentes do passado e pela dinâmica que os novos grupos de poder imprimiram à Capital, e ao Brasil, serve de ambiente para os conflitos existenciais e sociais das figuras das MPBC e do TFPQ, cujas narrativas abrangem, respectivamente, dos anos de 1805 até 1869, com a morte de Brás Cubas, e o turbulento período inicial da República brasileira, nos anos finais do século XIX. Considerando a importante relação entre as personagens, seus destinos e os ambientes sociais, culturais e históricos concretos, que contribuem para caracterizá-las humana e historicamente,

percorramos, em breves notas, o panorama urbano da cidade do Rio de Janeiro, ao qual os romances indiretamente aludem.

No início do século XIX, a São Sebastião do Rio de Janeiro – sede do Governo da Coroa lusa – era um ambiente tacanho, entre poirento ou com lama, a depender da estação, infestado de mosquitos, com ruas sujas, cheias de lixo, atestando um quadro desolador de moléstias e de mau cheiro, em franco contraste com a belíssima paisagem natural que emoldurava a cidade. De acordo com Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Starling (2015), a sede da Colônia portuguesa, na América, se resumia a quarenta e seis ruas de terra batida, abertas sem planejamento, desniveladas, poirentas, na estação seca, cobertas de lama, durante os períodos de chuva, cheias de poças, brejos e mangues, com quatro travessas, seis becos e dezenove campos, limitada pelos morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição. Durante o período colonial, quase tudo o que acontecia na cidade do Rio era reflexo dos interesses da Metrópole, por exemplo, o aumento da população, as mudanças na infraestrutura e no ambiente socioeconômico do famoso morro do Castelo, escolhido pela localização estratégica e pela beleza natural, como sede da fortaleza de Santiago, construída, no século XVI, para a morada de governadores e funcionários da administração portuguesa. Apesar de ser o polo socioeconômico, administrativo e cultural mais importante do Brasil colonial, o Rio vivia em estado de modorra, apelidado pelos viajantes estrangeiros de “cidade da morte” e de “porto sujo”, devido às epidemias e à falta de higiene, e só viveria uma primeira e significativa fase de mudanças, em 1808, com a chegada da Corte portuguesa. Para a importância assumida a partir de então, a cidade logo se mostrou completamente despreparada, por isso, como parte da logística administrativa, d. João fundou a Imprensa Régia, destinada à publicação dos decretos e leis reais, de documentos, livros e da *Gazeta do Rio de Janeiro* – o primeiro jornal impresso do país. Além de aparatar a nova sede do Império luso com os órgãos administrativos necessários, o príncipe regente autorizou a abertura dos portos às nações amigas, sendo a Inglaterra a grande beneficiada, numa ação que ampliou o comércio fornecedor de produtos a outros “amigos”, em uma época de proibições expressas ao desenvolvimento da indústria nacional. Antes disso, na passagem por Salvador – parada dos migrantes reinóis antes da chegada ao Rio de Janeiro –, d. João concedeu a licença para a criação da Escola de Cirurgia, sediada no Hospital São José, e para a Escola Anatômica e Médica do Hospital Militar e da Marinha do Rio de Janeiro. Além da Escola de Medicina, recebida com entusiasmo pela elite local, dispensando a necessidade do costumeiro envio de seus herdeiros, homens, às universidades portuguesas, outra medida joanina, em prol das boas relações, foi a concessão de títulos de nobreza, na tentativa de amenizar o desconforto,

causado pelas expropriações das ricas moradias e propriedades, destinadas a acomodar os quase cinco mil recém-chegados. Seguiram as mesmas diretrizes o Horto Botânico, inaugurado em 1811, com o objetivo de coletar e realizar experiências com espécimes da flora brasileira, considerados exóticos pelos pesquisadores europeus; o Real Teatro de São João, aberto, em 1813, para receber artistas locais e estrangeiros; em 1814, a Real Biblioteca foi apresentada ao público; iniciaram suas atividades, em 1816, a Escola de Ciências, Artes e Ofícios e o Museu Real, com fins a estimular o estudo da fauna e da flora nativas. Em síntese, a cidade fervilhava, nas palavras de Schwarcz e Starling (2015, p. 177), o Rio era: “de fato uma aldeia sonolenta, que foi acordada pela chegada da corte.” Até aqui, como é claramente perceptível, as medidas joaninas tinham como finalidade organizar e acomodar, de modo o mais confortável possível, a Corte e a administração portuguesas, transplantadas às pressas para o Brasil. Eram também um aceno de boa convivência para a classe abastada brasileira, irritada com as exigências dos reinóis, ao mesmo tempo, envaidecida com a presença da até então distante monarquia lusa.

A segunda estação de grandes mudanças viria a partir dos últimos anos do século XIX, junto com a República. O romance *Esau e Jacó* é ambientado no exato período de transição do Império ao Governo republicano, marcado por crises políticas, instabilidade socioeconômica, transformações nos modos de vida da cidade, quando o morro do Castelo enfrentava ocupações desordenadas, sem nenhuma interferência ou planejamento por parte das autoridades, certamente por isso, um lugar, como destaca o narrador do romance, que muitos morreriam sem conhecer. De antiga fortaleza colonial, o íngreme morro do Castelo, agora, encabeçava a lista dos problemas condenados pelas classes emergentes: escassez de água potável, lama, falta de rede de esgotos e de coleta de lixo, ou seja, na contramão das exigências de seus antigos moradores ricos, que abandonaram o lugar, em direção a bairros “mais higiênicos”, tanto na infraestrutura quanto em relação à classe social dos moradores, como São Cristóvão, Botafogo, Catete e Flamengo. Na cena de abertura do romance *Esau e Jacó*, junto com os motivos da visita de Natividade à cabocla – saber as predições acerca dos filhos pequenos Pedro, futuro monarquista, e Paulo, que se declararia republicano –, o narrador revela uma nesga do movimentado painel social castelense. Era o oposto da imponente burocracia lusa, que habitou o Castelo, dos séculos XVI ao XVIII: “A manhã trazia certo movimento, homens, mulheres, crianças que desciam ou subiam o morro, lavadeiras e soldados, algum empregado, algum lojista, algum padre [...] ‘Você quer ver que elas vão à cabocla?’” (ASSIS, 2011, p. 19). Mais adiante, arrematando a cena dos dois observadores, o narrador machadiano ilumina as constâncias risíveis do caráter humano: “E

ambos pararam à distância, tomados daquele invencível desejo de conhecer a vida alheia, que é muita vez toda necessidade humana.” (ASSIS, 2011, p. 19).

Ao longo das décadas, com a progressiva mudança do perfil socioeconômico dos habitantes, o morro do Castelo e sua população foram sendo vistos como um gigantesco monte de problemas, malcheiroso, fonte de miasmas e de maus costumes, encravado em uma das áreas mais valorizadas da cidade, na contramão do projeto urbano e de sociedade da República, inspirado na Paris *belle époque* do Barão de Haussmann, cujo ponto alto foi a construção da Avenida Central, inaugurada em 1904. Entretanto, para levar a cabo as reformas republicanas, antes, era preciso destruir as velhas construções – herança da antiga ordem imperial. Nesse ponto, interesses econômicos, políticos e os valores da burguesia ascendente – deslumbrada pelo modelo de vida cosmopolita da Paris de finais do século XIX – convergiram para o desmonte do Castelo, agravando a marginalização e as precárias condições de vida de seus moradores. No século XIX, toda a área em volta do morro do Castelo era o epicentro do comércio, da cultura e da política da época. O local concentrava um grande número de atividades e, quem por lá andasse, era obrigado a disputar espaço com mais de cento e cinquenta lojas, aglomeradas em um grande edifício, projetado pelo famoso arquiteto francês Grandjean de Montigny, além de barracas de produtos os mais variados – armarinhos, mascates, vendedores de cabritos e porcos, ervanários, curandeiros, comerciantes de animais exóticos, a exemplo de jacarés e macacos. Transitando por esse frenesi barulhento e multicolorido, havia uma verdadeira multidão de frequentadores, locais e estrangeiros, que alimentava o comércio, as rodas de conversa e a balburdia do lugar. Apesar de todo esse fragor comercial e cultural, o Governo e as elites econômicas, desde a Independência, em 1822, não viam com bons olhos o Castelo e suas atividades, tidos como um monumento grotesco de sujeira, foco de doenças, retrocesso e vadiagem – nome dado pelas autoridades ao desemprego. O escritor Joaquim Manuel de Macedo, tal como Machado de Assis e Lima Barreto, um analista famoso do cotidiano do Rio, registrou a progressiva marginalização do morro do Castelo e de seus moradores:

À medida que corriam os anos [século XVII], iam os habitantes da nova cidade do Rio de Janeiro abandonando o morro do Castelo e edificando suas casas na planície, de modo que, dentro em pouco, estava aquele reduzido a um deserto. Por outro lado, despovoando-se o morro do Castelo, principiaram a aparecer ali com facilidade latrocínios e insultos que chegavam até ao sacrilégio. (MACEDO, 2005, p. 459)⁴⁸

⁴⁸O trecho pertence a *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, livro originalmente lançado, em dois volumes, nos anos de 1862-1863.

Apesar da completa falta de infraestrutura, o Castelo não ficaria desabitado por muito tempo. Em época de escravidão e de relações sociais baseadas na dependência econômica, a pobreza, o grande deficit habitacional, a escassez de atividades remuneradas, os obstáculos não solucionados pela Abolição, que tornaram um imenso desafio a transição socioeconômica para os libertos e os pobres, a imigração nacional e estrangeira, somados todos esses fatores, a paisagem social do Castelo logo seria reconfigurada. Segundo revela o narrador de *Esau e Jacó*, em finais do século XIX, era, agora, um painel social composto por gente simples – lavadeiras, soldados, algum lojista, empregados, padres –, moradores de cortiços, imigrantes e libertos. Em síntese, um imenso contingente populacional vivendo completamente abandonado e à clara luz do Governo e dos setores influentes da sociedade da época. Para os defensores do desmonte do Castelo, essa enorme parcela social era, na verdade, um dos entreves para o desenvolvimento da cidade e do país, e não vítimas de um modelo social excludente, por conseguinte, parte incontornável da solução para os problemas brasileiros. Com base no argumento de expulsar a pobreza para solucionar as deficiências do país, tendo em vista a Europa, ao longo do século XIX, as campanhas sanitaristas e econômicas contra o Castelo foram se acirrando, e apontavam para o mesmo e esperado desfecho: de um lado, os que viam o lugar, sua configuração desordenada, população humilde e maus odores como a prova do nosso atraso, comprometendo a saúde e o progresso da mais importante vitrine política, econômica e cultural brasileira; e, por outro aspecto, a localização privilegiada do morro do Castelo ataçava cada vez mais a cobiça imobiliária. Entre justificativas higienistas, que apelavam para a necessidade de saneamento urbano, questões de saúde, melhor ventilação da cidade, modernização da infraestrutura, e motivações econômicas, ambas com resultados desastrosos para os castelenses, o morro começou a ruir. Em 1904, veio o primeiro desmonte, na gestão do prefeito Pereira Passos – apelidado o Haussmann tropical, e de bota-abaixo, pela série de demolições que empreendeu –, por fim, em 1921, o arrasamento completo. O *Arquivo da Cidade* (2002) traz a lista das perdas inestimáveis para a memória histórico-cultural fluminense e brasileira: a antiga fortaleza de Santiago; a Igreja e o Colégio dos Jesuítas, onde viveram os padres José de Anchieta e Manuel da Nóbrega, e estudaram, entre outros, os poetas árcades Cláudio Manuel da Costa e Alvarenga Peixoto; o Seminário de São José; a Igreja de São Sebastião; o Hospital São Zacarias. Também vieram abaixo a Faculdade de Medicina; o Telégrafo; a cadeia; o calabouço; o Observatório, além das casinhas e cortiços humildes dos cerca de quatro mil moradores, destruídas pela ação modernizante das marretas, picaretas, martelos e jatos d'água municipais. De suas terras, surgiram a Avenida Beira-mar e a sequência da Avenida Beira-rio. Na voz sensata de Lúcio Costa, foi uma “demolição feita

com desamor e sem os cuidados que, no caso, se impunham.” (COSTA, 2002, p. 29). Nessa nova configuração, a pobreza, impedida de frequentar o centro do Rio, foi, progressivamente, marginalizada, compelida a buscar refúgio nas zonas distantes da cidade. O desemprego, tratado como crime de vadiagem e andar descalço pelas novas alamedas da Avenida Central poderia render, ao infeliz despossuído, algumas noites na prisão.

Atuando na imprensa à época, Lima Barreto desferiu reiterados ataques contra o Governo e a destruição do morro do Castelo, entre outros motivos, pela desumanidade das ações e por desconsiderar as graves e evidentes consequências sociais da empreitada: “Para melhorar um tão doloroso estado de coisas, a prefeitura põe abaixo o Castelo e adjacências, demolindo alguns milhares de prédios, cujos moradores vão aumentar a procura e encarecer, portanto, ainda mais, as rendas das habitações mercenárias” (BARRETO, 1956d, p. 39)⁴⁹. Conduzido nesses termos, o desmonte do Castelo acabou empurrando a grande maioria de seus habitantes para os morros vizinhos da Favela e do Salgueiro, e demais áreas insalubres e abandonadas da Capital. Muitas dessas figuras, típicas da paisagem urbana do Rio, cujas histórias de vida foram, em grande parte, resultado de princípios socioeconômicos bastante agressivos e elitistas, forneceram um material rico e vasto para a ficção de Machado de Assis e de Lima Barreto, no que se refere a esses e outros embates, travados no campo histórico concreto. Analista arguto, Machado de Assis viu com desconfiança e ceticismo essas e outras modernizações unilaterais e centralistas. Metódico, discreto e apegado demais à tranquilidade doméstica para se aventurar em incursões noturnas ou pela agitada boêmia fluminense, no *Memorial de Aires*, lançado em 1908, o mais confessional dos romances machadianos, o Conselheiro Aires destaca a sobriedade e a cautela, tantas vezes atribuídas a seu criador, com que recebeu, um dos eventos mais importantes do século XIX – a Lei de 13 de maio de 1888:

Um conhecido meu, homem de imprensa, achando-me ali, ofereceu-me lugar no seu carro, que estava na Rua Nova, e ia enfileirar no cortejo organizado para rodear o paço da cidade, e fazer ovação à Regente. Estive quasi, quasi a aceitar, tal era o meu atordoamento, mas os meus hábitos quietos, os costumes diplomáticos, a própria índole e a idade me retiveram melhor que as rédeas do cocheiro aos cavalos do carro, e recusei. [...] Disseram-me depois que os manifestantes erguiam-se nos carros, que iam abertos, e faziam grandes aclamações, em frente ao paço, onde estavam também todos os ministros. Se eu lá fosse, provavelmente faria o mesmo e ainda agora não me teria entendido... Não, não faria nada; meteria a cara entre os joelhos. (ASSIS, 1908, p. 55)

⁴⁹O trecho foi tomado à crônica *Variações...*, publicada em *Marginália*, 14/01/1922.

Apesar do comportamento diplomático e discreto, bastante semelhante ao perfil do Conselheiro Aires, através do cronista de *Bons dias*, o escritor revelou o velho hábito de perambular pela cidade⁵⁰, observando cada detalhe dos costumes, da vida urbana e suas figuras, que muito revelavam sobre os conflitos do tempo, tomando da matéria bruta qualquer substância para suas finíssimas reflexões. No *Memorial de Aires*, o escritor reafirma a íntima ligação com o velho Rio imperial: “eu amo a minha terra, apesar das suas ruas estreitas e velhas.” (ASSIS, online, 1994e, p. 41) Por sua vez, Lima Barreto, encarnando a figura do intelectual rebelde, *habitué* desde a charmosa rua do Ouvidor até os ambientes de reputação duvidosa, entretanto, divertida, como o badalado Café Papagaio⁵¹, declarou ser um “homem das multidões” (BARRRETO, 2018, COB, p. 01), afetado pela *mania ambulatória* de seguir o pulsar da cidade, atento às suas constâncias históricas e às alterações, trazidas pela Abolição e pela República. Tanto em Machado de Assis como em Lima Barreto, esse perambular criativo se mostra na lucidez com que ambos os escritores perceberam a dinamicidade interna, em seus diferentes aspectos, da condição social, política e cultural do Brasil, tematizada por Machado na tática ambivalente e corrosiva do *morde e sopra*, como define Alfredo Bosi (2006, p. 287), enquanto Lima optou por disparar suas críticas diretas pelos jornais e pela Literatura, angariando desafetos, na imprensa, nas letras e na política. Usando o sentido que o filósofo Giorgio Agamben confere ao termo contemporâneo, a posição crítica afiada e na contramão dos entusiasmos sem olhar crítico deixam claro que Machado e Lima foram escritores contemporâneos de seu lugar e tempo histórico. Para Agamben (2009), ser contemporâneo é ter uma atitude de acerto de contas e de tomada de posição diante do presente, um lugar próprio àqueles que não se sujeitam à euforia da mentalidade comum, encarando como um defeito e como um mal exatamente as coisas das quais todos se orgulham. Retomando ideias de Nietzsche, Agamben fala acerca da necessidade de enxergar a face obscura da própria época, escondida sob as falsas luzes do progresso, como garantia de uma experiência crítica com base na atualidade do contemporâneo, mais especificamente, uma atitude de desconexão e de dissociação. Em consequência disso, o sujeito verdadeiramente contemporâneo nunca está adequado às pretensões de seu tempo. É necessário, pois, tomar distância para ver a sua época exatamente como esta é, e não como aparenta ser. Por conseguinte, Agamben define a contemporaneidade como: “uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais

⁵⁰Crônica de 21 de janeiro de 1889.

⁵¹Sobre Café Papagaio, ver nota de rodapé, na página 39, deste estudo.

precisamente, é essa relação com o tempo que a este adere *através de uma dissociação e um anacronismo*” (AGAMBEN, 2009, p. 59).

Apesar da consciência de viver em um tempo composto de fraturas, acrescenta Agamben, o sujeito contemporâneo não renuncia a seu presente, indo buscar conforto para sua consciência atormentada na nostalgia do passado ou num futuro que não se sabe como, de fato, será. O contemporâneo é um lugar de cisão e também de sutura, no qual os tempos se conectam para trazer à luz o ponto de origem do que nos tornamos, e o futuro que estamos construindo – algo que a consciência essencialmente contemporânea deve reconhecer. Em síntese, a concepção de Agamben ressalta a condição de entrelugar, própria ao sujeito contemporâneo, a partir da qual é possível a esse sujeito detectar as consequências sombrias das escolhas coletivas, presentes no bojo de cada processo histórico. Em alguns casos, uma consciência crítica de voz premonitória, cujos alertas põem em suspeita a origem, o presente, o futuro e a *febre de história*. Nesse sentido, ser contemporâneo de sua época significa encarar honestamente o agora, pondo de lado os entusiasmos sem crítica, em prol de uma experiência com o tempo que deve servir de alerta ao futuro sobre o preço a ser pago por nossas ações e escolhas presentes.

Acreditamos ser dessa condição contemporânea, e através dos recursos que a ficção disponibiliza para expor o que escapa ao olhar comum ou às consciências adormecidas pela *febre de história*, que Machado e Lima exploraram desde as cenas mais banais da paisagem cotidiana fluminense e seus frequentadores, passando pelos incógnitos do caráter humano até os complexos processos históricos, políticos e culturais do Brasil. Muito atuantes, nas letras e na imprensa, ambos os escritores se mostraram desconfiados em relação a ideias caras a grande parte da intelectualidade de finais do XIX. Esse era o momento em que grupos significativos celebravam os pressupostos da Ciência racial europeia, a Abolição sem reparação e o republicanismo de viés positivista e militar como bases para a suposta refundação nacional, nos ditames das modernas democracias norte-americana e europeias. Seguindo o argumento de Roberto Schwarz (1987), Machado foi o ponto fora da curva entre os resquícios da voga indianista, o localismo romântico e o descritivismo naturalista. Em *Instinto de Nacionalidade* (1873), o escritor chamou a atenção dos primeiros para o fato de tudo servir como matéria poética, desde que possuísse as condições do belo, e não apenas o elemento indígena, tão esfaldado por décadas de exploração literária. Na via oposta aos românticos, formulou a experiência do nacional através de uma relação muito mais profunda com seu tempo e lugar do que, nas suas palavras, a *doutrina absoluta* da cor local permitia ir. Sem abandonar a tradição literária que o precedeu, Machado elaborou outras respostas à

experiência da brasilidade, não se limitando às consagradas exaltações da natureza local e dos tipos autóctones. A partir dessa posição, o escritor ficou livre para desnudar o cerne de como as camadas dominantes brasileiras, sob a máscara da dissimulação e das ambições – ambas universais – protegeram e desfrutaram de seus privilégios. Brasileiro, *desta espécie interior*, como define Roberto Schwarz (1987, p. 166), Machado sentiu a inadequação da técnica dos escritores naturalistas, que tudo submetia ao descritivismo determinista-sociológico, avesso às ambivalências, às sutilezas e até mesmo à ironia de que são compostos os destinos humanos, aspectos cujo realce o escritor conferiu através de camadas condensadas de nossa experiência humana e nacional.

Voltemos à experiência do olhar crítico contemporâneo em Machado, posto sob a Abolição, um dos episódios mais importantes da história política e social do Brasil, cujos resultados manteriam, sob diversas configurações, a acirrada hierarquia socioeconômica e étnico-racial brasileira. Através da crônica de 19 de maio de 1888, publicada na série *Bons dias*, encontramos o descrédito machadiano aos alegados motivos cristãos e humanistas que levaram ao fim do escravismo. Reconstituamos o contexto: compreendendo ser inevitável a assinatura da Lei Áurea, o dono de Pancrácio, um jovem escravizado de dezoito anos, decide conceder a alforria ao rapaz, poucos dias antes do 13 de maio. O anúncio é feito durante um jantar para os mais íntimos, afinal: “perdido por mil, perdido por mil e quinhentos”. (ASSIS, online, 1994f, p. 06). Porém, logo veremos que tanto o jantar quanto a alforria são motivados por ambições políticas e pelo desejo de propaganda moral. Durante a reunião, o lugar servil de Pancrácio, alegado beneficiário do evento, permanece sem alterações: ele serve o grupo, espera as ordens do dono, e sequer é chamado à sala para o anúncio de sua alforria, feita entre lágrimas e aplausos dos comensais, diante das alegadas virtudes cristãs e humanitárias do anfitrião. Ouçamos o suposto benfeitor de Pancrácio:

[...] levantei-me eu com a taça de champanha e declarei que, acompanhando as ideias pregadas por Cristo, há dezoito séculos, restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia a que a nação inteira devia acompanhar as mesmas ideias e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus, que os homens não podiam roubar sem pecado. (Ibid.)

Enquanto o dono apela aos supostos valores da sociedade, como a religião e a fraternidade universal, insustentáveis ao julgamento das ações práticas do grupo que ele representa, entre Pancrácio e os convidados paira a mesma distância que se revelaria entre a Lei da Abolição e a liberdade efetiva: à espreita, do lugar reservado ao elemento servil, Pancrácio ouve a notícia, corre até o dono e se atira aos seus pés. No dia seguinte ao jantar,

era um homem livre, entretanto, nada mudaria, de fato, na vida dele. Nascido no cativeiro, certamente analfabeto, desassistido social, econômica e politicamente, vítima da mentalidade racista senhorial da época, quais seriam as reais opções do Pancrácio liberto? Sem alegar os motivos, ele decide continuar na casa do ex-dono, se não foi aumentar a população dos morros e cortiços, acabou permanecendo como agregado da casa, sob os costumeiros espancamentos e humilhações normatizados pela escravidão. Entre uma parca remuneração, safanões, pontapés e gritos de *besta* e *filho do diabo*, tudo acabaria exatamente igual para Pancrácio, mantidos os pilares do escravismo, ou seja, a dependência socioeconômica, o preconceito racial e a exploração, enquanto, na esfera política, as elites buscavam manter sua influência política, diante do novo cenário que se descortinava. O contraste entre os princípios alegados e a motivação da alforria é revelado pelo próprio dono de Pancrácio, na conclusão do episódio: “o meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes da abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo [...]” (ASSIS, online, 1994f, p. 07). Em suma, o episódio é a síntese nítida do catastrófico quadro histórico pós-Abolição, no qual, um Pancrácio livre estava longe de romper os obstáculos da sociedade racial hierárquica, e a defesa abolicionista, feita por representantes da elite brasileira, figurava como um espetáculo político de retórica vazia, com o objetivo de agradar o exigente tabuleiro das relações diplomáticas e econômicas com a Europa.

Não obstante a crônica de 19 de maio de 1888 revele a crítica de Machado à abolição como a passagem de um método de exploração servil a outro, e a Lei de 13 de maio como um *não-acontecimento*, Sidney Chalhoub (1990) chama a atenção para outras pistas, disseminadas pelo escritor acerca não apenas das continuidades, mas também das rupturas desencadeadas pelo fim do escravismo. Sob essa perspectiva, a recepção esfuziante de Pancrácio, prorrompendo em lágrimas e agradecimentos aos pés do ex-proprietário, seguida de sua escolha resignada em permanecer na casa, sujeito aos rotineiros maus tratos e a uma remuneração miserável, funcionam como um recurso cômico, usado por Machado de Assis para desdenhar dos abolicionistas de fato consumado, aqueles que insistiam tão somente em festejar a abolição geral, sem atentar para outras questões, tão importantes quanto a liberdade. A configuração também ironiza a falência em manter o antigo sistema de relações de poder senhoriais, destacadas na postura submissa, risível e pouco realista de Pancrácio: “– Oh! meu senhô! Fico.” (ASSIS, online, 1994f, p. 06). Nesse sentido, para Sidnei Chalhoub, a benevolente aceitação da vida tal como sempre fora, encarando a liberdade como a continuação, sob nova roupagem, do velho cativeiro, simboliza o posicionamento cômico de

um *negro de mentirinha*, improvável dentro de uma ordem histórica que caminhava, de forma irreversível, para a falência da política de domínio do elemento servil centrada unicamente nas mãos dos senhores. Além disso, os próprios negros assumiram papel ativo nas lutas pela liberdade. Assim como Pancrácio havia *crecido imensamente*, os negros também estavam cada vez mais se rebelando, mais fortes contra a escravidão, acrescenta Chalhoub, um protagonismo aludido por Machado, nesta fala do ex-senhor: “... – Um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo; tu crescestes imensamente. Quando nasceste, eras um pirralho deste tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos...” (ASSIS, online, 1994f, p. 06). Dessa forma, se o antigo dono de Pancrácio reconhecia que ele havia se tornado mais alto e mais forte, por sua vez, a classe senhorial escravagista tinha conhecimento de sua progressiva perda de força, embora tentasse, a todo custo, retardar a lei final da Abolição.

A crise entre a classe escravagista e o Governo, e entre abolicionistas e contrários à Abolição teve capítulos longos e acirrados, que passaram pela proibição do tráfico de pessoas sequestradas na África, outorgada com a Lei Eusébio de Queirós, em 1850, a Lei do Ventre Livre, de 1871, a Lei dos Sexagenários, de 1885, e pelo contínuo aumento de fugas, apoiadas por grupos abolicionistas, com a participação direta de libertos. Todos esses eventos atuaram em conjunto para a gradativa perda de forças dos escravocratas, tanto no campo político quanto na esfera das relações com o alforriado. A análise de Sidnei Chalhoub se mostra fecunda, na medida em que explora a participação ativa do escravizado no processo de enfretamento da máquina escravista, em prol de sua liberdade, e não apenas como um elemento passivo, mero beneficiário da atuação de setores livres da sociedade. Sem negligenciar as mudanças e rupturas inerentes a todos os processos históricos, as instituições e a própria mentalidade social, formadas sob quase quatro séculos de escravidão, obviamente, não mudariam pela promulgação de uma lei. É fato que, ao negligenciar as profundas carências derivadas da condição servil, o contexto pós-Abolição reafirmou as muitas formas de violência cometidas contra o negro. Talvez por isso, quando constatado ser ele maior quatro dedos do que o dono, Pancrácio, mostrando conhecer o chão histórico, responde: “– Artura não qué dizê nada, não, senhô...” (Ibid.) A Abolição geral se dera, os cativos percorreram um caminho longo e lancinante de embates pela liberdade, o poder do dono havia sido abolido oficialmente, no entanto, como um *não-acontecimento*, ou melhor, como uma liberdade por concluir, esse novo panorama reafirmou mazelas antigas e criou outras tantas para os libertos e seus descendentes.

Diante da vida concreta, a ficção sempre encontra caminhos próprios para trazer à luz o que escapa ao reducionismo e ao senso comum, contra os quais ressoam as experiências humanas, filosóficas, morais e artísticas do escritor. Sob muitos aspectos, os itinerários imaginativos apontam para os limites que cada autor de ficção estabelece, na relação entre a vida e a obra – ora em fronteiras difusas, como é o caso de Lima Barreto, ora mesclada, quase ao modo de enigmas, nas múltiplas camadas do universo ficcional, a exemplo do estilo de composição elaborado por Machado de Assis. Citando Leonor Arfuch (2010), lançar luzes sobre a questão de como o escritor sombreia seus egos e mundos imaginários com as nuances de sua própria existência passa longe da perseguição detetivesca, e completamente ultrapassada, pelo autor, *emboscado em seu próprio texto*, quando o mais profícuo é atentar para o fato de que a combinação de palavras nunca é um processo arbitrário. Sob esse ângulo, “toda literatura escrita é autobiográfica, na medida em que participa desse plano concreto, não por aglutinar convencionalmente um conjunto de tropos, mas por compartilhar, mesmo sem confessar, medos, paixões, obsessões e fantasias.” (ARFUCH, 2010, p. 233). Na prosa de ficção barretiana, esse compartilhar, muitas vezes, aparece como uma confissão quase direta da vida do escritor, com a mesma relevância dos processos imaginativos, no intuito assumido de despertar a solidariedade e a consciência crítica de seu leitor para um mundo onde os destinos dos mais vulneráveis, geralmente, sucumbem às circunstâncias históricas, em detrimento das qualidades morais e intelectuais do ser. Para Lima, caso o leitor decida enfrentar esse mundo, optando por estar do lado dos que sofrem, deve assumir o compromisso de solidariedade para com estes, vendo as mazelas do outro com uma sensibilidade que assume posições e atitudes diante do mundo. Por conseguinte, a sua opção por uma Literatura repleta de tipos marginalizados – prostitutas, alcoólatras, gente pobre, suburbanos, vítimas do preconceito racial e tantas outras experiências dolorosas –, em sua humanidade sofrida, tipos cheios de frustrações, esmagados por engrenagens movidas pela ganância, alheias aos sofrimentos dos mais frágeis. A articulação entre a defesa de uma convivência social solidária e as experiências pessoais aflora na vida do *preto* Anastácio, um ex-cativo de fazenda e agregado familiar de Policarpo Quaresma, o amigo mais próximo, leal e discreto do major. Sua primeira aparição acontece, no Capítulo *Reformas radicais*, durante um passeio *demorado e filosófico*, na chácara de São Cristóvão, subúrbio do Rio, enquanto ele e o major Policarpo vistoriam as árvores e conversam sobre coisas do tempo antigo, como o casamento das princesas. Nas demais passagens em que ambos aparecem juntos, há sempre o mesmo afeto e companheirismo. Mais do que um agregado, dependente da boa vontade do protetor, o idoso e sereno Anastácio tem a confiança e a amizade de Policarpo Quaresma, sempre

paciente com os arroubos agrícolas do major, com sua falta de habilidade no trato da terra, os quais observa com uma mescla de piedade e espanto.

Lima Barreto, cuja obra e a vida são cheias de passagens difíceis, mas também ternas e de muita obstinação, relembra uma de suas experiências mais belas e duradouras, o amigo Manuel de Oliveira, através do *preto* Anastácio. Manuel de Oliveira e Lima se conheceram quando o escritor tinha nove anos, durante os finais de semana passados na ilha do Governador, na época em que João Henriques era almoxarife das Colônias de Alienados da ilha. Manuel Cabinda, como Manuel de Oliveira era conhecido, chegou ao lugar no tempo de D. Pedro II, mendicante e semidemente. Recuperado da enfermidade psíquica, logo se mostrou habilidoso nas atividades agrícolas, ganhando a confiança de todos e o afeto do menino Afonso Henriques, carinhosamente chamado pelo amigo de “seu Lifonso”. Manuel de Oliveira passou a Lima muitas notas de orgulho acerca de sua amada África: “– ‘Seu Lifonso’, o senhor diz que lá não há quem saiba ler. Pois olhe: os doutores daqui, quando querem saber melhor, vão estudar lá.” (BARRETO, 2012, p. 135). Quando recebeu alta da internação, Manuel de Oliveira passou a viver definitivamente com os Barreto, nas palavras de Lima, Manuel Cabinda tinha “a candura dos simples e a resignação dos humildes...” (Ibid., p. 136). Resignação essa, na percepção de Lima, que impedia muitos negros libertos, como o próprio amigo, de abandonarem os antigos senhores. Unidos pelas vicissitudes da pobreza e da cor negra da pele, Manuel Cabinda e Lima Barreto, pontua Lilia Moritz Schwarcz, como extrema sensibilidade, pertenciam ao mesmo Brasil, o dos despossuídos e de alma grande, “que carregam uma dor maior que o mundo, mas jamais se deixam simplesmente apanhar ou vencer. Ao contrário, lutam sem cessar.” (SCHWARCZ, 2017, I, p 32). No TFPQ, o *preto* Anastácio é uma das poucas figuras leais a Policarpo, passivo e resignado, atitudes atribuídas pelo narrador às décadas de cativo, pondo-o sempre com os olhos baixos, “O antigo escravo não os sabia mais fixar; e nada dizia [...]” (TFPQ, 2005, p. 115), numa clara alusão ao horror físico e psicológico disseminado pelo escravismo. Anastácio já vivera muito, e também muito sofrera. Em uma sociedade de ambiciosos, capazes de tudo para defender seus interesses, o velho agregado é silencioso, porém, atento às ameaças em volta do patrão, por isso sabia que o altruísmo e o patriotismo sinceros de Quaresma poderiam colocá-lo em risco – temor confirmado pelo trágico desenrolar dos fatos seguintes à viagem de Quaresma, de volta ao Rio. Embora Anastácio e Pancrácio sejam homens de igual condição – pobres, libertos e agregados –, as circunstâncias nas quais cada um a vivencia são completamente distintas. Machado, cuja visão pessimista do caráter humano pôs em evidência relações baseadas no uso comum da máscara social, na exploração e na força dos interesses pessoais

sobre os ideais coletivos, mostra como a predominância dessas tendências maléficas foi determinante para configurar um contexto de dissabores para Pancrácio. De modo diverso, a relação entre Anastácio e Quaresma, mesmo não borrando os limites entre os lugares sociais ocupados por ambos, tem como referência a ideia da convivência social respeitosa e solidária, entre pessoas de condição desigual. Isto porque, a exemplo do major e de seu leal amigo, esse princípio considera os atributos humanos, e não os interesses individuais e terrenos.

Enquanto o Governo republicano e seus apoiadores buscavam efetivar o projeto político livre da escravidão oficial e de viés burguês capitalista, embora sem uma efetiva revolução burguesa, no lado oposto ao dos defensores e beneficiados da nova ordem, a população carente e negra do país dava testemunhos incontestes do impacto negativo de tais mudanças. Sem teto ou moradia digna, os humildes eram cada vez mais empurrados para os morros, como os anteriormente citados da Favela e do Salgueiro, e outros lugares carentes e distantes do centro do Rio, explorados no mercado de trabalho, inchado e bastante competitivo devido à imigração nacional e estrangeira, por fim, alvos de ações higienistas, como a que desmontou o Castelo e atirou literalmente morro abaixo quase quatro mil pessoas: “não apenas em nome da higiene e da estéticas, mas também da reprodução do capital.” (ABREU, 2002, p. 30). Desse modo, entre o final do século XIX e o início do XX, a República firmava uma imagem bastante impopular entre as classes menos favorecidas, as mais afetadas pelas reformas econômicas e urbanísticas, que derrubaram os cortiços e as casas de pensão do centro do Rio, frequentados pelos pobres. Através da imprensa, Lima atacava uma série de ações antipopulares dos governos Federal e Municipal, este, agindo com negligência, como destaca na crônica *Variações...*, “não procura prover as necessidades imediatas dos seus munícipes, mas as superficialidades” (BARRETO, online, 1956e, p. 39), em referência aos cinco mil contos de réis empregados pela prefeitura na construção do Jockey Club do Jardim Botânico, enquanto o matadouro de Santa Cruz era deixado em péssimas condições de higiene. De igual modo, Lima Barreto condenou a euforia, própria às consciências cegas pela fachada reluzente do tempo, ao denunciar, com tristeza e revolta, as consequências nefastas do preconceito racial e dos séculos de escravidão, evidentes na realidade da camada negra e pobre da sua época – à qual ele pertencia. Essa realidade, junto com a matéria autobiográfica, é uma das grandes linhas de força da obra barretiana, posta em cena, no intuito de:

[...] revelar umas almas às outras, de ligá-las, mostrando-lhes mutuamente, as razões de suas dores e alegrias, que os simples fatos desarticulados da vida, vistos pelo comum, não têm o poder de fazer, mas que ela faz, diz e

convence, contribuindo para a regra de nossa conduta e esclarecimento do nosso destino. É o que aprendi em Taine, em Guayau e Brunetière. (BARRETO, 1956b, p. 38-39)

Admirador dos russos Tolstoi e Dostoievski, Lima Barreto tomou ao realismo a ideia de que o meio, o momento e a raça não apenas deveriam servir como matéria artística, bem como eram de importância capital para que a vida das personagens servisse como instrumento de luta política, em favor dos historicamente marginalizados, vistos intimamente através de suas experiências, emoções, da forma como se comportam ou são obrigados a se comportar, no mundo social. Em seu *Diário íntimo*, o escritor fez reflexões sobre um passado cujas marcas permaneciam vivas e pungentes, na história familiar dos Barreto. O ano é 1908, o morro do Castelo estava em franco processo de desmonte, as reformas de Pereira Passos davam ao Rio o título de Cidade Maravilhosa, antes chamada de “cidade da morte”, também é o ano em que Machado falece. Na nota de 10 de fevereiro daquele ano, o escritor narra uma viagem até o município de São Gonçalo e, à medida que o trem se distancia das formas urbanas, através da janela, ele vê surgir a realidade pobre e triste de homens e mulheres negros, “tão parecida ainda com a senzala, em que o chicote disciplinador de outrora ficou transformado na dureza, na pressão, na dificuldade do pão nosso de cada dia.” (BARRETO, 2018e, DI, p. 162). Mesmo estando há poucas horas de um Rio de Janeiro que se modernizava, as velhas casas, com suas *colunas heterodoxas e varanda de parapeito*, evocando a escravatura, teimavam em sobreviver como espectros congelados do tempo do ferro e da chibata, e as imagens das pessoas humildes, que surgiam pelo caminho, descendentes dos povos escravizados, traziam à tona as memórias familiares do escritor:

Era de São Gonçalo, de Cubandê [a avó materna], onde eram lavradores os Pereiras de Carvalho, de quem ela era cria. Lembrando-me disso, eu olhei as árvores da estrada com mais simpatia. Eram muito novas; nenhuma delas teria visto minha avó passar, caminho da corte, quando os seus senhores vieram estabelecer-se na cidade. Isso devia ter sido por 1840, ou antes, e nenhuma delas tinha a venerável idade de setenta anos. Entretanto, eu não pude deixar de procurar nos traços de um molequinho que me cortou o caminho, algumas vagas semelhanças com os meus. Quem sabe se eu não tinha parentes, quem sabe se não havia gente do meu sangue naqueles párias que passavam cheios de melancolia, passivos e indiferentes, como fragmentos de uma poderosa nau que as grandes forças da natureza desfizeram e cujos pedaços vão pelo oceano afora, sem consciência do seu destino e de sua força interior. (Ibid., 163-164)

De um *Rio que civiliza-se* ao cotidiano de lugarejos onde a vida era uma lembrança pungente da barbárie escravagista, Lima recorda, através daquelas pessoas negras e humildes, a sofrida história de sua avó materna, chegando até ele, o neto escritor, através de uma

narrativa tecida por entre diásporas africanas, processos agressivos de colonização ibérica, escravidão e migrações. Com toques de melancolia e de ternura, que não abrandam a face brutal de tais memórias, o escritor evoca a experiência servil da avó, *cria dos Pereira Passos*, e as trágicas consequências da conduta europeia colonialista, em relação à África e seus povos, sintetizadas na pungente metáfora *fragmentos de uma poderosa nau que as grandes forças da natureza desfizeram*, dispersos no Brasil, e sem a consciência de sua força interior. Num dos muitos contatos espúrios que a escravidão impôs, D. Geraldina teve filhos dos homens da família Pereira Passos, uns vendidos, outros, libertos, e nenhum legalmente reconhecido. Após a alforria, D. Geraldina e a filha Maria Eulália, mãe de Lima, permaneceram no casarão dos antigos donos como agregadas, tal como o Pancrácio machadiano e o *preto* Anastácio, no TFPQ, até a morte de D. Geraldina e o casamento de Maria Eulália com João Henriques. Desses antigos senhores, “diretamente, pelos laços de sangue e de adoção, só restaram um punhado de mulatos, muitos, trinta ou mais, de várias condições, e eu era o que mais prometia e o que mais ambições tinha.” (BARRETO, 2018e, DI, p. 165).

Em face da configuração histórica e da mesma origem nos povos explorados pelo escravidão, não causam surpresa os pontos de contato nas histórias pessoais e familiares de Machado de Assis e de Lima Barreto, ainda que eles tenham dado configurações literárias distintas às suas experiências de vida. Transitando desde os estratos mais modestos até os grupos brancos e economicamente abastados da velha Capital brasileira, Machado e Lima compreenderam as assimetrias resultantes de uma formação social composta por desigualdades, racismo e por uma série de outros contatos violentos. As interpretações literárias de tais processos, filtradas pela posição intelectual e artística adotada por cada um, são de fundamental importância para a compreensão das sociedades romanescas das MPBC e do TFPQ, e suas possíveis relações com o mundo extraliterário. É sob esse prisma que os ambientes físicos e socioculturais, nos quais as personagens vivem e cumprem seus destinos, são orquestrados junto às complexidades de suas vidas, relacionadas diretamente às urgências do momento que cada uma atravessa, e não como simples molduras paisagístico-sociais, em cujo interior o indivíduo figura como elemento acabado, mero produto ou extensão destas. Machado de Assis, para quem o escritor verdadeiramente ligado a seu tempo e país deveria ter um sentimento íntimo capaz de manifestar tal pertencimento, sem apelar unicamente ao uso exaustivo de temáticas e cenários considerados genuinamente locais, explorou, com método e profundidade, problemas fundamentais da sociedade brasileira, a exemplo do tratamento dado à Abolição, em crônica anteriormente vista. Que as personagens das MPBC estejam

impregnadas das constâncias universais da alma humana, não impede de suas vidas estarem conexas a tudo o que a sociedade e a classe a que pertencem, seus valores, hábitos, ideias, modo de agir e ambientes foram capazes de lhes injetar. Para isso, Machado estabeleceu uma rede de sentidos entre os caracteres individuais de suas personagens e as circunstâncias históricas decisivas para que tais atributos ganhassem força, até se firmarem no quadro de disposições íntimas que norteiam as atitudes de cada uma delas, atentando para o curso geral das regras estabelecidas. São personagens cujo vigor humano universal ganha o tônus histórico do século XIX colonial-escravista, em meio às experiências concretas da vida social.

A base de muitas atitudes das personagens das MPBC é a concepção universalista do caráter humano, individualizado pela técnica de composição machadiana com os atributos do tempo e do lugar históricos, através do modo como cada uma age e reage, nesse contexto, vivendo ativamente e sendo afetadas pelos valores morais, econômicos, sociais e políticos dominantes. Sob esse prisma, com Brás Cubas, Machado de Assis explorou o desenvolvimento de um caráter veleitário, cheio de ironia mordaz, cujas memórias póstumas são, no argumento exato do crítico José Veríssimo, “a epopeia da irremediável tolice humana, a sátira da nossa incurável ilusão, feita por um defunto completamente desenganado de tudo” (VERÍSSIMO, 1916, online, p. 188). Um ironista póstumo cujo olhar de desdém, lançado à condição humana, só lhe permitiu um único autoelogio, o fato de não tido filhos, portanto, não ter onerado nenhuma criatura com *o legado da nossa miséria*. Brás é uma consciência cética quanto às qualidades do caráter e da história humanos, posta sob a pele de um brasileiro rico do dezenove, oligarca, escravista e argentário, que nunca se indispôs com os privilégios de sua classe. No ponto mais elevado de sua trajetória, ironicamente, a condição pós-morte, ele reconhece a saciedade de uma existência vivida entre os prazeres da boa posição social e o tédio dos anos finais, experimentado *a pior das fadigas* “que é a fadiga sem trabalho.” (MPBC, 1994, p. 141). De igual modo, Prudêncio, o cativo liberto pelo Cubas pai, pouco antes deste falecer, seguiu seu destino entre o que colheu às experiências vividas e a liberdade vigiada pelo contexto da época, comprou uma quitanda, na emblemática região do Valongo⁵², e um escravizado, a quem aplicava surras terríveis. Décadas depois, no reencontro inesperado com Brás, sob as exigências do contexto, agiu com o mesmo servilismo dos tempos de escravidão. Dona Plácida, pobre, sem marido e produto de uma sociedade com muitas restrições para a mulher, aceitou se tornar cúmplice do adultério entre Brás e Virgília, superou os preceitos morais, em troca da ajuda do casal, e de uma generosa quantia em dinheiro. Findo

⁵²A respeito, consultar a nota de rodapé, na página 83, deste estudo.

o romance, Dona Plácida seguiu numa condição financeira estável, porém, ao se deixar enredar pelos galanteios de um patife, com quem se casa e, na sequência, lhe rouba todo o dinheiro, ela terminou no Beco das Escadinhas – um dos recantos escuros e estreitos da cidade. Assim como o Beco das Escadinhas, prenúncio do triste desfecho de Dona Plácida, Machado não oferece a visão completa e acabada de nenhum dos cenários urbanos das MPBC, deixando a composição final do ambiente a cargo da imaginação e das possíveis referências do leitor. Como na citação ao Beco das Escadinhas, ao invés de traçar uma experiência visual minuciosa dos recantos citadinos, os ambientes urbanos das MPBC são parte da trajetória de vida, da classe social e das circunstâncias em que cada figura se encontra. Sobre isso, tomemos como exemplo o episódio do reencontro entre Brás e Eugênia – chamada pelo narrador, com ironia perversa, de *a flor da moita* e a *Vênus manca* –, ambientado em um cortiço fluminense. Embora não haja nenhum detalhe sobre as condições físicas do lugar, de tudo o que sabemos sobre a firmeza de caráter da moça, que não aderiu ao uso comum da mascarada para atingir o sucesso, não demoramos muito a perceber que as condições são as piores possíveis. Eugênia foi descartada pelo vaidoso narrador protagonista por ser coxa, fruto de um adultério e, principalmente, por causa de origem social inferior – conjunto de motivos suficientes para Brás Cubas exercitar suas supostas prerrogativas de classe, no episódio da Tijuca.

Tratando da relação entre Brás e Eugênia, em importante ensaio sobre Machado de Assis, Roberto Schwarz (2000) aponta, mais do que o defeito físico da moça, a diferença de classe e a recusa dela em capitular à regra comum da deferência para com os ricos – integrantes da oligarquia escravista –, simplesmente pelo fato de estes serem ricos, como os grandes complicadores desse episódio, sobre o qual a ilusão de um possível desfecho feliz sequer projeta a sua sombra. Perpassado por todos os elementos de uma complicação romântica, ressalta Schwarz, o breve idílio da Tijuca é tecido juntamente com todos os indícios do seu fracasso iminente porque a mentalidade de classe e a vaidade pessoal quase perversa de Brás, além das circunstâncias, que envolvem uma filha coxa e bastarda, cuja mãe não se casou, contrapostas às virtudes de caráter de Eugênia, se encarregam de indicar o lado que vai prevalecer: o das relações sociais injustas, matizando de particularidades sociológicas o desacerto entre ambos. Em uma sociedade assentada no latifúndio, no trabalho escravo e nas desigualdades de classe, Eugênia é livre, bem-educada, bonita, além de outras qualidades apreciáveis, no entanto, é pobre, o que a torna concidadã, sem, de fato, ser cidadã, impossibilitada pelo meio de exercer sua autonomia individual frente ao bacharel rico. Sendo assim, Eugênia encerra, para Schwarz, “a generalidade da situação do homem livre e pobre no

Brasil escravista” (SCHWARZ, 2000, p. 57). Em meio às regras do escravismo, do favor e do clientelismo, essa camada social – a dos indivíduos livres, contudo, pobres e dependentes, como Eugênia e Dona Plácida – fica à mercê da *benevolência eventual e discricionária* de um poderoso, sem a qual pouco ou nada conseguirá. Nessas circunstâncias, um desfecho diferente para Eugênia só poderia acontecer caso um rapaz de uma família de posses relevasse as adversidades da origem da moça, possibilitando a mudança de classe através do matrimônio. De nossa parte, retomando a Guiomar de *A mão e a luva*, encontramos uma jovem igualmente pobre, que sofria de *estranhos desmaios*, entretanto, ela é hábil e mais maleável ao jogo das sutilezas entre calculo frio, afeição sincera e sedução, essenciais para que ela conquistasse o afeto, a herança generosa da madrinha e um bom casamento. Não adotando tal flexibilidade de princípios, Eugênia se porta de igual para igual com Brás, e acaba por afrontar, ainda que de modo indireto, o que Schwarz define como *o poder de usufruir do desvalimento*, cujo saldo, na trama, foi o declínio dela em um cortiço imundo. Eugênia não cedeu antes e nem cederá, agora, às disposições de classe do bacharel rico. Em outras palavras, ela é uma pobre que não se dobra. Se o Brás maduro revela ser o mesmo hedonista rico e vaidoso de outros tempos, por sua vez, a miséria não arrefeceu a altivez de princípios de Eugênia, que mantém a mesma firmeza da juventude, sem acenos de simpatia, capazes de aplacar possíveis dilemas de consciência de Brás.

Considerando o leitor ou leitora da época, prováveis conhecedores *in loco* ou apenas bem informados acerca das péssimas condições dos cortiços fluminenses – habitações bastante comuns, ao longo do século XIX, até a administração do prefeito Barata Ribeiro (1892-1893) –, somos levados a pensar que Machado, sempre preciso no uso dos detalhes, poupou seus leitores e leitoras de embutir na narrativa informações que estes seriam capazes de completar por si mesmos. Entretanto, a questão não se resolve de modo tão simples. Como ressalta John Gledson (2006, p. 18): “A visão machadiana não é sentimental, mas isso não quer dizer que seja indiferente.”. Ao localizar o final de Eugênia em um espaço paupérrimo, Machado coloca em evidência os altos custos de um caráter forte e de posições não negociáveis, quando se vive em uma esfera social em que diplomacia, habilidade, cálculo frio e deferência aos ricos são indispensáveis para atingir o sucesso. Para uma compreensão mais abrangente do sombrio final de Eugênia, cabe citar que os cortiços⁵³ eram lugares de moradia coletiva bastante carentes de infraestrutura, sem água, rede de esgoto, sujos, populosos, com banheiros coletivos, infestados de baratas, ratos e outras pragas, portanto, suscetíveis à

⁵³A esse respeito, consultar: VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos - a modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Revista Análise Social**, vol. XXIX (127), 1994 (3º), p. 581-597.

proliferação de epidemias, mostrando claramente ser mais uma escapatória desesperada dos pobres para o imenso deficit habitacional do que uma alternativa realmente viável de habitação. Em *O Cortiço*, publicado em 1890, um dos romances mais famosos da Literatura Brasileira, o escritor Aluísio Azevedo, usando da mão de naturalista ou sem mirar nas causas políticas e históricas que permitiram o surgimento de tais lugares, compôs uma imagem absolutamente grotesca da realidade do cortiço de São Romão, onde a trama se desenvolve: “E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco.” (AZEVEDO, 1997, p. 16). Nos primeiros anos do século XX, o jornalista e escritor João do Rio, pseudônimo de João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto, descortinou um painel não menos grotesco, entretanto, em tom menos animalesco, das condições degradantes dos pobres, surpreendidos em um zunga, na rua da Misericórdia. Durante uma ronda, a polícia municipal, empenhada *na caça aos pivettes* e aos lugares de má reputação da cidade, João do Rio, um adido de legação e um bacharel adentraram no meio angustiante de pobreza e violência da Capital republicana, posteriormente revelado na crônica *O Sono da Miséria*, publicada na *Gazeta de Notícias*, de 10/06/1904:

- Quer vir comigo visitar esses círculos infernais? [...]
- Há muitos desses covis espalhados pela cidade? indagou advogado, abotoando o *macfarlane*.
- Em todas as zonas, meu caro.
- [...] A metade daquele gado humano trabalhava; rebentava nas descargas dos vapores, enchendo paióis de carvão, carregando fardos. [...] Desci. Doíam-me as têmporas. Era impossível o cheiro de todo aquele entulho humano. [...]
- Vamos ver os fundos! Foi aí então que vimos o sofrer inconsciente e o último grau da miséria. O hospedeiro torpe dizia que por ali dormiam alguns de favor, mas pelo corredor estreito, em derredor da sentina, no trecho do quintal, cheio de trapos e de lama, nas lajes, os mendigos, faces escaveiradas e sujas, acordavam num clamor erguendo as mãos para o ar. E de tal forma a treva se ligava a esses espectros da vida que o quadro parecia formar um todo homogêneo e irreal. [...]
- Nós devíamos ter asilos, instruiu o adido.
- É verdade, os asilos, a higiene, a limpeza. Tudo isso é bonito.
- Havemos de ter. Por enquanto nosso Senhor, lá em cima, que olhe por eles! (JOÃO DO RIO, 2012, p. 71-75)

O abandono dos pobres era um dado geral do contexto da época, quer fosse nos zungas, nos cortiços, nos morros ou nas zonas pobres da cidade, e eram muitos os problemas deixados à deriva pelo nascente republicanismo: escassez de moradias e de trabalho, as condições cada vez piores das habitações populares, o encarecimento dos aluguéis e do custo

de vida, baixos salários, a marginalização dos pobres, a racialização da pobreza, citando apenas alguns. Para um exemplo do grave problema das moradias, de acordo com o Censo de 1890, dos quase quinhentos e vinte e três mil habitantes da Capital⁵⁴, aproximadamente um quarto dessa população vivia em cortiços, localizados, em sua grande maioria, nas regiões centrais da cidade – a escolha possível, devido ao baixo custo e à proximidade com os locais de trabalho. Mesmo diante de todos esses problemas, em janeiro de 1893, o prefeito Barata Ribeiro ordenou a demolição do famoso cortiço Cabeça de Porco, numa ação fartamente coberta pela imprensa, recebida com euforia pelos apologistas das reformas urbanas. Machado abordou a destruição do Cabeça de Porco, na crônica de 29 de janeiro daquele ano, publicada em *A Semana*, jogando com sua conhecida ironia matreira para tratar das dimensões calamitosas da destruição:

Gosto deste homem pequeno e magro chamado Barata Ribeiro, prefeito municipal, todo vontade, todo ação, que não perde o tempo a ver correr as águas do Eufrates. [...] Chamou as tropas segundo as ordens de Javé durante os seis dias da escritura, deu volta à cidade e depois mandou tocar as trombetas. Tudo ruiu, e, para mais justeza bíblica, até carneiros saíram de dentro da Cabeça de Porco, tal qual da outra Jericó saíram bois e jumentos. [...] Lá estavam para fazer cumprir a lei a autoridade policial, a autoridade sanitária, a força pública, cidadãos de boa vontade, e cá fora é preciso que esteja aquele apoio moral, que dá a opinião pública aos varões provadamente fortes. (ASSIS, online, 1994g, p.70-71)

Na busca desfreada por superar o que julgavam uma das razões do atraso brasileiro, a República e a mentalidade pragmático-capitalista acabaram desencadeando problemas sociais cada vez mais graves. Como era localizado nas proximidades do morro da Providência, grande parte dos quase dois mil moradores despejados do Cabeça de Porco apenas mudaram o seu lugar de miséria, indo aumentar a precariedade de condições da Providência. Quanto à entrada de Brás no cortiço onde vivia Eugênia, praticando caridade para burlar o tédio de uma vida ociosa, porém, ao fim de alguns poucos anos, *enfarado do ofício*, ele chega até o local para distribuir esmolas e a reconhece entre os moradores. Ambos se esforçam para disfarçar o constrangimento, mantendo as mesmas disposições de décadas antes: aos olhos de Brás, Eugênia era a mesma coxa de sempre, apenas mais triste; Eugênia, disfarçando o choque inicial, “Ergueu logo a cabeça, e fitou-me com muita dignidade. [...] não soube nada da vida dela, nem se a mãe era morta, nem que desastre a trouxera a tamanha miséria.” (MPBC, 1994, p. 142). Na cena desse infeliz reencontro, o ambiente extremamente miserável, a pouca disposição de Brás para a caridade, a dignidade pessoal intacta de Eugênia, o cubículo no qual

⁵⁴<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>

ela qual some compõem o retrato das imensas desigualdades causadas pela relação entre origem social abastada e privilégios de classe, uma dinâmica social pronunciadamente excludente.

O sombreado da pobreza é visto em outra passagem das MPBC, na descida do morro do Livramento – onde Machado de Assis nasceu e viveu boa parte da adolescência –, narrado em *Morro abaixo*. Seguindo a regra geral das suas memórias póstumas, o narrador articula as impressões sobre o lugar e seus frequentadores, juntamente com Nhã-loló e o pai, às grandes questões da existência, como a fugacidade da vida, tão implacável que não poupará nem a jovem bela e promissora, e os atributos de caráter que nos aproximam, no mesmo barro comum e imperfeito da natureza humana. Vejamos a sucessão de eventos encadeados na descida do Livramento: após o término do romance com Virgília, Brás, cedendo aos incentivos matrimoniais da irmã, se aproxima de Nhã-loló, filha do Damasceno, um parente endividado do cunhado Cotrim. A decisão de casar com a moça só acontece quando Brás percebe as afinidades sinceras de Nhã-loló com os valores de sua classe, e não apenas o interesse material, através dos olhares profundos que a moça lhe lançava. Brás viu como uma falha moral a aproximação do Damasceno com o populacho do Livramento, e Nhã-loló condenava esta e outras atitudes nada elegantes do pai, um jogador inveterado, de modos interioranos, pondo tudo isso na balança, Brás decide *arrancar esta flor a este pântano*. Numa certa manhã ensolarada de domingo, após uma missa, o trio descia a ladeira do Livramento, “ainda nu de habitações, salvo o velho palacete do morro onde era a capela” (MPBC, 1994, p. 176), quando são surpreendidos por uma ocorrência inusitada para Brás e Nhã-loló, que logo atraiu a atenção do Damasceno, acostumado a tais ambientes e seus frequentadores: era uma rinha de galos, *uma de suas paixões*. O grupo envolvido no espetáculo grotesco estava aglomerado bem no meio do Livramento, homens dos mais variados tons de pele, tamanhos e idades, “uns em mangas de camisa, outros de jaqueta, outros metidos em sobrecasacas esfrangalhadas; atitudes diversas, uns de cócoras, outros com as mãos apoiadas nos joelhos, estes sentados em pedras, aqueles encostados ao muro [...]” (Ibid., p. 119), ao que tudo indica, resguardados pelas condições ermas do lugar e pela falta de vigilância policial. As observações de Brás, pouco acostumado a tais ambientes, oferecem uma visão da classe social, do comportamento e do caráter dos apostadores, um grupo heterogêneo de homens eufóricos, malvestidos, se acotovelando em volta de dois animais bastante machucados, indiferentes à extrema violência da disputa. No final, a reação do grupo reforça a perversidade da cena e sua motivação: “[...] ele veio [Damasceno] daí a pouco rodeado dos apostadores, a comentar com eles a briga. Um destes, tesoureiro das apostas, distribuía um velho maço de

notas de dez tostões, que os vencedores recebiam duplamente alegres.” (MPBC, 1994, p. 120). A rinha termina com os dois galos quase mortos, bicos abertos, respirando a muito custo, deixando inquietos Brás e Nhã-loló, por motivos diferentes: ele, embora confesse ter retido apenas a casca e a fraseologia da cultura europeia, tinha um verniz de refinamento; Nhã-loló, *vexadíssima*, temia que a natureza rude do pai atrapalhasse seu casamento com o herdeiro de importante família.

Independente da classe social, a natureza das figuras machadianas sempre evoca as disposições comuns e gerais do caráter humano. Por isso, no mundo dos ricos, consumidores dos espetáculos teatrais e da última moda vinda de Paris, aparecem os mesmos instintos violentos, direcionados contra quem não pode se defender. Sirvam de exemplo as torturas praticadas pelo Cotrim contra os escravizados. Quanto à Nhã-loló, vinda do Norte com a família, desponta na trama animada pelo desejo de mudar de classe social – traço comum a muitas figuras femininas machadianas –, através do casamento, porém, em face das péssimas condições higiênicas do Rio, morre quase aos pés do altar, vítima de uma das muitas epidemias de febre amarela, que assolaram a cidade, ao longo do século XIX. Tal como a Guiomar de *A mão e a luva*, Nhã-loló olhou pela fresta entre os mundos sociais, desejou a vida dos ricos, e quase conseguiu transpor as barreiras de classe, não fosse a ação imponderável do destino, manifesta nas carências sanitárias, deixando ao narrador a certeza amarga da finitude, ou melhor, da vaidade das coisas terrenas, quer fosse a paixão, as ambições ou a própria vida. Com isso, Machado repete o tema do Eclesiastes bíblico, de acordo com José Veríssimo: “Transportando-o para o nosso meio, incorporando-o no nosso pensamento, ajustando-o às nossas mais íntimas feições, soube renová-lo pela aplicação particular, pelos novos efeitos que dele tirou, pelas novas faces que lhe descobriu e expressão pessoal que lhe deu.” (VERÍSSIMO, online, 1916, p. 184) E assim é a trajetória de todas as demais personagens das MPBC, cuja individualidade e, ao mesmo tempo, a possibilidade de um destino semelhante, entretanto, nunca igual, resultam do equilíbrio entre o comum à condição humana e o que o contexto é capaz de fomentar. No acontecer histórico, suas ações dão vida e forma ao cenário urbano das MPBC, às suas instituições, ruas, morros, cortiços, bairros e casas elegantes, nas quais claramente se mostram a exploração dos escravizados e as imensas desigualdades socioeconômicas entre ricos oligarcas e pobres livres. Quanto aos cativos e seus descendentes, antes de serem compelidos às favelas, morros e demais lugares insalubres da cidade, foram obrigados percorrer as traumáticas experiências das senzalas e casas-grandes. Sobre a presença dos marginalizados na narrativa das MPBC, observemos como a figura do negro escravizado aparece na trama. Ao longo da narrativa, há uma série de

episódios envolvendo a participação direta ou indireta dos cativos, seja nos imponentes casarões coloniais, a exemplo do cotidiano da família Cubas, ou em outras passagens da vida de Brás Cubas, como a lembrança do preto do ganho⁵⁵, citado no Capítulo XXIII, *Triste, mas curto*, e do vistoso pajem do menino Quincas Borba, amigo de infância do narrador, relembado no Capítulo XIII, *Um salto*. No Capítulo XI, *O menino é o pai do homem*, encontramos Brás praticando uma série de agressões contra Prudêncio, vistas na casa-grande como brincadeira infantil.

Além do fato evidente de ser um cativo, nada mais é dito sobre Prudêncio. Não há nenhuma nota sobre o caráter dele, sua aparência física, as razões de sua proximidade com a família Cubas e a casa-grande, se era “cria” da senzala, ou se havia sido comprado para entreter Brás – prática comum dos ricos –, ou até mesmo se era fruto dos abusos contumazes, praticados pelos senhores contra as cativas. Sobre isso, cabe citar os assédios frequentes do tio João contra as escravizadas da família Cubas, revelados no Capítulo XI, *O menino é o pai do homem*. Também não são ditos os motivos do patriarca Cubas para libertar Prudêncio. Não que esse tipo de alforria fosse algo absolutamente incomum, porém, como demonstra Sidnei Chalhoub (1990), a prática corrente entre os donos era a de conceder a alforria, em testamento, a um ou mais escravizados, atrelando o gozo completo do benéfico a uma das seguintes cláusulas: prestar serviços ao proprietário, até a morte deste, ou a alguém por ele determinado. Em outras palavras: estava liberto, entretanto, não livre, era obrigado a servir a um ou mais senhores até que a morte do dono o libertasse ou agisse contra ele. O que torna ainda mais interessante a ação do moribundo Cubas pai, sempre pragmático nos negócios, é o fato de Prudêncio, um “item” valioso da herança familiar, ser o único dos cativos a receber a alforria, sem que Sabina, a irmã de Brás, e nem o marido dela soubessem da decisão. E como o leitor conhece apenas o que Brás decide revelar, as possíveis explicações para essa benesse do patriarca ficam a cargo das alternativas ditadas pelo contexto. Dentro dos limites do que nos é dito pelo narrador, os elementos selecionados e ordenados evidenciam as terríveis condições de vida impostas ao rapaz, possivelmente, nascido no cativo, maltratado como *cavalo de todos os dias* por um garoto de apenas cinco anos de idade, liberto, e ainda assim obrigado se portar com a mesma subserviência da escravidão. Do essencial de suas experiências e das instituições que ele conheceu, sabemos que Prudêncio foi explorado

⁵⁵É interessante notar que Brás acabara de chegar de uma estadia de quase dez anos, na Europa, onde a escravidão, há muito, havia sido abolida. Em terras brasileiras, a primeira lembrança que lhe vem é exatamente a de um homem cativo, o preto do ganho, base explorada da estrutura econômica e social brasileira, e o ponto de desacordo entre o Brasil e as nações europeias, nas quais o trabalho livre e assalariado configurava uma estrutura social que, embora não isenta de exploração, se assentava na liberdade para todos os cidadãos.

durante anos, quer fosse para a diversão de Brás, o conforto da família ou para atender os interesses econômicos de seus captos. Ainda no Capítulo XI, Brás relembra uma violenta birra com uma cativa do casarão, por ela ter lhe negado um doce, que terminou com a moça tendo a cabeça quebrada, o tacho da guloseima cheio de cinzas e nas acusações falsas de Brás, com intuito de atizar o vergalho da mãe contra a infeliz cozinheira. A captura e o tráfico de africanos – uma das grandes fontes econômicas da época – surge no Capítulo XII, *Um episódio de 1814*, numa discreta conversa de um grupo de comensais, eufóricos pela chegada dos chamados navios negreiros. Além destas referências, no Capítulo XXIX, *A visita*, Dona Eusébia, uma das protagonistas do conhecido episódio da moitinha, em 1814, aparece repreendendo *um preto jardineiro*. Em *A herança*, Capítulo XLVI, Brás e Sabina, auxiliada pelo marido, Cotrim, disputam os bens da família, entre os quais Paulo, o cativo boleeiro, e Prudêncio, liberto *havia dois anos*, ambos tratados como peças, junto com a prataria e demais bens: “– Livre? Como seu pai arranjava estas coisas cá por casa, sem dar parte a ninguém? Está direito. Quanto à prata...creio que não libertou a prata?” (MPBC, 1994, p. 59). A fala indignada pertence ao Cotrim, a quem Brás dedica o Capítulo CXXIII, *O verdadeiro Cotrim*, revelado através das farpas irônicas do narrador com algumas qualidades de pai zeloso e atitudes entre reprováveis e criminosas. Cotrim é uma figura típica do contexto, enriquecida pela concentração de atributos humanos possíveis, nos quais as notas de pai de família afetuoso não apagam a realidade grotesca e sombria que ele perpetrava contra os cativos. Frequentemente vistos a escorrer sangue, quando retornavam do calabouço, os escravizados inserem, na docilidade doméstica do Cotrim, a mais viva lembrança da realidade deformada pela ideia de supremacia racial e pela avidez do lucro, ironizadas, em tom amargo, pelo narrador póstumo: “[...] ele só mandava os perversos e os fujões [...] e não se pode atribuir honestamente à índole original de um homem o que é puro efeito de relações sociais” (Ibid., p. 121).

Embora a miséria nivele as pessoas em muitos de seus sofrimentos, as dramáticas condições a que foi atirada a população negra, no contexto pós-Abolição, expuseram a historicidade de uma camada dirigente contrária a quaisquer mudanças na ordem de valores sociopolíticos – o pilar da cruel desigualdade racial brasileira. Nas palavras de Florestan Fernandes: “O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus descendentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.” (FERNANDES, 2008, p. 29). Ao longo de nossa argumentação, procuramos demonstrar como Machado de Assis e Lima Barreto configuraram artisticamente a atuação de

um poderoso quadro de forças econômicas, histórico-políticas e de valores, na esfera prática, um verdadeiro campo minado para a inserção de homens e mulheres negros na sociedade republicana. Portanto, abandonados à margem pelas instituições governamentais, religiosas e econômicas, a quase totalidade dos libertos e seus descendentes se viu obrigada a enfrentar condições de vida e de trabalho semelhantes à escravidão, preteridos pela mão de obra europeia, segundo a mentalidade da época, melhor qualificada, tanto racial quanto profissionalmente, apagados dos discursos políticos, tão logo se deu a transição para o trabalho livre e assalariado. Em síntese, retomando Florestan Fernandes (2008, p. 35), “a sociedade brasileira largou o negro a seu próprio destino”, pondo unicamente sobre a ele a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para atender às exigências do trabalho livre, da nova sociedade republicana burguesa e do capitalismo. Carentes de um projeto político, socioeconômico e educacional que corrigisse as gravíssimas consequências dos quase quatro séculos de escravidão, milhares de homens, mulheres, idosos, jovens e crianças negros continuariam esquecidos, nos grotões do país, ou viveriam, nos centros urbanos, condenados a uma *existência ambígua e marginal*, como define Florestan Fernandes.

É nessas duríssimas condições de marginalidade socioeconômica que Policarpo Quaresma e o general Albernaz encontram tia Maria Rita, personagem do TFPQ, antiga lavadeira da família Albernaz, e ama de leite, nos tempos da escravidão, posta em destaque devido a uma festa popular de chegada, organizada pelo major e por Albernaz. A festa de chegada era em comemoração ao aniversário do generalato do vizinho de Quaresma. Além das louvações à carreira, a festa era o momento certo para Albernaz, pai de quatro moças solteiras – Ismênia estava noiva do traíçoeiro Cavalcânti – capturar futuros genros, ideia essa que coloria de mais entusiasmo e disposição as iniciativas dele. Quanto a Policarpo Quaresma, sendo um defensor acérrimo das coisas tidas como genuinamente nacionais, “viu logo a significação altamente patriótica do intento.” (TFPQ, 2005, p. 25). Entretanto, nem o major Policarpo, patriota e estudioso dedicado das tradições brasileiras, e nem o general Albernaz, *que nada tinha de marcial*, alfineta o narrador, conheciam as cantigas da chegada, até que alguém se recorda da tia Maria Rita, *uma preta velha que morava em Benfica*, como a provável conhecedora das antigas tradições populares. A procura por tia Maria Rita levará Quaresma e Albernaz por zonas pobres e marginalizadas da cidade, exatamente por isso, pouco conhecidas de grande parte da população do centro e dos subúrbios fluminenses. A viagem começa de bonde, pelas ruínas do Pedregulho, *uma velha porta da Cidade*, remanescente da antiga ordem colonial escravista. Durante o período colonial, a antiga porta do Pedregulho ligava a Corte ao ouro e aos diamantes de Minas Gerais, agora, servia de

entrada a outros gêneros do país, e tinha ramificações para São Paulo e para o antigo Curato de Santa Cruz – a mais importante fazenda-latifúndio da Companhia de Jesus, nas Américas. No período colonial, a fazenda foi administrada pelos jesuítas, de 1569 até 1759, com uso da mão de obra indígena e africana, até a expulsão dos religiosos do Brasil, por ordem do Marquês de Pombal. Latifúndio, exploração do trabalho indígena e africano compõem as encruzilhadas históricas entre a antiga Corte imperial, a Igreja Católica, Minas Gerais e São Paulo – os centros de poder da chamada República do café com leite –, caminhos que Quaresma e Albernaz atravessam sem nenhuma reminiscência. Da antiga glória do Império, restavam apenas as grandes casas em ruínas, levando o narrador, tomado pelo desencanto, à seguinte reflexão: “Entre nós tudo é inconsciente, provisório, não dura.” (TFPQ, 2005, p. 26). Seguindo o caminho a pé, os dois passam pela zona do turfe, cruzam a estação de ferro Dona Leopoldina, avançando por um largo terreiro de moinha de carvão de pedra, cheio de lenha, sacos de carvão vegetal, mais adiante, chegam a um velho depósito de locomotivas. No final desse longo trajeto, havia um *carreiro* (caminho de formigas), e somente porque não havia chovido, enfatiza o narrador, Quaresma e Albernaz puderam seguir até a casa de tia Maria Rita. Ao modo de uma expedição de busca, depois de atravessarem lugares abandonados e desoladores, o major Policarpo e o general Albernaz chegam à vasta região de mangues onde vivia a ex-cativa: “uma zona imensa, triste e feia, que vai até ao fundo da baía e, no horizonte, morre ao sopé das montanhas azuis de Petrópolis.” (Ibid., p. 27). O lugar era um verdadeiro *repoussoir* da miséria que assolava um grande contingente da população negra da Capital republicana, a representação visual contundente do imenso desequilíbrio socioeconômico e dos direitos de cidadania, na contraface do luxo dos *bairros chics*, das ações governamentais higienistas, levadas a cabo sem nenhum projeto habitacional que sanasse seus desdobramentos, em conjunto com a feroz especulação imobiliária, responsáveis pelo desmonte do cortiço Cabeça de Porco e do morro do Castelo.

No texto de apresentação aos ensaios reunidos de Beatriz Resende, *Sobre Lima Barreto* (2017), o escritor Ricardo Lísias fala do prazer e, ao mesmo tempo, do desconforto ao ler as crônicas de Lima Barreto: o prazer está em descobrir o escritor por inteiro através de sua obra; o desconforto por constatar a atualidade de suas denúncias, tão penetrantes, hoje, quanto há mais de cem anos, como se integrassem algum jornal do dia anterior. A afirmação de Ricardo Lísias nos leva a refletir sobre a negligência com que a sociedade brasileira, de modo geral, convive com seus problemas, mirando de canto e como se não fosse uma tarefa coletiva o enfrentamento de questões como o racismo, a violência contra a mulher, a vergonhosa desigualdade socioeconômica e outros tantos impasses, que atestam o desacordo

entre a defesa dos valores democráticos e a realidade concreta. Lendo a obra de Lima Barreto, não restam dúvidas sobre o conceito de povo e cidadania que escritor defendeu, tendo em vista os dissabores causados pelas ações republicanas, na vida da população carente: “o povo, entendido como o conjunto de cidadãos livres, englobando todas as camadas sociais, e a cidade como espaço de inclusão dos pobres, dos negros, dos suburbanos, das mulheres humilhadas, dos bêbados e dos loucos” (RESENDE, 2017, 03, p. 27). Beatriz Resende destaca que a visão afiada de Lima foi premonitória ao denunciar as graves consequências das ações dos grupos poderosos e das modificações que estes impunham à geografia da cidade, a exemplo do desmonte do cortiço Cabeça de Porco e do morro do Castelo, sob o risco iminente de cindi-la em duas – a europeia e a indígena –, ao defender os privilégios das zonas ricas, legando ao completo desprezo os locais onde se concentravam os grupos carentes da população. Dentro dessa moldura de miséria e abandono político reiterados está a casinha de tia Maria Rita, um pouco afastada do *carreiro*, no estilo das habitações pobres, caiada, baixa, coberta com pesadas telhas portuguesas, ao lado, um monturo de restos de cozinha, trapos, conchas de mariscos, pedaços de louças e um sambaqui – provável referência a uma fonte de sustendo da velha e de uma neta, com que vivia.

Em importante estudo sobre a função do espaço romanesco na obra de Lima Barreto, Osman Lins (1976) destaca que, em muitos momentos da ficção barretiana, fica cargo do espaço apresentar a personagem antes mesmo de sua aparição, como é o caso de tia Maria Rita, cuja posição social, a confusão de sua mente e a complexa interação com um mundo que ela não pode recusar, e para o qual não consegue estabelecer uma ordem, são anunciadas por toda a composição do ambiente. Com base no argumento de Osman Lins, do ponto de vista dos saberes do povo e das tradições ancestrais, é importante salientar os elementos presentes na entrada da casa. Apesar das violentas políticas de aculturação, que demonizaram e criminalizaram os cultos de matriz africana, tia Maria Rita demonstra reverenciar as crenças milenares de seus ancestrais, como indica o pé de arruda – no Candomblé, a planta é usada como proteção espiritual, também para atrair prosperidade e boas energias – estrategicamente plantado à esquerda da porta principal, como manda a tradição religiosa. Ao lado, está um mamoeiro, cujas propriedades terapêuticas são bastante conhecidas entre o povo. No interior da casa, as paredes eram inteiramente cobertas por imagens de santos da tradição católica, por gravuras de nobres europeus, ilustrações de jornal, velhos cromos de folhinhas e uma Nossa Senhora da Conceição de louça, enegrecida pela fuligem de uma lamparina, evocando a presença inescapável, pelo modo agressivo como se firmaram os contatos entre os europeus e os povos de África, dos valores culturais do dominador. Informada pela neta da chegada dos

dois visitantes, tia Maria Rita vem à sala e sua figura nos lembra um fragmento vivo *de uma poderosa nau que as grandes forças da natureza desfizeram e cujos pedaços vão pelo oceano afora*, retomando as memórias de Lima Barreto, anteriormente citadas – o saldo cruel das décadas de exploração servil. Tia Maria Rita era um dos milhares de fragmentos dessa nau vagante da história: vergada, o peito descarnado, enfeitado com um colar de miçangas – outra provável referência aos ritos do candomblé –, capengando de uma perna. A memória, ainda que vacilante, não tinha esquecido as regras de comportamento impostas pela escravidão: “– Ah! É sô coroné! ... Há quanto tempo! Como está nhã Maricota?” (TFPQ, 2005, p. 28), pergunta ao general Albernaz, a quem conheceu ainda coronel. Sem nenhum interesse além das cantigas, Albernaz logo pede à velha que lhes ensine os versos e as músicas da chegança, entretanto, tia Maria Rita não lembrava mais ou preferia manter tais experiências no esquecimento: “– Quem sou eu, ioiô! [...] – Quá, ioiô, já me esqueceu. [...] – Cousa véia, do tempo do cativoiro – pra que sô coroné qué sabê disso?” (Ibid.) Diante da insistência dos dois visitantes, tia Maria Rita relembra apenas uma velha canção de ninar, cujos versos são uma mensagem e uma lição de resistência, entoada por entre as frestas do opressor: “– Só sei o ‘Bicho Tutu’⁵⁶, disse a velha. [...] ergueu a cabeça, como para melhor recordar-se, e entoou: É vem tutu. Por detrás do murundu. Pra cumê sinhozinho. Cum bucado de angu.” (Ibid.). Sem nada mais conseguirem de tia Maria Rita, os dois vão embora, Albernaz, contrariado, e Policarpo Quaresma lamentado o esquecimento das nossas tradições, *era bem um sinal de fraqueza*, deixando a velha tia Maria Rita tão abandonada quanto a cultura popular.

Dentro ou fora do ambiente urbano, a realidade dos pobres do TFPQ é sempre de desalento e de miséria, excluídos do projeto de sociedade e de cidadania em curso, serão marginalizados e explorados em diversos níveis. Como enfatiza R. J. Oakley (2011), a temática de mudanças aparentes mascarando o fundo de inércia real seria uma constante na prosa de ficção barretiana, como revela o contraste agressivo entre o emergente modelo urbano da Capital republicana e o ambiente desolador do Curuzu – lugarejo próximo ao sítio do Sossego, na área rural fluminense. Após a grave crise emocional, que culminou no hospício e na aposentadoria, Policarpo sai do Rio de Janeiro, onde uma nova classe dominante, ávida pelo lucro e pelo poder, abertos pelos flancos da República, redesenhava a geografia da cidade. Na zona rural, ambiente do segundo idílio reformador, Policarpo descobre o Curuzu, um lugarejo pobre, cuja estrutura social representa um microcosmo da sociedade brasileira das primeiras décadas republicanas. O Curuzu parecia congelado no tempo, a figura de maior

⁵⁶Na cultura popular, o bicho tutu é também conhecido como bicho papão, o assombrador de crianças.

destaque é o Doutor Campos, membro da elite bacharelesca – um dos alvos de Lima Barreto –, presidente da Câmara, médico, fazendeiro e liderança política, ou seja, a junção de esferas tradicionais de poder: agrária, política e a acadêmica. Em torno destas castas gravita uma vasta rede de dependentes, vivendo da bajulação e da barganha do voto, em troca de algum benefício. A outra vertente política é ocupada pelo Tenente Antonino Dutra, sem ter o emblema doutoral, ele é uma peça da engrenagem burocrática, escrivão da coletoria, cabo eleitoral de um poderoso adversário político do Doutor Campos – opositores que os jogos de poder vão colocar no mesmo grupo. Além de Antonino Dutra, pequenos comerciantes e funcionários públicos completam os escalões médios, todos, em maior ou menor escala, dependentes da intercessão de algum cacique político, treinado para o exercício de poder. Figuras poderosas, contrárias a qualquer permeabilidade social, segundo a denúncia do narrador, nas mãos desses *regulotes e caciques*, as leis se transformavam em instrumentos para oprimir inimigos, supliciar os pobres, inibindo quaisquer manifestações de independência. Por fim, na base, está o povo pobre, uma abstração sempre presente nos discursos políticos, quando se trata de defender a ideia de Nação como uma coletividade harmônica e pacífica, entretanto, na esfera prática, visto (e tratado) como inferior estrutural, cuja subsistência dependia da boa vontade de alguém em melhores condições ou de uns pequenos trabalhos, nas fazendas vizinhas. Rareando tais escapatórias, os miseráveis do Curuzu acabariam mais rapidamente vitimados pelo estado geral insalubridade e pobreza. Posto dentro de um contexto político maior, tal cenário se revela dominado por forças antagônicas aos interesses do povo humilde, satirizadas nas três etapas reformistas do major Policarpo Quaresma – a cultura, a agricultura e a reforma político-administrativa. Dado o choque entre a educação urbana e de moça rica, com sutis nuances revolucionárias, e a realidade do povo miserável, Olga – que vai ao Sossego junto com o pai e o marido, o médico arrivista Armando Borges –, é quem mais de perto sente a dureza exposta no lugarejo. Impactada com a imagens de crianças maltrapilhas, sujas, famintas, de olhos baixos à esmolar disfarçadamente, e das terras abandonadas, *entregues às ervas e insetos daninhos*, Olga conhece:

[...] a miséria geral, a falta de cultivo, a pobreza das casas, o ar triste, abatido da gente pobre. [...] Havendo tanto barro, tanta água, por que as casas não eram de tijolos e não tinham telhas? Era sempre aquele sapê sinistro e aquele "sopapo" que deixava ver a trama de varas, como o esqueleto de um doente. (TFPQ, 2005, p. 110)

Os graves problemas sociais do Curuzu eram de natureza endêmica, geral e se perpetuavam por um longo trajeto histórico, cuja origem Lima atribuiu, na crônica *Problema vital* (1919), à escravidão e seu legado de misérias. A habitação de sapê e paredes de taipa, como ressalta em *Problema vital*, era parte integrante e “nascida sob o influxo do regime de trabalho escravo, ela se vai eternizando, sem se modificar nas suas linhas gerais” (BARRETO, 2012, p. 109), e indicava o poder do mundo da grande propriedade agrícola e seus ricos fazendeiros como máquinas socioeconômicas de ação predatória sobre a vida dos pobres. Assim, tudo o que vem depois é denunciado por Lima como consequência direta desse poder, usado para explorar, ao limite máximo, a terra, a força de trabalho e a vida das pessoas humildes do campo, postas em condições de vida semifeudais, sem medidas sanitárias, sem acesso à educação, saúde, alimentação, vestuário e moradia dignos – necessidades básicas apontadas em *Problema vital*. Por conseguinte, são presas fáceis para moléstias endêmicas como a papeira, o bócio, as febres misteriosas, a opilação, além do autoritarismo do grande fazendeiro. Como imagem-síntese desse mundo, Felizardo – nome apropriado à sátira mordaz que representa –, ajudante de Policarpo Quaresma nas atividades agrícolas do Sossego, é caracterizado como uma figura magra, alta, de braços longos, *quase um símio*, de pele cor de cobre, barba rala, um homem ágil no trabalho, apesar da aparente fraqueza física. Mescla do sertanejo forte, apresentado ao Brasil por Euclides da Cunha, em *Os Sertões* (1902), e do sorumbático Jeca Tatu, personagem de *Urupês* (1918) – coletânea de contos e crônicas de Monteiro Lobato –, o pobre Felizardo sobrevivia de pequenos trabalhos, na companhia da mulher, Sinhá Chica, *uma velha cafuza, espécie de Medéia esquelética*. Praticante da *terapêutica fluídica ou herbácea*, Sinhá Chica socorria os desvalidos do Curuzu, sem recursos para a Ciência cara do Doutor Campos, como ironiza o narrador: “requerida pelos mais cultos e ricos, cuja evolução mental exigia a medicina regular e oficial.” (TFPQ, 2005, p. 186). Apesar das fronteiras econômicas separando os clientes do doutor rico e os miseráveis que recorriam à benzedeira, numa sociedade formada por matrizes culturais e religiosas diversas, o narrador enfatiza que não era raro o paciente de um procurar os conhecimentos do outro, quando as ervas e rezas eram ineficientes ou as pílulas da medicina falhavam. Quanto aos filhos de Sinhá Chica e Felizardo, não escapando às moléstias do lugar e à condição humilde, são apresentados sob os mesmos caracteres dos pais, com o acréscimo de ajuntarem à *depressão moral* destes “uma pobreza de vigor físico e uma indolência repugnante.” (Ibid., p. 187). Ainda que componha um quadro desolador, de feiura física, apatia moral e pobreza extrema dos moradores do Curuzu, a posição de princípios adotada pelo romance inclui a dimensão política responsável pelos males físicos e morais de gente

como Felizardo, Sinhá Chica e seus filhos apáticos, posta em destaque na voz do ajudante de Quaresma. Intrigada com a fome geral, mesmo com tantas terras cultiváveis, Olga pergunta a Felizardo por que ele não cultivava a terra para o sustento da família. A resposta, nada ingênua, deixa claro que Felizardo compreendia as causas da miséria de pessoas como ele e sua família, excluídos dos processos político-econômicos governamentais: “– Terra não é nossa... E ‘frumiga’? ... Nós não ‘tem’ ferramenta... isso é bom para italiano ou ‘alamão’, que o governo dá tudo... Governo não gosta de nós...” (TFPQ, 2005, p. 111). E se a origem do poder está na posse do latifúndio, ainda em *Problema vital*, Lima traça diretrizes, bastante atuais, contra a espoliação do trabalhador rural, centradas em três frentes: “combater o regime capitalista na agricultura, dividir a propriedade agrícola, dar a propriedade da terra ao que efetivamente cava a terra e planta, e não ao doutor vagabundo e parasita, que vive na ‘Casa Grande’ ou no Rio ou em São Paulo.” (BARRETO, 2012, p. 110). Em relação às populações rurais, Lima detectou com clareza que os pontos falhos da República estavam, primeiro, na recusa em ver essa enorme parcela esquecida do povo brasileiro como parte integrante da sociedade, carente de direitos políticos que lhes foram historicamente negados, e no fato de reter a mão, quando se fazia necessário enfrentar o grande fazendeiro e sua brutal política. Nesse espectro político e social, o latifúndio representava prestígio e poder, e era uma das vertentes mais arraigadas da desigual estrutura socioeconômica brasileira, cuja força de estagnação – da terra, das populações carentes e do poder – é exposta nos obstáculos confessados por Felizardo: *terra não é nossa; Governo não gosta de nós*; e, concluindo o diálogo com Olga: – “Você por que não planta para você? – *Sá dona* tá pensando uma cousa e a cousa é outra.” (TFPQ, 2005, p. 111)

Machado e Lima deram um tratamento sério à realidade cotidiana e suas figuras, tomados como expressão do problema da existência, dentro de uma perspectiva humana, história e social, imersa nos quadros da vida brasileira do século XIX – imperial e republicano. Uma Nação que, a despeito das mudanças políticas, conservou matrizes culturais e de valores implantados pela colonização ibérica. Com muita coisa mudando – a Abolição, a República, a entrada dos imigrantes europeus, o trabalho assalariado – e outras tantas permanecendo exatamente iguais, a exemplo do preconceito racial e da junção entre elite financeira e poder, o destino das camadas negras e pobres brasileiras representa, não o contraste, mas a consequência de uma sociedade pautada pela extrema voracidade econômica e política, no trato com a terra, o povo e com o bem público, isso desde o primeiro aventureiro português que aqui fincou a bandeira imperial portuguesa, chegando, lamentavelmente, até nossa recente República. Conforme buscamos evidenciar, ao longo desta seção, os nossos

maiores conflitos são históricos, de natureza política, econômica e social, e continuam sendo travados intramuros. Talvez não seja forçado afirmar que, por caminhos literários distintos, Machado e Lima acabaram por expor a impossibilidade de que algo diferente daquilo que vimos pudesse surgir, tendo em vista que a força das instituições, dos costumes e dos valores não foi abalada, ficando a pedir uma revolução. Educado na forja dessas instituições, poderia Brás ter sido o oposto do típico representante da elite colonial escravista brasileira? E a bela Virgília que, a despeito de sua ousadia, ao envolver-se amorosamente com Brás, não se separou do marido e nem tão pouco afrontou abertamente a sociedade patriarcal? Sob esse prisma, todos deram o que era esperado. Na outra ponta desse agulhão, cada um dos muitos pobres vive sua história, em meio às facetas da miséria e da exclusão social planejadas. De igual forma, defender a hegemonia de grupos ricos e poderosos, educados para estar distantes do povo e seus problemas, exigiu esforço, métodos bem planejados e a união em prol de objetivos comuns, no centro dos quais estava o controle do aparato político, cultural, jurídico e social brasileiro. Membros das famílias importantes ou alçados às camadas influentes pelo matrimônio, por redes de apadrinhamento e protecionismo, serão os figurões e medalhões que vão colorir desde a charmosa rua do Ouvidor até os postos mais destacados do cenário nacional.

2.3 A SORTE DAS MULHERES

“Em todos esses séculos, as mulheres têm servido de espelhos dotados do mágico e delicioso poder de refletir a figura do homem com o dobro de seu tamanho natural.”
(Virginia Woolf, *Um teto todo seu*, 2004, p. 45.)

Em outubro de 1928, a célebre escritora inglesa Virginia Woolf (1882-1941) esteve, por duas vezes, na Sociedade das Artes, em Londres, discorrendo sobre um tema que lhe era caro: *As mulheres e a ficção*. Na plateia, majoritariamente feminina, estava a primeira geração de sufragistas inglesas, que conquistara o direito ao voto apenas dez anos antes, atenta à prosa sofisticada de Woolf sobre a ficção e a poesia de escritores e escritoras, a história social e política da Inglaterra, e de outras sociedades, em busca da resposta para um enigma desconcertante e comum a esses contextos. O desconcerto que intrigava Virginia Woolf era o fato de serem as mulheres sempre tão pobres e os homens tão ricos, de elas não terem escrito quase nada daquelas palavras, e eles, tudo. Transcorridos quase cem anos entre aquelas reuniões londrinas e a época presente, as ideias Woolf chegam até nós como um olhar lúcido e

sensível sobre a condição feminina, durante séculos, engaiolada, distorcida e mal interpretada por discursos produzidos por homens, cujos resquícios teimam em persistir. Virginia Woolf não fala com rancor, mas deixa claro que não é possível escapar dessa gaiola, principalmente, as mulheres que desejam ser escritoras, sem ter o direito à própria vida, sem uma renda fixa e sem o direito a um teto todo seu. Por isso, o caminho da liberdade feminina somente começa quando a mulher não precisa depender de nenhum homem e nem agradecer suas conquistas a ele, quando ela é livre para desfrutar de sua intimidade, sem o peso e as limitações de um mundo feito por e para homens, no qual ela só encontra um lugar, que não é completamente todo seu, cuidando da casa e dos filhos. *Um teto todo seu* é uma narrativa belíssima e desafiadora, através da qual cruzamos paisagens outonais deslumbrantes, com folhas amareladas caindo das árvores sobre o caminho espinhoso das jovens estudantes universitárias, que bebem o modesto caldo servido no jantar, tão ralo e modesto que era até possível ver um desenho no fundo do prato, *mas o prato era liso*. Distante da vida áspera das jovens acadêmicas, estavam os fartos almoços e os vinhos caros, servidos nas centenárias Universidades para homens, enquanto as jovens estudantes bebiam apenas água. Porém, esse mundo no qual as mulheres continuavam a ser postas em gaiolas não era exatamente o mesmo, pois as bombas, as mortes, os embates corpo a corpo, nos campos de batalha, enfim, os horrores da Primeira Guerra, extirparam o romantismo dos velhos tempos. Do mundo anterior ao conflito, restara apenas o poder viril e seco do masculino sobre o feminino, exercido num mundo de filhos e tarefas domésticas. Sobreviventes dos escombros da Primeira Grande Guerra Mundial, eram eles, os homens, que detinham o controle do dinheiro, da vida e da narrativa sobre as mulheres, exercendo seu poder nas escolas e Universidades, eram os donos dos jornais, das indústrias, os clérigos, os sociólogos, os jornalistas, os romancistas, os ensaístas, todos “homens sem nenhuma qualificação, salvo o fato de não serem mulheres” (WOOLF, 2004, p. 36). No que restou do velho mundo, os homens se mantiveram de pé, dizendo às mulheres que elas eram inferiores. Assim, eles protegeram sua autoconfiança e seu direito de conquista acusando-as de frágeis, sentimentalmente excessivas, incapazes para as tarefas lógico-rationais, até transformá-las na sua contraface distorcida, o espelho com o qual protegeram uma falsa superioridade, construída sobre a inferiorização da mulher.

As imagens do patriarca e do patriarcado, do poder de gênero e de quem efetivamente o exerce, retomadas por Virginia Woolf, em *Um teto todo seu*, são construídas pela escritora a partir da sociedade inglesa pós-revolução industrial e pós-guerra. Nesta, as leis sociais e políticas, estruturadas pelo direito paterno e pelos laços sanguíneos, foram substituídas pelo direito civil e pelas supostas igualdade e liberdade de direitos, com a conseqüente quebra do

poder do patriarca, no sentido clássico do termo, mais especificamente, a quebra do poder do pai. No entanto, como destaca Carole Pateman (1993), o fim do direito patriarcal clássico não aboliu a opressão exercida pelos homens sobre as mulheres. A partir de então, o poder masculino, antes concentrado na figura do pai, foi incorporado pelo direito civil moderno (a esfera pública), imediatamente à politização das diferenças entre homens e mulheres, entre a liberdade e a sujeição, base para um novo tipo de opressão de gênero, definido por Pateman como *patriarcado fraternal moderno*. Nas memoráveis palestras de 1928, Virginia Woolf chamou a atenção para histórica ausência da mulher nas atividades sociais públicas, a expensas de seu consequente confinamento ao matrimônio, ao ambiente doméstico e aos cuidados com a prole, sem subsídios financeiros, sem direito de escolher o próprio destino, além do casamento e da maternidade. Como destaca Pateman, casamento e matrimônio, as duas instituições que, na Modernidade, asseguraram o domínio do homem sobre a mulher. Nas primeiras décadas do século XX inglês, e no Ocidente, como um todo, as desigualdades de gênero prosseguiram, as mulheres tiveram que percorrer uma longa jornada de lutas e desafios para conquistar o direito ao voto, a sair do confinamento doméstico, ao trabalho fora de casa, ao amparo legal para denunciar seus agressores, nas palavras de Virginia Woolf, a luta feminina era extremamente árdua. Antes da sociedade civil moderna, o patriarcado, tal como definido pelo direito clássico romano, era uma teia de poder centrada na figura do pai e seus representantes, vistos como o poder máximo, dentro de um grupo social ligado por consanguinidade ou por alianças maritais. No *patriarcado fraternal moderno*, o eixo de forças se deslocou do pai e de seus representantes para o direito civil moderno e a para esfera pública, notadamente, os códigos morais e legais relativos ao matrimônio e à maternidade, ambos bastante repressores para a mulher. Na sociedade brasileira, imersa na tradição patriarcal do Ocidente, a experiência do feminino, ao longo de todo o século XIX – ambiente das MPBC e do TFPQ –, foi vivenciada sob os mesmos códigos morais e jurídicos destacados por Carole Pateman, projetados em situações e estruturas familiares e sociais, em que a sujeição e a infração, esta, nunca aberta, das normas determinam a natureza da hierarquia de classe e de gênero.

A ficção não rejeita o mundo contextual e tão pouco é prisioneiro deste. A sua relação com o mundo é tecida de forma delicada e sutil, como as luminosas teias de aranha, que refletem e refratam a luz do dia, cheias de vigor e beleza porque tecidas por seres humanos de carne e osso, que vivem, sofrem e fazem a história, portanto: “lembramos que essas teias não foram tecidas em pleno ar, por criaturas incorpóreas, mas são obras de seres humanos sofredores e estão ligadas a coisas flagrantemente materiais, como a saúde, o dinheiro e as

casas em que moramos” (WOOLF, 2004, p. 54). Nos romances das MPBC e do TFPQ, as figuras femininas vivenciam as muitas nuances do lugar social da mulher, dentro das regras do patriarcado clássico e do direito civil moderno. Desde a elegante dama da alta sociedade fluminense, que não escapa (e nem quer) ao matrimônio arranjado com um político em ascensão, como meio para salvaguardar o *status* social, passando pela agregada branca e pobre, envelhecida pelo trabalho e sem a proteção de um casamento, até a mocinha frágil e de final dramático porque não suporta a ideia de não ter um marido, entre tantas outras jovens casadoras e santas mãezinhas.⁵⁷ Através de tais figuras, Machado de Assis e Lima Barreto apresentam um panorama instigante, ao mesmo tempo, de experiências femininas poderosas, despido de qualquer idealização. De início, retomemos, em breves notas, a trajetória das mulheres, nas MPBC e no TFPQ. Virgília e Olga são duas mulheres da alta camada do Rio de Janeiro, inteligentes e determinadas, elas, porém, não escapam, na verdade, elas aceitam e desejam, ao destino do matrimônio, atenuando, cada uma à sua maneira, as armadilhas que a vida conjugal impunha à mulher. Virgília é esposa do Lobo Neves e amante de Brás Cubas, uma dama elegantíssima do velho Rio imperial escravagista, criada entre os luxos de iaiá, os cativos e os agregados que a serviam. Olga é a afilhada do major Policarpo, moça rica, de origem europeia, educada nos moldes de sua classe, inteligente, culta e com algumas outras qualidades destoantes da média geral das moças do tempo, a exemplo de uma certa ousadia de ideias, que não chega a se transformar numa atitude de contestação aos valores instituídos. No subúrbio, encontramos Ismênia. Com igual educação doutrinadora para o matrimônio, Ismênia Albernaz vive no acanhado subúrbio carioca de São Januário, em companhia dos pais e de cinco irmãos, um menino – o único para quem o General Albernaz tem planos fora do círculo matrimonial –, e quatro irmãs, todas obstinadas em conseguir um marido no funcionalismo público. Ismênia atravessa toda a história melancólica, presa a um noivado infeliz, que a empurra para um fim prematuro, sem demonstrar nenhum relevo ou qualidade que a diferencie das moças de ambições previsíveis, que frequentavam as festas caça-marido do casal Albernaz. No círculo das *santas mãezinhas*, estão a senhora Cubas e dona Maricota Albernaz, duas figuras femininas que espelham exemplarmente os padrões morais e religiosos

⁵⁷De acordo com Mary Del Priore (1995, p. 111-112), a figura da santa mãezinha era parte do processo de adestramento da mulher, que continuava presa no interior do matrimônio. A princípio, a construção dessa imagem era feita pela pregação religiosa, em favor dos deveres do matrimônio e contra os “ilícitos tratos”, e prosseguia através da doutrinação e da vigilância dos costumes, com a exigência uma certa compostura, que a mulher casada deveria ostentar. Entre as qualidades, estavam modéstia e compostura no vestir, aparência calada e sofrida, nenhum apelo sensual, comportamento casto e obediente, docilidade, piedade religiosa e precaução com leituras consideradas mundanas, como por exemplo, os romances.

de suas épocas, limitadas à vida doméstica e a educar os filhos e filhas nos moldes da tradicional família patriarcal brasileira.

As jovens Albernaz – Vivi, Lalá, Zizi e Quinota –, vizinhas do major Policarpo Quaresma, têm o ideal do casamento como a grande tônica das suas existências, aliás, sem isso, elas perderiam qualquer referência social e existencial, sentindo-se ameaçadas pelo estigma cruel da solteirona, a que não encontrou um marido, transformadas em um peso e uma vergonha para a família. A viuvez precoce e a humilde condição de classe formam a espinha dorsal de Dona Plácida, ex-costureira agregada da família do Conselheiro Dutra, pai de Virgília, ocupação bastante comum para as mulheres pobres à época. Por fim, o abuso da mulher negra e cativa – por motivos que dispensam explicações, o elo mais frágil da cadeia de dominação masculina – pelo senhor branco é tematizado por Machado de Assis, nas MPBC, através do tio João, importunador lascivo e contumaz das escravizadas do casarão dos Cubas.

Embora o foco central e a ambientação das MPBC e do TFPQ seja o Brasil, antiga Colônia portuguesa, ambos são romances, ou melhor, são escritas da Modernidade. O romance machadiano exhibe a problemática convivência entre Iluminismo e Escravidão, como bem demonstrou Roberto Schwarz, em *Um mestre na periferia do Capitalismo*, sendo assim, as duas formas de patriarcado, demonstradas por Paterman (1993), se interpenetram, num contexto que abriga simultaneidade de tempos culturais, onde a vida feminina, tanto nas MPBC como no TFPQ, transcorre, quase que exclusivamente, no ambiente doméstico, um território dominado pelo poder do homem. Ainda que seja em oculo, Virgília dribla as pesadas restrições desse poder e seus códigos morais, com talento para a sedução e desenvoltura social. Para isso, a elegante dama prefere, ao invés do enfrentamento aberto, agir liberalmente onde os olhos do marido e da opinião pública não a alcançam, ou seja, numa insuspeita casinha, na Gamboa, esconderijo do seu romance com Brás Cubas. Pode ser considerada, desse ponto de vista, a menos ou a mais sagaz, pois, se por um lado, Virgília dá vazão ao seu erotismo, por outro, obriga-se ao desconforto de usar máscaras que também a aprisionam. De qualquer modo, o espaço imposto a essas mulheres está situado entre a Igreja Católica, a sala de estar, a cozinha e o quarto do casal, e, nos raros momentos de vida pública, quase sempre as flagramos em alguma atividade vista como tipicamente feminina, no caso das ricas e elegantes, como Virgília e Olga, nos passeios, na famosa rua do Ouvidor, nas casas de moda ou às voltas com o enxoval de casamento – imperioso para todas. Sob a moldura familiar insuspeita e festiva dos Cubas e das famílias do TFPQ, Machado de Assis e Lima Barreto tecem atmosferas movimentadas pelo ir e vir de intrigas familiares, reuniões domésticas, sofrimentos íntimos, pela brutalidade do cativo das mulheres negras, adultérios

e episódios de forte teor emocional, relativos à morte de familiares, iluminando aspectos sombrios e dramáticos por entre o cotidiano da vida dessas mulheres, reflexo dos valores e das barreiras sociais, que as mantêm presas ao casamento e ao espaço privado. Assim, tanto no Rio do Segundo Império, iluminado em MPBC, como no contexto da recente República, reconfigurado por Lima Barreto, surge o domínio masculino, o escravismo e sua herança tenebrosa de preconceito, exclusão social, exploração e abuso das cativas, inseparáveis da história pública e privada da vida brasileira.

No Brasil, o controle da máquina colonial ibérica agiu em duas frentes: primeiro, transplantou sua estrutura político-administrativa, com o objetivo de garantir a exploração eficiente da terra, dos povos e dos bens naturais do país; em seguida, o conjunto linguístico, cultural, religioso e de valores, através dos quais todas as esferas da vida da Colônia foram controladas. No âmbito privado e religioso, a Igreja Católica e a família de modelo patriarcal exerceram as funções de doutrinar e vigiar os costumes religiosos e morais da Colônia, demonizando e criminalizando qualquer desvio das normas impostas. Pragmaticamente, foi a partir de 1549 que os padres jesuítas da Companhia de Jesus começaram a campanha pela defesa do patriarcado familiar, no Brasil. Alarmada pelas supostas ameaças aos dogmas cristãos, em meio às “perversões do novo mundo”, a Igreja direcionava suas prédicas para os habitantes reinóis da Colônia e para os indígenas, chamados de gentios pelos religiosos, lançando mão de um corpo doutrinário repressor, centrado na demonização dos prazeres do corpo e na crença da natural predisposição da mulher – criatura de natureza fraca – ao pecado, principalmente, ao pecado da luxúria. Nesse ponto, os elementos de condenação da figura feminina foram claramente tomados pelos padres ao enredo bíblico (Gênesis 3:1-24) sobre a tentação de Eva pela serpente, que acaba seduzida pela posse conhecimento absoluto do Bem e do Mal, induzindo Adão à desobediência. Uma vez que Adão foi atraído pela fraqueza e pela curiosidade maléfica de Eva – culpado, porém, não o agenciador da desobediência –, é sobre Eva e suas filhas que deveriam recair as duras penas físicas e morais, sentenciadas por Deus: “Multiplicarei grandemente a tua dor e a tua concepção; com dor darás à luz filhos; e o teu desejo será para o teu e marido, e ele te dominará.” (GÊNESIS, 3:16). Sendo a mulher igualmente tentadora e fraca diante das tentações, caberia aos homens – pais, maridos irmãos, tios – protegê-la de suas perigosas tendências naturais, dando-lhe a segurança contra suas fraquezas e instintos, ou, na perspectiva religiosa, a redenção através matrimônio casto e da “procriação honrosa”. Ao interditar à mulher a experiência da sexualidade sadia, esse discurso transformava o desejo e o prazer femininos em justificativa para a culpa moral, seguida de toda a sorte de castigos físicos, aplicados por padres e cônjuges – possuidores do senso

prático, da racionalidade e da força de caráter para disciplinar a infratora. Assim, a Igreja Católica, no chamado Novo Mundo, doutrinava homens e mulheres para o exercício de papéis sociais completamente distintos, centrados na valorização do homem e na sujeição pública e privada das mulheres, o que exigia a vigilância constante sobre a vida religiosa, familiar, e até sobre as práticas sexuais da Colônia. Do ponto de vista político, essa doutrina moral e religiosa atuava junto aos interesses do Estado com o objetivo de defender uma sociedade sem fraturas morais, ideológicas e religiosas, de acordo com Ronaldo Vainfas (1997, p. 24), através do “projeto de domesticação dos indivíduos via célula familiar”. Entretanto, como o espírito da história nunca se desenrola da forma plácida e obediente, não obstante a pesada ação conjunta da Igreja e da Coroa portuguesa, no intuito de coibir violações do *ethos* colonialista, nos trópicos, vicejaram todas as formas de afetos e de práticas condenados pelos códigos morais do catolicismo, mesmo em face dos terrores da excomunhão, dos castigos e das pragas infernais com que eram ameaçados os infratores.

Após essa breve digressão, voltemos ao romance das MPBC. De todas as figuras femininas do romance, a senhora Cubas é a que mais de perto evoca a imagem de castidade e de modéstia (quase infeliz) exigida à mulher vista como adequada ao matrimônio honroso. Como vimos, os excessos de vigilância sobre a conduta pública e privada dos indivíduos, usados pelos ministros católicos, tiveram como foco não apenas modelar um padrão moral e de supostas virtudes religiosas, como também uma mentalidade coletiva politicamente cordata com os interesses de centro. E a estratégia usada foi a disseminação de conceitos como pecado, culpa e punição, além do isolamento social, imputado aos infratores, o que acabava transformando os indivíduos em vigias, juízes e delatores uns dos outros, por conseguinte, não ser difícil imaginar o temor e a vergonha de muitos homens e mulheres, frente à opinião pública. Com isso, procuramos enfatizar a situação frágil da mulher, violentamente censurada, portanto, sujeita ao discreto isolamento ou à execração pública, caso, por algum infeliz motivo, transgredisse as regras, pecando contra a castidade, adulterando, ou simplesmente por se rebelar contra o poder masculino. Cabe lembrar que, na escala de virtudes femininas pregadas pelo Catolicismo, reluzia solene a imagem da Virgem Maria, pura, devota e obediente. Na contraface da Virgem Maria, estava a figura de Eva, curiosa demais, desobediente, pouco precavida nos negócios da fé e uma má conselheira para Adão. Quanto à senhora Cubas, por disposição de temperamento ou coerção do meio, ela teve uma existência discretíssima, ao modo das *santas mãezinhas*, esposas devotadas à família, à religião e ao marido, “caseira apesar de bonita, e modesta, apesar de abastada” (MPBC, 1994, p. 21), aparecendo poucas vezes nas reminiscências de Brás, em pontos específicos da trama, que a

ligam ao enredo central. Na infância do narrador, é ela quem lhe agita o desejado chocalho de lata, forçando-o aos primeiros passos, *e fiquei andando*, experiência que se repetirá, de forma metafórica, na fase adulta, quando o pai lhe agita o chocalho das vaidades – o casamento com uma linda jovem e a carreira de deputado –, despertando-o da crise melancólica, em decorrência da recente perda da mãe. Dona de uma sensibilidade doentia, a senhora Cubas era melancólica, nuance de espírito que ela, segundo o narrador, lhe transfere, e sem a qual as memórias póstumas certamente perderiam aquela coloração aguda entre o amargo cinismo e o desencanto cru com que o narrador raspa, fio a fio, todo brilho aparente da condição humana.

À primeira vista, a existência da senhora Cubas parece se exaurir naquilo para que ela foi talhada, ou seja, a função da *santa mãezinha* exemplar, nenhuma discordância do padrão e muitas virtudes, “uma criatura tão dócil, tão meiga, tão santa, que nunca jamais fizera verter uma lágrima de desgosto, mãe carinhosa, esposa imaculada” (MPBC, 1994, p. 40), sem grandes relevos, *fraca, de pouco cérebro*, crédula demais, religiosa demais, submissa a Deus e ao marido, seus dois grandes senhores. Entretanto, a situação não se resolve de modo tão simplista, em relação à configuração geral do romance. Apesar de bonita, não tinha vaidades, sendo rica, pouco usufruiu das benesses de sua classe social, submissa, não ofendeu a fé e nem os bons costumes. Por volta de 1832, ano em que Brás retorna ao Brasil, a senhora Cubas está em seus momentos finais, roída por um cancro no estômago, numa longa agonia, “de crueldade minuciosa, fria, repisada, que me encheu de dor e estupefação”, (Ibid.). Em acordo com a visão desencantada do defunto autor, o destino da senhora Cubas evidencia a crueldade da vida, que não poupa nem aos bons e nem às castas mães, paradoxo que assombra a alma de Brás, a partir de então: “Confesso que tudo aquilo me pareceu obscuro, incongruente, insano...” (Ibid.). Nas MPBC, o destino individual – a boa fortuna ou insucesso – depende mais do talento de cada um, no jogo da mascarada social, do que das virtudes, entretanto, no fim, nada parece ter consistência, nem o sucesso e nem o fracasso. No que se refere à Virgília, sua sorte deriva da capacidade de lidar com a máscara e com o verniz social, torcendo as circunstâncias, na medida que lhe parece possível. Bela e dona de um grande senso prático, será bem-sucedida como amante de Brás, mãe do pequeno Nhonhô, esposa do político Lobo Neves e dama respeitada da alta sociedade fluminense. Também é prudente quando se trata de manter as aparências morais. Religiosa mais pelo costume do que pela crença sincera, Virgília chegará ao desfecho das MPBC em paz com seu círculo social, viúva e amparada pelo Nhonhô – agora, um jovem bacharel –, junto ao leito de antigo amante moribundo a condenar as outras, envolvidas em *amores ilegítimos, meio secretos meio divulgados*. Em síntese, Virgília *tinha o aspecto das vidas imaculadas*, e tudo se encaixa perfeitamente porque,

elucida o narrador do *Quincas Borba* (1891), “a contradição é deste mundo” (ASSIS, 1994, p. 147). Sabina, única irmã de Brás Cubas, só aparece nas memórias dele já adulta, com filhos e casada com o Cotrim, um rapaz de qualidades medianas, que *passara de estroina a circunspecto*, avarento, membro devoto de várias irmandades religiosas e com gosto pela divulgação de suas obras. Antes dessa época, Brás cita apenas breves evocações de sua relação com Sabina: “Éramos tão amigos! Jogos pueris, fúrias de criança, risos e tristezas da idade adulta”. (MPBC, 1994, p. 60). Com a morte do pai, acontece a briga pela partilha da herança, o Cotrim reivindica a luxuosa prataria da família para Sabina porque ela era casada, mirando o ganho material através das atribuições sociais de gênero, uma vez que cabia a ela ilustrar a elegância doméstica dos Cotrim, através de objetos e cuidados domésticos refinados, atribuídos ao universo feminino. Dito isso, ao lançar mão da *fantasia mimética do leitor*, expressão usada por Erich Auerbach (2009, p. 421), em referência às imagens lembradas de pessoas e meios semelhantes, não é difícil imaginar Sabina coberta por seus pesados vestidos, sob a constante vigilância da família, sendo modelada nos valores religiosos para o casamento e a maternidade, enquanto, na Europa, Brás desfrutava a liberdade e o *romantismo prático*. Muito mais do que uma divisão social de papéis entre homens e mulheres, durante um largo período histórico, o casamento, a maternidade e a vida doméstica foram as grandes exigências impostas às mulheres.

Embora menos retraída e sem o temor enfermizo da senhora Cubas, outra *santa mãezinha* é Dona Maricota Albernaz, pertencente à sociedade do TFPQ, esposa diligente e ativa do General Chico Albernaz. Seguindo o tom geral do TFPQ, o narrador não usa de sutileza para apresentá-la ao leitor, enquadrada numa imagem que sugere todo o seu universo físico, de caráter, familiar e suburbano: cabeça pequena, contrastando com o corpo, que era enorme, busto curto, diligente nas tarefas domésticas. Dona Maricota vivia entre a sala e a cozinha, envolvida na organização de alegres reuniões familiares, destinadas a atrair maridos para as filhas, “não havia dona-de-casa mais econômica, mais poupada e que fizesse render mais o dinheiro do marido e o serviço das criadas.” (TFPQ, 2005, p. 39). Depois de situar a atmosfera geral dos comportamentos e valores, os seis filhos do casal em nada destoam desse mundo de aspirações estreitas: Lulu, um rapaz inosso, estudante do Colégio Militar, devido ao empenho do pai General junto a conhecidos influentes, era preparado para a carreira no funcionalismo público. Quanto às cinco moças – Quinota, Ismênia, Vivi, Lalá, Lili –, seguem educadas para o casamento e para a vida doméstica, rodeadas de filhos. Dona Maricota era

alguns anos mais nova do que o marido, *tinha ainda inteiramente pretos os cabelos*⁵⁸, enfatiza o narrador, dando-lhe um ar jovial, que se transformará em abatimento e nos fios de prata, adquiridos ao longo da doença de Ismênia. Antes disso, levava a vida unicamente preocupada em arrumar genros bem empregados, organizando a casa e sonhando com o Lulu num cargo público, invejado pela burguesia suburbana. O narrador sempre se refere à mulher do General Albernaz como *ativa e diligente*, tomando tais adjetivos como característicos de toda a sua substância íntima e da maneira como ela interpreta a própria existência. Para Maricota Albernaz, a vida de uma mulher sem marido e sem filhos era algo absolutamente incompreensível – as ameaças sem a proteção de um homem, a questão financeira, a moral, os costumes –, além do que era *feio e desonroso para a família*. Logo, sem ter um marido e filhos, a mulher estaria despida de dignidade, exposta ao juízo público – o algoz mais cruel de todos. Na sua pouca imaginação, toda a existência da mulher seria uma longa preparação para um único propósito: “Aprenda a fazer isso, porque quando você se casar”... ou senão: ‘Você precisa aprender a pregar botões, porque quando você se casar...’” (TFPQ, 2005, p. 37). Era, portanto, um dever de toda “boa moça” estar atenta à opinião pública, moldar o comportamento e os gestos, de acordo com os ditames da sociedade, por exemplo, ao ficar noiva, deveria sorrir – e esse é o melhor dos motivos para uma jovem estar feliz –, mas nunca demais, como faziam as sirigaitas. Comentando essa regra, Michelle Perrot pontua: “A mulher decente não deve erguer a voz. O riso lhe é proibido. Ela se limitará a esboçar um sorriso. Pode – em certas ocasiões deve – deixar rolar as lágrimas, coisa proibida à virilidade, demonstrando, assim, que é acessível ao sentimento e à dor” (PERROT, 2003, p. 15). O recato é feminino, a expansão, masculina, o espaço doméstico é para a mulher, a rua, para o homem, assim como o riso público e desbragado, enquanto as lágrimas e o sentimentalismo são para a mulher. Mesmo sem saber, Dona Maricota reforça a opressão de gênero sobre Ismênia, que deve sorrir, ensina a mãe, entretanto, de forma suave e contida, pois teve a boa sorte de um noivado com um jovem dentista promissor, o Cavalcânti, na verdade, um embusteiro, que joga com a ânsia dos Albernaz em casar a filha. Fora desse universo de noivados, maridos, filhos e tarefas domésticas resta à mulher o estigma da solteirice sem filhos, ou, pior ainda, a desonra, quando é vítima da lábia de um sedutor qualquer. Em síntese, a imagem da mulher inferiorizada, da qual nos fala Virginia Woolf, surge nesses *espelhos mágicos*, capazes de dotar os homens da superioridade que eles não têm. Mostrando concordar com Virginia Woolf, a socióloga Heleieth Saffioti escreve: “Mulher dócil é a

⁵⁸É interessante notar como o narrador destaca o traço de juventude existente em Dona Maricota, considerando as exigências estéticas impostas à mulher.

contrapartida de homem *macho*. Mulher frágil é a contraparte de *macho* forte. Mulher emotiva é a outra metade de homem racional. Mulher inferior é a outra face da moeda do *macho* superior” (SAFFIOTI, 1987, p. 29). A composição do TFPQ enfatiza os casamentos das moças Albernaz de acordo com os papéis atribuídos socialmente a homens e mulheres. Ismênia, cuja tragédia pessoal é desencadeada pela fuga do noivo, que ilude os Albernaz e lucra financeiramente, durante os cinco anos de namoro com a jovem, desperta as simpatias de Quaresma e do narrador por sua fragilidade e delicadeza quase etéreas. Silenciosa, melancólica e com nenhuma energia para a mudança de sorte, ela tem sua vida destruída por um patife, em quem deposita suas aspirações de moça criada para o matrimônio e para a vida doméstica. Lalá, com seus excessos de pó de arroz e o empenho em casar com o jovem Tenente Fontes consegue concretizar esse único ideal de vida. O rapaz é um positivista aguerrido, tem algumas boas qualidades, porém, é limitado de ideias, e seus ferozes arroubos positivistas, aliados a uma visão *religiosa e transcendente* da República, o tornam perigoso. E tanta fé cega impede o Tenente Fontes de enxergar o arremedo tosco de democracia executado pela República florianista. Por isso, ele tem as certezas inflexíveis dos pouco críticos, em seus *autos-de-fé*, defende as piores atrocidades contra os insurretos da Marinha, considerados: “réus confidentes, relapsos, contumazes, falsos, simulados, fictos e confictos, sem samarra, soltos por aí...” (TFPQ, 2005, p. 133). E nada mais aflora nesse jovem militar além de crença cega e ódio desmedido a qualquer tipo de oposição, uma vez que, na sua limitada visão dos fatos, as boas qualidades não ultrapassam o círculo dos companheiros republicanos e positivistas. Lima Barreto percebeu com extrema clareza as perigosas limitações do Positivismo, sistema filosófico abraçado por grande parte do Exército republicano como a verdadeira religião da humanidade sã e do progresso. Para Lima, a certeza do progresso através da ordem social, cara ao Positivismo, não passava de *ciência fofa*, ou seja, uma expectativa vazia, incapaz de solucionar os graves problemas do Brasil, além servir para justificar a violência e a tirania com que o apostolado militar positivista sedimentava a República. Nesse sentido, as boas intenções, nem por isso isentas de culpa, do Tenente Fontes, defendendo os excessos republicanos e justificando a violência bruta contra os adversários, seriam o produto dessa *ciência fofa*, extremamente perigosa, com que os discípulos do progresso e da ordem conduziram os acontecimentos posteriores a 1889.

Como sabemos, outra questão incômoda para o escritor era o ambiente do funcionalismo público, o qual acusava de emascular as potencialidades intelectuais do homem, amesquinhando-o em intrigas e muita bajulação. Sobre o tema, Genelício, marido de Quinota, mostra alguns dos atributos mais duramente criticados por Lima: bajulador,

mediocre, sem nenhum ideal político sincero, um mediocre para quem a República não era história e nem transformação, somente a via para atingir seus objetivos. Quinota, a esposa, era doceira talentosa, muito faceira, comum de temperamento e alma e, se não tinha grandes contornos, também não era deplorável como o marido. Ao contrário da esposa, o Genelício, o *grave e giboso Genelício, glória e orgulho do nosso funcionalismo público*, pontua ironicamente o narrador, tem sua evolução na trama ligada à busca dos próprios interesses. Ele é um abismo ético e intelectual, sem a disciplina do jovem tenente Fontes, Genelício se vale de toda sorte de artimanhas sórdidas, em busca de promoções. Traíçoeiro e dissimulado, espreitava oportunidades de ascensão até nos enterros de pessoas importantes, agradando a qualquer um que facilitasse suas investidas arrivistas. Desprezando os humildes e as vítimas do furor republicano, diz: – “Não me meto nessas cousas, meu amigo. O governo tem sempre razão. Passe bem” (TFPQ, 2005, p. 202-203). Essa resposta seca, dada a Ricardo Coração dos Outros, negando ajuda a Policarpo Quaresma, preso na Ilha das Cobras, resume como o Genelício interpreta todo o contexto político. Para Lima, ele é um autêntico produto das repartições públicas brasileiras, a imagem do republicano apressado e interesseiro, tão criticado pelo escritor. Vistos os genros do casal Albernaz e seus *mágicos espelhos* femininos, não é o caso de culpar unicamente Dona Maricota por uma visão, ao mesmo tempo, tão redutora da função da mulher e inflada do olhar masculino. Voltando mais uma vez aos pensamentos da vizinha de Quaresma, encontramos o trio de motivos para o temor de que as filhas não se casem: econômico, moral e religioso. No final do século XIX, ainda não era permitido à mulher ingressar no serviço público ou nas profissões liberais, o que dificultava sua autonomia financeira, ou seja, tornava quase impossível para uma jovem em busca de liberdade ter *um teto todo seu*. A sociedade atribuía ao homem a função de provedor financeiro da família, com livre acesso aos mais diferentes espaços públicos, enquanto a mulher ficava restrita às tarefas domésticas. Nas esferas jurídica e moral, a figura feminina estava sob a tutela do homem, primeiro do pai ou dos irmãos, depois, do marido, pois, sem a proteção de um destes, poderia ser alvo fácil para maledicências ou para investidas de aproveitadores. Por fim, em uma sociedade de formação católica como a brasileira do século XIX e início do XX, a mulher sem marido era vista quase como uma transgressora dos valores fundamentais e, não tendo filhos, desatendia às inclinações naturais de seu sexo.

Na composição de tais figuras, não há muito espaço para ambiguidades psicológicas, uma vez que as moças Albernaz pensam no casamento o tempo todo, nada mais sendo dito sobre suas vidas, o que gostam ou fazem, se vão à rua ou à casa das amigas, e o Genelício, cuja mediocridade e o oportunismo mesquinho se adequam com perfeição ao ambiente

corrompido da burocracia pública do TFPQ, tem sua existência na trama concentrada unicamente no empenho de bajular e ascender na burocracia estatal. Vendo a questão sob outro prisma, Lima Barreto tomou a Literatura como importante atitude política, como meio para alcançar a consciência e o sentimento fraternos do leitor, através da exposição direta das questões que envolvem suas personagens, assumindo o risco da caracterização uniforme. Por outro lado, tal escolha serviu para expor os meandros mais íntimos da atmosfera moral e política combatida por ele. Lima foi um crítico que não se importava em polemizar, por isso, em seu *Diário Íntimo*, entrada de 05 de janeiro de 1908, louva os artistas que usam de sinceridade: “Sempre achei a condição para obra superior a mais cega e mais absoluta sinceridade.” (BARRETO, 2018e, DI, p. 147). Em toda a obra barretina, é presente o esforço para concretizar esse princípio literário, tratando das mais diversas formas de opressão, o escritor trouxe à tona importantes mazelas da condição feminina, como a exigência da virgindade e do casamento, a ausência da mulher na vida pública e intelectual brasileira, a desvalorização da mulher negra, o encarceramento de todas na vida doméstica e na maternidade, e atacou abertamente a violência de gênero e o machismo. *Não as matem*, crônica publicada no *Correio da Noite*, de 26 de janeiro de 1915, ecoa uma realidade trágica, lamentavelmente atual, apesar das conquistas na esfera dos direitos femininos. O texto começa relatando uma série de assassinatos covardes e com requintes cruéis de ex-noivas, unicamente porque as moças romperam a relação, seguidos da verdadeira barbárie doméstica de maridos que assassinam livremente suas esposas, por suspeita de adultério, todos esses crimes motivados pelo “obsoleto domínio à valentona, do homem sobre a mulher, é coisa tão horrorosa, que enche de indignação.” (BARRETO, 2018j, NAM, p. 03). Com argumentos lúcidos, Lima defende o direito das mulheres à liberdade e de escolher seus parceiros, enfatizando a urgência de ser o amor, e somente este, o elo forte para manter uma relação. Nesse sentido, os homens deveriam entender que tal sentimento não se conquista à bala, e é tão flutuante quanto tudo o mais na vida. Lima finaliza o texto reiterando a gravidade do problema e o seu posicionamento em favor da mulher: “Deixem as mulheres amar à vontade. Não as matem, pelo amor de Deus!” (Ibid., p. 04)

Nas mãos de um mestre das sutilezas e das nuances do espírito como Machado de Assis, os percalços enfrentados por uma mulher sem marido e pobre, bem como o adultério feminino, vividos na sociedade patriarcal católica fluminense da segunda metade do século XIX, são tratados dentro de uma complexa rede de circunstâncias, que envolvem aspectos locais, o colorido da vida íntima, as escolhas diante da vida e as experiências amorosas. Sobre isso, sirvam-nos de exemplo as experiências de D. Plácida e de Virgília, ambas pertencentes

ao romance das MPBC. Ao invés da caracterização direta e crua, para apresentar a esfera vital e a figura de D. Plácida, Machado usa a perspectiva realista em um viés sutil e refinado, preferindo o encadeamento de uma série de problemas comuns a qualquer a viúva muito pobre e completamente sozinha, dentro do quadro sócio-histórico e de valores patriarcal e clientelista, através dos quais afloram as razões da velhice, possivelmente precoce, e os dissabores de D. Plácida. Muito pobre, D. Plácida ficou viúva antes dos vinte anos, porém, resistia às investidas de homens pouco interessantes ou mal-intencionados que lhe aparecem, optando por sobreviver das aulas que dava aos garotos da vizinhança, em troca de uns minguados tostões. A viúva, desde os dez anos de idade, era doceira de profissão e, durante um período bastante difícil de sua vida, foi costureira agregada da rica família do Conselheiro Dutra, pai de Virgília. D. Plácida vivenciou uma junção de circunstâncias derivadas tanto do contexto da época como de algumas escolhas suas, responsáveis por modelar seu destino individual na trama, como a opção de não aceitar uma união ser amor e sem a benção da Igreja, mesmo diante dos muitos problemas enfrentados. Desse modo, após a morte do marido, a difícil situação de D. Plácida se complicou ainda mais. Com uma filha de apenas dois anos e uma mãe ranzinza para alimentar, a costureira desejou e precisava de um novo companheiro, porém, disse não a todos os pretendentes que lhe apareceram, a uns por lhe soarem grosseiros demais, a outros, cafajestes, pelas propostas nada cristãs de *seduções*, e ela, tal como as moças Albernaz, *Queria ser casada* – o emblema de respeitabilidade para mulher. Daí a espera por um casamento, mas nenhum deles queria se casar oficialmente, *mas era gênio e queria ser casada*, e até suportaria ser o *mágico espelho* de algum quitandeiro simplório, como o Policarpo, desde que fosse casada. A mãe que, na juventude, não se apegara a tais *fidúcias*, e cujo temperamento, as agruras e a idade acirraram a natural ranzinzice, atirava fora a moral e os bons costumes, preferindo uma solução rápida para as urgências da vida das mulheres muito pobres: “Queres ser melhor do que eu? Não sei donde te vêm essas fidúcias de pessoa rica. Minha camarada, a vida não se arranja à toa; não se come vento. Ora esta!” (MPBC, 1994, p. 83). Apesar das muitas dificuldades e dos excessos da mãe, D. Plácida não cedeu. Os anos passaram, a filha, agora, com quatorze anos, cresce *muito fraquinha*, mas com uma perigosa inclinação para *capadócios*, obrigando D. Plácida a mantê-la sob constante vigilância, sem que isso as livre das investidas que rondam as mulheres pobres e sozinhas. Costurando para lojas famosas do centro do Rio, D. Plácida fazia entregas constantes, levando sempre a filha consigo, na tentativa de mantê-la longe dos temidos defloradores de moças pobres. Entretanto, sem se dar conta, a viúva tornava a menina alvo de *graçolas*, *piscadelas* e de propostas financeiras repulsivas de muitos homens com

quem negociava as costuras. Firme e correta, nesse caso, ela também não cedeu. Morrendo-lhe a mãe, os temores se concretizam e a filha some com um *capadócio*. Dona Plácida cai doente, triste e acaba sendo acolhida na rica casa de *Iaiá* Virgília Dutra, onde permanece durante um longo tempo como agregada, costurando e acumulando dependência e gratidão – que serão devidamente cobradas por *Iaiá* Virgília, no momento oportuno. No essencial, essa é a vida de D. Plácida, cujas nuances e complicações lhe darão uma trajetória própria, entretecida à dinâmica geral de eventos da trama.

Dito isso, cabe saber como ela chegou até aqui e, nesse ponto, as conclusões de Brás não mostram nenhuma comiseração para com a viúva pobre. Para Roberto Schwarz, o retrato de Dona Plácida é um dos momentos mais altos e duros da ficção brasileira, tecido nos limites da generalidade de classe e da estrutura social, em que a produção econômica ficava a cargo dos cativos e os pobres “se não trabalham são uns desclassificados, e se trabalham só por muito favor serão pagos ou reconhecidos.” (SCHWARZ, 1997, p. 99). Dentro dessa moldura histórica, Machado identificou claramente no trabalho sem mérito o *ápice da frustração histórica*, tornada mais cruel pelo tom frio e um tanto debochado do narrador rico, ao tratar da vida difícil da costureira pobre. Fruto de uma *conjunção de luxúrias vadias* entre um sacristão lascivo e uma penitente desinibida da Igreja da Sé, assim Brás resume a origem de D. Plácida, após um breve momento de confidências, no qual ela lhe conta sua história de órfã aos dez anos, as dificuldades da viuvez, as preocupações com uma filha espevitada e os insultos da mãe. Como gastara a saúde e a juventude nas costuras e nos doces, *não a beleza porque não a tivera nunca*, agora, envelhecida, não tinha esperanças de encontrar um marido para alívio de tantas angústias. A cena é ambientada na tranquila casinha da Gamboa – refúgio dos amantes, posto aos cuidados da antiga agregada –, e a viúva confia, sem nenhum sentimentalismo romântico, todos esses infortúnios. Quanto ao narrador, trata de usar sua ironia e humor ácido para preencher as lacunas da história, como é o caso da pisadela e do risinho faceiro, atribuídos por ele ao início dos amores fortuitos entre o sacristão da Sé e a penitente de hábitos livres – pais de D. Plácida –, chegando até a antecipar o triste desfecho de sua cúmplice, “até acabar um dia na lama ou num hospital; foi para isso que te chamamos, num momento de simpatia” (MPBC, 1994, p. 84). Tais eventos, seguidos da reflexão desiludida de Brás sobre a existência de D. Plácida, vêm à tona na sequência de uma moedinha de prata – pois as boas ações não estão livres das astutas intenções –, que Brás dá à velha costureira, num momento de carinho entre ela sua querida *Iaiá* Virgília.

A tensão que leva ao abraço entre D. Plácida e Virgília, seguido da generosa retribuição de Brás, tem início com a recusa da costureira, ainda muito constrangida pelos

motivos que unem os três, em participar da rotina dos amantes, recusando sentar-se à mesa com eles, o que significaria capitular suas últimas reservas morais, situação que Virgília contorna manipulando a gratidão de D. Plácida: “– Parece que você não gosta mais de mim” (MPBC, 1994, p. 83). A frase reverbera como esperado, D. Plácida não apenas gosta verdadeiramente da protetora como entende perfeitamente os dissabores futuros, sem “gratidão” de dois amantes ricos e com muito a perder para não serem generosos com ela. Sem condenar e nem absolver D. Plácida, Machado estrutura o conjunto de motivações que a levam a ceder às investidas do casal: gratidão, afeto sincero, muitas dificuldades e a segurança financeira. Em troca, precisa apenas fingir ser a dona da casinha da Gamboa, protegendo o casal de possíveis olhares indiscretos. Dentro dessa dinâmica, D. Plácida, além de ser mulher, é pobre, sozinha e envelhecida pelas agruras, e também possui uma dívida de gratidão para com Virgília – algo que a costureira sinceramente reconhece. Além disso, Virgília é uma dama casada, rica, elegante, astuta, bela e graciosa, ou seja, um conjunto de atributos bastante sedutores, com grande influência sobre sua antiga agregada, e sabia como dispor disso. Pondo na balança os valores morais e as necessidades financeiras, mais a ameaça real de acabar mendigando nas ruas, ainda que com muitas reservas, amuada e até chorosa, a necessidade de preservação acaba por vencer os princípios morais de D. Plácida. Por fim, ela aceita as condições do acordo. Como dito anteriormente, as boas ações podem muito bem conter intenções sagazes. Finalmente, os últimos resquícios de desconforto moral cedem ao ponto forte dos argumentos de Brás, mais especificamente, sua “generosidade” materialista, na forma de cinco contos de réis, dados como *um pão para a velhice*: “D. Plácida agradeceu-me com lágrima nos olhos, e nunca mais deixou de rezar por mim, todas as noites, diante de uma imagem da Virgem, que tinha no quarto. E foi assim que lhe acabou o nojo” (Ibid., p. 81). Daí em diante, ressalta o ironista ferino, a *medianeira* porá o adúltero sob os cuidados da Virgem Santa, *medianeira* entre Deus e os homens. No melhor estilo machadiano, nada mais paradoxal e, ao mesmo tempo, mais compreensível às disposições da consciência humana. Com o fim do longo romance, gasto pela saciedade, Virgília parte para o Norte com o marido, nomeado presidente de uma província, Brás continua na Corte e D. Plácida segue a vida sozinha, porém, agora amparada pelos cinco contos de réis. Sem o temor da miséria e das ruas, o antigo desejo de ser uma respeitável senhora casada ressurgiu. Esquecida de que, na vida, muitas vezes, a necessidade e a oportunidade despertam as medianeiras e os trapaceiros, D. Plácida cai na lábria de canteiro mal-intencionado, com quem se casa e por quem será roubada, alguns meses depois. Machado de Assis trata com extrema seriedade a questão da pobreza e das motivações humanas, sua visão ética transpõe o moralismo rasteiro para

mergulhar no fundo de cada situação de vida e no modo como cada um trata, na relação com os outros, seus desejos e suas necessidades mais urgentes, assim desnuda uma dimensão subjetiva imensamente rica e bem-acabada das figuras romanescas, à medida que estas agem e reagem aos processos sócio-históricos dos quais derivam. D. Plácida não é usurária como a *linda Marcela* e, se age impelida por fortes razões de sobrevivência, também não é ingênua, tão pouco dispõe da solidez moral de Eugênia, *a flor da moita*, que se recusa a aceitar o dinheiro de Brás, mesmo em situação de extrema pobreza, escolhendo padecer num cortiço qualquer da cidade. Postas lado a lado, na visão de mundo machadiana, a próxima fase não perdoa nem os ingênuos, como D. Plácida, e nem a rigidez de princípios, tal como vista em Eugênia. E escapar a isso não envolve, necessariamente, se corromper, mas saber usar a diplomacia e a sutileza, a conhecida tática de ceder um tanto aqui para ganhar mais adiante, algo que Eugênia escolheu não fazer. Quanto a D. Plácida, atendendo a um pedido de Virgília, Brás vai resgatá-la, “um molho de ossos, envolto em molambos, estendido sobre um catre velho e nauseabundo” (MPBC, 1994, p. 133), moribunda, num beco miserável da cidade, levando-a para o Hospital da Misericórdia, de onde a velha *saiu da vida às escondidas, tal qual entrara*, uma semana depois. Na visão ácida do narrador, essa foi uma vida pobre, em todos os planos da existência, entretanto, por servir aos desejos de dois adúlteros ricos, se prestou a algum valor: “[...] tal foi, portanto, a utilidade da vida de D. Plácida. Utilidade relativa, convenho; mas que diacho há absoluto nesse mundo?” (Ibid.). Entre as negativas irônicas e debochadas do narrador e a visão machadiana *da outra face da história*, isto é a frustração histórica dos pobres, vistos como gente sem categoria, mal pagos e sem reconhecimento: “Nem a ordem vigente nem a apologética satisfazem a razão, que lhes assinala a irracionalidade.” (SCHWARZ, 1997, p. 102)

Machado de Assis foi contemporâneo das correntes realista e naturalista, que ganharam terreno, no Brasil, partir dos anos de 1880, em meio aos últimos suspiros românticos. Entretanto, o escritor percebeu as limitações do descritivismo severo, cara ao Realismo, e a luz excessivamente cientificista, perseguida pelos naturalistas, que desaguou na fria dissecação dos temas e das personagens, dando a sensação de explorar o mundo romanescos como um experimento de observação científica. Norteado por um conceito extremamente rico da Literatura, sem limites de *tropos* e assuntos considerados genuinamente locais, Machado escapou ao nacionalismo, exaustivamente explorado pelos românticos da primeira geração, e às mutilações temáticas, derivadas do apego à *cor local*, enriquecendo as referências locais e da tradição literária brasileira com as contribuições universais. Avançando nas limitações da tradição literária, Machado elaborou a base criativa para seus universos

ficcionais, tão assentados na experiência social e histórica do Brasil como nas manifestações universais da natureza humana. Tal riqueza de perspectivas fermentou a criação de perfis humanos carregados de segundos planos, notadamente, os da cultuada segunda fase do autor das MPBC. Dessa forma, Machado de Assis conseguiu adentrar, com sutileza e profundidade, na consciência histórica, política e moral de sua época, entretanto, sem exaurir ou limitar as potencialidades da experiência humana, os motivos vivenciais de suas figuras e suas distintas categorias de recusa e de adesão aos padrões instituídos. No plano dos caracteres individuais, as personagens machadianas encenam, o constante embate entre a verdadeira natureza e aquilo que se esforçam por parecer, o contraste entre os verdadeiros interesses inconfessos e a máscara social – disfarce esse tão necessário à vida dita civilizada. A entrada em cena das duas naturezas – a subterrânea e a da máscara – representa, como observa Alfredo Bosi (1982, p. 439), a exposição do *cálculo frio e do cinismo*, o *quase-nada quase-tudo*, acrescenta, possível somente com a rendição franca da consciência, que Machado assumiu através do honestíssimo Jacó Tavares, nas MPBC: “a veracidade absoluta era incompatível com um estado social adiantado, e que a paz das cidades só se podia obter à custa de embaçadelas recíprocas...” (MPBC, 1994, p. 95). Através do enlace entre as duas naturezas, o leitor machadiano é arrastado para o mundo subjetivo e inconfesso das personagens, que elas tanto se esforçam para resguardar da temida opinião pública, de modo que o jogo de ocultação se encaixe na prática social estabelecida. Dito de outro modo: todos fingem e todos, igualmente, conhecem essa regra, e até esperam tal atitude uns dos outros. Por isso, em questões da natureza humana, o caráter das grandes figuras machadianas nunca é inteiriço: “[...] moralmente, as colchas inteiriças são tão raras!” (ASSIS, 1994h, p. 53), reflete o narrador do *Quincas Borba*. Concordando com Machado, Georg Lukács destacou a importância de tal aspecto, fundamental para a ligação entre o ser humano e a criação literária, ao apontar que uma das razões mais profundas de nosso encanto pela Literatura é: “o interesse pela riqueza e variedade de cores, variabilidade e multiplicidade de aspectos da experiência humana” (LUKÁCS, 1965, p. 59).

Dito isso, passemos à Virgília – a figura feminina mais destacada do romance das MPBC. O primeiro encontro entre Virgília e Brás Cubas ocorreu em 1832 – ano repleto de experiências marcantes na vida dele. Em 1832, Brás se vê forçado a voltar ao Brasil, após dez anos de recreações europeias, para os últimos momentos da agonia da mãe, com quem revela ter um laço profundo, tecido de amor e melancolia. Em seguida, o torpor do luto, a reclusão na Tijuca, com o despontar da hipocondria, o reencontro com D. Eusébia, velha amiga dos Cubas e, lembremos, protagonista, junto com o Doutor Vilaça, do escândalo doméstico, na

moitinha, em 1814. Acontece também o breve encanto por Eugênia, de quem desiste ao descobrir que ela, além de ser filha do romance adúltero entre D. Eusébia e o Vilaça, é *coxa de nascença*, tudo dentro do espírito hedonista do narrador e do culto às aparências da alta classe do século XIX. Por fim, os ambiciosos planos do velho Cubas para casá-lo com Virgília – a bela filha do Conselheiro Dutra –, união fundamental para alavancar a carreira política de Brás. Além da influência política do Dutra, Brás se encanta pela natureza instigante e cheia de energia de Virgília, oposta às figuras ingênuas e suspirosas das mocinhas românticas clássicas, sem a aparência clorótica, ao estilo mal do século, portanto, mais rica, no modo de se relacionar com os outros, e na condução do próprio destino. Muito bonita, Virgília era um *azougue, viva, uns olhos...*, diz o senhor Cubas, na tentativa de persuadir o filho ao promissor matrimônio, enquanto este, convencido da *fragilidade das coisas, das afeições, da família*, após acompanhar a terrível agonia da mãe, não dava acenos de boa vontade a nenhuma das propostas do pai. Cabe retomar: o velho Cubas havia lhe agitado o chocalho das vaidades – uma linda noiva, uma cadeira de deputado – acrescidos do desinteresse por Eugênia, a melancolia vai cedendo à volubilidade e Brás decide retornar ao casarão da família. Na sequência, conhece Virgília e, não demora muito, as qualidades dela conquistam o espírito hedonista do pretendente. Virgília era um *diabrete angélico*, bela, *fresca, muito clara*, faceira, pueril, ignorante, atrevida, voluntariosa, cheia de preguiça, *uns ímpetos misteriosos* e alguma devoção, entretanto, sem chegar à mística da doutrina. Nestas poucas palavras, Brás resume um começo sem grandes ímpetos de paixão, mas repleto de curiosidade: “Aí tem o leitor, em poucas linhas, o retrato físico e moral da pessoa que deveria influir mais tarde na minha vida” (MPBC, 1994, p. 45). Não demora, Brás vai descobrir que esse retrato moral tinha outras características: além do luxo e da riqueza a que estava acostumada, a moça queria ser nobre. Como destacam Naiara Pita e Mirella Márcia Longo Vieira (2019, p. 71), na análise do conto *Miss Dollar*: “há já a consciência de que qualquer harmonia, principalmente a amorosa, tem condição subalterna diante dos interesses egoístas e do jogo de interesses sociais.” No segundo Machado, o das MPBC, essa consciência atinge um nível estilístico e de métodos de caracterização das figuras penetrados por motivos que correspondem à classe, à natureza pessoal e à condição moral dos envolvidos. Virgília era da camada alta da sociedade monárquica, de influente família, jovem, bonita, cheia de vigor, bem calculando todos os seus atributos, ela percebeu que Brás não prometia nada que ela já não possuísse, principalmente, algo que fosse ao encontro das suas aspirações de nobreza. Por isso, assim que surge o Damião Lobo Neves, outro pretendente que, se não era mais atraente do que Brás, era mais ambicioso e decidido, e lhe acena com o casamento e um título de

marquesa *porque ele seria marquês*, Virgília rapidamente usa a lógica do cálculo. Um e outro se completam, proposta feita, proposta aceita: a esperta Virgília “comparou a águia e o pavão, elegeu a águia” (MPBC, 1994, 57). Em poucas semanas, o Lobo Neves conquistou a noiva e a candidatura, e Virgília, a promessa de se tornar nobre. Ao *pavão* restaram a aliança em punho, *espanto, despeito, três ou quatro beijos* e um pai mortalmente abalado, cuja *imaginação graduada em consciência* lamentou mortalmente a vergonha da rejeição: *Um Cubas!* Sendo ricos, todos têm outras ambições, outros *jogos de interesses* além do dinheiro – os quais Machado não condena explicitamente e nem explicitamente louva, revela o quanto o interesse se sobrepõe às questões do amor e da virtude, pois Eugênia, bonita e com grande firmeza moral, foi desprezada por um defeito físico e pela origem.

Retomando o argumento de Lúcia Miguel Pereira (1988), o autor das MPBC destacou o valor da ambição, na luta pela mudança de classe, e o defendeu na figura da Guiomar de *A mão e a luva*, que rejeitou um destino pobre, enfrentou e superou a estratificação de classes da sociedade brasileira do século XIX, movendo a seu favor doçura, uma madrinha rica e uma visão perspicaz da fenda entre os mundos sociais. Ainda com Pita e Longo Vieira (2019, p. 77): “o câmbio entre as classes sociais pode acontecer através do casamento. Mas é necessário ter astúcia e habilidade, pois o dinheiro – assim como Hermes – é aquele que promove o mundo da razão em comércio com as forças instintivas.” Eugênia preferiu não agir com a astúcia e a habilidade vistas em Guiomar, portanto, acabou miserável e sozinha, num cortiço infecto qualquer, comprovando a tese bem machadiana, identificada por Pita e Longo, no trânsito dos pobres, de que na vida em sociedade, o dinheiro até abre portas, entretanto, para mantê-las abertas é indispensável ser astuto e habilidoso. Na configuração do episódio, essa estratégia machadiana acaba revelando a unidade moral de Virgília e dos demais envolvidos, no jogo de conquista das alianças matrimoniais e das pretensões futuras – Brás, o noivo e candidato a deputado vaidoso, o velho Cubas, um comerciante astuto e acostumado às negociatas, o Dutra e o Lobo Neves, duas raposas políticas. Enfim, todos cultivam e defendem os objetivos, as tendências e as ambições das altas camadas, dos salões elegantes e da rotina luxuosa dos “bem-nascidos.”

Sobre o futuro romance adúltero, Machado concentra o elemento de surpresa no modo como tudo irá acontecer, e não na ocorrência em si, insinuada ao leitor, no Capítulo V, das MPBC, *Em que aparece a orelha de uma senhora*. Quanto à paixão após o rompimento, o motivo alegado pelo narrador é o seguinte: “Há umas plantas que nascem e crescem depressa; outras são tardias e pecas. O nosso amor era daquelas; brotou com tal ímpeto e tanta seiva, que, dentro em pouco, era a mais vasta, folhuda e exuberante criatura dos bosques.” (MPBC,

1994, p. 66). Retornando à sequência dos eventos de 1832, Virgília se casa, sai de cena e, após um período vivendo em São Paulo, retorna à Corte, agora uma mulher adulta, muito bela, elegante, refinada, de modos aristocráticos, dando as pistas da segunda fase de sua relação com Brás Cubas. E não por acaso, o reencontro entre os dois tem como cenário a charmosa rua do Ouvidor, local de comércio mais famoso e bem frequentado do Rio imperial, onde ricos, intelectuais e figurões da política se abasteciam do que realmente lhes interessava: fofocas da Corte, namoricos, temas quentes da política, o mercado de exportações, debates literários acalorados e luxo, muito luxo, vindo, principalmente, da França – modelo cultural e social da elite da terra. De acordo com os “bons costumes”, a cena do reencontro transcorre sob uma aura de sensualidade elegante e discreta, concentrada na figura cheia de luxo e sofisticação de Virgília – uma flecha certa nas suscetibilidades hedonistas de Brás –, renunciando a atmosfera sentimental e psicológica do futuro romance. À porta da tipografia Plancher – do livreiro e tipógrafo francês Pierre René François Plancher de La Noé, cujas atividades foram intensas durante o Primeiro Reinado –, Brás vê surgir *uma mulher esplêndida*, à qual logo reconhece ser Virgília, em seguida, trocam olhares e cumprimentos civilizados, ela segue, *esplêndida*, ao encontro do marido, e ele fica *atônito*. Depois desse reencontro, o narrador resume o despontar da paixão em breves notas: o segundo encontro, em um baile, depois outro, trocam algumas palavras, muitas valsas, ele conquista a intimidade do casarão Lobo Neves, não demora, protagonizam o *Velho diálogo de Adão e Eva* e, por fim, chegam à casinha da Gamboa. Sedução e desejo pessoal, eis, portanto, o germe central do romance entre Brás e Virgília, a despeito das regras do matrimônio, pautadas nos seguintes princípios: “separação das esferas entre homens e mulheres, a idealização da mulher-mãe e a moral sexual fundada no casamento monogâmico” (MATOS, 2003, p. 121). Casada com o Lobo Neves, Virgília não será nem *santa-mãezinha* e nem a esposa monogâmica, e caberá a ela – o vértice prático do romance – aparar os ímpetos de paixão de Brás e as desconfianças (quase certas) do marido.

Embora o Lobo Neves não fosse uma figura masculina de qualidades arrebatadoras, o casamento transcorre sem maiores dilemas. Para Virgília, foi o meio de realizar seus anseios aristocráticos e o “caminho natural” das moças para garantir a respeitabilidade social, no caso dela – filha e esposa de políticos influentes –, a segurança social e o conforto das classes que governam o país. Talvez a vida de casada e a maternidade tivessem suas monotonias, entretanto, dentro do contexto patriarcal, não havia quase nenhum horizonte de escape para uma mulher, fora do casamento, por conseguinte, da grande sombra do masculino. A propósito disso, Elisabeth Roudinesco não deixa escapar um aspecto importante: “a

dominação do princípio masculino sobre o princípio feminino havia sido, em todos os tempos, e na quase totalidade das sociedades humanas, a única regra a partir da qual era possível construir as relações entre os sexos” (ROUDINESCO, online, 2003, p. 20). Nessas condições, Virgília não desprezará o casamento e nem a família, muito menos a opinião pública, mas não desiste de viver o romance secreto com Brás Cubas, lançando mão de estratégias sinuosas para não colocar em risco seu *status* de dama casada e da alta classe fluminense. Por isso, suas atenções visam salvaguardar ambas as circunstâncias – o casamento e o romance –, algo que só se consegue compreendendo muito bem as regras da sociedade na qual as coisas se desenrolam. Desse modo, vemos o prudente recuo de Virgília diante da rede de olheiros que os cercam, à caça de uma fofoca quente para animar as rodas, na Ouvidor, e nos elegantes bailes da Corte. De igual forma, a negativa dela aos arroubos românticos de Brás, exigindo a fuga de ambos – Virgília tem consciência do grande alcance da autoridade masculina –, o autocontrole, em meio às desconfianças do marido, o esconderijo na casinha da Gamboa e a bem pensada escolha de D. Plácida – a cúmplice perfeita, por gratidão e pelas necessidades financeiras. Na personalidade e na trajetória de Virgília, Machado de Assis colocou aspectos essenciais para uma vida movimentada de experiências, interessante, do ponto de vista humano, e também do que ela nos fala sobre como uma mulher transita entre as condições determinadas e as escolhas pessoais, entre o modelo imposto ao feminino e o desejo: “[...] Virgília cingiu-me com os seus magníficos braços, murmurando: – Amo-te, é a vontade do Céu.” (MPBC, 1994, p. 68). Uma declaração feita com tanta graça e força que encerraram as implicâncias do amante acerca de alguns breves lampejos de remorso dela. Não obstante a suposta *vontade do Céu*, de acordo com a doutrina bíblica, o matrimônio casto passava bem longe das travessuras sensuais da Gamboa. Gasto o encanto, o romance terminado, eles se distanciam, os anos passam até que o velório do Lobo Neves os reaproxima, pondo diante de Brás uma Virgília inconsolável, vergada sobre o caixão do marido, tentando retardar o desfecho inevitável. Morreu quase Ministro de Estado, ou melhor, *com o pé na escada ministerial*, para tranquilidade e alívio da vaidade ferida de Brás, que também ambicionava o cargo. Juntando tudo isso ao antigo adultério, as emoções expressas por Brás ilustram o quão complexa e contraditória pode ser a natureza humana: ele, que traiu sem remorsos e se confessou aliviado pela morte do concorrente político, agora, tinha *uma pedra na garganta ou na consciência*, e a tarde do enterro tinha *o peso e a cor do chumbo*; Virgília, sempre tão hábil, convincente e quase nenhum remorso, estava inconsolável, e suas lágrimas *eram verdadeiras*.

Da mesma forma que as outras figuras femininas vistas até aqui, Olga, a afilhada de Policarpo Quaresma, se dobra à obrigação do casamento. Rica, educada para a vida de esposa “bem casada” com um doutor, Olga é a figura feminina de maior destaque do TFPQ, e uma das poucas a escapar ao perfil geral de mediocridade dos críticos de Quaresma. Desde a morte da mãe, ela vive com o pai e com uma tia materna, encarregada do Palacete de Real Grandeza – nome pomposo da mansão dos Coleoni – e da educação doméstica da sobrinha. Cercada de todas vigilâncias e dos cuidados acessíveis aos mais favorecidos, Olga consome os luxos da charmosa rua do Ouvidor, frequenta os bailes elegantes, à caça do cobiçado doutor nacional, tem amigas com os sobrenomes mais importantes do Rio de Janeiro, portanto, não destoaria se ela fosse apenas mais uma jovem a concentrar todos os esforços no casamento e na maternidade, incapaz de ir além do papel de recatada coadjuvante do marido. Embora seus anseios juvenis sejam iguais aos da grande maioria das moças de sua classe social, nela, há uma tensão íntima entre as normas sociais e o despotar de uma consciência sobre a validade de tudo o que se exige à mulher, principalmente, o casamento. Olga, cujo *ar distante de heroína* ganha o brilho da firmeza de caráter, da inteligência e de uma visão crítica, inexistentes nas demais figuras do TFPQ, sempre viu, em Policarpo Quaresma, o idealismo revolucionário que muitos tratam como loucuras de um sonhador excêntrico. A jovem até lamenta não ter nascido homem porque, só assim, poderia desbravar o Brasil pobre, carente e desconhecido por muitos, que ela só conhece numa visita ao sítio do Sossego. No campo afetivo, a tensão interior de Olga existe porque ela não encontra equivalência entre *os impulsos de seu meio*, fazendo as moças enxergarem unicamente o casamento como propósito de vida, e o seu entusiasmo pelas grandes coisas. Ao mesmo tempo, adequada aos padrões e com a chama de um ideal elevado, Olga demonstra a clareza de julgamento, inexistente em Quaresma – bom e com nobres ideais, mas ingênuo diante das circunstâncias –, entretanto, ela é uma mulher e, em seu contexto, isso basta para coibir suas possibilidades de ação. Por isso, *casar era uma coisa que não vinha dela*, era uma atitude resignada às disposições de sua classe e gênero, distante da felicidade íntima e da busca de um ideal maior, de indagar, observar o país e descobrir o remédio para suas mazelas sociais – algo verdadeiramente desejado por ela. Quando o padrinho lhe pergunta sobre seus sentimentos acerca do noivo, o médico Armando Borges, antes de um tímido *Gosto*, Olga não considera o amor, mas apenas alguns aspectos da vida de uma mulher, os hábitos da sociedade, a sua curiosidade de moça solteira. Em seus pensamentos, encontramos a razão de suas tensões íntimas:

Todos os rapazes que ela conhecia não possuíam relevo que a ferisse, não tinham o *quê*, ainda indeterminado na sua emoção e na sua inteligência, que a fascinasse ou subjugasse [...] Ela não sabia bem o que era, não chegava a estremar na percepção das suas inclinações a qualidade que ela queria ver dominante no homem. Era o heroico, era o fora do comum, era a força de projeção para as grandes cousas [...]” (TFPQ, 2005, p. 66)

Olga revela o desejo de encontrar o amor, em conexão com outros ideais de vida, almeja superar a letargia do Brasil diante da miséria do povo, talvez ao lado de um homem igualmente idealista, de caráter firme e impulsionado por um genuíno desejo de mudança social, contudo, ela ficará limitada ao luxuoso Palace de Real Grandeza, às prendas do lar, enquanto o marido canastrão ocupa cargos importantes e conquista a confiança da rica burguesia republicana. Lima era um libertário, admirava o Anarquismo e tinha aversão à República florianista. Lilia Moritz Schwarcz (2017) lembra que o escritor, junto com vários intelectuais, companheiros seus, frequentava os grupos anarquistas do Rio e, em 1904, chegou a participar do Movimento Operário, do projeto Elísio de Carvalho, que planejou criar uma universidade popular, iniciativa de curta duração, entretanto, de longo efeito ideológico para a militância intelectual do criador de Policarpo Quaresma. Entre os anos de 1903-1904, Lima publicou diversas manifestações de apoio aos movimentos dos trabalhadores, radicados na Capital da República, tanto em jornais voltados para as classes operárias como em veículos de linha editorial mais independente. O jornalismo militante de Lima começou nos anos da Politécnica, junto Bastos Tigre, Antônio Noronha Santos, Carlos Viana e outros, o mesmo grupo do Café Papagaio, e desde a Politécnica, o escritor sempre defendeu ideias libertárias e a construção de uma sociedade livre dos problemas denunciados em sua obra. Por isso, tinha profunda admiração por espíritos revolucionários, ele mesmo, um espírito inquieto, sempre crítico das muitas formas de opressão existentes na sociedade brasileira. Mais de uma vez, o escritor enalteceu a Revolução Russa, de 1917, atacou a burguesia *calma, gorda e saciada*⁵⁹, enquanto milhões sucumbiam a todo tipo de perseguições e sofrimentos, e dedicou uma admiração especial a Vera Zassulitch (1849-1919), militante russa, tema de uma crônica, publicada em *Brás Cubas*, 14 de julho de 1918. Vera Ivanovna Zassulitch era filha de nobres russos empobrecidos, e desde muito jovem, aos dezessete anos, decidiu ingressar na militância do Partido Comunista, época em que manteve intensas correspondências e encontros com o líder anarco-niilista Sergey Nechayev (1847-1882). O envolvimento com Nechayev acabou por levá-la à prisão, dos dezessete aos vinte anos. Em liberdade, a jovem militante continuou sob a implacável vigilância da polícia russa, mesmo assim, ela não

⁵⁹O trecho pertence à crônica *Vera Zassulitch*, publicada em *Brás Cubas*, 14/07/1918.

somente continuou suas atividades políticas como também assassinou, em 1906, um importante oficial, o general Dmitri Feodorovich Trepof (1850-1906), em retaliação à violência cometida por ele contra um preso desconhecido. Durante o júri, Vera Zassulitch confessou o crime, a premeditação e não demonstrou nenhum arrependimento. O júri a absolveu e ela seguiu lutando por seus ideais revolucionários. Dito isso, deixemos o próprio Lima expressar sua admiração por Vera Zassulitch:

[...] o que nos interessa, é o caráter dessa mulher, é a sua abnegação, é o seu sacrifício em prol do sofrimento de outrem que ela absolutamente não conhecia. Não trepidou ela em cobrir-se com o opróbrio de um assassinato, de arriscar-se ao cárcere de cujas dores tinha experiência pessoal, de jogar até a cabeça, para mostrar que era “solidária” com a desgraça, com a angústia, com a dor de um semelhante... (BARRETO, 2012, p. 73)

Combatividade, renúncia e solidariedade com os oprimidos, atitudes elevadas que, na perspectiva de Lima, resumem a verdadeira essência da vida social e humana. Não obstante o sopro libertário vindo de Vera Zassulitch, Olga não chega a transformar a sua bela energia em ação efetiva. A esposa de Armando Borges não enfrenta abertamente, como fez Zassulitch, as pressões da sociedade e as injustiças sociais, que tanto a impactaram, no Curuzu. Era um tempo, como assinala o narrador, de carnificina e mortes. Por todo o Rio, se multiplicavam as delações de opositores da República, usadas como moeda de troca para cargos. As notícias das prisões arbitrárias e da violência desenfreada chegavam à mansão Coleoni, causando perplexidade e uma revolta sem consequências práticas na afilhada do major Policarpo, mesmo quando confrontada com a realidade estarrecedora dos pobres do Curuzu, inertes, doentes e famintos. Olga e Vera Zassulitch são espíritos com a mesma ousadia de ideias, mas trilham caminhos muito diferentes: Olga é uma mulher de qualidades notáveis, entretanto, escolhe o exílio luxuoso em suas leituras ou a solidão do gabinete de sua mansão, assim evita a companhia do marido arrivista, apoiador republicano de primeira hora e médico charlatão de sucesso. Já Vera Zassulitch responde à brutalidade do poder transformando a sua consciência de mundo em ação política. De todo modo, acreditamos ser Olga uma homenagem de Lima a todos os espíritos revolucionários, concretizados ou não, sensatos e corretos o suficiente para não estar do lado dos que oprimem e violentam os indefesos, ainda que essa escolha seja o distanciamento discreto, visto em Olga. Em seu íntimo, Olga até carrega uma certa chama de revolução, um desejo que fica por acontecer, na verdade, isso se mostra como uma atitude de pensamento, sem vazão no terreno das ações práticas, e da qual temos um leve prenúncio quando ela enfrenta as críticas debochadas do marido, contrário à tentativa de libertar Policarpo Quaresma, encarcerado na ilha das Cobras. Olga e Armando Borges são dois

opostos que se atraem por convenção social e ambição: ela, pelo diploma de médico, e ele, pela fortuna da esposa – o caminho mais rápido para fazer a carreira do filho de um fazendeiro arruinado, ambicioso e cheio de vaidade como é Armando Borges. Os Coleoni eram muito ricos, no entanto, desejavam incenso da nobreza intelectual, emanado pelo diploma acadêmico.

Todo esse *status* de nobreza, que paira sobre título de doutor, vem do Brasil Colônia, mais especificamente, a partir da Lei de 11 de agosto de 1827, sancionada por D. Pedro I, criando dois cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, um, na cidade de São Paulo, e o outro, em Olinda, Recife. Ambos os cursos eram em nível de Bacharelato, com extensão ao Grau de Doutor para os formados que defendessem teses, no âmbito dos estudos jurídicos, desde que devidamente aprovadas pelos professores, em Congregação. Além disso, no Brasil colonial, passando pelo Império e chegando à República, a formação educacional não era acessível a todas as camadas do povo. Antes de 1808, não havia instituições de ensino superior, o que obrigava as famílias ricas a enviarem seus herdeiros (homens) para a formação acadêmica, na Europa, fato que só mudaria a partir de 1808, quando, enfim, d. João autorizou a criação das Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Mesmo assim, o quadro do ensino superior, no Brasil, era limitadíssimo, e majoritariamente ocupado por jovens ricos ou apadrinhados por algum poderoso, contribuindo para formar uma classe seleta de privilegiados pelo diploma, pela fortuna ou por ambos. Com a Lei de 1827, os formados poderiam ir de bacharéis a doutores, como acontecia na Europa, acrescentando mais notabilidade a esse grupo. Desde então, a Lei de 1827 atravessou todo o Império, ganhou o imaginário popular, que concedeu a qualquer um que tivesse nível superior, ou fosse rico, o tratamento de doutor e, como no campo dos direitos básicos do povo, pouca coisa havia mudado, a prática chegou à República. Isso explica porque um sujeito medíocre e arrivista assume ares de nobreza da terra, arrebatando o consentimento de Vicente Coleoni, um empreiteiro de origem italiana, esperto, muito rico, mas sem o cobiçado diploma e conhecedor das “tradições” da sociedade brasileira. O sogro rico sempre teve claros os termos da relação entre Olga e o marido, *ela quer um doutor*, e o diploma, não vindo acompanhado de fortuna, como era o caso de Armando Borges, traria o *status* da nobreza da terra à família, pois cada *terra tem a sua nobreza*, ironiza o narrador, e Vicente Coleoni “julga muito aceitável comprar a satisfação de enobrecer a filha com umas meias dúzias de contos de réis” (TFPQ, 2005, p. 54-55). Por outro lado, a fortuna e a aura doutoral trariam sucesso, ascensão na carreira e, no fim das contas, Armando Borges estaria muito bem, nas duas esferas de poder da sociedade, ou seja, a intelectual e a econômica. E assim estavam firmados os termos do

acordo. Casados, Olga será o vértice íntegro da relação, enquanto o marido, apesar da completa falta de qualidades intelectuais, acaba consolidando suas ambições, à custa de muita bajulação, da influência dos pacientes ricos e da fortuna do sogro, que abria as portas do seu consultório à alta sociedade fluminense. Nesse ponto, surge uma das críticas mais pontuais de Lima, sobre a regra nacional do quanto mais medíocre, bajulador e disposto a negociar o caráter, mais rápido e fácil se consegue atingir as metas. Assim, trabalhando no Hospital Sírío-Libanês, onde aparecia três vezes por semana, em meia hora, Armando Borges atendia mais de trinta pacientes. Tacanho e desleixado com sua formação, na imprensa, o médico publicava artigos que eram verdadeiras bricolagens de citações alheias, em francês, inglês e alemão, para dar “alicerces” de cultura erudita ao texto. Em casa, Olga seguia presa à rotina doméstica, e logo descobre as simulações de falso homem da Ciência do marido. A cena é uma sátira ferrenha à notoriedade e à inteligência associadas ao diploma de nível superior, no campo prático – outra crítica pontual de Lima –, e desmascara a realidade na qual o ornamento suplanta as verdadeiras qualidades intelectuais. Sob esse prisma, como vimos, em passagem anterior deste estudo, todas as noites, Armando Borges surgia na sala de estudos do Palacete de Real Grandeza, devidamente lotada de livros, impecavelmente trajado com o jaleco branco, abria as janelas das venezianas, se posicionava à vista de prováveis observadores fingindo ler um compêndio de alguma especialidade médica. Entretanto, como lhe falta estofamento intelectual, *ele não compreendia a grandeza daquelas análises*, e vocação científica, *a ambição de dinheiro e o desejo de nomeada esporeavam-no*, o sono ganhava fácil para leitura. A solução para tal inconveniente não poderia ser mais prosaica: narrativas picantes substituíram o recheio, sendo mantidas as respeitáveis lombadas. E foi assim que o doutor pôs o sono fora e seguiu acreditando ser um homem superior aos demais. Inteligente, Olga nunca se enganou quanto às superficialidades do marido, por isso as engenhosas táticas de gabinete não foram um choque para ela. Na esfera prática, a instituição do casamento se mantém, Olga nada diz ao marido, entretanto, a distância entre ambos se torna um abismo intransponível, quando ela constata que Armando Borges, além de medíocre, era desonesto e chegou a ganhar a vultosa quantia de seis contos de réis cuidando da febre de uma órfã rica, numa trapaça urdida com o tutor da jovem. Olga é, portanto, um *espelho* que estilhaça a imagem do homem medíocre com o qual se casou, ainda que, para a sociedade, ele surgisse como um respeitável profissional, rico e em plena ascensão. Na consciência da mulher: “Não foi desprezo, nojo que ela teve pelo marido; foi um sentimento mais calmo, menos ativo; desinteressou-se dele, destacou-se de sua pessoa. Ela sentiu que tinham cortado todos os laços de afeição, de simpatia, que prendiam ambos, toda a ligação moral, enfim” (TFPQ, 2005, p.

136). Para uma mulher, mais ainda, para uma herdeira bem-educada da alta burguesia brasileira de finais do século XIX, o que seria mais vergonhoso: suportar um charlatão doméstico, mas respeitado em sociedade, ou ser publicamente uma mulher separada? Ao mesmo tempo em que tem uma visão de mundo entre destoante das demais moças do tempo e receosa do ostracismo social, Olga reconhece (e aceita) o peso das convenções vigentes: se todos os homens eram iguais, não adiantaria se separar de Armando Borges, *de que valeria essa quase indignidade?* Em outras palavras: afrontar as normas da sociedade cristã patriarcal, que transformou o casamento em um sacramento, por uma liberdade de escolha sem opções? Ao final, resguardaram-se os valores, a moral vigente se manteve protegida e, todas as manhãs, o marido atravessava a varanda para ir ao consultório, vendo a esposa debruçada na varanda, à espera do adeus, *segundo o ritual dos bem ou mal casados*.

Em ambos os romances, de todas as mulheres condicionadas ao casamento e à maternidade, Ismênia Albernaz, a triste vizinha de Policarpo Quaresma, é a de existência mais sofrida. No final do primeiro capítulo do TFPQ, *A lição de violão*, ela aparece, na casa do major Quaresma, com sua fisionomia tímida, arrematada com algumas *tintas de bondade*, para convidar o modinheiro Ricardo Coração dos Outros para uma festa, organizada pelos pais. Ismênia, cuja natureza doentia será agravada pelo abandono do noivo aproveitador e pelas pressões do meio, tem a obsessão da grande maioria das jovens de sua época, ou seja, ela pensa todo o tempo em se casar. Desejo que era o puro reflexo de uma educação doméstica, religiosa e social posta contra todas as aspirações que não fossem valorizar a dependência, camuflada de proteção, ao homem, à rotina doméstica e à urgência em gerar filhos, sem as quais a vida de uma mulher, em seu contexto, seria vista como incompleta, até mesmo como um fracasso. Sem exprimir grande complexidade existencial, a mãe, Dona Maricota – a grande referência feminina das quatro filhas, igualmente educada nesse discurso –, se dedicara unicamente aos *sentimentos maternos e de família*, e em casar as meninas o mais rápido possível. Por isso, ela não compreende que a timidez da filha era, na verdade, a manifestação de uma natureza frágil, de uma patologia psíquica desencadeada por circunstâncias para as quais Ismênia não dispõe de nenhum mecanismo de defesa. Tão pouco sua família, patriarcal e suburbana, e o discurso médico-científico da época, repleto de preconceitos contra as singularidades do feminino, lhe trarão algum conforto, o que faz dela uma vítima completamente indefesa tanto de um homem sem escrúpulos como de um modelo de cultura e de sociedade implacável no julgamento da mulher. Aqui, cabe retomar que, durante séculos, as interpretações médico-científicas da alma feminina a descreveram como naturalmente propensa a desequilíbrios como a luxúria, e às chamadas patologias nervosas,

tais como histeria, loucura, crises nervosas, estados melancólicos, anorexia, lipemania – nome dado, no século XIX, à crise de mutismo, acompanhada de tremores e tristeza prolongada, derivados de problemas emocionais.⁶⁰ Mais ainda: por sua natureza considerada frágil, a mulher não teria as mesmas aptidões intelectuais dos homens. Ismênia não tem a sagacidade da bela Virgília, sem a qual seria muito difícil conciliar uma vida tranquila de dama casada, driblar os curiosos e manter a relação secreta com Brás Cubas, também lhe falta a inteligência lúcida de Olga, que escolhe o abismo doméstico à vergonha pública de ser uma mulher separada. Ela não tem a faceirice bem-comportada das irmãs, muito alegres com seus noivos igualmente comuns, também não possui o entusiasmo das emoções. A obsessão de Ismênia pelo casamento vinha da pura ideia de se casar, que lhe foi inculcada desde a infância, sem qualquer sentimento ou busca de prazer pessoal. Era uma obsessão nascida da causalidade e do meio. Ouçamos o que diz o narrador sobre o casamento ser visto como uma necessidade vital para as moças:

No colégio, na rua, em casa das famílias conhecidas, só se falava em casar. "Sabe, Dona Maricota, a Lili casou-se; não fez grande negócio, pois parece que o noivo não é lá grande cousa"; ou então: "A Zezé está doida para arranjar casamento, mas é tão feia, meu Deus!" A vida, o mundo, a variedade intensa dos sentimentos, das ideias, o nosso próprio direito à felicidade, foram parecendo ninharias para aquele cerebrosinho; e, de tal forma casar-se se lhe representou cousa importante, uma espécie de dever, que não se casar, ficar solteira, "tia", parecia-lhe um crime, uma vergonha. (TFPQ, 2005, p. 37)

Nesse contexto, em que ressoam sempre as mesmas ideias aprisionadoras e de estereótipos negativos, obrigação conjugal, maternidade, pudor, timidez, negação das subjetividades e da liberdade individual, imposição de padrões estéticos porque, tal como a *Zezé, tão feia, meu Deus!*, as feias não conseguem maridos, não é difícil compreender o desenvolvimento de pesadíssimas cargas emocionais. Vivendo sob essa opressão, muitas jovens foram condenadas a finais trágicos, mortas em plena juventude, tal como Ismênia, trancadas em manicômios ou nos silêncios envergonhados das famílias. Assim, quando o noivo desaparece, Ismênia sente seu pequeno mundo desabar, uma sensação de fracasso e de angústia amargos se apoderam dela, além do medo de não encontrar outro noivo e a vergonha da solteirice. A jovem, então, começa a alternar estados de euforia e mutismo, citando um marido e um casamento que nunca existiram, até enlouquecer, *de uma loucura mansa e infantil*. Desde a sua primeira aparição na trama, a imagem pessoal e o destino da jovem

⁶⁰Sobre isso, ver: PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATTOS, Maria Izilda de S.; SOIHET, Rachel. **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora Unesp, 2003, p. 13-26.

estavam entrelaçados. Pálida, quase etérea, de poucas palavras, com *a triste cabecinha e uma preguiça de impressionar*, fraca de vontades, tendo como único ponto relevante os lindos cabelos castanho-alourados. Ismênia morrerá como viveu, sem chegar à nenhuma profundidade de emoção, sem conseguir odiar o noivo mau caráter, mas sentindo raiva de uma cartomante, que lhe corta as últimas esperanças de subir ao altar: *Não volta!* Prisioneira das regras e do silêncio impostos à mulher, Ismênia é a face obscura da personagem da mocinha do século XIX ocidental, idealizada, “pura como um lírio, muda em seu desejo” (PERROT, 2003, p. 22), virtudes necessárias para as futuras boas esposas e mães. Esposas fiéis ao matrimônio e à maternidade castos, zelosas da fé, instruídas apenas o necessário para conduzir bem a vida em sociedade, representado dignamente o marido e a família, sem nada desejar fora desse trajeto, sob o manto do patriarcado e do controle de gênero. Como dito anteriormente, o sofrimento de Ismênia é o desfecho cru e doloroso das moças angustiadas por não concretizarem tais exigências. Próxima de seu triste fim, o último pedido da moça refirma essa trágica condição: “– Mamãe... Eu vou morrer... [...] – Eu sei: vou morrer e peço uma coisa à senhora... [...] – Eu quero, mamãe, ir vestida de noiva.” (TFPQ, 2005, p. 179). Passados alguns dias, o vaticínio se cumpre, Ismênia é encontrada morta pelas irmãs. Sob um céu *azul, sedoso e fino*, indiferente à tragédia humana, a triste Ismênia será levada ao cemitério “coberta de flores, vestida de noiva, com um ar imaculado de imagem.” (Ibid., p. 180)

Todas as experiências vistas até aqui, com suas histórias de sofrimentos, desafios e da opressão de gênero, são protagonizadas por mulheres livres, não sendo negras e nem descendentes de escravizados, estão fora do alcance do cruel preconceito racial, moças ricas como Virgília e Olga, e também da camada média suburbana como as irmãs Albernaz, cujas experiências vitais estão ligadas ao contrato social imposto à mulher. Não obstante a ousadia bem pensada de Virgília e a rebeldia discreta de Olga, quando se trata de proteger sua condição de senhoras respeitáveis, elas acatam os valores do patriarcado, zelam pelo casamento e pela vida doméstica, sem tornar pública a dissidência que protagonizam, nas esferas íntima e privada. Todo esse cenário de violências, tendo como alvo o feminino, ganha contornos de verdadeira barbárie, no contexto das mulheres negras escravizadas. Vítimas do brutal esquema de tráfico transatlântico, levado a cabo pelo colonialismo ibérico, durante mais de três séculos, as mulheres negras foram exploradas como força de trabalho, nas lavouras e casas-grandes, matrizes geradoras de mercadoria humana para abastecer o comércio escravista, viveram sob a constante ameaça da separação de seus maridos e filhos, por venda ou quando postas no serviço de amas de leite dos filhos das sinhás brancas.

Acrescente-se ainda a esse quadro tenebroso de agressões, a violência sexual, praticada pelos senhores escravagistas, de forma contumaz e sem qualquer tipo de punição. Nas muitas páginas de escravidão edulcorada, escritas por Gilberto Freyre, em *Casa-grande e senzala* (1933), sua *opus magnum*, o contato entre o homem branco e a mulher negra assume o viés de supostas ternura e sensualismo compartilhados, esfumaçando o lado violento das relações de poder entre os que vivenciaram a escravidão e sua herança maléfica. Com isso, Freyre evoca as imagens tranquilas de *escravas ou sinhamas* embalando e alimentando as crianças brancas, das negras velhas com suas histórias de assombração para entreter os senhorzinhos, da cobiçada mulata, cheia de dengues, tirando bichos de pé dos senhores, servindo (sendo obrigadas) no alpendre das casas-grandes e nas camas, aquela “que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem.” (FREYRE, 2003, p. 367). Na sequência, Freyre insinua que a preferência sexual por *mulheres de cor*, muito notada no *filho-família* de países escravocratas, como no caso do Brasil, possa ter surgido do contato precoce com as amas de leite. Mais adiante, cravando no acesso às negras e mulatas *fáceis*, aponta o desenvolvimento de um *exclusivismo ou fixação sexual* do homem branco pela mulher negra, *mórbidos*, “através dos quais se sente a sombra do escravo negro sobre a vida sexual e de família do brasileiro.” (Ibid., p. 192). Entretanto, esse acesso fácil aconteceu sob a brutalidade do estupro, praticado contra mulheres, crianças e homens negros, seguindo a regra jurídica da posse completa do dono sobre o corpo e a vida do escravizado. Dito isso, cabe lembrar o fato de nosso hibridismo étnico-racial ser o resultado, entre outras formas de união, da violência sexual, praticada contra as índias –, depois, contra as mulheres negras –, desde os primeiros contatos do colonizador ibérico com os povos autóctones. Em obra posterior ao clássico de 1933, *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, publicada em 1963, Freyre atenta para as nítidas indicações de teor sexual, nas propostas de venda de escravizadas, enfatizando a beleza da *mulata ou negra* como produto adequado aos objetivos sexuais do comprador: “vistosa, dentes alvos, sabendo reger uma casa – em excelentes condições para ser escrava de homem solteiro” (FREYRE, 1979, p. 85). Ou, de modo direto, como este anúncio, também do *Diário de Pernambuco*, de 30/01/1830, no qual Freyre destaca o seguinte trecho: “faz-se o apelo ao solteirão: ‘Algum homem solteiro que estiver em circunstâncias de precisar de huma ama de casa para todo serviço necessário etc.’” (Ibid., p. 85). Neste outro, do *Diário de Pernambuco*, de 21/01/1865, é anunciada a fuga de Joana, *mulatinha puxando a sarará, 14 anos prováveis*, na mesma linha dos anteriores para descrever as características da menina: “pernas e mãos muito finas, uma verdadeira ‘flor de pecado’ [...] corpo regular, com todos os dentes, mas ‘com vestígios

antigos de chicote no corpo [...] a fala às vezes viciosa [...] padecendo de boubas nas partes ocultas.” (FREYRE, 1979, p. 31).

Machado, que testemunhou as décadas sombrias da escravidão e da sociedade de classes, vivenciou experiências derivadas de ambas. Retomando alguns dados da vida do escritor, mencionados em etapas anteriores desse estudo, desde a sua infância, Machado conheceu de perto todo o contexto da escravidão. Descendente de escravizados, nasceu livre, no Rio imperial, em 1839, filho de um pintor de paredes negro e de uma açoriana – quase não há informações sobre a mãe do escritor. Na condição de afilhado de pessoas ricas e brancas, conviveu com a elite racista de sua época, após a morte do pai, morou, uma parte da adolescência, com a madrastra, uma senhora negra, desceu o Morro do Livramento, foi aprendiz de tipógrafo, conquistou a imprensa fluminense, na sequência, atingiu o topo da Literatura nacional. Durante seu noivado com a portuguesa Carolina de Novaes – sua companheira por trinta e cinco anos –, Machado enfrentou a resistência de parte da família dela, contrária à união da moça branca, europeia e culta com um homem negro. Em 1897, em pleno auge de sua carreira literária, Sílvio Romero lhe dirigiu uma crítica amparada em argumentos do chamado racismo científico⁶¹, sob o pretexto de estudo comparativo de Literatura Brasileira, no qual se refere ao escritor *como um genuíno representante da sub-raça brasileira cruzada*, ou seja, um mestiço, sem demonstrar nenhum apreço por esse grupo específico da população brasileira. Para Romero, os mestiços nacionais eram, antes de tudo, carentes das habilidades intelectuais necessárias para criar algo de verdadeiramente novo e brasileiro, *incapazes organicamente de aprender seleccionando*, por isso, a relação que estabeleceram com a cultura europeia foi sempre (e apenas) a cópia dos modelos, que, efetivamente, não entendiam. Em suas palavras:

Mestiços de toda ordem e de todas as gradações deram-se ao luxo de ir aprender directamente no grande centro parisiense todos os vícios e desregramentos do pensamento e do carácter moderno. Incapazes organicamente de aprender seleccionando, acharam-se nas condições descriptas por Jacob Grimm, quando nos fala d'aquelles viajantes que viajam sem aprender e esquecem o pouco que sabem no meio do muito que ignoram. (ROMERO, 1897, p. 123).

Considerando o argumento de Romero – cabe relembra, partilhado por amplos setores da intelectualidade brasileira de finais do século XIX – e toda a estrutura econômica e

⁶¹A expressão racismo científico é usada tal como a define André Botelho: “conjunto de ideias que, adotando o determinismo biológico como modelo de explicação da sociedade, configurava, ao fim e ao cabo, uma hierarquia que dividiria a sociedade em raças superiores e inferiores, civilizados ou bárbaros.” BOTELHO, André. Manoel Bomfim: um percurso da cidadania no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.) **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 119-130.

de valores corrompida pelo modelo de sociedade escravista, não é difícil imaginar o quanto de árdua disposição, talento e inteligência lúcida foram necessários a Machado para vencer o pensamento da época acerca do negro livre e pobre, e de seu lugar social, até mesmo histórico, na melhor das hipóteses, considerado um subalterno, bem recebido apenas nas cozinhas das casas ricas, privado do direito concreto à cidadania e às condições necessárias para ascender social e economicamente. E Machado compreendeu com extrema clareza os desacertos dessa realidade para os socialmente marginalizados e para os signatários de uma conduta ética sincera. Analisando-a por ambos os lados, Machado ascendeu na escala social, destrinchando toda a estrutura moral, política e de valores da ordem dominante. Alfredo Bosi (1982, p. 441) diz que Machado viveu até o fundo a certeza pós-romântica de ser uma ilusão, mais ainda, um grave risco, supor a autonomia do sujeito ante a média geral sancionada, tão perigoso quanto a negligência do mais fraco diante do poder do mais forte. Trilhando a linha de ascensão de grandes figuras machadianas, como a Capitu, do romance *Dom Casmurro*, e a Guiomar, em *A mão e a luva*, se a sociedade ergue um muro entre as classes, há também a fenda, aponta Bosi, por entre a qual os humildes, entretanto, espertos e ambiciosos, podem atravessar de um lado ao outro, *cultivando e explorando as “relações naturais”*. Transição essa que Machado não condena e nem enaltece, apenas constata e dela também se vale, quando posto diante dos obstáculos de seu contexto histórico. Machado expôs com extrema argúcia analítica os mecanismos da vida brasileira, nos contextos escravista e pós-escravista do século XIX e primeiro decênio do século XX, e de suas camadas dominantes, e foi aclamado por estas. Talvez isso se deva ao jogo de claro-escuro, dentro do qual o grande estrategista Machado de Assis soube mesclar os dois lados da mesma moeda, ou seja, as práticas condenáveis e a universal constância humana. Com isso, desnudou as pessoas, seus vícios e fragilidades sem que tal desnudamento, efetivamente, seja a crítica dura ou a pura constatação, mas a análise refinada de nossas motivações e desejos pouco nobres.

No romance das MPBC, retornando ao cotidiano das mulheres negras e às manifestações práticas dos valores escravocratas, merece destaque o Capítulo XI, *O menino é o pai do homem*. O episódio destacado envolve o licencioso tio João e um grupo de escravizadas do casarão dos Cubas, expondo o cotidiano de abusos, nas relações entre os senhores e as escravizadas. Desenrolada no lavadouro do casarão, o episódio vem à tona no fluxo das recordações da infância de Brás, logo após ele revelar as “contribuições” do tio João para a formação do seu caráter. Eram anedotas obscenas, doces, muita diversão e, mais tarde, as ceias noturnas, em companhia de moças pouco apegadas ao catecismo católico – quando o jovem Brás conhece Marcela, a *linda Marcela*, a dama dos onze contos de réis. Brás narra

uma prática habitual do tio João, de importunar as cativas com toda sorte de ditos constrangedores, perguntas íntimas, risadas maliciosas e anedotas de baixíssimo calão, às quais, dadas as atrocidades do escravismo, as cativas eram obrigadas a suportar. Conta-nos Brás Cubas:

Em casa, quando lá ia passar alguns dias, não poucas vezes me aconteceu achá-lo, no fundo da chácara, no lavadouro, a palestrar com as escravas que batiam roupa; aí é que era um desfiar de anedotas, de ditos, de perguntas, e um estalar de risadas, que ninguém podia ouvir porque o lavadouro ficava muito longe de casa. As pretas, com uma tanga no ventre, a arregaçar-lhes um palmo dos vestidos, umas dentro do tanque, outras fora, inclinadas sobre as peças de roupa, a batê-las, a ensaboá-las, a torcê-las, iam ouvindo e redarguindo às pilhérias do tio João, e a comentá-las de quando em quando com esta palavra:

— Cruz, diabo! ... Este sinhô João é o diabo! (MPBC, 1994, p. 22)

Tal assédio, em nada fora das práticas da mentalidade escravagista, se fundamentava na ideia do corpo escravizado como sujeito à exploração da força e à destruição completa de qualquer zona de privacidade, uma intimidade posta à completa disposição do senhor, através do uso da violência sistemática e contumaz. No caso das escravizadas, vivenciando um estado de completa fragilidade diante do tio João, no lavadouro de roupas, a intimidação de viés sexual se deu sob uma teia de relações psicoemocionais em que, à aparente disponibilidade das vítimas para aceitar os abusos, subjaz o medo do castigo físico. Eram moças completamente dominadas pelo poder branco e masculino. Assim como as fugas, a desobediência não era tolerada pelos senhores, e abundam relatos oficiais de castigos físicos hediondos, impostos aos escravizados tidos como desobedientes ou perigosos: o ferro ao pescoço, o ferro ao pé e a máscara de folha de flandres, o açoitite, o tronco, o vira-mundo⁶², a berlinda⁶³ e outros instrumentos atrozes de tortura, citados por Machado de Assis, no conto *Pai contra mãe*. Certamente, Machado conhecia tais experiências, desnudadas através da cena do lavadouro – a mãe biológica do escritor foi costureira e lavadeira, agregada de uma família rica, e a madrastra fazia doces, além de outros serviços domésticos. A ocorrência envolve a ação do agente senhorial sobre a intimidade das cativas negras, através dos muitos planos superpostos da realidade: um momento qualquer do dia, indicando que as mulheres cativas nunca estavam seguras, lavando roupas, envolvidas em seus afazeres, numa roda de conversa

⁶²Instrumento de ferro, aberto em duas metades e fechado por um parafuso. O vira-mundo tinha dois buracos grandes, usados para os pés, e dois pequenos, para as mãos. A tortura se completava prendendo pés e mãos inversamente, ou seja, pé esquerdo à mão direita e mão direita ao pé esquerdo. Durante o período em que estava presa no vira-mundo, a vítima também poderia receber chibatadas e pontapés do feitor.

⁶³Comumente usada na Europa medieval, a berlinda servia para castigar fugas, e chegou ao Brasil via colonizador ibérico. Era formada por dois pedaços de madeira alinhados, com três buracos, usados para imobilizar a cabeça e as mãos do cativo, e fechada por um cadeado grande.

supostamente amigável, tudo isso dentro dos muros da ordem patriarcal. Além de todo o contexto escravagista, absolutamente favorável ao homem branco, o episódio é configurado pondo em evidência a confortável situação do tio João. Ele pertence à família, é irmão do senhor Cubas, querido por Brás, bem-vindo no casarão, portanto, tem livre acesso a todos os ambientes, bem como aos escravizados domésticos. Na cena do lavadouro, o assédio praticado pelo tio João contra o grupo de cativas aparece, em primeiro plano, sob a leve aparência de intimidade: o tio João ri, pilheria, faz perguntas constrangedoras, palestra, as mulheres negras redarguem, esconjuram, uma vez que, para elas, o tio João *é o diabo*. Observando a cena pelo que dizem as negras assediadas, “– Cruz, diabo! ... Esse Sinhô João é o diabo!” (MPBC, 1994, p. 22), o plano surge carregado pelo tom jocoso e intimidador do homem, que desfia suas piadas obscenas, não respeita a dignidade das mulheres, além de tecer perguntas e comentários absolutamente invasivos. Toda a ação se desenrola em um momento no qual os corpos das mulheres negras estão completamente expostos aos olhares e à vontade libidinosos do tio João: *com uma tanga no ventre, a arregaçar-lhes um palmo dos vestidos, umas dentro do tanque, outras fora*, longe da vigilância dos Cubas e das respeitadas sinhás, na presença das quais, provavelmente, nada disso aconteceria.

No curso das MPBC, a definição dos processos de hierarquia social e de gênero se dá pelo uso de mecanismos de composição sofisticados, nos quais as predisposições de classe se entrelaçam ao comum e ao intrínseco da existência humana, sem que se mostrem grandes conflitos éticos entre o indivíduo que age e a sociedade na qual luta para se destacar. Em tal contexto, até onde cada um está disposto a ir para alcançar seus objetivos envolve a constatação de que a rigidez de caráter nem sempre forma vencedores, e as tintas de boa-fé que recobrem as verdadeiras intenções humanas, oscilam entre o falseamento hipócrita e as regras tácitas das disputas de poder e vaidades, das disposições particulares e dos sentimentos egóticos que movem a vida social. As trajetórias femininas configuradas nas MPBC e no TFPQ têm imensa vitalidade histórica. Às mulheres que se adequam aos padrões de comportamento exigidos pela sociedade acrescentam-se, como vimos, outras categorias de experiências: há vidas destruídas pela obrigatoriedade do casamento, outras, com ambições aniquiladas pela rotina doméstica, e os extremos de abusos e violências presentes nas trajetórias das mulheres negras e cativas. Vítimas impotentes do tio João, as escravizadas o identificam como o diabo, um homem maléfico, que deve ser repellido, embora elas nada possam fazer para evitar a presença e os abusos dele. Apenas aparentemente jocoso, o comentário, *Esse Sinhô João é o diabo*, define a natureza do comportamento abusivo, ligando-o a uma figura emblemática do mal. A importância da denúncia feita por Machado de

Assis reveste-se, então, de um caráter particular. Ao inserir a “aparente brincadeira” numa cadeia de violência, que os escritos posteriores explicitaram, o seu romance desnudou, ainda no século XIX, uma posição masculina absolutamente agressiva que, uma vez tolerada socialmente, abre a porta para formas mais explícitas de brutalidade. Mantendo o mesmo grau de crítica, Lima Barreto acrescentou a essas trajetórias o contexto pós-escravidão e República, em muitos aspectos, praticamente sem alterações, nas suas formas de abuso e opressão da mulher – e das mulheres negras mais ainda –, presentes em todas as camadas sociais. Na longa série de histórias aqui retomadas, o poder do patriarcado e dos costumes abusivos de gênero permaneceram (e permanecem) mostrando o seu triste enraizamento. E a defesa de uma sociedade libertária, igualmente respeitosa, segura e livre para as mulheres é um dos argumentos mais duradouros e sérios que tanto Machado como Lima legaram às gerações futuras.

3. ENTRE CONTINUIDADE E MUDANÇA

3.1 MACHADO DE ASSIS E BRÁS CUBAS: “NÃO ME OCORRE NADA QUE SEJA ASSAZ FIXO NESSE MUNDO”

“Há ocasiões em que, neste fim de século, penso o que pensava há mil e quatrocentos anos um autor eclesiástico, isto é, que o mundo está ficando velho. Há outras ocasiões em que tudo me parece verde em flor.” (Machado de Assis, crônica da série *A Semana*, publicada na *Gazeta de Notícias*, de 04 de dezembro de 1892.)

“Desejais fugir da baixa atualidade e ficar sempre atual? Refugiai-vos naquilo que jamais teve atualidade!” (Benedetto Croce, *A Cinza do purgatório*, 2015, p. 30)

Tentando explicar ao leitor a força devastadora da ideia fixa que o levou à sepultura, numa manhã comum e cinzenta de agosto de 1869, Brás Cubas se viu diante do impasse entre atestar a existência de algo verdadeiramente fixo, eterno, e a certeza de que tudo caminha para o fim inevitável, geração após geração, *e todas elas pontuais, na sepultura*. Essa concepção nos é revelada no quadro narrado em *O delírio*, Capítulo VII das MPBC, no momento em que Brás, posto em estado febril delirante, imagina viajar ao princípio dos séculos, onde encontra Pandora-Natureza, a grande mãe e a algoz dos seres humanos, que cumprem uma trajetória formada por ciclos eternos de retorno e renascimento, das gerações e dos séculos, agitados por todas as raças, pelo tumulto dos impérios, pela guerra dos apetites e dos ódios, até o fim, que é a destruição dos seres humanos e dos mundos criados por estes. Ao contrário de uma polarização entre o antigo e o novo, na concepção machadiana, a História é a eterna marcha das constâncias humanas, linhas inseparáveis da mesma tapeçaria de novidades sem grandes surpresas, num desfraldar de século após século, com sua parcela de sombra e de luz, de apatia e de combate, de verdade e de erro, “com seu cortejo de sistemas, de ideias novas e de novas ilusões” (MPBC, 1994, p. 17). Em sua visão cética, Machado parece atribuir à História um movimento que, se dando como aparência e superfície, não chega a apresentar consistência e nem mesmo sentido. No caso da ideia fixa, ao modo das suas reflexões, em forma de vai e vem, Brás não resolveu e nem se esquivou da questão, usando de um corpo celeste, monumentos históricos e de um modelo legislativo germânico, exemplos desconexos

entre si, para ilustrar o talvez sim, talvez não da possibilidade de existir algo eterno, fixo. Por fim, caberá ao leitor escolher o que lhe convém: “Não me ocorre nada que seja assaz fixo nesse mundo: talvez a lua, talvez as pirâmides do Egito, talvez a finada dieta germânica. Veja o leitor a comparação que melhor lhe quadrar, veja-a e não esteja daí a torcer-me o nariz [...]” (MPBC, 1994, p. 10). No Machado de Assis das MPBC, essa concepção da trajetória e da natureza humana, definida pelo crítico José Veríssimo (1916) como de um *atilado pessimismo*, não obstante seja impiedosa, é igualmente à frente de sua época, por se contrapor à visão teleológica da História, tão em voga, no século XIX, responsável por uma concepção linear, sequencial e cumulativa dos fatos, que aprisionou as civilizações no mesmo e único objetivo de integrar-se a um moto-contínuo evolutivo, segundo o modelo, branco europeu de progresso e de humanidade. Igualmente baseada em padrões culturais e raciais fixos, essa mentalidade, tão cara aos preceitos interpretativos da Modernidade, nasceu dos escombros da ordem feudal, a partir da descoberta do chamado Novo Mundo, da Reforma Protestante e do Renascimento.⁶⁴ No delírio de Brás Cubas, a infundável saga humana, contrária à teleologia da História, nada mais é do que um amontoado recorrente de séculos, de abundância e de estio, que relativiza e questiona a novidade do tempo presente, logo, sem meta gloriosa adiante, o século presente, um dia, será tão miserável quanto os anteriores. Nesse meio-tempo entre a novidade e a caducidade, o ser humano anima, impulsiona e aniquila a História, ao passo que se entretém e se ilude com os ideais da época que abriga a sua existência.

Em uma de suas memoráveis crônicas, de 04 de dezembro de 1892, publicada em *A Semana*, Machado abordou, de modo irônico e bem-humorado, a movimentada cena política nacional as dificuldades do cronista para se manter em dia com os fatos, aturdido entre uma possível invasão ao Rio Grande do Sul, a crise da moeda, a nova intendência da Capital, a falsificação do café, o Anarquismo, o Positivismo. Na conclusão, um argumento que muito diz sobre a postura do artista e do intelectual Machado de Assis acerca de sua época: “Pelo que me toca, eterno divergente, não tenho tempo de achar uma opinião média. Temo que a Humanidade, viúva de Deus, se lembre de entrar para um convento; mas também posso temer

⁶⁴Retomando a visão hegeliana acerca da Modernidade, Jürgen Habermas (2000, p. 35) enfatiza os três eventos, destacados por Hegel, como os pontos de cisão entre o antigo mundo feudal e o começo dos “novos tempos”: a descoberta do Novo mundo, a Reforma Protestante e o Renascimento. Para Hegel, prossegue Habermas, no campo filosófico, os “novos tempos” tiveram como alicerces o princípio da subjetividade e a razão crítica kantiana, derivados da Reforma, do Iluminismo e da Revolução Francesa. No que diz respeito às transformações sociais e ao processo de modernização, ocorridos na Europa, a partir do século XVII, destacam-se: a formação do capital, o desenvolvimento das forças produtivas, a expansão das formas de vida urbanas, a secularização de normas e valores socioculturais.

o contrário. Questão de humor” (ASSIS, online, 1994g, p. 59). O comentário foi direcionado a um *ilustre e austero corifeu* do Positivismo que, dias antes, havia publicado uma defesa à filosofia de Augusto Comte, proclamando-a a Religião da Humanidade, a única capaz de resolver os problemas da civilização. A perspicácia e o ceticismo de Machado acerca das ideias e coisas fixas lhe deram boas doses de reserva diante dos absolutos de sua época, os conhecidos ismos, importados da Europa – Positivismo, Evolucionismo, Darwinismo, Romantismo, Naturalismo, Realismo. Ao contrário de muitos contemporâneos seus, que fizeram das teorias racionalistas científicas verdadeiros objetos de culto, Machado sempre manteve uma atitude crítica em relação a estas, pontuando seus excessos e limitações para o desenvolvimento da cultura e das letras brasileiras, destacando os equívocos de qualquer aceitação acrítica do que chamou, no famoso artigo *Instinto de Nacionalidade*, de doutrinas empobrecedoras. Tais críticas foram feitas também através da sátira aberta, ridicularizando o falso poder absoluto da Ciência, no conto-novela *O alienista* (1882), narrativa da empreitada inglória do cientista Simão Bacamarte para enquadrar os moradores da pequena Itaguaí entre loucos e sãos, de acordo com os mais modernos e rigorosos preceitos científicos. Outro exemplo é o Quincas Borba, o excêntrico filósofo do Humanitismo, amigo de Brás Cubas, e o conto *A causa secreta* (1896), narrativa na qual o apego quase doentio do médico Fortunato aos métodos científicos faz com ele termine por realizar práticas cruéis, supostamente desenvolvidas em nome da Ciência. Em Machado de Assis, a posição divergente, assumida pelo cronista de *A Semana*, foi o vértice do grande amadurecimento de sua prosa de ficção – a chamada segunda fase –, marcado pela ruptura completa com tendências da estética romântica, ainda em voga, já avançado o século XIX. Esse salto exigiu a construção de um veio ficcional próprio, entre o rígido descritivismo naturalista, as influências da Literatura francesa, recheadas de cenários e figuras exóticos, romances febris e muita aventura, aqui, difundidas pelos jornais da época, além de não explorar a tão exigida *cor local*. O estilo criativo desenvolvido por Machado, distante do comumente aceito e conhecido, o transformou, na visão de grande parte da crítica de seu tempo, em um escritor alheio ao seu país e povo e às condições específicas da sua terra, um absenteísta, desinteressado das grandes questões do tempo, como a Escravidão, a Abolição e as tramas políticas, que sacudiram o Segundo Reinado. Em um contexto no qual grande parte da intelectualidade aderiu com verdadeiro fragor de neófitos às teorias científicas europeias, notadamente, o Evolucionismo Darwiniano, o Positivismo de Augusto Comte e o Spencerianismo, proclamando a “sobrevivência dos mais aptos”, as sátiras machadianas não passariam despercebidas, ou melhor, soariam como marteladas no sino entre os *ilustres e austeros corifeus*, defensores das

ideais importadas, a exemplo de Sílvio Romero, jurista, crítico literário, polemista notório e atacante raivoso de Machado de Assis.

Antes do caso Sílvio Romero, cabe retomar algumas notas da crítica contemporânea de Machado que, se não percebeu de imediato a lucidez e a inovação de sua prosa, também não desceu ao chão da injustiça e do racismo, disfarçados de estudo crítico, para atacá-lo, como fez Sílvio Romero. No prólogo das MPBC, edição de 1881, Machado respondeu ao questionamento de Capistrano de Abreu, feito assim que o romance veio a público: “As *Memórias póstumas de Brás Cubas* são um romance?” Através de *Brás Cubas*, a resposta de Machado foi que sim e que não. O autor deixava claro se tratar de uma obra difusa, composta em forma livre, com rabugens de pessimismo, escrita com a pena da galhofa e a tinta da melancolia. Tratava-se, portanto, de um conúbio excêntrico e desconcertante, que causaria certa inquietação na crítica, munida de um instrumental teórico “científico” bastante restritivo para lidar com a forma machadiana das MPBC, tão diferente dos padrões habituais dos romances até então praticados e aceitos. Não seria exagero afirmar que grande parte da crítica coetânea ao romance das MPBC se viu atordoada com as mesclas não usuais de gêneros narrativos, as cabriolas do narrador, suas invenções e provocações, a todo momento, testando a paciência e os limites morais e estéticos de seus críticos e leitores, para os quais Machado deixava o seguinte lembrete: “A obra em si mesma é tudo: se te agradar, fino leitor, pago-me da tarefa; se não agradar, pago-te com um piparote e adeus” (MPBC, 1994, p. 05). Quase ao mesmo tempo em que Capistrano de Abreu lançava a pergunta sobre as MPBC, Urbano Duarte, outro crítico contemporâneo de Machado de Assis, em um artigo publicado em *A Gazetinha*, de 02 de fevereiro de 1881, fazia a seguinte observação: “As *Memórias póstumas de Brás Cubas* são um livro de philosophia mundana, sob forma de romance. Para romance, falta-lhe entrecho e o leitor vulgar pouco pasto achará para sua imaginação e curiosidade banaes.” (DUARTE, 2012, p. 319) Porém, o que a já pouca simpatia de Duarte sentiu mais foi martelada satírica nos seus ouvidos positivistas, uma vez que as demais figuras estavam reduzidas à pura manifestação do *eu sinistro*: “O eu, o *eu sinistro*, é o factor da vida que assombra e nulifica todos os outros; só há no livro um personagem com sentimentos altruístas, desprendido do *eu*, este personagem é um louco – o Quincas Borba” (Ibid.). Apesar do estranhamento, *Brás Cubas* atiçava o espírito investigativo de um público mais preparado e inquieto, que buscava decifrar o inusitado narrador e suas invenções provocativas, embora tal público fizesse isso com as costumeiras lentes das teorias e dos modelos literários em voga, dos quais Machado, com sua perspicácia e suas inovações, teimava em escapar. Através da

Revista Illustrada, artigo de 03 de abril de 1880⁶⁵, Raul Pompeia chegou a prenunciar a mudança de paradigma, formal e crítico, realizada por Machado, entretanto, sem, de fato, esclarecê-la. Sobre as *Memórias póstumas*, afirmou Pompeia: “É ligeiro, alegre, espirituoso, é mesmo mais alguma cousa: leiam com atenção, com calma; há muita crítica fina e phrases tão bem subscriptadas que, mesmo pelo nosso correio, hão de chegar ao seu destinatário.” (POMPEIA, 2012, p. 314). De modo geral, o tom da crítica contemporânea à produção de Machado foi de estranhamento, embora reconhecendo o talento do escritor, os críticos só conseguiam perceber apenas as qualidades já reconhecidas, como o apuro formal, a linguagem impecável, qualidades que as MPBC enriqueceram com uso do *humour* de filiação inglesa. E tais críticos não deixaram de apontar o que julgavam como certas fragilidades do estilo machadiano: o amargo ceticismo, a suposta ausência da vida nacional, de peripécias movimentando a trama, de paixão, carnalidade e de personagens femininas excitantes. No cômputo geral, para essa lente crítica, Machado negligenciava o colorido febril da vida, o contexto, a alma do povo e da cultura brasileiros. Hoje, privilegiados pelo distanciamento histórico, e munidos por mais de um século de estudos sobre a obra machadiana, que ocupou os mais expressivos representantes da inteligência brasileira, a face do Machado de Assis nacional, devastadoramente crítico de nossas instituições, comprometido com seu tempo e sociedade, está ampla e ricamente retratada. Machado se apropriou das referências literárias à sua maneira, construiu um mundo brasileiro, no universo das MPBC, fundindo gêneros, estratégias narrativas e de composição, elementos da Literatura universal e da vida brasileira, o que resultou em algo totalmente novo que, sem negar a *taça ter labores de igual escola*, em alusão a Sterne, Xavier de Maistre e Almeida Garret, *leva outro vinho*. Uma dimensão criativa riquíssima que escapou à grande maioria dos contemporâneos do escritor, presos às lentes das influências francesas, ao rigor de observação e analítico-descritiva dos realistas, à carnalidade animalésca pungente do Naturalismo, sem esquecer a franca adesão de muitos desses homens das letras e da cultura ao ideário positivista e evolucionista, como foi o caso do polêmico e colérico Sílvio Romero e de Araripe Junior. Embora não tivesse as opiniões temerárias de Romero – e só ele as teve –, Araripe Junior viu Machado como um escritor esquivo à volúpia mundana, mais um *causeur* incomparável, um artista de criações apreciáveis, de dourados labirintos e teias de aranha, mas sem galopar o corcel doido da fantasia. Desse modo, para Araripe Junior, Machado revela sua alma de artista: “exposta à luz meridiana... dos amigos; d’ellas, isto é, desse deposito de *verve* excêntrica, tímida, nervosa, às vezes, assombradae, é

⁶⁵A crítica de Raul Pompeia é sobre a versão das MPBC, publicada, na *Revista Brasileira*, entre 15 de março e 15 de dezembro de 1880.

que tal prosador extrahe os personagens, as descrições e a feição humorística dos seus melhores livros”⁶⁶ (ARARIPE JUNIOR, 2012, p. 337). Cabe citar o fato de Araripe Junior, cuja relação com a obra de Machado durou quase trinta anos – de 1870 até 1908 –, posteriormente, ter assumido que muitos de seus julgamentos equivocados acerca da ficção machadiana tivessem como fundamento uma concepção de Literatura enrijecida e redutora, presa aos modelos narrativos românticos, naturalistas e realistas franceses. Além disso, Araripe Junior partilhava da exigência por uma Literatura que se afirmasse brasileira quase exclusivamente pela exploração do “genuinamente nacional.” Diante de tantos desacordos, ficava evidente que Machado de Assis não apenas (re)criou sua própria forma narrativa como exigiu da crítica um reposicionamento do instrumental teórico para lidar com a amplitude e as novidades propostas pela concepção estilística e de romance, inauguradas a partir das MPBC e de seu narrador sepulcral jocoso, irônico, inusitado e provocativo. Em uma análise precisa da questão, Hélio de Seixas Guimarães destaca, a partir desse momento, a ruptura de Machado de Assis com as limitações colocadas pelo Romantismo, trazendo de volta as peculiaridades inerentes ao romance, colocadas no início do movimento romântico, tais como: “romance nem tanto como um gênero, mas como *meio* de expressão dos mais diferentes gêneros, forma literária aberta, reflexiva, fragmentária e crítica por excelência” (GUIMARÃES, I, 2017, p. 50).

Retomando o polêmico Sílvio Romero, no capítulo da crítica coeva a Machado de Assis, o caso, sem dúvida, foi um dos ataques mais infundados contra um escritor, feito numa base de preconceitos, de afirmação de crenças, vaidade ferida, disputas por espaço, tudo isso junto e maldisfarçado de crítica literária. Romero teve formação acadêmica na eminente Faculdade de Direito de Recife, onde se tornou amigo e discípulo de Tobias Barreto. Juntos, Romero e Barreto formaram um grupo de jovens intelectuais de linha evolucionista, determinista, positivista e antirromântica, bastante atuante, a partir dos anos de 1870. No meio cultural desse período, a figura do Sílvio Romero, jurista, crítico literário e polemista agressivo, teria grande destaque, tanto pelas polêmicas, quanto pela defesa da questão da mestiçagem racial como fator determinante para o progressivo branqueamento da sociedade brasileira, mais especificamente, da evolução étnica, social e cultural do Brasil. Evolucionista-positivista de primeira linha, Romero, que, em 1879, se arriscava na poesia, junto com um grupo de poetas antirromânticos, recebeu uma crítica de Machado de Assis, no artigo *A nova geração*. Entre outros excessos, Machado discordava da condenação do *grupo dos novos* ao

⁶⁶O trecho pertence a *Quincas Borba II*, crítica originalmente publicada na *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 16/1/1892, p.01.

estilo dos românticos porque, desse modo, “os novos” estavam negando a legitimidade e a contribuição dos românticos à formação da cultura e da identidade nacional. Além disso, apontava Machado, o *grupo dos novos* carecia de apuro formal e, ao invés de imitar Victor Hugo e Baudelaire, seus integrantes precisavam construir um estilo próprio. Sobre os talentos poéticos de Sílvio Romero, ou melhor, sobre os problemas poéticos de Romero, para Machado, era evidente a ausência de uma forma artística capaz de expressar a ideia, que acabava presa entre o pensamento e a forma deste, “dando a impressão de um estrangeiro que apenas balbucia a língua nacional” (ASSIS, online, 1994j, p. 16). Machado também refutou o nacionalismo nativista e todo o cabedal cientificista incorporado, de forma entusiasta pelo grupo de Recife, cientificismo que embasou a ideia de progresso nacional e da mestiçagem como etapa (inevitável) de transição para uma sociedade branca e civilizada. Vinda de Machado de Assis – um escritor negro, de origem humilde e sem formação acadêmica –, tanto a crítica poética quanto a descrença no cientificismo soaram fundo em Romero, que alimentou o desgosto até 1897, quando trouxe a público *Machado de Assis: estudo comparativo da literatura brasileira*, lançado em meio a disputas teóricas e por liderança no cenário intelectual, envolvendo gostos pessoais, conflitos e laços de amizade. Contexto no qual Sílvio Romero militava aberta e ferrenhamente por Tobias Barreto, em oposição ao que chamava de *a capelinha fluminense*, liderada por Machado de Assis, Joaquim Nabuco e José Veríssimo. Nesse embate, *Estudo comparativo da literatura brasileira* era um verdadeiro breviário cientificista, que decretava ser Machado apenas *um representante do espírito brasileiro*, “mas n'um momento mórbido, indeciso, annuviado, e por um modo incompleto, indirecto, e como que a medo” (ROMERO, 1897, p. 121). E o *momento mórbido, indeciso e annuviado* era uma referência bastante direta à sociedade brasileira e à presença do negro, no contexto pós-Abolição. Através das lentes raciais-positivistas de Sílvio Romero, defensor do Realismo e do Naturalismo, Machado de Assis, sua origem, formação, herança biológica e sua Arte foram postos em um enquadramento negativo, usado para atacá-lo publicamente. Por conseguinte, a origem humilde do escritor, a hereditariedade negra, a timidez e até a gagueira serviram como munição. Segundo Romero, a gagueira era responsável pela falha do estilo machadiano, que “repisa, repete, torce, retorce tanto as ideias e as palavras que as vestem, que nos deixa-nos a impressão d'um perpetuo tartamudear” (Ibid., p. 83). Assim, eram apontados elementos que, marcando negativamente o homem Machado de Assis, sob as lentes distorcidas de Romero, elucidavam os supostos defeitos de sua escrita. Machado não revidou a esse ataque malsão. Entretanto, em 1899, a resposta viria no *Vindiciae, o Sr. Sílvio Romero crítico e filósofo*, cujo autor, Labieno, pseudônimo de Lafayette Rodrigues Pereira, se referia a

Romero, entre outras especificações da mesma verve, como um *sacrificador bárbaro* que: “Estudou retórica em alguma escola de província; fez um grosso pecúlio de teorias, de fórmulas, de cânones, pilhados aqui, ali, que, embora ele os diga novos, têm, pelo tom e jeito com que são expostos, uns ressaibos, uns olores de Quintiliano, de Vida, de Soares Barbosa.”⁶⁷ Em seguida, Labieno expunha as verdadeiras intenções de Romero: “O objeto do livro é Tobias, é a glorificação do Teuto sergipano. Bem sabia o Senhor Romero que se houvesse dado ao livro a sua verdadeira denominação – Tobias Barreto – não teria leitores.”⁶⁸

Como dito anteriormente, Machado de Assis jamais fez qualquer referência pública ao desvario de Sílvio Romero, porém, a resposta eloquente do escritor às crenças sem filtro e aos preconceitos já fora dada através da figura de Quincas Borba, o filósofo aluado do Humanitismo. Brás e Quincas, *o menino mais gracioso, inventivo e travesso* das lembranças do narrador póstumo, se conheceram na infância, colegas de escola e parceiros de gazar aulas para ir aos morros do Livramento e da Conceição caçar ninhos e lagartixas, ou das andanças pelas ruas do velho Rio imperial, acompanhados do *vistoso pajem* do Quincas Borba. Desde a infância, época em que a mãe viúva *o trazia sempre amimado, asseado e enfeitado*, o Quincas Borba gostava de ser o centro das atenções, nas brincadeiras, escolhia ser o rei ou imperador, de acordo com Brás, o que até combinava com sua graça natural, *garbo, magnificência e gravidade*. Após uma longa ausência, Quincas Borba ressurgiu, na trama, durante a fase adulta de Brás Cubas – iniciada com seu retorno ao Brasil –, em uma aparição surpreendente, agora, amargando a mendicância, nas escadarias da Igreja de São Francisco, sujo, coberto de andrajos, faminto, esquelético, envelhecido, enfim, uma ruína, “o abismo que separa as esperanças de um tempo da realidade de outro tempo...” (MPBC, 1994, p. 72). O diálogo, umas poucas palavras de ironia e de desdém pela atual condição, ditas pelo Quincas Borba, que não revela as causas da sua desventura, e estupefação de Brás Cubas se encerram com o Quincas forçando um abraço de agradecimento pelos cinco mil réis recebidos de esmola, durante o qual furta o relógio de ouro do amigo. Nesse encontro, *a violência do arbítrio*, observada por Alfredo Bosi (2006, p. 290), como recorrente em muitos atos do narrador póstumo, homem rico da elite nacional, se faz presente. Quer seja contra a natureza, como no caso de uma borboleta negra, morta com uma toalha por adejar incessantemente no quarto de Brás, irritando-o “— Também por que diabo não era ela azul?” (MPBC, 1994, p. 46), ou sobre os que se encontram em condição subalterna, *a violência do arbítrio* sempre

⁶⁷Trecho de *Vindiciae, o Sr. Sílvio Romero crítico e filósofo*, disponível em <http://www.academia.org.br/academicos/lafayette-rodrigues-pereira/textos-escolhidos>

⁶⁸Ibid.

aparece como a expressão econômica e psicológica de uma sociedade cindida entre quem exerce o poder, físico ou socioeconômico, e quem é alvo deste: “Tirei a carteira, escolhi uma nota de cinco mil-réis, — a menos limpa, — e dei-lha [...] beijou-a, com muitos ademanos de ternura, e tão ruidosa expansão, que me produziu um sentimento misto de nojo e lástima” (MPBC, 1994, p. 71). Não demoraria muito e o acaso, ou o destino, poria fim às agruras do Quincas Borba. Com a morte de um tio rico de Barbacena, seguida de uma polpuda herança, o Quincas retornou à boa vida, aos prazeres da mesa farta, às roupas finas, ao luxo, ao ouro e às joias dos velhos tempos. Rico, elegante e bem nutrido, apareceu na casa de Brás anunciando uma teoria filosófica espalhafatosa, defendida com o mesmo garbo e vaidade dos tempos de infância.

Não se sabe ao certo quando e onde o Quincas Borba empreendeu tais estudos, reunidos sob o pomposo título de Humanismo, *o grande regaço dos espíritos*, na verdade, um cadinho de espírito mundano, generalizações bastante subjetivas, defesa da estratificação social e da prevalência dos “mais aptos”, tudo bem empacotado em uma retórica com ares científicos e filosóficos. Conhecendo a história do Quincas Borba, dissipador da herança materna em um vício não dito, imoderado e sem grande vigor intelectual, logo vêm à mente as palavras ferinas de Labieno ao ironizar o conhecimento de Sílvio Romero: um arrematado de teorias bolorentas, colhidas aqui e ali, pilhadas de cânones e arremetidas contas os alvos com a mesma ferocidade de um bárbaro no campo de batalha. Assim que recebeu a herança, o Quincas Borba tratou de devolver o relógio furtado, na esteira do objeto, teceu uma reaproximação com o antigo companheiro e lhe anunciou do Humanismo. De acordo com o Quincas Borba, o sistema era *uma igreja nova*, cujas divindades eram a Razão e a Humanidade, diferente do credo tradicional e dos sistemas filosóficos, não tinha *aventuras fáceis, nem quedas, nem tristezas, nem alegrias pueris*, era isso e muito mais. Anunciava o fim da dor, a guerra e a fome como têmperas para os músculos, e não como ascetes do espírito, *Humanitas* submetendo a própria víscera para aprimoramento dos mais fortes. Era a religião do humano, tipo de substituto do Catolicismo Medieval, como, de fato, anunciava o Positivismo, em nome da Idade Positivista. Para esse novo credo, defendido pelo Quincas Borba, havia diferença entre descender do peito ou do nariz de *Humanitas* e, com tal diferença, havia também hierarquias e privilégios, enfim, bricolagem de conceitos evolucionistas e positivistas. Embora todos nasçam igualmente do corpo de *Humanitas*, explicava o Borba, uns estavam destinados a luzir – os homens ilustres, os santos e sacerdotes dessa religião, descendentes das partes nobres – e saborear batatas e frangos suculentos, como ele e Brás, outros, a plantar, cozer e servir, como o africano escravizado que servia o jantar

aos dois. Para se ter uma clara ideia de como a figura satírica de Quincas Borba vinha a público em um momento bastante oportuno (e sensível), em 1882, o volume comemorativo ao *Centenário do Marquês de Pombal – Homenagem da mocidade acadêmica brasileira* trazia publicações de cinquenta e seis jovens acadêmicos, praticamente todos adeptos do Positivismo ortodoxo, ou seja, de linha comteana. Entre estes, figurava o militar republicano Lauro Sodré cujo soneto, *Sobe Pombal*, ostentava, na abertura, a epígrafe magna do Positivismo: *Diis extinctis, deoque successit Humanitas* (Devemos suceder deuses ao homem morto), além de decantar a fé vigorosa de seu autor: “Avante, Religião da Humanidade! Entoemos os nossos cânticos aos Santos de nossa adoração, os benfeitores dos povos” (SODRÉ, apud LINS, 1976, p. 242). Resumindo de modo exemplar a posição crítica de Machado de Assis diante das grandes correntes políticas e filosóficas de seu tempo, e a forma como o escritor as manifestou em sua obra, Alfredo Bosi (2010, p. 413, 414) faz a seguinte advertência: “Se tentarmos apreender em termos ideológicos, a perspectiva do Machado maduro, provavelmente teremos mais êxito em reconhecer tudo quanto ele satirizava do que em identificar alguma tendência de pensamento ou ação a que ele aderisse. O que é a própria definição do espírito cético.” Misto de corifeu e de sacerdote do Humanitismo, de forma brilhante, a figura excêntrica e amalucada do Quincas Borba era a fina ironia, composta de frases bem subscritas, que chegava certaíra ao seu destinatário, como sagazmente observou Raul Pompeia, na crítica às MPBC.

Ainda de acordo com Alfredo Bosi (2010, p. 420-421), como intérprete crítico de grande acuidade, Machado de Assis denunciou a ideologia excludente e preconceituosa do velho liberalismo europeu e universalizou o olhar negativo, abrangendo a natureza humana – base do seu ceticismo radical. Desconfiado de todas as doutrinas que prometiam a felicidade aos seres humanos, tais como as correntes filosóficas e políticas adotadas no ambiente nacional do século XIX, Machado percebeu, enfatiza Bosi, os processos cruéis que tais ideias demandavam, constatando, de modo desenganado e melancólico, a ascensão da malícia e da astúcia, nas relações humanas. No Brasil, a doutrina Positivista, rechaçada e satirizada por Machado, achou terreno fértil entre os jovens acadêmicos, defensores do republicanismo, outra pauta do momento, que Machado não contemplou com a mesma adesão eufórica de muitos de seus contemporâneos, não que ele se opusesse publicamente ao movimento republicano, mas foi cético quanto às suas promessas revolucionárias, tratando com ironia e desconfiança premonitória o ambiente político beligerante e seus atores. Cindidos entre a defesa do Império ou da República, no final das contas, eram todos iguais no *modus operandi* do poder, conforme veremos mais adiante. O perfil dos acadêmicos e dos profissionais

diplomados que defendiam a República era muito semelhante, em sua maior parte, oriundos da classe média brasileira, médicos, advogados, engenheiros, matemáticos, professores em geral, inseridos em instituições como a renomada Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde Lima Barreto expôs ter sido alvo de racismo, por parte de colegas e de professores.⁶⁹ Em carta a Pierre Lafitte, chefe da corrente ortodoxa do Positivismo, e um dos líderes do movimento, na França, Miguel Lemos – junto com Benjamin Constant e Teixeira de Mendes, um dos membros fundadores da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, em 1876 –, revela as peculiaridades do cenário brasileiro frente ao movimento: “Os mundos científico e oficial, longe de ser como o vosso, cidadelas da reação, são aqui, ao contrário, os elementos mais modificáveis, e neles obtemos todos os dias adesões e simpatias.”⁷⁰ Em seguida e com o mesmo entusiasmo, Lemos conclui: “Amanhã, teremos sábios, estadistas, indivíduos altamente colocados, aceitando uma parte das nossas concepções, ou mesmo totalmente convertidos ao Positivismo.”⁷¹ Além desses, a Sociedade Positivista Brasileira, nas últimas décadas do século XIX, contou com personalidades influentes, na imprensa, nas letras, na política e nas chamadas profissões liberais, como é o caso de Sílvio Romero e de Araripe Junior, colegas da Escola de Direito de Recife, de Benjamin Constant, engenheiro militar e político de grande atuação durante as campanhas republicanas, Júlio de Castilhos, jornalista e político, e outros adeptos famosos da ortodoxia de Augusto Comte. Na contramão de tanto entusiasmo e adesão sem restrições, Machado de Assis apresentava sua sátira fina aos excessos dessa concepção do ser humano e do social, além da percepção de que, Império ou República, no final das contas, seria uma mudança de atores sem que fossem alteradas as conhecidas regras de governar, nas memoráveis palavras do Conselheiro Aires, em *Esau e Jacó*: “Nada se mudaria; o regime, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele.” (ASSIS, 2011, p. 152).

A opinião cética sobre o fervor republicano e sua crença de que o novo regime mudaria os rumos do país, de acordo com esse movimento político, estagnado pelo

⁶⁹De acordo com Francisco de Assis Barbosa (2017), biógrafo de Lima Barreto e a quem devemos a organização e a primeira publicação das obras do escritor, Licínio Cardoso era um positivista aguerrido, e não permitia nenhuma palavra contrária às ideias comteanas. Professor de Mecânica Racional da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Cardoso reprovou Lima três vezes consecutivas, reprovações atribuídas pelo escritor, em grande parte, ao preconceito racial e socioeconômico, uma vez que, segundo Lima, outros alunos, brancos e de famílias ricas, não eram alvos das mesmas exigências. Dezesesseis anos depois de deixar a Politécnica, em 1919, Lima publicou *Vida e morte de J. M. Gonzaga de Sá*, trazendo uma *Explicação Necessária*, na qual ironiza a postura de Licínio Cardoso: “O seu julgamento é um julgamento de Minos, inflexível e recto, e que tira a sua inflexibilidade da própria ordem do Cosmos [...]” (BARRETO, 1919, s/n)

⁷⁰Correspondência de Miguel Lemos a Pierre Lafitte, de 22 de agosto de 1881, consta no acervo da Maison d’Auguste Comte, em Paris. Tradução do francês e publicação por José Murilo de Carvalho. In: CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 136.

⁷¹Ibid.

obscurantismo e pelas políticas imperialistas, aparece em uma passagem do romance *Esau e Jacó*. Notável pelo apuro composicional, o curioso episódio da troca de tabuletas da famosa *Confeitaria do Custódio* é narrado nos Capítulos LXIX *Tabuleta velha*, LXII “*Pare no D*”, e LXIII *Tabuleta nova*. Custódio, famoso confeitoiro da rua do Catete, no Rio de Janeiro, vê sua paz e prosperidade nos negócios ameaçadas por uma ocorrência aparentemente simples – a troca da tabuleta de sua loja –, que toma proporções angustiantes, em decorrência do painel de fundo político, marcado por encontros entre imperialistas republicanos, ambos bastante agressivos. Na sua análise dos romances *Esau e Jacó* e *Memorial de Aires* (1908), Silviano Santiago (2016), considerando os dois principais eventos políticos entretidos às tramas – a Proclamação da República e a Abolição da escravatura –, e ressalta que a postura *vira-casaca* de algumas de suas personagens é, na verdade, o conhecimento de que, em quaisquer dos grupos em disputa, o cidadão comum encontraria as mesmas motivações. Por isso, argumenta Santiago, não se trata de ser ou não um simples *vira-casaca* interesseiro, mas: “Cada cidadão é habilidoso o suficiente para não querer distinguir um partido político de outro porque ambos são análogos e serão definidos de acordo com a situação financeira e o interesse particular de cada um” (SANTIAGO, 2016, VI, p. 43). Dito isso, a narrativa de *Esau e Jacó* é ambientada no contexto entre a queda do Império e ascensão da República, sacudido por embates cada vez mais acirrados, que transformavam a Corte num verdadeiro campo minado de discórdias, lutas pelo poder, agressões, e o Custódio, um negociante e um cidadão comum, interessado apenas vender em seus famosos pastéis de Santa Clara, acaba sendo levado de roldão porque a tabuleta, roída pelos cupins – em paralelo com a Monarquia –, foi retirada para o conserto, bem no epicentro dos embates. A partir desse elemento complicador, a crise que se instala para o Custódio é a seguinte: enquanto a tabuleta estava no pintor, ostentando o antigo nome, *Confeitaria do Império*, a República foi proclamada, surpreendendo o povo, e agora, que a maré não estava para benevolências, se continuasse com esse nome, certamente, o lugar viraria alvo da ira dos republicanos, armados para defender o Governo com paus, pedras e outros “argumentos contundentes.” Temendo essas reações, bastante prováveis, e sem conseguir uma solução para o impasse, Custódio decidiu procurar o vizinho Aires – *alter ego* de seu criador –, diplomata aposentado, na casa dos sessenta anos e a pessoa certa, pela argúcia, ponderação e habilidades de negociador, para resolver a grave crise. Culto, *expert* em proferir opiniões sem melindrar as vaidades, cosmopolita e formado nos bastidores do poder, o Aires sugeriu o nome óbvio para a troca: *Confeitaria da República*. Entretanto, numa provável referência à instabilidade do momento, vem a dúvida do Custódio: se, tão inesperada como veio, a República cair e voltar o Império? Aires considera inteligente

a ponderação e sugere o meio-termo: *Confeitaria do Governo*. Mas, todos os governos têm oposição, argumenta Custódio, com isso, escaparia à ira dos republicanos para cair nas garras inflamadas dos imperialistas. Na sequência, aventam *Confeitaria do Império das leis*, entretanto, diante da simples presença do *império* – termo provocativo –, ainda que fosse das leis, seria suficiente para lhe colocarem as vidraças abaixo. *Confeitaria do Catete* é a próxima sugestão do Aires, igualmente inadequada pela existência de outra confeitaria com o mesmo nome e na mesma rua. Por fim, surge *Confeitaria do Custódio*, nome sem ódios e nem amor, sem paixões políticas, sem nada que ameaçasse a vida e os pastéis do angustiado confeito. A resposta do Custódio revela a consciência do quão distante estava o povo dessas lutas pelo poder, ao mesmo tempo, afetado pelas disputas entre vencidos e vencedores: “– Sim, vou pensar, Excelentíssimo. Talvez convenha esperar um ou dois dias, a ver em que param as modas – disse Custódio agradecendo.” (ASSIS, 2011, p. 151). Na breve conclusão, Custódio tinha a exata consciência de que o povo sempre acabaria envolvido, obrigado a arcar com o preço amargo da revolução, “mas as revoluções trazem sempre preços” (Ibid.), eis conclusão irônica do Conselheiro Aires.

Ao localizar a importância de Machado de Assis na Literatura Brasileira, Antonio Candido (2000) destaca que as *pesquisas psicológicas machadianas* – expressão criada por Lúcia Miguel Pereira – enriqueceram e amadureceram o romance, recusando o valor aparente do comportamento e das ideias, segundo os costumes impostos pela norma, ou seus desvios. Prosseguindo com Antonio Candido, a pesquisa psicológica tem *uma certa malícia e uma certa dor*, que despertam no romancista o desejo de esquadrihar os atos e pensamentos dos personagens, o que os motiva a agir de distintas maneiras, “levando-os, muitas vezes, a consequências incalculáveis para a visão normal” (CANDIDO, 2000, p. 193). Obra ressaltada por grande parte da crítica coeva como fruto da visão de um absenteísta, um estranho à Literatura e aos problemas brasileiros, o romance das MPBC concretiza a grande robustez da brasilidade nacional e literária elaborada por Machado de Assis, posta em um campo de disposições formais e estilísticas que abriu um amplo leque de visões acerca do conceito Literatura Nacional, sobre a relação do escritor com as heranças literárias universais e com seu tempo e país. Dentro de um enredo complexo como a história de um Brasil, cuja formação transcorreu sobre o cativeiro de pessoas negras, a política do favor e a importação do liberalismo europeu, completamente distorcido, Machado de Assis assumiu uma posição crítica cética, antimítica, que expôs as limitações do ufanismo literário e da *cor local* como marcas de brasilidade na Literatura. É nesse contexto, dominado por grupos poderosos, que miravam a Europa como modelo cultural, econômico e político, tendo o escravismo como

base, que Machado projetou seu ceticismo sobre a Lei da Abolição, de 13 de maio de 1888, feita sem qualquer medida reparadora, uma realidade agravada pelo racismo histórico contra o negro. De acordo com Luiz Felipe de Alencastro:

Os condicionantes históricos desse processo [a escravidão] configuraram duramente o cotidiano, a sociabilidade, a vida familiar e a vida política brasileira. Nesse sentido, o escravismo não se apresenta como uma herança colonial, como um vínculo com o passado que o presente oitocentista se encarregaria de dissolver. Apresenta-se, isto sim, como um compromisso para o futuro: o Império retoma e reconstrói a escravidão, no quadro do direito moderno, dentro de um país independente, projetando-a sobre a contemporaneidade. (ALENCASTRO, 1997, p. 17)

Nos quadros da Independência, em 1822, muitos políticos e intelectuais saíram em defesa aguerrida da autonomia política do Brasil, consolidada pela Constituição de 1824, inspirada nas ideias liberais inglesas e, sobretudo, franceses, entretanto, a questão do escravismo e seus métodos derivados de exclusão e de dominação das populações negras e pobres se manteve inalterado. Além das ideias liberais de vertente europeia, outros dois importantes documentos, a Declaração de Independência dos Estados Unidos, de 1776, e a Declaração dos Direitos do Homem, firmada em 1791, também americana, serviram de base à Constituição de 1824. Em ambos os documentos, constava a defesa irrestrita dos direitos individuais e de expressão, algo que, no cenário brasileiro pós 1822, sustentado pelo cativeiro de pessoas negras, assumiu um caráter bastante restritivo, e não provocou nenhum abalo nos alicerces da escravidão. Tínhamos, portanto, muitas mudanças e outras tantas permanências: a defesa da emancipação e dos valores liberais burgueses para as camadas altas, e uma histórica sociedade brasileira branca, em sua grande maioria, racista e violenta contra o negro, cuja postura não seria alterada para atender à Lei de 13 de Maio. Retomando as palavras de Luiz Felipe de Alencastro, no contexto do século XIX, a escravidão e seus métodos estavam entranhados na vida brasileira. Logo, não era apenas um mecanismo de exploração e de controle socioeconômico, mas fornecia o substrato para as relações entre brancos e negros, e os limites abjetos da violência “aceitável”, praticada contra a pessoa negra, liberta ou cativa. No conto *Pai contra mãe*, que integra a coletânea *Relíquias da casa velha*, Machado compõe a expressão contundente, perpassada de realismo crítico e de tragicidade, desse sistema de relações, produto sombrio de quase quatro séculos de “educação” política e social voltada para o escravismo.

A narrativa de *Pai contra mãe* se desenvolve em torno da cativa Arminda e de Cândido Neves, um homem branco, livre e pobre. A mãe é uma jovem mulher escravizada, grávida, submetida a constantes espancamentos, que foge do dono, passando a viver sob

ameaças de recaptura, colocada a prêmio, nos folhetins da época. Enquanto Arminda luta por sua vida e pela do seu filho, Cândido se apaixona por Clara, uma jovem costureira tão pobre e imprevidente quanto ele, que morava com uma tia, Mônica, o elemento mais ponderado do trio, no entanto, até a pragmática tia Mônica sempre acabava cedendo ao espírito despreocupado e folgazão do Cândido Neves. Apesar de todas as dificuldades, o apaixonado casalzinho decide se casar, indo morar, acompanhados da tia Mônica, num lugar pobre, sobrevivendo das costuras de Clara e da tia, e dos pequenos ofícios que o Cândido arranjava, antes de se dedicar à captura de escravizados fugitivos. Entre uma dificuldade e outra, Clara engravida, ao mesmo tempo em que Cândido inicia o trabalho como caçador de fugitivos e as recompensas se tornam cada dia mais escassas, o que ameaça a sobrevivência da família. No oitavo mês de gravidez de Clara, sem nenhum trabalho e com mais uma boca para alimentar prestes a nascer, as preocupações aumentam, a tia Mônica é pressionada a pagar os aluguéis atrasados, ela, então, sugere ao casal levar o filho à roda dos enjeitados. Apesar do desespero dos pais, diante das dificuldades extremas, Cândido e Clara aceitam a dolorosa solução, que fica a cargo do pai. Indo à roda dos enjeitados efetivar a terrível missão, Cândido Neves, repentinamente, vê a mulata Arminda que, há muito, buscava sem sucesso, e cuja captura seria recompensada com a quantia considerável de cem mil réis. Percebendo a grande e única oportunidade, Cândido deixa o filho com um conhecido farmacêutico e parte para a captura da moça. Assim, ficam postas as motivações de Cândido, o pai que se coloca contra Arminda, a mãe do título. Livre e pobre, dado a “patuscadas”, Cândido quer manter o filho consigo; do outro lado, uma mulher negra, escravizada, frequentemente agredida, foge em busca de um mínimo de segurança. Diante das condições da época, o desfecho inevitável acontece. Sendo capturada por Cândido Neves, Arminda revela que está grávida e que as agressões a fariam perder a criança. De fato, brutalmente arrastada até a casa do dono, entre safanões, a escravizada sofre um aborto. Assim, se completa o círculo antagônico, em torno de Arminda, formado por um perverso escravagista, um jovem casal branco, sem recursos, mas imprevidente, e um grupo de transeuntes que, testemunhando a cena, olham com extrema naturalidade a violência praticada contra a mãe indefesa.

Na abertura de *Pai contra mãe*, o narrador apresenta uma série de instrumentos de tortura, comumente usados na rotina do escravismo, cuja terrível lógica de aplicação é abordada com ironia amarga e cortante: “A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais” (ASSIS, 2001c, p. 61). Como uma instituição oficial, o escravismo adotou métodos próprios, no sentido de anular a resistência física e psicológica das vítimas, o que é tanto mais *grotesco e cruel* porque tais métodos e

instrumentos são expressões da barbárie transformada em estratégia de ganho econômico. Sob a mesma clave irônica, o narrador traz à cena o ferro ao pescoço⁷², o ferro ao pé e a máscara de folha de flandres⁷³, “era grotesca a tal máscara, mas a ordem social e humana, nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas à venda, nas portas das lojas” (ASSIS, 2001c, p. 61). Dito isso, Machado Assis aproxima Cândido Neves e Arminda na mesma luta para manter os filhos consigo. Simultaneamente, o autor, de modo enfático os distancia, pois “o pai” que se coloca contra a “mãe” é um homem branco, branquíssimo, como indicam o seu sobrenome e o prenome de sua esposa, Clara, portanto, ambos estavam livres do cativo, pois, conforme pontua Luiz Felipe de Alencastro (1997, p. 88): “escravo só poderia ser preto ou mulato, nunca branco.” Nessas circunstâncias, cabe à tia Mônica recriminar a *mulata fujona* por ter abortado, mesmo que involuntariamente, em consequência da tortura física. Nesse encontro de um pai contra uma mãe, Machado reuniu todos os elementos vergonhosos da escravidão: os atos violentos do caçador para dominar a vítima, muitos tapas e empurrões: “Você é que tem culpa. Quem lhe mandou fazer filho e depois fugir?” (ASSIS, 2001c, p. 69-70), gritava Cândido Neves. Grávida e completamente desamparada, Arminda implora, se desespera, se debate, entretanto, nada ameniza a violência do caçador, e tão pouco motiva os espectadores a socorrê-la: “– Estou grávida, meu senhor, eu serei sua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser.” (Ibid.) Quanto às testemunhas: “Quem passava ou estava à porta de uma loja, naturalmente compreendia o que era e não acudia” (Ibid., p. 70). Arminda seguiu arrastada pelas ruas até a casa do dono, sangrando e se debatendo muito, num episódio que despertava apenas a curiosidade do público. O final dessa exposição de violência acontece com a moça atirada aos pés do dono, *levada pelo medo e pela dor*, sofrendo um aborto, enquanto Cândido recebia os cem mil réis da recompensa. Agora que o seu filho estava a salvo, Cândido Neves justifica o destino da outra criança com um raciocínio em que se mesclam egoísmo, cinismo, crueldade e visão racista: “Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração.” (Ibid.).

⁷²Corrente grossa, fechada rente ao pescoço, com o objetivo de evitar fugas.

⁷³Instrumento de tortura usado para tapar a boca do cativo, impedindo a ingestão de bebida alcoólica, de alimentos não autorizados pelo dono ou de terra. A geofagia ou ingestão de terra é uma doença provocada pelo parasita *necator americanos*. A enfermidade é também conhecida como amarelão e acomete indivíduos expostos a terrenos e alimentos contaminados, e à pouca higiene, causando diarreia, anemia, mal estar e febre. A máscara de flandres era feita de chapas de aço, conhecidas como folhas de flandres, tinha orifícios apenas para a boca e o nariz, era trancada, a cadeado, atrás do pescoço, e a vítima não podia beber e nem comer sem a permissão do dono. Nesse estado, era submetida a torturas físicas e psicológicas, muitas vezes, durante vários dias. Além da dor, as máscaras de folhas de flandres causavam cicatrizes e feridas, que podiam infeccionar, pondo em risco a vida do cativo.

Ainda acerca da pesquisa psicológica empreendida por Machado de Assis, no esquadramento do universo íntimo de suas personagens, Antonio Candido (2000, p. 193) ressalta o seguinte: “Na medida em que atua desse modo, o romance tem para nós uma função insubstituível, auxiliando-nos a vislumbrar em nós mesmos, e nos outros homens, certos abismos, sobre os quais a engenharia da vida de relação constrói suas pontes frágeis e questionáveis.” Na condição de espectadores das violências contumazes que assolam nossa sociedade, e diante da charada moral de *Pai contra mãe*, somos levados a algumas indagações: realmente nos portamos ou nos portaríamos de modo diferente daqueles que apenas observavam a brutalidade praticada contra Arminda e contra tantas outras vítimas de processos cruéis? No universo da fina psicologia machadiana, o leitor nunca fica na penumbra quando o assunto é o traçado existencial dos seres de ficção, em nome de quais interesses eles agem ou se escondem, atrás da máscara das aparências. E tal desvelamento não parte de núcleos psíquicos sólidos, mas da análise das experiências, das moléculas da formação social e pessoal, dos valores e do mundo da vida, que cada um se esforça para satisfazer, na grande maioria das vezes, camuflando exatamente os traços que nos unem na mesma humanidade. A resolução da charada moral, política e histórica é sempre uma via de mão dupla, que aponta tanto para o universo interior da personagem como para o mundo de valores e para a lógica interna do leitor. Essa fina lente da psicologia íntima, formada numa trama histórica e de valores morais, dos quais derivam atitudes e aspirações, que exigem, igualmente, astúcia, maleabilidade e dissimulação para não ser pego infringindo os códigos vigentes, abriu caminho para o tratamento de questões de alcance universal, ao mesmo tempo, de grande atualidade, enquanto exposição desse mundo, do qual não é possível separar a multifacetada, ambígua e paradoxal natureza humana.

3.2 NO SOSSEGO: A OUTRA FACE DO BRASIL PARAÍSO

“As águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.” (Trecho da *Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*)

“Subdesenvolvimento não se improvisa. É obra de séculos.”
(Nelson Rodrigues)

A célebre frase do escrivão-mor português Pero Vaz de Caminha, relatando seu deslumbramento diante da terra brasileira, epígrafe desta seção, inspirou a elaboração da imagem de um Brasil paradisíaco, profundamente arraigada no imaginário nacional, cujos elementos de composição são essenciais para quem quiser compreender muitos disfarces ideológicos usados, durante séculos, para escamotear problemas históricos da realidade social e política brasileira. Pero Vaz era um homem culto, um fidalgo educado na cultura católica medieval e nas simbologias que compõem o Éden bíblico, conhecedor das tradições literárias gregas clássicas acerca da Idade de Ouro e das ilhas Bem-Afortunadas, bastante populares entre os navegantes de sua época, e foi a partir desse arcabouço de crenças e mitos que ele interpretou o chamado Novo Mundo americano. Nesse momento inicial, cujo marco é 1500, as terras recém-descobertas passaram a existir oficialmente para a Europa, narradas sob o olhar do colonialismo ibérico e dos elementos de origem edênico-pagãos. Foi, portanto, o enlace do maravilhoso, do religioso, da terra antes do pecado original e da consequente queda do ser humano, à cobiça pelos metais preciosos, que faiscavam no olhar do navegante europeu. Entre atrativos hiperbólicos, fantasia e cobiça, a visão do europeu elaborou a imagem do Brasil e seus povos originários entre águas abundantes, clima agradável, nativos belos e receptivos, solo fértil, possivelmente, ouro e pedras preciosas, bons ares, todas essas benesses dentro de um cenário natural magnífico, que por si só excluía quaisquer potenciais desagregadores da imagem de um paraíso terreal. A partir de então, a forma como o mito edênico, transplantado para o Brasil, foi explorado e disseminado, nas Artes e nas propagandas políticas oficiais, ao longo de séculos, torna quase compreensível a resistência de muitos, ainda hoje, em aceitar que problemas como o racismo, o genocídio dos povos indígenas, as políticas de exclusão social e de marginalização dos pobres sejam uma realidade histórica cotidiana.

Entretanto, ao contrário da narrativa idílica inicial acerca dos contatos iniciais entre o colonizador e os nativos, que as palavras de Caminha ajudam a pressupor, a realidade concreta do que viria a seguir atesta um quadro medonho de barbáries, praticadas contra o indígena brasileiro, agredido física e culturalmente, demonizado, escravizado, vítima de campanhas genocidas – trama sinistra de um passado que ainda permanece a nos envergonhar. No polo oposto à visão deslumbrada do escrivão real, Nelson Rodrigues (1912-1980), dramaturgo, cronista, jornalista, criador de frases brilhantes e um genuíno transgressor da imagem padrão da vida burguesa – pacata, supostamente vivida entre a hóstia, o casamento e os bons costumes –, interpretou a condição brasileira com uma consciência histórica de grande sentido desmistificador. A conhecida frase de Nelson Rodrigues, uma das epígrafes

desta seção, desbrava um Brasil cuja estrutura social e político-administrativa, presa a uma concepção de Estado plutocrático, fomentou profundas desigualdades, obliterou problemas históricos, reatualizando, no decorrer de um longo arco da nossa história, práticas arcaicas de poder e enriquecimento, sempre para os ricos e seus apadrinhados, às custas da pobreza e da exclusão de grande parte da população brasileira. Com isso, tais práticas abriram caminho para um futuro iminente de anacronismos, no qual vigorou (e vigora) um conceito de Modernidade, de cidadania e de representatividade política e social acessível a poucos. Como alerta Nelson Rodrigues, o contexto de desigualdades, evidentes, ainda hoje, não é obra do acaso, mas a consequência de ações políticas de grande precisão, executadas sobre dois pilares fundamentais: a defesa do *status quo* favorável à elitização das decisões políticas e aos grupos dominantes, e o adiamento, quase sempre para um futuro hipotético, do combate aos fatores que mantêm a exclusão e a pobreza. Não obstante os defensores das velhas formas políticas soubessem (e saibam) apontar as mazelas do Brasil, na prática, pouco foi feito, no sentido de mudanças efetivas, mesmo diante da realidade social miserável e angustiante, vivida por uma imensa parcela do povo. Entre a imagem da terra paraíso, elaborada por Pero Vaz de Caminha, e o enraizamento histórico das condições que, na época em que escreveu Nelson Rodrigues, costumava rotular-se como subdesenvolvimento, Lima Barreto já defendia um conceito humanista e fraterno de convivência social que traz, na sua contraface, a crítica veemente dos valores burgueses, capitalistas e republicanos, aos quais atribuiu a responsabilidade pelo grave estado de abandono político, moral e socioeconômico dos excluídos sociais. Na crônica *Sobre o maximalismo*, publicada na *Revista Contemporânea*, em 1919, encontramos os fundamentos essenciais da sociedade defendida por Lima:

A vida do homem e o progresso da humanidade pedem mais do que dinheiro, caixas-fortes atestadas de moedas, casarões imbecis com lambrequins vulgares. Pedem sonho, pedem arte, pedem cultura, pedem caridade, piedade, pedem amor, pedem felicidade; e esta, a não ser que se seja um burguês burro e intoxicado de ganância, ninguém pode ter, quando se vê cercado da fome, da dor, da moléstia, da miséria de quase toda uma grande população. (BARRETO, 2012, p. 118)

A crítica de Lima Barreto é especialmente direcionada aos burgueses ricos, *atestados de moedas e casarões imbecis*, os capitalistas industriais-mercantis republicanos, notadamente o grupo de São Paulo, defensores ativos de práticas de mercado predatórias, responsáveis pelo próprio enriquecimento frenético, às custas da pobreza e do endividamento de muitos. De modo notório, assevera Lima Barreto, essa classe, *a do burguês burro, intoxicado pela ganância*, usava de sua influência política para defender a implantação de tarifas de mercado

cada vez mais extorsivas, uma camada alheia às urgências econômicas e sanitárias de grande parte do Brasil, formado por uma gente esquecida, amontada nas periferias, nas zonas roceiras e sertanejas, contra a qual o rico burguês capitalista investia sua *ganância sem freio de espécie alguma e a avidez cremática*. Além da sangria monetária e social dos pobres, no campo, o latifúndio aprisionava as populações numa estrutura de vida medieval, com gerações inteiras abandonadas, sem planejamento médico, social, econômico, sem infraestrutura habitacional, presas fáceis da violência do coronelismo político. Interpretadas como a imagem do atraso e do provincianismo do Brasil, essas populações foram mantidas convenientemente à parte do projeto nacional modernizante, sendo a prova incontestada de séculos de abandono e de políticas autoritárias, expostas à miséria, assoladas por endemias, pela fome e por preconceitos de diversas ordens. Na dinâmica das injustiças sociais, essas classes pobres atendiam, ontem e hoje, ao que o sociólogo Jessé de Souza (2019, p. 85) define como *a funcionalidade da miséria*, ou seja, a exploração planejada da *ralé brasileira* no subemprego mal remunerado, desempenhando tarefas sujas e pesadas, enquanto os patrões desenvolvem atividades vistas como produtivas, bem remuneradas, com tempo livre e dinheiro para investir em aprendizado qualificador – exploração que se repete tanto no campo como na cidade. Por conseguinte, de acordo com Jessé de Souza, a classe espoliada é “condenada eternamente a desempenhar os papéis secularmente servis.” (Ibid.).

A visão de uma terra bem-afortunada, cujo solo é capaz de dar tudo, a consciência de um país com problemas históricos, cujos projetos modernizadores não resolvem o seu descompasso, em relação a um mundo supostamente desenvolvido, e, finalmente, o projeto de uma sociedade humanista e igualitária, defendido por Lima Barreto, constituem três concepções diversas, que terminam por atravessar a experiência de Policarpo Quaresma, no sítio do Sossego. Relembremos o trajeto que levou o major Policarpo da Capital Federal ao Sossego, zona rural fluminense, nos arredores do vilarejo do Curuzu. O século XIX atravessava sua última década, quando a Proclamação da República (1889) pegou quase toda a Nação de surpresa, pouco tempo depois, explodiu a Revolta da Armada (1891-1894). Durante esse período, a Capital Federal era um verdadeiro campo de batalhas, misto de euforia altamente bélica dos vitoriosos, medo e repressão implacável contra os opositores da República militarista, sob o comando do general Floriano Peixoto. Quando as unidades da Armada, na baía de Guanabara, sob a liderança do almirante Custódio de Melo, se rebelam contra as arbitrariedades do Governo, o tom da repressão militar se agravou ainda mais, mergulhando o Rio de Janeiro num verdadeiro caos de terror, bombas, delações, prisões arbitrárias, torturas e assassinatos impunes, numa demonstração incisiva de que, nos seus

moldes, a República não toleraria críticos, muito menos, insurgentes. No TFPQ, algum tempo antes da Revolta da Armada, o major Policarpo, um intelectual autodidata cujo nacionalismo e o ufanismo patriótico receberam a seiva das leituras românticas indianistas, cheias de fragor poético na exaltação da natureza e do indígena, resolve propor formalmente a substituição da Língua Portuguesa pelo Tupi-Guarani como idioma oficial do Brasil. Aqui, cabe citar que a emancipação política, em 1822, foi liderada por representantes da rica elite senhorial escravocrata, descendente dos portugueses, e não foi acompanhada por um movimento de emancipação ideológica e de costumes. Na verdade, foi uma ruptura mais de natureza socioeconômica e política de cúpula do que propriamente ideológica, em que foram resguardadas as antigas referências culturais, de instituições e de sociedade, implantadas pelo colonizador. No plano cultural, tais referências agiram como organizadores e catalisadores dos elementos autóctones – excluía a matriz africana –, devidamente selecionados e reelaborados, no processo de construção da nova identidade nacional. Desse modo, elegendo o indígena e a natureza como símbolos da verdadeira brasilidade, a primeira geração de escritores românticos executou o projeto de elaboração da identidade nacional, pós 1822, com a seguinte disposição de contiguidade entre as referências culturais: nos trópicos, o indígena, depurado de seus atributos reais, encarnava a figura do cavaleiro medieval; e o colonizador ibérico representava a seiva da tradição étnica e cultural superior. Ambos, emoldurados pela exuberante natureza americana e unidos, com a subserviência do indígena ao europeu, para traçar os caminhos independentes do país. Diante desse quadro ideológico, era esperado o fracasso da petição, transformada em motivo de galhofa, nos jornais e nas rodas maledicentes da cidade, o que desencadeou a grave crise psíquica de Policarpo Quaresma, seguida de um longo internamento, no hospício da praia das Saudades, e da aposentadoria. Uma vez finda a reclusão de Policarpo e estando ele aposentado, caberia a Olga Coleoni reacender a chama reformadora através da sugestão para o retiro no campo: “– O padrinho por que não compra um sítio? Seria tão bom fazer as suas culturas, ter o seu pomar, a sua horta... não acha?” (TFPQ, 2005, p.76). A resposta do padrinho, embora parecesse apenas ingênua e animada, assinala a crítica implícita a um dado estrutural da formação econômica brasileira, marcada pelo latifúndio e pela monocultura: “– É verdade, minha filha. Que magnífica ideia tens tu! Há por aí tantas terras férteis sem emprego... A nossa terra tem os terrenos mais férteis do mundo...” (Ibid., p.76-77).

Inebriada pela visão ufano-idealista, assim tem início a aventura no Sossego, vista pelo major Quaresma como alívio para as recentes amarguras, e a retomada do seu ideal reformador. A terra era benfazeja, portanto, daria *o alimento, a alegria e a fortuna*, sem quase

nada exigir do lavrador. Bastavam a boa terra e o empenho para realizar sua engenhosa ambição de reformar o Brasil, através da agricultura e da vida rural: “Tu irás ver as minhas culturas, a minha horta, e meu pomar – te convencerás como são fecundas as nossas terras!” (TFPQ, 2005, p. 77). Não obstante a validade e a atualidade das ideias de Policarpo, no sentido de impulsionar a agricultura, planejando tornar o campo autossustentável através do incentivo à agricultura doméstica e do fim do monopólio da terra, o projeto era nitidamente oposto ao campesinato tradicional, o que acabou por acender a animosidade dos poderosos do Curuzu. Além disso, o projeto vai sucumbir porque ele conhece a realidade unicamente através das suas leituras, sem jamais ter visto *in loco* as reais condições dos roceiros miseráveis, muitos menos a violência dos fazendeiros e políticos interioranos. A observação também é válida para as periferias da Capital Federal, às quais ele visitou uma única vez, na busca por Tia Maria Rita. E, como tudo a que Policarpo Quaresma se dedicava, o projeto do Sossego era movido pelo genuíno desejo de comprovar a grandiosidade do Brasil, um plano elaborado com métodos definidos, uma certa visão prática e a fé do reformador nas Ciências, em sintonia com o clima intelectual do país, bastante crédulo na aplicação dos pressupostos científicos como base para o projeto nacional modernizante. O passo seguinte foi a compra do Sossego, escolhido exatamente por suas péssimas condições, para servir de exemplo aos demais da força transformadora *da tenacidade, do carinho e do trabalho agrícola*, sobre um solo naturalmente fértil, *Oh! terra abençoada!* Com a mesma “exatidão e meticulosidade que punha em todos os seus projetos” (TFPQ, 2005, p. 77), Policarpo começou pela pesquisa criteriosa do preço das sementes agrícolas, estudou as condições de plantio e de colheita de cada uma, calculou os lucros prováveis, comprou livros especializados, investiu em materiais técnicos e de estudo do solo, ou seja, fez todo um detalhamento que, à primeira vista, prenunciava o sucesso da empreitada do Sossego: “[...] do seu exemplo, nasceriam mil outros cultivadores, estando em breve a grande Capital cercada de um verdadeiro celeiro, virente e abundante a dispensar os argentinos e europeus” (Ibid., p. 78). Apesar da extrema dedicação, Policarpo jamais havia enfrentado a realidade do país, que ele aprendera a amar através de interpretações idealizadas da terra e do povo, até então, sem conhecer o Brasil desencantado pela miséria, pelas doenças e pela falta de dignidade social. E o abismo entre a utopia ufano-nacionalista e esse país desconhecido era o grande nó que Policarpo Quaresma não estava preparado para desatar. Nesse ponto da questão, é interessante destacar como a quase totalidade dos discursos sobre a natureza e o povo brasileiro tinham como referência as cultuadas interpretações de exploradores estrangeiros, e da Ciência, sem nunca, de fato, dar ao habitante do campo, das favelas e dos sertões do país o seu devido espaço de fala. Por

consequente, dia após dia, Quaresma amarga o fracasso de todas as expectativas, até a fatídica noite em que toda a dispensa do Sossego, o corpo do patriota e as plantações foram atacados pelas ferozes formigas saúvas – um inimigo minúsculo, secular e poderoso.

Apesar de todas as considerações práticas, a ideia base da relação entre o agente humano e a terra brasileira facultava o engano, uma vez que fora nutrida, por décadas, nas leituras de intérpretes do Brasil – nacionais e estrangeiros –, forjadas sob a ótica do deslumbramento e da sedução do maravilhoso. Diante do chamado Novo Mundo, propiciando o alargamento das fronteiras geográficas e humanas até então conhecidas, o viajante europeu foi surpreendido pela exuberância solar das cores e das formas de vida brasileira, para as quais ele não tinha referências concretas de interpretação e nem experiências linguísticas capazes de traduzir a aventura, sem recorrer a elementos específicos de narrativas já conhecidas, presentes na Bíblia e no paganismo helênico. No clássico *Visão do paraíso* (2000), originalmente publicado em 1959, Sérgio Buarque de Holanda cunhou a expressão *psicose do maravilhoso* para definir a interpretação sobre a terra brasileira, elaborada pelo conquistador ibérico, a partir de elementos judaico-cristãos e da cultura grega clássica, mais especificamente, as configurações do Jardim do Éden e da Idade de Ouro – esta, um tempo anterior à queda do deus Cronos (Saturno), quando os seres humanos gozavam de eterna primavera, em estado de paz, livres da dor, das lutas, do trabalho e da fadiga. Além do mito da Idade de Ouro, outras narrativas contribuíram para a crença europeia no terreal paraíso, sobre as Ilhas Bem-Afortunadas – morada eterna dos heróis –, lugares cheios de riquezas e abundância perenes, o Jardim das Hespérides, horto encantado da deusa Hera, símbolo de fecundidade e de fartura, terra das belíssimas ninfas do poente e dos pomos de ouro da imortalidade. Do Éden bíblico, foi tomada a inspiração do estado original de pureza, bonança e harmonia em que habitava o primeiro casal, antes do Pecado e da Queda, transposto às terras descobertas: “E disse Deus: Eis que vos dei toda erva que dá semente, que está sobre a face de toda a terra, e toda árvore, em que há fruto de árvore que dá semente; servos-á para a mantimento” (Gênesis, Capítulo 1:29). Apesar de pertencerem a universos culturais distintos, as narrativas do paganismo politeísta grego e do monoteísmo judaico-cristão convergiam na mesma crença acerca de terras paradisíacas, remanescentes de um mundo ideal, livre do pecado e da dor, localizado além das fronteiras até então conhecidas. Eram os paraísos originais anteriores à queda – de Adão e Eva, no Éden, e do deus Cronos, destronado por seu filho Zeus (Júpiter) –, que mantiveram intactos todos os atributos de uma Era de Ouro, quando os seres humanos viviam em estado de pureza, harmonia e felicidade: habitantes belos e saudáveis, riquezas naturais e materiais, abundância e vitalidade perene.

Distantes do mundo pós-queda, corrompido por disputas, cobiça, pobreza e desigualdades, os paraísos terreaux e suas promessas de fortuna e felicidade, com ouro e belos nativos, só poderiam ser alcançados através de grandes feitos de bravura, somente possíveis àqueles que se dispusessem ao trabalho árduo, tendo como prêmios riquezas e a felicidade perdida. De acordo com Holanda, essa *miragem-desejo*, que perseguia os espíritos dos navegadores: “compêndio de concepções bíblicas e idealizações pagãs, não se podia separar da suspeita de que essa miragem devesse ganhar corpo num hemisfério ainda inexplorado, que os descobridores costumavam tingir da cor do sonho” (HOLANDA, 2000, p. 221). Arraigada na mentalidade histórica e cultural brasileira, a interpretação mítica edênico-pagã sobre o Brasil, sua natureza e seus habitantes seria reativada, em maior ou menor intensidade, de acordo com os variados propósitos políticos, em distintos contextos da história brasileira, tal como ocorreu no contexto pós-Independência, a partir de 1822.

Analisando a produção literária brasileira, nas décadas de trinta e quarenta do século XIX, e o começo histórico do narrador de ficção, Flora Sussekind (1990) destaca duas constantes: o uso das narrativas não ficcionais de viagens, sobretudo aquelas voltadas para as descrições do Brasil; e o paisagismo, centrado na exuberância tropical e em cenas consideradas pitorescas do cotidiano local. No campo político, os esforços das novas lideranças tinham como objetivo consolidar a Independência, e nas letras, os intelectuais, abraçando a estética do Romantismo europeu, se empenharam em construir uma Literatura Brasileira, dita genuinamente nacional, traçando, de acordo com Flora Sussekind, *um processo retilíneo de abasileiramento*, consequência da suposta ruptura com a tradição literária europeia. A partir desse projeto político e literário, o tema da natureza paradisíaca, considerada o elemento singular e definidor da nossa pujança e nacionalidade, ocupou o núcleo central da criação literária das décadas de trinta e quarenta do dezenove brasileiro, como parte de um projeto histórico, político e cultural em que as narrativas literárias buscaram funcionar “como verdadeiras expedições de caça à própria origem e a uma sonhada ‘essência de nacionalidade’” (SUSSEKIND, 1990, p. 34). Nesse espírito, em uma obra famosa, que poderia muito bem constar na biblioteca de Policarpo Quaresma, *Por que me ufano do meu país* (1901), citada em momentos anteriores deste estudo, o conde Afonso Celso, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e membro fundador de Academia Brasileira de Letras, dava mostras do espírito de exaltação fervorosa do Brasil, claramente desconsiderando um imenso rol de problemas sociais e políticos, agravados por séculos de negligência. Nas suas palavras de nativista ardoroso, o Brasil era uma convergência de paraíso terreal e pujança futura:

— O Brasil constitui um dos mais vastos países da terra, capaz de conter toda a população nela existente;

— Reúne imensas vantagens a essa grandeza territorial, quais a situação geográfica, a homogeneidade material e moral, o progresso constante;

— É belíssimo — encerrando maravilhas sem êmulas no universo, como o Amazonas, a cachoeira de Paulo Afonso, a floresta virgem, a baía do Rio de Janeiro;

— Possui riquezas incalculáveis, — tudo quanto de precioso se encontra no globo;

— Goza de perpétua primavera, sem jamais conhecer temperaturas extremas;

— Não sofre as calamidades que costumam afligir a humanidade: — vulcões, terremotos, ciclones, inundações, abundância de animais ferozes;

[...]

— Bom, pacífico, ordeiro, serviçal, sensível, sem preconceitos, não deturpa o caráter desse povo nenhum vício que lhe seja peculiar, ou defeito insusceptível de correção.

[...]

— Cheio de curiosidades naturais, depara elevadas glórias a quem o estudar e amar;

— Na sua história, relacionada com os mais notáveis acontecimentos da espécie humana, escasseiam guerras civis e efusões de sangue, sobejando feitos heroicos, formosas legendas, preclaras figuras, luminosos exemplos;

[...]

Nestas condições, o Brasil é um país privilegiado, reunindo elementos que lhe conferem primazia sobre todos os mais. Importa ingratidão para com a Providência invejar outras nações, não nutrir a ufania de ter nascido brasileiro. Foi belo o quinhão que nos coube. Outros povos apenas se avantajam ao nosso naquilo que a idade secular lhes conquistou. O Brasil poderá tornar-se o que eles são. Eles nunca serão o que é o Brasil. (AFONSO CELSO, 2002, online, p. 190-191)

Um Brasil abençoado por belezas e abundâncias naturais, onde não havia preconceitos(!), nem guerras civis, sedições, onde tudo e todos eram incrivelmente pacíficos, ordeiros, sem nenhum vício que deturpasse o caráter nacional, diga-se, cheio de virtudes, afirmações essas feitas por Afonso Celso transcorridos apenas trezes anos da Abolição da Escravatura, com todas as mazelas decorrentes da liberdade completamente desassistida, e da violência militarista, que envolveu a implantação da República brasileira. Mesmo em face das tragédias sociais cotidianas, das endemias e da miséria históricas, o Brasil de Afonso Celso não tinha mosquitos e nem calor, muito menos preconceitos ou rincões de pobreza, a primavera era perene, como na Idade de Ouro, enfim, *Por que me ufano de meu país* glorificava uma Nação com todos os elementos paradisíacos. Apesar de receber algumas críticas, *Por que me ufano do meu país* não acendeu nenhum debate acalorado, como a célebre e polêmica afirmação de Miguel Pereira, “O Brasil é um vasto hospital”, que movimentou a imprensa e os meios políticos, durante dias. “Todas as tradições são seletivas”,

afirma Raymond Williams (1989, p. 34), em sua análise da poesia inglesa de tradição bucólica ou de fuga para o campo, nos séculos XVI, XVII e XVIII, a base da ilusão literária de retorno a uma suposta vida de simplicidade e de inocência, que há muito havia se perdido, nas grandes cidades da Europa. O problema dessa construção, destaca Williams, reside no fato de os elementos pinçados para representar a ilusão de real, ou seja, para criar a ilusão literária do fato social, sustentarem um esquema de hipertrofia de qualidades positivas, no caso inglês, a escolha da gentileza da terra, em substituição à prudência e ao esforço que a vida no campo exige. No Brasil, as narrativas de tradição nativista ou inseridas nessa tradição – ficcionais e não ficcionais – seguiram diretrizes semelhantes, como é claramente identificável na idealização de Afonso Celso. Quanto à empreitada de Policarpo Quaresma, no Sossego, inicialmente, o reformador vai evocar todos esses matizes, através de episódios cômicos, porém, à medida que a realidade avança sobre a fantasia do major, expondo a completa impossibilidade de qualquer projeto nacional efetivo ter êxito, sem colocar no centro da mesa a realidade brasileira concreta – um tecido sociocultural riquíssimo, complexo, de formação híbrida, igualmente tracejado de violências, abandono, fruto de políticas elitistas e da consequente exclusão social. Do outro lado desse contexto, era chegado o momento de Quaresma fazer florir os bens da terra: “e dentre tudo aquilo surgia uma linda mulher, com o regaço cheio de frutos e um dos ombros nu, a lhe sorrir agradecida, com um imaterial sorriso demorado de deusa – era Pomona, a deusa dos vergéis e dos jardins!” (TFPQ, 2005, p. 79). Da ilusão ufanista à dura realidade agrícola, a aventura de Quaresma mostrava, na prática, as falácias de um projeto nacional idealizado, lançando um olhar satírico sobre a adesão sem ponderações a pressupostos científicos importados, sem atentar para as especificidades do contexto local, por conseguinte, falíveis. Empenhado, diretivo e entusiasta da ideia de um *Brasil com elementos de primazia sobre os outros*, Policarpo Quaresma iniciava o ousado plano agrícola, lançando mão de todas as estratégias comumente relacionadas ao sucesso de tais projetos: amparado nos rigores da Ciência, ele explorou as terras do Sossego, organizou um museu natural, com espécies devidamente etiquetadas, fez o levantamento da fauna nativa, recorreu aos estudos de Ciências Naturais, Botânica, Mineralogia, Geologia, formou uma biblioteca com os mais importantes títulos franceses e portugueses sobre o tema, além, obviamente, dos nacionais. Junto às referências científicas, lançou mão de um verdadeiro arsenal técnico – termômetros, barômetros, pluviômetros, higrômetros, anemômetros –, além das seculares enxadas e fações, tudo muito bem planejado e embasado cientificamente. Porém, na realidade prática, todo esse aparato de nada serviria:

Quaresma, furioso, a arrancar torrões de terra daqui, dali, demorando-se muito em cada arbusto e, às vezes, quando o golpe falhava e a lâmina do instrumento roçava a terra, a força era tanta que se erguia uma poeira infernal, fazendo supor que por aquelas paragens passara um pelotão de cavalaria. [...] O major enfurecia-se, tentava outra vez, fatigava-se, suava, enchia-se de raiva e batia com toda a força; e houve várias vezes que a enxada, batendo em falso, escapando ao chão, fê-lo perder o equilíbrio, cair, a beijar a terra, *mãe dos frutos e dos homens* [grifo nosso]. (TFPQ, 2005, p. 80-81)

Quaresma descobre que a terra, *mãe dos frutos e dos homens*, enfatiza ironicamente o narrador, também produz cardos, sarças, espinhos e exige tenacidade. Ao invés de ofertar apenas a *primavera eterna*, cantada por Afonso Celso, a natureza dá ao roceiro “o ar pesado dos dias de verão, que enrodilhava as folhas e punha nas cousas um forte acento de resignação mórbida” (Ibid., p. 81), fatigando o corpo despreparado do patriota reformador. Nada poderia ser mais antibucólico e anti-idealista, um verdadeiro choque para a visão romantizada do campo e de seus moradores, imaginados como caboclos felizes, saudáveis pelas dádivas de Pomona, *a deusa dos vergéis jardins*, tal como nos sonhos ufanistas de Policarpo. No outro lado desse idílio, a terra real exigia do lavrador trabalho árduo e um conhecimento prático que nem a Ciência e nem os curiosos instrumentos do major puderam substituir, e esse saber prático, tranquilo e formado no dia a dia, veio do doce *preto* Anastácio, o antigo escravizado de fazenda, amigo e companheiro de Policarpo, com sua candura e paciência professoral, era ele quem instruía o amigo nas lides agrícolas: “– Não é assim, *seu majó*. Não se mete a enxada pela terra adentro. É de leve, assim.” (Ibid.) Policarpo Quaresma não se abateu com as intempéries iniciais, entretanto, pouco a pouco, a miragem do Brasil terra-paraíso, *Como era tão simples viver na nossa terra!*, se desfazia, bem diante dos olhos e na alma do velho major. Assim, a vida, no Sossego, avançava, Pomona evanesceu, os prazeres imaginados perdiam lugar para as cansativas obrigações diárias: capinar, arar o solo, enfrentar as pragas, as ervas daninhas, o sol forte e inclemente do verão e, por fim, a saúva. Dia após dia, Quaresma enfrentava o contraste entre a tradição edulcorada romântico-nativista e a realidade concreta, tornada mais dura com a entrada em cena dos moradores do Curuzu, sintetizados na figura do lavrador Felizardo, antítese da miragem do campo feliz, saudável e bem alimentado: “Como é que se preferia viver em casas apertadas, sem ar, sem luz, respirar um ambiente epidêmico, sustentar-se de maus alimentos, quando se podia tão facilmente obter uma vida feliz, farta, livre, alegre e saudável?” (Ibid., p. 78).

Durante o período chamado *Belle Époque* brasileira, entre finais do XIX e as primeiras décadas do século XX, Lima Barreto assistiu à transformação frenética da Capital Federal, na marcha do cosmopolitismo e do antilusitanismo, defendidos pela elite burguesa e pela

República. Como ressalva Nicolau Sevcenko (2003, p. 193), Lima não se deslumbrou com os cenários luxuosos de mármore e cristal, que começavam a surgir no centro do Rio, substituindo os velhos morros e casarões do Império, tidos como a incômoda lembrança do atraso que a República desejava por abaixo. Ao contrário disso, Lima voltou sua solidariedade e sua crítica militante para a denúncia da terrível vida das populações dos morros, favelas e cortiços da Capital, uma gente abandonada, em sua grande maioria, pretos, pardos e imigrantes, excluídos da avalanche cosmopolita, muitas vezes, sob a vara inclemente da polícia, para a entrada em cena de um cosmopolitismo reservado “para a convivência e a sociabilidade dos beneficiários” (SEVCENKO, 2003, p. 193). Tais beneficiários pertenciam à elite europeizada, de “bons modos e bem vestida”, que não queria conviver com a gente pobre, a “gentinha” de pele escura, descalça e de “maus hábitos”, varrida do centro para as zonas inóspitas do Rio. Na obra de Lima, são os excluídos desse Brasil seletivo que denunciam a realidade enfermiça, por detrás das fachadas reluzentes da Capital republicana, e do país como um todo. Lima, prossegue Sevcenko, sempre foi um crítico acerbo de todas as doutrinas aclamadas, sem levar em consideração os limites do saber humano, sem questionar suas possíveis incoerências e, principalmente, o fato de qualquer doutrina – política, filosófica, científica, artística – não estar isenta de atender a interesses de grupos. Por isso, nenhuma das tendências da sua época escapou ao crivo de sua lucidez crítica – a Ciência, o Determinismo, o Naturalismo, o republicanismo e o jacobinismo, ala republicana mais radical –, vistas pelo escritor como representações subjetivas da consciência, entretanto, que se arvoravam ao direito legítimo de julgar e definir o destino da sociedade e dos seres humanos. Para Lima Barreto, leis imutáveis e universais jamais poderiam construir sociedades justas e saudáveis, uma vez que apenas estabeleciam hierarquias, responsáveis por condenar uns ao fracasso humano e social, dando a outros falsas justificativas para controlar a vida nacional e influenciar diretamente no futuro de muitos. Nesse viés, as condições intelectuais e de vida das pessoas não derivam de caracteres inatos, descritos e etiquetados por preceitos deterministas imponderáveis, mas são, na verdade, a consequência de contextos históricos específicos, cujas políticas estatais e os valores dominantes produzem e reproduzem preconceitos, violência, abandono social, miséria e o consequente aniquilamento das potencialidades do ser. Dentro dessa configuração, aparecem, na narrativa do TFPQ, o Curuzu e seus habitantes, vistos mais de perto no roceiro Felizardo e sua família, uma gente miserável, esquecida pelo Governo Federal, explorada por fazendeiros e caciques políticos, vivendo à mingua, apesar da grande quantidade de terras férteis e ociosas da região. O Curuzu, um lugarejo bisonho, localizado nas bordas da Capital Federal – apenas duas horas de

trem entre o Rio e o lugarejo – era o Brasil miserável e abandonado, ao mesmo tempo, perto e tão distante, desconhecido pelo Rio de Janeiro *da avenida, dos squares, dos freios elétricos*⁷⁴, das fachadas de mármore e de cristal. Sua paisagem tristonha é dominada pelo sapê descorado das casinhas humildes, pela cor enfermiça das crianças famintas, maltrapilhas e mendicantes, que se aglomeravam nas portas das vendas e nas estradas. Todo esse ambiente tristonho fica ainda mais desolador devido à presença de chefes políticos autoritários, bem nutridos e completamente desinteressados dos graves problemas do lugarejo.

No Curuzu, Lima condensa o intrigante resultado de séculos de políticas governamentais predatórias, assim como a impossibilidade de qualquer transformação baseada em interpretações ufanistas, em pressupostos sociológicos ou científicos gerais e imutáveis, que apenas garantiram a continuidade da exclusão dos miseráveis e os privilégios de classe dos poderosos. Pensando no Rio de Janeiro *da avenida, dos squares, dos freios elétricos*, da República e da alta burguesia industrial-capitalista, ambas defensoras do progresso e da modernização nacional, o Curuzu é a imagem de um mundo estagnado pelo abandono do Governo, cujos únicos indícios das mudanças por que passara o Brasil eram os nomes das duas únicas ruas do lugarejo: a antiga rua do Imperador, agora, chamada Rua Marechal Deodoro; e a nova, rua Floriano Peixoto, antigamente conhecida como rua da Imperatriz. Fora disso, permaneceram intactos os latifúndios improdutivos, a influência da Igreja no cotidiano dos moradores, o poder dos senhores de terras e a miséria dos curuzenses, evocando as senzalas da escravidão. Lima Barreto é um artista com um forte espírito de crítica social, assumido através de sua Literatura militante, em prol de um conceito de sociedade e de política solidárias, um humanismo que, talvez atravessado pela inspiração de Tolstói, pode ser visto como quase utópico. Inegável, porém, é a sua agudeza de visão e a sua atualidade marcante, sobretudo, na constatação de que as mudanças deveriam surgir com urgência. Dentre as muitas passagens de sua obra, nas quais defendeu essa ideia, sirva de exemplo o trecho a seguir, retirado à crônica *Volto ao Camões* (1918):

É chegada, no mundo, a hora de reformarmos a sociedade, a humanidade, não politicamente, que nada adianta; mas socialmente, que é tudo. Temos que rever os fundamentos da pátria, da família, do Estado, da propriedade; temos que rever os fundamentos da arte e da ciência; e que campo vasto está aí para uma grande literatura, tal e qual nos deu a Rússia, a imortal literatura dos Tourgueneffs, dos Tolstois, do gigantesco Dostoiewsky, igual a Shakespeare, e, mesmo, do Gorki! (BARRETO, 1956a, p. 165-166)

⁷⁴O trecho é parte da crônica *As enchentes*, publicada no jornal fluminense *Correio da Noite*, de 19/01/1915.

O Sossego é a metonímia do descaso e da miséria, persistentes, em grande parte do Brasil, um sítio *maltratado e abandonado*, a linha divisória entre a visão de Policarpo Quaresma, enevoada por idealizações, e os problemas do Brasil interiorano, até então, desconhecido por ele. Essa experiência confrontará a imagem romantizada da gente roceira, gentil, forte e saudável, nutrida pelos bens da terra generosa, traçando a subversão desse ideal através do painel abrangente da miséria dos pedintes do lugarejo, a quem o major Quaresma sempre doava mantimentos, lenha para cozinhar e, na falta de médicos e hospitais, as ervas do Sossego, que socorriam os pobres, nas crises de maleitas e outras enfermidades decorrentes das péssimas condições sanitárias e da má alimentação. Tanto desapego e falta de ambições acabaria atizando a desconfiança dos politiqueros locais, um tipo pelo qual Lima Barreto tinha verdadeira aversão, e a quem culpava por grande parte das mazelas do povo, os outros dois eram o cosmopolitismo europeizado das elites nacionais e o ufanismo bovarista. Em conjunto, a única realidade que essa tríade negativa produziu foi um país de desigualdades, que se recusava, por absoluta conveniência elitista, a enfrentar os dilemas políticos e socioeconômicos de sua formação. Assim, edulcorando a realidade e mantendo padrões institucionais elitistas, a tríade miséria-exclusão-preconceito se transformava num dado estrutural da realidade brasileira. E não tardou para que um tipo a serviço dessa estrutura viesse ao sítio de Quaresma. Era a figura escorregadia e dissimulada do tenente Antonino Dutra, escrivão da Coletoria de Impostos do vilarejo, cabo eleitoral de um figurão republicano. Antonino chegou inesperadamente ao Sossego, sorrateiro e escorregadio como uma cobra de várzea, com a justificativa de angariar contribuição para a festa da santa padroeira do Curuzu, entretanto, o objetivo não declarado da visita era descobrir a filiação partidária de Quaresma, ganhar o apoio dele à causa do chefe ou, caso fosse um inimigo político, expulsá-lo do lugar. Em Antonino Dutra, a unidade corpo-caráter funciona para trazer à tona a crítica de Lima Barreto a esse tipo. O escrivão, detalha o narrador, era uma figura estranha, de aspecto desonesto, traduzido na gordura corporal, causada por um apetite insaciável, a engordar partes específicas do corpo, como as bochechas balofas *de um lagarto que entesoura enxúndia para o inverno ingrato*, mantendo outras estranhamente magras, como os dedos esqueléticos, fusiformes e ágeis, próprios de quem rouba e engana com eficiência. Como politiquero profissional, o tenente Antonino encarna a típica *mise-en-scène* de seu grupo: é matreiro, ambicioso, hábil no exercício do “toma lá, dá cá”, das negociatas e apadrinhamentos. Segundo afirma Osman Lins (1976) sobre a questão, Policarpo rompeu a *naturalidade* [grifo nosso] das formas de vida do Curuzu, acolheu pobres e famintos sem nada exigir, não defendeu partidarismos políticos, por isso soam tão estranhas as boas intenções do

major Quaresma, contrárias à engrenagem viciada da política do Curuzu, e do Brasil. Policarpo Quaresma praticou a solidariedade desinteressada, defendida por Lima como a base para uma sociedade fraterna, sem interesses escusos e nem intenções políticas egoístas, atitudes essenciais para a verdadeira revolução social. Ações de um patriota honesto, solidário e sem nenhum apreço às disputas de poder, de tal maneira contrárias à prática geral que logo foram convertidas em ameaça ao controle dos governistas locais. Para Antonino Dutra: “Com certeza, disse ele consigo, este malandro quer ficar bem com os dois, para depois arranjar-se sem dificuldade. Estava tirando sardinha com mão de gato...” (TFPQ, 2005, p. 85). Isto porque, na visão política de Antonino Dutra, adesão partidária, ambição e lucro – a tônica do contexto – são elementos indissociáveis, faces da mesma e corrompida moeda de troca da arena política do TFPQ.

Apesar de todos os choques e obstáculos, a experiência do Curuzu não significou a perda das ilusões acerca da possibilidade de construir uma sociedade justa, pautada em valores morais e sociais verdadeiramente humanos e solidários. O que a crítica de Lima aponta é a absoluta impossibilidade de tal revolução social acontecer em um terreno ideológico que compreende o Brasil e o brasileiro unicamente através das narrativas dominantes. Com seu vasto elenco de figuras, a sociedade apresentada no romance de Lima Barreto é um cadinho de culturas, realidades sociais e variados matizes ideológicos. Nesse quadro humano heterogêneo, existe gente como Anastácio, o antigo escravizado, sábio, doce e paciente, Felizardo e sua família – uma esposa feiosa e maltratada, dois filhos moleirões –, figuras miseráveis, analfabetas e famintas, que o Brasil dito civilizado e moderno insistia em não enxergar. Contratado para as atividades agrícolas do Curuzu, Felizardo é uma mescla de força e carência: “Tinha a face cor de cobre, a barba rala e, sob uma aparência de fraqueza muscular, não havia ninguém mais valente que ele a roçar” (Ibid., p. 103). Tinha uma energia rústica para o trabalho, oculta sobre a evidente fraqueza muscular, bebia quase tudo o que ganhava, sem nenhuma motivação, *tagarela incansável* e esperto, Felizardo conhecia bem a perigosa política do Curuzu, e foi ele quem primeiro advertiu o major Quaresma sobre as disputas entre o Governo e a oposição, nas quais Policarpo estava envolvido, mesmo sem saber: “Essa gente anda acesa por aí. [...] Urubu pelado não se mete no meio dos coroados. Isso é bom pro *sinhô*. [...] In da *trasantonte* ouvi *dizê* que o patrão é amigo do *marechá*. (Ibid., p. 103-104). Felizardo é uma das muitas vítimas da brutalidade dos coronéis políticos e das condições de vida degradantes, uma figura que desafia estereótipos, aparentemente frágil, debilitado pela miséria, entretanto, um homem resistente, ao mesmo tempo, desencantado com o Brasil, uma figura a quem as teorias deterministas e raciais imputavam um destino

irreversível e atroz. Como defende Osman Lins (1976), em seu comentário sobre o escritor Isaiás Caminha – figura central do romance *Recordações do escritor Isaiás Caminha* –, Lima Barreto detecta as causas dos desastres pessoais dos excluídos da sociedade como Caminha, “não na carne e no sangue da vítima, mas no exterior, seriam causas de natureza social, e não psicológica, atávica ou antropológica” (LINS, 1976, p. 34). Argumento esse que se aplica a Felizardo, sua mulher, Sinhá Chicá, *uma velha cafuza* de aparência tão grosseira quanto o marido, *espécie de Medeia esquelética*, e os dois filhos do casal. Apesar da aparência desoladora, Sinhá Chica é uma mulher de grande relevância para os pobres do Curuzu, aos quais socorria nos partos, com as benzeduras e infusões de ervas, cortando febres, curando as dores e os coveiros dos que não tinham dinheiro para os serviços caros do Dr. Campos. Os dois filhos eram inertes, moles, desocupados, sem força e nem crenças, pontua o narrador: “Ajuntavam à depressão moral dos pais uma pobreza de vigor físico e uma indolência repugnante.” (TFPQ, 2005, p. 187). *Mas que tristeza de gente!*, conclui o narrador.

Para compreender tanto desalento, corpos esqueléticos e miséria, basta adentrar no completo abandono em que viviam os pobres do Curuzu. Retomando a denúncia de Miguel Pereira, o médico sanitarista que, em 1916, incendiou os debates entre a elite letrada ao afirmar ser “O Brasil é um vasto hospital”, expondo a gravidade da situação sanitária do país, também cravou o bisturi da polêmica bem no centro da questão, ou seja, a quase inexistência de ações governamentais para combater as endemias, por conseguinte, a tragédia humanitária nacional, decorrente da omissão das autoridades. Nas palavras do médico, o Brasil pobre e faminto, dos grotões, morros e favelas era, na verdade, uma vasta legião de: “inválidos, exangues, esgotados, pela ancilostomíase e pela malária; estropiados e arrasados pela moléstia de Chagas; corroídos pela sífilis e pela lepra; devastados pelo alcoolismo, chupados pela fome, ignorantes, abandonados, sem ideal e sem letras.”⁷⁵ Miguel Pereira não falava através de leituras de gabinete, como médico, atuou em diversas frentes assoladas por endemias, viu de perto as calamidades sanitárias que comprometiam a saúde e a vida das populações carentes. As palavras de Miguel Pereira agiram como fogo no paiol, e ditas por alguém tão renomado, agora, era oficial, o Brasil miserável e esquecido era exposto bem diante das autoridades como uma *legião de doentes, chupados pela fome, abandonados, sem ideal e sem letras*. Felizardo era uma das vítimas dessa situação de abandono genocida. O roceiro era um “homem bom, ativo e trabalhador, sem ânimo de plantar um grão de milho em casa e bebendo todo o dinheiro que lhe passava pelas mãos” (TFPQ, 2005, p.124). Felizardo sabia que não

⁷⁵O texto completo do polêmico discurso foi publicado no *Jornal do Commercio*, de 11 de outubro de 1916.

era visto pela República como um cidadão, que a terra na qual nascera e à qual dedicava a sua parca vida, jamais seria sua. Em seu país, ele e outros em iguais condições, eram vistos pelas camadas altas como párias sociais, como uma gente semibárbara, inculta, feia, preta ou mestiça, no sentido negativo, transmissora de doenças, estigmas do subdesenvolvimento, preteridos pela imigração estrangeira, em acordo com a tese do progressivo branqueamento da população brasileira. Enfim, na sua conhecida interpretação exemplar: *Governo não gosta de nós...*

Não sendo considerados cidadãos, os moradores do Curuzu interessavam à República apenas como peças na defesa de seus interesses, a exemplo das convocações compulsórias do Exército, durante a Revolta da Armada, feitas sob varas, chicotes e ameaças de prisão. Felizardo conhece bem a política e a terra do lugarejo, sabe que ambas pertencem aos fazendeiros ricos, homens gordos e pançudos como o Doutor Campos, beneficiados por uma engrenagem perversa e viciosa de poder, riqueza, dependência e pobreza aguda. Na experiência do Sossego, Lima atou em diversas frentes, com o objetivo assumido de despertar a solidariedade do leitor: expôs a miséria do povo e suas causas específicas; desancou os políticos autoritários e corruptos do Curuzu; trouxe à tona a apatia e o desinteresse dos roceiros, sob a ótica da fome, das doenças e do abandono estatal, e não a partir de teorias raciais equivocadas; denunciou a violência militar contra os homens do lugarejo; satirizou as falácias das narrativas de fundação ufanistas e idealizadas. Ainda nesse viés, pôs em foco a distância abissal entre a elite culta e o povo, quer fosse por desinteresse ou pela formação, eivada de lacunas, distorções e mitos fundacionais, o que contribuía para a manutenção desse quadro de calamidades humanas e sociais. Durante uma visita ao padrinho, acompanhada do marido, o médico arrivista Armando Borges – que não tem nenhuma simpatia por gente humilde –, Olga Coleoni, moça rica, educada nos melhores ambientes do Rio de Janeiro, viverá o amadurecimento abrupto de sua consciência sobre a vida na roça, quando confrontada com o meio, as pessoas e as estrutura de forças que mantêm a triste realidade do lugarejo. Inteligente, muito sensível, com ideias ousadas para sua época e sociedade, Olga é uma das poucas figuras honestas e leais do romance. As outras são Anastácio, agregado e fiel companheiro de Policarpo Quaresma, o compadre Vicente Coleoni e o trovador Ricardo Coração dos Outros, contrários à linha geral de condutas arrivistas, disputas de poder, bajulação e mediocridade. De todos, Anastácio é a figura mais terna, quase paternal, do romance, Olga é inteligente, culta e fiel aos seus valores, o pai, Vicente Coleoni, um imigrante italiano determinado e honesto, que fez fortuna como empreiteiro, e Coração dos Outros é um poeta trovador de grande talento, que enfrenta as adversidades impostas à Arte e

à cor da pele negra. Durante a estadia, no Sossego, Armando Borges, um pobretão de sucesso vertiginoso às custas do sogro rico, a todo momento, criticava o lugarejo e seus moradores, enquanto Olga, favorecida por sua sensibilidade e inteligência, desconstruía as fantasias bucólicas, diante do resultado concreto de séculos de abandono e de uma estrutura econômica e político-social injusta. Através do narrador, ouçamos a reflexão desencantada de Olga Coleoni:

O que mais a impressionou no passeio foi a miséria geral, a falta de cultivo, a pobreza das casas, o ar triste, abatido da gente pobre. Educada na cidade, ela tinha dos roceiros ideia de que eram felizes, saudáveis e alegres. [...] Aquilo era uma situação de camponês da Idade Média e começo da nossa [...] (TFPQ, 2005, p. 110)

Com extrema sensibilidade, Olga percebeu que não era preguiça, e nem tão pouco indiferença, o que impedia os miseráveis do Curuzu de ter uma vida minimamente decente. Eram a fome e o abandono estatal epidêmicos. O Brasil que Lima Barreto revela, através de toda sua obra de ficção, não é apenas um vasto hospital, como afirmou o Miguel Pereira, que nega direitos básicos, oprime e mata de desnutrição e de epidemias a sua população carente. Era também o país que, ao abolir oficialmente o escravismo, reatualizou muitos de seus princípios e práticas abjetos, em novos contextos supostamente democráticos, dentre estes a naturalização de um conceito de sociedade hierarquizada por valores raciais, socioeconômicos e de gênero, abrindo um trajeto histórico amplo para problemas, tão atuais, hoje, como no contexto do romance e de seu autor, haja vista as agendas dos movimentos sociais, e suas lutas em prol de muitas ideias defendidas por Lima Barreto, ainda nas primeiras décadas do século XX. No TFPQ, a derrocada do projeto agrário corre lado a lado com o despertar da consciência de Policarpo Quaresma, tanto em relação aos obstáculos reais de sua ousada proposição reformista com ao reconhecimento de que existem inimigos que sabotam, zombam e até criminalizam seu patriotismo honesto, desinteressado e perigosamente ingênuo. Por outro lado, há o idealismo romântico de Policarpo Quaresma, pragas naturais, como a terrível formiga saúva, a princípio leve, sorradeira, em seguida, feroz, arremetendo contra as plantações, a dispensa e todo o corpo do major, com uma voracidade coordenada e implacável. Mais ainda: Policarpo enfrenta perseguições políticas, moradores fragilizados pela fome e pelas moléstias, as zombarias do pasquim local, a predominância do latifúndio, a prepotência dos coronéis políticos, o levante da Armada, trazendo o pânico aos homens do Curuzu, compelidos ao alistamento, debaixo de ameaças, baionetas e safanões do Exército. O sociólogo Manuel Bomfim pergunta, em *Males de origem* (1905, p. 16) – obra fundamental

do pensamento sociológico brasileiro –, por que, apesar de todos os elementos para sermos prósperos e felizes, se referindo às jovens nações de passado colonial, arrastamos *uma vida penosa e difícil: por quê?* ... Da civilização, prossegue Bomfim, retomando a origem colonial, só nos restaram os encargos, sem a paz, nem a saúde, a higiene, a Ciência, a cultura, a instrução, a riqueza, sem atividade social, sem trabalho organizado, e, muitas vezes, até mesmo sem a possibilidade de trabalho. No Sossego, Policarpo Quaresma começa a perceber alguns dos motivos de nossa penosa infelicidade, à medida que seus ideais ruíam diante da ação de *regulotes* e *caciques políticos*, que controlavam as leis, transformando-as em “instrumento de suplícios para torturar os inimigos, oprimir as populações, crestar-lhe a iniciativa e a independência, abatendo-as e desmoralizando-as” (TFPQ, 2005, p. 124). Nesse contexto, a vontade de não mudar envolve a defesa do poder econômico, social e político. E todos esses fatores, assim como suas consequências, retomando a frase memorável de Nelson Rodrigues, não são frutos do imprevisto, como revelam as desventuras de Policarpo Quaresma, mas de séculos de governos plutocráticos, de políticas elitistas, que vão persistir enquanto houver terreno ideológico e um ativismo político e social beneficiado por essa ordem.

3.3 MACHADO DE ASSIS, LIMA BARRETO E UM SENTIMENTO ÁSPERO DO MUNDO

“[...] mas quem não tem fel não tem entendimento, pois ele gera uma certa acrimônia que, tanto na vida quanto na arte e na literatura, suscita, necessariamente e a cada dia, a censura e o escárnio íntimos a respeito de milhares de coisas, impedindo-nos justamente de imitá-las.” (Artur Schopenhauer, *A arte de escrever*, 2005, p. 125-126.)

“O olho que só reflete é espelho, mas o olhar que sonda e perscruta é foco de luz.” (Alfredo Bosi, *O enigma do olhar*, 2003, p. 48.)

Os romances das *Memórias póstumas de Brás Cubas* e do *Triste fim de Policarpo Quaresma* não fazem nenhuma concessão às sensibilidades do leitor. Ao longo das duas narrativas, assistimos, com uma certa amargura, tipos de conduta bastante questionável atingirem seus propósitos, enquanto, Eugênia e Policarpo Quaresma, dois caracteres íntegros, serem descartados, na verdade, esmagados por uma atmosfera de dissimulações, mentiras e

por abuso de poder econômico e social. Argumentando acerca do tema, em Machado de Assis, Alfredo Bosi destaca que a luta pela sobrevivência, tal como apresentada pelo escritor, se configura a partir de duas estratégias: “quem não pode ser leão, seja raposa” (BOSI, 2003, p. 16). E, quem não é o leão e nem a raposa acabará, fatalmente, sendo vítima de algum destes adversários perigosos, ludibriado, devorado ou ambas as coisas, por figuras cujos padrões morais e éticos flutuam de acordo com as circunstâncias e os interesses. Protegido pela condição de classe, Brás Cubas nasceu e cresceu em um casarão onde tudo lhe era permitido, desde brincadeiras perversas contra os cativos até indiscrições com os convidados, adulto, desfrutou uma vida de conforto e de prazeres, sem grandes dramas humanos e nem freios morais rígidos, defunto, escreveu suas memórias, nas quais zomba, ironiza e expõe o cotidiano intramuros de sua classe. Ao final, conclui que o seu maior legado foi exatamente não ter deixado nenhum legado, ou melhor, nenhuma “vítima”, nenhum acréscimo padecente à nossa miserável condição humana: “Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado da nossa miséria” (MPBC, 1994, p. 143). Policarpo Quaresma, leal, patriota, altruísta e nobre até à ingenuidade, viveu sua existência pacata de funcionário público, exemplar e suburbano, sem outra ambição que não fosse a devotada fé ao Brasil, no qual julgava ser tudo grandioso. Exposto à chacota, perseguições e à violência do Estado nacional autoritário, justamente por seu idealismo e por seu caráter doce e desinteressado das cobiças comuns à maioria das pessoas, Policarpo encerrará sua jornada condenado à morte por fuzilamento, quando, por fim, reconheceu o fracasso de seus sonhos, “e assim é que ia para a cova, sem deixar traço seu, sem um filho, sem um amor, sem um beijo mais quente” (TFPQ, 2005, p. 200), acreditando não ter deixado nenhuma contribuição à humanidade. Em seus últimos momentos, Policarpo vivencia a amarga consciência da derrota e uma certa desconfiança no futuro, uma quase certeza de que poderiam vir tempos futuros tão desoladores quanto o seu presente: “Quem sabe se outros lhe seguissem as pegadas não seriam mais felizes? [...] mas como? Se não se fizera comunicar, se nada dissera, e não prendera o seu sonho, dando-lhe corpo e substância? (Ibid., p. 201).

Memórias póstumas de Brás Cubas e *Triste fim de Policarpo Quaresma* são dois romances escritos com ironia, tal como a define Frye (2014): a criação de contextos situados abaixo da linha demarcatória para a humanidade desejável. Machado de Assis toma, como linha de partida e de chegada, um ponto de epifania negativa, centrado nas imagens da esterilidade e da morte. O fato de que esse contexto seja atravessado pelo humor não altera o sentido descendente e trágico que lançou Brás em suas constatações cínicas e profundamente melancólicas sobre tudo e todos. De modo similar, e mesmo mais explícito, o percurso

existencial de Policarpo configura o que Frye (2014) chama um *mythos* de inverno, pois a roda da fortuna gira, para Quaresma, no sentido do próprio despedaçamento. Não há qualquer otimismo na visão dos mundos que abrigaram essas duas trajetórias. Dentro do quadro definido por Machado para viver e ascender socialmente, existe uma gama de possibilidades. Uns usam as armas da sedução, a exemplo da bela e sofisticada Virgília, uma das mais atraentes e complexas figuras femininas machadianas, a quem cabem perfeitamente os versos da bela canção *Capitu*⁷⁶ (1990), composta por Luiz Tatit, “De um lado vem você com seu jeitinho/ Hábil hábil, hábil ... e pronto!/ Me conquista com seu dom”, que não é uma, mas muitas nuances da personalidade feminina, prossegue a canção: “É esse o seu modo de ser ambíguo/Sábio, sábio/E todo encanto, canto, canto/ Raposa e sereia da terra e do mar”. Lançando mão de garras tão certeiras quanto as leoninas, aliadas às estratégias inteligentes e certeiras da raposa – retomando os dois tipos sociais identificados por Bosi –, Capitu e Virgília não usam a força bruta, preferem agir como sereias, lindas, sedutoras, de canto arrebatador que, de igual modo, apaixonam e conduzem suas “presas” à condição desejada: Capitu leva Bentinho ao altar, e Virgília equilibra tanto o casamento com o Lobo Neves quanto o adultério, extremamente cheio de paixão com Brás Cubas. Outros bajulam, mentem ou, de acordo com a posição sociopolítica, usam a violência, direta ou simbólica, como o tirano militar Floriano Peixoto, no TFPQ. Brás Cubas, o leão ricoço e vaidoso machadiano, bonito e consciente de seu *status* social, se apavora diante da mera possibilidade de amar uma mocinha pobre, coxa e fruto de um adultério. Um verdadeiro escândalo de inadequações! Ao final do breve joguete com a moça, Brás foge, elabora juízos trocistas perversos, depois de ter-lhe arrancado friamente o primeiro beijo. No plano simbólico, tal ato poderia ser visto como a sedução e o abandono da moça pobre pelo endinheirado, cuja aventura, mais um flerte com o “exótico” de toda a situação, renderia apenas uns poucos minutos de lembrança sobre uma Eugênia a coxear, solitária e triste vida afora. Evanescida a lembrança da moça, surgiu em cena a bela Virgília, fresca, abusada, impetuosa, o quase matrimônio do bacharel, a mulher mais importante da vida do narrador das MPBC, sem nenhum traço da sobriedade íntegra de Eugênia. Sob esse prisma, tanto as MPBC quanto o TFPQ mostram princípios vis e

⁷⁶Capitu, como era conhecida Capitolina, a dona dos *olhos de ressaca*, é a emblemática figura do romance machadiano *Dom Casmurro* (1899). Ela é um dos vértices de um triângulo-enigma amoroso entre Bento Santiago e o amigo do casal, Escobar, cuja morte por afogamento aflora em Bentinho a suspeita de um adultério e de um filho bastardo. Acusações não solucionadas durante a narrativa. Como base para o libelo acusatório contra Capitu, Bentinho, o Dom Casmurro, usa como prova apenas os olhares da esposa, ou melhor, o seu julgamento acerca destes, lançados ao amigo morto, durante o funeral. A dúvida-acusação destrói a vida dos três: Bento se torna um casmurro, Capitu é exilada pelo marido, junto com o filho (bastardo?) do casal, e morre, na Suíça. Anos depois, Ezequiel, o filho, morre, em Jerusalém. Um enigma genialmente elaborado, uma suspeita nunca provada, conduzindo a três destinos trágicos.

desumanos, captados nos padrões de comportamento da sociedade brasileira entre a escravidão, o Segundo Império e o nascimento da República.

Dono de um estilo narrativo refinado e com uma sólida erudição, Machado de Assis evitou a crítica fácil, preferindo a tática do *morde e sopra*⁷⁷, através da qual inocula a visão de que as respeitabilidades e a defesa dos nobres princípios não passam de uma bem construída ilusão de ótica e, para chegar ao fundo de dissimulação e interesses que movem as pessoas, basta apenas apurar um pouco as vistas: “limpa os óculos, alma sensível – que isso às vezes é dos óculos” (MPBC, 1994, p. 51), recomenda Brás Cubas às almas sensíveis, porventura chocadas com seu juízo frio e sarcástico sobre Eugênia, *a flor da moita*. Lima Barreto, tal como Machado de Assis, nasceu pobre, descendente de escravizados, viveu o drama do alcoolismo – Machado sofreu com a epilepsia e a gagueira –, o preconceito racial, a pobreza, e tudo isso teria influência bastante direta em sua ficção. Nesse sentido, Lima optou por uma Literatura próxima, mais ainda, íntima dos mais pobres, tendo a si mesmo como medida dos dilemas de inúmeras pessoas iguais a ele, inseridas em sua ficção, na via contrária, como ressalta R. J. Oakley (2011, p. 154), da Literatura *pensada para os ricos*, na qual os dramas tipos pobres e marginalizados não figuravam. Ideologicamente ligado à concepção humanista tolstoiana da Arte, Lima se manteve fiel até o fim a esse ideal, sintetizado em um de seus últimos escritos, defendendo a Literatura como o desvendamento da vida, o elo de ligação entre os seres humanos e a face oculta, injusta e mais dolorosa do mundo. Defende Lima Barreto: “entrando nos segredos das vidas e das coisas, a Literatura reforça o nosso sentimento natural de solidariedade com os nossos semelhantes, explicando-lhes os defeitos e realçando-lhes as qualidades, zombando dos fúteis motivos que nos separam uns dos outros”⁷⁸. Na raiz desse distanciamento profundo entre as pessoas, Lima viu nitidamente a prevalência de justificativas raciais e socioeconômicas, responsáveis por tecer destinos implacavelmente cruéis para muitos, fontes de dores íntimas e mazelas como a fome, a prostituição, o abandono e a falência dos ideais de vida. Talvez experiências pessoais tão fortes quanto as vividas por Machado de Assis e por Lima Barreto, somadas à profunda consciência histórica e à grande capacidade de análise expliquem o ângulo irônico e descrente com que ambos os escritores trataram as instituições e a moral pública e privada brasileira de suas respectivas épocas. No caso de Machado e de Lima, a descrença e a ironia são também

⁷⁷A expressão é usada por Alfredo Bosi para caracterizar o jogo do narrador das MPBC, entre a dura acusação e a atenuação, “ora acusando em sátira local ora interpretando no registro de uma psicologia ‘realista’ universalizada” (BOSI, 2006, 287), que parece tudo compreender e a tudo resignar-se.

⁷⁸*O destino da Literatura*, publicado na *Revista Sousa Cruz*, Rio de Janeiro, nº 58-59, outubro e novembro de 1921.

poderosos instrumentos de criação e um antídoto contra as falsas ilusões salvacionistas, mantendo a ambos sempre em estado de alerta, com o ângulo de visão direcionado às camadas subterrâneas das transformações históricas, seus aspectos desconcertantes e fortemente enraizados da vida nacional. Quando grande parte da Nação recebia o fim da escravatura, em 1888, como um passo decisivo na trajetória de modernização do país, Machado percebeu a trama perversa dessa liberdade inconclusa, trabalhada com maestria nas vivências de Prudêncio, o conhecido *cavalo de todos os dias* do menino Brás, e de Pancrácio, cuja providencial alforria, pouco antes do 13 de maio, é o tema da crônica de 19 de maio de 1888, pertencente à série *Bons Dias* – abordada em momentos anteriores deste estudo. Da perspectiva lúcida de Machado, no dia seguinte à liberdade oficial, tanto Prudêncio, alforriado anos antes da Lei Áurea, quanto o jovem Pancrácio, liberto momentos antes da pena imperial, não veriam o preconceito racial e nem a exigida deferência ao branco se extinguirem. E a realidade que se descortinava para a imensa população de libertos era igualmente caótica, injusta e cruel, tematizada em passagens de grande densidade histórica da obra de Lima, a exemplo da busca por Tia Maria Rita, a velha negra, gasta pelas décadas de cativeiro, agora, esquecida num subúrbio distante do Rio, uma das inúmeras vítimas da Abolição inconclusa. Carcomida pelo escravismo, Policarpo Quaresma e o major Albernaz vão encontrá-la, no capítulo II do TFPQ, *Reformas radicais*, em um triste casebre, nos confins miseráveis da cidade do Rio de Janeiro, manca de uma perna, quase cega e semidemente. O Brasil de figuras como Pancrácio, Tia Maria Rita e Prudêncio era o oposto e a negação do Brasil mítico, cuja busca, empreendida através da aventura trágica de Policarpo Quaresma, expôs as fragilidades da narrativa nacional elaborada sobre a tradição edênica de fundação, antecipando, ainda nas primeiras décadas do século XX, discussões que movimentam as lutas contemporâneas de grupos historicamente excluídos do ideal de Nação branca, civilizada e de raiz europeia.

Machado de Assis sempre manteve um raro bom senso e uma fina desconfiança, em relação aos seres humanos e seus verdadeiros propósitos, visão que o levava a desdenhar de todo apologista de fé cega, como o Quincas Borba, o arauto doido do Humanitismo. Em sua crítica ao romance *Dom Casmurro* (1899)⁷⁹, José Veríssimo (1916) revelou o desejo de que Machado de Assis consumasse a evolução vinda de Brás Cubas e Quincas Borba, apresentando, no romance de 1899, ao invés do seu *pessimismo atilado*, “um modo mais piedoso, se não mais humano, de conceber a vida, e nos desse, com aqueles dous admiráveis livros, uma obra inteiramente nova. Sabe o Sr. Machado de Assis que taes pedidos se não

⁷⁹ *Jornal do Commercio*, 19. 01. 1900. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_09

fazem senão aos opulentos” (VERÍSSIMO, 1900, p. 01). O comentário de Veríssimo, confrade e companheiro próximo de Machado de Assis, com quem partilhava uma intensa correspondência e as rodas literárias, na lendária Livraria Garnier, não esconde o desapontamento diante da tão ressaltada visão cética do escritor, que o crítico preferia ver substituída por outra, mais humana e piedosa. Por certo, Veríssimo desejava um olhar desafogado da acidez sarcástica que produziu reflexões magníficas sobre a hipocrisia e a natureza dúbia dos princípios humanos, cáusticas, é certo, mas também com um lastro de inegável coerência. Veríssimo não teria sua crítica levada em consideração pelo confrade, cujo olhar existencial sobre sua matéria de criação artística, o ser humano, em toda a sua complexa gama de motivações, reconheceu o lodo comum das disputas e das ambições como o grande princípio que guia o curso da História e da vida humana. No primoroso *O delírio*, Capítulo VII das MPBC, Pandora – Natureza, mãe e algoz da vida –, a que gera e que também devora seus filhos –, põe diante do moribundo Brás Cubas a sucessão de flagelos e delícias que tecem e destecem os destinos humanos. Alçado pelo delírio febril ao princípio dos tempos, Brás vê passar diante de si o amor que multiplica a miséria, e a miséria agravando a debilidade, a cobiça devoradora, a cólera flamejante, o veneno da inveja, o amor, a fome, o ódio, a vaidade, a melancolia, o bom e o mau da existência, sendo o maior dos males a esperança, até que, farrapo vencido por Pandora, o ser humano encontra seu inevitável destino, que é *a voluptuosidade do nada*. Antes disso, ri Pandora: “– Vives, não quero outro flagelo. [...] – Sim, verme, tu vives. Não receies perder esse andrajo, que é teu orgulho, provarás ainda, por algumas horas, o pão da dor e o vinho da miséria” (MPBC, 1994, p. 15). Com a *História da Literatura Brasileira*, publicada em 1916, José Veríssimo trataria novamente do *escritor opulento*, de olhar pessimista e amargo, agora, plenamente consolidado como artista brilhante e singular, cujo apogeu do engenho literário Veríssimo localizou nas *Memórias póstumas de Brás Cubas*, para o crítico, *romance de rara originalidade*, a representação cortante e genial da tolice e da malícia humanas. Desse modo, Brás Cubas, “o duende⁸⁰, o espantalho do escritor” (VERÍSSIMO, online, 1916, p. 186), junto com *Quincas Borba* (1891), *Dom Casmurro* (1899) *Esau e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908), completava a transubstanciação das influências literárias de Machado de Assis, amadurecidas em um estilo novo e originalmente próprio, criado pelo talento refinado do escritor fluminense. Sarcástico, jocoso e irônico, em relação a todos os absolutos, Machado de Assis viu a natureza humana como um grande feixe de emoções e de inclinações, tão variáveis e

⁸⁰Em espanhol, o termo duende surgiu da contração de *dueño de casa* (dono da casa).

contraditórias quantas forem as possibilidades da existência e, no fundo destas, apenas o sentimento áspero de tédio, e o nada que nos espera, um caminho que a humanidade trilha, século após século, geração após geração, tecendo guerras, disputas, vaidades, cobiça, invejas e vontade de poder.

A falsa grandeza, a malícia e a tolice humanas formam o espírito que preside a grande casa da ficção machadiana, são o seu dono e o seu espantalho, e isso é, certamente, a razão do desconcerto de Veríssimo diante do cético e sarcástico Brás Cubas, através do qual o olhar inexorável do escritor iluminou as zonas obscuras da hipocrisia e da mascarada social. No olhar de Machado, a hipocrisia e a mascarada são as grandes molas da sociedade, tal como as pessoas as construíram. E, se a natureza humana que comanda a vida e a História é, no cômputo geral, uma reunião de malícia, tolice, vaidade, amor, ódios, cobiça, melancolia, e a esperança é o maior dos males, a dignidade de caráter se torna um atributo raro, em um mundo onde a “maioria se verga ao peso absoluto da condição comum dos mortais, feita de egoísmo com toda a sua sequela de trampas e vilanias” (BOSI, 2003, p. 58-59). A possibilidade de que tais figuras destoantes da média geral existam, ressalta Alfredo Bosi, é exatamente porque Machado de Assis não tem uma visão incondicionalmente destrutiva do ser humano. O seu olhar atesta, sem julgamento moral explícito e peremptório, aquilo que nos torna iguais porque vindos do mesmo barro comum e impuro, uma constatação sem, entretanto, capitular ao padrão geral das *trampas e vilanias*, usadas por muitos para atingir seus objetivos. Aprofundando a questão, Bosi observa a originalidade do olhar machadiano, capaz de ver por dentro, ou seja, a pessoa, o que o Naturalismo apenas viu por fora, o tipo. Não obstante em ambos corra a mesma seiva da matéria humana impura, enquanto o tipo deriva da estrutura sócio-histórica e de valores, fruto e localizado na camada mais chã e visível da sociedade, a pessoa é um complexo de nuances, variáveis psicológicas, sociológicas e históricas, cujos atributos internos, o modo como cada uma lida com as condições espaço-temporais, a destaca e singulariza, na multidão de semelhantes. E, com o tipo e a pessoa é tecida a crítica acerba de nossas convicções e forças de impulsão, não obstante frestas de humor desafoguem esse olhar de um ceticismo inquisitório, o que travaria a fina sondagem psicológica – pedra de toque da Literatura machadiana. Para a refinada observação de Miguel Reale, Machado de Assis viu, de modo cristalino e profundo, os flagelos de nossa existência, entretanto, evitou a queda livre no pessimismo fatalista porque olhou bem de frente para tudo isso “sem angústia e sem desespero, inclinado a ver as coisas do mundo com todas as gamas da *ironia*.” (REALE, 2005, p. 18). Um pessimismo sem tragédia ou revolta, acrescenta Reale, combinado à ironia de fundo leopardiano, melancolicamente convencido de que, apesar dos

flagelos e misérias, “vale a pena viver” esse drama, no qual somos o cavalo, o cocheiro e a carruagem, *o protagonista e o espectador do frio destino*. Para esses espíritos acres, porém, não desesperados: “a despeito de saber que a vida não conduz a nada de certo ou positivo, ela vale como drama ou espetáculo” (REALE, 2005, p. 18). Antecipando uma provável reprovação por alguma *alma sensível*, talvez mais humana ou piedosa, como diria Veríssimo, Brás Cubas se defende por ter abandonado Eugênia por ela ser coxa alegando ter agido como homem, no sentido de uma consciência universal, essencialmente egoísta, sujeita a toda sorte de fraquezas e vilanias. Em seguida, resume a sua própria existência como um espetáculo, um microcosmo do grande *theatrum mundi*, no qual todos os gêneros foram encenados: o drama sacro, o austero e o piegas, a bufonaria, a farsa, a comédia brilhante, o leito da rainha e o recanto do mendigo. Foi o pandemônio, a barafunda de pessoas, coisas e pensamentos de *vária casta e feição*. Dessa atmosfera comum, brotaram a rosa mais pura e a arruda vulgar, a águia e o beija-flor, a lesma e o sapo. Esse espetáculo, adverte Brás, somente vale a pena ser vivido quando o espectador e o ator têm a sabedoria cética e melancólica de não tomá-lo muito a sério. Não é estranho, portanto, que o olhar pessimista machadiano exale em cada recanto das memórias de Brás Cubas, pousando sobre as pessoas e tudo o que vem delas, uma névoa ácida, sarcástica, ora pincelada de humor ora melancólica. Para José Veríssimo (1916), uma visão impiedosa, igualmente cheia de substância filosófica, existencial, política e das condições morais de sua época. Disso deriva uma iluminação do humano e suas criações, muitas vezes, profética, que sobreviveu ao seu tempo e chega até o presente contexto como uma provocação reveladora sobre as nossas certezas, fora do senso comum e das aparências, que, com tanto afincio, tentamos proteger.

Brás é um memorialista que não se envergonha do que foi e nem do que deixou de ser, expressando os valores individuais de um hedonista rico, uma figura em quem corre a seiva de egoísmo e vaidades comuns a todos nós, e os princípios coletivos de uma classe de mandatários, assentada na exploração servil e no elitismo. Na seção anterior deste estudo, discutimos a crítica sarcástica de Machado de Assis ao conjunto doutrinário formado pelo Positivismo comteano e pelo Evolucionismo, de linha darwinista e spenceriana, aclamados por numerosos grupos de adeptos, nas classes letradas nacionais, principalmente, no Exército e nas faculdades de Direito, Medicina e Engenharia. Machado não apenas satirizou a rigidez dogmática de tais doutrinas, que subordinou tudo a uma suposta verdade única e universal, postulada na Ciência, como demonstrou a lógica cruel dos que defendiam muitas dessas ideias a partir de uma posição socioeconômica bastante confortável. Sem grandes esforços e distantes da realidade da grande maioria do povo, tais defensores argumentavam a

segmentação biológica dos indivíduos, classificando-os por supostas aptidões “naturais” de raça, segundo a evolução natural das espécies, o que explicaria e até justificaria a existência de superiores e inferiores, dominantes e dominados. Nesse ponto, os superiores eram sempre brancos e ricos, e todo o restante formava o rebotalho social, intelectualmente subdesenvolvido, com tendências biológicas a uma vasta gama de patologias físicas, uma gente moral e culturalmente primitiva, própria às senzalas, cozinhas e demais lugares de subalternidade. A cena na qual Quincas Borba explica os pressupostos do Humanitismo a Brás Cubas é modelada de forma a não deixar dúvidas sobre o caráter unilateral e de prestígio socioeconômico dos que defendem tais pressupostos. Após amargar um tempo de mendicância, Quincas Borba retorna à vida de luxos depois que morte e a generosa herança de um tio resolverem a questão. Com isso, o Borba volta ao casarão de Brás Cubas, onde, enquanto trinca uma suculenta asa de frango, servida por um cativo, argumenta que o frango se nutriu de milho, plantado por um africano, homem este que nasceu, cresceu até ser vendido, importado de Angola para o Brasil, em uma embarcação construída por outros tantos homens iguais a ele, até chegar às mãos de Brás Cubas. Tudo isso, embrulhado numa cadeia tosca de causas e consequências segundo as quais uns nascem para servir e plantar milhos, e outros para saborear o melhor quinhão da vida, como o saboroso frango. Por fim, conclui que todos esses *esforços e lutas* foram reunidos sob o céu com um “único fim de dar mate ao meu apetite” (MPBC, 1994, p. 117). A defesa do Humanitismo prossegue *entre o café o queijo* do casarão rico de Brás Cubas, com a guerra, a fome, as doenças e até a facada anônima sendo tratadas como manifestações externas e vigorosas da substância interior de Humanistas, ou seja, a humanidade reafirmando sua existência, as mazelas, *destinadas à quebra da monotonia universal*, e não flagelos e crimes, derivados de causas terrenas e ambições historicamente definidas.

Embora Lima Barreto fosse quarenta e dois anos mais jovem do que Machado de Assis, o autor do TFPQ não viveu em um contexto intelectual e social menos adverso. Lima cresceu e produziu toda a sua vasta obra sob a vigência longa, tenaz e altamente maléfica das teorias raciais europeias, classificadas por ele como obstáculos perniciosos “para nossa felicidade individual e para nossa dignidade superior de homens” (BARRETO, 2018e, DI, p. 119). Em muitas passagens de seus escritos, Lima faz críticas contundentes a essas doutrinas, enfatizando o absurdo de premissas amparadas em uma pseudobiologia de aptidões raciais inatas, usadas politicamente para justificar e perpetuar a miséria e o subdesenvolvimento de uma imensa parcela da população brasileira. O trecho anteriormente citado pertence às anotações de 1905, do *Diário íntimo*, entrada sem data, Lima, então com apenas vinte e três

anos, relembra seu primeiro e aterrorizante contato com tais conceitos, *com seus esconjuros e seus anátemas*⁸¹, lançados às raças consideradas inferiores. A descoberta faz parte das leituras da adolescência, durante os preparatórios para a admissão no Ginásio Nacional. A anotação prossegue com o escritor relatando as consequências dos *esconjuros e anátemas* das teorias raciais:

É satisfação para minh'alma poder oferecer contestação, atirar sarcasmos à soberbia de tais sentenças, que me fazem sofrer desde os quatorze anos. Oh! A ciência! [...] Eles [esconjuro e anátemas] me encheram de medo, de timidez, abateram-me; a minha jovialidade nativa, a satisfação de viver nesse fantástico meio tropical, com quem tenho tantas afinidades, ficou perturbada pelas mais degradantes sentenças. Desviei a corrente natural de minha vida, escondi-me em mim mesmo e fiquei a sofrer para sempre. Mas, hoje! Hoje! Já posso alguma coisa e amanhã poderei mais e mais. [...] E que senti que a ciência não é assim um cochicho de Deus aos homens da Europa sobre a misteriosa organização do mundo. (BARRETO, 2018, DI, p. 121)

Citando apenas algumas, as sentenças aterrorizantes, nas quais o adolescente Lima viu claramente sua condição étnica enquadrada de forma completamente negativa, eram as teorias europeias, em voga nos círculos intelectuais brasileiros, ao longo século XIX e nas primeiras décadas do XX. Escritos como os de Georges-Louis Leclerc, Conde de Buffon (1707-1788), famoso naturalista francês, criador da tese da infantilidade ou carência do continente americano. Fundamentado em análises bastante *sui generis* do ambiente natural, segundo Buffon, a debilidade inata dos habitantes ao sul do Equador seria comprovada pelos seguintes atributos: nativos sem pelo, abundância de insetos e de répteis, espécies vegetais pequenas, variedade de animais de pequeno porte e escassez de povoamento. Portanto, um lugar infestado de pragas, onde nada de grandioso poderia vicejar, uma terra rasa, de gente estranha por não ter pelos no corpo (!), pouco familiar à imagem do humano civilizado. De Cornelius de Pauw (1739-1799), jurista holandês, responsável pelo conceito da degeneração americana, veio o acréscimo às ideias obscuras de Buffon sobre a América, seus habitantes e tudo o que brotasse por aqui. Para De Pauw, a América e os americanos eram uma escala a mais, para baixo, do que apenas infantis ou carentes. Na verdade, eram povos degenerados pelo afastamento do padrão humano, espécies inferiores, derivadas de uma formação orgânica primitiva, geneticamente marcadas por patologias morais e físicas, produtos de um continente de povos débeis e corrompidos geneticamente. Além destas, novas áreas de estudos como a Frenologia e a Antropometria corroboravam a tese das supostas diferenças inatas entre os indivíduos, transferidas geneticamente entre as gerações, unindo estudos sobre o

⁸¹Sobre o tema, indicamos o estudo fundamental: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

comportamento humano à aplicação de leis e de atributos biológicos, sobretudo, o tamanho do cérebro, como indicativo de maior ou menor capacidade intelectual. Com base nessa lógica cruel e politicamente vantajosa para os seus criadores, que defendiam a diferença evolutiva, mais especificamente, a superioridade-inferioridade, entre as raças, a História acumulou inúmeros capítulos trágicos, repletos de massacres, extermínio de populações inteiras, de segregação social, perpetrados contra os grupos e povos vistos como não civilizados. Tais ideias foram amplamente usadas no estudo e no tratamento de enfermidades psíquicas como a loucura, sob esse prisma, descrita como uma degeneração intelectual, de natureza biológica, isso, em um contexto no qual os estudos biológicos em destaque separavam as raças de acordo com caracteres genéticos bons ou degenerados. Ainda nessa esfera dos estudos frenológicos e da Antropometria, ou seja, das lentes biológicas para explicar as supostas capacidades ou degenerações do indivíduo, o psiquiatra italiano Cesare Lombroso (1835-1909), expoente da Antropologia criminal determinista, elaborou a tese do comportamento criminoso como uma manifestação psíquica de origem física hereditária, derivada de componentes atávicos primitivos, detectáveis nas raças, inclusive, na anatomia física do corpo, claramente vistos em estágios primários da evolução humana. Eram, portanto, teorias criadas para explicar as diversidades humanas a partir da imagem-padrão do homem branco europeu e do seu modelo de civilização, nas quais cada pressuposto negativo acerca do considerado não-padrão funcionava como mecanismo para reafirmar a presumida superioridade biológica e evolutiva do indivíduo europeu, nos âmbitos sociocultural, humano e racial.

A contestação e o sarcasmo contra os esconjuros e anátemas dessa Ciência marcou toda a obra de Lima Barreto, uma espécie de testamento ficcional, imbuído de funções sociais e de objetivos humanistas, direcionados ao seu presente e às gerações futuras. Na sua época, e hoje, timbram como um alerta contra o objetivo de dominação política de toda doutrina que submete o mundo a uma única verdade. Nem a Ciência europeia era um *cochicho de Deus aos homens* e nem os temores infundidos na adolescência minariam os ideais artísticos e políticos de Lima Barreto, um escritor de verve profundamente confessional, cujos dramas íntimos se refletem em toda a sua obra, impregnando-a de um sentimento de mundo tão verdadeiro que incomodaria muitos críticos contemporâneos seus, e nas décadas seguintes. Na visão da crítica coeva, bastante dogmática quanto ao conceito e à forma da Literatura, a narrativa de *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*, romance de estreia, publicado em 1909, enquanto exercício de imaginação criativa, desandava por tais fragilidades, hoje, tidas como responsáveis por grande parte do vigor de desnudamento da ficção de Lima Barreto.

Recepcionado como um ficcionista que exacerbava no estilo *à clef*, em prejuízo da atividade criativa, por conseguinte, a força de sugestão de seu romance de estreia viria de passagens quase diretas da própria vida, ao invés dos sentimentos que tais experiências suscitaram, para tais críticos, a reconfiguração esperada em grandes obras. Sob esse prisma, no caso da grande Literatura e nas mãos de um mestre da narrativa, isso viria reelaborado pelos mecanismos criativos da ficção, algo que a crítica cobrava ao escritor estreado. Além disso, apontava essa vertente, Lima teria assumido um tom narrativo visto como excessivamente confessional, era também descuidado em relação às exigências formais e de linguagem – nesse ponto, o modelo da crítica era, evidentemente, Machado de Assis. Lima não deixou por menos: atacava diretamente a Literatura academicista e seus cultores, vistos como distantes do povo e de suas urgências sociais, praticantes de uma Literatura pomposa, cheia de berloques de *moça predada*, referência quase direta aos colegas paulistas. Para estes mestres de berloques e rapapés das letras, nada da realidade pulsante, repleta de injustiças, preconceitos e conflitos, que tinham bem diante de si, era digno de figurar como matéria para a Literatura tida como refinada. Ao invés disso, provocava Lima, os figurões acadêmicos cultuavam uma “uma retórica trapalhona de descrições de luares com palavras em ‘ll’ e de tardes de trovoadas com vocábulos com ‘rr’ dobrado” (BARRETO, 2012, p. 106-107). Crítico de pena inflamada, Lima sempre direcionou ataques aos literatos tradicionais e à Casa máxima destes, a Academia Brasileira de Letras, considerada por ele “perfeitamente o cemitério das letras e dos literatos. Os que lá estão não passam de cadáveres muito bem embalsamados, e muito melhor os mais moços, devido ao aperfeiçoamento atual do processo” (BARRETO, 2018k, DR, p. 09-10). Não obstante toda essa beligerância, Lima se candidatou à ABL por três vezes, sem sucesso. Em 1916, a crítica seria a mesma de 1909, agora, em relação ao TFPQ. Na seção *Cronica Literaria*, publicada no jornal *A Noite*, 1º de Outubro de 1916, entre os pontos louváveis do escritor e sua obra, tais como o vigor da pena e a nitidez extraordinária, “suscita, de princípio a fim, o maior interesse e desenha rigorosamente tipos,” Medeiros e Albuquerque repetiu as abordagens anteriores, destacando o acentuado gosto pelo romance *à clef*, responsável, no sentido negativo, por uma narrativa “que se lê perguntando: quem será?” (ALBUQUERQUE, 1916, p. 02). Para o crítico, esse exagero motivava a dúvida – e também o entrave da composição ficcional de Lima – se a evocação a tipos conhecidos seria mérito do talento do escritor ou resultado unicamente dos conhecimentos prévios dos leitores, capazes de decifrar as indicações do romance, sem a necessidade de uma argúcia interpretativa mais refinada. De forma mais direta, para Medeiros e Albuquerque, Lima era um escritor talentoso, capaz de capturar a atenção do leitor, entretanto, na lacuna de um trabalho ficcional mais

apurado, o romance corria o sério risco de dar com facilidade o que o talento imaginativo e de composição deveriam transmutar em sentimentos, ideias e valores. Na verdade, escapou a Medeiros e Albuquerque e aos críticos de igual dogmatismo, o fato de ser mais importante o porquê da escolha consciente de Lima Barreto por uma escrita de linha confessional, quase sem despistes para seus alvos, e não necessariamente colocar todo o peso de julgamento nesse plano da obra. Lima foi um escritor de ancestralidade negra e escravizada, na infância, perdeu a mãe para a tuberculose, e o pai, em vida, para a loucura. De origem humilde, funcionário público não acomodado à mediocridade e ao arrivismo das repartições, antirrepublicano por convicções ideológicas e pessoais – o pai foi duramente perseguido pelo governo republicano –, viveu sob a sombra terrível do alcoolismo e da loucura, alvo e crítico contundente do preconceito racial. Lima foi, portanto, um intelectual e um artista que fez da Arte literária uma via de ação política contra as causas políticas e sociais desses males, assumindo a posição histórica de não evitar nenhum tema ou figura considerados indelicados ou inapropriados pelo cânone da época. Nesse ponto da discussão, cabe acrescentar, com Artur Schopenhauer, que a imortalidade de uma obra literária se faz com muitas qualidades necessárias, e poucos são os artistas realmente capazes de tal realização. Entretanto, acrescenta Schopenhauer, mudam-se os conceitos, surgem novas formas de compreender um trabalho artístico, com isso, as qualidades, antes sequer percebidas, podem ser tantas, tão apreciáveis, inusitadas e tão importantes quantos forem seus intérpretes e os respectivos contextos de interação. Desse modo, enfatiza o filósofo alemão (2009, p. 68): “no decorrer do longo curso dos séculos, em meio a interesses que variam continuamente, obtém-se afinal a cotação da obra, à medida que ela é apreciada ora num sentido, ora em outro, sem nunca se esgotar por completo”. Desse ponto de vista, a obra de Lima permanece tão atual e necessária, hoje, quanto em sua época, iluminada por novos interesses e olhares críticos. Como artista e intelectual, Lima produziu sob o imperativo de combater abertamente valores elitistas, contrários aos seus, demonstrou urgência em se firmar no meio literário, escreveu em meio a crises de saúde, causadas pelo alcoolismo, enfrentou internações manicomiais traumáticas, problemas financeiros, a loucura paterna, a insatisfação com o ambiente profissional, familiar e do subúrbio. Nos ambientes literários, não fez acenos ao poderoso cinturão academicista, formado por discípulos da estética francesa, defensores do Positivismo e das teorias raciais. Na imprensa, expôs as relações venais de jornalistas com o poder, deu nome aos alvos, criticou figuras da política abertamente, colecionando uma longa lista de desafetos importantes. Inconformista, entretanto, desejou o reconhecimento literário de seus pares, ao mesmo tempo em que, através de seus romances, contos e crônicas, expunha os motivos – todos sociais – de suas dores

íntimas, pulverizadas na vasta galeria de miseráveis, fracassados socialmente, entretanto, não, moralmente, vítimas de enfermidades do corpo e da alma, como ele próprio. Lima também se empenhou em deixar bastante claras as implicações de todo um sistema de valores burguês, capitalista e racial, que pregava a sensatez de ideias, a elegância social e o bom gosto, nos moldes europeus, ao preço das agressivas contradições entre o Brasil para os ricos e a crua e terrível realidade da grande maioria do povo.

Embora sejam criações literárias distintas, os universos ficcionais de Machado de Assis e de Lima Barreto têm uma linha comum de incredulidade, sarcasmo e de ironia contra tudo o que distorce a dignidade e transforma o mundo num campo amargo, onde as pessoas lutam entre si, humilham umas às outras, por motivos fúteis e premissas questionáveis, sentem inveja, cobiça, mascarando essa realidade com a aparência dos interesses sadios e do bom senso. Argumentando acerca das relações entre narrativa e resistência, Alfredo Bosi esclarece a questão apontando as limitações da visão crítica ideologizante: “Não são os valores em si que distinguem um narrador resistente e um militante da mesma ideologia. São os modos próprios de realizar esses valores” (BOSI, 1996, p. 16). Apesar de ser um conceito ético, ressalta Bosi, com implicações de natureza política e efetivamente voltadas para a *práxis*, a resistência é transposta do nível ético para o estético sempre que o narrador explora os valores – a grande força catalisadora da vida em sociedade. Por conseguinte, a resistência, no nível estético literário, se torna realidade de duas formas: como processo inerente à escrita e como tema, uma vez que “fios subterrâneos poderosos amarram as pulsões e os signos, os desejos e as imagens, os projetos políticos e as teorias, as ações e os conceitos” (Ibid., p. 13). Portanto, mais do que para qualquer outra, a dimensão dos valores possui uma fisionomia intensa para o artista. Tais argumentos lançam uma luz importante sobre as estratégias criativas pelas quais a ficção desencava, expõe e combate tudo quanto a ideologia dominante *esquece, evita ou repele*. Nos universos de ficção de Machado de Assis e de Lima Barreto, medalhões empolados, médicos ignorantes, arrivistas bajuladores e falantes de javanês têm suas vilanias escancaradas, expondo as regras para a ascensão social, em um meio corrompido. As caricaturas de sábios e de homens de sucesso mostram com as roldanas da mediocridade e do fingimento giram facilmente em prol de tipos como esses. Assim não acontece com Policarpo Quaresma. Com toda a sua ingenuidade – ou exatamente por não ser vil e interesseiro como a maioria –, Policarpo é um elemento de instabilidade para esse meio, por isso incomoda de tal forma que gente muito mais poderosa do que ele percebe, em sua dignidade de caráter e em seus nobres intentos, uma ameaça às corrupções e ao autoritarismo institucional. Quanto a Brás Cubas sempre ostentou a sua vaidade de homem rico, seu estilo

de vida hedonista e uma verve irônica implacável. Tão logo se desliga das obrigações desse mundo, desnuda, a partir de dentro, o vai e vem cotidiano de sua classe, com toda a rede de traições e interesses, de exploração do outro, amores clandestinos, dissimulação e negociações públicas e privadas. O mundo machadiano revela a prática real de instituições que nada mais são do que a extensão do caráter das figuras que estão dentro de suas paredes, conduzidas pela moral das aparências e por um vasto subsolo de disputas. A partir desse subsolo, as lentes machadianas expõem os disfarces, através de camadas que vão desde a refinada ironia, direcionada às práticas do tempo, até à conclusão profunda, sutil e de aplicabilidade universal da impossibilidade de qualquer mudança quando a corrupção está no caráter dos seres humanos, e não, necessariamente, nas instituições.

Na pequena obra-prima *A sereníssima República*, conto pertencente à coletânea *Papéis avulsos* (1882), encontramos uma seara rica para compreender a percepção machadiana do tema. Antes, retomemos alguns dados importantes do atribulado contexto político das duas últimas décadas do século XIX. Eram tempos de profundo desgaste da imagem dos homens públicos, entrincheirados nos partidos Liberal e Conservador, com dissoluções frequentes das Câmaras eleitas, instabilidade política, ataques à Monarquia até que a Lei Saraiva, aprovada em 1881, propondo a reforma do sistema eleitoral, veio a plenário com a promessa de moralizar tamanho desgaste político. Em notas pontuais, a Lei Saraiva tinha como objetivo colocar em ordem a imagem e as atividades do Parlamento, mergulhado em disputas acirradas de poder, o que não apenas comprometia sobremaneira o exercício legislativo como lançava uma grande sombra de dúvidas e de críticas acerca da moral e do caráter dos homens públicos. Em uma clara demonstração de inexperiência (ou desrespeito) ao exercício do regime democrático, a cada a grave crise, apelava-se para a dissolução da Câmara e para a convocação de novas eleições, solução não menos problemática e geradora de instabilidade política, no curso da qual cada partido se empenhava para obter a maioria, entretanto, sem expurgar os vícios antigos. O Imperador D. Pedro II, através do seu Ministro, o Visconde Sinimbu, defendeu a reforma do sistema e a aprovação das eleições diretas, baseadas em regras mais rígidas, substituindo a eleição em dois turnos. Entretanto, a proposta defendida por Sinimbu foi rejeitada na Câmara. Após a saída do esquivo e formal Visconde de Sinimbu, o Imperador designou o Conselheiro Saraiva como novo Presidente do Conselho de Ministros, com a missão árdua levar a cabo a tarefa. Saraiva era um político habilidoso, negociador experiente, com larga vivência no estrangeiro, respeitado pela ala conservadora, embora não fosse uma figura de todo popular. Liberal e aberto ao diálogo com os adversários, Saraiva foi bastante fiel à Monarquia, contrário a mudanças radicais e passou longe do tema

abolicionista. Porém, na ressalva de Sérgio Buarque de Holanda (2005, p. 281), tamanha fidelidade à Quinta da Boa Vista durou somente até 15 de novembro de 1889, uma vez que, no dia seguinte, empenhou toda a sua devoção à República. Na segunda tentativa de aprovação da reforma, o Conselheiro Saraiva defendeu um plano eleitoral bastante rígido e excludente para grande parte do eleitorado. Em seus pontos principais, o novo modelo de eleição era contrário ao sufrágio universal, sob o argumento de favorecer o predomínio das classes pobres e miseráveis sobre as outras, defendeu a exigência de saber ler, escrever, prova de renda, ambas para eleitores e candidatos, e a distinção entre renda e salário, uma vez que o assalariado dependia de outros para garantir seu sustento, portanto, não desfrutava de independência financeira completa. O objetivo dessa reforma era nítido: restringir drasticamente o direito de voto a uma camada específica da população brasileira, vista pelo Conselheiro Saraiva e pelo Senado como culta, política e financeiramente autônoma, por conseguinte, apta a escolher os representantes do povo. A reforma Saraiva foi aprovada. Assim, eliminados os analfabetos, pobres miseráveis e assalariados, a decisão caberia unicamente à parcela considerada politicamente adequada para eleger os representantes mais capacitados, de forma equânime entre os partidos, pondo fim à balança desigual de representação parlamentar e às velhas contendas entre maioria e minoria na Câmara. Desse modo, a proposta mirava nas seguintes frentes: amenizar as contendas entre liberais e conservadores, expurgar a corrupção e o descrédito da imagem da Casa, agir como propaganda política benéfica do Brasil diante da Europa e pôr fim às instabilidades, decorrentes das sucessivas dissoluções da Câmara. A reforma moralizadora, como ficou conhecida a Lei Saraiva, foi vista com grandes expectativas, e a primeira eleição aconteceu em outubro de 1881, porém, antes mesmo do pleito, os conservadores já acusavam alguns ministros do Governo de parcialidade, ao agir na surdina para beneficiar correligionários. Acusações essas veementemente negadas pelos liberais – discretos vencedores, nas eleições daquele ano. Mas o tabuleiro político daria provas cabais de não ser um território tão simples, limpo e sujeito a regras precisas e claras, como almejado pela reforma da moralidade. Quando, nas disputas distritais, o partido do Governo amargou a derrota, em províncias de notória tradição monarquista, e o Projeto Dantas, relativo à Abolição efetiva, ao termo de cinco anos – a partir de 1886 –, sofreu sérios entraves, a Câmara foi novamente dissolvida. Nas eleições seguintes, o cenário não seria menos tenso, complexo, permeado por disputas de poder, acusações, sem atingir o equilíbrio representativo entre liberais e conservadores e, no caso dos liberais, mesmo quando eram a maioria, o partido enfrentava o “fogo amigo”, vindo da dissidência vociferante da ala escravagista. Diante desses conhecidos entraves, apelava-se

para a velha prática de dissolver o Parlamento, convocar novas eleições, na expectativa de um plenário mais equilibrado, de preferência, majoritariamente favorável à Monarquia. Em suma, todos esses reveses, embates e declives enfrentados pela reforma da moralidade atestavam a completa impossibilidade construir um regime legitimamente democrático, como defendeu o Conselheiro Saraiva, apenas por selecionar os “votantes bons, isto, é, dotados de haveres e ilustração, pois só estes saberiam escolher bem seus representantes” (HOLANDA, 2005, p. 287). Foi, nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda, *o fim das ilusões*. Para um observador perspicaz e considerando os vícios arraigados, os clamores republicanos indicavam tratar-se de remendo novo em pano velho.

De volta ao conto machadiano, a trama de *A Sereníssima República* se desenvolve a partir de uma inusitada descoberta do Cônego Vargas – uma espécie de aranha capaz de se comunicar. Homem completamente dedicado à Ciência, leitor de Aristóteles, do naturalista romano Plínio, o Velho (23 d.C. - 79 d.C.), de Darwin e Büchner⁸², o Cônego decide empreender o ousado experimento científico-sociológico de estudar a vida social das aranhas recém-descobertas, entretanto, discípulo de importantes filósofos e cientistas, ele logo concluiu que não deveria tão somente se limitar à observação dos hábitos sociais da espécie. Tendo em mãos tão importante achado, era preciso ir além. Conhecendo as teorias necessárias para testar e aperfeiçoar as aptidões políticas da inusitada sociedade aracnídea, era imperativo ir adiante, transformar o achado em uma verdadeira revolução política: “Não bastava associá-las; era preciso dar-lhes um governo idôneo” (ASSIS, 2006, ASR, p. 220). Ao longo da trama, a figura do Cônego Vargas traz à cena posições recorrentes, em Machado de Assis, acerca da pretensa autoridade do saber científico e de seu representante, o sujeito iluminista. Como um legítimo representante dessa Ciência, tão logo descobre a singular espécie aracnídea, o naturalista isola o *corpus* de estudo e o coloca sob as lentes dos preceitos científicos mais renomados da época, aos quais ele confia a organização da comunidade e a explicação de todo o universo sociopolítico das aranhas, uma vez que apenas a habilidade de comunicação, por si só, não formaria uma sociedade de indivíduos politicamente autônomos. Para o sucesso do experimento eram imprescindíveis qualidades políticas idôneas, e esse caminho seria indicado pelo saber científico e por seu agente, o sábio, do contrário, seriam apenas representantes de uma espécie exótica, capazes de se comunicar, entretanto, carentes dos fundamentos sociais civilizados, a meio caminho entre a simples vida em grupo e a possibilidade de uma

⁸²As pesquisas científicas do médico, escritor e filósofo alemão Friedrich Karl Christian Ludwig Büchner (1824-1899) foram influenciadas pelas ideias científicas de Charles Darwin. Defensor da autoridade da Ciência, em *Mind in Animals* – trabalho embasado no materialismo darwiniano –, Büchner apresentou uma extensa pesquisa sobre a sensibilidade e as habilidades predatórias das aranhas.

organização social moderna. No curso do longo experimento, nada se provou como esperado, teorias e métodos científicos não foram suficientes para coibir práticas viciosas, muito menos a imponderabilidade do caráter dos envolvidos, levando a um desfecho que pode ser resumido na seguinte fala do Cônego Vargas: “[...] as teorias do papel, válidas no papel e mancas na prática” (ASSIS, 2006, ASR, p. 221). Com base nos preceitos do trabalho científico, o Cônego deu início ao experimento, aprendeu o idioma da singular espécie, sendo um homem de grande estatura física, trajado com as vestes talaras da Ciência, o livro de anotações sempre à mão e uma grave postura de escrutínio, ele não apenas conquistou total controle sobre seu objeto de estudo como infundiu um terror religioso às aranhas, que o tinham como uma espécie de deus, sempre a anotar pecados no seu livro ameaçador. Definido experimento, o método e o objetivo, faltava escolher um modelo governamental suficientemente apto para “meter à prova as aptidões políticas da jovem sociedade” (Ibid., 220). Nesse ponto, o cientista se depara com o primeiro impasse: qual o modelo político adequado para atestar a possibilidade de um governo livre de corrupções? Depois de pesar cientificamente as implicações da questão, concluiu que as formas conhecidas tinham o inconveniente do desgaste e de suscitar analogias, também descartou a criação de um modelo novo. Restando as extintas, decidiu pelo modelo de República veneziana, adequado exatamente por estar extinto, o que evitava comparações amesquinhadoras, e pelo seu sistema eleitoral minimalista, à prova de fraudes, na verdade, quase rudimentar de tão simples: um oficial das inscrições, um oficial das extrações e um saco e bolas, no qual eram colocados os nomes dos candidatos, vencendo aqueles cujas bolas com os respectivos nomes fossem retiradas. Tudo muito simples, direto, conduzido pelo bom senso, pela sorte e pela idoneidade dos envolvidos, para isso, bastando o trabalho do oficial das extrações – encarregado de extrair as bolas do saco. Portanto, concluiu o cientista, um tal modelo estaria imune a fraudes, paixões, à inépcia e à cobiça de candidatos desonestos. Além disso, as aranhas eram criaturas perfeitas para levar adiante uma sociedade politicamente idônea. Sob as lentes científicas, estavam devidamente catalogadas como criaturas pacientes, ordeiras, respeitosas, trabalhadoras, previdentes, “a aranha, senhores, não nos aflige, nem defrauda” (Ibid., p. 217-218). Tudo ficaria a cargo da paciência, da aplicação ordenada das leis e do trabalho sério para que a premissa se mostrasse verdadeira: a possibilidade concreta de um sistema de governo sem vícios políticos, baseado na autoridade do saber e aplicado por indivíduos dotados de capacidades cognitivas complexas. Enfim, em uma sociedade jovem, ainda não deformada pela velha politicagem, seriam realizadas as primeiras eleições, exímias fiandeiras, confeccionaram o saco das bolas com grande

entusiasmo e, acima de tudo, tendo um sistema eleitoral tão objetivo, simples, era quase impossível a ocorrência de qualquer imprevisto.

Durante as primeiras eleições, o processo se mostrou eficiente, todos respeitaram as regras, entretanto, à medida que se habituavam ao sistema, práticas e interesses nada idôneos foram pondo abaixo a lisura das eleições, com os candidatos passando a burlar o sufrágio. A cada eleição, novas trapaças surgiam, envolvendo a participação dos candidatos, dos oficiais de inscrição e de extração, o que expôs as fragilidades do sistema, da base científica e do caráter do envolvidos, atingindo limites verdadeiramente escandalosos. O mesmo nome era posto duas vezes, outros, previamente excluídos, os oficiais encarregados de tirar as bolas beneficiavam amigos, e até um renomado filólogo, matemático e metafísico foi convocado para validar um argumento estapafúrdio. O caso se deu da seguinte forma: os nomes dos candidatos eram escritos, à mão, pelo oficial encarregado das inscrições. Em um dos nomes sorteados, Nebraska, faltava a última letra: Nebrask. Diante dessa elisão ortográfica, Caneca, o oponente derrotado, convocou a presença do tal filólogo, que defendeu a tese (aceita) de ser Caneca a intenção mental de quem escreveu o nome na bola. Para isso, bastava que todos os presentes notassem a sutileza do “esquecimento”: faltava exatamente a letra K, e não qualquer outra, porém, havia letra a, então era só unir K e A, tinha-se Ca de Caneca. E foi assim, de torsião fonética em torsião fonética que Nebrask se transformou em Caneca, aclamado vitorioso por intenção mental do oficial das inscrições. Mesmo diante de tantos absurdos, o sistema foi mantido, as aranhas continuaram burlando o processo e, quanto mais burlavam, mais tentavam corrigir os crimes, e mais trapaças eram criadas para burlar as correções. O saco foi diminuído para evitar a repetição de bolas com o mesmo nome, feito de pano transparente para que todos atestassem os nomes, entretanto, os candidatos viam e indicavam seus nomes ao encarregado do sorteio. Foi do formato triangular ao cilíndrico, do ampulheta ao crescente, voltou à forma original, e tudo sem sucesso. A cada medida antifraude, os envolvidos arremetiam com uma vigarice diferente, e cada vez mais criativa. Quanto aos partidos políticos, embora fossem bastante agressivos, na defesa de supostas posições filosóficas distintas, no final das contas, todos eram igualmente fraudadores, perdidos em tagarelices vazias, enfeitadas por arremates retóricos, e com interesses semelhantes. E as legendas partidárias eram autoexplicativas: o partido reto defendia a forma reta para a confecção das teias porque reta eram a justiça, a inteireza e os bons sentimentos. O curvilíneo alegava que a forma curva era a ideal pois era a expressão da virtude e do saber, da modéstia e da humildade, enquanto o reto-curvilíneo, menos radical, defendia uma mescla das duas formas anteriores. Por fim, o anti-reto-curvilíneo negava todas as anteriores e defendia uma

forma poética e muito filosófica de teia, feita de ar. Entre tagarelices vazias e burlas eleitorais, os partidos das aranhas se debatiam, nas defesas mais estapafúrdias e improdutivas, sob a aparente capa de seriedade, sem que nada, fosse, de fato, sério ou tivesse bases filosóficas consistentes. Na prática, todos brigavam por seus interesses e, tão logo percebiam a chance de burlar as eleições, eram igualmente corruptos, pomposos e fraudadores. Apesar de toda a juventude política da sociedade, seus representantes eram, na prática, tão corrompidos quanto as ratazanas de velha política.

Como dito anteriormente, o contexto político extraliterário de *A sereníssima República* era bastante turbulento, com ataques cada vez mais fortes à Monarquia, embates entre abolicionistas e antiabolicionistas, monarquistas e republicanos, um Parlamento que lutava para reconstruir sua imagem, abalada por suspeita de corrupção, às portas de eventos fundamentais da História brasileira como o fim oficial do cativo e a República. Por seu turno, se a Lei Saraiva buscou equilibrar a vida política, com a proposta de trazer maturidade democrática ao Parlamento brasileiro, expurgando os vícios, as disputas partidárias e a instabilidade política, tão desgastantes para imagem da Casa, por outro lado, restringiu o direito democrático do povo ao voto, em privilégio de uma classe social abastada. Com isso, expôs a falibilidade de um projeto de sociedade baseado apenas em leis e critérios elitistas, sem levar em consideração a necessária mudança dos valores políticos, em prol de comportamentos éticos e verdadeiramente democráticos. Apesar da composição elegante e do tom polido, a sátira de *A sereníssima República* é devastadora, ao expor a ingovernabilidade de um país cujas leis são desrespeitadas, processos políticos são corrompidos, torcidos e retorcidos, em favor de interesses escusos, e cujos embates partidários mais parecem trocas de farpas entre iguais, tecidos de retórica vazia, estratégias para passar o tempo, enquanto as tragédias sociais seguem exatamente da mesma e antiga forma. Funcionários subornáveis, escândalos políticos e figuras públicas que se adaptam às circunstâncias, lucrando com a corrupção, enquanto fingem defender a ética e a democracia, de forma vergonhosa, são tão atuais, hoje, quanto na época de Machado de Assis. Tais figuras não escaparam às finíssimas lentes machadianas, devassadas quer fossem liberais ou conservadores, abolicionistas ou escravocratas, pois as convicções políticas de Machado não se aderem a um campo ideológico restrito e local, expondo valores e comportamentos de alcance universal. Do modo como conduzem a política, aqui ou em qualquer lugar, as aranhas politiqueiras eram farinha estragada do mesmo saco roto, que continuaria sendo refeito e corrompido, enquanto faltasse o princípio fundamental: “Refazei o saco, amigas minhas, refazei o saco, até que Ulisses,

cansado de dar às pernas, venha tomar entre nós o lugar que lhe cabe. Ulisses é a sapiência” (ASSIS, 2006, ASR, p. 228).

Lima Barreto, que em fins de 1918 foi aposentado do Ministério da Guerra por questões de saúde, dedicou uma crônica ao final precoce de sua carreira como amanuense. *A matemática não falha*⁸³ é um desabafo sobre as imposições da necessidade financeira, que o levaram a permanecer, insatisfeito, no serviço público, ao longo de quase quinze anos. A crônica é um relato do quão angustiante foi para alguém com talento, sentimentos e aspirações elevadas sobreviver numa *atmosfera deletéria*, burguesa e burocrática, impregnada, de acordo com Lima, “de covardia moral, de panurgismo, de bajulação, de pusilanimidade, de falsidade” (BARRETO, 2012, p. 86). Ao longo de toda a sua vida, Lima desejou uma realidade completamente diferente da que viu e foi obrigado a suportar, nas repartições públicas brasileiras e na sociedade, de modo geral. As condições de sua época eram especialmente desafiadoras para quem, como ele, defendeu a elevada da função da Arte para a construção de um pensamento social solidário. Em sua ficção, Lima descortinou um país carente de políticas libertárias, em favor dos excluídos, que negava o acesso democrático à Arte e à Cultura aos mais carentes, dominado por figurões sem qualquer sensibilidade para com os direitos do povo, ou seja, uma verdadeira *atmosfera moral deletéria*. Para o escritor, a putrefação moral e política generalizada precisava ser combatida, uma vez que decretava a impossibilidade de tal ambiente defender qualquer ideal verdadeiramente nobre e humanista. Em tal contexto, *os delicados de alma* como ele não tinham outro destino a não ser *errar por toda a parte*, desgarrados, marginais, vendo prosperarem toda sorte de astúcias vis, *as mais vasta ladroeiras*, a mediocridade triunfante, os crimes monstruosos impunes, a ignorância arrogante, a dependência canina, que congelava as aspirações e as iniciativas. Em protesto, diz o escrito: *Revoltei-me*. A revolta sempre foi um grande impulso de criação para Lima Barreto, mescla de encanto utópico por uma realidade que ele não chegou a ver, sátira aberta, o que lhe rendeu muitos inimigos, e amargo desencanto, produto tanto de uma vida que nunca foi amena como da constatação das mazelas sócio-históricas, enfrentadas por pobres e negros. Na Literatura barretiana, é recorrente a defesa de uma pedagogia voltada para os valores humanistas, antiburgueses, anticapitalistas e antirrepublicanos. Tais ideais, não seriam, portanto, aceitos pela República brasileira, *com seu aspecto de terror, de violência*⁸⁴. Simpatizante do maximalismo russo, sustentou, até o final, uma visão política inconciliável com o republicanismo à brasileira, o qual julgava corrompido, antipopular, provinciano e

⁸³Crônica originalmente publicada na revista *Souza Cruz*, de 07/12/1918.

⁸⁴O trecho é parte da crônica *São Paulo e os estrangeiros [I]*, publicada em *O debate*, de 06/10/1917.

sustentado por estratégias de dominação violentas. Na aventura cômico-trágica do major Quaresma rumo à “transformação da noção de pátria, livresca e abstrata, em realidade concreta, com consistência sócio-política e econômica” (SANTIAGO, 1982, p. 35), tanto a descoberta da Pátria consistente e real, quanto a derrocada, mais especificamente, a completa impossibilidade de realização de seus projetos reformadores, devido aos obstáculos do meio, estão presentes em toda a obra de Lima. E é impossível percorrer tais caminhos sem enfrentar o autoritarismo centralista do Estado republicano e a falta de ética geral. Como agravantes dessa democracia de fachada, a cena pública aparece infestada de políticos medíocres, figuras que dominam os jornais, a polícia e os empregos públicos, ambiciosas e sem nenhum compromisso com as questões sociais, dilapidadoras da Nação, que transformam a estrutura pública em máquina privada de enriquecimento.

Na vasta galeria barretina de políticos desse jaez, desde o mais simplório bajulador arrivista de província até o tirano máximo, representado, no TFPQ, pelo general Floriano Peixoto – o tirano ao estilo doméstico –, todos estão dentro da mesma escala de mediocridade intelectual, cobiça pelo poder e amoralidade. Sendo assim, esses políticos e seus sequazes não têm nenhum constrangimento em cometer as piores torpezas pela ascensão social e pelo poder. São os protagonistas e os responsáveis por um cenário cheio de tramas esdrúxulas, negociatas e trapanças, em escalas que vão do prosaico, ao ridículo até ao abertamente criminoso. Como oásis errantes em meio à falta de caráter e à corrupção generalizada, as figuras que agem movidas por desinteresse, pela paixão do saber e por ideais nobres só podem ser vistas como excêntricas ou loucas, alvos das mais absurdas perseguições, como Policarpo Quaresma e o pacato Fernando, personagem do conto *Como o “homem” chegou* (1915). Fernando é um astrônomo e matemático amador, pacato, doce, amante dos livros e das estrelas, que vivia com o pai idoso, em uma chácara, nas cercanias de Manaus, completamente alheio às disputas políticas. Era uma alma doce, um autodidata que amava o conhecimento, com afinco e fúria de gênio ou de doido: “Em uma terra inteiramente entregue à chatinagem e à veniaga” (BARRETO, 2010, CHC, p. 13). Pela despreensão e pelas atitudes tão diferentes da maioria, não tardou para que o pacato astrônomo recebesse a fama de louco, não sem algum fundamento, de acordo com o narrador, a julgar por suas despreocupações, pelos gestos pouco convencionais, entre outras manifestações ora sutis ora palpáveis. Há muito, Fernando amava mais a beleza e os mistérios do céu do que as ambições vis e mesquinhas da terra, onde homens medíocres se esforçavam para parecer inteligentes, como o doutor Barrado – antítese de Fernando –, um *catita* do Rio de Janeiro, *cheiroso e apurado do corte das calças*, que ambicionava uma vaga de Diretor Geral das Estrelas de Segunda

Grandeza, na Sociedade Astronômica. Para isso, será o terrível algoz do astrônomo, no intuito de agradar um figurão político e conseguir o cargo. Além da simplicidade, da doçura – qualidades partilhadas com Policarpo, com o *preto* Anastácio e com Afonso Henriques, pai do escritor –, Fernando era um autodidata brilhante, especialmente encantado pela luminosa Aldebarã, que vivia a sondar as estrelas para descobrir o que os outros não foram capazes de ver. Como Lima, Fernando desdenhava dos figurões, expunha a falsa inteligência dos titulados e acabou se tornando um motivo de constrangimento e de rancor para o doutor catita fluminense. Tal como Policarpo Quaresma, o astrônomo Fernando tem uma espécie de loucura sadia, luminosa, benfazeja, a dos firmes propósitos, das almas gentis e dignas, por isso tais almas são capazes de expor os maus propósitos de seus oponentes. Não sendo uma monomania, o amor do Fernando às estrelas tem a mesma entrega, ou loucura, às causas nobres, vista pelo escritor em seu inteligente e talentoso pai, antes, tipógrafo reconhecido da Tipografia Nacional, declarada a República, encerrado como almoxarife da Colônia de Alienados da Ilha do Governador. Com as adversidades e as perseguições políticas, vieram o agravamento de problemas psíquicos, a bebida e a loucura de João Henriques. Sob as mesmas lentes é visto o querido Manuel de Oliveira, o doce e leal Manuel Cabinda, antigo interno das Colônias de Alienados e fiel companheiro dos Barreto, com os quais viveu até o final de sua vida. São homens que sofreram duros reveses, contra os quais pouco ou nada puderam fazer: Fernando e João Henriques, vítimas do autoritarismo e da violência do Estado; Manuel Cabinda, da escravidão e de um amor traiçoeiro.

Enquanto o dedicado astrônomo levava sua vida simples e correta, amando os corpos celestes, os livros e cuidando do pai idoso, no chão das mesquinhas, o doutor Barrado, junto com o poeta Machino, o jornalista Cosmético e o antropologista Tucolas, cujos acréscimos à Ciência se resumiam a medir o crânio das formigas, tramam para convencer os simplórios parentes do Fernando da insanidade do rapaz. Essa rede sinuosa cerca os familiares do astrônomo até convencê-los da necessidade de internar o rapaz. Os algozes de Fernando eram representantes de setores duramente criticados por Lima, como a Literatura inchada de berloques e sem a força das questões sociais; a imprensa conivente e a serviço um poder que oprime indefesos e persegue opositores; e a “lente científica do grupo” que, ao contrário do Fernando, tão dedicado ao estudo da incomensurável grandeza e da beleza dos corpos celestes, vivia realizando estudos cranianos improváveis e risíveis. Se a família de Fernando padecia de *estultice congênita*, por sua vez, o poeta, o jornalista, o doutor Barrado e o falso cientista Tucolas agiam por motivos diversos e, num certo sentido complementares: perversidade inata, ambição, inveja e charlatanismo. Apesar da completa inexistência de

qualquer prova acerca da doença mental do Fernando, aquela era uma República completamente desrespeitosa para com os direitos do cidadão, bastando apenas uma ordem vinda da Capital para aprisionar e condenar um inocente à morte. Era um clima intelectual e moral rasteiro, afeito a campanhas difamatórias contra oponentes e desafetos, além de alianças espúrias, bajulação, vaidade, ascensão social e profissional a qualquer custo, inveja, rixas partidárias, concentração de poder, enquanto o bem comum e o verdadeiro conhecimento eram negligenciados. A República brasileira, como observa José Murilo de Carvalho (1987, p. 40), inaugurou um *estilo autoritário e tecnocrático*, igualmente antipopular, atestado pelas reformas sanitárias da Capital Federal, entre finais do século XIX e início do século XX, que expulsaram amplos contingentes populacionais dos morros e cortiços, a exemplo do Cabeça de Porco e do morro do Castelo, localizados em áreas consideradas nobres do Rio de Janeiro, por conseguinte, bastante cobiçadas pela especulação imobiliária, que agitou a febre *belle époque* republicana. A Capital Federal necessitava de tais reformas arquitetônicas, uma vez que muito da carcomida arquitetura colonial havia se transformado em foco de doenças, lixo, violência, habitação desordenada e demais problemas, causados por décadas de abandono governamental, de acordo com José Murilo de Carvalho, reduzindo a promiscuidade social em que viviam os moradores de tais zonas. Por outro lado, sem nenhuma reparação e obrigados se dispersar sob ameaças da polícia, o enorme contingente de desabrigados apenas arrastou suas carências seculares para outros locais da cidade, que haviam escapado à avalanche de demolições. Enquanto a pobreza era coagida a se reagrupar em zonas como a Cidade Nova, os subúrbios da Central e os morros adjacente ao Castelo, o centro do Rio era inundado pela elegância deslumbrada dos ricos e novos ricos, um estilo de vida caro e europeizado, até então restrito a bairros como Botafogo ou à lendária rua do Ouvidor. Em síntese, era a celebração triunfante da tecnocracia, das ações diretas e a qualquer custo, promovidas pelo autoritarismo estatal. E nesse contexto, a ordem de um figurão, o encarceramento arbitrário e o assassinato desabariam sobre Fernando.

A rede que selou a prisão, tortura e morte de Fernando agiu de forma simples e com precisão exemplar: Barrado convenceu os familiares da loucura do rapaz; Hane, amigo da família e auxiliar imediato do chefe geral da polícia fluminense, solicitou a este a ordem de captura do pacato astrônomo. Expedida a ordem, o guarda civil Silly a encaminhou ao inexpressivo Cunsono, delegado de um lugarejo esquecido nos confins do Rio de Janeiro, e um “faz tudo” do chefe superior. Feito isso, Barrado novamente entra em cena para integrar a empreitada de captura. Lima, portanto, apresenta um contexto de tecnocratas, governantes autoritários, o aparato policial, completamente a serviço do poder, sábios de enfeite, uma

classe burocrática interesseira e inculta, pobres estultos, um contexto no qual inexistia uma camada média politizada, instruída e comprometida com as questões sociais, em síntese, o perfil moral e intelectual das figuras que se voltam contra o Fernando é condizente com os eventos e com o desfecho grotesco dessa travessia de violência, sadismo e morte. No centro disso, estava uma prisão sobre rodas, na verdade, um carro-forte, uma geringonça feia, pesada e brutal, apropriada para humilhar e torturar seu ocupante: “a inexorável antipatia do ferro na cabeça, ferro nos pés, aos lados uma igaçaba de ferro em que vem sentado, imóvel, e para a qual se entra pelo próprio pé” (BARRETO, 2010, CHC, p. 12). A descrição do horrendo transporte evoca nitidamente uma das passagens mais dolorosas e angustiantes da vida de Lima Barreto, ocorrida, em outubro de 1914, quando ele foi internado, pela primeira vez, no hospício da Praia Vermelha, conduzido de Guaratiba à Praia Vermelha – pontos extremos da cidade –, tal como Fernando, tratado como indigente, louco e perigoso, recolhido pela polícia e conduzido num carro-forte. Em *O cemitério dos vivos*, lançado em 1920, o escritor aborda o saldo traumático desse episódio, com a sinceridade e a precisão necessárias para denunciar os princípios coletivos, responsáveis por decisões que silenciam, encarceram e matam figuras como o inteligente e inofensivo Fernando, o patriota Policarpo Quaresma, o competente funcionário público João Henriques, Manuel Cabinda, Isaías Caminha e o próprio Lima Barreto. Nas páginas de *O cemitério dos vivos*, desabafa o escritor:

[...] eu tinha sido humilhado, e estava, a bem dizer ainda sendo, eu andei sujo e imundo, mas eu sentia que interiormente eu resplandecia de bondade, de sonho, de atingir a verdade, do amor pelos outros, de arrependimento pelos meus erros e um desejo imenso de contribuir para que os outros fossem mais felizes do que eu, e procurava e sondava os mistérios da nossa natureza moral, uma vontade de descobrir nos nossos defeitos o seu núcleo primitivo de amor e bondade. O hospício me retemperava [...] (BARRETO, 2018, OCV, p. 126-127)

Quanto ao Fernando, capturado numa via pública de Manaus, seu transporte macabro até o Rio de Janeiro levaria intermináveis dois anos, resultado da completa inépcia e das maluquices de seus captores. Viagem durante a qual, trancafiado, algemado pelos pés, mãos e cabeça, Fernando não pôde comer, beber e nem viu a luz do dia. Em determinado momento dessa travessia de horror, o mau cheiro e a presença dos urubus, que sobrevoavam a masmorra sobre rodas, anunciam o desfecho aterrorizante dessa cadeia de violências, ambições e arbitrariedades. Fernando havia morrido por inanição. Mesmo assim, a porta do carro-forte não foi aberta porque, como antes, Barrado e o assistente Hane não sabiam o alimento apropriado para tal espécie de doente, se ele bebia algo ou se tinha seu estado alterado pela luz solar. Em tais dúvidas absurdas dos dois homens, há a crítica evidente de Lima aos

pressupostos da Ciência, notadamente, os relacionados à questão da loucura e do alcoolismo, associados pelas teorias científicas da época como traços atávicos, encontrados em grupos étnicos específicos da população. Por fim, acompanhada pelos urubus e pelo odor de morte, a comitiva chegou à Capital Federal, onde foi necessário arrombar o cadeado da masmorra sobre rodas. Da inteligência lúcida e encantadora de Fernando, bem como de sua completa ausência de culpa, de seus anseios e sonhos, restaram apenas trapos imundos e um cadáver em estado de putrefação, posteriormente dissecado, com a ajuda de litros e litros de desinfetante, por um grupo de médicos do necrotério local, sem que absolutamente nada fosse questionado acerca de tão brutal experiência. Desse modo, Lima inverte os papéis do sábio, do correto e do são, expondo, nas atitudes, nos objetivos e nos valores dos considerados homens respeitáveis as verdadeiras enfermidades morais e de valores, atribuídas a Fernando, na esfera psíquica.

Nas concepções, aqui, postas em destaque, há sempre uma grande concentração de esquivas e de ceticismo sobre o caráter das pessoas, tão logo o olhar de escrutínio de Machado e de Lima atingem o fundo de razões obscuras e pouco nobres que as impele a agir. Quando se trata de dar visibilidade e perfil humano ficcional a tais motivos, uns surgem exercitando a soberba e a vaidade, outros vivem ao rés do chão, entranhados no arrivismo e nas disputas mesquinhas, outros ainda, cruzando os umbrais do grotesco e da violência, são capazes de aniquilar toda e qualquer manifestação contrária às esperadas “virtudes” do tempo. Entre os fetiches máximos e cobiçados, vemos surgir os títulos e os altos cargos públicos, a distinção social e o reconhecimento dos pares, entretanto, sob a luz cristalina e nua do espelho, são figuras com habilidade de sobra para fingir e jogar de acordo com as regras, agindo como leões ou raposas, ferozes ou esquivos, a depender da origem social, mas sempre na posição de predadores sociais. Nessa conexão viciosa, o poder de uns exige aos menos fortes habilidades para manipular e seduzir, e aquele que fica entre ambos ou se coloca na via contrária a tais regras tácitas, acaba na obscuridade, pode ser visto como um lunático, excêntrico, um *detraquê*, ou até morto, como aconteceu com Fernando e Policarpo Quaresma. Para tal visão, nos parece ter tido forte influência a trajetória pessoal de cada um dos escritores e, não obstante Machado de Assis tivesse alcançado o reconhecimento em vida – o que não aconteceu com Lima, visto como um desajustado social e das letras –, o trajeto do morro do Livramento à ABL, que envolveu o matrimônio com uma mulher branca e europeia, enlace que enfrentou o preconceito de parte da família da noiva, foi pavimentado pelos desafios de ser negro, epilético, de origem humilde e sem formação acadêmica, na sociedade brasileira do século XIX. Os mais céticos acerca da existência do racismo, no Brasil, podem argumentar que a ascensão de Machado atesta exatamente a não existência de tal racismo, mas esquecem o fato

de ter sido a genialidade do escritor e sua enorme determinação que tornaram impossível desconsiderar sua obra, e não as oportunidades iguais, muito menos a existência de uma democracia social e racial. Em outras palavras: foi necessário ser o genial, determinado e perspicaz Machado de Assis. Talvez saber o chão no qual pisava, em certa parte, explique o temperamento esquivo, a diplomacia e a polidez de Machado – o fino inoculador de venenos, que sempre abraçava sem apertar, como o definiu Lúcia Miguel Pereira. A verve crítica desbragada e sem rebuços de Lima, que nunca foi nem um pouco diplomático, a opção de ser abertamente do contra, como era de se esperar, teve seus custos, e estes foram combustíveis para suas dores, mas também para a luz acre e vigorosa com que desnudou praticamente todos os setores da vida brasileira de sua época. Machado e Lima são vértices da mesma atmosfera de valores, cujas pontas convergem naqueles sentimentos de censura e de escárnio, de acordo com Artur Schopenhauer, essenciais para impedir que indivíduos com honestidade intelectual sejam tentados a imitar qualquer uma, dentre as mil coisas que criticam.

CONCLUSÃO

Durante a vida de Machado e de Lima, o encontro literário que ambicionamos tecer, neste estudo, nunca aconteceu, embora os dois escritores tenham sido contemporâneos, partilhassem da mesma dedicação à Literatura, fossem nascidos e residentes no Rio de Janeiro, além de trabalharem ativamente na imprensa e nas Letras. Tais proximidades e semelhanças, se não criavam uma afinidade subjetiva entre os dois, ao menos estabeleciam uma conexão de interesses, considerando o fato de ser relativamente pequeno o grupo de escritores mais ativos, nos periódicos e nos meios literários da época – a segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. Talvez, esse lamentável distanciamento seja, em parte, devido aos quarenta e dois anos de diferença entre ambos, uma considerável distância temporal de atuação entre o gênio maduro das MPBC e o garoto aspirante a cronista do jornalzinho estudantil da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Alguns anos mais tarde, quando Lima já atuava como cronista e contista reconhecido, o autor de MPBC e o criador do Policarpo Quaresma, tal como suas personagens, eram a antítese literária e social um do outro. Machado era o grande e impecável Machado das *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), *Dom Casmurro* (1899), *Esau e Jacó* (1904), o “Seu” Machado da famosa Livraria Garnier, funcionário público exemplar, metódico e aristocrático, Presidente da Academia Brasileira de Letras, casado e de vida pacata. Lima, o jovem cronista e ficcionista talentoso, com urgência em comunicar sua mensagem de fé nos altos propósitos sociais da Literatura. Sarcástico, contestador, com predileção por figuras marginalizadas pela sociedade, modesto amanuense da Secretaria da Guerra, *habitué* dos cafés e botequins do Rio, onde costumava se reunir no “grupo dos novos” para debater e planejar ações sobre o futuro da Literatura Brasileira. Machado era um escritor plenamente consagrado, quando Lima começou a despontar como um jovem talento de veia provocativa, no periódico estudantil da renomada Escola Politécnica do Rio de Janeiro – berço cultural dos herdeiros de algumas das famílias mais ricas do Brasil –, ambiente no qual confessou, anos mais tarde, ter sido alvo de preconceitos e perseguições. Em 1881, ano do nascimento de Lima, veio a público o romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*, obra inaugural da soberba segunda fase de Machado de Assis, firmando definitivamente seu autor como um ficcionista no pleno domínio de suas qualidades técnicas, e um mestre de traçado preciso, na composição e análise dos caracteres humanos. Em 1909, ano seguinte à morte de Machado de Assis, Lima fez sua estreia literária com *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, narrativa ficcional de acentuado cunho

autobiográfico, que acompanha os sonhos e as decepções de Isaías Caminha, tal como Lima, negro e de origem humilde, com ideais esmagados pela corrupção de princípios e pelo racismo. A crítica recepcionou o romance de forma bastante discreta, e grande parte da imprensa, alvo das ferroadas impiedosas de Lima-Isaías, deflagrou uma guerra velada contra o escritor, transformando autor e obra em assuntos proibidos. Machado, desde os anos de 1870, costumava passar as tardes na Livraria Garnier – localizada na lendária Rua do Ouvidor – aliás, a Garnier era a sua segunda casa, onde ele tinha até uma cadeira exclusiva. Na Garnier, Machado presidia as rodas literárias mais disputadas da época, transformando o local em ponto obrigatório para estreatantes, aspirantes e veteranos das Letras. Em seu *Diário íntimo*, Lima menciona ter passado a frequentar a famosa Garnier somente a partir de 1917, entretanto, a relação do agora escritor com os frequentadores da Casa nunca se deu de modo totalmente amistoso, como revelado nesta passagem do seu *Diário íntimo*: “Hoje, 7 de março de 1917, estive na Garnier, como ontem, como anteontem. Vou agora lá sempre rondar. Troquei palavras com este, com aquele, e cada vez me capacito mais de que eles não têm nenhum ideal de Arte.” (BARRETO, 2018, DI, p. 302)

Com relação a Machado de Assis, tema recorrente em muitas publicações suas, o julgamento de Lima sempre oscilou entre a deferência ao grande mestre, do qual possuía três obras, em sua Limana – *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *Quincas Borba* e *Esau e Jacó* – e a crítica ao projeto literário do colega ilustre, segundo Lima, exemplo do formalismo academicista rechaçado por ele, não obstante tenha pleiteado uma cadeira na ABL por três vezes. Alvo de críticas ou o centro das atenções, o fato é que Machado de Assis era a grande referência literária da época, na medida em que era impossível desconsiderar sua importância para a Literatura Brasileira e suas qualidades técnicas – o trabalho com a linguagem, a refinada abordagem temática, a composição e a exploração psicológica das personagens, citando algumas. E muitas críticas direcionadas ao grande mestre vinham do grupo ao qual Lima pertencia, autodenominados “os novos”, que acusavam a ABL e seus membros de praticantes de uma Literatura encastelada, *mandarins das letras* e cultores da forma, frequentemente conclamados à guerra, através das crônicas do colega-adversário beligerante. Não obstante os “desencontros”, os projetos literários distintos e as percepções de mundo próprias a cada um, que terminaram por direcionar Machado de Assis e Lima Barreto para vertentes opostas do debate e da produção literária e cultural, objetivamos salientar a convergência de ambos, no tocante à visão crítica desmistificadora da própria contemporaneidade, muitas vezes, de natureza premonitória, acerca dos processos históricos, políticos e literários do Brasil, entre o Segundo Reinado e as duas primeiras décadas da

República. Dois escritores e intelectuais bastante atuantes nesse pano de fundo sociocultural, dominado por tendências literárias europeias e pela força das oligarquias urbanas e rurais. No plano moral, uma sociedade herdeira e defensora do projeto colonialista ibérico, educada pelos dogmas do catolicismo medieval, segmentada em preceitos de classe, de gênero e etnicorraciais, que avançou à fase republicana sem o devido enfrentamento de problemas incontornáveis, derivados dos rastros da colonização, em contínuo conflito com os anseios de Modernidade. Da forma como era interpretada pela intelectualidade brasileira das últimas décadas do século XIX, foi uma Modernidade tropical elaborada nos ditames do modelo europeu: científico, burguês e capitalista.

Instaurada a República, o Brasil vivenciou mudanças sociais, econômicas, políticas e de costumes, ostensivamente vistas a partir da nova urbanidade do Rio de Janeiro, Capital política e cultural do Brasil. No entanto, a sociedade brasileira, de modo geral, e os grupos de poder ascendentes – representantes do capital industrial-financeiro e remanescentes das velhas oligarquias do Império – aderiram às mudanças sem transcender na dimensão racista e elitista, tão profundamente enraizada em nossa formação. Nesse contexto, buscamos enfatizar como Machado e Lima, ambos negros, descendentes de povos escravizados, de origem pobre, oriundos, respectivamente, do morro e do subúrbio, devassaram, através de suas obras, elementos semelhantes dessa ordem econômica, política e de valores, desde muito cedo, conhecida por ambos como um projeto de contínua desigualdade social. Assim, enfatizamos a incidência desses padrões morais e de comportamento, presentes nas figuras que habitam a cidade e o ambiente rural do Rio de Janeiro, nas MPBC, entre a época regencial e a monarquia de D. Pedro II, e no TFPQ, durante a República nacionalista e violenta do General Floriano Peixoto (1891-1894). Em linhas gerais, analisamos como as obras desnudam a recorrente conjuntura de homens públicos oriundos ou diretamente ligados à elite brasileira, dentro dos limites estabelecidos pela hierarquia sociorracial, no caso brasileiro, implantada pela estrutura colonial-escravista ibérica, acrescida de argumentos tomados ao cientificismo europeu de finais do século XIX.

Através de Brás Cubas, o autor-narrador finado, sarcástico e zombeteiro das MPBC, percorremos a magistral concretização do argumento defendido por Machado de Assis, em *Notícia atual da literatura brasileira – Instinto de nacionalidade*, seu famoso artigo, originalmente publicado na revista *O novo mundo*, de 24/03/1873. Em *Instinto de nacionalidade*, Machado definiu a relação do escritor com seu tempo e país na perspectiva de um *certo sentimento íntimo*, numa percepção oposta ao ideal vigente, que tomava como prova

de nacionalidade a exploração literária de temas considerados nacionais, ao modo da limitada defesa identitária dos românticos e neorromânticos, contemporâneos seus.

Colocamos em destaque como a lúcida concepção machadiana representou uma guinada criativa para a Literatura, interpretada pelo autor das MPBC como um território vasto, construído por empréstimos e acréscimos universais, portanto, nada mais contrário à natureza da Literatura do que tentar impor limites geográficos, temáticos ou quaisquer outros à imaginação criativa do romancista – agente de trocas, por excelência. O avanço que esse novo olhar permitiu ao conceito de Literatura, na concepção machadiana, libertou o escritor das amarras da *cor local*, avanço concretizado em um Brás Cubas, junção de pés bem fincados no solo comum e impuro do gênero humano, ao mesmo tempo, uma figura humana nutrida pela opulência da casa-grande senhorial brasileira do século XIX – estufa perfeita para a vaidade hedonista e os arroubos de classe desse herdeiro exemplar de sua camada social. Por meio de processos literários de composição das personagens, da rica exploração temática e da perspectiva narrativa *post mortem* acompanhamos a vida e as reflexões do defunto autor e narrador machadiano, inserido em ambientes de profunda densidade histórica, como a intimidade familiar patriarcal católica, o vai e vem da elegante sociedade cortesã fluminense, a atmosfera política e de costumes do tempo, iluminados através de uma composição de caracteres humanos, de valores e morais vibrantes, no trânsito contínuo entre a aparência e a verdadeira natureza, entre a essência e o papel social desempenhado por cada um. Em sua configuração de valores, e pelas personagens que o habitam, a atmosfera de comportamentos e ideias das MPBC se mostra tipicamente brasileira, senhorial escravagista. Um ambiente onde o farfalhar dos ricos vestidos das jovens e das senhoras, talhadas para o casamento e a maternidade, o luxo da prataria, herança de avôs e bisavôs vindos da Europa, os bons modos e os olores evanescentes do cristianismo católico, mais de palavras do que propriamente de atitudes, têm como dinâmica a violência das relações de classe, mais ainda, da escravidão, e de toda sorte de conduta vaidosa, interesseira, dissimulada e vil. Isso, em parte, elucida a ironia amarga do narrador póstumo – livre da temida opinião pública pela morte –, que sulca a narrativa do início ao fim. Ironia e descrédito, mas não juízo injusto, formulados por um legítimo representante dessa camada, desnudada na via contrária da historicidade oficial das famílias importantes, de modo a não tecer nenhuma expectativa além da exploração de uma humanidade absolutamente possível, com o privilégio de que, nesta, as boas oportunidades sempre surgem para os endinheirados ou com relações de amizade influentes.

Explorando essa perspectiva narrativa, o romance machadiano das MPBC abriu ao leitor as portas do casarão patriarcal brasileiro, microcosmo do Brasil rico e urbano do século

XIX, construído e sustentado pelo trabalho escravo, no qual sucessivas gerações da mesma família, até o narrador defunto, se mantiveram comprometidas com poder reinol e seus representantes. Nesse contexto de disposições sócio-históricas bem marcadas, destacamos a visão machadiana, bastante realista e desencantada do caráter humano, composto de vícios, erros, de sedições tácitas à moral e aos costumes vigentes, e de ambições pouco nobres. Contudo, uma visão que, se não amesquinha o humano de todo, também não compactua com o que revela, apenas constata a mesma e impura matéria comum, presente em todos, cujas modulações, desde o risível até o absolutamente condenável, tecem a riqueza e a complexidade vital das personagens. Na sociedade brasileira ficcional, configurada por Machado de Assis através do microcosmo fluminense – termômetro cultural e político do Brasil –, nada se forma ou acontece de modo linear. Vimos como todos, embora pertençam e sejam educados na mesma ordem geral, desenvolvem suas vidas de acordo com suas escolhas, diante das disposições de tempo e lugar social, de como a percepção individual interpreta esse mundo e do modo como a natureza subjetiva escolhe vivenciar suas experiências. Comprovando esse argumento, analisamos a trajetória de Eugênia, de Dona Plácida e de Prudêncio, *o cavalo de todos os dias*, que alcançou a liberdade numa ação benevolente do velho Cubas, por motivações nebulosas e instigantes. Ao longo deste estudo, discutimos como, nessas e em outras circunstâncias da vida cotidiana, Machado revelou as manifestações de um conjunto de influências formado pela predisposição de poder, comum ao gênero humano, ambição e vaidades, a floradas em um solo de valores propício a essas e outras formas desumanas de manter o *status* de classe e a dependência socioeconômica dos pobres. Embora em um contexto social completamente diverso, os rastros dessa visão histórica persistem, ainda hoje, no cotidiano do Brasil, evidenciando a potente atualidade da interpretação de Machado sobre a sociedade brasileira – outro traço em comum com Lima –, fundamental tanto para a discussão sobre o passado como acerca do que compreendemos, atualmente, como povo e Nação brasileiros.

Nas décadas finas do século XIX, palco de importantes eventos da história brasileira, como a Abolição (1888) e a República (1889), o país atravessou uma fase de mudanças turbulentas, sem, entretanto, mudar de todo. Lima Barreto nasceu, viveu e produziu toda a sua obra sob os desdobramentos desse contexto. Teve como sombra e matéria de sua escrita as consequências da Abolição não concluída e da República militarista e autoritária, que perseguiu o seu pai, e à qual ele atribuiu muitos dos dissabores de sua família, tais como a perda do emprego de João Henriques, o envio dele à Colônia de Alienados da Ilha do Governador, um ambiente de difícil adaptação para um viúvo, com quatro filhos, até sua

loucura. Como efeito em cadeia, após o declínio final da saúde psíquica de João Henriques, Lima foi obrigado a abandonar o curso de Engenharia, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, se tornou o responsável pela família e ingressou no funcionalismo público, cujo ambiente não conseguia aceitar. Ao longo de toda a sua obra, esses e outros infortúnios foram expostos pelo escritor, sempre enfático em relação ao seu descontentamento, ou melhor, à aversão pela República, nos moldes brasileiros da sua época. Tanto nas notas da vida pessoal quanto no universo ficcional, Lima ressaltou o arrivismo e a mediocridade, vistos nas repartições oficiais, uma espécie de carta de recomendação para o ingresso e o sucesso nesses ambientes, tematizados em *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, no TFPQ e em seus contos e crônicas. No TFPQ, a Secretaria da Guerra é um dos ambientes onde Policarpo enfrenta um exílio, de natureza intelectual e moral, além das zombarias e perseguição de superiores, numa linha autobiográfica que evoca muitas vivências pessoais, confessadas no *Diário íntimo* do escritor.

Deposto Império e findo o escravismo oficial, entre os anos de 1888 e 1900, a partir da cidade do Rio de Janeiro, epicentro das convulsões abolicionistas, positivistas e republicanas, o Brasil vivenciou mudanças drásticas, cujos desdobramentos alcançaram praticamente todos os aspectos da vida política e social brasileira, as instituições, os modos de sociabilidade urbana, os costumes, os valores e a interpretação de componentes fundamentais de nossa formação social e histórica. Às portas do século XX, grande parte da sociedade brasileira viu a presença do negro livre como um incômodo do qual não era possível escapar, e dava mostras evidentes de que trataria essa parcela da população como um inconveniente restolho. Como enfatizamos, Machado e Lima eram escritores negros, provenientes das camadas populares e com antepassados no eito e nas senzalas escravistas. Por mecanismos de composição ficcional distintos, o tema do cativo negro e da Abolição por concluir perpassou a obra de ambos, tematizado, em tom acentuadamente autobiográfico por Lima, e ao estilo do dissecador arguto, do fino inoculador de venenos, elaborado por Machado de Assis. Na contraface, os apologistas da República e da Modernidade tropical viam negros e pobres como figuras destoantes do padrão burguês europeu, e até como um impedimento ao projeto nacional pós 1889, de viés positivista e capitalista, ferrenhamente defendido pela República e pelos grupos econômicos e intelectuais que gravitavam em torno da nova ordem. Em suma: um verdadeiro inferno social para os excluídos, alvos do preconceito racial, das campanhas sanitaristas, criminalizados pela polícia e malvistas pela sociedade. A defesa dessa nova ordem social excludente ecoava entre os ricos industriais e os banqueiros de São Paulo, além de receber o apoio deslumbrado dos novos ricos, os republicanos da primeira hora, que

lucraram com a grande especulação financeira, agenciada pelo Governo. Todos eram alvos frequentes de Lima, que desancava capitalistas, arrivistas republicanos, positivistas e apologistas das teorias raciais importadas. Para essas teorias, entre outros aspectos, negros, pobres, alcoólatras, doentes mentais, prostitutas, habitantes do campo, enfim, uma imensa parcela do povo brasileiro formava um contingente tido como portador de defeitos genéticos, herdados de africanos e indígenas.

Sob o mesmo prima, a base econômica exclusivamente agrária e as muitas carências culturais e estruturais do país eram duramente criticadas pelos novos grupos, entretanto, sem que fossem tomadas as medidas justas e necessárias para combater tais problemas. Uma das grandes preocupações dos intérpretes dessa nova fase nacional, talvez o ponto central, era como alinhar a sociedade brasileira ao fluxo da modernidade, considerando o padrão civilizado do Ocidente, tendo que explicar a presença e o lugar histórico da negritude, num contexto de ampla adesão dos intelectuais, do Exército – base da República – e dos incensados doutores, profissionais liberais do Direito, da Medicina e da Engenharia, aos pressupostos da Ciência racial europeia. Essa foi uma questão nevrálgica, e das mais inquietantes, para intelectualidade que encampou o projeto de sociedade moderna e republicana: como lidar com a presença do negro livre, sobre quem havia sido posto todo tipo de julgamento depreciativo, pretensamente científico. Para os defensores do “bando de ideias novas”, como definiu o polêmico e virulento Sílvio Romero, o Brasil estava diante de uma encruzilhada conceitual e histórica. Se, por um lado, não tinha como negar a presença negra, por outro, não poderia assumi-la, sem comprometer, dado o contexto ideológico da época, o sucesso do projeto de Nação branca e liberta do obscurantismo ibérico. A solução para esse impasse foi creditar ao agenciamento biológico a “purificação étnica”, tese defendida por figuras destacadas no cenário da época, como o próprio Sílvio Romero, que atacou Machado de Assis através de argumentos racistas. Nesse viés, as uniões entre brancos e negros, até então, vistas como formadoras de degenerações biológicas, agora, eram interpretadas como uma etapa necessária de transição biológica e social, pois agenciariam o progressivo branqueamento da sociedade brasileira, depurando-a da incômoda cor negra da pele. Na verdade, era um ajuste ideológico para o desconforto com que tais ideólogos encaravam o momento pós abolição, que aceitava o negro livre, entretanto, desde que preso nas margens do social, visto como uma subcategoria do povo brasileiro. Eis, portanto, o contexto ideológico e político vivenciado e denunciado por Lima Barreto, ao longo de toda a sua obra assumidamente militante.

Ao longo do nosso estudo, enfatizados como Lima Barreto, nascido nesse ambiente brasileiro de finais do dezenove, exatos sete anos antes do 13 de maio de 1888, viveu e construiu toda a sua obra como a denúncia das consequências atroz de processos derivados da razão branca, capitalista e burguesa, perpetuados por sucessivos grupos de poder político, econômico e cultural. Ancorada nessa perspectiva, a presente análise retomou os muitos trajetos de Lima Barreto, modesto funcionário público, suburbano, ficcionista, cronista, crítico aguerrido da República, experimentado em dores, que o levaram a internações manicomiais e à aposentadoria precoce. Um escritor que construiu seu projeto literário como um elo indissociável entre a vida pessoal e a imaginação criativa. Crítico combativo e de visão aguda, Lima Barreto levantou, ainda nas primeiras décadas do século XX, pautas de desconcertante atualidade, como a questão da mulher, a cisão do Brasil entre ricos e muitos pobres e as condições de vida degradantes dos morros e das zonas rurais, estagnados pela inépcia e pela má vontade governamental, à mercê do coronelismo político. Em Policarpo Quaresma, o seu herói nacional-ufanista, honesto e de trágico fim, priorizamos a análise de tais facetas em movimento: no ambiente suburbano do Rio, no acanhado subúrbio de São Januário, na modorra de inveja, perseguições e arrivismo da repartição pública, nas memórias afetuosas e tristes do pai, matizadas na composição do ingênuo e honesto Policarpo Quaresma. O querido amigo Manuel Cabinda inspirou a composição do *preto Anastácio*, em quem Lima dispõe a dramática tragicidade do cativo, na figura de um senhor negro, doce e generoso, entretanto, que não conseguia se separar de seus antigos senhores – incapacidade detectada por Lima em muitos outros libertos – e nem sabia mais fixar os olhos, tendo-os sempre baixos. Ainda sob esse prisma, salientamos o antagonismo visceral do escritor pela República, espelhado nos métodos truculentos do Florianismo e na figura tosca do Marechal de Ferro.

Lima, entusiasta da Revolução Russa (1917), e da militância de combatividade enérgica, revelou um Brasil carcomido por políticos medíocres e corruptos, faminto e extenuado pelo latifúndio improdutivo, um país onde o povo pobre era dizimado por epidemias sanitárias e pela desnutrição, explorado no campo e na Capital Federal. Na Literatura barretiana, tais figuras denunciam um país que se queria moderno, entretanto, continuava estagnado na miséria, no racismo e na exclusão social. Analisamos a condição do intelectual, exilado e duramente punido por suas ideias dissonantes do poder, vivenciada por Lima, segundo o próprio escritor assumiu, a tensão entre os anseios pessoais e o ambiente sociocultural adverso, o abismo entre a realidade e os discursos oficiais – base que define o sentimento de mundo do escritor. Buscando refúgio e arma de luta social na Literatura, o autor do TFPQ defendeu um projeto de Literatura militante, de ação artística e política, em

favor de uma consciência social solidária, e foi sob esse conceito de Literatura que Lima construiu toda a sua obra ficcional. Embora seu herói de trágico fim tenha sucumbido às pressões do meio, esse final não resulta da incapacidade do indivíduo, do intelectual autodidata de enfrentar o poder. Na verdade, o *Triste fim de Policarpo Quaresma* alerta para impossibilidade de combater o *status quo* desconhecendo a natureza e as implicações profundas, seculares e enraizadas do poder político, cultural e econômico. Todos esses princípios, analisados, neste estudo, no curso uma trajetória romanesca que começa no ideal mítico de Pátria e se encerra na tragédia do herói, vítima e bode expiatório de sua sociedade corrompida, ideologicamente capturado nas teias do nacionalismo, de fundo romântico e idealista, um reformador honesto e de nobres princípios que acabou fuzilado pelas baionetas “democráticas” da República. Em síntese, Machado de Assis e Lima Barreto, escritores de importância capital e incontornável para a Literatura e para o debate cultural e social brasileiro, cujas tramas ficcionais, aqui, exploradas em diálogo com outras produções dos dois escritores, permanecem vivas e pujantes, hoje, como em seus contextos originais.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA SAGRADA. Velho Testamento e Novo Testamento. Versão revisada da tradução de João Ferreira de Almeida. 12. impressão. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 1996.

A Semana Ilustrada, ano I [1860], nº 1. Disponível em:
http://memoria.bn.br/pdf/702951/per702951_1861_00001.pdf Acesso em: 20 out. 2019.

ABREU, Maurício. Morro do Castelo. In: PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – Secretaria das Culturas. Arquivo da Cidade, 2002. **Memória da Destruição. Rio: uma história que se perdeu (1869-1965)**, 2002. p. 30.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de. **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 11-93.

ALBUQUERQUE, José Joaquim Medeiros e. (J. Santos). Crônica Literária. **Jornal A Notícia**, Rio de Janeiro, 15 dez. 1909.

_____. Cronica Literaria. Lima Barreto – Triste fim de Policarpo Quaresma. **Jornal A Noite**, 1 out. 1916. fl. 02. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_01&pasta=ano%20191&pesq=triste%20fim%20de%20policarpo%20quaresma&pagfis=9312. Acesso em: 23 maio 2019.

ALIGHIERI, Dante. **A divina comédia: Purgatório**. Tradução José Pedro Xavier Pinheiro. São Paulo: Atena Editora, 2003.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARARIPE JUNIOR, José. QUINCAS BORBA II. In: GUIMARÃES, Hélio de Seixas. **Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século XIX**. 2. ed. São Paulo: Nankim Editorial: Edusp, 2012, p. 334-337.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Seleção de Textos de José Américo Mott Pessanha. 4. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1991.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. UNERJ, 2010.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Memorial de Ayres**. Rio de Janeiro: H. Garnier – Livreiro Editor, 1908. Disponível em:
<https://digital.bbm.usp.br/view/?45000018570&bbm/4707#page/74/mode/2up> Acesso em: 14 abr. 2019.

_____. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Edições W. M. Jackson, 1938a. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/26-cronica?start=0> Acesso em: 21 dez. 2019.

_____. *Crônicas Jornal O Futuro*. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Machado de Assis: Obra Completa**. Rio de Janeiro: Edições W. M. Jackson, 1938b. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/26-cronica> Acesso em: 18 nov. 2018.

_____. *Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade*. In: **Crítica, notícia atual da literatura brasileira**. São Paulo: Agir, 1959. p. 28 – 34.

_____. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Editora Scipione, 1994.

_____. *Casa velha*. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Machado de Assis: obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. II, 1994a. 52p. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/23-romance> Acesso em: 11 mar. 2017.

_____. *O velho Senado*. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Machado de Assis: obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, V. II, 1994b. p. 1-7. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/26-cronica?start=12> Acesso em: 11 mar. 2017.

_____. *A causa secreta*. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Machado de Assis: obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. II, 1994c. p. 28-34. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/24-conto> Acesso em: 13 jun. 2019.

_____. *Mariana*. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Machado de Assis: obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. II, 1994d. p. 53-59. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/24-conto> Acesso em: 13 jun. 2019.

_____. *Memorial de Aires*. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Machado de Assis: obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. II, 1994e. 116p. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/23-romance>. Acesso em: 13 jun. 2019.

_____. *Bons dias*. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Machado de Assis: Obra Completa** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, Vol. III, 1994f.1-43. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/26-cronica?start=12> .Acesso em: 18 maio 2019.

_____. *A Semana*. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Machado de Assis: Obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, Vol. III, 1994g. 426p. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/26-cronica?start=12> Acesso em: 18 maio 2019.

_____. **Quincas Borba**. São Paulo: Editora Scipione, 1994h.

_____A Nova Geração. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Machado de Assis**: obra Completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, Vol. III, 1994i. p.1-22. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/28-critica?start=24> Acesso em: 18 maio 2019.

_____Teoria do medalhão. In: ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Contos escolhidos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001a. p. 32-42. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/24-conto> Acesso em: 13 jun. 2019.

_____O espelho. In: ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Contos escolhidos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001b. p. 43-51. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/24-conto> Acesso em: 13 jun. 2019.

_____Pai contra mãe. In: ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Contos escolhidos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001c. p. 61-71. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/24-conto> Acesso em: 13 jun. 2019.

_____A sereníssima República. In: ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Papeis avulsos**. São Paulo: Nova Fronteira: Livraria Saraiva, 2006. Versão em formato eletrônico.

_____ **Esaú e Jacó**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

AUERBACH, Erich. **Mimesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 1994.

_____ **Ensaio de literatura ocidental**. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2007.

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. São Paulo: O Estado de São Paulo; Click Editora, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____ **Questões de literatura e de estética** (A teoria do romance). Equipe de tradução (do russo). Aurora Fornini Bernadini et al. 4. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. 11. ed. Minas Gerais: Autêntica Editora, 2017. Livro em formato eletrônico.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. A Maça e a polícia. **A careta**, n.p., Num. 716, Ano XV. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/careta/careta_1922/careta_1922_716.pdf Acesso em: 22 jan. 2020.

_____Um conselho. **Correio da Noite**, Anno IX, Num. 75, 29 jan. 1915. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/830135/per830135_1915_00075.pdf Acesso em: 09 abr. 2018.

_____ **Bagatelas**. Rio de Janeiro: Imprensa de Romances Populares, 1923. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4791> Acesso: 21 jun. 2019.

_____A política republicana. **Marginália**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000173.pdf> Acesso em: 21 ago. 2019.

_____. *Volto ao Camões. In: BARRETO, Afonso de Assis. Impressões de leitura.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1956a.

_____. *O destino da Literatura. In: BARRETO, Afonso de Assis. Impressões de leitura.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1956b.

_____. *Mais uma. In: BARRETO, Afonso de Assis. Vida Urbana.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1956c. Disponível em:
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000161.pdf> Acesso: 06 nov. 2019.

_____. **Obras completas.** São Paulo: Brasiliense, 1956d.

_____. *Variações...Marginália. In: BARRETO, Afonso de Assis. Obras completas.* São Paulo: Brasiliense, 1956e. 39p. Disponível em:
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000173.pdf> Acesso em: 21 ago.2019.

_____. **Correspondência, Ativa e Passiva: 1º Tomo. XVI.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1956f.

_____. *Feiras e Mafuás. In: BARRETO, Afonso de Assis. Obras Completas.* São Paulo: Brasiliense, 1956g.

_____. *O único assassinato do Cazuza. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Os melhores contos.* São Paulo: Martin Claret, 2002a.

_____. *O filho da Gabriela. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Os melhores contos.* São Paulo: Martin Claret, 2002b.

_____. *O homem que sabia javanês. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Os melhores contos.* São Paulo: Martin Claret, 2002c. p. 24-32.

_____. **Os melhores contos.** São Paulo: Martin Claret, 2002d.

_____. **Triste fim de Policarpo Quaresma.** Jaguará do Sul: Avenida Gráfica Editora, 2005.

_____. **Contos completos.** Organização e introdução. Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Editora Schwarcz, 2010. Livro em formato eletrônico.

_____. **Antologia de artigos, cartas e crônicas sobre trabalhadores.** FARIA, Antônio Augusto Moreira de; PINTO, Rosalvo Gonçalves (Org.) Belo Horizonte: Viva Voz, Fale/UFMG, 2012.

_____. *O destino da Literatura. In: BARRETO, Afonso de Assis. Impressões de leitura e outros textos críticos.* Organização e introdução Beatriz Resende; prefácio Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2017, p. 265-282.

_____. *Estudos Brasileiros. In: BARRETO, Afonso de Assis. Obra reunida.* Vol. 1, 2 e 3. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018a. Livro em formato eletrônico.

_____. *A Universidade. In: BARRETO, Afonso de Assis. Obra reunida.* Vol. 1, 2 e 3. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018b. Livro em formato eletrônico.

_____. Os nossos jornais. *In*: BARRETO, Afonso de Assis. **Obra reunida**. Vol. 1, 2 e 3. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018c. Livro em formato eletrônico.

_____. Recordações do escrivão Isaías Caminha. *In*: BARRETO, Afonso de Assis. **Obra reunida**. Vol. 1, 2 e 3. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018d. Livro em formato eletrônico.

_____. Diário íntimo. *In*: BARRETO, Afonso de Assis. **Obra reunida**. Vol. 1, 2 e 3. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018e. Livro em formato eletrônico.

_____. A minha candidatura. *In*: BARRETO, Afonso de Assis. **Obra reunida**. Vol. 1, 2 e 3. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018f. Livro em formato eletrônico.

_____. O cemitério dos vivos. *In*: BARRETO, Afonso de Assis. **Obra reunida**. Vol. 1, 2 e 3. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018g. Livro em formato eletrônico.

_____. Diário do hospício. *In*: BARRETO, Afonso de Assis. **Obra reunida**. Vol. 1, 2 e 3; 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018h. Livro em formato eletrônico.

_____. A tal história da aniagem. *In*: BARRETO, Afonso de Assis. **Obra reunida**. Vol. 1, 2 e 3. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018i. Livro em formato eletrônico.

_____. Não as matem. *In*: BARRETO, Afonso de Assis. **Obra reunida**. Vol. 1, 2 e 3. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018j. Livro em formato eletrônico.

_____. Duas relíquias. *In*: BARRETO, Afonso de Assis. **Obra reunida**. Vol. 1, 2 e 3. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018k. Livro em formato eletrônico.

_____. As enchentes. *In*: BARRETO, Afonso de Assis. **Obra reunida**. Vol. 1, 2 e 3. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018l. Livro em formato eletrônico.

BENEDITO, Mouzar. **Luiz Gama**: o libertador de escravos e sua mãe libertária, Luiza Mahin. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense Editora, 1984.

BOMFIM, Manuel. **América Latina**: males de origem. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas - Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/7095390/A_Am%C3%A9rica_Latina_Males_de_Origem_Manoel_Bonfim Acesso em: 11 maio 2017.

BOSI, Alfredo. A máscara e a fenda. *In*: BOSI, Alfredo. **Machado de Assis**: antologia de estudos. São Paulo: Ática, 1982.

_____. Narrativa e resistência. BOSI, Alfredo. **Itinerários**, Araraquara, nº 10, 1996, p. 11-27.

_____. **Machado de Assis**: o enigma do olhar. São Paulo: Editora Ática, 2003.

_____. Brás Cubas em três versões. **Teresa revista de Literatura Brasileira**, São Paulo, p. 279-317, 2006.

_____. **Ideologia e Contra ideologia:** temas e variações. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BROCA, José Brito. **A vida literária no Brasil – 1900.** Brasília: Editora Departamento de Imprensa Nacional, 1956.

BOTELHO, André. Manoel Bomfim: um percurso da cidadania no Brasil. *In:* SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.) **Um enigma chamado Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 119-130.

CAMPOS, Humberto de. **Diário secreto.** Volume I. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1954.

CANDIDO, Antonio. A educação pela noite & outros ensaios. São Paulo: Editora Ática, Paulo: Duas Cidades, 1993.

_____. Esquema Machado de Assis. *In:* CANDIDO, Antonio. **Vários Escritos.** 3. ed. rev. e ampl. - São Paulo: Duas Cidades, 1995.

_____. **Formação da Literatura Brasileira:** momentos decisivos. 9. ed. Volume II. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 2000.

CARPEAUX, Otto Maria. **A cinza do purgatório.** Ensaios. Balneário Camboriú, SC: Livraria Danúbio Editora, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

1989.

_____. Dialética da malandragem. *In:* CANDIDO, Antonio. **O discurso e a cidade.** São

_____. Os três povos da República. **REVISTA USP,** São Paulo, n.59, p. 96-115, set./nov. 2003.

CELSONO, Afonso. **Por que me ufano do meu país.** Rio de Janeiro: Laemert & C. Livresiros, 2002. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/ufano.pdf> Acesso em: 07 fev. 2019.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Lúcio. O berço da cidade vai por água abaixo. *In:* PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – Secretaria das Culturas. Arquivo da Cidade. **Memória da Destruição.** Rio: uma história que se perdeu (1869-1965), 2002. p. 29.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis:** para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

Del PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo:** condição feminina, maternidade e mentalidade no Brasil colônia. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

DUARTE, Urbano. BIBLIOGRAPHIA. MEMORIAS PHOSTHUMAS DE BRAZ CUBAS. In: GUMARÃES, Hélio de Seixas. **Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século XIX**. São Paulo: Nankim Editorial: Edusp, 2012, p. 319-320.

ELIOT. T. S. Tradição e talento individual. In: ELIOT. T. S. **Ensaaios**. Tradução, introdução e notas Ivan Junqueira. São Paulo: Art Editora, 1989.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca**. Volume I. São Paulo: Globo, 2008.

FISCHER, Luís Augusto. **Machado e Borges e outros ensaios sobre Machado de Assis**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, [Recife]: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 2003.

_____. **Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo: Global, 2012.

FRYE, Northrop. **Anatomia da crítica: Quatro ensaios**. São Paulo: Editora É Realizações, 2014.

GLEDSON, John. **Por um novo Machado de Assis**. Ensaaios. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz S. A., 2006. Livro em formato digital.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. Tradução Luiz Sérgio Serpa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Tradução Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

_____. **O Brasil monárquico**. vol. 7: do Império à República. Organização geral Sérgio Buarque de Holanda. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2005.

Jornal das Famílias. Nº 1, Jan. 1863. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/339776/per339776_1863_00001.pdf Acesso em: 20 out. 2019.

KLINTOWITZ, Jaime. **A história do Brasil em 50 frases**. Rio de Janeiro: Le Ya, 2014. Disponível em: <https://lelivros.love/book/baixar-livro-a-historia-do-brasil-em-50-frases-jaime-klintowitz-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/> Acesso em: 23 out. 2018.

LERY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. São Paulo: Itatiaia; Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

LINS, Osman. **Lima Barreto e o espaço romanesco**. São Paulo: Ática, 1976.

LODGE, David. **A arte da ficção**. Tradução Guilherme da Silva Braga. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009. Livro em formato eletrônico.

LUCIANO DE SAMÓSATA. **Diálogo dos mortos**. Tradução, introdução e notas de Henrique G. Murachco. São Paulo: Palas Atenas: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

LUKÁCS, Georg. **Ensaio sobre literatura**. Coordenação e prefácio de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965.

MACEDO, Joaquim Manuel. **Memórias da rua do Ouvidor**. Rio de Janeiro: Tyographia Perseverança, 1878. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000017173&bbm/3975#page/1/mode/2up> Acesso em: 21 maio. 2018.

_____. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Prefaciado por Astrojildo Pereira. Ed. rev. e anotada por Gastão Penalva. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico. *In*: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Org.) **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX**. Petrópolis: Vozes, 2016.

MELLO, Maria Elisabeth Chaves de. Machado de Assis, leitor de Lawrence Sterne. *In*: **A biblioteca de Machado de Assis**. 2. ed. Org. José Luís Jobim et al. Rio de Janeiro: TOPBOOKS – Academia Brasileira de Letras, 2008.

MEYER, Augusto. De Machadinho a Brás Cubas. **Teresa revista de Literatura Brasileira**, São Paulo, p. 409-417, 2006.

OAKLEY, R. J. **Lima Barreto e o destino da literatura**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PATERMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **Machado de Assis: estudo crítico e biográfico**. 6. ed. rev. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

PEREIRA, Miguel. “**O Brasil é ainda um imenso hospital**”. Disponível em: <https://docplayer.com.br/26976870-O-brasil-e-ainda-um-imenso-hospital.html> Acesso em 13 abr. 2020.

PITA, Naiara Santana; VIEIRA, Mirella Márcia Longo. **Miss Dollar: o amor idealizado e o dinheiro como caminhos para a formação do par amoroso**. Machado Assis Linha [online]. 2019, vol.12, n.27, p.67-81.

POMPEIA, Raul D’Ávila. LIVRO DA PORTA. *In*: GUIMARÃES, Hélio de Seixas Guimarães. **Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século XIX**. São Paulo: Nankim Edusp, 2012, p. 314.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – Secretaria das Culturas. Arquivo da Cidade, 2002. **Memória da Destruição**. Rio: uma história que se perdeu (1869-1965).

PERROT, Michele. Os silêncios do corpo da mulher. *In*: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

REALE, Miguel. A filosofia na obra de Machado de Assis. **Revista Brasileira**. Fase VII, Jul. Ag. Set. 2005. Ano XI No 44, p. 07-33.

REZENDE, Beatriz. Lima Barreto e a República. Dossiê... 100 anos da República. **Revista, USP**, Set./Nov.1989.

RESENDE, Beatriz. **Sobre Lima Barreto: Três ensaios**. Livro em formato digital. Distribuição exclusiva e-galáxia. 2017.

RIO. João do. **A alma encantada das ruas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas - Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/6397729/BIBLIOTECA_VIRTUAL_DE_CI%C3%84NCIAS_HUMANAS_OS_AFRICANOS_NO_BRASIL Acesso em: 18 ago. 2019.

ROMERO, Sílvio. **Machado de Assis**. Estudo comparativo de Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1897.

ROUANET, Sergio Paulo. **Riso e melancolia: a forma shandiana em Sterne, Diderot, Xavier de Maistre, Almeida Garret e Machado de Assis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993**. Tradução Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTIAGO, Silviano. Uma ferroada no peito do pé. In: SANTIAGO, Silviano. **Vale quanto pesa:** ensaios sobre questões político-culturais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 31-45.

_____**Machado.** Romance. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Livro em formato eletrônico.

SCHOPENHAUER, Artur. **A arte de escrever.** Tradução Pedro Sússekind. Porto Alegre: L&PM, 2009.

SCHWARZ, Roberto. Duas notas sobre Machado de Assis. In: SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?** São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 165-178.

_____**Machado de Assis:** um mestre na periferia do capitalismo. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 1997.

_____**Ao vencedor as batatas:** forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **Um enigma chamado Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. **Brasil:** uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto:** triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. Livro em formato eletrônico.

SEIXAS, Hélio de Guimarães. **Machado de Assis, o escritor que nos lê.** São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2017. Livro em formato eletrônico.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SODRÉ, Lauro. Centenário do Marquês de Pombal – Homenagem da mocidade acadêmica brasileira. In: LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense – Companhia Editora Nacional, 1964, p. 342.

SOUZA, Jessé de. **A elite do atraso.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui:** o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados:** moral sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

VERÍSSIMO, José. NOVO LIVRO DO SENHOR MACHADO DE ASSIS. DOM CASMURRO, por Machado de Assis. **Jornal do Commercio**, 19 jan. 1900. fl.01. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_09 Acesso em: 19 de maio 2019.

_____**História da Literatura Brasileira:** de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). 1º milheiro. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves & Cia, 1916. In: MINISTÉRIO

DA CULTURA Fundação Biblioteca Nacional - Departamento Nacional do Livro. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000116.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2018.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Editora Nova Fronteira – Círculo do Livro, 2004.